ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 94

Brasília - DF, quarta-feira, 16 de maio de 2012

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 5
Ministério da Cultura 7
Ministério da Defesa 10
Ministério da Educação 12
Ministério da Fazenda 16
Ministério da Integração Nacional 25
Ministério da Justiça 26
Ministério da Pesca e Aquicultura 30
Ministério da Saúde 30
Ministério das Cidades 64
Ministério das Comunicações 64
Ministério das Relações Exteriores 68
Ministério de Minas e Energia 68
Ministério do Desenvolvimento Agrário 74
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 75
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 75
Ministério do Esporte 78
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 78
Ministério do Trabalho e Emprego 79
Ministério dos Transportes 79
Conselho Nacional do Ministério Público 80
Ministério Público da União 80
Poder Judiciário 109
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 110

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 12.639, DE 15 DE MAIO DE 2012

Institui o dia 23 de fevereiro como o Dia Nacional do Movimento Municipalista Brasileiro.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Movimento Municipalista Brasileiro a ser celebrado, anualmente, no dia 23 de fevereiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Ideli Salvatti

LEI Nº 12.640, DE 15 DE MAIO DE 2012

Institui o Dia Nacional do Securitário.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Securitário a ser comemorado, anualmente, na terceira segunda-feira do mês de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Carlos Daudt Brizola

LEI Nº 12.641, DE 15 DE MAIO DE 2012

Institui o dia 12 de agosto como o Dia Nacional dos Direitos Humanos.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a data anual de 12 de agosto como o Dia Nacional dos Direitos Humanos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Maria do Rosário Nunes

LEI Nº 12.642, DE 15 DE MAIO DE 2012

Institui o dia 3 de novembro como o Dia Nacional do Quilo.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Quilo, a ser comemorado anualmente, em todo o território nacional, no dia 3 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Tereza Campello

LEI Nº 12.643, DE 15 DE MAIO DE 2012

Institui o Dia Nacional da Silvicultura.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o Dia Nacional da Silvicultura, a ser comemorado, anualmente, no dia 7 de dezembro, em todo o território nacional, com o objetivo de conscientizar os produtores rurais e a sociedade brasileira acerca da importância da silvicultura, tanto para o meio ambiente quanto para a economia.

Art. 2º Por ocasião da comemoração do Dia Nacional da Silvicultura, o poder público promoverá campanhas de esclarecimento da importância dessa atividade, direcionadas ao setor agropecuário e à população em geral.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
Mendes Ribeiro Filho
Izabella Mônica Vieira Teixeira
Gilberto José Spier Vargas

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 184, de 15 de maio de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.639, de 15 de maio de 2012.

Nº 185, de 15 de maio de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.640, de 15 de maio de 2012.

Nº 186, de 15 de maio de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.641, de 15 de maio de 2012.

Nº 187, de 15 de maio de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.642, de 15 de maio de 2012.

Nº 188, de 15 de maio de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.643, de 15 de maio de 2012.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 25, DE 15 DE MAIO DE 2012

O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, AUTARQUIA VINCULADA À CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 24 da Lei nº 12.527, de 18 novembro de 2011,

Considerando que é dever dos órgãos e entidades do poder público assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que o direito fundamental de acesso à informação deve ser executado em conformidade com os princípios básicos da administração;

Considerando que é dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção;

Resolve classificar as informações contidas nesta Portaria, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, nos seguintes termos:

Art. 1º Classificar como secretos os documentos elencados no Anexo 1 desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ANEXO 1

Documentos Secretos

Papéis de Trabalho/Auditoria; Relatórios/Auditoria; Conceitos de Risco/Auditoria; Pareceres/Auditoria; Relação das pessoas que serão detentores partições de recursos criptográficos da AC, com respectivos termos de designação para a função; Relação das necessidades de acesso físico e lógico para cada cargo; Relação de pessoas que possuem acesso às chaves ou componentes de chaves criptográficas da AC com sua respectiva designação formal e atribuição de responsabilidades; Relação do pessoal contratado para a AC/cargo desempenhado e a respectiva documentação; Termos de Designação de Gestor ou Responsável pelos Ativos da AC (ativos de informação e de processamento); Termos de Responsabilidade sobre a segurança física da AC; Termos de responsabilidade contendo descrição dos recursos que os funcionários e detentores de chaves ou componentes de chaves criptográficas deverão devolver à AC no ato de seu desligamento; Inventário dos ativos de processamento da AC e da AR contendo nº do patrimônio, localização física, atividade a ser desenvolvida e agente responsável pela utilização; Inventário de cartões/chaves de acesso às dependências e recursos da AC (em uso ou no cofre); Relação das pessoas autorizadas a ter acesso aos componentes da Infraestrutura da AC (painéis de controle de energia, comunicações, cabeamento etc.); Documentação dos sistemas e dispositivos redundantes que estão disponíveis para garantir a continuidade da operação dos serviços críticos (elétrico, geradores, no-break, ar condicionado etc.); Documentação dos sistemas que provêm segurança física (alarmes, monitoramento por câmaras de vídeo, proteção contra incêndio e detecção de fumaça, sistemas de controle de acesso físico); Documentação dos Equipamentos de Emergência; Planta baixa da área construída; Topologia das redes de cabos lógicos e elétricos; Documentação técnica da construção de segurança de nível 1, 2, 3, 4, 5 e 6; Relação dos procedimentos e ferramentas usados para controle do envio de equipamentos para manutenção e para controle de entrada e saída de indivíduos em ambiente de nível 3 e 4; Relação dos usuários cadastrados para acesso ao sistema operacional (/etc/passwd); Relação dos recursos da AC que possuem controle de acesso lógico e relação dos procedimentos e ferramentas usados para esse controle; Relação dos funcionários que possuem acesso lógico aos recursos da AC relacionados no item anterior; Relação dos procedimentos e ferramentas que serão usados para detectar e responder a violações de segurança; Sistemas e arquivos da AC sujeitos a backup; Relação dos procedimentos e ferramentas usados para realização de backup dos sistemas e arquivos relacionados no item anterior, e dos controles estabelecidos para guarda das mídias geradas; Relação dos sistemas da AC do qual serão extraídos logs, respectiva periodicidade de extração e forma de guarda dos arquivos gerados; Planilha relacionando os eventos de guarda obrigatórios, definidos no item 4.5.1 da DPC, e os arquivos de log citados no item anterio; Formato dos arquivos de log e descrição dos campos relevantes; Procedimentos previstos para análise dos logs (relatórios ou planilhas elaborados pelo responsável pela atividade) e das ações tomadas em decorrência, no caso de constatação de irregularidades; Relação dos softwares autorizados a estarem instalados nos servidores, estações de trabalho, notebooks e demais equipamentos da AC, com a respectiva versão; Documentação evidenciando que a versão dos softwares utilizados está de acordo com a recomendações dos fabricante; Procedimentos previstos para realização de auditorias internas nos equipamentos e/ou outras providências adotadas para evitar a utilização de softwares não autorizados nos equipamentos da AC relacionados no Inventário de Ativos; Procedimentos previstos para registrar as mudanças de configuração nos sistemas (aplicação de patches, instalação de novas versões, alteração de parâmetros do sistema, etc.); Relação dos arquivos/diretórios dos servidores da AC cuja integridade seja verificada periodicamente; Relação dos procedimentos e ferramentas que serão usados para verificação periódica de integridade dos arquivos/diretórios relacionados no item anterior; Diagrama topológico atualizado da rede interna e das ligações com redes externas, evidenciando também, caso existam, pontos de conexão para acesso remoto; Relação dos equipamentos, procedimentos e ferramentas usados para prover segurança à rede da AC; Política de segurança aplicada nos equipamentos e ferramentas listados no item anterior (política de senhas, login local/remoto e outros parâmetros de segurança); Relação dos procedimentos e ferramentas que serão usados para publicação da LCR da AC na periodicidade adequada; Análise de Risco com documentação que comprove a participação/conhecimento da alta administração; Plano de Continuidade de Negócios; Plano de Extinção; Procedimentos e scripts de instalação usados para criação da AC; Relação dos procedimentos e ferramentas que serão utilizados para geração, guarda, manuseio e destruição da chave da AC; Manuais contendo procedimentos executados na AC; Documentação técnica dos seguintes sistemas e equipamentos; Documentos gerados pela entidade auditada em tempo de auditoria; Transações (Logs); Sistema (Logs); Segurança (Logs); Imagens de Vídeo (CFTV); Registros de Entrada e Saída de Controle de Acesso; Registro de Alarmes e Eventos Diversas; Registros Telefônicos; Análise de Risco; Avaliação de Risco; Manual de Segurança Patrimonial; Manual de Administração da Autoridade Certificadora; Manual de Administração da Segurança; Manual de Administração do Sistema de Gestão de Certificados (SGC); Manual de Administração de Banco de Dados; Plano de Continuidade de Negócios; Plano de Recuperação de Desastre; Plano de Contingência; Plano de Ação de Resposta a Incidente; Plano de Gerência de Configuração e Mudança; Termo de Admissão; Termo de Desligamento; Termos de Responsabilidade de detentores de CIK; Plano de Treinamento; Manual de Auditoria Interna; Scripts/roteiros de operação; Diagramas da Rede de Computadores; Diagramas da Rede elétrica; Configuração de Equipamento; Especificação Técnica de Hardware; Especificação Técnica de Sistema; Especificação Técnica da Infraestrutura; Configuração de Sistema Controle de Acesso; Chave Privada de Autoridade Certifica Raiz (AC-Raiz); Senha de Operação /Administração de Equipamentos (Hardware); Senha de Operação /Administração do Sistema e Gestão de Certificados (SCG); Senha de Operação /Administração de Sistemas (Software); Senha de Operação /Administração do Sistema de extinção de Incêndio; Senha de Operação /Administração do Sistema de Intrusão; Senha de Operação /Administração do Circuito Fechado de TV; Senha de Operação /Administração do Controle Acesso Físico; Habilitação Jurídica; Laudo de Conformidade; Relatório de Análise Quantitativa e Qualitativa; Ensaios de Conformidade; Código - Fonte de Sistemas; Listas de Tarefas dos Vigilantes -Recepção; Livro de Registro de Destruição de Mídias e Documentos; Livro de Registro de Manutenção de Hardware; Livro de Registro de Presença - CCD - ITI; Livro de Registro de Termos de Cartão de Acesso-CCD; Livro de Registro de Termos de Entrada de Material; Livro de Registro de Termos de Saída de Material; Manual de Administração do Banco de Dados; Manual de Uso das Estações de Trabalho; Manual dos Administradores - CCD; Manual dos Vigilantes - CCD; Planilha de Controle de Cartões de Acesso do CCD; Planilha de Controle de Cds-Bakcup CFTV-CCD; Planilha de Controle de Chaves Mecânicas; Listas de Tarefas dos Vigilantes -Recepção; Livro de Registro de Destruição de Mídias e Documentos; Livro de Registro de Manutenção de Hardware; Sistemas (Logs); Servidores (Logs); Imagens de Vídeo (CFTV); Registro de Incidentes de Segurança; Registros Telefônicos; Base de dados de ferramentas de monitoramento (redes, sistemas, servidores); Documentação da topologia/arquitetura da rede; Arquivos de configuração de Firewall; Arquivos de configuração de Servidores; Arquivos de configuração de Switches; Diagramas da Rede Dados; Diagrama de CFTV; Diagramas da Rede elétrica; Dados de Fitas de Backup; E-mails Institucionais(Serviço de Correio Eletrônico); Arquivos do serviço de armazenamento de dados corporativos (Sistema de Aquivos *Dados-ITI*); Senha de Operação /Administração de Equipamentos (Hardware); Senha de Operação /Administração de Sistemas e Servidores (Software);Senha de Operação /Administração do Circuito Fechado de TV.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 75, DE 15 DE MAIO DE 2012

Dispõe sobre a subdelegação às Unidades Administrativas da Secretaria-Geral da Presidência da República da autorização de concessão de diárias e passagens.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e da delegação de competência que lhe foi concedida pelo art. 1º da Portaria nº 133, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 6º, § 2º, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência aos dirigentes máximos das seguintes Unidades Administrativas desta Secretaria-Geral da Presidência da República, para, no âmbito de suas Unidades, concederem diárias e passagens:

I - Secretaria Nacional de Articulação Social;

II - Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais; e

III - Secretaria Nacional de Juventude;

IV - Secretaria de Administração;

V - Secretaria de Controle Interno;

Parágrafo único. A subdelegação de que trata o *caput* não abrange a concessão de diárias e passagens nos seguintes casos:

I - deslocamentos de servidores ou militares por prazo superior a dez dias contínuos;

II - mais de quarenta diárias intercaladas por servidor no ano;

III - deslocamentos de mais de dez pessoas para o mesmo evento; e

IV - deslocamentos para o exterior, com ônus.

Art. 2º Ficam convalidados os atos de concessão de diárias e passagens praticados pelos dirigentes indicados no art. 1º desta Portaria anteriormente à publicação desta portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROGÉRIO SOTTILI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SÚMULA Nº 63, DE 14 DE MAIO DE 2012

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inciso II, e 43, caput e § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1º, inciso II, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, bem como o contido no Ato Regimental/AGU nº 1, de 02 de julho de 2008, resolve:

"A Administração deve observar o devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório para proceder ao desconto em folha de pagamento de servidor público, para fins de ressarcimento ao erário."

Legislação Pertinente: Art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988; e Artigo 46, da Lei 8.112/1990 e suas alterações.

Precedentes: Supremo Tribunal Federal: Tribunal Pleno: MS 24182 / DF, Relator Min. MAURÍCIO CORRÊA, DJ 03-09-2004 PP-00009; Primeira Turma: MS 27851 / DF, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Relator p/ Acórdão Min. LUIZ FUX, DJe-222 DIVULG 22-11-2011 PUBLIC 23-11-2011; RE 613367 AgR / RJ, Relatora Min. CÁRMEN LÚCIA , DJe-174 DIVULG 09-09-2011 PUBLIC 12-09-2011; AI 794.759 AgR / SC, Relator Min. LUIZ FUX, DJe-088 DIVULG 11-05-2011 PUBLIC 12-05-2011. Superior Tribunal de Justiça: Primeira Turma: AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.224.995 - CE, RELATOR MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO, DJe de 18/04/2011; Segunda Turma: AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.423.791 - DF, RELATOR MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA, DJe de 29/02/2012; RECURSO ESPECIAL Nº 1.239.362 - SC, RELATOR MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 15/04/2011; AgRg no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.300.827 - RR, RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 29/11/2010 Quinta Turma: AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.116.448 - RJ, RELATOR MINIS-

IMPRENSA NACIONAL 1808 EXEMPLAR DISTRIBUÍDO POR ASSINATURAS

TRO ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), DJe de 12/09/2011; AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.116.855 - RJ, RELATOR MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe de 02/08/2010; AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 979.050, RELATOR MINISTRO JORGE MUSSI, DJe de 06/10/2008; Sexta Turma: AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 802.252 - RS, RELATOR MINISTRO CELSO LIMONGI, DJe de 23/08/2010.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

SÚMULA Nº 64, DE 14 DE MAIO DE 2012

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inciso II, e 43, caput e § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1º, inciso II, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, bem como o contido no Ato Regimental/AGU nº 1, de 02 de julho de 2008, resolve:

"***As contribuições sociais destinadas às entidades de serviço social e formação profissional não são executadas pela Justiça do Trabalho."***

Legislação Pertinente: Constituição Federal arts. 114 inciso VIII, 195 incisos I, alínea "a" e II, e 240. Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Precedentes: Supremo Tribunal Federal: Tribunal Superior do Trabalho: E-RR - 134300-50.1998.5.15.0025, Relator Ministro: Lélio Bentes Corrêa, DEJT 21/10/2011, (Subseção I Especializada em Dissídios Individuais); RR - 14800-50.2009.5.09.0096, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, DEJT 09/03/2012 (1ª Turma); (RR - 1000-90.2007.5.08.0115, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 16/03/2012, RR - 146800-66.2006.5.09.0242, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 23/03/2012 (2ª Turma); RR - 64700-50.2007.5.13.0002, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, DEJT: 04.11.2011 (3ª Turma); RR - 1061-54.2010.5.06.0000, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, DEJT 09/03/2012, (7ª Turma); RR - 7300-69.2008.5.13.0026, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 23/03/2012, (8ª Turma).

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 229, DE 8 DE MAIO DE 2012

Aprova o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Especial nº 111.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos X e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do processo nº 60800.045505/2011-71, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 8 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo desta Resolução, o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil Especial nº 111 (RBAC-E nº 111), intitulado "Sistemas de Oxigênio dos Lavatórios".

Parágrafo único. O Regulamento de que trata este artigo encontra- se publicado no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/transparencia/bps.asp) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 15 DE MAIO DE 2012

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 944 - Inscrever o aeródromo Fazenda Clarim (SJQA), em São Desidério (BA); validade de 10 (dez) anos;

Nº 945 - Inscrever o aeródromo Fazenda Santa Eulalia (SIUU), em Poconé (MT); validade de 10 (dez) anos;

Nº 946 - Inscrever o aeródromo Rosana Camargo (SIBX), em Buritama (SP); validade de 10 (dez) anos;

Nº 947 - Renovar a inscrição do aeródromo Elisa Camargo de Arruda Botelho (SIIG), em Rancharia (SP); validade de 10 (dez) anos;

Nº 948 - Renovar a inscrição do aeródromo Fazenda Bela Vista (SWHJ), em Nova Monte Verde (MT); validade de 10 (dez) anos;

Nº 949 - Renovar a inscrição do aeródromo Sítio Santa Helena (SDSE), em Gabriel Monteiro (SP); validade de 10 (dez) anos; e

Nº 950 - Renovar a inscrição do heliponto Sítio Canhanheiro (SIFB), em Parati (RJ); validade de 10 (dez) anos;

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 424, DE 15 DE MAIO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 3º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, tendo em vista o amparo previsto pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 e pelas Portarias Interministeriais nºs 182, 38 e 1.072, de 25 de agosto de 1994, de 09 de março de 2004 e de 08 de novembro de 2010, respectivamente, e o que consta no Processo nº 21000.001739/2012-51, resolvem:

Art.1º Os arts. 1º e 6º da Portaria Interministerial MAPA/MF/MP 144, de 1º de março de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, em razão das condições climáticas adversas, na forma de venda direta denominada programa de "Venda Balcão", a ser operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab):

I .....

a) avicultor, suinocultor e bovinocultor de leite e de corte;

.....

III - limite de aquisição por mês:

a) por avicultor, suinocultor e bovinocultor de leite e de corte: até 27 (vinte e sete) toneladas por Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e por Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (DAP), quando for o caso;

b) por cooperativa de avicultores, suinocultores e bovinocultores de leite e de corte que atendam aos requisitos da Lei 11.326/06: até 27 (vinte e sete) toneladas por cooperado ativo detentor da DAP, sendo limitada a liberação de no máximo 27 (vinte e sete) mil toneladas por Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e por DAP Jurídica;

.....

Art. 6º Esta Portaria Interministerial terá vigência até 31/10/2012."(NR)

Art. 2º Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

MENDES RIBEIRO FILHO
Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 16, DE 11 DE MAIO DE 2012

1. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Zaphir registro nº 002307, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da Cultura de Arroz Irrigado para o controle de Arroz-vermelho (Oryza sativa), Capim-arroz (Echinochloa crusgalli e Echinochloa colona) e Junquinho (Cyperus iria). Inclusão dos formuladores Yancheng South Chemicals Co., Ltd - Chen Jiagang Chemicals District of Xiangshui, Yangcheng City- Jiangsu Province- P.R. China; Shenyang Sciencreat Chemicals Co., Ltd - Xihejiubei Street 17, Chemical Industry Area- Shenyang Economy and Technology Development Zone- Shenyang, Liaoning - China; Shandong Cynda Chemical Co., Ltd - Economic Development Area, Boxing County Shandong - China; GSP Crop Science Private Limited - 100-103, G.V.M.M. Industrial Estate, Odhav, Ahmedabad 382415, Gujarat - Índia; GSP Crop Science Private Limited- 551, Phase III, Road No. A. Kathwada, G.I.D.C. Estate, Odhav, Ahmedabad 382430, Gujarat- Índia; GSP Crop Science Private Limited- Plot No. 1, G.I.D.C, Estate Nandesari 391340, Baroda - Índia; Sulphur Mills Limited- 303-304, T.V. Industrial State, Behind Glaxo, S.K. Ahaire Marg, Worli, Mumbai, 400025- India.

2. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Actara 250 WG registro nº 010098, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura de Café para o controle de Cochonilhas-farinhentas (Dysmicoccus texensis) , e inclusão do formulador Syngenta India Limited - Santa Monica Plant- Corlim , Goa 403110- Índia.

3. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizado a empresa CCAB Agro S.A - Filial CNPJ: 08.938.255/0009-69-Rondonópolis/MT, CCAB Agro S.A-filial CNPJ : 08.938.255/0008-88-Luís Eduardo Magalhães / BA, a importar o produto Grant registro nº 07508.

4. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizado a empresa DVA Agro do Brasil- Com. Imp. Exp. Insumos Agropecuários S.A- filial CNPJ:02.974.733/0003-14-Ituverava /SP; filial CNPJ:02.974.733/0004-03-Londrina/PR; filial CNPJ: 02.974.733/0006-67-Carazinho/RS; filial CNPJ: 02.974.733/0002-33-Cuiabá/MT; filial CNPJ: 02.974.733/0005-86-Aparecida de Goiânia/GO, a importar os produtos Bratt registro nº06908,e Grant registro nº07508 e Netuno 750 WG registro nº9710.

5. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizado a empresa FMC Química do Brasil Ltda- filial CNPJ:04.136.367/0005-11-Uberaba/MG, a importar os produtos Broker 750 WG registro nº 10808, Impessive 250 WP registro nº 1012, Urge 750 SP registro nº 11611.

6. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizado a empresa Atar do Brasil Ltda -CNPJ:07.062.344/0001-74, a importar o produto Atrazina Atanor 50 SC registro nº 00602.

7. De acordo com o Artigo 22§ 1º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a alteração de marca comercial Protectin registro nº 0510, para a marca comercial Tiofanato-Metílico 500 Helm.

8. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizado a empresa CCAB Agro S.A-filial CNPJ: 08.938.255/0008-88- Luís Eduardo Magalhães/BA; filial CNPJ: 08.938.255/0009-69 - Rondonópolis/MT, a importar o produto Clorpirifós Sabero 480 EC registro nº 19208.

9. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado a inclusão dos formuladores Nortox S.A - Arapongas/PR e Nortox S.A - Rondonópolis/ MT, Milenia Agrociências S.A - Londrina/PR e Milenia Agrociências - Taquari/RS e Ouro Fino Química Ltda - Uberaba /MG, no produto Combine 500 SC registro nº 718701.

10. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão das culturas de Batata e Feijão, do produto Paracap 450 CS registro nº 07401.

11. De acordo com o Artigo 22§1 º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social do pedido de registro para o produto Brumix 600 SC processo 21000.011798/2011-56, para a marca comercial Azteca 600 SC.

12. De acordo com o Artigo 22§1 º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Gat Formulation GmbH, para a razão social GAT Microencapsulation AG , permanecendo o mesmo endereço.

13. De acordo com o Decreto 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovado pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Orthene 750 BR registro nº 2788394, através do processo 21000.010953/2011-17.

14. De acordo com o Artigo 22§1 º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração de marca comercial do pedido de registro para o produto Maxim Quattro Profissional processo nº 21000.000548/2010-18, para a marca comercial Maxim Quattro Professional.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

15. De acordo com o Artigo 22§1 º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Indofil Chemicals Company (uma divisão da Indofil Organic Industries Limited) para Indofil Industries Limited, a sede social da empresa mudou de Nirlon House, Dr. Annie Besant Road, Worli, Mumbai- 400 030 - Índia, para o novo endereço: Kalpataru Square, 4 th Floor, Off Andheri- Kurla Road, Kondvita Road, Andheri (East), Mumbai - 400 059 - Maharashtra - Índia. A empresa informa o endereço de suas unidades fabris : Indofil Industries Limited, Azad Nagar, Sandoz Baug. P.O., Off Ghodbunder RD, Near Chitalsar, Manpada, Thane - 400 607, Índia, e Indofil Industries Limited - Plot No. Z7-1/Z8,Sez Dahej Limited, Sez Dahej, Taluka: Vagra, Dist- Bharuch, Gujarat- 392 130, Índia, esta alteração entra nos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador.

16. De acordo com o Artigo 22§2º Inciso I , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores/manipuladores Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.- Maracanau/CE e Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicas Ltda - Indaiatuba /SP, no produto Sumiguard 500 WP registro nº 04001.

17. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizado a empresa Dow AgroSciences Industrial Ltda - CNPJ:47.180.625/0021-90- Franco da Rocha / SP a importar o produto Defend WDG registro nº 04301.

18. De acordo com o Artigo 22§1 º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa AlzChem Trostberg GmbG sediada em Dr.- Albert-Frank-Strasse 32, 83308 Trostberg, Alemanha, para a razão social AlzChem AG, esta alteração entra nos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador.

19. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizado a empresa Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda - CNPJ:04.997.059/0001-57, a importar o produto Pugil WP registro nº 06308.

20. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi autorizado a empresa DVA Agro do Brasil- Com. Imp. Exp. Insumos Agropecuários S.A- filial CNPJ:02.974.733/0003-14-Ituverava /SP; filial CNPJ:02.974.733/0004-03-Londrina/PR; filial CNPJ: 02.974.733/0006-67-Carazinho/RS; filial CNPJ: 02.974.733/0002-33-Cuiabá/MT; filial CNPJ: 02.974.733/0005-86-Aparecida de Goiânia/GO, a importar o produto Netuno 750 WG registro nº9710.

21. De acordo com o Artigo 22§1 º , do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Triziman WG registro nº 018007, para a marca comercial Unizeb Gold.

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Coordenador-Geral

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS

ATO Nº 5, DE 10 DE MAIO DE 2012

Em cumprimento ao disposto no Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, que aprovou o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os fabriquem e/ou comerciem, a Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários, torna público as decisões dos processos a seguir relacionados:

Tornar sem efeito a publicação abaixo relacionada do item 6 do Ato nº 04/CPV publicado em 10/05/201:.

Processo	Empresa	Produto
21052.002126/1994-46	Virbac do Brasil Indústria e Comércio Ltda	Virbamec L.A

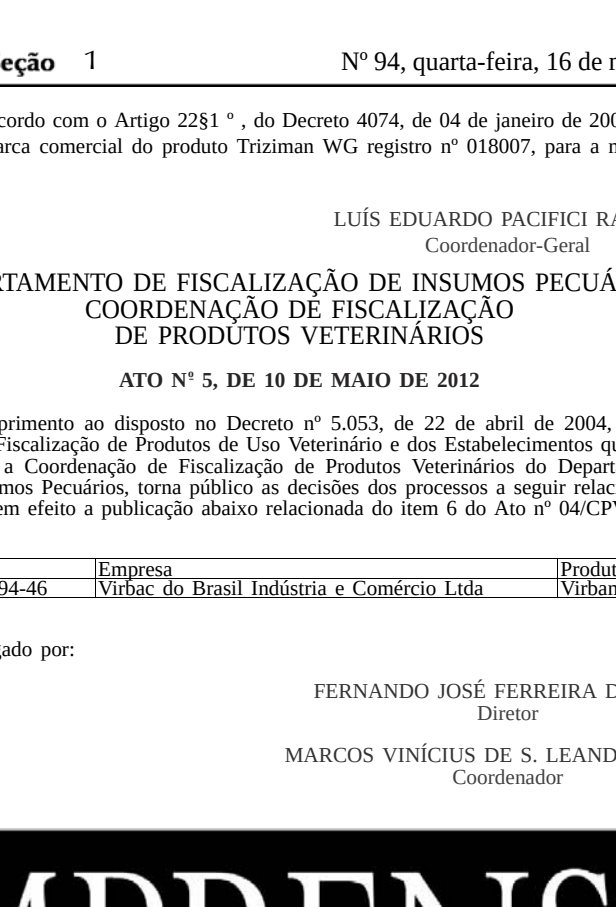
Homologado por:

FERNANDO JOSÉ FERREIRA DA SILVA
Diretor

MARCOS VINÍCIUS DE S. LEANDRO JÚNIOR
Coordenador

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 5, DE 15 DE MAIO DE 2012

Institui a Tabela de Competências das Unidades da Administração Central do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI com vistas ao atendimento de solicitações de acesso a informações, decorrentes da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que, com a vigência da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), caberá ao Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do MCTI desempenhar as atribuições constantes do art. 1º da Portaria MCTI nº 149, de 28 de fevereiro de 2012.

CONSIDERANDO a necessidade de o SIC do MCTI encaminhar, de forma eficiente, solicitações de acesso a informações para as unidades da Administração Central competentes para respondê-las, resolve:

Art. 1º Instituir a Tabela de Competências das Unidades da Administração Central do MCTI, constante do Anexo, com vistas ao atendimento de solicitações de acesso a informações decorrentes da Lei nº 12.527/2011, no MCTI.

Art. 2º Designar os titulares das unidades referidas na Tabela citada no artigo primeiro como responsáveis pela elaboração das respostas às solicitações encaminhadas pelo SIC do MCTI.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS

ANEXO

TABELA DE COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MCTI

GABINETE

TEMA/ASSUNTO	UNIDADE DE COMPETÊNCIA
1. Conselho Nacional de C&T.	Coordenação-Geral da Secretaria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.
Biossegurança.	2. Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

ASSIM

TEMA/ASSUNTO	UNIDADE DE COMPETÊNCIA
1. Todos os temas bilaterais relacionados a: 1.1. Cooperação e atividades desenvolvidas com países da: 1.1.1. América do Norte, América Latina e Caribe e com a África; 1.1.2. Europa Ocidental e Oriental, além da Ásia, Oceania e Oriente Médio. 1.2. Apoio às missões do Ministro de Estado ao exterior.	1. Coordenação-Geral de Cooperação Bilateral
2. Tratados ou convenções internacionais e regimes internacionais de controle das transferências de bens sensíveis e serviços a estes diretamente vinculados nas áreas nuclear, química, biológica e missilística. 2.1. Comissão Interministerial de Controle de Exportação de Bens Sensíveis. 2.2. Autoridade Nacional perante a Organização para proibição de Armas Químicas- OPAQ. 2.3. Comissão Interministerial para aplicação dos dispositivos da Convenção para Proibição de Armas Químicas. 2.4. Emissão de garantias governamentais para importação de bens sensíveis. 2.5. Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis. 2.6. Curso de Identificação de Bens Sensíveis. 2.7. Grupo de Supridores Nucleares - NSG. 2.7.1. Controle de exportação de bens relacionados à Área Nuclear. 2.8. Convenção para a Proibição de Armas Químicas - CPAQ. 2.8.1. Controle de exportação e importação de substâncias controladas pela CPAQ. 2.8.2. Declarações de atividades industriais na Área Química. 2.8.3. Acompanhamento de Inspeções da OPAQ nas indústrias nacionais. 2.9. Convenção para a Proibição de Armas Biológicas – CPAB. 2.9.1. Controle de exportação de bens relacionados à Área Biológica. 2.9.2. Medidas de Fomento da Confiança em cumprimento à CPAB. 2.10. Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis - MTCR. 2.10.1. Controle de exportação de bens relacionados à Área Missilística.	2. Coordenação-Geral de Bens Sensíveis
3. Cooperação e atividades desenvolvidas com os Organismos Multilaterais e em Temas Transversais. 3.1 Organismos Internacionais (ONU (Rio+20), UNESCO, COPUOS, UNIDO, AIEA, FAO, OMC, TWAS, ICSU, ICRANET, entre outros). 3.2 Organismos Regionais (Mercosul, UNASUL, CELAC, OTCA, SEGIB, OEA, IAI, UE, ALC-EU, OCDE, IBAS, BRICS, FOCALAL, entre outros). 3.3. Cooperação internacional sobre temas especiais e transversais (espaço, meio ambiente, energia, inovação, nanotecnologia e propriedade intelectual, entre outros). 3.4. Programas regionais como o Prosul, Proáfrica e CPLP. 3.5. Missões do Ministro de Estado ao exterior, no âmbito de organismos internacionais.	3. Coordenação-Geral de Cooperação Multilateral

SEXEC

TEMA/ASSUNTO	UNIDADE DE COMPETÊNCIA
1. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI. 2. Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação - PACTI.	Assessoria
	SCUP
Organizações Sociais (ABTLUS, CGEE, IMPA-Matemática, MAMIRAUÁ, RNP). Contratos de Gestão.	1. Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais.
Avaliações gerais das unidades de pesquisa. Termos de Compromisso de Gestão com as unidades de pesquisa.	2. Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa
	SPOA
Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância.	Gabinete
1. Proposta Orçamentária da Administração Central, unidades de pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério. 1.1. Elaboração orçamentária. 1.2. Programação orçamentária. 1.3. Execução orçamentária. 1.4. Contabilidade e Programação Financeira. 2. SIAFI Orçamento. 3. SIDOR. 4. Tomadas de Contas Especiais.	1. Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
1. Desenvolvimento Institucional. 2. Modernização Administrativa. 3. Gestão da Informação. 4. Gestão Documental. 5. Estrutura Regimental. 6. Regimento Interno. 7. Manuais de Serviço. 8. Arquivo. 9. Biblioteca. 10. Protocolo. 11. Plataforma Aquarius.	2. Coordenação-Geral de Gestão e Inovação
1. Políticas de Recursos Humanos. 1.1. Capacitação. 1.2. Gratificações (GADCT, GQ, GSISP). 1.3. Concurso público. 2. Outros (frequência, avaliação de estágio probatório, férias, cargos comissionados, cargos vagos, imposto de renda, auxílio moradia, ajuda de custo, atestados médicos, afastamentos, folha de pagamento, benefícios, certidões e declarações). 3. SIAPE/SIAPEcad. 4. Legislação de Pessoal. 5. Aposentados e pensionistas.	3. Coordenação-Geral de Recursos Humanos
1. Aquisição de bens e contratação de serviços. 2. Execução orçamentária e financeira - SIAFI. 3. Administração de material e patrimônio. 4. Licitações, contratos e compras (Pregão, Pregoeiro, Dispensa e Inexigilibidade de Licitação, Carta convite, Tomada de Preço e Concorrência). 5. Obras e serviços de engenharia. 6. Transporte. 7. Terceirização. 8. Telefonia e serviços gerais. 9. Designação de fiscais de contrato. 10. Convênios (Formalização; Acompanhamento da execução financeira; e Análise de prestações de contas).	4. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
1. Tecnologia da Informação - TI. 1.1. Help desk. 1.2. Infraestrutura (redes e equipamentos). 1.3. Desenvolvimento de sistemas (software, netware). 1.4. Ferramentas eletrônicas institucionais (e-mail, intranet, videoconferência, etc). 2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI.	5. Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação
	ASCAV
1. Indicadores da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. 2. Monitor de Políticas Públicas de C,T&I.	1. Coordenação-Geral de Indicadores
1. Acompanhamento e Avaliação dos programas do PPA no âmbito do MCTI. 2. Programas de desenvolvimento científico de relevância econômica, social ou estratégica para o País.	2. Coordenação-Geral de Programas
	ASCOF
1. Fundos Setoriais. 1.1 Comitês Gestores dos Fundos Setoriais. 1.2. Sistema Informatizado de Dados dos Fundos Setoriais. 1.3. Grupo de Apoio Técnico - GAT dos Fundos Setoriais.	
	ASCAP
1. Captação de recursos técnicos, materiais e financeiros destinados a programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico. 2. Global Environmental Facility - GEF.	

SEPED

TEMA/ASSUNTO	UNIDADE DE COMPETÊNCIA
1. Acompanhamento e avaliação da execução gerencial e financeira dos programas da SEPED. 2. Demandas de auditoria por parte dos órgãos federais de controle.	1. Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa
1. Pesquisa e Desenvolvimento e disseminação de conhecimentos ligados ao Meio Ambiente. 2. Rede Temática em Modelagem Ambiental da Amazônia - GEOMA. 3. Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP.	2. Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistemas
1. Política Nacional de Mudanças Globais do Clima. 1.1. Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima. 2. Protocolo de Kyoto. 3. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL. 4. Crédito de carbono.	3. Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima
1. Política Nacional de Biodiversidade. 1.1. Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica. 1.2. Rede do Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio.	4. Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade
1. Meteorologia, Climatologia e Hidrologia. 1.1. Promoção da Pesquisa e Desenvolvimento e disseminação de conhecimentos ligados a meteorologia, climatologia e hidrologia. 1.2. Sistema Nacional de Meteorologia e Clima. 1.2. Rede de Meteorologia e Climatologia. Apoio à Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento do Tempo, Clima e Recursos Hídricos - PMTCH.	5. Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia
1. Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia e Saúde. 1.1. Política Nacional de Biotecnologia, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e	6. Coordenação-Geral de Biotecnologia e Saúde

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

inovativo da biotecnologia e saúde. 2. Programa de Biotecnologia. 3. PROTEOMA. 4. Autorização para envio de material biológico ao exterior (não humano). 5. Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia - CBAB. 6. Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA.	
1. Política Nacional de Ciência e Tecnologia do Mar. 2. Política Nacional de Ciência e Tecnologia para a Antártica. 2.1. Comitê Nacional de Pesquisa Antártica - CONAPA. 3. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM. 4. Comissão Oceanográfica Intergovernamental - COI/UNESCO.	7. Coordenação para o Mar e Antártica
1. Ações contra desastres naturais. 1.1. Sistemas de observação para o monitoramento de desastres naturais. 1.2 Alertas de desastres naturais.	8. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN

SECIS

TEMA/ASSUNTO	UNIDADE DE COMPETÊNCIA
1. Popularização e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. 1.1. Eventos de divulgação científica e tecnológica. 1.2. Olimpíadas em Ciências, Matemática e Tecnologia da Informação. 1.3. Semana Nacional de C&T. 1.4. Centros Vocacionais Tecnológicos - CVT. 1.5. Museus e Centros de Ciência e Tecnologia.	1. Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia
1. Desenvolvimento e difusão de arranjos produtivos locais, de cadeias produtivas regionais e de tecnologias apropriadas. 1.1. Pesquisa e inovação em arranjos produtivos locais - APLs. 1.2. Tecnologias sociais. 1.3. Tecnologias assistivas. 1.4. Tecnologias para Cidades Sustentáveis. 1.5. Inclusão Digital (Telecentros, informatização de escolas publicas). 1.6. Infraestrutura para Cidade Digital. 1.7. Tecnologias sociais para comunidades tradicionais.	2. Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social
1. Acompanhamento e avaliação da execução gerencial e financeira dos programas, projetos, atividades e orçamento da SECIS, inclusive de Emendas Parlamentares. 1.1. Demandas de auditoria por parte dos órgãos federais de controle.	3. Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social
1. Pesquisa e desenvolvimento voltados para a educação alimentar, combate ao desperdício, a universalização e garantia da qualidade. 1.1. Pesquisa e Desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional.	4. Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional

SEPIN

TEMA/ASSUNTO	UNIDADE DE COMPETÊNCIA
1. Desenvolvimento da indústria de tecnologia da informação. 1.1. Capacitação tecnológica, qualidade, produtividade e competitividade do setor de tecnologia da informação. 1.2. Incentivos fiscais para o desenvolvimento e capacitação tecnológica no segmento de bens de informática. 1.3. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento para fins de cumprimento das obrigações da legislação de informática. 2. Cooperação entre universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento e empresas. 3. Tecnologia da Informação e mecanismos de propriedade intelectual. 4. Lei de Informática. 5. Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI. 6. Cadastramento clientes no Processo Produtivo Básico - PPB. 7. Laptop para professores.	1. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
1. Políticas de software. 1.1. Desenvolvimento dos setores de serviços intensivos em tecnologia da informação e de programas de computador. 1.2. Capacitação tecnológica dos produtores de programas de computador e dos prestadores de serviços intensivos em tecnologias da informação. 1.3. Incentivos fiscais para a capacitação tecnológica nos segmentos de serviços intensivos em tecnologia da informação e de programas de computador. 1.4. Micro, Pequenas e Médias empresas dos setores de programas de computador e serviços intensivos em tecnologias da informação. 2. Implantação de Sistemas de Informação sobre o setor de Tecnologia da Informação. 3. Disseminação e a atualização de informações sobre o setor de Tecnologias da Informação. 4. Comércio eletrônico e da expansão do desenvolvimento e do uso de software livre no País. 5. Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - CETIC.6. Marco regulatório do setor de informática. 7. Universalização do acesso a Internet no País. 8. Comitê Gestor da Internet.	2. Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador
1. Políticas de desenvolvimento do segmento de componentes, semicondutores e optoeletrônicos no País. 1.1. Programas da qualidade e de avaliação da conformidade das atividades de normalização relacionadas com a indústria de componentes e microeletrônica. 1.2. Incentivos fiscais que visem à capacitação tecnológica no segmento de componentes semicondutores e optoeletrônicos. 2. Concessão de incentivos fiscais e credenciamento de instituições de ensino e pesquisa e de incubadoras previstos na legislação de informática. 3. Incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus.	3. Coordenação-Geral de Microeletrônica

SETEC

TEMA/ASSUNTO	UNIDADE DE COMPETÊNCIA
1. Desenvolvimento tecnológico setorial. 1.1. Desenvolvimento de tecnologias que apresentem interesse setorial. 1.2. Desenvolvimento tecnológico em diferentes setores da economia, em especial os da energia, recursos minerais e recursos hídricos. 1.3. Criação e difusão de instrumentos de fomento para o desenvolvimento tecnológico setorial. 2. Desenvolvimento tecnológico nas diversas cadeias produtivas. 3. Articulação entre empresas, institutos de pesquisa e universidades para o desenvolvimento de projetos e programas destinados a aumentar a produção brasileira de energia. 4. Programas mobilizadores para o desenvolvimento tecnológico.	1. Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais
1. Políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação. 1.1. Capacitação tecnológica das empresas brasileiras, conscientização, mobilização, desenvolvimento, difusão e transferência de inovações tecnológicas. 1.2. Capacitação e inovação tecnológica das diversas cadeias produtivas. 2. Desenvolvimento tecnológico das micro e pequenas empresas. 2.1. Desenvolvimento e a incorporação de inovações tecnológicas em produto, processos e serviços das micro e pequenas empresas. 3. Aperfeiçoamento e a avaliação de instrumentos de fomento ao desenvolvimento tecnológico e à inovação. 4. Incentivos fiscais que visem o desenvolvimento e à capacitação tecnológica empresarial. 5. Desenvolvimento tecnológico cooperativo entre as instituições de pesquisa e as empresas. 6. Utilização de capital de risco em empresas de base tecnológica. 7. Pólos, parques e incubadoras de empresas. 8. Empreendedorismo e o extensionismo tecnológico. 9. Política de propriedade intelectual. 9.1. Apoio a projetos, programas e ações no campo da propriedade intelectual. 9.2.. Sensibilização e capacitação tecnológica para a utilização adequada dos mecanismos de propriedade intelectual.	2. Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica
1. Capacitação em Tecnologia Industrial Básica -TIC. 1.1. Capacitação tecnológica das empresas por meio da utilização de serviços tecnológicos especializados. 1.2. Desenvolvimento da infraestrutura de serviços tecnológicos. 2. Serviços de informação tecnológica. 2.1. Serviços tecnológicos, calibração, ensaios/análise, certificação. 3. Sistema Brasileiro de Tecnologia - SIBRATEC. 4. Desenvolvimento e difusão das tecnologias de gestão. 4.1. Capacitação de entidades técnicas para a prestação de serviços especializados de consultoria e treinamento em tecnologias de gestão. 5. Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação - Pró-Inova. 6. RH nas empresas.	3. Coordenação-Geral de Serviços Tecnológicos
1. Política Nacional de "Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia". 1.1 Programa "Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia".	4. Coordenação-Geral de Micro e Nanotecnologias

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DESPACHOS

Processo: OC-0344/2012 - Objeto: Eletrodos e varetas de solda- Contratada: Boehler Técnica de Soldagem Ltda - Valor: R$ 204.094,50. Parecer Jurídico LRG-024/2012. Justificativas: A NUCLEP foi contratada pela ELETRONUCLEAR para o fornecimento dos embutidos especiais (pacote M-335) do projeto de construção da Usina Nuclear Alvaro Alberto, Angra 3, em Angra dos Reis, através do Contrato GAC.T-CT/017/10. Justifica a aquisição, pois, para a consecução do projeto contratado, necessário se faz a compra dos consumíveis de soldagens, a fim de que os Embutidos especiais sejam industrializados no parque industrial da NUCLEP. Sustenta o órgão requisitante, que não foi realizada pesquisa de preços pelo fato de somente a Bohler Técnica de Soldagem Ltda está qualificada pela ELETRONUCLEAR para o fornecimento dos produtos almejados, juntando-se ao processo a lista de consumíveis de soldagens qualificados pela ELETRONUCLEAR. Considerando portanto, que a justificativa acima tem fundamento no art. 25, caput da Lei 8666/93, reconheço a inexigibilidade de licitação referente ao processo supracitado.

RICARDO NORONHA PEREIRA
Gerente de Suprimentos

Em observância ao art. 26 da Lei 8666/93 em face do parecer favorável da consultoria jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente de Suprimentos.

PAULO ROBERTO TRINDADE BRAGA
Diretor Administrativo

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.266/2012

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 151ª Reunião Ordinária ocorrida em 19 de abril de 2012, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000502/2011-16
Requerente: Syngenta Seeds Ltda
CNPJ: 49.156.326/0001-00
Endereço: Rodovia BR 452 km 142, Caixa Postal 585, 38400-974, Uberlândia, MG
Assunto: Relatório de monitoramento pós-liberação comercial de milho geneticamente modificado

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente encaminhou o relatório de monitoramento pós-liberação comercial de milho geneticamente modificado resistente a insetos (milho Bt11, evento Bt11), Safrinha 2009 (processo nº. 01200.002109/2000-04). No presente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

relatório de monitoramento pós-liberação comercial do evento milho Bt11, a empresa apresentou os resultados do monitoramento do milho Bt11 (Agrisure TL) referentes a safrinha 2009. Os locais monitorados foram em Assaí/PR, Pedrinhas Paulista/SP e Paracatu/MG. O monitoramento foi estabelecido em áreas de lavouras comerciais de milho. Considerando as informações aportadas nos diferentes estudos de monitoramento ambiental do evento Bt11 no relatório Ano II, não existem evidências de que o cultivo deste evento possa ter causado efeitos adversos no meio ambiente e na saúde humana.

No âmbito das competências do Art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que relatório de monitoramento pós-liberação comercial de milho geneticamente modificado resistente a insetos (milho Bt11, evento Bt11), Safrinha 2009, Ano II, atende às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este Extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

FLÁVIO FINARDI FILHO

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 15 de maio de 2012

448ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro	900.0027/1990	33.663.683/0001-16
Universidade Federal Fluminense	900.0068/1990	28.523.215/0001-06

ERNESTO COSTA DE PAULA

Ministério da Cultura

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 83, DE 15 DE MAIO DE 2012

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES - FCP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009, publicado no Diário Oficial da União, de 18 de maio de 2009, e nos artigos 9º e 40, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Fundação Cultural Palmares - FCP, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC-FCP.

§ 1º. O SIC-FCP, enquanto permanecer a vigência do Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria n.º 82, de 14, de maio de 2012, fica o GT a ele subordinado para responder aos pedidos de acesso à informação e implementar as demais disposições da Lei nº 12.527/2011.

§ 2º. Conforme previsto no §1º do art. 2º da Portaria FCP n.º 82, de maio, de 2012, o Auditor Interno será o representante, diretamente subordinado ao Presidente da Fundação, para dar continuidade às atribuições assumidas durante a vigência do referido GT.

Art. 2º. No âmbito desta Fundação, são dirigentes, para fins do cumprimento do disposto nesta Portaria, além do Presidente, os dirigentes máximos das unidades organizacionais desta FCP, aos quais incumbe se manifestar sobre pedidos de acesso a informação quando demandados formalmente, observado o prazo consignado para resposta.

§1º. Todos os servidores desta Fundação devem orientar os interessados a apresentarem solicitações de informações de forma a atender a plenitude desta Lei diretamente ao SIC-FCP, o qual deverá preencher o formulário disponibilizado no sítio oficial desta Fundação.

§2º. Observado o prazo legal de no máximo 30 (trinta) dias para manifestação, o Presidente havendo necessidade, poderá convocar a Diretoria Colegiada para apreciar e decidir sobre a resposta a ser produzida.

Art. 3º. O SIC-FCP terá a servidora Conceição de Maria Evangelista Barbosa matrícula SIAPE n.º 0456967 encarregada por receber e tramitar as informações consoante previsto nesta Portaria.

Art. 4º. Ao receber pedido de acesso a informações que dependa de manifestação das áreas organizacionais desta Fundação, o SIC-FCP deverá encaminhá-lo imediatamente ao dirigente competente.

§1º. O dirigente competente, de que trata o "caput" deste artigo, terá prazo de vinte dias para encaminhar a resposta ao SIC-FCP, conforme o disposto no art. 11 da Lei nº 12.527, de 2011.

§ 2º. Em caso das atividades de busca e disponibilização da informação serem de complexidade e volume significativos, o SIC-FCP deverá cientificar o solicitante da necessidade de prorrogação do prazo para resposta por até mais dez dias.

§3º. Caso o pedido de acesso a informações seja relativo a mais de uma área organizacional, o SIC-FCP poderá desmembrá-lo, encaminhando-o aos dirigentes competentes.

Art. 5º. Se não for possível autorizar ou conceder o acesso imediato à informação solicitada, caberá o SIC-FCP:

I - comunicar a data, local e modo para o solicitante realizar a consulta, providenciar a reprodução ou a certidão;

II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido ou,

III - comunicar que não possui a informação requerida e indicar, se for de seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter seu pedido a esse órgão ou entidade, cientificando o solicitante da remessa do seu pedido de informação.

Art. 6º. Conta-se o prazo a partir da data de recebimento do pedido pelo SIC-FCP, inclusive àquelas encaminhadas em meio eletrônico.

Parágrafo único. Caso a data do recebimento caia em dia não útil, contar-se-á o prazo a partir do primeiro dia útil subseqüente.

Art. 7º. O recurso dirigido contra a negativa de acesso à informações e não acolhido pelo SIC-FCP será submetido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias corridos.

Art. 8º São objetivos do SIC-FCP:

I - assegurar a implementação da Lei nº 12.527/2011;

II -contribuir para o aperfeiçoamento da gestão da informação na FCP, garantindo o aprimoramento constante do fluxo de tramitação das solicitações de acesso à informação e dos sistemas que lhe dão suporte e,

III - implementar as medidas necessárias à observância das demais disposições da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 9º Compete ao SIC-FCP:

I - responder, diretamente ao cidadão, as solicitações de acesso à informação contida em documentos produzidos pela FCP;

II - atender ao público e orientá-lo quanto ao acesso à informações;

III - informar o público sobre a tramitação de documentos nas respectivas unidades da FCP;

IV - receber solicitações de acesso à informações pertinentes às áreas de competência da Fundação Cultural Palmares;

V - encaminhar ao Presidente ou à Diretoria Colegiada as solicitações de acesso à informações relativas a outros órgãos e entidades;

VI - acolher recurso contra a negativa de acesso à informação relativa às áreas de sua competência e encaminhá-lo para apreciação da autoridade responsável que, após, manifestação, será submetido à análise do Presidente ou da Diretoria Colegiada e, em caso de indeferimento, ao órgão responsável;

VII - receber pedido de desclassificação de documento produzido pela Fundação Cultural Palmares, que será dirigido ao Presidente ou à Diretoria Colegiada e, em caso de indeferimento, encaminhado à Ministra de Estado da Cultura para apreciação pela autoridade competente;

VIII - elaborar relatório das solicitações de acesso à informação e enviar ao Presidente da FCP para publicação na página oficial, consoante disposto no art. 30 da Lei.

Art. 10º. A consulta e o fornecimento da informação são gratuitos:

§ 1º. Quando houver reprodução de documentos, será cobrado, exclusivamente, o valor necessário ao ressarcimento dos serviços e dos materiais utilizados, de acordo com a Tabela de Valores de Serviços de Reprodução vigente na Fundação Cultural Palmares - FCP.

§ 2º. Estará isento de ressarcir os valores previstos, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, conforme os termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 11º. As solicitações de acesso à informação serão recebidas e tramitadas pelo SIC-FCP a partir do dia 16 de maio de 2012.

Art. 12. O SIC-FCP atenderá ao público em sua sede no Setor Comercial Sul Quadra 09, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "B", 2º Andar, provisoriamente na sala 204 A, da Auditoria Interna em Brasília, DF, no período das 8h00 às 18h00 com intervalo das 12h00 às 14h00, facultado ao cidadão solicitar informação por meio eletrônico, pelo formulário disponível no sítio www.palmares.gov.br ou por meio de correspondência eletrônica para sic@palmares.gov.br .

Art. 13. Constituem, nos termos dos arts. 32 a 34 da Lei nº 12.527/2011, condutas ilícitas passíveis de responsabilização, dentre outras:

I - recusar-se a fornecer informação requerida, nos termos desta Lei;

II - retardar deliberadamente o seu fornecimento; e

III - fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELOI FERREIRA DE ARAÚJO

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 282, DE 15 DE MAIO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, bem como no item 8.11 do Edital de Intercâmbio nº 1/2012, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação dos requerimentos selecionados pela Comissão de Avaliação e Seleção do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, para participação em eventos culturais cujas viagens estejam previstas para junho de 2012.

I - Eixo Artes - requerimentos individuais:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.010413/2012-02	12 3488	Tiago Flores	Solicitação de recursos financeiros para a aquisição de passagens aéreas para a participação do maestro Tiago Flores no IX Tytuvenai Summer Festival, com obras brasileiras	RS	Lituânia	47.7	R$ 5.000,00
01400.010410/2012-61	12 3485	Daniel Ramos Maia	Composição da Trilha Sonora Original para solo de Tadashi Endo / "Fukushima mon amour"	SP	Alemanha	46.6	R$ 3.500,00
01400.010394/2012-14	12 3469	Guilherme de Camargo Barros Affonso	Tempo Breve que Passaste - Modinhas Brasileiras	SP	França	46.3	R$ 3.500,00
01400.010420/2012-04	12 3495	Cleuberth Santana Bandeira	Festival de Cinema Curta Amazônia	DF	RO	46.3	R$ 1.500,00
01400.010416/2012-38	12 3491	Rebeca Verônica Ribeiro Viana	Artesanato de capim-dourado: possibilidades de diálogo entre os saberes locais e conhecimento científico sobre o capim-dourado (Syngonanthus nitens) e o buriti (Mauritia flexuosa) no Jalapão	SP	Portugal	46.0	R$ 3.500,00
01400.010433/2012-75	12 3508	Rogerio Lourenço dos Santos	Concerto do pianista brasileiro Rogerio Tutti no Festival de Música das Nações, na Itália, e outros eventos (concerto, master class e palestra de música brasileira).	RN	Itália	46.0	R$ 3.500,00
01400.010422/2012-95	12 3497	Jane Mary Pereira de Almeida	Histoire(s) du Cinéma Brésilien	SP	França	46.0	R$ 3.500,00
01400.010340/2012-41	12 3415	Ester Pereira Neves de Macedo	Ópera: O Preço do Perdão. Parte do II Encontro Internacional de Música de Câmara, Universidade de Évora, Portugal	DF	Portugal	45.9	R$ 3.500,00
01400.010434/2012-10	12 3509	Rubens Oliveira Martins	Intercâmbio Cultural entre Rubens Oliveira Martins (Brasil) e Associação Gumboot Dance France (França	SP	França	45.5	R$ 3.500,00
01400.010069/2012-43	12 3187	Dinorá Couto Cançado	O apoderamento da cidadania por meio da leitura: vinte e cinco projetos brasilienses voltados para essa busca	DF	Portugal	43.3	R$ 7.000,00
01400.010403/2012-69	12 3478	Camilo Sormani Carrara Santos Pereira	Participação como músico e professor no Nacional Music Festival, Chestertown, nos Estados Unidos/Nacional Music Festival (Festival Nacional de Música). Direção Artísitica: Maestro Richard Rosenberg (EUA).	SP	EUA	42.5	R$ 3.500,00
01400.010375/2012-80	12 3450	Maria de Lourdes Reis Madeira	18. Festival Internationale di Teatro di Figura Immagini del Interno. Pinerolo, Itália.16 a 23 de Junho de 2012.	RJ	Itália	42.1	R$ 3.500,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - Eixo Artes - requerimentos de grupos:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.010344/2012-29	12 3419	Coro de Trombones da UFPE/João Evangelista dos Santos Neto	Apresentações no XVIII Festival Brasileiro de Trombonistas	PE	SP	48.5	R$ 22.500,00
01400.010339/2012-16	12 3414	Imagens em Movimento/Ana Dillon Nunes	Imagens em Movimento na Cinemateca Francesa / Encontros Internacionais do programa pedagógico "Cinema, cem anos de juventude"	RJ	França	46.3	R$ 14.000,00
01400.010122/2012-14	12 3233	Scaravelho Cia Teatral/Giomara Matilde Kochella	A arte das formas animadas do Brasil na Itália / Mostra Teatral, com Apresentações, Estudos e Práticas do Teatro de Bonecos e Animação	SC	Itália	46.1	R$ 21.000,00
01400.010354/2012-64	12 3429	Cia Ballet de Londrina - Fundação Cultura Artística de Londrina	Ballet de Londrina - Danza Nueva/Festival Internacional de Lima/XXIV Danza Nueva - Festival Internacional de Lima - Peru	PR	Peru	45.5	R$ 20.000,00
01400.010358/2012-42	12 3433	Pixação de São Paulo, união de 51 grupos intitulada "Os Mais Fortes"/Sérgio Miguel Franco	Participação da Pixação na Bienal de Berlin 2012/ 7ª Berlin Biennale de Arte Contemporânea	SP	Alemanha	45.0	R$ 17.500,00
01400.010409/2012-36	12 3484	Gelson Oliveira e Grupo/Gelson Oliveira Rodrigues	Gelson Oliveira e Grupo en Provence / Fête de la Musique - Sanary - França.	RS	França	45.0	R$ 10.500,00

III - Eixo Diversidade Cultural - requerimentos individuais:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.010401/2012-70	12 3476	Fernando da Silva Assumpção	Seminário SALALM LVII Cultura Popular: Artes e Mudança Social na América Latina, que acontece de 16 a 19 de junho de 2012 na cidade de Port of Spain, na ilha de Trinidad	RJ	Trinidad e Tobago	46.5	R$ 3.500,00
01400.010430/2012-31	12 3505	Pablo Assumpção Barros Costa	Participação no Congresso Internacional de Estudos da Performance - Psi	CE	Reino Unido	42.5	R$ 3.500,00
01400.010355/2012-17	12 3430	Ana Cristina Gouvêa Dumas	Carrinho multimidia/Settimana Raibow no Teatro India di Roma	BA	Itália	39.5	R$ 3.500,00
01400.010446/2012-44	12 3520	Rosinalva Gomes da Silva	Oficinas de Danças Populares Brasileiras	PE	França	38.0	R$ 3.500,00

IV - Eixo Diversidade Cultural - requerimentos de grupos:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.010421/2012-84	12 3499	Grupo de Expressões Folclóricas Sabor Marajoara /	5º Festival Internacional de Folclore de Mato Grosso - FIFOLK/MT	PA	MT	42.0	R$ 20.000,00
01400.0010123/2012-51	12 3234	CIA de Danças Folclóricas Trilhas da Amazonia / Fabio de Almeida Ferreira	Espetáculo: Mitos e Louvores da Amazônia / Encontro Nacional de Folguedos 2012	PA	PI	40.9	R$ 10.000,00

V - Eixo Formação e Capacitação - requerimentos individuais:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.010429/2012-15	12 3504	Eduarda Globekner Ohoe	Infinita Companhia Teatro de Animação - Formação de Bonequeiros	SP	Espanha	46.8	R$ 3.500,00
01400.010388/2012-59	12 3463	Ilza Maria Costa Nogueira	Grupo de Compositores da Bahia: a construção de uma identidade musical	PB	Itália	44.3	R$ 3.500,00
01400.010341/2012-95	12 3416	Marina Lobato Miranda	Festival La Musica Lirica 2012 / La Musica Lirica - 13th International Music Festival.	SP	Itália	43.7	R$ 3.500,00
01400.010427/2012-18	12 3502	Ana Marcela França de Oliveira	A natureza registrada nas pinturas de paisagem dos viajantes do século XIX brasileiro": difusão de um estudo em História da Arte como colaborador para os estudos da História Ambiental	RJ	Colômbia	42.5	R$ 3.500,00
01400.010441/2012-11	12 3516	Walkiria Moura Diniz de Jesus	Curso de aperfeiçoamento em artesanato, com ênfase na técnica de porcelana fria.	SP	Argentina	42.2	R$ 2.000,00

VI - Eixo Formação e Capacitação - requerimentos de grupos:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.010376/2012-24	12 3451	Espaço Cultural Nhá Rita - Memorial da Fazenda Cipó/Maria Stela Ferreira dos Santos	Espaço Cultural Nhá Rita no IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários	MG	PA	47.8	R$ 6.000,00
01400.010437/2012-53	12 3512	Gabriela Morales Tolent	Intercâmbio Cultural de aprimoramento na palhaçaria.	SC	SP	47.0	R$ 6.000,00
01400.010367/2012-33	12 3442	Cia d Fora/Thaís Rebello Zveibil	Cia d Fora - MOV-S 2012	RJ	Espanha	45.9	R$ 10.500,00
01400.010363/2012-55	12 3438	Arte Cultura!/Juliana Nocchi Dobal	Animação Stop-motion como forma de expressão e disseminação da cultura brasileira - Clube do Choro, em Londres / Animation: Puppet Making for Animation, Stop Motion Animation and Production	RJ	Inglaterra	43.7	R$ 7.000,00
01400.010438/2012-06	12 3513	APAP da Fundação das Artes de São Caetano do Sul	Operação de Riso - Treinamento e Pesquisa	SP	França	43.6	R$ 7.000,00

VIII - Eixo Economia Criativa - requerimento de grupos:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.010361/2012-66	12 3436	Lucas de Moraes Foster	Apoio para disseminação e difusão de produtos criativos de conteúdo audiovisual capazes de ampliar o conhecimento internacional sobre a identidade cultural brasileira relacionada ao esporte / "Vamos! Festival" de Cultura Latino - Lusófona	SP	Inglaterra	37.7	R$ 10.500,00

IX - Selecionados, em observância ao subitem 10.7.1, dentre todos os 4 eixos - requerimentos individuais:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.010365/2012-44	12 3440	Isabel de Moraes Rodrigues	Custeio de viagem à Nova York para curso de mestrado em Teatro e Educação pela Universidade de Nova York	SP	EUA	42.0	R$ 5.500,00
01400.010370/2012-57	12 3445	Rodrigo Desider Fischer	Participação no IX Congresso da Associação Internacional de Universidades de Teatro / IX World Congress of the Internacional University Theatre Association (AIUTU - IUTA).	DF	Bielorussia	41.7	R$ 5.000,00
01400.010415/2012-93	12 3490	Luana Lopes Rodrigues Michelotti	Participacao na Academia de Verao da Familie Floz	RJ	Itália	41.6	R$ 3.500,00
01400.005518/2012-31	12 1354	Hugo Patrick Moss	Participação do evento: MICHA 2012 International Michael Chekhov Workshop & Theatre of the Future	RJ	EUA	41.5	R$ 3.500,00
1400.010359/2012-97	12 3434	Flaviane dos Santos Malaquias	Arte Educação e Capoeira (Um Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro) / Conferência Regional Européia da INSEA - International Society for Education through Art (Sociedde Internacional de Arte Educação)	MG	Chipre	41.5	R$ 5.000,00
01400.0104106/2012-01	12 3481	Alana Alves de Oliveira	Participação no Boston International Ballet Competition (BIBC).	RJ	EUA	41.3	R$ 3.500,00
01400.010364/2012-08	12 3439	Luciano Luis Valério	PSILOSAMPLES no Festival Sonar/Bracelona / Sonar Barcelona 2012	SP	Espanha	41.2	R$ 3.500,00
01400.010390/2012-28	12 3465	Marcelo Feijó Rocha Lima	Lançamento do livro Imagens de Lisboa no espelho da fotografia: reflexos entre a sociologia urbana e a análise de imagens, e abertura da exposição Fotografias com Lisboa dentro.	DF	Portugal	40.9	R$ 3.500,00
01400.010371/2012-00	12 3446	Michelle de Sousa Bastos	Formação visual na escola francesa de fotografia Spéos / Identité Visuelle" (Identidade Visual) e "Portrait" (Retrato) na escola francesa de fotografia Spéos	DF	França	40.7	R$ 3.500,00
01400.010440/2012-77	12 3515	Luiz Arthur Leitão Vieira	Montagem de exposição e participação no PHOTOESPAÑA 2012	SP	Espanha	40.2	R$ 3.500,00
01400.010380/2012-92	12 3455	Clelia Ferraz Pereira de Queiroz	Corpulações BMC em Dança/Somatics and Technology Conference Chichester University Dance Departmente	BA	Reino Unido	40.00	R$ 3.500,00
01400.010351/2012-21	12 3426	Regina Maria Santana Moura	As espadas de fogo: a tradição Espanha e Brasil / Mestrado em Arte, Eduação e Cultura na Univeridade Internacional Menedez Pelayo - UIMP - Valência, Espanha	BA	Espanha	40.0	R$ 5.500,00
01400.010436/2012-42	12 3514	Susana Ramos Ventura	Participação no evento Tech Tour 2012: NYC & San Francisco com a finalidade de desenvolver livros digitais para educação	SP	EUA	40.0	R$ 3.500,00
01400.010431/2012-86	12 3506	Hemilin de Andrade Faustino	Participação do espetáculo Histórias Descalças no XV Festival Internacional de Oralidad Escénica BarrioCuento	SP	Cuba	39.5	R$ 3.500,00
01400.010346/2012-18	12 3421	Jaqueline Reis Vasconcellos	Conferência em Mov-s 2012: Mobilidade e visibilidade da Dança em países iberoamericanos, uma alternativa por meio da web 2.0 / Mov-s 2012 espacio Internacional para el Intercambio de la Danza y las Artes del Movimiento	SP	Espanha	39.5	R$ 3.500,00
01400.010398/2012-94	12 3473	Victor De La Rocque Bevilacqua Adrião	EPIPIDERME - encontros à volta da performance	PA	Portugal	39.1	R$ 3.500,00
01400.010360/2012-11	12 3435	Thiago Salas Gomes	Participação no MIA - Encontro de Música Improvisada da Atouguia da Baleia - Peniche. Portugal / Encontro de Música Improvisada de Atouguia da Baleia	SP	Portugal	38.5	R$ 3.500,00
01400.010395/2012-51	12 3470	Gabriela de Gusmão Pereira	Apresentação de Obra de Arte na Exposição Os Culturofagistas em Lisboa	RJ	Portugal	38.5	R$ 3.500,00
01400.010345/2012-73	12 3420	Silvia Caroline Moutinho de Andueza	Inserção de artistas brasileiros no Sistema internacional de arte / Documenta 13	RJ	Alemanha	38.4	R$ 3.500,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

01400.010356/2012-53	12 3431	Daniele Pereira Canedo	Pesquisa de campo - A Política Cinematográfica do Mercosul: promoção da diversidade cultural, integração de mercados ou ambos? Uma análise das perspectivas de integração regional do Cone Sul a partir do cinema / Participação na XX Reunião Ordinária da Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul e realização de visitas técnicas e entrevistas em Buenos Aires e Montevidéu.	BA	Argentina	38.2	R$ 2.000,00
01400.010362/2012-19	12 3437	Nancy Correa Plonczynski	Realização do 2º ciclo de mestrado em Ciencias da Cultura com qualificação/Mestrado em Ciencias da Cultura, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.	RJ	Portugal	37.9	R$ 5.500,00
01400.010066/2012-18	12 3185	Joyce Corrêa Fagundes	Divulgação da cultura funk carioca: o vestuário feminino em cena	RJ	Portugal	37.5	R$ 3.500,00
01400.010418/2012-27	12 3493	Isabella Luciana Campos Lima	Formação em documentário	SP	Cuba	37.0	R$ 3.500,00

IX - Selecionados, em observância ao subitem 10.7.1, dentre todos os 4 eixos - requerimentos de grupos:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.010378/2012-13	12 3453	Trio Madeira Brasil/Marcello Goncalves	Turnê Trio Madeira Brasil pela Alemanha e Itália / International Guitarsalon La Guitarre; Ravenna Festival	RJ	Alemanha	44.5	R$ 10.500,00
01400.010348/2012-15	12 3423	Grupo Pablo Fagundes/Pablo Viejo Fagundes	Difusão da Música Brasileira na França por Intermédio do Grupo Pablo Fagundes /	DF	França	44.3	R$ 7.000,00
01400.010407/2012-47	12 3482	Paulo Roberto de Oliveira Costa	Paulo Costa - Saveur de Bossa / Fetê de La musique Vile de Cannes	SP	França	44.1	R$ 7.000,00
01400.010389/2012-01	12 3464	Grupo XIX de Teatro/Janaina Fontes Leite	Intercambio Grupo XIX de Teatro e Teatro dell Argine no Festival Internacional La Scena Dell Incontro na Italia	SP	Itália	44.1	R$ 14.000,00
01400.010353/2012-10	12 3428	Ghetto filmes/Carlos Eduardo Vasconcelos	Festival Cinemadamare 2012 - Itália - intercâmbio	RJ	Itália	44.0	R$ 7.000,00
01400.010400/2012-25	12 3475	Chelpa Ferro/Jorge Velloso Borges Leão Teixeira	Chelpa Ferro no XI Módulo Expositivo do Carpe Diem Arte e Pesquisa e no Programa Próximo Futuro da Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa / XI Módulo Expositivo do Carpe Diem Arte e Pesquisa e Programa Próximo Futuro da Fundação Calouste Gulbenkian	RJ	Portugal	43.2	R$ 10.500,00
01400.010425/2012-29	12 3500	Associação Cultural Mimulus/80ª.Jacob's Pillow Dance Festival	Mimulus Cia de Dança - 80ª. Edição do Jacob's Pillow Festival, nos Estados Unidos	MG	EUA	43.0	R$ 21.000,00
01400.010117/2012-01	12 3228	Nefelibatários/Bruno Caldas Vianna	Labsurlab 2012 - performance, palestra e oficina	RJ	Equador	42.6	R$ 7.000,00
01400.010405/2012-58	12 3480	BA-BOOM/Alan Beserra Toledo da Silva	BA-BOOM: Apresentação musical no Festival OCHO RIOS JAZZ FESTIVAL 2012 (Jamaica) / Ocho Rios Jazz Festival - 22ª Edição.	SP	Jamaica	41.7	R$ 21.000,00
01400.010120/2012-17	12 3231	Ana Cecília Araújo Soares de Souza	Residência imersão na terra	CE	Colômbia	40.7	R$ 7.000,00
01400.010373/2012-91	12 3448	Cia Teatral Procênio/Felipe Henrique da Silva	Participaçao da Cia Teatral Procênio do 10.Off ART-Festival de Margarita - Ilha de Margatrita - Venezuela	SP	Venezuela	40.0	R$ 17.500,00
01400.010396/2012-03	12 3471	Atabakes Crew Cia de Dança José Willen Brasil Lima	Atabakes Crew Cia de Dança / 2º Festival Cerarense de Hip Hop	PA	CE	39.9	R$ 12.000,00
01400.010368/2012-88	12 3443	Zé Brown & SKW Trio/Catherine Marguerite Schlup	Zé Brown & SKW Trio / Festival Rio Loco Lusofonia 2012	BA	França	39.0	R$ 14.000,00
01400.010377/2012-79	12 3452	Onírios Produções/Alexander dos Santos	Aprimorando Conhecimentos no Audiovisual / Intensivo de Férias em Cinema Digital	ES	SP	38.8	R$ 5.000,00
01400.010419/2012-71	123494,00	Bruno Henrique Ribeiro Tonelli	7 ESTRELO - Terra Vive em Marrocos.	MG	Marrocos	38.8	R$ 10.000,00
01400.010383/2012-26	12 3458	André Pinheiro de Souza/grupo gato preto	festival berklee percussion week promovido pela berklee college of music em boston, massachussets usa	SP	EUA	38.5	R$ 10.500,00

Art. 2º - Tornar pública a relação dos requerimentos classificados, em lista de espera, dentre todos os eixos, em observância ao subitem 8.7.2 do edital:

I - Requerimentos Individuais:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	ORIGEM (UF)	DESTINO	PONTUAÇÃO	VALOR DO BENEFÍCIO
01400.010374/2012-35	12 3449	Flavia Fernanda Fernandes	Formação intensiva em Manipulação Física e Artes Integradas - Dudendance Theatre/ Escócia / Capacitação em Manipulação Física e Processo Criativo em Artes Integradadas com a Dudendance Theatre da Escócia	CE	Escócia	37.0	R$ 7.000,00
01400.010421/2012-41	12 3496	Daniele Ellery Mourão	Identidades em Trânsito - Cabo Verde, Guiné-Bissau, Brasil/Seminário Internacional "Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches" (Narrativas e memória social: abordagens teóricas e metodológicas).	RJ	Portugal	36.9	R$ 3.500,00
01400.010426/2012-73	12 3501	Eliane Torino Ribeiro	Eliane Torino: Exposição Fotográfica no Carrousel-du-Louvre	MG	França	36.6	R$ 3.500,00
01400.010352/2012-15	12 3427	Paulo de Oliveira Papaleo	MERKABAH - Instalação interativa de imagem e som	SP	França	36.5	R$ 3.500,00
01400.010116/2012-59	12 3227	Michele Shieh Barbosa	Intercâmbio musical / Green Mountain Chamber Music Festival	SP	EUA	36.0	R$ 5.500,00
01400.010393/2012-61	12 3468	Mariana Degani Cavalcanti Duarte Chatain	Oficina de Parangolés - Fragmentos da obra de Helio Oiticica	SP	França	35.8	R$ 3.500,00
01400.010357/2012-06	12 3432	Maria Guiomar Pessoa Ramos	Cafe com Leite: (agua e azeite)? / Narratives and Social Memory: Theoretical and Methodological Approaches	RJ	Portugal	35.7	R$ 3.500,00
01400.010366/2012-99	12 3441	Suzana Queiroga de Carvalho e Sousa	Proposta de solicitação de passagem área e per-diem para estadia de um mês em residência artististica na Academia de Artes de Viena, Akademie der Bildenden Künste Wien, Áustria.	RJ	Austria	35.0	R$ 7.000,00
01400.010436/2012-17	12 3511	Milena Flick Arruda	Trajetos para uma dramaturgia esperpêntica: capacitação no curso Teatro e Memória com Arístides Vargas e realização de entrevistas com membros do grupo de teatro Malayerba / Taller de Dramaturgia Teatro y Memória	BA	Equador	34.8	R$ 3.500,00
01400.010435/2012-64	12 3510	Francilins Castilho Leal	Begira Photo Festival	MG	Espanha	32.1	R$ 3.500,00
01400.010404/2012-11	12 3479	Sheilla Mara Piancó Pinto	Capacitação em Aspectos Financeiros e Jurídicos da Cultura	MG	BA	32.0	R$ 1.500,00
01400.010372/2012-46	12 3447	Thiago Ribeiro de Magalhães Leite	Participação em Conferencia Internacional de Estudos sobre Humor/ISHS Conference - International Society of Humor Studies Conference.	SP	Polônia	31.5	R$ 5.000,00
01400.010379/2012-68	12 3454	Daniel Chris Amato	Técnica Vocal e Folclore Brasileiro aplicado à Capoeira / Evento integrado de graduados de Israel: História do Brasil, Folclore Brasileiro e origens da capoeira; Técnica Vocal e o canto na Capoeira.	SP	Israel	31.0	R$ 5.000,00
01400.010397/2012-40	12 3472	Peter Francis Correa Gossweiler	Residencia Artística na Babayan Culture House (Capadócia, Turquia)	RS	Turquia	30.5	R$ 7.000,00
01400.010454/2012-91	12 3525	Antonio Mario da Silva Cunha	22° Encontro das Escolas de Jazz do IASJ	SP	Austria	30.5	R$ 5.000,00
01400.010119/2012-92	12 3230	Fabio Mourão Maciel	VJ Notívago no Festival Visual Brasil 2012	RJ	Espanha	30.1	R$ 3.500,00
01400.010336/2012-82	12 3411	Emmanuele Maria Cucchi	Baticumbum no Festival Latinoamericando Expo 2012	RJ	Itália	30.1	R$ 3.500,00
01400.010350/2012-86	12 3425	Rogério Shieh Barbosa	Participação no Festival de Música de Meadowmount / Meadowmount Music Festival	SP	EUA	27.1	R$ 9.500,00

I - Requerimentos de grupos:

01400.010392/2012-17	12 3467	Associação Pracatum Ação Social - APAS/Selma Nery Calabrich	Candyló - Festival Back2Black	BA	Inglaterra	38.3	R$ 24.500,00
01400.010384/2012-71	12 3459	Caetano Cia de Dança - CCDD / Thiago Piquet da Cunha	Dancerveira - Festival de Dança de Vila Nova de Cerveira/Portugal	RJ	Portugal	38.0	R$ 17.500,00
01400.010118/2012-48	12 3229	Nathy Faria / Rodrigo Gasparini Rodrigues	Show de Nathy Faria e seu projeto Saindo do Lugar na FIM Guadalajara / FIM - FERIA INTERNACIONAL DE MUSICA DE GUADALAJARA	MG	México	37.7	R$ 17.500,00
01400.010121/2012-61	12 3232	CIA OBCENA DE ARTES / Thiago Enoque Maia de Castro	CIRCULANDÔ NORDESTE / Laboratório de Criação em Dança	BA	RN	37.0	R$ 3.000,00
01400.010337/2012-27	12 3412	Cia Pau D´arco de Teatro/ Fabia Caroline Szvaticsek Brauer	Programa de Intercâmbio teatral entre América Latina e Leste Europeu em Belgrado, Sérvia / Programa de Intercâmbio de Teatro Contemporâneo	SP	Sérvia	36.3	R$ 20.000,00
01400.010399/2012-39	12 3474	Grupo Vida Seca/ Ricardo Sousa Rezende Roquete	Show Som de Sucata com Grupo Vida Seca no evento Y-DÍNAMO	GO	Portugal	34.5	R$ 14.000,00
01400.010349/2012-51	12 3424	Grupo Chorus/ Miriam Keiko Hosokawa	Música Brasileira na Venezuela - Festival Internacional D´Canto	PR	Venezuela	32.6	R$ 28.000,00
01400.010342/2012-30	12 3417	Série Duo - Piano & Flauta / Julia Guimarães Neves	Série Duo - temporada de concertos e oficinas de música instrumental brasileira em Portugal. Estréia no evento cultural da Programação Comemorativa do 20 aniversário da Casa do Brasil de Lisboa.	RJ	Portugal	32.0	R$ 7.000,00

Art. 3º - Tornar pública a relação dos requerimentos desclassificados pela Comissão de Avaliação e Seleção do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural:

PROCESSO	PRONAC	REQUERENTE	TÍTULO DO PROJETO / EVENTO	PONTUAÇÃO	RAZÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO
01400.010414/2012-49	12 3489	Jayme Vignoli Rodrigues de Moraes	5º Encontro de Choro de Toulouse/Festival Rio Loco - Jayme Vignoli		Subitem 5.11
01400.010408/2012-91	12 3483	Rui Edmundo Miranda Mendes Pereira e Alvim	5º Encontro de Choro de Toulouse/Festival Rio Loco - Rui Alvim		Subitem 5.11
01400.010411/2012-13	12 3486	Naomi Kumamoto	5º Encontro de Choro de Toulouse/Festival Rio Loco - Naomi Kumamoto		Subitem 5.11
01400.010412/2012-50	12 3487	Mauricio Lana Carrilho	5º Encontro de Choro de Toulouse/Festival Rio Loco - Mauricio Carrilho		Subitem 5.11
01400.010447/2012-99	12 3521	Celso José da Silva	5º Encontro de Choro de Toulouse/ Festival Rio Loco - Celsinho Silva		Subitem 5.11
01400.010115/2012-12	12 3226	Maria José Felizardo Moço / Letícia Felizardo Rodrigues	Participação no BIBC (Boston International Ballet Competition)	41	Subitem 8.5
01400.005736/2012-76	12 1483	Thais de Souza Loureiro	Participação na MICHA 2012 International Michael Chekhov Workshop & Theater Of The Future	33.1	Subitem 8.5

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

01400.010391/2012-72	12 3466	Hyenas Collective/ Leandro da Costa Teixeira	Hyenas Collective - LPM Festival 2012 LPM Live Performers Meeting - Encontro de Video performances, artistas visual e VJs - Edição 11		Subitem 5.27
01400.010402/2012-14	12 3477	Leandro da Costa Teixeira	Hyenas Collective - LPM Festival 2012 / LPM Live Performers Meeting - Encontro de Video performances, artistas visual e VJs - Edição 11		Subitem 5.27
01400.010385/2012-15	12 3460	Dalila Camargo Martins	Mostra: uma breve história da experimentação audiovisual brasileira / Laagencia: proyecto de residencia artística	25.4	Subitem 8.7
01400.010417/2012-82	12 3492	Espaço Cultural Souza Lima/Antonio Mario da Silva Cunha	BIN - Berklee International Network		Subitem 5.20
01400.010369/2012-22	12 3444	Pedro David de Oliveira Castello Branco	Série Aluga-se no festival internacional de fotografia Photo Espanha / Exposição "Esquizofrenia Tropical" dentro da XV edição do Festival internacional de Fotografia e Artes Visuais Photo España - 2012	35.2	Subitem 8.5
01400.010442/2012-66	12 3517	Thiago Henrique Alves de Oliveira	Cultura Itinerante com Quarteto de Cordas		Subitens 5.20 e 13.17
01400.010343/2012-84	12 3418	Festival de Fotografia e Arte Popular / Valéria Laena Bezerra Rolim	Festival de Fotografia e Arte Popular em Estremoz - Portugal		Subitem 5.20
01400.010386/2012-60	12 3461	Gustavo Parrilo da Nóbrega	Batalha Antropofágica/Exposição : Os Culturofágistas	38	Subitem 8.5
01400.010347/2012-62	12 3422	Daniela Brayner Nunes dos Santos	Participação no evento de economia criativa Futur en Seine / Futur en Seine	24.2	Subitem 8.7
01400.010382/2012-81	12 3457	Gilsamara Moura Robert Pires	Participação no MOV-S (Encuentro Internacional de Danza y Artes del Movimiento) como convidada e representante da Universidade Federal da Bahia.	35.2	Subitem 8.5
01400.010338/2012-71	12 3413	Sonora Parceria - Música Súbita / Marco Vanderlei Alves de Oliveira	Música Súbita - Brasil Sul Mercosul Música InComum / CLUB BRASIL - PROGRAMA DEDICADO À MÚSICA E À CULTURA DO BRASIL	21.3	Subitem 8.7
01400.010381/2012-37	12 3456	Saulo Oliveira Laudares	SoundySistemBerlin-Uma residência artística	12.5	Subitem 8.7
01400.010428/2012-62	12 3503	Marcelo da Silva Olinto	BAIT MAN, da Cia dos Atores e Gerald Thomas - Lisboa/Portugal		Subitem 5.11
01400.010387/2012-12	12 3462	Amaranta Gasperotto Krepschi	Brasil-Portugal, São Paulo e Lisboa, Uma Proposta e Diálogo e Pensamento em Torno do Corpo na Cidade		Subitem 5.11
01400.010432/2012-21	12 3507	Michelle Couto Silva Bruck	The "Brasil" Through Music	22.4	Subitem 8.7
01400.010423/2012-30	12 3498	Danielle dos Reis Blanco	Participação de aluna de pós graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da região Norte no Compós 2012 - Congresso de nacional dos programas de pós graduação em comunicação.	25	Subitem 8.7

Art. 4º - Foram disponibilizados R$ 550.000,00 (quinhentos e cinqüenta mil reais) para o presente período, divididos entre os quatro eixos e as duas categorias de requerimentos, observados os subitens 10.5, 10.7, 10.7.1 e 10.8 do Edital de Intercâmbio n. 1/2012.

Art. 5º - O atendimento e a distribuição dos recursos financeiros serão feitos em ordem decrescente de pontuação para cada categoria, em observância ao item 4 e aos subitens 8.7.2, 8.8, 10.7, 10.7.1 e 10.8 do Edital de Intercâmbio n. 1/2012.

Art. 6º - No caso de requerimentos de grupos, os recursos financeiros serão creditados nas contas bancárias dos beneficiários indicados pelo requerente.

Parágrafo único. A indicação dos beneficiários deverá ser apresentada pelo requerente, juntamente com a documentação complementar a que se refere o item 9 do Edital de Intercâmbio n. 1/2012, observadas eventuais recomendações da Comissão de Avaliação e Seleção do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural.

Art. 7º - Os candidatos selecionados que não cumprirem as obrigatoriedades documentais ou que deixarem de cumprir as condições legais, fiscais e documentais incidentes, perderão o benefício.

Art. 8º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.320, DE 14 DE MAIO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, conforme o disposto no art 31, da Lei nº 9649, de 27 de maio de 1998, resolve:

Art 1º. Criar o distintivo do Curso Avançado de Defesa (CAD - SUL) de acordo com o modelo que acompanha esta Portaria e as seguintes características:

a) sobre o centro da calota esférica será aplicado o Cruzeiro do Sul em ouro, com o emblema da UNASUL em faixas brancas, sobre um campo azul-turquesa em esmalte, circundado por uma corrente também em ouro, de elos retangulares ligeiramente curvo nos cantos;

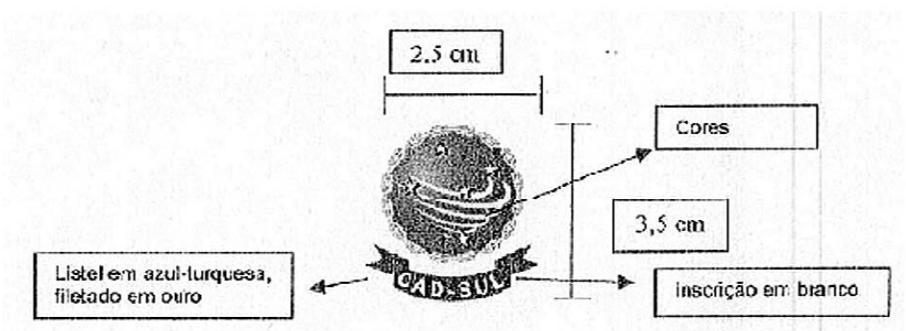
b) o Cruzeiro do Sul circundado pela corrente simboliza a Segurança Nacional;

c) a abreviatura CAD-SUL, inscrita na faixa distendida, identifica a denominação do curso;

d) o distintivo constituirá uma peça única, estampada em ouro, esmaltada nas partes coloridas;

e) o distintivo disporá de um fixador com tarraxa; e

f) tamanho e forma idêntica aos do desenho.



g) O distintivo ora criado passa a identificar os concludentes do CAD-SUL a partir de 2012 (inclusive).

Art 2º. O uso do distintivo pelos militares far-se-á de acordo com o regulamento de uniformes da respectiva Força.

Parágrafo único. Os estagiários civis, diplomados no CAD-SUL, poderão usar, na lapela, uma miniatura do distintivo.

Art 3º. A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CELSO AMORIM

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 239/GC6, DE 14 DE MAIO DE 2012

Fixa diretrizes e delega competências para autorizar a concessão de diárias e passagens e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no § 1º do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e da Portaria nº 1.042/MD, de 17 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º A concessão de diárias e passagens aos militares e servidores civis deverá ser autorizada pelo Comandante da Aeronáutica nos seguintes casos:

I - deslocamentos por prazo superior a dez dias contínuos;

II - mais de quarenta diárias intercaladas no ano;

III - deslocamentos de mais de dez pessoas para o mesmo evento; e

IV - deslocamentos para o exterior com ônus.

Art. 2º Fica delegada competência aos dirigentes de OM, em função de Ordenador de Despesas titular, para autorizarem a concessão de diárias, passagens terrestres e locomoção, no país, aos militares e servidores civis de suas respectivas Organizações e OM apoiadas ou subordinadas, nas situações não enquadradas no art. 1º da presente Portaria.

Parágrafo Único. Nos deslocamentos para participação em curso de formação ou de aperfeiçoamento ministrados por escolas do governo, cabe às autoridades elencadas no caput autorizarem a concessão de diárias e passagens nos casos dos incisos I e III do art. 1º.

Art. 3º Fica delegada competência aos dirigentes máximos de Órgão de Direção-Geral, Órgãos de Direção Setorial, Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica e CFIAe, bem como ao Subdiretor de Encargos Especiais da DIRINT, para autorizarem a concessão de passagens aéreas, no país, aos militares e servidores civis de suas Organizações e OM apoiadas ou subordinadas, nas situações não enquadradas no art. 1º da presente Portaria.

Parágrafo Único. A competência do Subdiretor de Encargos Especiais da DIRINT é limitada às concessões de passagens aéreas para deslocamentos para fins de assistência à saúde, conforme previsto em legislação específica.

Art. 4º É vedada a subdelegação de competência de que tratam os art. 2º e 3º da presente Portaria.

Art. 5º As autorizações para a realização de despesas enquadradas no inciso I, II e III do art. 1º deverão ser solicitadas pela OM interessada diretamente ao GABAER, com cópia ao respectivo ODGSA, conforme modelo estabelecido no Anexo da presente Portaria.

§ 1º As solicitações deverão ser enviadas pelas OM, de forma consolidada, até o dia 20 do mês anterior ao início das missões, via mensagem fac-símile. Caso não atendido tal prazo, a autoridade solicitante deve expor, na mensagem, as justificativas do fato.

§ 2º Em caso de discordância, os ODGSA deverão encaminhar sua manifestação ao GABAER até o dia 25 do mês anterior ao início das missões.

§ 3º A UG deverá autuar e indexar cópias das mensagens fac-símile de solicitação e de autorização no respectivo PAG.

§ 4º Caberá aos agentes elencados no art. 2º instituir controle para identificar os casos que venham a se enquadrar no inciso II do art. 1º.

Art. 6º As autorizações para a realização de despesas enquadradas no inciso IV do artigo 1º deverão obedecer ao disposto na ICA 12-10 - Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX).

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

SOLICITAÇÃO PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS
FICHA Nº XX/[SIGLA DA OM]/AAAA

1) De acordo com o art. 5º da Portaria nº 239/GC6, de 14 de maio de 2012, consulto V.Exa. quanto à possibilidade de autorizar a concessão de diárias e passagens ao(s) militar(es)/servidor(es) abaixo elencado(s), conforme motivo(s) assinalado(s):

a) ( ) deslocamento por prazo superior a dez dias contínuos.
b) ( ) mais de quarenta diárias intercaladas no ano.
c) ( ) deslocamento de mais de dez pessoas para o mesmo evento.

Posto / Grad / Categoria / Nome completo	OM Proponente	ODGSA	Número de diárias já concedidas *

* Utilizar somente para os casos enquadrados na letra "b".

2) Informo a V.Exa., complementarmente:

a) Descrição do serviço/missão: _____
_____.
b) Localidade: _____ /____ Período: _____ a _____.
c) Valor estimado de despesas com diárias: R$_____ Nº total de diárias: _____
d) Valor estimado de despesas com passagens: R$_____
e) Declaro que as despesas estimadas estão contidas nos limites de créditos estabelecidos para a OM e que o planejamento da missão considerou o princípio da economicidade, apresentando menor valor em comparação à concessão de ajuda de custo. Disponibilizo o e-mail [domínio aer.mil.br ou aer.intraer] para tramitação da mensagem de resposta.
f) Informações complementares: _____ .

[Localidade], _____/____/_____.
(Autoridade Solicitante)

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 22.916/07 - BP "GEAN PATRIK III"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Reginaldo Vilhena de Araújo (Proprietário)
Advogado : Dr. Haroldo Alves dos Santos OAB/PA 2.616
: Cícero Carneiro Lisboa da Silva (Comandante) - Revel
Despacho : "Aberta a Instrução. À D. Procuradoria para Provas."

Proc. nº 24.672/10 - Embarcação "PRIMÍCIA III"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Celso Irineu Coelho (Mestre) - Revel
: Daniel dos Santos (Tripulante) - Revel
Despacho : "Declaro a Revelia dos Representados Celso Irineu Coelho e Daniel dos Santos por terem apresentado defesa em desacordo com o Art. 31 da Lei 2.180/54. Notificá-los da condição de Revelia via Delegacia da Capitania dos Portos."

Proc. nº 25.497/10 - Lancha "MANGUEZAL" e outra EMB
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Dr. Luis Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Edson Luiz de Souza (Condutor inabilitado)
Advogado : Dr. João de Souza Vasconcelos Neto OAB/SP 175.019
: Daniel Ravanelli Losada (Proprietário)
Advogado : Dr. Armando Cunha Junior OAB/SP 78.533
Despacho : "Aos representados para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Proc. nº 25.560/10 - BM "A. SANTOS"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Paulo Alfon (Comandante) - Revel
Despacho : "Declaro a Revelia do Representado, tendo em vista ter apresentado defesa em desacordo com o art. 31 da Lei 2.180/54. Notificá-lo da condição de Revelia via Capitania."

Proc. nº 26.263/11 - LM "TAPAJÓS CAT II"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Viação Tapajós Ltda. (Proprietária)
Advogado : Dr. Jaime Bandeira Rodrigues OAB/RS 41.259
Despacho : "Ao Representado para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Proc. nº 25.957/11 - NM "ALGEORGIS"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Hilário Arturo jr. (Comandante)
Advogado : Dr. Bernardo Lucio Mendes Vianna OAB/RJ 66.683
Despacho : "Ao Representado para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Proc. nº 26.121/11 - Rb "MONTE DOURADO" e outra EMB
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : REICON - Rebelo Indústria, Comércio e Navegação Ltda.(Proprietária/Armadora)
Advogada : Drª Ilana Levy Guimarães OAB/PA 11.668
Despacho : "Encerro a Instrução À D. Procuradoria, para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

Proc. nº 24.417/09 - NM "MSC MANDRAKI"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Sepetiba Tecon S.A.
Advogada : Drª Lilian Schaefer OAB/RJ 71.772
Despacho : "Ao Representado para Razões Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

Proc. nº 24.632/10 - Rb "HAROLDO RAMOS" e outra EMB
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Bourbon Offshore Marítima S/A (Proprietária/Armadora)
Advogado : Dr. Horácio Veiga de Almeida Neto OAB/RJ 124.159
Despacho : "Defiro o Depoimento Pessoal de Alvaro Monteiro de Lima Costa arrolado à fl. 238 pela Defesa do Representado. Designo o próximo dia 25/06/12, às 10hs para realização de Audiência de Instrução.
Publique-se.
Notifique-se a PEM.
Intime-se o Depoente."

Proc. nº 24.857/10 - Batelão "EVERALDINHO FILHO" e outra EMB
Relator : Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Antonio José Matias Ferreira (Condutor inabilitado) - Revel
: Francisco das Chagas Batista de Oliveira (Condutor inabilitado) - Revel
Despacho : "Em face do cumprimento dos Mandados de Citação às fls. 74 e 89, da Certidão à fl. 107, da manifestação da PEM à fl. 105V pela declaração de revelia, da manifestação da DPU à fl. 108 pela impossibilidade de apresentar defesa técnica em favor dos Representados em razão do estatuído no art. 3º, inciso II, do CPC e, apesar da Portaria nº 004/2010 (25/03/10)às fls. 101 e 102 da E. Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Eirunepé autorizar a autuação de Defensores Públicos Leigos em sua jurisdição, declaro a revelia dos Representados Antonio José Matias Ferreira e Francisco das Chagas Batista de Oliveira.
Recebo as Petições às fls.75 a 77 e 95 a 98 como peças de informação (auto defesas) com fundamento no princípio da ampla defesa.
Publique-se.
Notifiquem-se os Representados.
Aberta a Instrução.
À PEM para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Proc. nº 25.345/10 - Jangada "FELIZ NAS ONDAS"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Manoel Paulo Santos da Silva (Proprietário),
: João Maria Gomes da Silva (Pescador) e
: Mirélio do Vale Ribeiro (Pescador)
Advogado : Dr. Frederico Carlos Ferreira Machado OAB/RN 492-A
Despacho : " 1) Encerrada a Instrução.
2) Indefiro as preliminares de inépcia da representação, de prescrição e de nulidade absoluta por ausência de inquérito, suscitadas às fls. 126, 127 e 128 por falta de fundamento, eis que a representação está instruída conforme o art. 41, da Lei 2.180/54 c/c o art. 62, do RIPTM; a alínea "a", do § 1º, do art. 41, da Lei 2.180/54 não se aplica ao caso; e o inquérito foi formalmente instaurado de acordo com a Portaria nº 02 da CPRN, conforme as razões apontadas pela PEM às fls. 138 a 142.
3) À PEM para Razões Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

Proc. nº 25.550/10 - BP "DAIANA"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Emanoel Santos Estuqui (Proprietário/Condutor)
Advogado : Dr. André de Azevedo Philippi OAB/SC 20.579
Despacho : "Diante do silêncio do Representado, indefiro a produção das provas requeridas.
Encerrada a Instrução.
À PEM para Razões Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

Proc. nº 24.186/09 - Embargos Infringentes - NM "BEBEDOURO" e outra EMB
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Embargantes : Stipe Stanicic; e
: Silvano Lusetic
Advogado : Dr. Nilo Dias de Carvalho Filho OAB/SP 69.555
Embargada : Procuradoria Especial da Marinha
Representados : Cornelis de Wit (Comandante);
: Stipe Stanicic (Chefe de Máquinas); e
: Silvano Lusetic (Contramestre)
Advogado : Dr. Nilo Dias de Carvalho Filho OAB/SP 69.555
: João Acioli Nogueira (Prático)
Advogada : Drª Leonilia Maria de Castro Lemos OAB/RJ 75.746
Despacho : "Aos Embargantes Stipe Stanicic e Silvano Lusetic para apresentação do recibo do pagamento do devido preparo sob pena deserção."
Prazo : "05(cinco)dias"

Proc. nº 24.763/10 - Canoa SEM NOME
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dr. Luis Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Eduardo Cesar Correia Costa (Proprietário/Condutor) - Revel
Gonçalo Francisco dos Santos (Condutor) - Revel
Despacho : "Aos Representados para Provas"
Prazo : "05(cinco)dias"

Proc. nº 24.897/10 - NM "MR. CHAFIC" e outra EMB
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Gilzio Greco Moreira (Prático)
Advogado : Dr. Caio Cesar da Silva Carvalho OAB/RJ 145.031
: Nitshore Engenharia e Serviços Portuários S/A.
Advogada : Drª Milena Motta de Assumpção OAB/RJ 125.615
Despacho : "Aos Representados para Alegações Finais"
Prazo : "10 (dez) dias."

Proc. nº 24.955/10 - Lancha "LUNARA" e outra EMB
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Ildemiro Fernando Mazeto (Condutor/Proprietário) - Revel
Despacho : "Ao Representado para falar em Provas"
Prazo : "10 (dez) dias."

Proc. nº 25.075/10 - Embarcação "ONDA VERDE"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Jailson Rocha(Condutor) - Revel
Despacho : "Publique-se Edital de Notificação da Decretação de Revelia do Representado, nos termos da Promoção da PEM de fls. 140.
Aberta a Instrução, à PEM para provas."

Proc. nº 25.376/10 - Lancha "COMTE VÔTE" e outra EMB
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : José Cândido Braga Curina (Condutor);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

: Lucival Gonçalves Albides (Condutor); e
: Manoel Ivan Reis Batalha (Responsável pela embarcação "COMTE VÔTE")
Advogado : Dr. Wander Tadeu de Souza OAB/AM 6.714
: Conselho Indígena do Vale do Javari - CIVAJA (Proprietário)
Despacho : "Aos Representados para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 25.471/10 - Embarcação "GOTA NEGRA" e outra EMB
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Valmir da Cruz Abreu Júnior (Condutor inabilitado)
Advogado : Dr. Fernando Três Fior OAB/RS 62.572
: Rogério Denario Konrath (Proprietário)
Advogado : Dr. Paulo Adil Ferenci OAB/RS 28.722
Despacho : "O Processo está em ordem, as partes foram regularmente citadas e apresentaram defesa tempestiva através de advogados regularmente constituídos.

O representado Valmir da Cruz Abreu Júnior apresenta preliminar em sua defesa na qual aduz que estaria sendo alvo de processo criminal pelo mesmo fato e que uma punição nesta Corte seria dúplice, motivo para que a representação não fosse recebida.

A PEM acerca da preliminar promoveu por sua rejeição, dizendo que as esferas penal e administrativas não se confundem e tratam de matérias distintas e autônomas, não prejudicando a apreciação por esta Corte o andamento de processo criminal pelos mesmos fatos.

Devem ser acatados os argumentos da PEM e ser rejeitada a preliminar. De fato a competência do Tribunal Marítimo está fixada pelo Art. 13 da Lei 2.180/54 e é com base em um acidente e em um fato da navegação que a PEM busca a punição administrativa dos representados. Os efeitos dessa decisão podem ou não influenciar o Juízo Criminal e vice-versa, estando cada esfera de jurisdição adstrita às matérias que a Lei lhes impõe. Assim, rejeito a preliminar. Intimem-se as partes sobre esta decisão.

Tendo a PEM se manifestado sobre provas, aos representados para que, igualmente, se manifestem se pretendem produzir novas provas, justificando.

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 15 de maio de 2012.

SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6.715ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2012 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Exmº Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmºs Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO CEZAR BOKEL, SERGIO BEZERRA DE MATOS e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

23.317/2008, 23.867/2008, 24.213/2009, 24.694/2010, 25.777/2011, 24.958/2010, 25.100/2010, 25.971/2011 e 26.033/2011 da Exmª Srª Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 25.792/2011 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "ASTRO BADEJO" e a plataforma "PRIDE PORTLAND", de bandeira bahamense, ocorrido no Campo de Baleia Franca, bacia do Espírito Santo, em 09 de março de 2010.

Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Rubilar Peres Silveira (Comandante).

Nº 26.579/2011 - Fato da navegação envolvendo o NM "KANG YAO", de bandeira de Hong Kong, e três passageiros da catraia "LOPES III", ocorrido no porto de Santos, São Paulo, em 23 de setembro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Wang Yuelai (Comandante) e Eduardo Romero de Santana (Supervisor da Amarração).

Nº 26.423/2011 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, ocorrido no rio Ipixuna do Maranhão, município de Limoeiro do Ajuru, Pará, em 08 de outubro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Benedita Ferreira da Costa (Proprietária) e Raimundo Cezar Serrão Pantoja (Condutor inabilitado). Medidas Preventivas e de Segurança: retirar de tráfego a embarcação "SEM NOME 13" até que providencie a proteção do eixo, com fulcro no artigo 4, letra "a", c/c o art. 16, inciso II, da LESTA.

Nº 26.591/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo o BM "CIDADE DE LÁBREA" com pedras submersas, ocorridos no rio Purus, Canutama, Amazonas, em 23 de agosto de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Adalcy Teixeira da Silva (Proprietário/Condutor).

Nº 26.725/2012 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "MATHEUS SALES", ocorrido no rio Negro, porto de Manaus, Amazonas, em 01 de outubro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representada: Trairi Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. (Proprietária).

JULGAMENTO

Nº 25.652/2011 - Fato da navegação envolvendo o BP "ELIUDE I" e dois tripulantes, ocorrido nas proximidades da praia de Genipabu, município de Extremoz, Rio Grande do Norte, em 24 de abril de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Genildo Valdevino dos Santos (Pescador Profissional), Advª Drª Suzana de Queiroz Alves (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, letra "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de dolo, condenando GENILDO VALDEVINO DOS SANTOS à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5°, combinado com o art. 127, agravado pelo art. 135, incisos II e VII e ao cancelamento da matrícula de pescador profissional de acordo com o art. 123, inciso I combinado com o art. 12, letra "f, da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94, dispensando-o do pagamento das custas processuais conforme requerido. Oficiar à Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte, agente da Autoridade Marítima, as infrações ao RLESTA, art. 11 (conduzir embarcação ou contratar tripulante sem habilitação para operá-la) e art. 14, inciso II (possuir Rol de Equipagem em desacordo com o Cartão de Tripulação de Segurança) e a infração à Lei nº 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometidas pela proprietária do B/P "ELIUDE I", Eliude Mota dos Santos e a infração ao RLESTA, art. 12, inciso III (portar a documentação relativa à habilitação desatualizada), cometida pelo mestre do B/P "ELIUDE I", Abrahão Pereira dos Santos.

Nº 23.663/2008 - Acidente da navegação envolvendo a draga "KAFALU I", ocorrido no rio Paraná, Porto Figueira, Alto Paraíso, Paraná, em 08 de maio de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Devanir de Araújo (Piloto) - Revel, Dione Olazar (Tripulante) - Revel e Amarildo Marangoni - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência dos três representados, que suspenderam mesmo cientes da existência da avaria no casco que provocava o alagamento dos porões da embarcação e da negligência dos dois primeiros representados, que mesmo cientes da avaria, deixaram de cumprir a rotina de esgotamento da água antes de suspender. Condena-se, assim, o mestre da embarcação, Sr. DEVANIR DE ARAÚJO, à pena de multa no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) e repreensão, o marinheiro da embarcação, Sr. DIONE OLAZAR, à pena de multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) e repreensão e o gerente da armadora, Sr. AMARILDO MARANGONI, à pena de multa no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) e repreensão, todas as penalidades nos termos dos artigos 121, incisos I e VII e 124, inciso V, da Lei nº 2.180/54. Custas proporcionais na forma da lei. Deve, ademais, ser oficiada a Delegacia Fluvial de Guairá, agente da Autoridade Marítima, para que aplique as sanções cabíveis à armadora da embarcação, F. Andreis & Cia. Ltda., em razão da infração aos artigos 13, inciso III (não dispor a bordo de todos os tripulantes exigidos pelo CTS) e 28, inciso II (infração a normas concernentes aos requisitos de conservação da embarcação) do RLESTA. Medidas Preventivas e de Segurança: retirar de tráfego a balsa "KAFALU I" até que seja considerada pelo representante da Autoridade Marítima apta a navegar com segurança.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL

Nº 26.089/2011 - Acidente da navegação envolvendo o ferry boat "ANA PAULA HORTÊNCIO I", ocorrido nas proximidades do porto de Vila do Conde, Barcarena, Pará, em 27 de setembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como causa determinante não apurada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente da Autoridade Marítima, quanto às infrações ao RLESTA: artigos 13, inciso III (Cartão de Tripulante e Segurança) e 19, inciso I, como também a falta de seguro obrigatório DPEM, por parte do proprietário.

Nº 26.073/2011 - Acidente da navegação envolvendo o navio sonda "PEREGRINE I", de bandeira finlandesa, ocorrido na bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 08 de julho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 26.293/2011 - Fato da navegação envolvendo o NM "CASTILLO DE HERRERA" e o Praticante de Oficial de Náutica, ocorrido nas proximidades do Cabo de São Tomé, Bahia, em 30 de junho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Drª Mônica de Jesus Assumpção.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição fez uso da mesma o Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves que requereu autorização para DELEGAR ATRIBUIÇÕES ao Sr. Delegado da Capitania dos Portos em Itajaí, para que a autoridade faça oitiva de testemunhas arroladas nos Autos do Processo nº 23.858/2008 e nada mais havendo a tratar, às 14h40min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmº Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, em 10 de maio de 2012.
LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

DIVISÃO JUDICIÁRIA

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

Proc. nº 23.516/2008
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : Embarcação "TETE". Acidente da Navegação. Colisão de embarcação brasileira com banhistas em águas brasileiras, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Maragogi, Alagoas. Infrações ao RLESTA. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados : Gildo de Souza Mendonça (Proprietário) - Revel; e José Robson dos Santos Souza (Condutor inabilitado) - Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão da embarcação "TETE" com dois banhistas estrangeiros, causando-lhes lesões corporais, quando se encontravam na praia do município de Maragogi, AL, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: falha na condução da embarcação; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imperícia e negligência do 1º Representado e imprudência do 2º Representado, responsabilizando Gildo de Souza Mendonça e José Robson dos Santos Souza, condenando-os à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) para cada um, com fundamento no art. 121, VII e § 5º, da mesma lei. Custas divididas na forma da lei. Oficiar à DPC as infrações aos art. 16, inciso I e art. 19, inciso II, ambos do RLESTA, cometidas por Gildo de Souza Mendonça. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 05 de maio de 2011.

Tribunal Marítimo, em 15 de maio de 2012.

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

PORTARIA Nº 837, DE 10 DE MAIO DE 2012

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, regimentais e estatutárias, e considerando o que consta no processo 23107.006016/2012-85, resolve:

RETIFICAR a Portaria UFAC nº 0756/2012, de 23 de abril de 2012, publicada no D.O.U. nº 88, de 8 de maio de 2012, seção 2, página 13, que contratou Conceição Fiesca de Lima no cargo de Professor do Magistério Superior, onde se lê: "[...] NA CATEGORIA DE PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR - TEMPORÁRIO, CLASSE ASSISTENTE", leia-se "[...] NA CATEGORIA DE PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR - TEMPORÁRIO, CLASSE AUXILIAR".

OLINDA BATISTA ASSMAR

PORTARIA Nº 849, DE 11 DE MAIO DE 2012

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, regimentais e estatutárias, e considerando o que consta no processo 23107.003027/2012-11, resolve:

RETIFICAR a Portaria UFAC nº 0589/2012, de 30/3/2012, que nomeou, no cargo de Professor Substituto do Magistério Superior, Classe Auxiliar, Padrão 001, a servidora Francisca Fernanda Barbosa da Silva, onde se lê: "[...] EM REGIME DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS", leia-se "[...] EM REGIME DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS".

OLINDA BATISTA ASSMAR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PORTARIA Nº 36, DE 14 DE MAIO DE 2012

O Diretor do Centro de Ciências da Saúde, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Edital nº 002/2012-CCS, publicado na Seção 3, do DOU, de 05/04/2012; o Processo nº. 23111.026567/11-26; e as Leis nºs. 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 27.10.99 e 15.05.03, respectivamente, RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 35/2012-CCS, publicada na seção 1, do DOU, em 14/05/2012.

Art. 2° Homologar o resultado final do processo seletivo, para contratação de Professor Substituto Classe Auxiliar, Nível I, pelo período de até 12 (doze) meses em Regime de Tempo Parcial TI - 40 (quarenta) horas semanais, na área de Fisiologia, do Departamento de Biofísica e Fisiologia, do Centro de Ciências da Saúde, do Campus Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina - PI, habilitando os candidatos FRANCISCO LEONARDO TORRES LEAL (1° colocado) e GILMARA PERES RODRIGUES (2ª colocada), classificando para contratação o 1° colocado.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DOS SANTOS ROCHA FILHO

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

PORTARIA Nº 20, DE 15 DE MAIO DE 2012

O DIRETOR EM EXERCÍCIO DO CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Edital nº 03/2012 - CSHNB, de 03 de abril de 2012, publicado no DOU de 04 de abril 2012, o processo nº 23111.026998/11-38 e as Leis nºs. 8.745/93; 9.849/99, e 10.667/2003, publicadas em 10.12.93; 27.10.93 e 15.05.2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto, com lotação no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos/PI, da forma como segue:

1. Administração - Professor Classe Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral - TI-40 (quarenta) horas semanais - Habilitando os candidatos IVANA HERTHA DE ALMEIDA LUZ (1º lugar), JAMES ELEMIEVERSON CARVALHO OLIVEIRA (2º lugar), MARCIEL LOPES LIMA (3º lugar) e classificando para contratação a 1° colocada.

HERCÍLIA MARIA LINS ROLIM SANTOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS DE ALEGRE

PORTARIA Nº 9, DE 15 DE MAIO DE 2012

A Presidenta da Comissão designada pela Portaria nº. 143, de 13 de abril de 2012, do Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus de Alegre, homologa e torna público o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para a contratação de Professor Substituto para as Disciplinas da área de Biologia, objeto do Edital nº. 02/2012, de 18/04/2012, publicado no DOU de 19/04/2012, conforme discriminação a seguir:

Biologia:			
Insc.	Nome	Pontos	Classificação
014	Nathália Suemi Saito	79,33	1º
012	Inês Ribeiro Machado	62,3	2º
001	Paula Alvarez Cabanez	58,2	3º
015	Janice Maria Ribeiro Dias	55,2	4º

GLAUCIA MARIA FERRARI

CAMPUS VITÓRIA

PORTARIA Nº 206, DE 15 DE MAIO DE 2012

O DIRETOR GERAL DO CAMPUS VITÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO-SUBSTITUTO, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 660, de 27.04.2009, da Reitoria deste Ifes, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à Contratação de Professor Substituto de que trata o Edital nº 04/2012, conforme relação anexa.

ANEXO

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Metalurgia e Materiais - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTO	CLASSIFICAÇÃO
0003	Rose Marie Del Fiume Silva	62,40	1º

RICARDO PAIVA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 3, DE 3 DE JANEIRO DE 2012

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a subdelegação de competência prevista na Portaria Ministerial Nº. 32, publicada no DOU de 08.01.2009, assim como na Lei 11.892, de 29.12.2008, publicada no DOU de 30.12.2008, resolve:

Art. 1º - Aprovar a Estrutura Organizacional do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS, tendo em vista o Regulamento Geral, os Regimentos Internos dos campi e Reitoria e Resoluções dos Conselhos de campi, considerando o previsto na lei 11.892/2008, conforme demonstrado no anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Fixar os quantitativos dos cargos de direção (CD) e Funções Gratificadas (FG), na Estrutura Organizacional do IF Sudeste MG.

Art. 3º - A publicação dos atos administrativos de exoneração/nomeação, dispensa/designação (apostilamento), decorrentes da aprovação da Estrutura Regimental de que trata o art. 1º, deverão ocorrer no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação no DOU, desta Portaria.

Art. 4º - Revogam-se todos os procedimentos oriundos da extinta estrutura organizacional da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena, do extinto Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e do extinto Colégio Técnico Universitário - UFJF, a partir desta data.

ANEXO I

	Unidade Administrativa	Denominação do Cargo	Código do Cargo	Quant.	Regimentada (sim ou não)
1	Reitoria				
1.1	Gabinete - Reitor	Reitor	CD - 01	01	Sim
1.1.1	Gabinete	Chefe de Gabinete	FG - 01	01	Sim
1.1.1.1	Secretaria de Apoio	Secretário			Sim
1.1.1.2	Assessoria Técnica	Assessor			Sim
1.1.1.3	Coordenação de Processos Administrativos Disciplinares	Coordenador	FG - 05	01	Não
1.1.2	Procuradoria Federal	Procurador Chefe	CD - 04	01	Sim
1.1.3	Coordenação de Comunicação Social e Eventos	Coordenador	CD - 04	01	Sim
1.1.4	Assessoria de Relações Internacionais	Assessor			Sim
1.1.5	Diretoria de Gestão de Pessoas	Diretor	CD - 03	01	Sim
1.1.5.1	Secretaria de Apoio - DGP	Secretário			Sim
1.1.5.2	Assessoria de Legislação	Assessor			Sim
1.1.5.3	Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas	Coordenador	FG - 01	01	Sim
1.1.5.3.1	Seção de Seleção, Lotação e Movimentação	Chefe			Não
1.1.5.3.2	Seção de Capacitação e Avaliação Funcional	Chefe			Não
1.1.5.4	Coordenação de Administração de Pessoas	Coordenador	FG - 01	01	Sim
1.1.5.4.1	Seção de Cadastro de Ativos	Chefe			Não
1.1.5.4.2	Seção e Processamento e Acompanhamento de Folha de Pagamento	Chefe			Não
1.1.5.4.3	Seção de Cadastro de Aposentados e Pensionistas	Chefe			Não
1.1.5.5	Coordenação de Assistência ao Servidor	Coordenador			Sim
1.1.5.5.1	Seção de Segurança do Trabalho	Chefe			Não
1.1.6	Auditoria Interna	Coordenador			Sim
1.1.7	Pró-Reitoria de Administração	Pró-Reitor	CD - 02	01	Sim
1.1.7.1	Secretaria de Apoio - PROAD	Secretário			Sim
1.1.7.2	Coordenação Geral de Contabilidade	Coordenador	FG - 01	01	Sim
1.1.7.3	Diretoria de Administração	Diretor	CD - 04	01	Sim
1.1.7.3.1	Coordenação de Licitações	Coordenador			Sim
1.1.7.3.2	Coordenação de Contratos	Coordenador	FG - 01	01	Sim
1.1.7.3.3	Coordenação de Apoio Administrativo	Coordenador	FG - 02	01	Sim
1.1.7.3.3.1	Seção de Transporte	Chefe			Sim
1.1.7.3.3.2	Seção de Gerenciamento de Materiais	Chefe			Sim
1.1.7.4	Diretoria de Orçamento e Finanças	Diretor			Sim
1.1.7.4.1	Coordenação Geral de Execução Financeira	Coordenador	FG - 02	01	Sim
1.1.7.4.2	Coordenação Geral de Execução Orçamentária	Coordenador	CD - 04	01	Sim
1.1.8	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Pró-Reitor	CD - 02	01	Sim
1.1.8.1	Secretaria de Apoio - PRODIN	Secretário			Sim
1.1.8.2	Coordenação de Planejamento Institucional	Coordenador			Sim
1.1.8.3	Diretoria de Expansão Institucional	Diretor	CD - 04	01	Sim
1.1.8.3.1	Coordenação de Projetos	Coordenador	FG - 02	01	Sim
1.1.8.3.2	Coordenação de Obras	Coordenador			Sim
1.1.8.3.2	Coordenação de Manutenção	Coordenador	FG - 02	01	Sim
1.1.8.4	Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação	Diretor	CD - 04	01	Sim
1.1.8.4.1	Coordenação de Redes e Infraestrutura	Coordenador	FG - 01	01	Sim
1.1.8.4.1.1	Seção de Manutenção e Suporte ao Usuário	Chefe			Sim
1.1.8.4.2	Coordenação de Sistemas de Informação	Coordenador	FG - 02	01	Sim
1.1.8.4.2.1	Seção de Desenvolvimento de Sistemas	Chefe			Sim
1.1.9	Pró-Reitoria de Ensino	Pró-Reitor	CD - 02	01	Sim
1.1.9.1	Secretaria de Apoio - PROEN	Secretário			Sim
1.1.9.2	Pesquisador Institucional	Pesquisador	CD - 04	01	Sim
1.1.9.3	Diretoria de Ensino	Diretor	CD - 03	01	Sim
1.1.9.3.1	Coordenação de Educação Básica e Profissional	Coordenador			Sim
1.1.9.3.1.1	Seção de PROEJA e FIC	Chefe			Sim
1.1.9.3.2	Coordenação de Graduação	Coordenador			Sim
1.1.9.3.3	Coordenação de Ações Inclusivas	Coordenador	FG - 02	01	Sim
1.1.9.3.4	Coordenação de Registros Acadêmicos	Coordenador			Sim
1.1.9.4	Diretoria de Educação a Distância	Diretor	FG - 02	01	Sim
1.1.9.4.1	Coordenação de Planejamento	Coordenador			Sim
1.1.9.4.2	Coordenação de Suporte em Tecnologia da Informação	Coordenador			Sim
1.1.9.4.3	Coordenação Pedagógica	Coordenador			Sim
1.1.9.4.4	Coordenação de Produção de Material Didático	Coordenador			Sim
1.1.10	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação	Pró-Reitor	CD - 02	01	Sim
1.1.10.1	Secretaria de Apoio - PROPESQINOV	Secretário			Sim
1.1.10.2	Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Diretor			Sim
1.1.10.2.1	Coordenação de Programas de Pesquisa	Coordenador			Sim
1.1.10.2.1.1	Seção de Apoio a Publicações e Divulgação	Chefe			Sim
1.1.10.2.2	Coordenação Geral de Pós-graduação	Coordenador			Sim
1.1.10.2.2.1	Coordenação de Projetos de Pesquisa e Convênios				
1.1.10.2.2.2	Seção de Projetos de Pesquisa e Pós-graduação	Chefe			Sim
1.1.10.2.2.3	Seção de Convênios	Chefe			Sim
1.1.10.3	Diretoria de Inovação/NITTEC	Diretor	FG - 01	01	Sim
1.1.10.3.1	Secretaria Executiva	Secretário			Sim
1.1.10.3.2	Coordenação Geral de Inovação Tecnológica	Coordenador			Sim
1.1.10.3.2.1	Gerência de Inovação Tecnológica	Gerente			Sim
1.1.10.3.2.2	Gerência de Prospecção e Oportunidade de Inovação	Gerente			Sim
1.1.10.3.2.3	Seção de Propriedade Intelectual	Chefe			Sim
1.1.10.3.2.4	Seção de Articulação e Prospecção de Oportunidades	Chefe			Sim
1.1.10.3.2.5	Seção de Projetos de Inovação	Chefe			Sim
1.1.11	Pró-Reitoria de Extensão	Pró-Reitor	CD - 02	01	Sim
1.1.11.1	Secretaria de Apoio - PROEX	Secretário			Sim
1.1.11.2	Diretoria de Extensão	Diretor	FG - 01	01	Sim
1.1.11.2.1	Coordenação de Assistência Estudantil	Coordenador	FG - 02	01	Sim
1.1.11.2.2	Coordenação de Projetos	Coordenador			Sim
1.1.11.2.3	Coordenação de Cultura, Esporte e Eventos	Coordenador			Sim
1.1.11.3	Diretoria de Interação Social e Estágios	Diretor			Sim
1.1.11.3.1	Coordenação de Convênios e Estágios	Coordenador			Sim
1.1.11.3.2	Coordenação de Egressos	Coordenador			Sim
1.1.12	Campus Avançado				
1.1.12.1	Diretoria Geral de São João del Rei	Diretor Geral	CD - 03	01	Não
1.1.12.1.1	Diretoria de Ensino	Diretor	FG - 01	01	Não
1.1.12.1.2	Diretoria de Administração	Diretor	FG - 01	01	Não
1.1.12.1.3	Diretoria de Desenvolvimento Institucional	Diretor	FG - 02	01	Não

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.1.12.1.4	Diretoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Diretor	FG - 02	01	Não
1.1.12.1.4.1	Diretoria de Extensão	Coordenador	FG - 02	01	Não
1.1.12.2	Diretoria Geral de Santos Dumont	Diretor Geral	CD - 03	01	Não
1.1.12.2.1	Diretoria de Administração	Coordenador	FG - 01	01	Não
1.1.12.2.2	Diretoria de Ensino	Coordenador	FG - 02	01	Não
1.1.12.2.3	Diretoria de Extensão	Coordenador	FG - 02	01	Não
1.1.13	Unidade de Extensão				
1.1.13.1	Unidade de Extensão de Bom Sucesso				
1.1.13.1.1	Diretoria	Diretor	CD - 03	01	Não
2	Campus Rio Pomba				
2.1	Diretoria Geral	Diretor Geral	CD - 02	01	Sim
2.1.1	Gabinete	Chefe de Gabinete	FG - 01	01	Sim
2.1.1.2	Secretaria de Gabinete	Secretário			Sim
2.1.2	Assessoria de Comunicação	Assessor			Sim
2.1.2.1	Seção de Cerimonial e Eventos	Chefe			Sim
2.1.3	Coordenação de Gestão de Pessoas	Coordenador	CD - 04	01	Sim
2.1.3.1	Gerência de Gestão de Pessoas	Gerente	FG - 01	01	Sim
2.1.3.1.1	Seção de Benefício e Qualidade de Vida	Chefe			Sim
2.1.3.1.2	Seção de Capacitação e Avaliação Funcional	Chefe			Sim
2.1.3.2	Gerência de Lotação, Cadastro e Pagamento	Gerente	FG - 03	01	Sim
2.1.3.2.1	Seção de Lotação, Cadastro e Pagamento	Chefe			Sim
2.1.3.2.2	Seção de Aposentados e Beneficiários de Pensão	Chefe			Sim
2.1.3.3	Secretaria de Apoio	Secretário			Sim
2.1.4	Auditoria Interna de Campus	Chefe			Sim
2.1.5	Diretoria de Ensino	Diretor	CD - 03	01	Sim
2.1.5.1	Coordenação Geral de Ensino Técnico	Coordenador	CD - 04	01	Sim
2.1.5.1.2	Gerência de Formação Técnica	Gerente	FG - 01	01	Sim
2.1.5.2	Coordenação Geral de Graduação	Coordenador	CD - 04	01	Sim
2.1.5.2.1	Gerência de Supervisão Pedagógica	Gerente			Sim
2.1.5.3	Coordenação Geral de Assuntos e Registros Acadêmicos	Coordenador	CD - 04	01	Sim
2.1.5.3.1	Gerência de Registro do Ensino Básico e Técnico	Gerente	FG - 05	01	Sim
2.1.5.3.2	Gerência de Registro do Ensino de Graduação	Gerente	FG - 05	01	Sim
2.1.5.3.3	Gerência de Registro do Ensino de Pós-graduação	Gerente			Sim
2.1.5.3.4	Gerência de Registro do Ensino a Distância	Gerente			Sim
2.1.5.4	Coordenação Geral de Assistência Estudantil	Coordenador	CD - 04	01	Sim
2.1.5.4.1	Gerência de Acompanhamento Estudantil	Gerente			Sim
2.1.5.4.2	Seção de Assistência Estudantil	Chefe			Sim
2.1.5.4.3	Seção de Serviço Social	Chefe			Sim
2.1.5.4.4	Seção de Orientação Educacional	Chefe			Sim
2.1.5.4.5	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	Chefe	FG - 05	01	Sim
2.1.5.4.6	Gerência de Internato	Gerente	FG - 04	01	Sim
2.1.5.4.7	Seção de Internato	Chefe			Sim
2.1.5.4.8	Seção de Lavanderia	Chefe			Sim
2.1.5.4.9	Seção de Alimentação e Nutrição	Chefe	FG - 02	01	Sim
2.1.5.4.10	Seção de Saúde	Chefe	FG - 04	01	Sim
2.1.5.4.11	Gerência de Programas de Educação Profissional e Tecnológica	Gerente			Sim
2.1.5.4.12	Gerência de Multimeios e Acervo Bibliográfico	Gerente	FG - 01	01	Sim
2.1.5.4.12.1	Seção de Processamento Técnico	Chefe			Sim
2.1.5.4.12.2	Seção de Referência	Chefe			Sim
2.1.5.4.12.3	Seção de Circulação	Chefe	FG - 04	01	Sim
2.1.5.4.13	Gerência de Apoio ao Ensino do Período Noturno	Gerente	FG - 04	01	Sim
2.1.5.4.14	Seção de Apoio Audiovisual e Multimeios Didáticos	Chefe	FG - 04	01	Sim
2.1.5.5	Departamentos Acadêmicos				Sim
2.1.5.5.1	Departamento Acadêmico de Agricultura e Ambiente	Chefe	FG - 02	01	Sim
2.1.5.5.1.1	Gerência de Produção Agrícola	Gerente	FG - 02	01	Sim
2.1.5.5.1.1.1	Seção de Propagação de Plantas	Chefe	FG - 05	01	Sim
2.1.5.5.1.1.2	Seção de Análise de Solos	Chefe	FG - 05	01	Sim
2.1.5.5.1.1.3	Seção do Horto Florestal	Chefe			Sim
2.1.5.5.1.1.4	Seção de Culturas Perenes	Chefe			Sim
2.1.5.5.1.1.5	Seção de Culturas Anuais	Chefe			Sim
2.1.5.5.1.1.6	Seção de Olericultura	Chefe			Sim
2.1.5.5.2	Departamento Acadêmico de Ciência da Computação	Chefe	FG - 02	01	Sim
2.1.5.5.3	Departamento Acadêmico de Ciências Gerenciais	Chefe	FG - 02	01	Sim
2.1.5.5.4	Departamento Acadêmico de Ciência e Tecnologia de Alimentos	Chefe	FG - 02	01	Sim
2.1.5.5.4.1	Gerência de Produção Agroindustrial	Gerente	FG - 02	01	Sim
2.1.5.5.4.1.1	Seção de Análise de Alimentos	Chefe	FG - 05	01	Sim
2.1.5.5.4.1.2	Seção de Processamento de Laticínios	Chefe			Sim
2.1.5.5.4.1.3	Seção de Processamento de Vegetais	Chefe			Sim
2.1.5.5.4.1.4	Seção de Processamento de Carnes	Chefe			Sim
2.1.5.5.4.1.5	Seção de Processamento de Massas Alimentícias e Panificação	Chefe	FG - 04	01	Sim
2.1.5.5.4.1.6	Seção de Industrialização Rural	Chefe	FG - 02	01	Sim
2.1.5.5.5	Departamento Acadêmico de Educação	Chefe	FG - 02	01	Sim
2.1.5.5.6	Departamento Acadêmico de Matemática, Física e Estatística	Chefe	FG - 02	01	Sim
2.1.5.5.7	Departamento Acadêmico de Zootecnia	Chefe	FG - 02	01	Sim
2.1.5.5.7.1	Gerência de Produção Zootécnica	Gerente	FG - 02	01	Sim
2.1.5.5.7.1. 1	Seção de Bovinocultura	Chefe			Sim
2.1.5.5.7.1. 2	Seção de Suinocultura	Chefe			Sim
2.1.5.5.7.1. 3	Seção de Avicultura	Chefe			Sim
2.1.5.5.7.1. 4	Seção de Cunicultura, Apicultura e Psicultura	Chefe			Sim
2.1.5.5.7.1. 5	Seção de Caprino e Ovinocultura	Chefe			Sim
2.1.6	Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação	Diretor	CD - 04	01	Sim
2.1.6.1	Gerência de Pesquisa e Pós-graduação	Gerente	FG - 03	01	Sim
2.1.6.2	Assessoria Acadêmica	Assessor			Sim
2.1.6.3	Assessoria de Programas de Pesquisa	Assessor			Sim
2.1.7	Diretoria de Desenvolvimento Institucional	Diretor	CD - 03	01	Sim
2.1.7.1	Prefeitura do Campus	Prefeito	CD - 04	0	Sim
2.1.7.1.1	Secretaria da Prefeitura	Secretário			Sim
2.1.7.1.2	Seção de Projetos, Obras e Infraestrutura	Chefe			Sim
2.1.7.1.3	Seção de Gestão Ambiental	Chefe			Sim
2.1.7.1.4	Seção de Serviço de Apoio	Chefe	FG - 01	01	Sim
2.1.7.1.5	Seção de Vigilância	Chefe	FG - 04	01	Sim
2.1.7.1.6	Seção de Transportes	Chefe	FG - 03	01	Sim
2.1.7.1.7	Seção de Triagem, Reciclagem e Compostagem	Chefe			Sim
2.1.7.2	Coordenação Geral de Produção	Coordenador	CD - 04	01	Sim
2.1.7.2.1	Gerência de Comercialização	Gerente	FG - 03	01	Sim
2.1.7.2.2	Seção de Mecanização Agrícola	Chefe	FG - 05	01	Sim
2.1.7.3	Gerência de Tecnologia da Informação	Gerente	FG - 01	01	Sim
2.1.7.3.1	Seção de Redes e Segurança	Chefe			Sim
2.1.7.3.2	Seção de Sistemas da Informação	Chefe			Sim
2.1.7.3.3	Seção de Suporte e Manutenção	Chefe			Sim
2.1.7.4	Pesquisador Institucional do Campus	Pesquisador	FG - 01	01	Sim
2.1.7.5	Gerência de Planejamento e Projetos Institucionais	Gerente			Sim
2.1.7.6	Assessoria do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia	Assessor	FG - 01	01	Sim
2.1.7.6.1	Gerência de Inovação Tecnológica	Gerente			Sim
2.1.7.6.2	Gerência de Prospecção de Oportunidades de Inovação	Gerente			Sim
2.1.7.6.2.1	Seção de Apoio Técnico à Inovação e Prospecção				Sim
2.1.8	Diretoria de Administração	Diretor	CD - 03	01	Sim
2.1.8.1	Seção de Protocolo e Correspondência	Chefe			Sim
2.1.8.2	Coordenação Geral de Administração e Finanças	Coordenador	CD - 04	01	Sim
2.1.8.2.1	Seção de Execução Orçamentária	Chefe	FG - 01	01	Sim
2.1.8.2.2	Gerência de Licitações e Contratos	Gerente	FG - 01	01	Sim
2.1.8.2.3	Seção de Cadastramento de Fornecedores	Chefe	FG - 05	01	Sim
2.1.8.2.4	Seção de Execução Financeira	Chefe			Sim
2.1.8.2.5	Seção Contábil	Chefe			Sim
2.1.8.2.6	Seção de Almoxarifado	Chefe	FG - 05	01	Sim
2.1.8.2.7	Seção de Patrimônio	Chefe	FG - 05	01	Sim
2.1.8.2.8	Seção de Prestação de Contas	Chefe			Sim
2.1.8.2.9	Seção de Produtos Químicos Controlados	Chefe			Sim
2.1.9	Diretoria de Extensão	Diretor	CD - 04	01	Sim
2.1.9.1	Seção de Ações Comunitárias	Chefe			Sim
2.1.9.2	Seção de Estágios	Chefe	FG - 01	01	Sim
2.1.9.3	Seção de Acompanhamento de Egressos	Chefe			Sim
2.1.9.4	Gerência de Relações Institucionais	Gerente	FG - 01	01	Sim
2.1.9.4.1	Seção de Relações Nacionais	Chefe			Sim
2.1.9.4.2	Seção de Relações Internacionais	Chefe			Sim
2.1.9.5	Seção de Cultura e Arte	Chefe			Sim
2.1.9.6	Seção de Esporte e Lazer	Chefe	FG - 05	01	Sim
3	Campus Barbacena				
3.1	Direção - Geral	Diretor Geral	CD - 02	01	Sim
3.1.1	Gabinete	Chefe de Gabinete	FG - 01	01	Sim
3.1.1.2	Secretaria de Gabinete	Secretário			Sim
3.1.2	Coordenação de Gestão de Pessoas	Coordenador	CD - 04	01	Sim
3.1.2.1	Secretaria de Apoio	Secretário			Sim
3.1.2.2	Seção de Desenvolvimento de Pessoas	Chefe	FG - 03	01	Sim
3.1.2.3	Seção de Administração de Pessoas	Chefe	FG - 04	01	Sim
3.1.3	Auditoria Interna	Chefe			Sim
3.1.4	Pesquisador Institucional	Pesquisador	FG -01	01	Sim
3.1.5	Coordenação de Comunicação, Cerimonial e Eventos	Coordenador	FG - 05	01	Sim
3.1.5.1	Seção de Comunicação	Chefe			Sim
3.1.5.2	Seção de Cerimonial	Chefe			Sim
3.1.5.3	Seção de Eventos	Chefe			Sim
3.1.6	Coordenação de Psicologia	Coordenador	FG - 05	01	Sim
3.1.6.1	Seção de Desenvolvimento Educacional	Chefe			Sim
3.1.6.2	Seção de Psicologia do Trabalho e Organizacional	Chefe			Sim
3.1.7	Diretoria de Desenvolvimento Institucional	Diretor	CD - 04	01	Sim
3.1.7.1	Secretaria de Apoio	Secretário			Sim
3.1.7.2	Coordenação de Planejamento	Coordenador	FG - 01	01	Sim
3.1.7.3	Coordenação de Gestão de Tecnologia de Informação	Coordenador	FG - 05	01	Sim
3.1.7.3.1	Seção de Projetos de Sistemas de Informação	Chefe			Sim
3.1.7.3.2	Seção de Redes de Computadores e Comunicação	Chefe			Sim
3.1.7.3.3	Seção de manutenção e Suporte ao Usuário	Chefe			Sim
3.1.7.4	Coordenação de Obras e Manutenção	Coordenador	FG - 02	01	Sim
3.1.7.4.1	Seção de Obras e Manutenção de Bens Imóveis	Chefe	FG - 02	01	Sim
3.1.7.4.2	Seção de Manutenção Elétrica	Chefe	FG - 05	01	Sim
3.1.8	Diretoria de Extensão	Diretor	CD - 04	01	Sim
3.1.8.1	Coordenação de Relações Internacionais	Coordenador			Sim
3.1.8.2	Coordenação de Estágio	Coordenador			Sim
3.1.8.3	Coordenação de Assistência Estudantil	Coordenador	FG - 02	01	Sim
3.1.8.3.1	Seção de Alojamento	Chefe	FG - 04	01	Sim
3.1.8.3.2	Seção de Alimentação e Nutrição	Chefe	FG - 05	01	Sim
3.1.8.3.3	Seção de Saúde	Chefe			Sim
3.1.8.3.4	Seção de Culturas e Artes	Chefe			Sim
3.1.8.3.5	Seção de Orientação Educacional	Chefe	FG - 04	01	Sim
3.1.9	Diretoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Diretor	CD - 04	01	Sim
3.1.9.1	Secretaria de Apoio	Secretário	FG - 05	01	Sim
3.1.9.2	Coordenação de Pesquisa	Coordenador			Sim
3.1.9.3	Coordenação de Inovação	Coordenador			Sim
3.1.9.4	Coordenação de Pós-graduação	Coordenador			Sim
3.1.10	Diretoria de Administração	Diretor	CD - 03	01	Sim
3.1.10.1	Secretaria de Apoio	Secretário	FG - 05	01	sim
3.1.10.2	Coordenação de Administração e Finanças	Coordenador	CD - 04	01	Sim
3.1.10.2.1	Seção de Execução Orçamentária e Financeira	Chefe	FG - 01	01	Sim
3.1.10.2.2	Seção de Licitação	Chefe	FG - 02	01	Sim
3.1.10.2.3	Seção de Almoxarifado	Chefe	FG - 01	01	Sim
3.1.10.2.4	Seção de Contabilidade	Chefe			Sim
3.1.10.3	Coordenação de Apoio Administrativo	Coordenador			Sim
3.1.10.3.1	Seção de Vigilância	Chefe	FG - 05	01	Sim
3.1.10.3.2	Seção de Transportes	Chefe	FG - 02	01	Sim
3.1.10.3.3	Seção de Patrimônio	Chefe	FG - 05	01	Sim
3.1.10.3.4	Seção de Urbanização e Paisagismo	Chefe			Sim
3.1.11	Diretoria de Ensino	Diretor	CD - 03	01	Sim
3.1.11.1	Secretaria de Apoio	Secretário	FG - 04	01	Não
3.1.11.2	Coordenação Geral de Cursos de Graduação e Técnicos	Coordenador			Sim
3.1.11.3	Coordenação de Cursos	Coordenador			Sim
3.1.11.4	Coordenação de Educação Inclusiva	Coordenador			Sim
3.1.11.5	Coordenação Pedagógica	Coordenador	FG - 02	01	Sim
3.1.11.6	Coordenação de Registros Escolares	Coordenador	FG - 01	01	Sim
3.1.11.6.1	Secretaria de Educação Profissional de Nível Médio	Chefe	FG - 04	01	Sim
3.1.11.6.2	Secretaria de Educação Superior	Chefe	FG - 02	01	Sim
3.1.11.6.3	Secretaria de Educação a Distância	Chefe			Sim
3.1.11.7	Coordenação de Biblioteca	Coordenador	FG - 05	01	Sim
3.1.11.8	Coordenação de Infraestrutura Didático Pedagógica	Coordenador			Sim
3.1.12	Departamentos Acadêmicos				Sim
3.1.12.1	Departamento de Educação e Ciências	Chefe			Sim
3.1.12.1.1	Coordenação de Educação	Coordenador			Sim
3.1.12.1.2	Núcleos Acadêmicos				Sim
3.1.12.1.2.1	Núcleo de Ciências Exatas	Representante			Sim
3.1.12.1.2.2	Núcleo de Humanas	Representante			Sim
3.1.12.1.2.3	Núcleo de Química	Representante			Sim
3.1.12.1.2.4	Núcleo de Linguística, Letras e Artes	Representante			Sim
3.1.12.1.2.5	Núcleo de Ciências Biológicas	Representante			Sim
3.1.12.3	Secretaria de Apoio	Secretário			Sim
3.1.12.2	Departamento de Educação e Tecnologia	Chefe			Sim
3.1.12.2.1	Coordenação de Educação	Coordenador			Sim
3.1.12.2.2	Núcleos Acadêmicos				Sim

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3.1.12.2.2.1	Núcleo de Ciências da Saúde	Representante			Sim
3.1.12.2.2.2	Núcleo de Veterinária e Zootecnia	Representante			Sim
3.1.12.2.2.3	Núcleo de Informática	Representante			Sim
3.1.12.2.2.4	Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas	Representante			Sim
3.1.12.2.2.5	Núcleo de Ciências dos Alimentos	Representante			Sim
3.1.12.2.2.6	Núcleo de Ciências Agrárias	Representante			Sim
3.1.12.3	Coordenação de Projetos e Produção	Coordenador	FG - 03	01	Sim
3.1.12.3.1	Seção de Apoio a Projetos e Produção	Chefe	FG - 04	01	Sim
3.1.12.3.2	Seção de Projetos Agrícolas	Chefe	FG - 04	01	Sim
3.1.12.3.3	Seção de Projetos Veterinários e Zootécnicos	Chefe	FG - 05	01	Sim
3.1.12.3.4	Seção de Projetos de Indústria e Beneficiamento	Chefe	FG - 03	01	Sim
3.1.12.3.5	Seção de Mecânica Agrícola	Chefe	FG - 05	01	Sim
3.1.12.3.6	Seção de Comercialização	Chefe	FG - 03	01	Sim
3.1.12.4	Secretaria de Apoio	Secretário			Sim
4	Campus Muriaé				
4.1	Diretoria Geral	Diretor Geral	CD - 02	01	Sim
4.1.1	Gabinete	Chefe de Gabinete			Sim
4.1.2	Coordenação de Gestão de Pessoas	Coordenador			Sim
4.1.3	Coordenação Geral do Campus Muriaé - Unidade Rural	Coordenador	FG - 02	01	Não
4.1.4	Diretoria de Ensino	Diretor	CD - 03	01	Sim
4.1.4.1	Coordenação Geral de Ensino Técnico	Coordenador	FG - 01	01	Sim
4.1.4.1.1	Gerência de Supervisão Pedagógica de Cursos Técnicos	Gerente			Sim
4.1.4.1.2	Gerência de Supervisão Pedagógica de Cursos Integrados	Gerente			Sim
4.1.4.2	Coordenação de Cursos Técnicos e de Qualificação	Coordenador			Sim
4.1.4.3	Coordenação de Desenvolvimento de Campo	Coordenador			Sim
4.1.4.4	Coordenação Geral de Graduação e Pesquisa	Coordenador	FG - 02	01	Sim
4.1.4.4.1	Gerência de Supervisão Pedagógica de Cursos de Graduação	Gerente			Sim
4.1.4.5	Coordenação de Cursos de Graduação	Coordenador			Sim
4.1.4.5.1	Gerência do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia - NITTEC	Gerente	FG - 02	01	Sim
4.1.4.5.2	Seção de Gestão de Cursos Noturnos	Chefe			Sim
4.1.4.6	Coordenação Geral de Assuntos e Registros Acadêmicos	Coordenador	FG - 01	01	Sim
4.1.4.6.1	Secretaria de Graduação	Secretário			Sim
4.1.4.6.2	Secretaria de Cursos Técnicos	Secretário			Sim
4.1.4.6.3	Coordenação Geral de Assistência ao Educando	Coordenador			Sim
4.1.4.6.3.1	Seção de Acompanhamento ao Educando	Chefe			Sim
4.1.4.6.3.2	Seção de Serviço Social	Chefe			Sim
4.1.4.6.3.3	Seção de Acompanhamento Psicológico	Chefe			Sim
4.1.4.6.3.4	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas NAPNE	Chefe			Sim
4.1.4.7	Coordenação de Acervo Bibliográfico e Multimeios	Coordenador	FG - 01	01	Sim
4.1.4.7.1	Seção de Processamento Técnico	Chefe			Sim
4.1.4.7.2	Seção de Referência	Chefe			Sim
4.1.4.7.3	Seção de Circulação	Chefe			sim
4.1.4.8	Coordenação de Extensão e Integração Campus-Empresa	Coordenador	FG - 01	01	Sim
4.1.4.8.1	Seção de Estágios e Acompanhamento de Egressos	Chefe			Sim
4.1.4.8.2	Seção de Ações Sociais e Culturais	Chefe			Sim
4.1.4.8.3	Seção de Comunicação e Eventos	Chefe			Sim
4.1.4.10	Pesquisador Institucional	Pesquisador	FG - 02	01	Sim
4.1.5	Diretoria de Administração e Planejamento	Diretor	CD - 04	01	Sim
4.1.5.1	Seção de Protocolo e Correspondências	Chefe			Sim
4.1.5.2	Coordenação Geral de Administração e Finanças	Coordenador			Sim
4.1.5.2.1	Seção de Execução Orçamentária	Chefe			Sim
4.1.5.2.2	Coordenação de Compras e Contratos	Coordenador	FG - 02	01	Sim
4.1.5.2.3	Coordenação de Execução Financeira	Coordenador	FG - 02	01	Sim
4.1.5.2.4	Gerência de Contabilidade	Gerente			Sim
4.1.5.2.5	Gerência de Materiais e de Bens Móveis e Imóveis	Gerente			Sim
4.1.5.2.6	Seção de Almoxarifado	Chefe			Sim
4.1.5.2.7	Seção de Patrimônio	Chefe			Sim
4.1.6	Diretoria de Desenvolvimento Institucional	Diretor	CD - 04	01	Sim
4.1.6.1	Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação	Coordenador	FG - 02	01	Sim
4.1.6.1.1	Seção de Redes e Segurança	Chefe			Sim
4.1.6.1.2	Seção de Sistemas de Informação	Chefe			Sim
4.1.6.1.3	Seção de Manutenção de Computadores e Suporte ao Usuário	Chefe			Sim
4.1.6.2	Coordenação de Projetos e Infraestrutura	Coordenador			Sim
4.1.6.2.1	Seção de Transportes	Chefe			Sim
4.1.6.2.2	Seção de Serviço de Apoio	Chefe			Sim
4.1.6.2.3	Seção de Vigilância	Chefe			Sim
5	Campus Juiz de Fora				
5.1	Diretoria Geral	Diretor Geral	CD - 02	01	Sim
5.1.1	Chefia de Gabinete	Chefe de Gabinete	FG - 01	01	Sim
5.1.1.1	Secretaria Geral	Secretaria Geral	FG - 01	01	Sim
5.1.1.1.2	Setor de Protocolo	Chefe			Sim
5.1.1.1.3	Setor de Arquivo Geral	Chefe			Sim
5.1.2	Assessoria de Comunicação, Cerimonial e Eventos Institucionais (ACCEI)	Assessor de Comunicação			Sim
5.1.2.1	Assessoria de Comunicação	Chefe			Sim
5.1.2.2	Coordenação de Cerimonial	Coordenador			Sim
5.1.2.3	Setor de Eventos Institucionais	Chefe			Sim
5.1.3	Auditoria Interna	Auditor Interno			Sim
5.1.4	Coordenação de Gestão de Pessoas	Coordenador	FG - 01	01	Sim
5.1.4.1	Setor de Controle de Contratos	Chefe			Sim
5.1.4.2	Setor de Cadastro e Registros Funcionais	Chefe			Sim
5.1.4.3	Setor de Controle, Registro e Acompanhamento de Cargos	Chefe			Sim
5.1.4.4	Setor de Folha de Pagamento	Chefe			Sim
5.1.4.5	Setor de Qualificação e Capacitação dos Servidores	Chefe			Sim
5.1.4.6	Setor de Assistência ao Servidor	Chefe			Sim
5.1.5	Diretoria de Desenvolvimento Institucional	Diretor	CD - 04	01	Sim
5.1.5.1	Secretaria de Apoio	Chefe			Sim
5.1.5.2	Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento Estratégico	Coordenador			Sim
5.1.5.2.1	Setor de Planejamento	Chefe			Sim
5.1.5.2.2	Setor de Projetos	Chefe			Sim
5.1.5.3	Coordenação de Dados, Informações Estatísticas e Avaliação Institucional	Coordenador			Sim
5.1.5.3.1	Setor de Dados e Informações Estatísticas	Chefe			Sim
5.1.5.3.2	Setor de avaliação Institucional	Chefe			Sim
5.1.5.4	Coordenação de Gestão e Tecnologia da Informação	Coordenador	FG - 01	01	Sim
5.1.5.4.1	Setor de Sistemas de Gestão e Informação	Chefe			Sim
5.1.5.4.2	Setor de Manutenção e Redes	Chefe			Sim
5.1.6	Departamento Acadêmico de Educação e Tecnologia (DACT)	Chefe	CD - 04	01	Sim
5.1.6.1	Departamento Acadêmico de Educação e Tecnologia (DACT)	Vice-Chefe	FG - 02	01	Sim
5.1.6.2	Núcleo Acadêmico de Eletrônica e Automação	Representante de Núcleo			Sim
5.1.6.3	Núcleo Acadêmico de Informática	Representante de Núcleo			Sim
5.1.6.4	Núcleo Acadêmico de Eletricidade	Representante de Núcleo			Sim
5.1.6.5	Núcleo Acadêmico de Gestão.	Representante de Núcleo			Sim
5.1.6.6	Núcleo Acadêmico de Transporte e Trânsito	Representante de Núcleo			Sim
5.1.6.7	Núcleo Acadêmico de Mecânica	Representante de Núcleo			Sim
5.1.6.8	Núcleo Acadêmico de Metalurgia	Representante de Núcleo			Sim
5.1.6.9	Núcleo Acadêmico de Segurança do Trabalho	Representante de Núcleo			Sim
5.1.6.10	Núcleo Acadêmico de Construções Civis	Representante de Núcleo			Sim
5.1.6.11	Núcleo Acadêmico de Desenho	Representante de Núcleo			Sim
5.1.6.12	Núcleo Acadêmico de Enfermagem	Representante de Núcleo			Sim
5.1.6.13	Núcleo Acadêmico de Eventos	Representante de Núcleo			Sim
5.1.7	Departamento Acadêmico de Educação e Ciências	Chefe	CD - 04	01	Sim
5.1.7.1	Departamento Acadêmico de Educação e Ciências	Vice-Chefe	FG - 02	01	Sim
5.1.7.2	Núcleo Acadêmico de Biologia	Representante de Núcleo			Sim
5.1.7.3	Núcleo Acadêmico Física	Representante de Núcleo			Sim
5.1.7.4	Núcleo Acadêmico de Matemática	Representante de Núcleo			Sim
5.1.7.5	Núcleo Acadêmico de Química	Representante de Núcleo			Sim
5.1.7.6	Núcleo Acadêmico de História	Representante de Núcleo			Sim
5.1.7.7	Núcleo Acadêmico de Geografia	Representante de Núcleo			Sim
5.1.7.8	Núcleo Acadêmico de Sociologia e Filosofia	Representante de Núcleo			Sim
5.1.7.9	Núcleo Acadêmico de Educação	Representante de Núcleo			Sim
5.1.7.10	Núcleo Acadêmico de Línguas	Representante de Núcleo			Sim
5.1.7.11	Núcleo Acadêmico de Educação Física	Representante de Núcleo			Sim
5.1.8	Diretoria de Ensino	Diretor	CD - 03	01	Sim
5.1.8.1	Coordenação do Núcleo de Educação a Distância - NEaD	Coordenador			Sim
5.1.8.2	Setor da Biblioteca	Chefe			Sim
5.1.8.3	Setor de Produção Gráfica	Chefe			Sim
5.1.8.3.1	Setor de Recursos Didáticos	Chefe			Sim
5.1.8.4	Setor de Programas de Ingresso	Chefe			Sim
5.1.8.5	Centro de Ações Pedagógicas	Coordenador			Sim
5.1.8.6	Coordenação de Ensino de Graduação	Coordenador	FG - 01	01	Sim
5.1.8.6.1	Coordenação do Curso de Engenharia Mecatrônica	Coordenador	FG - 02	01	Sim
5.1.8.6.2	Coordenação do Curso de Licenciatura em Física	Coordenador	FG - 02	01	Sim
5.1.8.6.3	Coordenação do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação	Coordenador			Sim
5.1.8.7	Coordenação de Registros Acadêmicos	Coordenador s	FG - 01	01	Sim
5.1.8.7.1	Secretaria de Cursos Técnicos	Chefe			Sim
5.1.8.7.2	Secretaria de Graduação e Pós-Graduação	Chefe			Sim
5.1.8.7.3	Secretaria de Pós-Graduação	Chefe			Sim
5.1.8.8	Coordenação de Ensino da Educação Profissional e Tecnológica	Coordenador	FG - 01	01	Sim
5.1.8.8.1	Coordenador do Curso Técnico em Design de Móveis	Coordenador	FG - 02	01	Sim
5.1.8.8.2	Coordenador do Curso Técnico em Edificações - Integrado	Coordenador	FG - 01	01	Sim
5.1.8.8.3	Coordenador do Curso Técnico em Edificações	Coordenador			Sim
5.1.8.8.4	Coordenador do Curso Técnico em Eletromecânica - Integrado	Coordenador	FG - 01	01	Sim
5.1.8.8.5	Coordenador do Curso Técnico em Eletromecânica	Coordenador			Sim
5.1.8.8.6	Coordenador do Curso Técnico em Eletrotécnica	Coordenador	FG-01	01	Sim
5.1.8.8.7	Coordenador do Curso Técnico em Eletrotécnica - Integrado	Coordenador			Sim
5.1.8.8.8	Coordenador do Curso Técnico em Informática - Integrado	Coordenador	FG - 01	01	Sim
5.1.8.8.9	Coordenador do Curso Técnico em Informática	Coordenador			Sim
5.1.8.8.10	Coordenador do Curso Técnico em Mecânica - Integrado	Coordenador	FG - 01	01	Sim
5.1.8.8.11	Coordenador do Curso Técnico em Mecânica	Coordenador			Sim
5.1.8.8.12	Coordenador do Curso Técnico em Metalurgia - Integrado	Coordenador	FG - 01	01	Sim
5.1.8.8.13	Coordenador do Curso Técnico em Metalurgia	Coordenador			Sim
5.1.8.8.14	Coordenador do Curso Técnico em Transações Imobiliárias	Coordenador	FG - 02	01	Sim
5.1.8.8.15	Coordenador do Curso Técnico em Transporte Rodoviário	Coordenador	FG - 02	01	Sim
5.1.8.8.16	Coordenador do Curso Técnico em Eletrônica	Coordenador			Sim
5.1.8.8.17	Coordenador do Curso Técnico em Secretariado	Coordenador			Sim
5.1.8.8.18	Coordenador do Curso Técnico em Eventos	Coordenador	FG - 02	01	Sim
5.1.8.8.19	Coordenador do Curso Técnico em Eventos - EAD	Coordenador			Sim
5.1.8.8.20	Coordenador do Curso Técnico em Enfermagem	Coordenador			Sim
5.1.8.8.21	Coordenador do Curso Técnico em Segurança do Trabalho	Coordenador			Sim
5.1.8.8.22	Coordenador do Curso Técnico em Serviços Públicos	Coordenador			Sim
5.1.8.8.23	Coordenador do Curso Técnico em Administração	Coordenador			Sim
5.1.8.8.24	Coordenador do Curso Técnico em Contabilidade	Coordenador			Sim
5.1.8.2	Coordenação do PROEJA	Coordenador	FG - 01	01	Sim
5.1.9	Diretoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Diretor	FG - 01	01	Sim
5.1.9.1	Coordenação de Pesquisa	Coordenador			Sim
5.1.9.2	Coordenação de Ensino de Pós-Graduação	Coordenador			Sim
5.1.9.3	Coordenação de Inovação Tecnológica - Representação do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITTEC) no Campus JF	Coordenador			Sim
5.1.9.3.1	Gerência de Inovação Tecnológica	Gerente			Sim
5.1.9.3.2	Gerência de Prospecção de Oportunidade de Inovação	Gerente			Sim

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5.1.10	Diretoria de Extensão e Relações Comunitárias	Diretor	CD - 04	01	Sim
5.1.10.1	Coordenação de Assistência e Saúde	Coordenador			Sim
5.1.10.1.1	Setor de Apoio ao Discente	Chefe			Sim
5.1.10.2	Coordenação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)	Coordenador			Sim
5.1.10.3	Coordenação de Projetos de Extensão	Coordenador			Sim
5.1.10.3.1	Setor de Desenvolvimento de Projetos Culturais	Chefe			Sim
5.1.10.3.2	Setor de Desenvolvimento de Projetos de Extensão	Chefe			Sim
5.1.10.4	Coordenação de Convênios	Coordenador			Sim
5.1.10.5	Coordenação de Relações Comunitárias	Coordenador			Sim
5.1.10.5.1	Setor de Estágios	Chefe			Sim
5.1.10.5.2	Setor de Acompanhamento de Egressos	Chefe			Sim
5.1.11	Diretoria de Administração e Planejamento	Diretor	CD - 03	01	Sim
5.1.11.1	Coordenação Geral de Controle Orçamentário e Financeiro	Coordenador	FG - 02	01	Sim
5.1.11.1.1	Setor de Execução Financeira	Chefe			Sim
5.1.11.1.2	Setor de Contabilidade	Chefe			Sim
5.1.11.2	Coordenação Geral de Compras, Contratos e Licitações	Coordenador	FG - 01	01	Sim
5.1.11.2.1	Setor de Compras e Licitações	Chefe			Sim
5.1.11.2.2	Setor de Contratos e Convênios	Chefe			Sim
5.1.11.2.3	Setor de Patrimônio	Chefe			Sim
5.1.11.3	Coordenação Geral de Infra-Estrutura	Coordenador	FG - 01	01	Sim
5.1.11.3.1	Coordenação Adjunta da Coordenação Geral de Infra-Estrutura	Coordenador	FG - 05	01	Sim
5.1.11.3.2	Setor de Manutenção de Obras	Chefe			Sim
5.1.11.3.3	Setor de Almoxarifados	Chefe			Sim
5.1.11.3.4	Setor de Refeitório	Chefe			Sim
5.1.11.3.5	Setor de Vigilância e Conservação	Chefe			Sim
5.1.11.3.6	Setor de Transportes	Chefe			Sim

MÁRIO SÉRGIO COSTA VIEIRA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 95, DE 15 DE MAIO DE 2012

O Secretário de Educação Superior, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, combinada o artigo 30 da Portaria Normativa nº 1, de 22 de janeiro de 2010, bem como o contido na Nota Técnica nº 48/2012/CGRAG/DIPES/SESu/MEC-mfm, resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para aferir a responsabilidade da Universidade Salvador - Unifacs, código e-MEC 385, instituição de ensino superior mantida pela FACS Serviços Educacionais S.A., código e-MEC 268, acerca dos indícios de descumprimento das normas que regulamentam o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies com aplicação, se for o caso, das penalidades estabelecidas na Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001.

Art. 2º Determinar que a mantenedora, FACS Serviços Educacionais S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 13.526.884/0001-64, seja intimada e notificada sobre o teor desta Portaria e da Nota Técnica nº 48/2012/CGRAG/DIPES/SESu/MEC-mfm, informando-se a possibilidade de se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 44 da Lei nº 9.784/1999.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMARO HENRIQUE PESSOA LINS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 972, DE 14 DE MAIO DE 2012

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta no protocolado 23068.707737/2012-10, resolve:

Prorrogar, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 28/05/2012, a validade do Concurso Público, de que trata o Edital nº 33/2010-R, publicado no DOU de 23/03/2010, e homologado pelo Edital 74/2010-R, publicado no DOU de 28/05/2010, referente à Área/subárea: Biologia Celular/Biologia Celular Vegetal, do Departamento de Produção Vegetal/CCA.

REINALDO CENTODUCATTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 421, DE 15 DE MAIO DE 2012

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício da Reitoria e no uso de suas competências, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de professor Substituto/Temporário, conforme ao abaixo discriminado:

1 - Edital nº. 011/2012 - GRST/CFAP/PRORH - Professor Substituto/Temporário

1.2 - COLÉGIO DE APLICAÇÃO JOÃO XXIII

1.2.1 - Seleção 42 - Depto. de Matemática - Processo nº 23071.003841/2012-82

Classificação	Candidato	Nota
1º	AMANDA CRISTINA BASTOS COSTA	7,9
2º	RAISSA MACEDO LIMA	7,8
3º	ANA CAROLINA GUEDES MATTOS	7,7
4º	KÊNIA ORNELAS FONSECA BARBOSA FIGUEIREDO	7,7
5º	THAMYRES WAN DE POL FERNANDES	7,7

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LUIZ REZENDE PEREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

PORTARIA Nº 3.672, DE 15 DE MAIO DE 2012

A Diretora do Colégio de Aplicação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nomeada pela portaria nº 229, de 26 de janeiro de 2010, publicada no DOU nº 18 - Seção 2, de 27 de janeiro de 2010, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao Edital nº 46, de 3/5/2012, publicado no DOU nº 86, de 4/5/2012, Seção III, pp. 66-7, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Educação Física

1.Miguel Victor Neves Saraiva

2.Carolina Dunshee de Abranches

3.Sabrina Santoro Telles

4.Marcelo Cecchi

5.Vitor Pereira Junior

CELINA MARIA DE SOUZA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 207, DE 15 DE MAIO DE 2012

OS MINISTROS DE ESTADO DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos I e II e § 1º do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, resolvem:

Art. 1º Ampliar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2012 E AOS RESTOS A PAGAR
(ANEXO II DO DECRETO Nº 7.680, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 40, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012)
ACRESCIMO
R$ MIL

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	16.342	16.342	16.342	16.342	16.342	16.342	16.342	16.342
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	830	830	830	830	830	830	830	830
30000 Ministério da Justiça	2.630	2.630	2.630	2.630	2.630	2.630	2.630	2.630
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.746	1.746	1.746	1.746	1.746	1.746	1.746	1.746
51000 Ministério do Esporte	1.687	1.687	1.687	1.687	1.687	1.687	1.687	1.687
53000 Ministério da Integração Nacional	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000
54000 Ministério do Turismo	55.333	55.333	55.333	55.333	55.333	55.333	55.333	55.333
56000 Ministério das Cidades	39.769	39.769	39.769	39.769	39.769	39.769	39.769	39.769
TOTAL	121.337	121.337	121.337	121.337	121.337	121.337	121.337	121.337

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250, 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PORTARIA Nº 202, DE 14 DE MAIO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e pelo art. 4º da Medida Provisória nº 554, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Obedecidas as condições, critérios e limites estabelecidos pela Medida Provisória nº 554, de 23 de dezembro de 2011, pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.055, de 29 de fevereiro de 2012, e por esta Portaria, fica autorizado o pagamento de equalização de encargos financeiros, sobre os saldos médios diários de financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com recursos próprios.

Parágrafo único. Os saldos médios de que trata o caput deste artigo não poderão exceder a R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), em operações de financiamento para estocagem de álcool combustível efetuadas indiretamente por agentes financeiros credenciados pelo BNDES, destinadas especificamente às usinas, destilarias, cooperativas de produtores, empresas comercializadoras de etanol e distribuidoras de combustível, cadastradas na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível - ANP, localizadas nas regiões abaixo, observados os seguintes períodos de contratação:

I - de 1° de maio de 2012 a 30 de novembro de 2012, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, nos estados do Ceará, Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins e Municípios de Juazeiro e Medeiros Neto do Estado da Bahia;

II - de 1° de setembro de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e demais municípios do Estado da Bahia.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, serão considerados os financiamentos concedidos com observância das normas, limites e demais parâmetros específicos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º O valor das equalizações de taxas de juros de que trata esta Portaria, em conformidade com a metodologia constante em anexo, ficará limitado ao diferencial entre o custo de captação dos recursos, acrescido de 1,0% ao ano, a título de spread do BNDES, e de 1,7% ao ano, a título do spread do agente financeiro, e o encargo do mutuário final, para as operações realizadas indiretamente por agentes financeiros credenciados pelo BNDES.

Art. 4º Quando os encargos cobrados do tomador final do crédito excederem o custo de captação dos recursos acrescido dos custos administrativos e tributários, o BNDES deverá recolher ao Tesouro Nacional o valor apurado, atualizado pela TJLP efetiva acumulada do período de atualização.

Art. 5º Para efeito dos pagamentos da equalização pelo Tesouro Nacional, o BNDES deverá apresentar, a cada pedido de equalização, à Secretaria do Tesouro Nacional, os valores das equalizações e os saldos médios diários das aplicações (SMDA's) relativos às operações ao amparo desta Portaria, verificados nos períodos de 1° de maio de 2012 a 31 de dezembro de 2012 e de 1° de janeiro de 2013 a 31 de agosto de 2013, respectivamente, acompanhados das correspondentes memórias de cálculo, bem como a declaração de responsabilidade pela exatidão das informações relativas à aplicação dos recursos na finalidade a que se destinam.

Parágrafo único. As equalizações serão devidas após o último dia dos períodos referidos no caput, e serão atualizadas até a data do efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional, nos termos desta Portaria.

Art. 6º Os valores das equalizações e de suas respectivas atualizações serão obtidos conforme metodologia anexa.

Art. 7º Caberá ao BNDES disponibilizar, sempre que solicitado, informações relacionadas com a boa e regular aplicação dos recursos a que se refere esta Portaria, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Controladoria Geral da União - CGU, ao Tribunal de Contas da União - TCU e ao Banco Central do Brasil, para fins de acompanhamento e fiscalização por parte dos referidos órgãos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

ANEXO

METODOLOGIA DE CÁLCULO

a) Cálculo da equalização devida nos dias 01 de janeiro de 2013 e 01 de setembro de 2013, relativo aos Saldos Médios Diários das Aplicações em operações de financiamento de estocagem de álcool combustível, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, verificados nos períodos de 1° de maio a 31 de dezembro de 2012 e de 1° de janeiro de 2013 a 31 de agosto de 2013, respectivamente:

a)Cálculo da equalização:

$EQL = SMDA \times [(TJLP_{mg} + 1{,}027)^{n/DAC} - (1{,}087)^{n/DAC}]$

b)Cálculo da atualização:

$EQA = [EQL \times (1 + TJLP^{*})]$

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Legenda:
EQL = Equalização apurada referente ao período de equalização;
SMDA = Saldo Médio Diário das Aplicações no período de equalização;
$TJLP_{mg}$ = Média Geométrica da TJLP do período de equalização, anualizada e na forma unitária;
n = Número de dias corridos do período de equalização;
DAC = Número de dias do ano civil (365 ou 366);
EQA = Equalização apurada atualizada até o dia do pagamento;
TJLP* = TJLP efetiva acumulada do período de atualização, na forma unitária.

PORTARIA Nº 205, DE 14 DE MAIO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições previstas no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e tendo em vista as justificativas constantes do Memorando nº 003/ Comissão de Sindicância - Portaria MF/030/2012, referente à Sindicância Investigativa registrada no comprot-doc deste Ministério sob o nº 01121057.000226.2012.000.000, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Investigativa designada pela Portaria nº 30, de 2 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2012, reconduzida pela Portaria nº 119, de 3 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 5 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos praticados posteriormente ao término da vigência da Portaria nº 119, de 3 de abril de 2012.

GUIDO MANTEGA

PORTARIA Nº 206, DE 15 DE MAIO DE 2012

Prorroga as datas de vencimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em relação aos fatos geradores ocorridos em abril e maio de 2012, nos casos que especifica.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 66 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, resolve:

Art. 1º As datas de vencimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), calculadas sobre a receita, devidas pelos sujeitos passivos enquadrados nos códigos de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) relacionados no Anexo Único a esta Portaria, ficam prorrogadas para:

I - o último dia útil da 1ª (primeira) quinzena do mês de novembro, em relação aos fatos geradores ocorridos no mês de abril de 2012; e

II - o último dia útil da 1ª (primeira) quinzena do mês de dezembro, em relação aos fatos geradores ocorridos no mês de maio de 2012.

§ 1º Para efeito da prorrogação prevista no caput, somente se beneficiarão os sujeitos passivos que estiverem, na data da publicação desta Portaria, enquadrados nos códigos CNAE relacionados no Anexo Único a esta Portaria.

§ 2º A prorrogação das datas de vencimento a que se refere o caput não implica direito à restituição de quantias eventualmente já recolhidas.

Art. 2º Fica revogada a Portaria MF nº 137, de 26 de abril de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

ANEXO ÚNICO

Código	Descrição CNAE
13.1	Preparação e fiação de fibras têxteis
13.2	Tecelagem, exceto malha
13.3	Fabricação de tecidos de malha
13.4	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis
13.5	Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário
14.1	Confecção de artigos do vestuário e acessórios
14.2	Fabricação de artigos de malharia e tricotagem
15.1	Curtimento e outras preparações de couro
15.2	Fabricação artigos para viagem e artefatos diversos de couro
15.3	Fabricação de calçados
15.4	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material
29.4	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores
31.0	Fabricação de móveis

PORTARIA Nº 208, DE 15 DE MAIO DE 2012

Delega competência para classificação da informação sigilosa, nos graus ultrassecreto e secreto, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das suas atribuições e considerando o disposto no § 1º do art. 27 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Delegar, vedada a subdelegação, a competência para a classificação das informações no grau de sigilo ultrassecreto às seguintes autoridades:

I - Chefe de Gabinete do Ministro;
II - Secretário-Executivo;
III - Procurador-Geral da Fazenda Nacional;
IV - Secretário da Receita Federal do Brasil;
V - Secretário do Tesouro Nacional;
VI - Secretário de Política Econômica;
VII - Secretário de Acompanhamento Econômico;
VIII - Secretário de Assuntos Internacionais;
IX - Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária;
X - Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras;
XI - Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;
XII - Presidente do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior;
XIII - Presidente do Comitê de Coordenação das Instituições Financeiras Públicas Federais;
XIV - Presidente do Comitê Gestor do Simples Nacional;
XV - Presidente da Comissão de Valores Mobiliários;
XVI - Superintendente da Superintendência de Seguros Privados;
XVII - Presidente da Casa da Moeda do Brasil;
XVIII - Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados;
XIX - Presidente da Caixa Econômica Federal;
XX - Presidente da Empresa Gestora de Ativos;
XXI - Presidente do Banco do Brasil S.A.;
XXII - Presidente do IRB - Resseguros S.A.;
XXIII - Presidente do Banco da Amazônia; e
XXIV - Presidente do Banco do Nordeste do Brasil.

Art. 2º Delegar, vedada a subdelegação, a competência para a classificação das informações no grau de sigilo secreto às seguintes autoridades:

I - Chefe de Gabinete do Ministro;
II - Secretário-Executivo Adjunto;
III - Procuradores-Gerais Adjuntos da Fazenda Nacional;
IV - Diretores de Departamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
V - Subsecretários da Receita Federal do Brasil;
VI - Subsecretários do Tesouro Nacional;
VII - Secretários-Adjuntos de Política Econômica;
VIII - Secretários-Adjuntos de Acompanhamento Econômico;
IX - Secretários-Adjuntos de Assuntos Internacionais;
X - Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária;
XI - Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras;
XII - Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;
XIII - Presidente do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior;
XIV - Presidente do Comitê de Coordenação das Instituições Financeiras Públicas Federais; e
XV - Presidente do Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 14 de maio de 2012

Processo nº: 00190.034706/2011-46.
Interessado: Governo do Estado do Rio Grande do Norte.
Assunto: Contrato da Primeira Novação de Dívida a ser celebrado entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, no valor total de R$ 2.144.333,94 (dois milhões, cento e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e três reais e noventa e quatro centavos), posicionado em 1º de dezembro de 2010, correspondente a 29 (vinte e nove) contratos homologados.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração do contrato em referência, nos termos da minuta apresentada.

Processo nº: 17944.000379/2011-61
Interessado: Estado de Pernambuco
Assunto: Operação de crédito externo entre o Estado de Pernambuco e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, destinada ao financiamento parcial do "Projeto Pernambuco Rural Sustentável - ProRural III".

Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 41, de 8 de dezembro de 2009, e pela Resolução nº 19, de 22 de dezembro de 2011, e considerando a permissão contida na Resolução nº 11, de 25 de abril de 2012, também daquela Casa Legislativa, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2012, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para o Estado de Pernambuco, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, bem assim as formalidades de praxe e a celebração do respectivo contrato de contragarantia entre a União e o Estado.

Processo nº: 00190.032460/2011-78.
Interessado: Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar - CHI-CM.
Assunto: Contrato da Sexta Novação de Dívida a ser celebrado entre a União e a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar - CHI-CM, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, no valor bruto de R$376.407,74 (trezentos e setenta e seis mil quatrocentos e sete reais e setenta e quatro centavos), posicionado em 1º de novembro de 2006, correspondente a 6 (seis) contratos homologados.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, observadas as formalidades de praxe.

GUIDO MANTEGA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 5, DE 7 DE MAIO DE 2012

Cancela certidão de regularidade fiscal.

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso "II" artigo 79 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257 de 23 de junho de 2009, publicada no DOU em 25 de julho de 2009: e, considerando despachos proferidos nos processos administrativos n. 46.312.002802/2006-35; 46.312..004310/2006-84; 10140.002927/2004-75; 1014.002571/2003-99, resolve:

Art. 1º - Cancelar as Certidões Conjuntas de Regularidade Fiscal expedidas sob os códigos de controle B4EB.8217.F561.C0DC, datada de 29/12/2011; 5B8A.F093.A63A.D8F5, datada de 30/12/2011; E32A.3B66.32A6.BB34, datada de 12/01/2012; E32A.3B66.32ª6.BB34, datada de 12/01/2012; 8891.02CB.AD93.F05A; datada de 12/01/2012; e, 2749.8D6B.CBA5.3FEA, datada de 12/01/2012; em favor de Máxima Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda, CNPJ 00.391.294/0001-20.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor e produzirá efeitos da data da publicação.

RONILDE LANGHI PELLI

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
DEPARTAMENTO DE NORMAS DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.551, DE 15 DE MAIO DE 2012

Esclarece acerca da abertura, da movimentação e do encerramento de contas de depósitos à vista específicas para a campanha eleitoral de 2012.

O Chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro (Denor), no uso da atribuição que lhe confere o art. 22, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, considerando o disposto no art. 22 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, na Resolução TSE nº 23.376, de 1º de março de 2012, do Tribunal Superior Eleitoral, e na Instrução Normativa Conjunta nº 1.019, de 10 de março de 2010, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e daquele Tribunal, e no Ofício nº 1.711 GAB-DG, de 24 de abril de 2012, daquele Tribunal, encaminhado ao Banco Central do Brasil, resolve:

Art. 1º - Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e as caixas econômicas devem observar os procedimentos descritos nesta Carta Circular relativos à abertura, à movimentação e ao encerramento de contas de depósitos à vista para movimentação de recursos financeiros destinados ao financiamento da campanha eleitoral de 2012 (conta eleitoral).

Parágrafo único. - É obrigatória a abertura de contas eleitorais em nome de partido político, comitê financeiro de partido político ou candidato escolhido em convenção, com o objetivo exclusivo de registrar todo o movimento financeiro da campanha eleitoral, inclusive quando relacionado a recursos próprios e àqueles decorrentes da comercialização de produtos e realização de eventos, vedada a utilização de conta de depósitos à vista preexistente.

Art. 2º - A conta eleitoral deverá ser aberta em até três dias, a contar do seu pedido de abertura, sendo vedada a exigência de depósito mínimo, a cobrança de tarifas de confecção de cadastro e de manutenção, bem como a concessão de qualquer benefício ou crédito não contratado diretamente pelo titular.

Parágrafo único. - A conta eleitoral deverá ser aberta mesmo depois de decorrido o prazo de dez dias do registro do comitê financeiro ou do candidato no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art. 3º - Para a abertura da conta eleitoral de comitês financeiros e de candidatos, devem ser apresentados os seguintes documentos:

I - Requerimento de Abertura de Conta Eleitoral (RACE), conforme anexo III da Resolução TSE nº 23.376, de 1º de março de 2012; e

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme disposto na Instrução Normativa Conjunta SRFB/TSE nº 1.019, de 10 de março de 2010, a ser impresso mediante consulta à página daquela Secretaria na internet (www.receita.fazenda.gov.br).

Art. 4º - Para a abertura da conta eleitoral dos diretórios partidários nacionais, estaduais, municipais ou comissões provisórias, devem ser apresentados os seguintes documentos:

I - Requerimento de Abertura de Conta Eleitoral de Partidos (RACEP), conforme anexo IV da Resolução TSE nº 23.376, de 2012;

II - comprovante de inscrição no CNPJ, conforme disposto no art. 14 da Resolução TSE nº 23.376, de 2012, e no parágrafo único do art. 5º da Instrução Normativa Conjunta SRFB/TSE nº 1.019, de 2010, a ser impresso mediante consulta à página da SRFB na internet (www.receita.fazenda.gov.br); eIII - Certidão de Composição Partidária, disponível na página do TSE na internet (www.tse.gov.br).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 5º - As contas eleitorais devem ser identificadas, adicionalmente, com a seguinte terminologia:

I - no caso de comitê financeiro, com a denominação "ELEIÇÃO 2012 - COMITÊ FINANCEIRO - município - cargo eletivo ou a expressão 'ÚNICO' - Sigla do Partido";

II - no caso de candidato, com a denominação "ELEIÇÃO 2012 - nome do candidato - cargo eletivo"; e

III - no caso de diretório partidário, com a denominação "ELEIÇÃO 2012 - DIRETÓRIO NACIONAL ou ESTADUAL ou MUNICIPAL ou COMISSÃO PROVISÓRIA - sigla do partido".

Art. 6º - A movimentação das contas eleitorais deve ser realizada pelas pessoas identificadas no RACE e no RACEP.

Art. 7º - Aplica-se à conta eleitoral a regulamentação pertinente às contas de depósitos à vista, inclusive quanto a:

I - proibição de fornecimento de folhas de cheques ao candidato ou representantes que figurarem no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), conforme previsto no art. 10, parágrafo único, da Resolução nº 2.025, de 24 de novembro de 1993, hipótese em que a respectiva movimentação deve ser realizada por meio de cartão ou cheque avulso;

II - qualificação e identificação dos candidatos e dos representantes autorizados a movimentar a conta eleitoral, conforme disposto no art. 1º da Resolução nº 2.025, de 1993, alterada pela Resolução nº 2.747, de 28 de junho de 2000;

III - disciplina estabelecida pelas instituições financeiras para o uso do cheque, conforme disposto na Resolução nº 3.972, de 28 de abril de 2011;

IV - procedimentos de prevenção à prática dos crimes de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, especialmente quanto à exigência de identificação de origem e destino de recursos, conforme estabelecido nas Circulares ns. 3.461, de 24 de julho de 2009, e alterações posteriores, e 3.290, de 5 de setembro de 2005; e

V - regras de devolução de cheques, conforme regulamentação em vigor, em especial a utilização do motivo de devolução 13, no caso de cheques apresentados após o encerramento da conta.

Art. 8º A instituição financeira deve adotar os procedimentos necessários de modo que a conta eleitoral somente aceite depósito ou transferência de recursos mediante identificação na forma mencionada no art. 7º, inciso IV.

Parágrafo único. - O depósito por meio de cheque deve ser efetuado pelo seu valor integral.

Art. 9º - As contas eleitorais de candidatos e de comitês financeiros devem ser encerradas até 30 de dezembro de 2012 com a devolução obrigatória dos cheques não emitidos, se for o caso, e com a liquidação ou a transferência de eventual saldo para a conta de depósitos do partido ou da coligação mencionada no RACE, em conformidade com o que dispõem o art. 31 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e art. 39 da Resolução TSE nº 23.376, de 2012.

Art. 10. - Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. - Fica revogada a Carta Circular nº 3.436, de 18 de março de 2010.

SERGIO ODILON DOS ANJOS

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
COLEGIADO

DECISÕES DE 3 DE ABRIL DE 2012

PARTICIPANTES
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA - PRESIDENTE
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
OTAVIO YAZBEK - DIRETOR
JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTI VASCO - DIRETOR SUBSTITUTO
* De acordo com a Portaria MF 072/12 e Portaria/CVM/PTE/024/12
Participou somente da decisão do item 3 (Proc. SP2010/0169)
Objeto do inquérito: Atraso ou não envio, por parte da Sra. Sandrine Emmanuelle Christine Meyer Benavides, DRI da TAIPE TRANCOSO EMPREENDIMENTOS S/A, das informações previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e X do artigo 21 e artigos 22, 24, 25, 28 e 29 da Instrução CVM n. 480/09, e no art. 10 da Deliberação CVM n. 627/10.

ACUSADO	ADVOGADO
SANDRINE EMMANUELLE CHRISTINE MEYER BENAVIDES	NÃO CONSTITUIU ADVOGADO

APRECIAÇÃO DE NOVA PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2011/7388 - TAIPE TRANCOSO EMPREENDIMENTOS S.A.

Reg. nº 8045/11

Relator: SGE

Trata-se da apreciação de nova proposta de termo de compromisso apresentada pela Sra. Sandrine Emmanuelle Christine Meyer Benavides, no âmbito do Processo Administrativo Sancionador de Rito Sumário RJ2011/7388, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP. A proponente foi acusada, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores - DRI da Taipe Trancoso Empreendimentos S.A. ("Companhia"), de ter deixado de prestar, nos prazos regulamentares, informações obrigatórias previstas na Instrução CVM 480/09 e na Deliberação 627/10, relativas aos exercícios de 2010 e 2011.

Em reunião de 06.12.11, o Colegiado rejeitou a proposta apresentada, acompanhando o entendimento exarado no parecer do Comitê de Termo de Compromisso.

A proponente apresentou nova proposta em que se comprometeu a pagar à CVM o valor de R$ 50.000,00 e proceder à entrega, até 31.03.12, de todas as informações que ainda estejam pendentes.

O Superintendente Geral informou que o registro da Companhia junto à CVM remanesce desatualizado, tendo em vista a não apresentação de todos os documentos em atraso.

Dessa forma, o Colegiado deliberou a rejeição da nova proposta de termo de compromisso apresentada pela Sra. Sandrine Emmanuelle Christine Meyer Benavides.

PARTICIPANTES
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA - PRESIDENTE
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
OTAVIO YAZBEK - DIRETOR
JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTI VASCO - DIRETOR SUBSTITUTO
* De acordo com a Portaria MF 072/12 e Portaria/CVM/PTE/024/12
Participou somente da decisão do item 3 (Proc. SP2010/0169)

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2011/9483 - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Reg. nº 8062/11

Relator: SGE

Objeto do inquérito: Não envio, por parte do Sr. Jurandir Vieira Santiago, Diretor de Relações com Investidores da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE, das informações previstas nos artigos 21, 25 e 28 da Instrução CVM nº480/09.

ACUSADOS	ADVOGADOS
JOSÉ ALBERTO ALVES DE ALBUQUERQUE JÚNIOR	Não constituiu advogado
JURANDIR VIEIRA SANTIAGO	Não constituiu advogado

Trata-se de apreciação de proposta de termo de compromisso apresentada pelo Sr. José Alberto Alves de Albuquerque Júnior, Diretor de Relações com Investidores - DRI da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, no âmbito do Processo Administrativo Sancionador de Rito Sumário RJ2011/9483, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP. O proponente foi acusado de ter deixado de prestar, nos prazos regulamentares, informações obrigatórias previstas na Instrução CVM 480/09, relativas aos exercícios de 2010 e 2011.

Após negociações com o Comitê, o proponente apresentou proposta em que se compromete a pagar à CVM o valor de R$ 35.000,00 e atualizar o registro da CAGECE junto à CVM, com o envio de todas as informações pendentes até março de 2012.

O Superintendente Geral informou que o registro da Companhia junto à CVM remanesce desatualizado, tendo em vista a não apresentação, até o momento, de todos os documentos em atraso.

Dessa forma, o Colegiado deliberou a rejeição da proposta de termo de compromisso apresentada pelo Sr. José Alberto Alves de Albuquerque Júnior.

PARTICIPANTES
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA - PRESIDENTE
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
OTAVIO YAZBEK - DIRETOR
JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTI VASCO - DIRETOR SUBSTITUTO
* De acordo com a Portaria MF 072/12 e Portaria/CVM/PTE/024/12
Participou somente da decisão do item 3 (Proc. SP2010/0169)
Objeto do inquérito: Não observância, por parte da PROSPER S/A CORRETORA DE VALORESE CÂMBIO, de regra da Instrução CVM nº 409 quanto a cobrança de taxa de performance do CDI.

ACUSADOS	ADVOGADOS
ARMÊNIO DOS SANTOS GASPAR NETO	NÃO CONSTITUIU ADVOGADO
MARCELO VIEIRA DA SILVA DE OLIVEIRA COSTA	NELSON LAKS EIZIRIK
PROSPER SA CVC	NÃO CONSTITUIU ADVOGADO

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2010/15685 - PROSPER S.A. CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO E OUTROS

Reg. nº 7958/11

Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado por Prosper S.A. Corretora de Valores e Câmbio, Marcelo Vieira da Silva de Oliveira Costa e Armenio dos Santos Gaspar Neto, aprovado na reunião de Colegiado de 08.11.11, no âmbito do PAS RJ2010/15685.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que os pagamentos previstos no Termo de Compromisso ocorreram na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do PAS RJ2010/15685, por ter sido cumprido o Termo de Compromisso firmado pelos únicos acusados.

PARTICIPANTES
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA - PRESIDENTE
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
OTAVIO YAZBEK - DIRETOR
JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTI VASCO - DIRETOR SUBSTITUTO
* De acordo com a Portaria MF 072/12 e Portaria/CVM/PTE/024/12
Participou somente da decisão do item 3 (Proc. SP2010/0169)
Objeto do inquérito: Atraso ou não envio, por parte do Sr. Augusto Lauro de Oliveira Junior, DRI da JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES, das informações previstas nos incisos I, II, IV, V, VI, VII e VIII do artigo 21 e artigos 23, 24, 28, 29 e 65 da Instrução CVM n. 480/09, e no art. 1º da Deliberação CVM n. 627/10.

ACUSADO	ADVOGADO
AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JUNIOR	NÃO CONSTITUIU ADVOGADO

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2011/7382 - JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES

Reg. nº 8023/11

Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado pelo Sr. Augusto Lauro de Oliveira Júnior, aprovado na reunião de Colegiado de 06.12.11, no âmbito do PAS RJ2011/7382.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que o pagamento previsto no Termo de Compromisso ocorreu na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do PAS RJ2011/7382, por ter sido cumprido o Termo de Compromisso firmado pelo único acusado.

PARTICIPANTES
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA - PRESIDENTE
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
OTAVIO YAZBEK - DIRETOR
JOSÉ ALEXANDRE CAVALCANTI VASCO - DIRETOR SUBSTITUTO
* De acordo com a Portaria MF 072/12 e Portaria/CVM/PTE/024/12
Participou somente da decisão do item 3 (Proc. SP2010/0169)

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2011/7712 - MAPFRE DTVM S.A. E OUTROS

Reg. nº 7747/11

Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado por Mapfre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Elíseo João Viciana, aprovado na reunião de Colegiado de 06.12.11, no âmbito do PAS RJ2010/17292.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que os pagamentos previstos no Termo de Compromisso ocorreram na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do PAS RJ2010/17292 em relação aos compromitentes.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2012.
SOLANGE MARIA DA ROCHA RODRIGUES
Coordenadora da Secretaria Executiva

DECISÃO DE 10 DE ABRIL DE 2012

PARTICIPANTES
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA - PRESIDENTE
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
OTAVIO YAZBEK - DIRETOR
APRECIAÇÃO DE NOVA PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2009/5327 - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Reg. nº 7569/11

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de nova proposta de Termo de Compromisso apresentada por Sandro Antônio de Lima, Diretor Administrativo-Financeiro da Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("TPI"), previamente à instauração de Processo Administrativo Sancionador pela Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI, para apurar a possível infração ao art. 155, § 4º, da Lei 6.404/76 e ao art. 13 da Instrução CVM 358/02, em razão da suposta utilização de informação privilegiada em negócios envolvendo a compra de ações da TPI.

Em reunião de 07.06.11, o Colegiado deliberou a rejeição da proposta de celebração de termo de compromisso apresentada, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê de Termo de Compromisso.

O proponente apresentou nova proposta em que se comprometeu a pagar à CVM o valor de R$ 10.000,00.

Não obstante o aperfeiçoamento da proposta apresentada, o Comitê ratificou sua posição anterior de que a aceitação da proposta não se afigura oportuna nem conveniente, considerando a fase de investigação em que se encontra o procedimento administrativo, bem como a inexistência de suficiente clareza em relação às possíveis responsabilidades e aos ganhos potencialmente auferidos.

O Colegiado, acompanhando o entendimento exarado no parecer do Comitê de Termo de Compromisso, deliberou a rejeição da nova proposta de termo de compromisso apresentada pelo Sr. Sandro Antônio de Lima.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2012.
SOLANGE MARIA DA ROCHA RODRIGUES
Coordenadora da Secretaria Executiva

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 12.320, DE 14 DE MAIO DE 2012

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 07/05/2012, em virtude da incorporação pela Müller & Prei Auditores Independentes S/S - Blumenau, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S - FLORIANÓPOLIS
CNPJ: 07.973.170/0001-00

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

PORTARIA Nº 2.434, DE 10 DE MAIO DE 2012

Reinclui pessoa jurídica no REFIS.

O COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL, constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2o do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art.1º Tornar insubsistente a exclusão da pessoa jurídica UNISTEIN PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 29.043.759/0001-33, efetuada pela Portaria CG/REFIS nº 2.211, de 02 de junho de 2009, publicada no DOU de 09 de junho de 2009, conforme os fatos relatados no processo administrativo nº 17.878-000.014/2010-97, cuja decisão foi emitida pela Secretaria Executiva do Refis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Secretário da Receita Federal do Brasil

FABRÍCIO DA SOLLER
Procurador-Geral da Fazenda Nacional
Substituto

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 15 de maio de 2012

Nº 77 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que, na 175ª reunião extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 4 de maio de 2012, foi celebrado o seguinte Convênio ICMS:

CONVÊNIO ICMS 53, DE 15 DE MAIO DE 2012

Altera o Convênio ICMS que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a conceder isenção do ICMS nas operações de importação de mercadorias pelas delegações estrangeiras participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20).

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 175ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 15 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24/75, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Passam a vigorar com a redação que se segue os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 51/12, de 4 de maio de 2012:

I - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Fica o Estado do Rio de Janeiro autorizado a conceder isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas importações das mercadorias, equipamentos e materiais de uso ou consumo promovidas pela União, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e demais organizações internacionais acreditadas para a Conferência, por meio de seus representantes, bem assim por delegações dos países participantes, e ainda pelas entidades com status de observador na ONU ou assemelhadas a Estados e assim reconhecidas pelo Ministério das Relações Exteriores, ou por pessoa jurídica por elas contratada como responsável pela logística e desembaraço aduaneiro, destinadas aos participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), a ser realizada no período de 13 a 22 de junho de 2012 no Estado do Rio de Janeiro.".

II - a cláusula quinta:

Cláusula quinta Ficam dispensadas da exigência da Guia para a Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS (GLME) as importações de bens de que trata a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil específica para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20).

Parágrafo único. O Estado do Rio de Janeiro poderá firmar com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) protocolo para o controle das operações das importações realizadas com base na normativa específica da Receita Federal do Brasil de que trata o "caput".".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Nelson Henrique Barbosa Filho p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Isper Abrahim Lima, Bahia - Luiz Alberto Bastos Petitinga, Ceará - Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Marcelo Piancastelli de Siqueira, Espírito Santo - Maurício Cézar Duque, Goiás - Simão Cirineu Dias, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Edmilson José dos Santos, Mato Grosso do Sul - Mário Sérgio Maciel Lorenzetto, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Carlos Hauly, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí -Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro -Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Benedito Antônio Alves, Roraima -Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Nelson Antônio Serpa, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - João Andrade Vieira da Silva, Tocantins - José Jamil Fernandes Martins.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA
PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 120, DE 14 DE MAIO DE 2012

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720675/2012-17 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca Mercedes-Benz, modelo E-240 CLASSIC, ano 2003, cor preta, chassi WDBUF61H14A451587, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 04/0013075-5, de 07.01.2004, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade da Embaixada da República da Coréia, CNPJ: 04.097.108/0001-03.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 200, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000093/2012-42.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000092/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 201, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000091/2012-53.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000091/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 202, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000089/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 203, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000063/2012-36.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000075/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 204, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e §

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000073/2012-71.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000094/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 205, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000107/2012-28.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000104/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 206, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000114/2012-20.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000101/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 207, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000106/2012-83.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000103/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 208, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000105/2012-39.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000102/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 209, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000097/2012-90.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000097/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 210, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000136/2012-90.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000097/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 211, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000109/2012-17.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000106/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 212, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000108/2012-72.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000105/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 213, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000110/2012-41.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000107/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 214, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000104/2012-94.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA00088/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 215, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000099/2012-10.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000087/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 216, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000103/2012-40.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000085/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 217, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000095/2012-31.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000090/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PADOVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 218, DE 11 DE MAIO DE 2012

Declara o Perdimento de mercadorias apreendidas

A INSPETORA-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CÁCERES-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, o item 07, letra B, da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, o artigo 105 do Decreto-Lei nº 37/66, artigo 23, incisos I a V, e § 1° e artigo 26 do Decreto-Lei n 1.455/76, artigo 87, inciso I e II, da Lei n° 4.502/1964, artigos 2° e 3°, caput e § único, do Decreto-Lei n° 399/1968, artigos 2, § único, e 9 da Lei n° 10.743/2003, artigo 39 do Decreto-Lei n° 288/1967, artigo 23, caput e § único, da Lei n° 11.508/2007, regulamentados pelo art. 689 a 697 do Decreto nº 6.759/2009, artigos 94, 95, 96, inciso II, do Decreto-Lei nº 37/66, artigos 25 e 27 do Decreto-Lei nº 1.455/76, regulamentado pelos artigos 673, 674, 675, inciso II, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, considerando a delegação de competência conferida pela PORTARIA DRF/CBA-MT nº 0239/09, de 19 de novembro de 2009, e tendo em vista o que consta do processo nº 13150.000100/2012-14.

DECLARA PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0130100/SIANA000086/2012, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 09 de junho de 2011.

SÍLVIA MARIA PÁDOVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 14 DE MAIO DE 2012

Aplica a pena de perdimento das mercadorias objeto dos processos que especifica

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso das atribuições designada pela Portaria SRFB nº 1317, de 22/08/2008, (DOU de 25/08/2008), e tendo em vista o disposto no item I do Ato Declaratório SRF nº 12, de dezembro de 1981 (DOU de 28.12.1981), e na Portaria MF Nº 271, de 14 de julho de 1976 (DOU de 30.07.1976), resolve:

Art. 1º Considerar findos, administrativamente, os processos administrativos, relacionados no Anexo Único.

Art. 2º Aplicar, consequentemente, a pena de perdimento das mercadorias objeto dos mesmos processos.

Art. 3º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

RONALDO SERGIO SILVEIRA GENU

ANEXO ÚNICO

Processos Administrativos	Interessados
10120.729318/2011-24	MORIS FORMATURAS LTDA
10120.728250/2011-66	EULER CHARLES CUNHA

RETIFICAÇÕES

No ADE nº 52/2012 DRF/GOIANIA/GO, publicado no DOU nº 92 de 14 de maio de 2012, seção 1, página 152, no artigo 2° onde se lê: "Aplicar, consequentemente, pena de perdimento do veículo objeto dos mesmos processos"; leia-se " Aplicar, consequentemente, pena de perdimento das mercadorias objeto do mesmo processo".

No ADE nº 53/2012 DRF/GOIANIA/GO, publicado no DOU nº 92 de 14 de maio de 2012, seção 1, página 152, no artigo 2° onde se lê: "Aplicar, consequentemente, pena de perdimento do veículo objeto dos mesmos processos"; leia-se " Aplicar, consequentemente, pena de perdimento das mercadorias objeto do mesmo processo".

No ADE nº 55/2012 DRF/GOIÂNIA/GO, publicado no DOU nº 93, de 15 de maio de 2012, Seção 1, página 16:
Onde se lê: "JAIR ALBINO..."
Leia-se: "JAIR ALBINO DA SILVA"

4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 15 DE MAIO DE 2012

Autoriza o fornecimento dos selos que menciona.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 307 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 1º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no a DOU de 09 de fevereiro de 2005, e tendo em vista requerimento nº 002/2012, 14 de Fevereiro de 2012, da empresa importadora, declara:

Artigo Único. Fica autorizado o fornecimento de 8.640 selos de controle do tipo UÍSQUE AMARELO ao estabelecimento importador LD Licínio Dias Importações Ltda., inscrito no CNPJ sob nº 04.401.145/0001-55, para selagem pelo fabricante, no exterior, de 8.640 garrafas, abaixo identificados:

Requerimento	Capacidade	Quantidade	Marca Comercial
001/2012	1000 ml	8.640	GRAND MACNISH 8 ANOS
	TOTAL	8.640	

MARA RÚBIA ALVES CORREIA

5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 14 DE MAIO DE 2012

Concede registro especial de produtor de bebidas ao estabelecimento da Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia, CNPJ Nº 04.293.272/0002-69.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de 23/12/2010; tendo em vista o disposto no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.053, de 12 de julho de 2010, e considerando as informações contidas no Processo Administrativo de nº 13558.720224/2012-29, DECLARA:

Art. 1º - Fica o estabelecimento da Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia, CNPJ Nº 04.293.272/0002-69, sediado na Rodovia Una - Canavieiras, km 01, S/N, Zona Rural, município de Una, Estado da Bahia, CEP Nº 45690-000, inscrito como produtor da bebida "fermentado alcoólico de frutas", classificação TIPI 2204.21.00 - Outros vinhos, sob o Nº BP-05105/010, no registro especial de que trata o art. 1º da Lei nº 11.116, de 2005.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MIGUEL CASTRO DOS SANTOS JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 14 DE MAIO DE 2012

Concede registro especial de engarrafador de bebidas de produção própria ao estabelecimento da Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia, CNPJ Nº 04.293.272/0002-69.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de 23/12/2010; tendo em vista o disposto no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.053, de 12 de julho de 2010, e considerando as informações contidas no Processo Administrativo de nº 13558.720224/2012-29, DECLARA:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º - Fica o estabelecimento da Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia, CNPJ Nº 04.293.272/0002-69, sediado na Rodovia Una - Canavieiras, km 01, S/N, Zona Rural, município de Una, Estado da Bahia, CEP Nº 45690-000, inscrito como engarrafador de bebidas de produção própria, sob o Nº BP-05105/0011, no registro especial de que trata o art. 1º da Lei nº 11.116, de 2005.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MIGUEL CASTRO DOS SANTOS JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 14 DE MAIO DE 2012

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de 23/12/2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 149 e 150 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), alterado pelo Decreto nº 6.158, de 16 de julho de 2007; Decreto nº 6.501, de 02 de julho de 2008; Decreto nº 6.520, de 30 de julho de 2008; Decreto nº 6.588, de 1º de outubro de 2008; bem como o disposto na Instrução Normativa nº 866, de 06 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º - Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL CASTRO DOS SANTOS JÚNIOR

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	Marca comercial	Capacidade (mililitros)	Código TIPI	Enquadramento (letra)
04.293.272/0002-69	BLANC DE CACAU	De 181ml até 375ml	2204.21.00	I
04.293.272/0002-69	BLANC DE CACAU	De 376ml até 670ml	2204.21.00	L
04.293.272/0002-69	BLANC DE CACAU	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	N
04.293.272/0002-69	BLANC DE CACAU	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	N

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 128, DE 15 DE MAIO DE 2012

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 295 e 296, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações, e considerando o que consta no processo 15504.010140/2010-72, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial nº GP-06101/00155 da pessoa jurídica A CRIAÇÃO GRÁFICA LTDA., CNPJ: 05.784.116/0001-82, para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nos termos do art. 7º, incisos I e IV, da IN RFB nº 976 de 7 de dezembro de 2009.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA CORDEIRO BATISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 129, DE 15 DE MAIO DE 2012

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 295 e 296, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações, e considerando o que consta no processo 15504.010424/2009-25, declara:

Art. 1º Cancelado, a pedido, o Registro Especial nº GP-06101/00149 da pessoa jurídica ABC PATENSE EDITORA GRÁFICA LTDA., CNPJ: 02.853.154/0001-51, para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nos termos do art. 7º, incisos I e IV, da IN RFB nº 976 de 7 de dezembro de 2009.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA CORDEIRO BATISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 130, DE 15 DE MAIO DE 2012

Concede o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, DOU de 08 de dezembro de 2009, alterada pela IN RFB nº 1.011 de 23 de fevereiro de 2010, DOU de 24 de fevereiro de 2010, e considerando o que consta do processo nº 13819.002364/2008-17, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica MARGEO PUBLICAÇÕES EDITORA GRÁFICA LTDA.-ME, CNPJ: 09.528.574/0001-01, sito à Rua José Dutra, nº 335, Centro, Piranga/MG, através do processo nº 13819.002364/2008-17 o Registro Especial nº GP-06101/00224 para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata a IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela IN RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 131, DE 15 DE MAIO DE 2012

Concede o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, DOU de 08 de dezembro de 2009, alterada pela IN RFB nº 1.011 de 23 de fevereiro de 2010, DOU de 24 de fevereiro de 2010, e considerando o que consta do processo nº 13819.002364/2008-17, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica MARGEO PUBLICAÇÕES EDITORA GRÁFICA LTDA.-ME, CNPJ: 09.528.574/0001-01, sito à Rua José Dutra, nº 335, Centro, Piranga/MG, através do processo nº 13819.002364/2008-17 o Registro Especial nº UP-06101/00137 para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata a IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela IN RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 132, DE 15 DE MAIO DE 2012

Cancela o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 295 e 296, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações, e considerando o que consta no processo 15504.019248/2010-21, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial nº GP-06101/00163 da pessoa jurídica WECKMAN ELETRONIC DO BRASIL LTDA., CNPJ: 02.265.989/0001-90, para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nos termos do art. 7º, inciso IV, da IN RFB nº 976 de 7 de dezembro de 2009.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório DRF/BHE nº 125, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 15 de maio de 2012, Seção 1:

Onde se lê :

"Art. 1º Cancelado, a pedido, o Registro Especial nº UP-06101/00022..."

Leia-se:

"Art. 1º Cancelado, a pedido, o Registro Especial nº UP-06101/00100..."

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 49, DE 14 DE MAIO DE 2012

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: RETENÇÃO DE 11%. COMPENSAÇÃO. NORMA APLICÁVEL. 1. Os dispositivos da Lei nº 11.941, de 2009, que alteram a sistemática de compensação da retenção prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, têm efeito prospectivo, aplicando-se às compensações ocorridas posteriormente à sua vigência. 2. A compensação deve observar as condições impostas pela legislação em vigor na data em que está sendo efetuada, podendo ser utilizado saldo de retenção relativo a períodos anteriores desde que respeitada a prescrição quinquenal verificada entre a data do pagamento ou recolhimento a maior e a data em que está sendo procedida a compensação.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Código Tributário Nacional, arts. 96, 101, 105 e 106; Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, caput, §§1º e 2º; Lei nº 11.941, de 2009; Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999, art. 253; Instrução Normativa RFB nº 900, de 2008, arts. 44 a 48.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 14 DE MAIO DE 2012

Credenciamento de Peritos Autônomos - Resultado da fase de habilitação.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 307, incisos II e VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no DOU de 23/12/2010, declara:

Art. 1º. Tornar público o resultado da 1ª fase do processo seletivo para credenciamento, como peritos autônomos, de profissionais para prestar assistência técnica a Alfandega da RFB no Porto de Vitória/ES, conforme estabelecido no subitem 12.2.2 do Edital de Seleção ALF/VIT nº 53/2012.

I-Candidatos HABILITADOS:

Nome	Processo Administrativo	Área
Adilson Medeiros Wanderley	12466.721274/2012-90	Arqueação
André Felipe de Oliveira	12466.721115/2012-95	
Antonio Sarmento de Oliveira	12466.721269/2012-87	
Argeu Rodrigues Filho	12466.721281/2012-91	
Danilo Bonnemasou	12466.721198/2012-12	
Domingos de Melo Cortez	12466.721287/2012-69	
Edmo Pires Martins	12466.721251/2012-85	
Ely Elton Silva	12466.721216/2012-66	
Ethereldes Queiroz do Valle	12466.721196/2012-23	
Gabriel Vago Correia	12466.721317/2012-37	
Hilton de Andrade Ribeiro	12466.721252/2012-20	
João Attila Vieira Caldellas	12466.721279/2012-12	
José Maria Vieira de Novaes	12466.721302/2012-79	
Leonardo Barbosa Cabral	12466.721277/2012-23	
Luiz Orlando Gambardela Nunes	12466.721236/2012-37	
Marcus Vinicius C R Coelho	12466.721271/2012-56	
Mauro Cesar Rocha	12466.721116/2012-30	
Paulo Augusto J de Resende	12466.721276/2012-89	
Paulo Roberto Rocha	12466.721115/2012-17	
Pedro Paulo Vieira de Novaes	12466.721301/2012-24	
Rita de Cassia Duia Castello	12466.721190/2012-09	
Robson Feres Doelinger	12466.721262/2012-65	
Robson Moreira	12466.721272/2012-09	
Romário Eller	12466.721291/2012-27	
Wagner Campagnaro	12466.721300/2012-80	
Alexandre Eduardo S Ratton	12466.721263/2012-18	Textil
Claudia Mancebo Asorey	10845721484/2012-98	
Fabio Campos Fatalla	12466.721275/2012-34	
José Antonio Bauab Filho	12466.721241/2012-40	
Patricia Cristina G S Marcal	12466.721265/2012-07	
Roberto Luiz de S F Filgueiras	12466.721261/2012-11	
José Carlos Sperandeo	12466.721232/2012-59	Química
Luis Aurelio Alonso	12466.721238/2012-26	
Marcos Roberto T Halasz	12466.721202/2012-42	

II - Candidatos INABILITADOS:

1) Por descumprimento do item 7.1 do Edital de Seleção (formação acadêmica específica):

Nome	Processo Administrativo	Área
João Sarmento de Oliveira	12466.721270/2012-10	Petróleo
José Moutinho Moreira da Silva	12466.721203/2012-97	
Rubens Lesqueves de Castro	12466.721295/2012-13	
Jaqueline Sodré Januário	12466.721292/2012-71	Química

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2) Por descumprimento do item 9.3, inciso V, alínea "a" do Edital de Seleção:

Nome	Processo Administrativo	Área
Danilo Sodré Januário	12466.721311/2012-60	Arqueação
Heleno Dias de Azevedo	12466.721296/2012-50	
Rodrigo Barbosa Cabral	12466.721290/2012-82	

3) Por descumprimento do item 9.3, inciso I do Edital de Seleção:

Nome	Processo Administrativo	Área
Sergio Salles Ferreira	12466.721226/2012-00	Arqueação
Gustavo Carvalhinho de Oliveira	12466.721249/2012-14	

4) Por descumprimento do item 9.3, incisos I, II, alíneas "a", "b", e V, "a" do Edital de Seleção:

Nome	Processo Administrativo	Área
Helder Buss	12466.721297/2012-02	Arqueação

5) Por descumprimento do item 7.1.1 combinado com o item 10.2.7 do Edital de Seleção:

Nome	Processo Administrativo	Área
Luiz Carlos Gozzer	12466.721299/2012-93	Arqueação

6) Por descumprimento do item 9.3, incisos I e V, alínea "a" do Edital de Seleção:

Nome	Processo Administrativo	Área
Rogério de Almeida Tristão	12466.721303/2012-13	Arqueação

Art. 2º. O candidato INABILITADO poderá solicitar cópia do seu respectivo processo administrativo no CAC da Alfandega da RFB no Porto de Vitória, nos dias úteis das 10:00 às 16:00 horas, e a entrega será efetivada, obrigatoriamente, em arquivo digital gravado em CD virgem fornecido pelo interessado.

FLÁVIO JOSÉ PASSOS COELHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 14 DE MAIO DE 2012

Declarar INAPTA a empresa RIO BELLO COMÉCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrição CNPJ 11.008.549/0001-49, Processo 10073.720504/2012-91.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA-RJ, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 91, art. 8°, VIII e IX, de 13 de novembro de 2011, publicada no DOU em 14 de dezembro de 2011 RESOLVE declarar INAPTA a empresa RIO BELLO COMÉCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrição nº 11.008.549/0001-49, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, em virtude de não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ, conforme artigos 37, II e 39, II da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

VICTOR HUGO MENEZES LEITE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 14 DE MAIO DE 2012

Declarar NULIDADE da inscrição CNPJ 14.720.835/0001-20, empresa BC SIMPLES SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA, Processo 10073.720629/2012-11.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA-RJ, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 91, art. 8°, VIII e IX de 13 de novembro de 2011, publicada no DOU em 14 de dezembro de 2011 RESOLVE declarar NULIDADE da inscrição nº 14.720.835/0001-20, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da empresa BC SIMPLES SOLUÇÕES FINANCEIRAS LTDA, em virtude de vício no ato cadastral, nos termos do artigo 33, II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

VICTOR HUGO MENEZES LEITE

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 15 DE MAIO DE 2012

Declara nula inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IX do art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 32 a 34 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Art. 1º É nula a inscrição no CPF nº 153.982.147-13, em nome de AMELIA CHICOSQUE BARBOSA, por ter sido constatada fraude na inscrição.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produz efeitos desde 09/06/2010.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 15 DE MAIO DE 2012

Declara nula inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IX do art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 32 a 34 da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Art. 1º É nula a inscrição no CPF nº 141.587.457-30, em nome de EURICO COELHO PIRES, por ter sido constatada fraude na inscrição.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produz efeitos desde 15/04/2008.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS.

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 4 DE MAIO DE 2012

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, parágrafo 1º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e no artigo 40, § 2o da IN RFB nº 1.183/2011, declara:

Art. 1º - Considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, nos termos do artigo 37, inciso III da IN RFB nº 1.183/2011, DECLARA INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos a partir de 15/10/2008.

EMPRESA: ALEGRO BR COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

CNPJ: 10.332.131/0001-20

PROCESSO: 10074.000149/2011-40

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

JORGE HENRIQUE BARBOSA SOUZA

8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 15 DE MAIO DE 2012

Cancela registro especial obrigatório para estabelecimento importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 295, inciso IX, combinado com o artigo 307 inciso VI, da Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no artigo 8º inciso I, da Instrução Normativa SRF Nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005, e o que consta do processo nº 10875.723368/2011-75

Artigo 1º - Cancelar o Ato declaratório Executivo nº 09 de 27.03.2012, publicado no Diário Oficial da União de 28.03.2012 que concede o Registro Especial para importador de bebidas alcoólicas, sob o número 08111/029, para o estabelecimento da Pessoa Jurídica IRACEMA E FILHOS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ Nº 13.593.423/0001-04, situada na Av. Recife, 705, Jd. Santo Afonso, CEP: 07215-030.

Artigo 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

PAULO ANTONIO ESPÍNDOLA GONZÁLEZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 15 DE MAIO DE 2012

Concede registro especial obrigatório para estabelecimento engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GUARULHOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 295, inciso IX, combinado com o artigo 307 inciso VI, da Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no artigo 3º, da Instrução Normativa SRF Nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto Nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e de acordo com o processo administrativo Nº 10875.723368/2011-75, de 24 de novembro de 2011, declara:

Artigo 1º - Inscrita no Registro especial como engarrafador de bebidas alcoólicas, sob o número 08111/030, o estabelecimento da Pessoa Jurídica IRACEMA E FILHOS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ Nº 13.593.423/0001-04, situada na Av. Recife, 705, Jd. Santo Afonso, CEP: 07215-030.

Artigo 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

PAULO ANTONIO ESPÍNDOLA GONZÁLEZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 14 DE MAIO DE 2012

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP, usando da atribuição que lhe confere o inciso IX do artigo 295, combinado com o inciso VII do artigo 220, ambos pertencentes ao Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e o que consta no processo administrativo nº 13839.004152/2010-51, resolve:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 198.030 (cento e noventa e oito mil e trinta) selos de controle "vinho importação amarelo", para produto estrangeiro a ser selado no exterior, protocolados sob os nº 2912, 2913, 2914, 2915, 2917 e 2918, de 02 de maio de 2012 e 3053, de 08 de maio de 2012, ao contribuinte PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 33.856.394/0018-81, inscrito no Registro Especial para atividade de Importador de bebidas alcoólicas, sob nº 08124/060 - ADE nº 22, de 14 de abril de 2011, conforme tabela abaixo:

Marca Comercial	Características do produto	Unidades	Caixas
MUMM CUVEE RESERVE BRUT	Caixas com 6 garrafas de 750 ml de espu-mante, de graduação alcoólica de 12,5%	106.128	17.688
MUMM DEMI SEC	Caixas com 6 garrafas de 750 ml de espu-mante, de graduação alcoólica de 12,5%	26.532	4.422
MUMM CUVEE RESERVE BRUT	Caixas com 6 garrafas de 187 ml de espu-mante, de graduação alcoólica de 12%	52.104	2.171
MUMM CUVEE RESERVE BRUT ROSE	Caixas com 6 garrafas de 750 ml de espu-mante, de graduação alcoólica de 12,5%	13.266	2.211

Artigo 2º - O importador terá o prazo de quinze dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los nesta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Artigo 3º - Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o artigo 2º deste Ato Declaratório Executivo, fica sem efeito a autorização para a importação.

Artigo 4º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial da União.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 14 DE MAIO DE 2012

Contribuinte: RBR Engenharia e Construções Ltda
CNPJ: 49.588.742/0001-79
Processo: 13888.721378/2012-04

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Piracicaba, no uso da competência prevista no art. 220, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicado no DOU em 23 de dezembro de 2010, de acordo com o artigo 37, II, e artigo 39, II, § 2º e 3º, todos da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º - DECLARAR INAPTA a inscrição do CNPJ nº 49.588.742/0001-79, do contribuinte acima identificado, pelo motivo abaixo exposto:

I - pessoa jurídica não localizada no endereço constante do CNPJ.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 7 DE MAIO DE 2012

Determina a baixa da inscrição da Pessoa Jurídica, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2.011.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ, Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 295, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda de número 587, de 21 de dezembro de 2.010, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º, do artigo 29, da Instrução Normativa RFB de número 1.183, de 19 de agosto de 2.011, resolve:

Artigo 1º - Determinar a baixa da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ de número 08.629.002/0001-56, em nome da pessoa jurídica HOUSING INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA., por considerá-la INEXISTENTE DE FATO, nos termos da alínea "a", do inciso II, do artigo 27, da Instrução Normativa RFB de número 1.183, de 19 de agosto de 2.011, conforme processo administrativo de número 13896.002646/2010-16.

RUBENS FERNANDO RIBAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 11 DE MAIO DE 2012

Cancelamento de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro e inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, no uso da competência delegada pelo parágrafo terceiro, do art. 810, do Decreto 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, e pelo inciso XI do art. 13 da Portaria DRF/SJC nº 75 de 12 de maio de 2011 resolve:

Art. 1º Cancelar no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, a seguinte inscrição:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8A.12.717	REGINALDO VALMIR DA SILVA	259.784.618-05	17747.002486/07-74

Art. 2º . Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros a seguinte inscrição:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8D.06.441	REGINALDO VALMIR DA SILVA	259.784.618-05	13895.720181/12-51

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO MANUEL MARTINS DE BARROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 15 DE MAIO DE 2012

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - SIMPLES NACIONAL, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 28, inciso I e § 5.º do art. 29 e art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, declara:

Art. 1º - Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL) a pessoa jurídica VIDROESTE VIDROS TEMPERADOS LTDA - EPP, CNPJ nº 62.736.574/0001-80, em virtude de possuir débito com a Fazenda Pública Federal, com exigibilidade não suspensa, relacionado abaixo, segundo disposto no inciso V do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como no inciso XV do art. 15 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, conforme consta no Processo Administrativo nº 10855.722218/2012-63.

Art.2º. A exclusão surtirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013, consoante o que dispõe o o inciso IV do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e a alínea "b" do inciso V do art. 76 da Resolução CGSN n.º 94, de 2011.

Art.3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto-SP, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art.4º. Tornar-se-á sem efeito a exclusão, caso o débito da pessoa jurídica seja regularizado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), ressalvada a possibilidade de emissão de novo ADE devido a outras pendências porventura identificadas.

Débito - Código de Receita: 8822
Nome do Tributo: SIMPLES
Número do Processo: 10855.400476/2004-81
Número da Inscrição: 8040511896193
Data da Inscrição: 27/12/2005

ÂNGELO CELSO BOSSO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 115, DE 15 DE MAIO DE 2012

Inscreve o contribuinte no registro especial destinado a estabelecimento que realize importação de bebidas alcoólicas.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria DEFIS/SPO nº 171 de 08 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o número 08190/137, o estabelecimento da empresa I-ON COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob o número 13.611.448/0001-93, localizado na Rua Henri Dunat 1013, Santo Amaro - São Paulo/SP, de acordo com os autos do processo nº 19515.720310/2012-14.

Art. 2º O presente Ato Declaratórios Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO LOPES BLEKER

9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 14 DE MAIO DE 2012

Alteração de alfandegamento do Porto Organizado de Itajaí

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL NA 9ª. REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 293 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e pelo artigo 26 da Portaria nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e, ainda, à vista do que consta no processo n° 10909.000053/96-94, declara:

Art. 1º Fica alterada a redação dos artigos 1º, 2º e 3º do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 17, de 4 de março de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 8 de março de 2004, que passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1° Alfandegado, a título permanente, durante o prazo de vigência do Convênio de Delegação nº 08/97, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, e o município de Itajaí em 19 de dezembro de 1997, a saber, até 1º de janeiro de 2023, o Porto Organizado de Itajaí, localizado no município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, administrado pela Superintendência do Porto de Itajaí, inscrita no CNPJ sob o n° 00.662.091/0001-20, que assumirá a condição de fiel depositário das mercadorias sob sua guarda.

Parágrafo único. O alfandegamento da área contígua ao Porto Organizado de Itajaí, com 14.557,37 m2, objeto do Contrato de Locação nº 017/10, celebrado entre a proprietária do imóvel e a Superintendência do Porto de Itajaí em 12 de maio de 2010, observará o prazo de duração do recém-mencionado contrato, em especial aquele avençado pela cláusula primeira de seu Quarto Termo Aditivo, celebrado em 1º de março de 2012, ou seja, até o dia 14 de agosto de 2012." (NR)

"Art. 2° Ficam autorizadas para a realização pelo local alfandegado as operações aduaneiras versadas pelos incisos I, II, III, IV, V, VI, IX e XI do artigo 28 da supracitada Portaria nº 3.518, de 2011.

Parágrafo único. Na área de 24.308,55 m2, denominada Recinto Alfandegado Contíguo (RAC), localizada na Rua Benjamin Franklin Pereira, com laterais para as ruas Blumenau e Irineu Bornhausen somente poderão ser realizadas operações de exportação." (NR)

"Art. 3° O referido Porto ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Itajaí, que poderá estabelecer rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal. (NR)

Art. 2º Permanecem inalteradas e eficazes as demais disposições do referido Ato Declaratório.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 116, DE 9 DE MAIO DE 2012

Cancela o Ato Declaratório Executivo DRF/CTA nº 20, de 27 de Janeiro de 2009, DOU de 29 de Janeiro de 2009 que conferiu a habilitação á pessoa jurídica interessada adesão ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas Leis nº 11.727/2008, 11.933/2009 e 12.249/2010.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DRF/CTA Nº 60 de 23 de abril de 2012, publicada no DOU de 25 de abril de 2012, considerando o disposto art. 12 e parágrafos da Instrução Normativa - IN RFB nº 758/2007 e alterações, e ainda o que consta do processo administrativo no 10980.721.941/2012-90 declara:

Art. 1º Concedido o cancelamento a pedido da habilitação ao Regime Especial para Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, da empresa GENESIS ENERGETICA S/A, inscrita no CNPJ sob o n 04.944.877/0001-91, concedida pelo ADE DRF/CTA n°20, de 27/01/2009, DOU de 29/01/2009, relativa ao projeto da PCH São Francisco, construída nos municípios de Toledo e Ouro Verde, aprovado pela Portaria MME nº333 e seu anexo I de 09 de outubro de 2008, DOU de 10 de outubro de 2008

Art. 2º Considerando do disposto no §6º do artigo 12 da Instrução Normativa - IN RFB Nº 758, fica automaticamente cancelado o Ato Declaratório Executivo nº 45 de 05 de março de 2009, DOU de 09 de março de 2009, que concedeu co-habilitação ao REIDI para a empresa DM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, CNPJ 76.483.726/0001-94.

Art. 3º Com o cancelamento da habilitação, a pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação cancelada.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 14 DE MAIO DE 2012

Cancela o registro especial de produtor e engarrafador.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 295, inciso IX, combinado com o Artigo 281 e o artigo 307 inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 e face ao disposto no artigo 8º, inciso I, da Instrução Normativa 504 de 03 de fevereiro de 2005 , declara:

Artigo 1º - Cancelado , a pedido expresso do contribuinte por alteração da atividade econômica de indústria para comércio, conforme consta no processo administrativo nº 13964.000142/2000-77 de 14 de novembro de 2000, o registro especial nº 09201/0014, do estabelecimento da Pessoa Jurídica INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS BALDINI LTDA-ME, CNPJ nº 03.856.589/0001-12, situada na Rua Jose Botega, nº 2274, Bairro São Cristóvão, Tubarão/SC, CEP 88703-400,

Artigo 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 14 DE MAIO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 295, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento no inciso IV, do art. 27, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, combinado com o parágrafo 1º, do art. 31, do mesmo dispositivo legal, declara:

Art. 1º Baixada, de ofício, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, a inscrição de nº 81.135.311/0001-60, em nome de GEMAS BRASILEIRA COMERCIO DE ARTESANATO LTDA, por cancelamento no órgão de registro por medida administrativa baseada no art. 60, da Lei 8.934/94, conforme consta do processo nº 10945.720749/2012-11.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/09/2009, data de cancelamento do registro da empresa na Junta Comercial.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 87, DE 14 DE MAIO DE 2012

Concede Registro Especial de Produtor

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso I, § 1º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo n° 11020.002072/2010-50, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/301 como produtor de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa Armando Riboldi ME, inscrito no CNPJ sob nº 89.963.870/0001-70, situado no Travessão Felisberto da Silva, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 88, DE 14 DE MAIO DE 2012

Concede Registro Especial de Produtor

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso I, § 1º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo n° 11020.003442/2010-76, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/302 como produtor de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa Elizeu Antonio Schio ME, inscrito no CNPJ sob nº 90.463.340/0001-41, situado no Travessão Felisberto da Silva, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 89, DE 14 DE MAIO DE 2012

Concede Registro Especial de Produtor

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso I, § 1º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo n° 11020.002484/2010-90, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/303 como produtor de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa Gelmino Piroli ME, inscrito no CNPJ sob nº 89.963.656/0001-13, situado no Travessão Rondelli, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 14 DE MAIO DE 2012

Concede Registro Especial de Produtor

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso I, § 1º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo n° 11020.002052/2010-89, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/304 como produtor de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa Ilovir Jose Cavagnolli ME, inscrito no CNPJ sob nº 90.070.079/0001-10, situado no Travessão Felisberto da Silva, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91, DE 14 DE MAIO DE 2012

Concede Registro Especial de Produtor

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso I, § 1º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo n° 11020.002119/2010-85, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/305 como produtor de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa Industria de Vinhos Don Carlo Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 74.089.095/0001-06, situado no Travessão Alfredo Chaves, s/n, Sede, no município de Flores da Cunha - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 92, DE 14 DE MAIO DE 2012

Concede Registro Especial de Produtor.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso I, § 1º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo n° 11020.002115/2010-05, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/306 como produtor de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa Industria de Vinhos Florença Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 04.126.898/0001-08, situado no Travessão Alfredo Chaves, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 93, DE 14 DE MAIO DE 2012

Concede Registro Especial de Produtor

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso I, § 1º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo n° 11020.002116/2010-41, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/307 como produtor de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa Industria de Vinhos Irmãos Mioranza Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 89.962.864/0001-06, situado no Travessão Alfredo Chaves, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 94, DE 14 DE MAIO DE 2012

Concede Registro Especial de Produtor

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso I, § 1º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo n° 11020.003300/2010-17, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/308 como produtor de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa Industria e Comercio de Bebidas Natal Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 93.652.014/0001-70, situado no Travessão Alfredo Chaves, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 14 DE MAIO DE 2012

Concede Registro Especial de Produtor

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso I, § 1º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo n° 11020.002031/2010-63, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/309 como produtor de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa Nilto Rizzotto, inscrito no CNPJ sob nº 07.535.847/0001-10, situado no Travessão Felisberto da silva, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha -RS.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 14 DE MAIO DE 2012

Concede Registro Especial de Produtor

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 295 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, considerando o disposto no inciso I, § 1º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo n° 11020.003211/2010-62, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/310 como produtor de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa Osvaldo Ulian ME, inscrito no CNPJ sob nº 00.904.809/0001-48, situado no Travessão Felisberto da Silva, s/n, Primeiro Distrito, no município de Flores da Cunha - RS.

LUIZ WESCHENFELDER

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PORTARIA Nº 15 DE 14 DE MAIO DE 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Art. 12 da Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2011, Seção 1, página 79 e 80, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 52, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO-2012), e considerando a necessidade de adequar a programação orçamentária do Departamento Nacional de Obras Contra as Seca - DNOCS, a fim de permitir a liberação de recursos por meio de convênio com Município, resolve:

Art. 1º Promover, na forma do Anexo desta Portaria, a alteração da modalidade de aplicação de dotações orçamentárias consignadas na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA

ANEXO

53000 - Ministério da Integração Nacional
53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Seca - DNOCS

R$ 1,00

Programa de Trabalho	ESF	FTE	REDUÇÃO		ACRÉSCIMO	
			Modalidade	Valor	Modalidade	Valor
15.244.2029.7K66.0029 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado da Bahia.	**F**			**400.000**		**400.000**
		100	4490.00	400.000	4440.00	400.000
Total				**400.000**		**400.000**

JUSTIFICATIVA: A alteração orçamentária visa permitir a aplicação de recursos por meio de convênio com Município de Caraíbas e Anagé no Estado da Bahia. - "emenda 32670007"

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 151, DE 4 DE ABRIL DE 2012 (*)

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado de Santa Catarina.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Estadual nº 844, de 28 de fevereiro de 2012, alterado pelo Decreto Estadual nº 880, de 14 de março de 2012, do Estado de Santa Catarina,

Considerando ainda as demais informações disponíveis no SINDEC e as constantes no processo nº 59050.000665/2012-12, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, CODAR: NE.SES - 12.401, a situação de emergência nos Municípios abaixo:

Nº	Município
1	Barra Bonita
2	Concórdia
3	Cordilheira Alta
4	Ipumirim
5	Iraní
6	Itá
7	Itapiranga
8	Ouro
9	Piratuba
10	Xavantina

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 67, de 5-4-2012, Seção 1, pág 37, com incorreções no original.

Ministério da Justiça

ARQUIVO NACIONAL
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 15 DE MAIO DE 2012

Dispõe sobre a adoção das Recomendações para a salvaguarda de acervos arquivísticos danificados por água pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ, no uso de suas atribuições, previstas no item IX do art. 23 de seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº. 2.588, do Ministério da Justiça, de 24 de novembro de 2011, em conformidade com a deliberação do Plenário em sua 65ª reunião plenária do CONARQ, realizada no dia 06 de março de 2012 e,

Considerando que o Conselho Nacional de Arquivos tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, conforme a lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo, independente da forma ou do suporte em que a informação está registrada;

Considerando que a preservação de acervos arquivísticos é fundamental para garantir o acesso e a difusão da informação, essenciais para a constituição da memória social e o exercício pleno da cidadania;

Considerando que o risco de perda do patrimônio documental por desastres causados por água devido às mudanças climáticas é cada vez mais recorrente;

Considerando a necessidade dos órgãos e entidades custodiadores de acervos arquivísticos disporem de um instrumento que os oriente a implementar medidas para recuperar acervos que sofreram sinistros causados por água;

Considerando a necessidade de se estabelecer uma metodologia básica para salvaguarda de acervos arquivísticos em caso de desastres ocasionados por água, resolve:

Art. 1º Aprovar as Recomendações para a salvaguarda de acervos arquivísticos danificados por água, conforme deliberação da 65ª reunião plenária do CONARQ, realizada no dia 6 de março de 2012, e disponibilizada no sítio do CONARQ.

Art. 2º Propor a adoção das Recomendações referidas no artigo anterior pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME ANTUNES DA SILVA

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PORTARIA Nº 318, DE 15 DE MAIO DE 2012

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994,

Considerando o disposto no art. 7º-A, §2º, II, e §5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 e pela Lei 11.907, de 2 de fevereiro de 2009;

Considerando o inteiro teor do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, que regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das gratificações de desempenho previstas nas leis que especifica;

Considerando que a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE tem por finalidade incentivar o aprimoramento das ações da Defensoria Pública da União em todas as suas áreas de atuação, sendo concedida de acordo com os resultados das avaliações de desempenho individual e institucional dos servidores ocupantes de cargos efetivos na Defensoria Pública da União;

Considerando que serão atribuídos até oitenta pontos em função dos resultados obtidos na avaliação institucional, a serem fixados anualmente pelo Defensor Público-Geral Federal;

Considerando que os valores a serem pagos a título de GDPGPE serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo V-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão, resolve:

Art. 1º. Estabelecer como meta para avaliação de desempenho institucional do exercício de 2012 o aumento de, no mínimo, 5% no número de atendimentos realizados pela Defensoria Pública da União, tendo como referência a meta fixada pela Portaria DPU nº 450, de 2 de agosto de 2011, publicada no D.O.U. de 4 de agosto de 2011, Seção 1, Página 54.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.288, DE 25 DE ABRIL DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1095/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A., CNPJ nº 56.994.502/0001-30, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 3144/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.291, DE 25 DE ABRIL DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/360/DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REDENTOR SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.696.924/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Escolta Armada, para atuar em PERNAMBUCO, com Certificado de Segurança nº 3236/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.307, DE 27 DE ABRIL DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1068/DPF/VRA/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INTACTTA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 06.968.118/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RÍO DE JANEIRO, com Certificado de Segurança nº 3263/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.379, DE 3 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1124/DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CEFOR CENTRO DE FORM E ESP EM SEG PRIV LTDA, CNPJ nº 01.173.638/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar no MARANHÃO, com Certificado de Segurança nº 3035/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.381, DE 3 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1152/DPF/DVS/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OSMAR FRANÇA SHOWS E PROMOÇÕES LTDA, CNPJ nº 20.880.969/0001-01, para atuar em MINAS GERAIS.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.421, DE 4 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/859/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE ALPHAVILLE RESIDENCIAL 5, CNPJ nº 51.244.861/0001-56, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 3158/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.427, DE 7 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1512 / DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CIESE CENTRO DE INSTRUCAO ESPECIALIZADO EM SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 00.955.520/0001-58, sediada em RONDÔNIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

5 (cinco) Revólver(es) calibre 38,

81800 (oitenta e um mil e oitocentos) Cartuchos de Munição Treina calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.429, DE 7 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1319 / DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEV CENT DE TREIN E FORM VIG LTDA, CNPJ nº 16.407.223/0001-08, sediada na BAHIA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

40000 (quarenta mil) Espoletas para Munição calibre 38,

40000 (quarenta mil) Projéteis para Munição calibre 38,

4000 (quatro mil) Estojos para Munição calibre 38,

5000 (cinco mil) Cartuchos de Munição Treina calibre .380,

3000 (três mil) Cartuchos de Munição calibre 12,

10000 (dez mil) Gramas de Pólvora,

Da empresa cedente PRECAVER SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, com CNPJ nº 04.056.753/0001-70:

5 (cinco) Revólver(es) calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 1.457, DE 7 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1151 / DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SUNSET VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.958.568/0001-69, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

3 (três) Pistola(s) calibre 380,

135 (cento e trinta e cinco) Cartuchos de Munição calibre .380.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.462, DE 7 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1566/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EVIK SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.111.567/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 3296/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.489, DE 10 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1213/DPF/RDO/PA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa BRILHANTE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., CNPJ nº 07.100.139/0001-56,para atuar no PARÁ

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.490, DE 10 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1103/DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ONDREPSB RS SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.853.830/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO SUL, com Certificado de Segurança nº 3332/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.494, DE 10 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/978/DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa D S E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 13.000.416/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em PERNAMBUCO, com Certificado de Segurança nº 2996/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 1.502, DE 10 DE MAIO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/1101/DPF/JZO/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BMSS SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.386.664/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em PERNAMBUCO, com Certificado de Segurança nº 3355/12 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 2.631, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.032659/2011-28-DELESP/SR/SP, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE HEBRAICO BRASILEIRA RENASCENÇA, CNPJ nº 61.166.369/0001-63, para atuar em SÃO PAULO.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 14 de maio de 2012

Nº 438 - Processo Administrativo nº 08012.004993/2009-16. Representante: SDE Ex Officio. Representada: Unimed Vitória - Cooperativa de Trabalho Médico. Advogados: Liliane Neto Barroso, Paula Regina Guerra de Resende Couri, Monique de Paula Faria, Geraldo Mascarenhas L. C. Cançado. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela remessa dos autos ao CADE para julgamento, nos termos do artigo 39 da Lei nº 8.884/94 e do artigo 54 da Portaria MJ nº 4/2006, opinando pela condenação da Representada, em vista da caracterização das infrações contra a ordem econômica tipificadas no artigo 20, incisos I, II e IV c/c artigo 21, incisos IV e V, ambos da Lei nº 8.884/94.

Nº 439 - Averiguação Preliminar n.º 08012.006071/2009-35. Representante: Nacional Transportes Aéreos Ltda.. Representada: Shell Brasil Ltda.. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Considerando que não constam nos autos indícios suficientes a comprovar a prática de infração contra a ordem econômica, determino seu arquivamento, recorrendo-se de ofício ao CADE, nos termos do artigo 31 da Lei nº 8.884/94 e do artigo 44 da Portaria MJ nº 456/2010.

Em 15 de maio de 2012

Nº 444 - Ato de Concentração nº 08012.001551/2011-24. Requerentes: Votorantim Cimentos S/A; São Francisco Mineração Ltda. e Pedreira Petrolina Ltda. Advs.: Gianni Nunes de Araujo e outros.. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 445 - Ato de Concentração nº 08012.002463/2012-21. Requerentes: CHS do Brasil - Grãos e Fertilizantes Ltda. e Terminal Corredor Norte S/A. Advs.: Tito Amaral de Andrade e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 446 - Ato de Concentração nº 08012.002679/2012-96. Requerentes: Solazyme, Inc. e Bunge Global Innovation, LLC. Advs.: Cristianne Saccab Zarzur e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 447 - Ato de Concentração nº 08012.002017/2012-16. Requerentes: Siemens Aktiengesellschaft e RuggedCom Inc. Advs.: André Marques Gilberto e Andrea F. Hoffmann Formiga. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 448 - Ato de Concentração nº 08012.002468/2012-53. Requerentes: SIX Semicondutores S/A; EBX Holding Ltda.; BNDES Participações S/A e outros. Advs.: Daniel Vieira Bogéa Soares e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 449 - Ato de Concentração nº 08012.002096/2012-65. Requerentes: Light Energia S/A e Guanhães Energia S/A. Advs.: Fabio Amorim da Rocha e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 450 - Ato de Concentração nº 08012.002440/2012-16. Requerentes: Investimentos e Participações em Infra-estrutura S/A - INVEPAR e OAS S/A. Advs.: Mariana Tavares de Araujo e Eric Hadmann Jasper. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 451 - Ato de Concentração nº 08012.002635/2011-85. Requerentes: Zhejiang Longsheng Group Co., Ltd. e Kiri Holding Singapore Private Limited. Advs.: Francisco Ribeiro Todorov e Milena Fernandes Mundim. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 452 - Ato de Concentração nº 08012.002228/2012-59. Requerentes: Avaya, Inc. e Radvision Ltd. Advs.: Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto e Frederico Carrilho Donas. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 453 - Ato de Concentração nº 08012.000655/2011-11. Requerentes: Votorantim Cimentos S/A e Mineração Potilider Ltda. Advs.: Gianni Nunes de Araújo e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 454 - Ato de Concentração nº 08012.004551/2011-86. Requerentes: Iochpe-Maxion S/A e Montich S/A. Advs.: Barbara Rosenberg e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 455 - Ato de Concentração nº 08012.004527/2011-47. Requerentes: Três Corações Alimentos S/A e Veloso e Tavares Indústria de Alimentos Ltda. Advs.: Roberto Padua Cosini. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato com restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 456 - Ato de Concentração nº 08012.001705/2012-69. Requerentes: Equatorial Energia S/A e Vila Velha Termoelétricas Ltda. Advs.: Ricardo Madrona Saes e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 457 - Ato de Concentração nº 08012.004503/2011-98. Requerentes: IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda. Advs.: Sergio Ramos Yoshino e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 458 - Ato de Concentração nº 08012.003978/2011-67. Requerentes: Solvay S/A e Rhodia S/A. Advs.: Mauro Grinberg e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

Nº 459 - Averiguação Preliminar nº 08012.004393/2005-16. Representante: Eurofarma Laboratórios LTDA. Representada: Aventis Pharma S.A. e Aventis Pharma LTDA. (Adv. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro Mônica de Melo Alves Ribeiro; Pedro Gilberto Brand; Alice Grecchi; e outros) Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Determino o arquivamento do presente feito, recorrendo-se de ofício ao CADE, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.884/94.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA ECONÔMICA COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 15 de maio de 2012

Nº 57 - Procedimento Administrativo nº 08012.006761/2009-94. Representante: SDE Ex Offício; Representada: Unimed de Sertãozinho- Cooperativa de Trabalho Médico Ltda (Adv. Henrique Furquim Paiva, Lidiane Mazzoni, Sérgio Luiz de Carvalho Paixão e outros). Não se encontrou procuração dos advogados nos autos, apenas substabelecimento. Neste sentido, solicita-se a regularização da representação processual. Marca-se o dia 25 de maio de 2012, a partir das 11 horas, para a audiência de instrução, devendo as partes esperarem a chamada para a audiência na sala n. 538 do Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede.

RICARDO MEDEIROS DE CASTRO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DO CHEFE

No uso das atribuições a mim conferidas pela Portaria 02, de 23 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2007, decido:

Tendo em vista a falta de cumprimento de exigências formuladas por esta Divisão, o que denota falta de interesse de agir dos naturalizandos, determino o arquivamento dos processos de Naturalização Ordinária abaixo indicados, nos termos do art. 118, parágrafo único, da Lei nº 6.815/80 c/c art. 40 da Lei nº 9.784/99.

Processo nº 08505.019526/2010-74 - REDWAN ALI AL SAIFI

Processo nº 08702.001327/2003-54 - NAJIB SALIM AOUN

Processo nº 08280.026000/2011-11 - HANAIA SAID AHMAD KARAJEH

Processo nº 08390.004622/2011-33 - MOHAMED ENNAFOUS

Processo nº 08505.074817/2011-14 - VANIA MELGAR HURTADO

Processo nº 08505.042228/2011-69 - LAI PO CHOU

Processo nº 08434.002825/2010-51 - CHRISTIAN GUILLERMO SANDOVAL ENRIQUEZ

Processo nº 08391.008617/2010-17 - CLAUDIO MIGUEL MONTEIRO BARRETO DOS SANTOS

Tendo em vista que o naturalizando contraria as condições dispostas no inciso VI do art. 112, da Lei nº 6.815/80, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por KASSEM NAZIH MAADARANI, processo n.º 08280.024704/2008-46, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

Tendo em vista que o naturalizando contraria as condições dispostas no inciso II do art. 112, da Lei nº 6.815/80, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por GERARDO VICENTE ROSERO DE LA ROSA, processo n.º 08458.001796/2004-93, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

Tendo em vista que o naturalizando não foi localizado no endereço declarado nos autos, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por BRUNO DAVID MARCEL BOULEUC, processo n.º 08260.000064/2007-36, nos termos do art. 118, parágrafo único da Lei 6.815/80.

Tendo em vista que o naturalizando contraria as condições dispostas no art. 112, inciso III, c/c art. 113 inciso I e parágrafo único, da Lei nº 6.815/80, determino o arquivamento do processo de Naturalização Ordinária, formulado por SALAHALDIN AHMAD FATHI, processo n.º 08706.004939/2011-79, nos termos do art. 118, parágrafo único, da citada Lei.

JOÃO BÔSCO DE SOUZA
Substituto

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08270.021670/2010-71 - MAURIZIO LONGO

Processo Nº 08702.005554/2010-88 - LANDROZ EMMANUEL MICHEL JACQUES

Processo Nº 08286.001390/2011-59 - ALESSANDRO MALMASSARI ROCHA

Processo Nº 08505.074465/2011-99 - ANDRES FERNANDO SAENZ RODRIGUEZ

Processo Nº 08505.076079/2011-31 - SIMON JOHN CRAWLEY

Processo Nº 08505.074456/2011-06 - JOAN HORTA TOSAS

Processo Nº 08505.079067/2011-69 - OSCAR LOPEZ MENDOZA

Processo Nº 08505.074462/2011-55 - NELIDA UYESU MENDOZA DE SEABRA

Processo Nº 08505.078870/2011-86 - ERNESTO SARSURI TERRAZAS

Processo Nº 08505.076012/2011-05 - MIRIAM MANGO MOREIRA

Processo Nº 08505.099239/2011-11 - ALEXANDER MOSER

Processo Nº 08505.099080/2011-34 - HELDER NUNO RIBEIRO DE SOUSA

Processo Nº 08436.000143/2012-55 - ALLA HAZEM ABDALLAH DOLA

Processo Nº 08505.075949/2011-55 - JORDAN WOODBURY BOOTH

Processo Nº 08505.078986/2011-15 - TERESA GUSHIKEN BRENA

Processo Nº 08505.097846/2011-46 - IWAO ITO

Processo Nº 08505.085113/2011-69 - CARLOS ENRIQUE LOPEZ NORIEGA

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08503.012021/2010-07 - SIMONA LEPORATI, FILIPPO VALENTINO, GUILIA VALENTINO, MASSILIANO VALENTINO e RICCARDO VALENTINO

Processo Nº 08505.017126/2011-13 - DAMIAN MAMANI MAMANI

Processo Nº 08505.055190/2010-11 - LAMA MERHJ

Processo Nº 08505.056750/2011-28 - LUIS ALBERTO MONTANA e DOREXI JOSE BERNAL MUJICA

Processo Nº 08505.078932/2011-50 - JOSE SAUL MOLLEAPAZA PARICANAZA e VIVIANA CARI CONDORI

Processo Nº 08505.068611/2010-66 - POLICARPIO HUCHANI SIRPA e VIRGINIA PEREZ MAMANI

Processo Nº 08505.001937/2011-94 - NIHAL AHMAD EL GHAZZAOUI

Processo Nº 08505.041503/2010-46 - DELIA SAYURI SHINGAKI URQUIETA

Processo Nº 08505.065080/2011-31 - DIANA DORINA SANTOS CAMARGO

Processo Nº 08505.071216/2011-41 - HAILIN JIN e SUFANG JIANG

Processo Nº 08505.071288/2011-99 - MANUEL ATANACIO DOMINGUEZ TORRES

Processo Nº 08505.074457/2011-42 - ZESAR HUALLPA COLQUE e ZENOBIA MAMANI SALA

Processo Nº 08505.076002/2011-61 - YUNJIANG WU e YUEMING LIN

Processo Nº 08505.076032/2011-78 - DORA CONCEPCION DE LA CRUZ CALDERON

Processo Nº 08505.084466/2011-41 - FORTUNATA HUILLCA HUAMAN

Processo Nº 08505.084494/2011-69 - FRANZ VIDAL MAMANI SILVESTRE

Processo Nº 08505.085239/2011-33 - NARCISO MUYANA MBAMBUKULU

Processo Nº 08505.097866/2011-17 - JIANHUA LIN e LIFENG ZHONG

Processo Nº 08505.098597/2011-14 - RODRIGO CHOQUE CONDORI e ELVIRA MARIELA NACHO CHURA

Processo Nº 08505.099177/2011-47 - CARLOS ALBERTO VERA GRANADA e RUTH GARCIA FLORES

Processo Nº 08505.107416/2011-40 - JAYYIM ARIEL BENZAQUEN HARARI e RIVKA KLEINMAN

Processo Nº 08354.006835/2009-11 - ANIBAL ARMANDO DIAZ ANGULO

Processo Nº 08375.002235/2011-51 - JOÃO PAULO CALADO LONDRES LONTRO

Processo Nº 08390.005829/2011-25 - ZHOUAN ZHEN e YANHE ZHU

Processo Nº 08458.000004/2006-25 - EVA ESTHER HERNANDEZ DE SOUZA

Processo Nº 08458.009988/2008-71 - ANTONIO LUIS DE JESUS

Processo Nº 08709.009871/2011-94 - AURORE STEPHANIE DALLA PIETA MIGUEL VENANCIO

Processo Nº 08709.012865/2011-14 - MIGUEL MARCELO MARCATTINI.

INDEFIRO o(s) pedido(s) de permanência, abaixo relacionado(s), tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não foi (foram) localizado(s) no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08505.065077/2011-17 - EDDY ZENON MAMANI GUARACHI, NILMAR ANDY MAMANI TOLA e SONIA TOLA GUARACHI

Processo Nº 08505.074469/2011-77 - LUIS ANGEL SANTACRUZ DE LA TORRE e NELLY SOFIA SANTILLAN CONEJO

Processo Nº 08505.075953/2011-13 - CLAVER GREGORIO QUISPE POMA e YOLA JANCO CONDORI

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche os requisitos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08444.005720/2010-34 - OGE FRANCISCA AJUNAM

Processo Nº 08444.007127/2011-11 - MARIA DEL PILAR BLASCO MARTINEZ MARQUEZ

Processo Nº 08505.074436/2011-27 - MALACHI UDOR

INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional alemão PETER ALEXANDER MATTHES, tendo em vista que o Requerente não preenche os requisitos do art. 75, II,"b", da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08387.003960/2011-15 - PETER ALEXANDER MATTHES

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o requerente retornou ao país de origem, e não possui o "animus" de residir no País.

Processo Nº 08240.030050/2011-61 - AURELIEN GUY JEAN CLAVE

INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional português JOSE ANTONIO FERNANDES, tendo em vista não residir no País, configurando inexistência do animus residendi, conforme prescreve o art. 16, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08375.002257/2010-30 - JOSE ANTONIO FERNANDES

Torno insubsistente o ato que concedeu a permanência ao nacional dinamarquês OLE CHRISTENSEN, publicado no Diário Oficial da União de 21/09/2001, Seção 1, pág. 07, tendo em vista que não mais persistem as condições que deram ensejo à prática do ato.

Processo Nº 08505.013743/98-30 - OLE CHRISTENSEN

INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional italiano ANTHONY WILLIAM SOLIMANDO, tendo em vista que o Requerente não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II,"a", da Lei nº 6.815/80.

Processo Nº 08240.000802/2011-60 - ANTHONY WILLIAM SOLIMANDO

Tendo em vista a inobservância do requisito temporal disposto no art. 1º da Lei 11.961/09, INDEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional sul coreano, CHUN SUK KIM.

Processo Nº 08505.073197/2011-98 - CHUN SUK KIM

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s), abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08212.013365/2011-81 - GINA DELIA ROQUE TORRES, até 03/03/2013

Processo Nº 08270.000153/2012-21 - RONIWALDO MIGUEL ALMEIDA LOPES RAMOS, até 16/02/2013

Processo Nº 08270.024817/2011-66 - ZITA PAULO GOMES, até 28/12/2012

Processo Nº 08270.027781/2011-72 - RUI PINHEIRO FERNANDES, até 31/01/2013

Processo Nº 08320.022711/2011-95 - SILVAIN LOUIS JOSEPH DANY FLAMMIA, até 03/01/2013

Processo Nº 08390.006925/2011-91 - ALISON GOLDSCHMIDT BREMM, até 18/03/2013

Processo Nº 08390.006926/2011-35 - EBVERTS SILVERO GODOY, até 22/02/2013

Processo Nº 08460.023257/2011-95 - EDMILSON ALBINO PIRES, até 19/08/2012

Processo Nº 08504.026252/2011-61 - ROLANDO IE, até 07/02/2013

Processo Nº 08505.040045/2011-17 - HELDER RAIMUNDO DE PAIVA, até 27/07/2012

Processo Nº 08505.040053/2011-55 - MIGUEL ANGEL PAGANI, até 03/07/2012

Processo Nº 08505.040057/2011-33 - DANIELA FABIANA IZQUIERDO CAQUIAS, até 09/07/2012

Processo Nº 08505.040073/2011-26 - NURIO DE JAIR LUIS JORGE, até 27/07/2012

Processo Nº 08505.040085/2011-51 - SILVANA CARLA SUAREZ FRANCO, até 14/07/2012

Processo Nº 08505.099133/2011-17 - TEISHO INABE, até 23/11/2012

Processo Nº 08505.112798/2011-23 - ANDRES FARFAN PELAEZ e ALEJANDRA TIGREROS TASCON, até 12/01/2013

Processo Nº 08505.113688/2011-89 - YUNJEA LEE, até 01/02/2013

Processo Nº 08506.017489/2011-31 - NELLY NELLA EFAMBE, até 10/03/2013

Processo Nº 08506.017631/2011-40 - NILI JOHANA BETANCUR POSADA, até 19/02/2013

Processo Nº 08506.017634/2011-83 - FREY FRANCISCO ROMERO VARGAS, até 01/09/2012

Processo Nº 08506.017660/2011-10 - CAROLA GABRIELA SEPULVEDA VASQUEZ, até 19/02/2013

Processo Nº 08506.017668/2011-78 - AMARO GABRIEL JOAQUIM, até 05/03/2013

Processo Nº 08506.017670/2011-47 - ALEJANDRO CARRILLO LOZADA, até 05/02/2013

Processo Nº 08506.017685/2011-13 - LIZ ROSANA ALVAREZ FERREIRA, até 08/02/2013

Processo Nº 08506.017692/2011-15 - JORGE FERNANDO GUTIERREZ GOMEZ, até 01/03/2013

Processo Nº 08506.017738/2011-98 - ALAMGIR KHAN, até 04/03/2013

Processo Nº 08506.017749/2011-78 - GUIDO GERSON ESPIRITU LEDESMA, até 15/01/2013

Processo Nº 08506.017852/2011-18 - KELLY CADENA MADRID, até 15/08/2012

Processo Nº 08506.017856/2011-04 - DIANA MILENA GALVIS SOTO, até 14/02/2013

Processo Nº 08707.005350/2011-88 - LEONARDO VILLEGAS LELOVSKY, até 21/08/2012

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000003/2012-05 - RODNEY DALE HOUSEWRIGHT, até 29/04/2013

Processo Nº 08000.000383/2012-70 - ZHIQI XIE, até 12/07/2013

Processo Nº 08000.001066/2012-71 - MARCUS JOHN AYERS, até 15/02/2014

Processo Nº 08000.001266/2012-23 - JON SANDER HANSEN, até 18/08/2013

Processo Nº 08000.003737/2012-38 - JERRY DON WILSON, até 05/04/2013

Processo Nº 08000.003886/2012-05 - GERRY JAMES PANGALAO PANARES, até 08/04/2013

Processo Nº 08000.017173/2011-30 - JACEK WISNIEWSKI, até 25/07/2013

Processo Nº 08000.019267/2011-43 - KONSTANTINOS GRIGORIADIS, até 07/01/2014

Processo Nº 08000.019754/2011-14 - SHAUN ALAN BLAKE, até 09/02/2014

Processo Nº 08000.019927/2011-96 - MICHAEL NAVA QUBING, até 28/01/2014

Processo Nº 08000.019970/2011-51 - EDGAR HERNANDEZ CONDE, até 01/04/2014

Processo Nº 08000.019985/2011-10 - WENLONG CHEN, até 01/02/2014

Processo Nº 08000.020148/2011-33 - JAN WILLEM ADRIAAN DE LANGE, até 25/06/2013

Processo Nº 08000.020377/2011-58 - DARREN ROBERT DUCKETT, até 08/02/2013.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.018366/2011-16 - STAFF JOSEPH CHALISSARY, até 30/11/2013

Processo Nº 08000.017934/2011-53 - RISHU BHATNAGAR, até 12/11/2013

Processo Nº 08000.019499/2011-00 - GIUSEPPE LUIGI ANTONIO VITALE, até 03/01/2013

Processo Nº 08000.019419/2011-16 - MARTIN PERRY, até 11/01/2013

Processo Nº 08000.001882/2012-84 - FABRIZIO PANEBIANCO, até 27/02/2013

Processo Nº 08000.000162/2012-00 - MANUEL MOCELLIN, até 04/02/2013

Processo Nº 08000.000160/2012-11 - CRISTIAN ROTAR, até 10/02/2013

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000253/2012-37 - TIM ARJAN GREFEN

Processo Nº 08000.020053/2011-10 - MARCEL PIETER SCHOEHUYS

Processo Nº 08000.019169/2011-14 - GERBERT FABON FAMADICO

Determino o arquivamento dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

Processo Nº 08000.018795/2011-85 - STANLEY GAJADHAR

Processo Nº 08000.019150/2011-60 - ROBERTO SISTER ELBORE

Processo Nº 08000.019213/2011-88 - RICHARD TAYLOR HARTZOG

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 20/07/2011, Seção 1, pág. 78.

Processo Nº 08000.004635/2011-59 - BENJAMIN WAYNE COLE e LAUREN ANNE COLE

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 11/07/2011, Seção 1, pág. 48.

Processo Nº 08000.019254/2010-93 - NICOLAS GALLO ARANDA

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 04/10/2011, Seção 1, pág. 27.

Processo Nº 08000.013725/2011-31 - CLINTON RAY BATES

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 27/02/2012, Seção 1, pág. 36.

Processo Nº 08000.018352/2011-94 - THOMAS LEO SPAIN JR

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 17/08/2011, Seção 1, pág. 67.

Processo Nº 08000.014011/2010-69 - YANG ZHONG e JINGXU WU

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 08/08/2011, Seção 1, pág. 70.

Processo Nº 08000.008587/2011-78 - RICHARD GERARD MANNING

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 24/01/2011, Seção 1, pág. 49.

Processo Nº 08000.008621/2010-23 - RENE DEL CARMEN FERNANDEZ VEJA, MARTA MARIA SOLEDAD PAVEZ LEIVA, CAMILA PAZ FERNANDEZ PAVEZ, JOSEFA BELEN FERNANDEZ PAVEZ e RENATO BENJAMIN FERNANDEZ PAVEZ

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 10/02/2011, Seção 1, pág. 69.

Processo Nº 08000.009917/2010-61 - MARC JEAN MARCEL FOURTINE

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 12/01/2011, Seção 1, pág. 63.

Processo Nº 08000.008971/2010-90 - TERJE EIKELAND

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 08/04/2011, Seção 1, pág. 47.

Processo Nº 08000.013877/2010-52 - KARL KRISTIAN HASSELO

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 04/05/2011, Seção 1, pág. 27.

Processo Nº 08000.015042/2010-37 - LUIS ALBERTO VELANDIA GOMEZ, SILVIA JOHANA RUEDA LIZCANO e SIMON VELANDIA

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO a prorrogação do prazo de estada concedida por meio do Despacho publicado no Diário Oficial de 05/05/2011, Seção 1, pág. 41.

Processo Nº 08000.000401/2011-32 - DION BICKFORD

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.000135/2012-68 - MADOKA KITANI, até 08/02/2013

Processo Nº 08270.024789/2011-87 - MARCO ANDRES GONZALEZ CARANTON, até 16/02/2013

Processo Nº 08270.027544/2011-10 - MYZE KATY VERA CRUZ D ALVA NORONHA, até 30/01/2013

Processo Nº 08270.027815/2011-29 - ROSEANE ANDRADE DA SILVA, até 06/02/2013

Processo Nº 08270.027819/2011-15 - CLEIDER SERGIO PIRES RODRIGUES DA LUZ, até 23/02/2013

Processo Nº 08270.027824/2011-10 - VALDO SOARES CASSAMA, até 07/02/2013

Processo Nº 08364.000006/2012-10 - ALTEVINA MARIA FERNANDES GOMES, até 08/03/2013

Processo Nº 08364.001652/2011-13 - ALBA ROCIO AGUILAR PIRATOBA, até 20/09/2012

Processo Nº 08364.002183/2011-41 - NATANAEL FONA GOMES, até 21/02/2013

Processo Nº 08364.002184/2011-96 - PATRICK ANDJASUBU BUNGAMA, até 26/02/2013

Processo Nº 08457.000025/2012-07 - EDUARDO MAMBUENI LUTONDA, até 01/03/2013

Processo Nº 08457.014815/2011-81 - ARTURO MELENDEZ AREVALO, até 08/01/2013

Processo Nº 08458.012236/2011-93 - STEFANY ZILENE COELHO RODRIGUES, até 01/03/2013

Processo Nº 08492.012184/2011-39 - JUAN ANTONIO VACA DIEZ MORENO, até 22/09/2012

Processo Nº 08501.012632/2011-48 - MELANIE ARIETE FERNANDES CALEMBE, até 27/09/2012

Processo Nº 08501.017302/2011-49 - MARTIN COLM GARVIN, até 26/01/2013

Processo Nº 08514.008454/2011-10 - LISETH ANDREINA VILORIA CANO, até 01/09/2012.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 11 de maio de 2012

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, DEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas atenderam aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 9.790:

I. "CEOS - CENTRO DE ESTRATÉGIAS PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS", com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 09.026.305/0001-47 - (Processo MJ nº 08071.007860/2012-94);

II. "INSTITUTO DI`TÁ KO`TENÁ" - "DITAKOTENA", com sede na cidade de ITATIAIA, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 13.874.209/0001-26 - (Processo MJ nº 08071.007424/2012-15);

III. "VSB - VIVENDO SEM BARREIRAS" - VSB-ACESS, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 13.072.987/0001-00 - (Processo MJ nº 08071.007863/2012-28);

IV. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO LESTE DE MINAS GERAIS, com sede na cidade de GOVERNADOR VALADARES, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 15.071.896/0001-77 - (Processo MJ nº 08071.007859/2012-60);

V. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS - AME, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 06.281.555/0001-35 - (Processo MJ nº 08071.002974/2012-48);

VI. ASSOCIAÇÃO PAIS BRASIL, com sede na cidade de NATAL, Estado do Rio Grande do Norte - CGC/CNPJ nº 15.217.478/0001-45 - (Processo MJ nº 08071.007857/2012-71);

VII. ASSOCIAÇÃO SER PARTE, com sede na cidade de CONTAGEM, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 08.289.889/0001-80 - (Processo MJ nº 08071.007428/2012-01);

VIII. CASA DA PROVISÃO ASSISTENCIAL DE CAÇADOR, com sede na cidade de CAÇADOR, Estado de Santa Catarina - CGC/CNPJ nº 07.891.033/0001-18 - (Processo MJ nº 08071.022600/2011-68);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IX. CASA RESGATANDO VIDAS MAANAIM - CARVIM, com sede na cidade de GURUPI, Estado de Tocantins - CGC/CNPJ nº 12.812.260/0001-40 - (Processo MJ nº 08071.007426/2012-12);

X. CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SANDRA MORAES, com sede na cidade de OLINDA, Estado de Pernambuco - CGC/CNPJ nº 14.879.742/0001-43 - (Processo MJ nº 08071.007872/2012-19);

XI. CENTRO EDUCACIONAL SABER VIVER - CESB, com sede na cidade de ASSIS CHATEAUBRIAND, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 14.392.702/0001-72 - (Processo MJ nº 08071.007866/2012-61);

XII. CENTRO METROPOLITANO DE APRENDIZAGEM E TREINAMENTO, com sede na cidade de CAMPINAS, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 15.006.052/0001-42 - (Processo MJ nº 08071.008570/2012-68);

XIII. CONSELHO CONSULTIVO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE CATALÃO - "CCABC", com sede na cidade de CATALÃO, Estado de Goiás - CGC/CNPJ nº 11.686.503/0001-89 - (Processo MJ nº 08001.001761/2012-22);

XIV. ENTIDADE S P V - SAUDE PELA VIDA, com sede na cidade de SÃO LUÍS, Estado do Maranhão - CGC/CNPJ nº 14.483.552/0001-02 - (Processo MJ nº 08071.002911/2012-91);

XV. INSTITUTO A MUDANÇA QUE QUEREMOS - ORGANIZAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL - IAMUQUE, com sede na cidade de CURITIBA, Estado do Paraná - CGC/CNPJ nº 14.672.839/0001-80 - (Processo MJ nº 08071.007441/2012-52);

XVI. INSTITUTO BANCO COMUNITÁRIO CAPIVARI DE DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA - BANCO CAPIVARI, com sede na cidade de SILVA JARDIM, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 15.007.100/0001-17 - (Processo MJ nº 08071.000485/2012-51);

XVII. INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO - ITC, com sede na cidade de BENTO GONÇALVES, Estado do Rio Grande do Sul - CGC/CNPJ nº 15.160.532/0001-63 - (Processo MJ nº 08071.002958/2012-55);

XVIII. INSTITUTO LATINOAMERICA - PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, ARTE E CULTURA, com sede na cidade de BRASÍLIA - Distrito Federal - CGC/CNPJ nº 04.516.087/0001-05 - (Processo MJ nº 08071.002923/2012-16);

XIX. INSTITUTO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO IPIRANGA - IASI, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 04.928.629/0001-57 - (Processo MJ nº 08071.000017/2012-87);

XX. INSTITUTO PORTAL MESSEJANA, com sede na cidade de FORTALEZA, Estado do Ceará - CGC/CNPJ nº 11.515.059/0001-39 - (Processo MJ nº 08071.007420/2012-37);

XXI. INSTITUTO PROAF - PROGRAMA DE APOIO A FAMÍLIA, com sede na cidade de GOIÂNIA, Estado de Goiás - CGC/CNPJ nº 11.235.030/0001-01 - (Processo MJ nº 08071.000015/2012-98);

XXII. INSTITUTO SILVER DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SILVER SOCIAL, com sede na cidade de SÃO JOSÉ DA LAPA, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 10.683.646/0001-74 - (Processo MJ nº 08071.007440/2012-16);

XXIII. INSTITUTO VEM VIVER, com sede na cidade de BELO HORIZONTE, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 13.813.501/0001-39 - (Processo MJ nº 08071.002894/2012-92);

XXIV. OBSERVATÓRIO DA LONGEVIDADE HUMANA E ENVELHECIMENTO - OLHE, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 09.382.343/0001-32 - (Processo MJ nº 08071.000488/2012-95).

Nº 255 - Processo: 08071.012930/2008-40.

A Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, com base no art. 2° da Lei nº 9.784, de 29 janeiro de 1999; usando da competência que lhe foi atribuida pelo art. 15 da Portaria n° 1.443, de 12 de setembro de 2006; e em razão dos motivos fáticos e jurídicos presentes no Processo Administrativo nº 08071.012930/2008-40, resolve:

Art.1°. Arquivar os autos do Processo Administrativo nº 08071.012930/2008-40, instaurado em face do Instituto de Cooperação Fala Brasil, CNPJ. 08.472.983/0001-70, tendo em vista não restar configurada nos autos nenhuma afronta à Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, ou ao Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999.

Art.2º. Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 115, DE 15 DE MAIO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo com a Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 11.958, de 29 de junho de 2009, e no Decreto de 01 de março de 2012, do Ministro Chefe da Casa Civil,

Considerando o poder normativo conferido ao Titular deste Ministério, no tocante aos Convênios Federais celebrados no âmbito desta Pasta, na forma do inciso III do §2º do art. 4º do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, combinado com o inciso III do artigo 9º da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011; e

Considerando que a Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC, entidade privada sem fins lucrativos, devidamente cadastrada no Portal SICONV, é a organizadora da Feira Nacional do Camarão - FENACAM, evento de caráter anual, a qual desde 2004, vem sendo realizada com o apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura, conforme comprova os Convênios nº 01/2004 (SIAFI 498709), 01/2005 (SIAFI 522102), 02/2006 (SIAFI 555426), 05/2007 (SIAFI 592014), 05/02008 (SIAFI 625058), cujas prestações de contas já foram devidamente aprovadas,

RESOLVE:

Art. 1º Excepcionar o chamamento público para a celebração de Convênio com a Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC, objetivando o apoio à realização da 9º edição da Feira Nacional do Camarão - FENACAM, a realizar-se no período de 11 a 14 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CRIVELLA

PORTARIA Nº 116, DE 15 DE MAIO DE 2012

O MINISTRO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XXIV, do art. 27 da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, e de acordo com o inciso II, do art. 52 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Promover, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as alterações de modalidades de aplicação na programação orçamentária da Unidade Orçamentária 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura, aprovada nos termos da Lei n° 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARCELO CRIVELLA

ANEXO I

REDUÇÃO

ESF.	PTRES	PROGRAMA DE TRABALHO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	GND	MOD.	VALOR
F	049119	20.602.2052.20TL.0024	Apoio à Implantação de Infraestrutura Aquícola e Pesqueira - No Estado do Rio Grande do Norte	0100	4	30	270.000,00

ANEXO II

ACRÉSCIMO

ESF.	PTRES	PROGRAMA DE TRABALHO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	GND	MOD.	VALOR
F	049119	20.602.2052.20TL.0024	Apoio à Implantação de Infraestrutura Aquícola e Pesqueira - No Estado do Rio Grande do Norte	0100	4	40	270.000,00

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 534, DE 28 DE MARÇO DE 2012 (*)

Autoriza o repasse de recursos, em parcela única, para os Estados e Municípios, referentes aos novos exames do Componente Pré-Natal da Rede Cegonha.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui a Rede Cegonha no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.985/GM/MS, de 15 de dezembro de 2011, que estabelece recursos para o Teste Rápido de Gravidez; e

Considerando a necessidade de serem considerados os dados de cobertura de Saúde Suplementar em cada município, constantes das bases da Agência Nacional de Saúde (ANS), referentes a dezembro de 2010, para o cálculo dos recursos referentes ao componente Pré-Natal da Rede Cegonha, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos, em parcela única, aos Estados e Municípios, referentes aos novos exames do Componente Pré-Natal da Rede Cegonha, de acordo com os Planos de Ação elaborados, excepcionalmente, na competência março de 2012.

§ 1º Os Planos de Ação mencionados no caput deste artigo foram elaborados por meio eletrônico, via Sistema do Plano de Ação das Redes Temáticas (SISPART), ou encaminhados por meio físico.

§ 2º A relação de Municípios e Estados que serão contemplados com os recursos previstos no caput deste Artigo, encontra-se no Anexo I desta Portaria.

§ 3º Os recursos de que trata o Artigo 1º desta Portaria representam 100% do valor de custeio dos novos exames de pré-natal referente ao período de março de 2012 a fevereiro de 2013, excluindo os valores referentes ao Teste Rápido de Gravidez.

§ 4º As regras para o repasse de recursos para o período após o previsto no parágrafo 3º desta Portaria serão objeto de norma específica, considerando os dados existentes no Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (SisPreNatal).

§ 5º Os recursos de que trata o Artigo 1º desta Portaria representam o per capita para as gestantes residentes no município, devendo haver a pactuação intergestores para garantir o acesso aos exames, em caso de insuficiência ou ausência de oferta no município de residência.

§ 6º Para efeito de repasse dos valores estabelecidos nesta Portaria, a estimativa de gestantes utilizada como base para cálculo foi realizada considerando-se a cobertura de Saúde Suplementar para a população total de cada município, referente a dezembro de 2010, de acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Os dados encontram-se disponíveis no sítio http://www.ans.gov.br.

Art. 2º Autorizar o repasse de recursos em parcela única aos tetos financeiros dos municípios, referentes ao Teste Rápido de Gravidez, previsto no Anexo III da Portaria n° 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, excepcionalmente, na competência março de 2012.

§ 1º A relação de municípios que serão contemplados com os recursos previstos no caput do deste artigo encontra-se no Anexo II a esta Portaria.

§ 2º Foram excluídos os municípios que foram contemplados pela Portaria n°. 2.985/GM/MS, de 15 de dezembro de 2011.

§ 3º O parâmetro utilizado para estimar a quantidade de Testes Rápidos de Gravidez a serem financiados pelo Ministério da Saúde foi o número de nascidos vivos obtido no Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC), por município, acrescido de 20%.

§ 4º O valor mínimo a ser percebido pelo município será de R$ 56,00, de acordo com as estimativas realizadas pelo Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimentos, do Ministério da Saúde (MS/SE/DESID), para a compra mínima de um kit com 100 (cem) testes.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para a transferência dos montantes estabelecidos nos Anexos desta Portaria aos Fundos de Saúde dos Estados e Municípios.

Art. 4º Os recursos orçamentários do objeto do art. 1° desta Portaria deverão onerar o Programa de Trabalho 10.302.1215.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade, do orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários do objeto do art. 2° desta Portaria deverão onerar o Programa de Trabalho 10.302.2012.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha, do orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 6° A memória de cálculo referente ao financiamento dos novos exames de pré-natal será disponibilizada no Sistema de Controle do Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Assistencial - SisMAC, disponível no endereço http://sismac.saude.gov.br, no prazo de 15 (quinze) dias após a publicação desta, e a nota técnica que dispõe sobre a metodologia de cálculo para o per capita do componente Pré-Natal será disponibilizada no sítio http://www.saude.gov.br/redecegonha.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

UF	TIPO DE ADESÃO	IBGE	MUNICIPIO	EST. GESTANTES SUS	VALOR	GESTÃO
AM	FACILITADA	130165	GUAJARÁ	300	14.958,00	ESTADUAL
AM	FACILITADA	130270	MANICORÉ	837	41.732,82	ESTADUAL
PA	REGIONAL	150080	ANANINDEUA	8.649	431.239,14	MUNICIPAL
PA	REGIONAL	150140	BELÉM	17.117	853.453,62	MUNICIPAL
PA	REGIONAL	150150	BENEVIDES	1.143	56.989,98	ESTADUAL
PA	REGIONAL	150442	MARITUBA	1.537	76.634,82	MUNICIPAL
PA	REGIONAL	150635	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	385	19.196,10	ESTADUAL
TO	FACILITADA	170305	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	45	2.243,70	ESTADUAL
TO	FACILITADA	170950	GURUPI	1.291	64.369,26	MUNICIPAL
TO	FACILITADA	171500	NOVA ROSALÂNDIA	60	2.991,60	MUNICIPAL
TO	FACILITADA	171820	PORTO NACIONAL	924	46.070,64	ESTADUAL
TO	FACILITADA	171884	SANDOLÂNDIA	60	2.991,60	ESTADUAL
TO	FACILITADA	171888	SANTA MARIA DO TOCANTINS	37	1.844,82	MUNICIPAL
MA	FACILITADA	210083	APICUM-AÇU	305	15.207,30	ESTADUAL
MA	FACILITADA	210490	GUIMARÃES	172	8.575,92	ESTADUAL
MA	FACILITADA	210825	PEDRO DO ROSÁRIO	406	20.243,16	ESTADUAL
RN	FACILITADA	241142	SANTANA DO SERIDÓ	34	1.695,24	MUNICIPAL
RN	FACILITADA	241415	TENENTE LAURENTINO CRUZ	79	3.938,94	MUNICIPAL
RN	FACILITADA	241450	UMARIZAL	127	6.332,22	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250030	ALAGOA GRANDE	438	21.838,68	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250040	ALAGOA NOVA	349	17.401,14	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250053	ALCANTIL	154	7.678,44	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250090	ARARA	173	8.625,78	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250120	AREIAL	128	6.382,08	ESTADUAL
PB	FACILITADA	250130	AROEIRAS	317	15.805,62	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250135	ASSUNÇÃO	68	3.390,48	ESTADUAL
PB	FACILITADA	250150	BANANEIRAS	199	9.922,14	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250153	BARAÚNA	72	3.589,92	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250157	BARRA DE SANTANA	131	6.531,66	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250170	BARRA DE SÃO MIGUEL	115	5.733,90	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250215	BOA VISTA	128	6.382,08	ESTADUAL
PB	FACILITADA	250250	BOQUEIRÃO	319	15.905,34	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250260	IGARACY	90	4.487,40	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250310	CABACEIRAS	78	3.889,08	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250400	CAMPINA GRANDE	5.974	297.863,64	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250435	CATURITÉ	83	4.138,38	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250510	CUITÉ	158	7.877,88	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250570	DONA INÊS	179	8.924,94	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250600	ESPERANÇA	627	31.262,22	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250610	FAGUNDES	210	10.470,60	ESTADUAL
PB	FACILITADA	250620	FREI MARTINHO	47	2.343,42	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250625	GADO BRAVO	178	8.875,08	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250770	JUAZEIRINHO	307	15.307,02	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250830	LAGOA SECA	495	24.680,70	MUNICIPAL
PB	REGIONAL	250920	MASSARANDUBA	223	11.118,78	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250933	MATINHAS	76	3.789,36	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250950	MONTADAS	88	4.387,68	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	250990	NATUBA	113	5.634,18	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251030	NOVA PALMEIRA	47	2.343,42	ESTADUAL
PB	FACILITADA	251050	OLIVEDOS	41	2.044,26	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251110	PEDRA LAVRADA	100	4.986,00	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251140	PICUÍ	280	13.960,80	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251180	PIRPIRITUBA	119	5.933,34	MUNICIPAL
PB	REGIONAL	251200	POCINHOS	316	15.755,76	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251240	PUXINANÃ	216	10.769,76	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251250	QUEIMADAS	708	35.300,88	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251270	REMÍGIO	301	15.007,86	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251274	RIACHÃO	74	3.689,64	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251278	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	47	2.343,42	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251315	SANTA CECÍLIA	105	5.235,30	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251385	SANTO ANDRÉ	24	1.196,64	ESTADUAL
PB	FACILITADA	251510	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	164	8.177,04	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251540	SERIDÓ	176	8.775,36	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251610	SOLEDADE	237	11.816,82	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251615	SOSSÊGO	48	2.393,28	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251640	CAMPO DE SANTANA	100	4.986,00	MUNICIPAL
PB	REGIONAL	251650	TAPEROÁ	234	11.667,24	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251675	TENÓRIO	46	2.293,56	MUNICIPAL
PB	FACILITADA	251700	UMBUZEIRO	128	6.382,08	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260005	ABREU E LIMA	1.289	64.269,54	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260105	ARAÇOIABA	274	13.661,64	ESTADUAL
PE	REGIONAL	260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO	3.083	153.718,38	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260345	CAMARAGIBE	2.006	100.019,16	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260440	CHÃ DE ALEGRIA	202	10.071,72	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260450	CHÃ GRANDE	289	14.409,54	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260545	FERNANDO DE NORONHA	30	1.495,80	ESTADUAL
PE	REGIONAL	260610	GLÓRIA DO GOITÁ	443	22.087,98	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260680	IGARASSU	1.384	69.006,24	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260720	IPOJUCA	791	39.439,26	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260760	ILHA DE ITAMARACÁ	272	13.561,92	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260775	ITAPISSUMA	299	14.908,14	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	7.539	375.894,54	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260940	MORENO	731	36.447,66	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	260960	OLINDA	4.079	203.378,94	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	261070	PAULISTA	3.317	165.385,62	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	261130	POMBOS	375	18.697,50	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	261160	RECIFE	14.327	714.344,22	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	261370	SÃO LOURENÇO DA MATA	1.502	74.889,72	MUNICIPAL
PE	REGIONAL	261640	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	2.013	100.368,18	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	290100	AMARGOSA	507	25.279,02	MUNICIPAL
BA	FACILITADA	290190	APORÁ	248	12.365,28	ESTADUAL
BA	REGIONAL	290230	ARATUÍPE	105	5.235,30	ESTADUAL
BA	REGIONAL	290485	CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	262	13.063,32	ESTADUAL
BA	REGIONAL	290490	CACHOEIRA	443	22.087,98	ESTADUAL
BA	REGIONAL	290570	CAMAÇARI	3.361	167.579,46	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	290650	CANDEIAS	1.115	55.593,90	MUNICIPAL
BA	FACILITADA	290700	CARDEAL DA SILVA	167	8.326,62	ESTADUAL
BA	FACILITADA	290710	CARINHANHA	558	27.821,88	ESTADUAL
BA	REGIONAL	290730	CASTRO ALVES	341	17.002,26	ESTADUAL
BA	FACILITADA	290740	CATOLÂNDIA	57	2.842,02	ESTADUAL
BA	REGIONAL	290820	CONCEIÇÃO DA FEIRA	337	16.802,82	ESTADUAL
BA	REGIONAL	290830	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	199	9.922,14	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	290860	CONDE	405	20.193,30	ESTADUAL
BA	REGIONAL	290980	CRUZ DAS ALMAS	942	46.968,12	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	291005	DIAS D'ÁVILA	856	42.680,16	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	291020	DOM MACEDO COSTA	73	3.639,78	ESTADUAL
BA	REGIONAL	291030	ELÍSIO MEDRADO	103	5.135,58	ESTADUAL
BA	FACILITADA	291050	ENTRE RIOS	608	30.314,88	ESTADUAL
BA	FACILITADA	291060	ESPLANADA	549	27.373,14	ESTADUAL
BA	REGIONAL	291160	GOVERNADOR MANGABEIRA	303	15.107,58	ESTADUAL
BA	FACILITADA	291220	IBICOARA	388	19.345,68	ESTADUAL
BA	REGIONAL	291610	ITAPARICA	297	14.808,42	ESTADUAL
BA	REGIONAL	291685	ITATIM	213	10.620,18	ESTADUAL
BA	REGIONAL	291780	JAGUARIPE	263	13.113,18	ESTADUAL
BA	REGIONAL	291820	JIQUIRIÇÁ	125	6.232,50	ESTADUAL
BA	FACILITADA	291845	JUCURUÇU	52	2.592,72	ESTADUAL
BA	REGIONAL	291880	LAJE	375	18.697,50	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	291920	LAURO DE FREITAS	2.216	110.489,76	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	291992	MADRE DE DEUS	192	9.573,12	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	292060	MARAGOGIPE	598	29.816,28	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292100	MATA DE SÃO JOÃO	656	32.708,16	MUNICIPAL
BA	FACILITADA	292105	MATINA	212	10.570,32	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292130	MILAGRES	200	9.972,00	ESTADUAL
BA	FACILITADA	292180	MORTUGABA	160	7.977,60	ESTADUAL
BA	FACILITADA	292190	MUCUGÊ	208	10.370,88	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292220	MUNIZ FERREIRA	111	5.534,46	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292230	MURITIBA	378	18.847,08	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292240	MUTUÍPE	288	14.359,68	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292250	NAZARÉ	431	21.489,66	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292280	NOVA ITARANA	120	5.983,20	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292520	POJUCA	491	24.481,26	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	292575	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	443	22.087,98	ESTADUAL
BA	FACILITADA	292640	RIACHO DE SANTANA	452	22.536,72	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292730	SALINAS DA MARGARIDA	88	4.387,68	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292740	SALVADOR	28.908	1.441.352,88	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	292850	SANTA TERESINHA	161	8.027,46	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292860	SANTO AMARO	765	38.142,90	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292870	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	1.418	70.701,48	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	292900	SÃO FÉLIX	204	10.171,44	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	292910	SÃO FELIPE	267	13.312,62	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE	568	28.320,48	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292940	SÃO MIGUEL DAS MATAS	163	8.127,18	ESTADUAL
BA	REGIONAL	292950	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	568	28.320,48	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	292960	SAPEAÇU	217	10.819,62	MUNICIPAL
BA	REGIONAL	292975	SAUBARA	157	7.828,02	ESTADUAL
BA	FACILITADA	293030	SERRA DOURADA	293	14.608,98	ESTADUAL
BA	REGIONAL	293070	SIMÕES FILHO	1.746	87.055,56	ESTADUAL
BA	REGIONAL	293210	UBAÍRA	360	17.949,60	ESTADUAL
BA	REGIONAL	293317	VARZEDO	129	6.431,94	ESTADUAL
BA	REGIONAL	293320	VERA CRUZ	603	30.065,58	MUNICIPAL
MG	REGIONAL	310620	BELO HORIZONTE	20.558	1.025.021,88	MUNICIPAL
MG	REGIONAL	310670	BETIM	4.854	242.020,44	MUNICIPAL
MG	REGIONAL	310700	BIQUINHAS	15	747,90	ESTADUAL
MG	REGIONAL	310900	BRUMADINHO	290	14.459,40	MUNICIPAL
MG	REGIONAL	310960	CACHOEIRA DA PRATA	24	1.196,64	ESTADUAL
MG	REGIONAL	310990	CAETANÓPOLIS	117	5.833,62	ESTADUAL
MG	REGIONAL	311000	CAETÉ	303	15.107,58	ESTADUAL
MG	REGIONAL	311535	CATAS ALTAS	30	1.495,80	ESTADUAL
MG	REGIONAL	311560	CEDRO DO ABAETÉ	16	797,76	ESTADUAL
MG	FACILITADA	311670	COIMBRA	33	1.645,38	ESTADUAL
MG	REGIONAL	311860	CONTAGEM	5.438	271.138,68	MUNICIPAL
MG	REGIONAL	311910	CORINTO	272	13.561,92	ESTADUAL
MG	REGIONAL	312090	CURVELO	961	47.915,46	MUNICIPAL
MG	REGIONAL	312570	FELIXLÂNDIA	120	5.983,20	ESTADUAL
MG	REGIONAL	312720	FUNILÂNDIA	55	2.742,30	ESTADUAL
MG	REGIONAL	312800	GUANHÃES	367	18.298,62	ESTADUAL
MG	REGIONAL	313110	INIMUTABA	90	4.487,40	ESTADUAL
MG	REGIONAL	313665	JUATUBA	293	14.608,98	ESTADUAL
MG	REGIONAL	313760	LAGOA SANTA	512	25.528,32	MUNICIPAL
MG	REGIONAL	314060	MATERLÂNDIA	56	2.792,16	ESTADUAL
MG	REGIONAL	314070	MATEUS LEME	299	14.908,14	ESTADUAL
MG	REGIONAL	314350	MORADA NOVA DE MINAS	103	5.135,58	ESTADUAL
MG	REGIONAL	314360	MORRO DA GARÇA	34	1.695,24	ESTADUAL
MG	REGIONAL	314690	PAPAGAIOS	213	10.620,18	ESTADUAL
MG	REGIONAL	314740	PARAOPEBA	218	10.869,48	ESTADUAL
MG	REGIONAL	314750	PASSABÉM	12	598,32	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315200	POMPÉU	384	19.146,24	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315320	PRESIDENTE JUSCELINO	34	1.695,24	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315370	QUARTEL GERAL	29	1.445,94	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315480	RIO ACIMA	96	4.786,56	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315570	RIO PIRACICABA	36	1.794,96	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315600	RIO VERMELHO	160	7.977,60	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315780	SANTA LUZIA	2.926	145.890,36	MUNICIPAL
MG	REGIONAL	315800	SANTA MARIA DE ITABIRA	124	6.182,64	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315850	SANTANA DE PIRAPAMA	54	2.692,44	ESTADUAL
MG	REGIONAL	316060	SANTO HIPÓLITO	38	1.894,68	ESTADUAL
MG	REGIONAL	316292	SÃO JOAQUIM DE BICAS	258	12.863,88	ESTADUAL
MG	REGIONAL	316553	SARZEDO	305	15.207,30	ESTADUAL
MG	REGIONAL	316830	TAQUARAÇU DE MINAS	36	1.794,96	ESTADUAL
MG	REGIONAL	316935	TRÊS MARIAS	339	16.902,54	ESTADUAL
RJ	REGIONAL	330045	BELFORD ROXO	6.429	320.549,94	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330170	DUQUE DE CAXIAS	11.042	550.554,12	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330190	ITABORAÍ	2.987	148.931,82	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330200	ITAGUAÍ	1.427	71.150,22	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330227	JAPERI	1.621	80.823,06	ESTADUAL
RJ	REGIONAL	330250	MAGÉ	3.213	160.200,18	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330270	MARICÁ	1.252	62.424,72	ESTADUAL
RJ	REGIONAL	330285	MESQUITA	2.215	110.439,90	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330320	NILÓPOLIS	1.727	86.108,22	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330330	NITERÓI	3.958	197.345,88	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330350	NOVA IGUAÇU	9.885	492.866,10	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330414	QUEIMADOS	2.172	108.295,92	ESTADUAL
RJ	REGIONAL	330430	RIO BONITO	706	35.201,16	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330455	RIO DE JANEIRO	55.664	2.775.407,04	MUNICIPAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RJ	REGIONAL	330490	SÃO GONÇALO	9.653	481.298,58	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	5.521	275.277,06	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330555	SEROPÉDICA	1.047	52.203,42	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330560	SILVA JARDIM	309	15.406,74	MUNICIPAL
RJ	REGIONAL	330575	TANGUÁ	389	19.395,54	ESTADUAL
SP	REGIONAL	350030	AGUAÍ	411	20.492,46	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	350040	ÁGUAS DA PRATA	56	2.792,16	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	350050	ÁGUAS DE LINDÓIA	215	10.719,90	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	350160	AMERICANA	1.714	85.460,04	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	350190	AMPARO	477	23.783,22	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	350380	ARTUR NOGUEIRA	374	18.647,64	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	350870	CACONDE	186	9.273,96	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	350950	CAMPINAS	9.882	492.716,52	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	351080	CASA BRANCA	299	14.908,14	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	351280	COSMÓPOLIS	598	29.816,28	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	351380	DIADEMA	2.592	129.237,12	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	351390	DIVINOLÂNDIA	122	6.082,92	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	351518	ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	308	15.356,88	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	351905	HOLAMBRA	131	6.531,66	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	351907	HORTOLÂNDIA	1.983	98.872,38	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	352050	INDAIATUBA	1.801	89.797,86	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	352260	ITAPIRA	601	29.965,86	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	352380	ITOBI	65	3.240,90	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	352470	JAGUARIÚNA	509	25.378,74	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	352700	LINDÓIA	54	2.692,44	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	352940	MAUÁ	2.726	135.918,36	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	353050	MOCOCA	627	31.262,22	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	353070	MOGI GUAÇU	1.209	60.280,74	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	353080	MOJI MIRIM	814	40.586,04	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	353120	MONTE ALEGRE DO SUL	74	3.689,64	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	353180	MONTE MOR	403	20.093,58	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	353340	NOVA ODESSA	401	19.993,86	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	353650	PAULÍNIA	866	43.178,76	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	353710	PEDREIRA	436	21.738,96	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354330	RIBEIRÃO PIRES	946	47.167,56	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354410	RIO GRANDE DA SERRA	454	22.636,44	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354580	SANTA BÁRBARA D'OESTE	1.491	74.341,26	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354630	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	258	12.863,88	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354780	SANTO ANDRÉ	946	47.167,56	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354800	SANTO ANTÔNIO DE POSSE	254	12.664,44	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354810	SANTO ANTÔNIO DO JARDIM	51	2.542,86	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	7.181	358.044,66	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354880	SÃO CAETANO DO SUL	1.082	53.948,52	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354910	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	597	29.766,42	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354970	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	446	22.237,56	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	355080	SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	134	6.681,24	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	355160	SERRA NEGRA	256	12.764,16	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	355240	SUMARÉ	2.549	127.093,14	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	355330	TAMBAÚ	224	11.168,64	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	355360	TAPIRATIBA	129	6.431,94	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	355620	VALINHOS	844	42.081,84	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	355640	VARGEM GRANDE DO SUL	437	21.788,82	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	355670	VINHEDO	510	25.428,60	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	355730	ESTIVA GERBI	99	4.936,14	MUNICIPAL
PR	FACILITADA	412710	TELÊMACO BORBA	1.135	56.591,10	ESTADUAL
RS	FACILITADA	430330	CAIBATÉ	50	2.493,00	ESTADUAL
RS	FACILITADA	430340	CAIÇARA	61	3.041,46	ESTADUAL
RS	FACILITADA	430850	FREDERICO WESTPHALEN	353	17.600,58	ESTADUAL
RS	FACILITADA	431380	PALMITINHO	74	3.689,64	ESTADUAL
RS	FACILITADA	432210	TUCUNDUVA	46	2.293,56	ESTADUAL
TOTAL				361.664	18.032.567,04	

ANEXO II

UF	TIPO DE ADESÃO	IBGE	MUNICIPIO	FÍSICO	VALOR	GESTÃO DO TETO MAC
BA	FACILITADA	290190	APORÁ	271	151,76	ESTADUAL
BA	REGIONAL	290230	ARATUÍPE	115	64,40	ESTADUAL
BA	REGIONAL	290490	CACHOEIRA	483	270,48	ESTADUAL
BA	FACILITADA	290700	CARDEAL DA SILVA	182	101,92	ESTADUAL
BA	FACILITADA	290710	CARINHANHA	609	341,04	ESTADUAL
BA	FACILITADA	290740	CATOLÂNDIA	62	56,00	ESTADUAL
BA	FACILITADA	291050	ENTRE RIOS	663	371,28	ESTADUAL
BA	FACILITADA	291060	ESPLANADA	599	335,44	ESTADUAL
BA	FACILITADA	291220	IBICOARA	423	236,88	ESTADUAL
BA	FACILITADA	291845	JUCURUÇU	57	56,00	ESTADUAL
BA	FACILITADA	292105	MATINA	231	129,36	ESTADUAL
BA	FACILITADA	292180	MORTUGABA	175	98,00	ESTADUAL
BA	FACILITADA	292640	RIACHO DE SANTANA	493	276,08	ESTADUAL
BA	FACILITADA	293030	SERRA DOURADA	320	179,20	ESTADUAL
MG	REGIONAL	310700	BIQUINHAS	16	56,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	310960	CACHOEIRA DA PRATA	26	56,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	310990	CAETANÓPOLIS	128	71,68	ESTADUAL
MG	REGIONAL	311535	CATAS ALTAS	33	56,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	311560	CEDRO DO ABAETÉ	17	56,00	ESTADUAL
MG	FACILITADA	311670	COIMBRA	36	56,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	312720	FUNILÂNDIA	60	56,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	312800	GUANHÃES	400	224,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	314060	MATERLÂNDIA	61	56,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	314350	MORADA NOVA DE MINAS	112	62,72	ESTADUAL
MG	REGIONAL	314360	MORRO DA GARÇA	37	56,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	314690	PAPAGAIOS	232	129,92	ESTADUAL
MG	REGIONAL	314740	PARAOPEBA	238	133,28	ESTADUAL
MG	REGIONAL	314750	PASSABÉM	13	56,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315200	POMPÉU	419	234,64	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315320	PRESIDENTE JUSCELINO	37	56,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315370	QUARTEL GERAL	32	56,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315570	RIO PIRACICABA	39	56,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315600	RIO VERMELHO	175	98,00	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315800	SANTA MARIA DE ITABIRA	135	75,60	ESTADUAL
MG	REGIONAL	315850	SANTANA DE PIRAPAMA	59	56,00	ESTADUAL
SP	REGIONAL	351380	DIADEMA	2.828	1.583,68	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	352940	MAUÁ	2.974	1.665,44	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354330	RIBEIRÃO PIRES	1.032	577,92	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354410	RIO GRANDE DA SERRA	495	277,20	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354780	SANTO ANDRÉ	1.032	577,92	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	7.834	4.387,04	MUNICIPAL
SP	REGIONAL	354880	SÃO CAETANO DO SUL	1.180	660,80	MUNICIPAL
PR	FACILITADA	412710	TELÊMACO BORBA	1.238	693,28	ESTADUAL
RS	FACILITADA	430330	CAIBATÉ	55	56,00	ESTADUAL
RS	FACILITADA	430340	CAIÇARA	67	56,00	ESTADUAL
RS	FACILITADA	430850	FREDERICO WESTPHALEN	385	215,60	ESTADUAL
RS	FACILITADA	431380	PALMITINHO	81	56,00	ESTADUAL
RS	FACILITADA	432210	TUCUNDUVA	50	56,00	ESTADUAL
TOTAL				26.239	15.288,56	

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 96, de 29-3-2012, Seção 1, págs. 96 a 101, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 950, DE 15 DE MAIO DE 2012

Torna pública a proposta de Projeto de Resolução "Requisitos Mínimos para Elaborar Planos de Contingências para Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em Pontos de Entrada Designados pelos Estados Partes do Mercosul segundo o RSI (2005)".

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Resolução da 58ª Assembléia Mundial de Saúde, WHA 58.3, de 23 de maio de 2005, que aprovou o novo Regulamento Sanitário Internacional (2005) em seus anexos 1 A e 1 B;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimentos para a detecção e controle de eventos de saúde pública de importância internacional nos portos, aeroportos e passagens de fronteira nos estados Partes do Mercosul;

A necessidade de proteger a saúde dos passageiros, tripulação, pessoal de terra e o público em geral nos portos, aeroportos e passagens de fronteira no Mercosul;

A complexidade que surge em articular intersetorialmente com as autoridades governamentais competentes em Pontos de Entrada e a exigência de envolvê-las na elaboração e implementação dos planos de contingência com prazos preestabelecidos; e

Considerando o estabelecido no Projeto de Resolução nº 09/11, da XXXVII Reunião Ordinária do Subgrupo Trabalho Nº 11 "Saúde"/MERCOSUL, realizada em Montevidéu, Uruguai, no período de 19 a 23 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Publicar a proposta de Projeto de Resolução "Requisitos Mínimos para Elaborar Planos de Contingência para Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em Pontos de Entrada Designados pelos Estados Partes do Mercosul Segundo o RSI (2005)", que consta como anexo.

Art. 2º Declarar aberto, a contar da data de publicação desta Portaria, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas ao texto.

Art. 3º Informar que as sugestões deverão ser encaminhadas, por escrito, para o seguinte endereço: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro - Assessoria de Assuntos Internacionais/Coordenação Nacional da Saúde do MERCOSUL, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício Sede, 4º andar, sala 447, CEP. 70058-900, Brasília-DF; e-mail: cgir@saude.gov.br; telefones: (61) 3315-2184 e 3315-2337; fax (61) 3224-0014 e para Gerência Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde - Sede Única - SIA Trecho 5, Área Especial 57, Lote 200 - Bloco "D" - Brasília/DF. CEP 71205-050 - Tels.: (61) 3462-5527 - (61) 3462-5578; e-mail: gepes.ggpaf@anvisa.gov.br; articula.rel@anvisa.gov.br.

Art. 4º Findo o prazo estabelecido no art. 2º desta Portaria, a Assessoria de Assuntos Internacionais/Coordenação Nacional da Saúde do MERCOSUL, por intermédio da Gerência Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde, articular-se-á com os órgãos e entidades que fornecerem sugestões, para que indiquem representantes para discussões referentes ao assunto, visando à consolidação do texto final.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

MERCOSUL/XXXVII SGT N° 11/ P. Res. N° 09/11

REQUISÍTOS MÍNIMOS PARA ELABORAR PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL (ESPII) EM PONTOS DE ENTRADA DESIGNADOS PELOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL SEGUNDO O RSI (2005)

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e a Resolução Nº 13/07 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

A Resolução da 58ª Assembléia Mundial de Saúde, WHA 58.3, de 23 de maio de 2005, que aprovou o novo Regulamento Sanitário Internacional (2005), que trata em seu anexo I A da capacidade básica necessária para a vigilância e resposta, e no 1 B da capacidade de portos, aeroportos e passagens de fronteiras designados entre eles, para dar uma resposta adequada às emergências de saúde pública mediante o estabelecimento e manutenção de um plano de contingência para emergências de saúde pública de importância internacional (ESPII).

A necessidade de estabelecer procedimentos para a detecção e controle de eventos de saúde pública de importância internacional nos portos, aeroportos e passagens de fronteira nos estados do MERCOSUL.

A transcendência de estabelecer ações a realizar nas zonas portuárias, aeroportuárias e fronteiras terrestres para minimizar o risco de difusão desses eventos de saúde pública entre os Estados Partes do MERCOSUL.

A necessidade de proteger a saúde dos passageiros, tripulação, pessoal de terra e o público em geral nos portos, aeroportos e passagens de fronteira no MERCOSUL.

A complexidade que surge de articular intersetorialmente com as autoridades governamentais competentes em Pontos de Entrada e a exigência de envolvê-las na elaboração e implementação dos planos de contingência com prazos preestabelecidos

O GRUPO MERCADO COMUM

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os "Requisítos Mínimos para elaborar Planos de Contingência para Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em Pontos de Entrada Designados pelos Estados Partes do MERCOSUL segundo o RSI (2005) e que consta como Anexo e forma parte da presente Resolução.

Art. 2º Estabelecer o prazo para que os Estados Partes elaborem e validem os Planos de Contingência previsto no art. 1º em dois anos contados a partir da entrada em vigor da presente Resolução.

Art. 3º Os organismos nacionais competentes para a implementação da presente Resolução são:

Argentina: Ministerio de Salud, Servicio Nacional de Sanidad Animal y Calidad Agroalimentaria, Ministerio de Planificación, Inversión y Servicios y Ministerio Público del Interior, e outros organismos identificados pelo Estado Parte.

Brasil: Ministério da Saúde - Agência Nacional de Vigilancia Sanitária - ANVISA/MS; e outros organismos identificados pelo Estado Parte.

Paraguai: Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social, Secretaria de Emergencia Nacional, Ministerio de Agricultura y Ganadería e outros organismos identificados pelo Estado Parte.

Uruguai: Ministerio de Salud Pública e outros organismos identificados pelo Estado Parte.

Art. 4° A presente Resolução será aplicada aos territórios dos Estados Parte, ao comércio entre elas e às importações extrazona.

Art. 5° Esta Resolução deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de ----/----/-----.

XXXVII SGT N° 11 - Montevidéu, 23/IX/11

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

REQUISÍTOS MÍNIMOS PARA ELABORAR PLANOS DE CONTINGÊNCIAS PARA EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL (ESPII) EM PONTOS DE ENTRADA DESIGNADOS PELOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL SEGUNDO O RSI (2005)

Os Requisítos Mínimos para elaborar Planos de Contingência para Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em Pontos de Entrada Designados pelos Estados Partes do MERCOSUL segundo o RSI (2005). Os planos de contingência para pontos de entrada deverão levar em conta a seguinte proposta de estrutura de um plano:

1. Contextualização

Título

Autoridades e organizações envolvidas na elaboração e execução do plano (intersetorialidade)

Introdução: Justificativa, considerações gerais

Definição do plano: (Objetivos gerais e específicos, Âmbito geográfico)

2. Aspectos éticos e legais

Marco legal

Direitos e obrigações

Documentação exigida

Procedimentos éticos

Glossário

3. Caracterização do risco

Mapa de risco

Tipificação de situações: (Preemergência ou fase verde; Emergência de alerta ou fase amarela; Emergência de alarme ou fase vermelha, por exemplo)

4. Recursos e meios

Recursos: naturais, infraestrutura, humanos e financeiros

Meios disponíveis permanentemente

Meios que se ativam e/ou mobilizam em caso de emergencia

5. Vigilância

Organização da informação (detectar, avaliar, notificar e informar eventos, resposta e colaboração)

Procedimento de detecção e controle de eventos. (Discriminado pela natureza do evento, tipo de ponto de entrada e meios de transporte)

6. Estrutura e Operacionalização do Plano

Organograma

Organismos envolvidos na resposta na emergência nos pontos de entrada (competências, normas de atuação para o pessoal)

Fluxograma

Algoritmo

Centro de coordenação operativa e Órgãos: Diretivo, Executivo e de Apoio (missões, competências, composição)

Procedimento de ativação e desativação do plano

Mecanismos para coordenação com planos de outros âmbitos

7. Mecanismos de Resposta e Alerta

Preservação dos serviços básicos dos pontos de entrada

Medidas de Biossegurança e proteção pessoal

Medidas de saúde ocupacional

Manejo de casos em pontos de entrada

Mecanismos de referência e contrareferência

Outras medidas sanitárias: Evacuação, alojamento temporal e controle de evacuados, Restrições a viajantes: Isolamento e quarentena, manejo de cadáveres, abastecimento e imunização, etc.

8. Comunicação de Riscos e Crise

Redes de comunicação disponíveis em situações de normalidade e/ou emergências

Informação ao público e outros atores: (Objetivos, meios, conteúdo da informação, responsáveis)

9. Capacitação e Formação

Público Alvo

Competências a desenvolver

10. Monitoramento e Avaliação

Atividades de monitoramento, avaliação e supervisão.

Definição de Indicadores.

11. Execução, teste de revisão dos planos

Simulação e simulados

Revisão e atualização

PORTARIA Nº 951, DE 15 DE MAIO DE 2012

Habilita os Municípios de Girau do Ponciano (AL), São Sebastião (AL), São José da Tapera (AL), Mata Grande (AL) e Cacimbinhas (AL), a receberem Unidades de Suporte Básico, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Arapiraca (AL) e autoriza a transferência de custeio aos Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.930/GM/MS, de 20 de novembro de 2006, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional localizada no Município de Arapiraca (AL); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Habilitar os Municípios de Girau do Ponciano (AL), São Sebastião (AL), São José da Tapera (AL), Mata Grande (AL) e Cacimbinhas (AL), a receberem 5 (cinco) Unidades de Suporte Básico, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Arapiraca (AL).

Art. 2º Autorizar a transferência de custeio mensal aos Municípios, conforme detalhado no anexo.

Art. 3º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor descrito, para os Fundos Municipais de Saúde de Girau do Ponciano (AL), São Sebastião (AL), São José da Tapera (AL), Mata Grande (AL) e Cacimbinhas (AL).

Art. 4º Estabelecer que os recursos orçamentários objeto desta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Municípios para repasse	USB	PLACA	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Girau do Ponciano	01	NLV1563	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
São Sebastião	01	NLV1383	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
São José da Tapera	01	NLV1913	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
Mata Grande	01	NLV2463	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
Cacimbinhas	01		R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:				R$ 750.000,00

PORTARIA Nº 952, DE 15 DE MAIO DE 2012

Estabelece recurso a ser disponibilizado ao Estado do Amapá.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Ofício nº 278, de 9 de fevereiro de 2012, da Secretaria de Estado da Saúde do Amapá; e

Considerando a Resolução nº 7, de 16 de fevereiro de 2012, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Amapá (CIB/AP), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante de R$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Amapá.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, ao Fundo Estadual de Saúde do Amapá.

Art. 3º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- 0016 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 953, DE 15 DE MAIO DE 2012

Define o valor mínimo da parte fixa do Piso de Atenção Básica (PAB), para efeito do cálculo do montante de recursos a ser transferido do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Municípios e do Distrito Federal, e divulga os valores anuais e mensais da parte fixa do PAB.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional da Atenção Básica e dispõe como responsabilidade do Ministério da Saúde, a garantia de recursos financeiros para compor o financiamento da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 1.602/GM/MS, de 9 de julho de 2011, define o valor mínimo da parte fixa para o cálculo do montante de recursos do Piso de Atenção Básica;

Considerando a Resolução nº 6, de 31 de agosto de 2011, que divulga as estimativas populacionais com data de referência de 1º de julho de 2011, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com posterior correção enviada ao Tribunal de Contas da União (TCU) em 9 de novembro de 2011; e

Considerando a necessidade de atualização dos valores do Piso da Atenção Básica com vistas a impulsionar mudanças na organização da atenção básica no País, resolve:

Art. 1º Fica definido o valor mínimo da parte fixa do Piso de Atenção Básica, para efeito do cálculo do montante de recursos a ser transferido do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Municípios e do Distrito Federal, conforme pontuação calculada segundo critérios definidos no anexo I a Portaria nº 1.602/GM/MS, de 9 de julho de 2011.

I - O valor mínimo passa para R$ 25,00 (vinte e cinco reais) por habitante ao ano, para os municípios com pontuação menor que 4,82 e população de até 50 mil habitantes.

II - O valor mínimo passa para R$ 23,00 (vinte e três reais) por habitante ao ano, para: os municípios com pontuação entre 4,82 e 5,40, e população de até 100 mil habitantes; e os municípios com pontuação menor que 4,82 e população entre 50 e 100 mil habitantes.

III - O valor mínimo passa para R$ 21,00 (vinte e um reais) por habitante ao ano, para: os municípios com pontuação entre 5,40 e 5,85, e população de até 500 mil habitantes; e os municípios com pontuação menor que 5,40 e população entre 100 e 500 mil habitantes.

IV - O valor mínimo passa para R$ 20,00 (vinte reais) por habitante ao ano, para os municípios não contemplados nos itens anteriores.

Art. 2º Fica atualizada a base populacional para o cálculo do PAB Fixo, a partir da estimativa da população para Municípios e o Distrito Federal, com referência ao ano de 2011, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 3º Fica definido que, para os Municípios que tiveram redução no valor do PAB fixo devido à variação da população para o ano de 2011 em relação à utilizada anteriormente, os valores mensais e anuais do PAB serão mantidos por meio da correção do valor per capita.

Art. 4º Divulgar, na forma do Anexo a esta Portaria, os valores anuais e mensais da parte fixa do PAB, por Município.

Art. 5º Definir que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria, corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8577 - Piso de Atenção Básica Fixo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência março de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	CÓDIGO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO IBGE 2011	PAB ANO	PAB MÊS
AC	1200013	Acrelândia	12.779	402.015,96	33.501,33
AC	1200054	Assis Brasil	6.192	154.800,00	12.900,00
AC	1200104	Brasiléia	21.837	545.925,00	45.493,75
AC	1200138	Bujari	8.629	215.724,96	17.977,08
AC	1200179	Capixaba	9.088	227.199,96	18.933,33
AC	1200203	Cruzeiro do Sul	79.174	1.821.002,04	151.750,17
AC	1200252	Epitaciolândia	15.394	384.849,96	32.070,83
AC	1200302	Feijó	32.487	812.175,00	67.681,25
AC	1200328	Jordão	6.740	168.500,04	14.041,67
AC	1200336	Mâncio Lima	15.554	388.850,04	32.404,17
AC	1200344	Manoel Urbano	8.105	202.625,04	16.885,42
AC	1200351	Marechal Thaumaturgo	14.683	367.074,96	30.589,58
AC	1200385	Plácido de Castro	17.401	435.024,96	36.252,08
AC	1200807	Porto Acre	15.213	380.325,00	31.693,75
AC	1200393	Porto Walter	9.448	236.199,96	19.683,33
AC	1200401	Rio Branco	342.299	7.188.279,00	599.023,25
AC	1200427	Rodrigues Alves	14.832	370.800,00	30.900,00
AC	1200435	Santa Rosa do Purus	4.879	121.974,96	10.164,58
AC	1200500	Sena Madureira	38.709	967.725,00	80.643,75
AC	1200450	Senador Guiomard	20.387	509.675,04	42.472,92
AC	1200609	Tarauacá	36.186	904.650,00	75.387,50
AC	1200708	Xapuri	16.370	409.250,04	34.104,17
AL	2700102	Água Branca	19.433	485.825,04	40.485,42
AL	2700201	Anadia	17.392	434.799,96	36.233,33

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AL	2700300	Arapiraca	216.108	4.538.268,00	378.189,00
AL	2700409	Atalaia	44.612	1.115.300,04	92.941,67
AL	2700508	Barra de Santo Antônio	14.451	361.275,00	30.106,25
AL	2700607	Barra de São Miguel	7.666	191.649,96	15.970,83
AL	2700706	Batalha	17.251	431.274,96	35.939,58
AL	2700805	Belém	4.446	111.150,00	9.262,50
AL	2700904	Belo Monte	7.043	176.075,04	14.672,92
AL	2701001	Boca da Mata	25.895	647.375,04	53.947,92
AL	2701100	Branquinha	10.527	263.175,00	21.931,25
AL	2701209	Cacimbinhas	10.245	256.125,00	21.343,75
AL	2701308	Cajueiro	20.520	513.000,00	42.750,00
AL	2701357	Campestre	6.627	165.675,00	13.806,25
AL	2701407	Campo Alegre	51.584	1.186.431,96	98.869,33
AL	2701506	Campo Grande	9.046	228.762,00	19.063,50
AL	2701605	Canapi	17.244	431.100,00	35.925,00
AL	2701704	Capela	16.953	423.825,00	35.318,75
AL	2701803	Carneiros	8.421	210.525,00	17.543,75
AL	2701902	Chã Preta	7.146	178.650,00	14.887,50
AL	2702009	Coité do Nóia	10.845	271.125,00	22.593,75
AL	2702108	Colônia Leopoldina	20.213	505.325,04	42.110,42
AL	2702207	Coqueiro Seco	5.557	138.924,96	11.577,08
AL	2702306	Coruripe	52.716	1.212.468,00	101.039,00
AL	2702355	Craíbas	22.784	569.600,04	47.466,67
AL	2702405	Delmiro Gouveia	48.493	1.212.324,96	101.027,08
AL	2702504	Dois Riachos	10.866	271.650,00	22.637,50
AL	2702553	Estrela de Alagoas	17.332	433.299,96	36.108,33
AL	2702603	Feira Grande	21.338	533.450,04	44.454,17
AL	2702702	Feliz Deserto	4.385	132.624,00	11.052,00
AL	2702801	Flexeiras	12.352	308.799,96	25.733,33
AL	2702900	Girau do Ponciano	37.118	927.950,04	77.329,17
AL	2703007	Ibateguara	15.165	379.125,00	31.593,75
AL	2703106	Igaci	25.158	628.950,00	52.412,50
AL	2703205	Igreja Nova	23.434	602.526,00	50.210,50
AL	2703304	Inhapi	17.908	447.699,96	37.308,33
AL	2703403	Jacaré dos Homens	5.357	133.925,04	11.160,42
AL	2703502	Jacuípe	6.973	174.324,96	14.527,08
AL	2703601	Japaratinga	7.823	195.575,04	16.297,92
AL	2703700	Jaramataia	5.541	138.525,00	11.543,75
AL	2703759	Jequiá da Praia	11.957	298.925,04	24.910,42
AL	2703809	Joaquim Gomes	22.717	567.924,96	47.327,08
AL	2703908	Jundiá	4.172	104.300,04	8.691,67
AL	2704005	Junqueiro	23.824	595.599,96	49.633,33
AL	2704104	Lagoa da Canoa	18.117	452.925,00	37.743,75
AL	2704203	Limoeiro de Anadia	27.215	680.375,04	56.697,92
AL	2704302	Maceió	943.110	18.862.200,00	1.571.850,00
AL	2704401	Major Isidoro	18.994	474.849,96	39.570,83
AL	2704906	Mar Vermelho	3.620	90.500,04	7.541,67
AL	2704500	Maragogi	29.280	732.000,00	61.000,00
AL	2704609	Maravilha	10.023	314.672,04	26.222,67
AL	2704708	Marechal Deodoro	46.754	1.168.850,04	97.404,17
AL	2704807	Maribondo	13.502	337.550,04	28.129,17
AL	2705002	Mata Grande	24.673	616.824,96	51.402,08
AL	2705101	Matriz de Camaragibe	23.768	594.200,04	49.516,67
AL	2705200	Messias	15.966	399.150,00	33.262,50
AL	2705309	Minador do Negrão	5.263	131.574,96	10.964,58
AL	2705408	Monteirópolis	6.945	215.256,00	17.938,00
AL	2705507	Murici	26.867	671.675,04	55.972,92
AL	2705606	Novo Lino	12.184	304.599,96	25.383,33
AL	2705705	Olho d'Água das Flores	20.437	510.924,96	42.577,08
AL	2705804	Olho d'Água do Casado	8.601	215.025,00	17.918,75
AL	2705903	Olho d'Água Grande	4.966	139.734,00	11.644,50
AL	2706000	Olivença	11.100	277.500,00	23.125,00
AL	2706109	Ouro Branco	10.977	274.425,00	22.868,75
AL	2706208	Palestina	5.158	141.678,00	11.806,50
AL	2706307	Palmeira dos Índios	70.556	1.622.787,96	135.232,33
AL	2706406	Pão de Açúcar	23.730	593.250,00	49.437,50
AL	2706422	Pariconha	10.274	256.850,04	21.404,17
AL	2706448	Paripueira	11.601	290.025,00	24.168,75
AL	2706505	Passo de Camaragibe	14.783	369.575,04	30.797,92
AL	2706604	Paulo Jacinto	7.419	185.475,00	15.456,25
AL	2706703	Penedo	60.638	1.394.673,96	116.222,83
AL	2706802	Piaçabuçu	17.236	430.899,96	35.908,33
AL	2706901	Pilar	33.467	836.675,04	69.722,92
AL	2707008	Pindoba	2.862	71.550,00	5.962,50
AL	2707107	Piranhas	23.279	586.326,00	48.860,50
AL	2707206	Poço das Trincheiras	13.922	348.050,04	29.004,17
AL	2707305	Porto Calvo	25.843	646.074,96	53.839,58
AL	2707404	Porto de Pedras	8.291	207.275,04	17.272,92
AL	2707503	Porto Real do Colégio	19.410	485.250,00	40.437,50
AL	2707602	Quebrangulo	11.404	285.099,96	23.758,33
AL	2707701	Rio Largo	68.885	1.584.354,96	132.029,58
AL	2707800	Roteiro	6.631	165.774,96	13.814,58
AL	2707909	Santa Luzia do Norte	6.930	173.250,00	14.437,50
AL	2708006	Santana do Ipanema	45.197	1.129.925,04	94.160,42
AL	2708105	Santana do Mundaú	10.875	271.875,00	22.656,25
AL	2708204	São Brás	6.731	168.275,04	14.022,92
AL	2708303	São José da Laje	22.798	569.949,96	47.495,83
AL	2708402	São José da Tapera	30.323	758.075,04	63.172,92
AL	2708501	São Luís do Quitunde	32.633	815.825,04	67.985,42
AL	2708600	São Miguel dos Campos	55.463	1.275.648,96	106.304,08
AL	2708709	São Miguel dos Milagres	7.264	181.599,96	15.133,33
AL	2708808	São Sebastião	32.232	805.800,00	67.150,00
AL	2708907	Satuba	14.815	370.374,96	30.864,58
AL	2708956	Senador Rui Palmeira	13.129	328.224,96	27.352,08
AL	2709004	Tanque d'Arca	6.086	152.150,04	12.679,17
AL	2709103	Taquarana	19.172	479.300,04	39.941,67
AL	2709152	Teotônio Vilela	41.480	1.037.000,04	86.416,67
AL	2709202	Traipu	25.880	647.000,04	53.916,67
AL	2709301	União dos Palmares	62.645	1.440.834,96	120.069,58
AL	2709400	Viçosa	25.342	633.549,96	52.795,83
AM	1300029	Alvarães	14.237	355.925,04	29.660,42
AM	1300060	Amaturá	9.633	245.304,00	20.442,00
AM	1300086	Anamã	10.495	262.374,96	21.864,58
AM	1300102	Anori	16.701	417.525,00	34.793,75
AM	1300144	Apuí	18.326	458.150,04	38.179,17
AM	1300201	Atalaia do Norte	15.545	388.625,04	32.385,42
AM	1300300	Autazes	32.733	818.325,00	68.193,75
AM	1300409	Barcelos	25.835	645.875,04	53.822,92
AM	1300508	Barreirinha	27.722	693.050,04	57.754,17
AM	1300607	Benjamin Constant	34.194	854.850,00	71.237,50
AM	1300631	Beruri	15.828	395.700,00	32.975,00
AM	1300680	Boa Vista do Ramos	15.325	383.124,96	31.927,08
AM	1300706	Boca do Acre	30.906	772.650,00	64.387,50
AM	1300805	Borba	35.448	886.200,00	73.850,00
AM	1300839	Caapiranga	11.142	278.550,00	23.212,50
AM	1300904	Canutama	13.843	346.074,96	28.839,58
AM	1301001	Carauari	25.955	648.875,04	54.072,92
AM	1301100	Careiro	33.132	828.300,00	69.025,00
AM	1301159	Careiro da Várzea	24.442	611.049,96	50.920,83
AM	1301209	Coari	76.646	1.762.857,96	146.904,83
AM	1301308	Codajás	23.644	591.099,96	49.258,33
AM	1301407	Eirunepé	31.020	775.500,00	64.625,00
AM	1301506	Envira	16.635	415.875,00	34.656,25
AM	1301605	Fonte Boa	23.011	640.832,04	53.402,67
AM	1301654	Guajará	14.189	354.725,04	29.560,42
AM	1301704	Humaitá	45.105	1.127.625,00	93.968,75
AM	1301803	Ipixuna	22.867	571.674,96	47.639,58
AM	1301852	Iranduba	41.374	1.034.349,96	86.195,83
AM	1301902	Itacoatiara	87.970	2.023.310,04	168.609,17
AM	1301951	Itamarati	8.010	200.250,00	16.687,50
AM	1302009	Itapiranga	8.281	207.024,96	17.252,08
AM	1302108	Japurá	7.388	209.535,96	17.461,33
AM	1302207	Juruá	11.126	278.150,04	23.179,17
AM	1302306	Jutaí	18.145	465.072,00	38.756,00
AM	1302405	Lábrea	38.373	959.325,00	79.943,75
AM	1302504	Manacapuru	86.078	1.979.793,96	164.982,83
AM	1302553	Manaquiri	23.576	589.400,04	49.116,67
AM	1302603	Manaus	1.832.424	36.648.480,00	3.054.040,00
AM	1302702	Manicoré	47.707	1.192.674,96	99.389,58
AM	1302801	Maraã	17.563	439.074,96	36.589,58
AM	1302900	Maués	53.173	1.222.979,04	101.914,92
AM	1303007	Nhamundá	18.503	462.575,04	38.547,92
AM	1303106	Nova Olinda do Norte	31.232	780.800,04	65.066,67
AM	1303205	Novo Airão	15.113	377.825,04	31.485,42
AM	1303304	Novo Aripuanã	21.784	544.599,96	45.383,33
AM	1303403	Parintins	102.946	2.161.866,00	180.155,50
AM	1303502	Pauini	18.249	456.225,00	38.018,75
AM	1303536	Presidente Figueiredo	27.926	698.150,04	58.179,17
AM	1303569	Rio Preto da Eva	26.344	658.599,96	54.883,33
AM	1303601	Santa Isabel do Rio Negro	18.729	468.225,00	39.018,75
AM	1303700	Santo Antônio do Içá	24.689	679.568,04	56.630,67
AM	1303809	São Gabriel da Cachoeira	38.507	962.675,04	80.222,92
AM	1303908	São Paulo de Olivença	32.060	801.500,04	66.791,67
AM	1303957	São Sebastião do Uatumã	10.978	274.449,96	22.870,83
AM	1304005	Silves	8.495	212.375,04	17.697,92
AM	1304062	Tabatinga	53.374	1.227.602,04	102.300,17
AM	1304104	Tapauá	18.010	450.249,96	37.520,83
AM	1304203	Tefé	61.223	1.408.128,96	117.344,08
AM	1304237	Tonantins	17.200	433.548,00	36.129,00
AM	1304260	Uarini	12.017	300.425,04	25.035,42
AM	1304302	Urucará	16.996	424.899,96	35.408,33
AM	1304401	Urucurituba	18.265	456.624,96	38.052,08
AP	1600105	Amapá	8.142	203.550,00	16.962,50
AP	1600204	Calçoene	9.175	229.374,96	19.114,58
AP	1600212	Cutias	4.805	120.125,04	10.010,42
AP	1600238	Ferreira Gomes	5.974	149.349,96	12.445,83
AP	1600253	Itaubal	4.371	109.275,00	9.106,25
AP	1600279	Laranjal do Jari	40.820	1.020.500,04	85.041,67
AP	1600303	Macapá	407.023	8.547.483,00	712.290,25
AP	1600402	Mazagão	17.420	435.500,04	36.291,67
AP	1600501	Oiapoque	21.095	527.375,04	43.947,92
AP	1600154	Pedra Branca do Amapari	11.292	282.300,00	23.525,00
AP	1600535	Porto Grande	17.252	431.300,04	35.941,67
AP	1600550	Pracuúba	3.909	97.725,00	8.143,75
AP	1600600	Santana	102.861	2.160.081,00	180.006,75
AP	1600055	Serra do Navio	4.464	111.600,00	9.300,00
AP	1600709	Tartarugalzinho	12.981	324.525,00	27.043,75
AP	1600808	Vitória do Jari	12.725	318.125,04	26.510,42
BA	2900108	Abaíra	8.687	217.175,04	18.097,92
BA	2900207	Abaré	17.380	434.499,96	36.208,33
BA	2900306	Acajutiba	14.692	367.299,96	30.608,33
BA	2900355	Adustina	15.810	395.250,00	32.937,50
BA	2900405	Água Fria	15.809	395.225,04	32.935,42
BA	2900603	Aiquara	4.569	114.225,00	9.518,75
BA	2900702	Alagoinhas	142.870	3.000.270,00	250.022,50
BA	2900801	Alcobaça	21.300	532.500,00	44.375,00
BA	2900900	Almadina	6.242	156.050,04	13.004,17
BA	2901007	Amargosa	34.602	865.050,00	72.087,50
BA	2901106	Amélia Rodrigues	25.134	628.350,00	52.362,50
BA	2901155	América Dourada	15.962	399.050,04	33.254,17
BA	2901205	Anagé	25.049	626.225,04	52.185,42
BA	2901304	Andaraí	13.951	348.774,96	29.064,58
BA	2901353	Andorinha	14.310	357.750,00	29.812,50
BA	2901403	Angical	14.032	350.799,96	29.233,33
BA	2901502	Anguera	10.336	258.399,96	21.533,33
BA	2901601	Antas	17.303	432.575,04	36.047,92
BA	2901700	Antônio Cardoso	11.549	288.725,04	24.060,42
BA	2901809	Antônio Gonçalves	11.124	278.100,00	23.175,00
BA	2901908	Aporá	17.805	445.125,00	37.093,75
BA	2901957	Apuarema	7.428	185.700,00	15.475,00
BA	2902054	Araças	11.602	290.049,96	24.170,83
BA	2902005	Aracatu	13.641	341.025,00	28.418,75
BA	2902104	Araci	51.994	1.195.862,04	99.655,17
BA	2902203	Aramari	10.111	252.774,96	21.064,58
BA	2902252	Arataca	10.349	258.725,04	21.560,42
BA	2902302	Aratuípe	8.616	215.400,00	17.950,00
BA	2902401	Aurelino Leal	13.323	333.075,00	27.756,25
BA	2902500	Baianópolis	13.919	347.975,04	28.997,92
BA	2902609	Baixa Grande	20.046	501.150,00	41.762,50
BA	2902658	Banzaê	11.827	295.674,96	24.639,58
BA	2902708	Barra	49.736	1.243.400,04	103.616,67
BA	2902807	Barra da Estiva	20.974	524.349,96	43.695,83
BA	2902906	Barra do Choça	35.084	877.100,04	73.091,67
BA	2903003	Barra do Mendes	13.950	348.750,00	29.062,50
BA	2903102	Barra do Rocha	6.174	154.350,00	12.862,50
BA	2903201	Barreiras	139.285	2.924.985,00	243.748,75

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BA	2903235	Barro Alto	13.766	344.150,04	28.679,17
BA	2903300	Barro Preto	6.285	157.125,00	13.093,75
BA	2903276	Barrocas	14.346	358.650,00	29.887,50
BA	2903409	Belmonte	21.935	548.375,04	45.697,92
BA	2903508	Belo Campo	15.915	397.875,00	33.156,25
BA	2903607	Biritinga	14.851	371.274,96	30.939,58
BA	2903706	Boa Nova	15.048	414.608,04	34.550,67
BA	2903805	Boa Vista do Tupim	17.944	448.599,96	37.383,33
BA	2903904	Bom Jesus da Lapa	64.121	1.474.782,96	122.898,58
BA	2903953	Bom Jesus da Serra	10.054	251.349,96	20.945,83
BA	2904001	Boninal	13.796	344.900,04	28.741,67
BA	2904050	Bonito	14.983	374.574,96	31.214,58
BA	2904100	Boquira	22.031	550.775,04	45.897,92
BA	2904209	Botuporã	11.050	276.249,96	23.020,83
BA	2904308	Brejões	14.201	355.025,04	29.585,42
BA	2904407	Brejolândia	11.164	279.099,96	23.258,33
BA	2904506	Brotas de Macaúbas	10.596	264.900,00	22.075,00
BA	2904605	Brumado	64.790	1.490.169,96	124.180,83
BA	2904704	Buerarema	18.566	464.150,04	38.679,17
BA	2904753	Buritirama	19.729	493.224,96	41.102,08
BA	2904803	Caatiba	11.016	316.479,96	26.373,33
BA	2904852	Cabaceiras do Paraguaçu	17.457	436.425,00	36.368,75
BA	2904902	Cachoeira	32.150	803.750,04	66.979,17
BA	2905008	Caculé	22.396	559.899,96	46.658,33
BA	2905107	Caém	10.188	254.700,00	21.225,00
BA	2905156	Caetanos	13.727	343.175,04	28.597,92
BA	2905206	Caetité	47.647	1.191.174,96	99.264,58
BA	2905305	Cafarnaum	17.305	432.624,96	36.052,08
BA	2905404	Cairu	15.679	391.974,96	32.664,58
BA	2905503	Caldeirão Grande	12.576	314.400,00	26.200,00
BA	2905602	Camacan	31.505	787.625,04	65.635,42
BA	2905701	Camaçari	249.206	5.233.326,00	436.110,50
BA	2905800	Camamu	35.275	881.874,96	73.489,58
BA	2905909	Campo Alegre de Lourdes	28.124	703.100,04	58.591,67
BA	2906006	Campo Formoso	66.967	1.540.241,04	128.353,42
BA	2906105	Canápolis	9.403	235.074,96	19.589,58
BA	2906204	Canarana	24.252	606.300,00	50.525,00
BA	2906303	Canavieiras	32.116	802.899,96	66.908,33
BA	2906402	Candeal	8.806	220.149,96	18.345,83
BA	2906501	Candeias	83.648	1.923.903,96	160.325,33
BA	2906600	Candiba	13.271	331.775,04	27.647,92
BA	2906709	Cândido Sales	27.747	693.675,00	57.806,25
BA	2906808	Cansanção	32.982	824.550,00	68.712,50
BA	2906824	Canudos	15.839	395.975,04	32.997,92
BA	2906857	Capela do Alto Alegre	11.506	287.649,96	23.970,83
BA	2906873	Capim Grosso	26.826	670.650,00	55.887,50
BA	2906899	Caraíbas	10.048	251.199,96	20.933,33
BA	2906907	Caravelas	21.515	537.875,04	44.822,92
BA	2907004	Cardeal da Silva	8.966	224.150,04	18.679,17
BA	2907103	Carinhanha	28.451	711.275,04	59.272,92
BA	2907202	Casa Nova	65.647	1.509.881,04	125.823,42
BA	2907301	Castro Alves	25.483	637.074,96	53.089,58
BA	2907400	Catolândia	2.632	91.062,00	7.588,50
BA	2907509	Catu	51.411	1.182.453,00	98.537,75
BA	2907558	Caturama	8.830	220.749,96	18.395,83
BA	2907608	Central	17.035	425.874,96	35.489,58
BA	2907707	Chorrochó	10.765	269.124,96	22.427,08
BA	2907806	Cícero Dantas	32.387	809.675,04	67.472,92
BA	2907905	Cipó	15.821	395.525,04	32.960,42
BA	2908002	Coaraci	20.442	511.050,00	42.587,50
BA	2908101	Cocos	18.195	454.875,00	37.906,25
BA	2908200	Conceição da Feira	20.612	515.300,04	42.941,67
BA	2908309	Conceição do Almeida	17.796	444.900,00	37.075,00
BA	2908408	Conceição do Coité	62.545	1.438.535,04	119.877,92
BA	2908507	Conceição do Jacuípe	30.425	760.625,04	63.385,42
BA	2908606	Conde	23.866	596.649,96	49.720,83
BA	2908705	Condeúba	16.842	421.050,00	35.087,50
BA	2908804	Contendas do Sincorá	4.638	115.950,00	9.662,50
BA	2908903	Coração de Maria	22.273	556.824,96	46.402,08
BA	2909000	Cordeiros	8.205	205.125,00	17.093,75
BA	2909109	Coribe	14.258	356.450,04	29.704,17
BA	2909208	Coronel João Sá	16.855	421.374,96	35.114,58
BA	2909307	Correntina	31.324	783.099,96	65.258,33
BA	2909406	Cotegipe	13.625	340.625,04	28.385,42
BA	2909505	Cravolândia	5.045	126.125,04	10.510,42
BA	2909604	Crisópolis	20.124	503.100,00	41.925,00
BA	2909703	Cristópolis	13.328	333.200,04	27.766,67
BA	2909802	Cruz das Almas	59.045	1.358.034,96	113.169,58
BA	2909901	Curaçá	32.403	810.075,00	67.506,25
BA	2910008	Dário Meira	12.609	315.225,00	26.268,75
BA	2910057	Dias d'Ávila	68.061	1.565.403,00	130.450,25
BA	2910107	Dom Basílio	11.405	285.125,04	23.760,42
BA	2910206	Dom Macedo Costa	3.884	97.100,04	8.091,67
BA	2910305	Elísio Medrado	7.954	198.849,96	16.570,83
BA	2910404	Encruzilhada	23.968	672.800,04	56.066,67
BA	2910503	Entre Rios	40.029	1.000.725,00	83.393,75
BA	2900504	Érico Cardoso	10.802	270.050,04	22.504,17
BA	2910602	Esplanada	33.217	830.424,96	69.202,08
BA	2910701	Euclides da Cunha	56.631	1.302.513,00	108.542,75
BA	2910727	Eunápolis	101.432	2.130.072,00	177.506,00
BA	2910750	Fátima	17.603	440.075,04	36.672,92
BA	2910776	Feira da Mata	6.181	154.524,96	12.877,08
BA	2910800	Feira de Santana	562.466	11.249.319,96	937.443,33
BA	2910859	Filadélfia	16.706	417.650,04	34.804,17
BA	2910909	Firmino Alves	5.401	135.024,96	11.252,08
BA	2911006	Floresta Azul	10.605	265.125,00	22.093,75
BA	2911105	Formosa do Rio Preto	22.854	571.350,00	47.612,50
BA	2911204	Gandu	30.580	764.499,96	63.708,33
BA	2911253	Gavião	4.535	113.375,04	9.447,92
BA	2911303	Gentio do Ouro	10.657	266.424,96	22.202,08
BA	2911402	Glória	15.096	377.400,00	31.450,00
BA	2911501	Gongogi	8.191	204.774,96	17.064,58
BA	2911600	Governador Mangabeira	19.873	496.824,96	41.402,08
BA	2911659	Guajeru	10.039	256.064,04	21.338,67
BA	2911709	Guanambi	79.394	1.826.061,96	152.171,83
BA	2911808	Guaratinga	22.000	549.999,96	45.833,33
BA	2911857	Heliópolis	13.145	328.625,04	27.385,42
BA	2911907	Iaçu	25.524	638.100,00	53.175,00
BA	2912004	Ibiassucê	9.831	245.775,00	20.481,25
BA	2912103	Ibicaraí	23.910	597.750,00	49.812,50
BA	2912202	Ibicoara	17.548	438.699,96	36.558,33
BA	2912301	Ibicuí	15.830	395.750,04	32.979,17
BA	2912400	Ibipeba	17.145	428.625,00	35.718,75
BA	2912509	Ibipitanga	14.229	355.725,00	29.643,75
BA	2912608	Ibiquera	4.870	121.749,96	10.145,83
BA	2912707	Ibirapitanga	22.641	566.025,00	47.168,75
BA	2912806	Ibirapuã	8.023	200.574,96	16.714,58
BA	2912905	Ibirataia	18.443	461.075,04	38.422,92
BA	2913002	Ibitiara	15.590	389.750,04	32.479,17
BA	2913101	Ibititá	17.801	445.025,04	37.085,42
BA	2913200	Ibotirama	25.522	638.049,96	53.170,83
BA	2913309	Ichu	5.269	131.724,96	10.977,08
BA	2913408	Igaporã	15.222	380.550,00	31.712,50
BA	2913457	Igrapiúna	13.183	329.574,96	27.464,58
BA	2913507	Iguaí	25.768	644.199,96	53.683,33
BA	2913606	Ilhéus	185.801	4.105.776,00	342.148,00
BA	2913705	Inhambupe	36.822	920.550,00	76.712,50
BA	2913804	Ipecaetá	15.176	379.400,04	31.616,67
BA	2913903	Ipiaú	44.465	1.111.625,04	92.635,42
BA	2914000	Ipirá	59.169	1.360.887,00	113.407,25
BA	2914109	Ipupiara	9.343	233.574,96	19.464,58
BA	2914208	Irajuba	7.024	175.599,96	14.633,33
BA	2914307	Iramaia	11.564	289.100,04	24.091,67
BA	2914406	Iraquara	22.929	573.225,00	47.768,75
BA	2914505	Irará	27.643	691.074,96	57.589,58
BA	2914604	Irecê	66.865	1.537.895,04	128.157,92
BA	2914653	Itabela	28.593	714.825,00	59.568,75
BA	2914703	Itaberaba	61.838	1.422.273,96	118.522,83
BA	2914802	Itabuna	205.286	4.311.006,00	359.250,50
BA	2914901	Itacaré	24.794	619.850,04	51.654,17
BA	2915007	Itaeté	14.995	374.874,96	31.239,58
BA	2915106	Itagi	12.926	323.150,04	26.929,17
BA	2915205	Itagibá	15.053	376.325,04	31.360,42
BA	2915304	Itagimirim	7.061	176.525,04	14.710,42
BA	2915353	Itaguaçu da Bahia	13.350	333.750,00	27.812,50
BA	2915403	Itaju do Colônia	7.212	180.300,00	15.025,00
BA	2915502	Itajuípe	20.978	524.450,04	43.704,17
BA	2915601	Itamaraju	63.053	1.450.218,96	120.851,58
BA	2915700	Itamari	7.869	196.725,00	16.393,75
BA	2915809	Itambé	22.828	639.216,00	53.268,00
BA	2915908	Itanagra	7.594	189.849,96	15.820,83
BA	2916005	Itanhém	20.114	502.850,04	41.904,17
BA	2916104	Itaparica	20.862	521.550,00	43.462,50
BA	2916203	Itapé	10.711	267.774,96	22.314,58
BA	2916302	Itapebi	10.446	261.150,00	21.762,50
BA	2916401	Itapetinga	69.067	1.588.541,04	132.378,42
BA	2916500	Itapicuru	32.641	816.024,96	68.002,08
BA	2916609	Itapitanga	10.194	254.850,00	21.237,50
BA	2916708	Itaquara	7.715	192.875,04	16.072,92
BA	2916807	Itarantim	18.664	466.599,96	38.883,33
BA	2916856	Itatim	13.775	344.375,04	28.697,92
BA	2916906	Itiruçu	12.640	315.999,96	26.333,33
BA	2917003	Itiúba	36.157	903.924,96	75.327,08
BA	2917102	Itororó	19.928	498.200,04	41.516,67
BA	2917201	Ituaçu	18.216	455.400,00	37.950,00
BA	2917300	Ituberá	26.764	669.099,96	55.758,33
BA	2917334	Iuiú	10.932	273.300,00	22.775,00
BA	2917359	Jaborandi	8.849	221.225,04	18.435,42
BA	2917409	Jacaraci	13.664	341.600,04	28.466,67
BA	2917508	Jacobina	79.417	1.826.591,04	152.215,92
BA	2917607	Jaguaquara	51.328	1.180.544,04	98.378,67
BA	2917706	Jaguarari	30.560	764.000,04	63.666,67
BA	2917805	Jaguaripe	16.701	417.525,00	34.793,75
BA	2917904	Jandaíra	10.355	258.875,04	21.572,92
BA	2918001	Jequié	152.138	3.194.898,00	266.241,50
BA	2918100	Jeremoabo	37.926	948.150,00	79.012,50
BA	2918209	Jiquiriçá	14.147	353.675,04	29.472,92
BA	2918308	Jitaúna	13.691	342.275,04	28.522,92
BA	2918357	João Dourado	22.812	570.300,00	47.525,00
BA	2918407	Juazeiro	199.761	4.397.256,00	366.438,00
BA	2918456	Jucuruçu	10.129	253.224,96	21.102,08
BA	2918506	Jussara	15.028	375.699,96	31.308,33
BA	2918555	Jussari	6.397	159.924,96	13.327,08
BA	2918605	Jussiape	7.778	194.450,04	16.204,17
BA	2918704	Lafaiete Coutinho	3.865	96.624,96	8.052,08
BA	2918753	Lagoa Real	14.063	351.575,04	29.297,92
BA	2918803	Laje	22.444	561.099,96	46.758,33
BA	2918902	Lajedão	3.758	93.950,04	7.829,17
BA	2919009	Lajedinho	3.908	97.700,04	8.141,67
BA	2919058	Lajedo do Tabocal	8.326	208.149,96	17.345,83
BA	2919108	Lamarão	9.413	235.325,04	19.610,42
BA	2919157	Lapão	25.717	642.924,96	53.577,08
BA	2919207	Lauro de Freitas	167.309	3.513.489,00	292.790,75
BA	2919306	Lençóis	10.480	261.999,96	21.833,33
BA	2919405	Licínio de Almeida	12.295	307.374,96	25.614,58
BA	2919504	Livramento de Nossa Senhora	43.110	1.077.750,00	89.812,50
BA	2919553	Luís Eduardo Magalhães	63.290	1.455.669,96	121.305,83
BA	2919603	Macajuba	11.215	280.374,96	23.364,58
BA	2919702	Macarani	17.285	432.125,04	36.010,42
BA	2919801	Macaúbas	47.490	1.187.250,00	98.937,50
BA	2919900	Macururé	8.032	200.799,96	16.733,33
BA	2919926	Madre de Deus	17.786	409.077,96	34.089,83
BA	2919959	Maetinga	6.554	257.712,00	21.476,00
BA	2920007	Maiquinique	8.894	222.350,04	18.529,17
BA	2920106	Mairi	19.243	481.074,96	40.089,58
BA	2920205	Malhada	16.037	400.925,04	33.410,42
BA	2920304	Malhada de Pedras	8.428	210.699,96	17.558,33
BA	2920403	Manoel Vitorino	14.221	355.524,96	29.627,08
BA	2920452	Mansidão	12.707	317.675,04	26.472,92
BA	2920502	Maracás	24.822	647.820,00	53.985,00
BA	2920601	Maragogipe	42.967	1.074.174,96	89.514,58
BA	2920700	Maraú	19.158	478.950,00	39.912,50
BA	2920809	Marcionílio Souza	10.473	261.825,00	21.818,75
BA	2920908	Mascote	14.520	363.000,00	30.250,00
BA	2921005	Mata de São João	40.866	1.021.650,00	85.137,50

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BA	2921054	Matina	11.246	281.150,04	23.429,17
BA	2921104	Medeiros Neto	21.602	540.050,04	45.004,17
BA	2921203	Miguel Calmon	26.329	658.224,96	54.852,08
BA	2921302	Milagres	11.057	276.425,04	23.035,42
BA	2921401	Mirangaba	16.445	411.125,04	34.260,42
BA	2921450	Mirante	10.265	283.263,96	23.605,33
BA	2921500	Monte Santo	52.178	1.200.093,96	100.007,83
BA	2921609	Morpará	8.256	206.400,00	17.200,00
BA	2921708	Morro do Chapéu	35.208	880.200,00	73.350,00
BA	2921807	Mortugaba	12.496	312.399,96	26.033,33
BA	2921906	Mucugê	10.342	264.852,00	22.071,00
BA	2922003	Mucuri	36.638	842.673,96	70.222,83
BA	2922052	Mulungu do Morro	11.992	299.799,96	24.983,33
BA	2922102	Mundo Novo	24.635	615.875,04	51.322,92
BA	2922201	Muniz Ferreira	7.346	183.650,04	15.304,17
BA	2922250	Muquém de São Francisco	10.354	258.849,96	21.570,83
BA	2922300	Muritiba	28.922	723.050,04	60.254,17
BA	2922409	Mutuípe	21.530	538.250,04	44.854,17
BA	2922508	Nazaré	27.366	684.150,00	57.012,50
BA	2922607	Nilo Peçanha	12.632	315.800,04	26.316,67
BA	2922656	Nordestina	12.415	310.374,96	25.864,58
BA	2922706	Nova Canaã	16.731	418.275,00	34.856,25
BA	2922730	Nova Fátima	7.616	190.400,04	15.866,67
BA	2922755	Nova Ibiá	6.609	165.225,00	13.768,75
BA	2922805	Nova Itarana	7.500	187.500,00	15.625,00
BA	2922854	Nova Redenção	8.044	201.099,96	16.758,33
BA	2922904	Nova Soure	24.202	605.049,96	50.420,83
BA	2923001	Nova Viçosa	39.054	976.350,00	81.362,50
BA	2923035	Novo Horizonte	10.840	270.999,96	22.583,33
BA	2923050	Novo Triunfo	15.059	376.475,04	31.372,92
BA	2923100	Olindina	25.023	625.575,00	52.131,25
BA	2923209	Oliveira dos Brejinhos	21.822	545.550,00	45.462,50
BA	2923308	Ouriçangas	8.307	207.675,00	17.306,25
BA	2923357	Ourolândia	16.503	412.575,00	34.381,25
BA	2923407	Palmas de Monte Alto	20.836	520.899,96	43.408,33
BA	2923506	Palmeiras	8.479	211.974,96	17.664,58
BA	2923605	Paramirim	21.115	527.874,96	43.989,58
BA	2923704	Paratinga	29.682	742.050,00	61.837,50
BA	2923803	Paripiranga	27.870	696.750,00	58.062,50
BA	2923902	Pau Brasil	10.684	267.099,96	22.258,33
BA	2924009	Paulo Afonso	109.310	2.295.510,00	191.292,50
BA	2924058	Pé de Serra	13.729	343.224,96	28.602,08
BA	2924108	Pedrão	6.936	173.400,00	14.450,00
BA	2924207	Pedro Alexandre	17.020	425.499,96	35.458,33
BA	2924306	Piatã	17.417	435.425,04	36.285,42
BA	2924405	Pilão Arcado	33.021	825.525,00	68.793,75
BA	2924504	Pindaí	15.662	391.550,04	32.629,17
BA	2924603	Pindobaçu	20.064	501.600,00	41.800,00
BA	2924652	Pintadas	10.295	257.375,04	21.447,92
BA	2924678	Piraí do Norte	9.816	245.400,00	20.450,00
BA	2924702	Piripá	12.506	325.359,96	27.113,33
BA	2924801	Piritiba	22.658	566.450,04	47.204,17
BA	2924900	Planaltino	8.884	222.099,96	18.508,33
BA	2925006	Planalto	24.694	617.349,96	51.445,83
BA	2925105	Poções	44.723	1.118.075,04	93.172,92
BA	2925204	Pojuca	33.595	772.685,04	64.390,42
BA	2925253	Ponto Novo	15.632	390.800,04	32.566,67
BA	2925303	Porto Seguro	129.325	2.715.825,00	226.318,75
BA	2925402	Potiraguá	9.444	282.639,96	23.553,33
BA	2925501	Prado	27.661	691.524,96	57.627,08
BA	2925600	Presidente Dutra	13.779	344.475,00	28.706,25
BA	2925709	Presidente Jânio Quadros	13.484	337.100,04	28.091,67
BA	2925758	Presidente Tancredo Neves	24.187	604.674,96	50.389,58
BA	2925808	Queimadas	24.602	615.050,04	51.254,17
BA	2925907	Quijingue	27.294	682.350,00	56.862,50
BA	2925931	Quixabeira	9.534	238.350,00	19.862,50
BA	2925956	Rafael Jambeiro	22.896	572.400,00	47.700,00
BA	2926004	Remanso	39.165	979.125,00	81.593,75
BA	2926103	Retirolândia	12.170	304.250,04	25.354,17
BA	2926202	Riachão das Neves	21.939	548.475,00	45.706,25
BA	2926301	Riachão do Jacuípe	33.222	830.550,00	69.212,50
BA	2926400	Riacho de Santana	30.840	771.000,00	64.250,00
BA	2926509	Ribeira do Amparo	14.305	357.624,96	29.802,08
BA	2926608	Ribeira do Pombal	47.701	1.192.524,96	99.377,08
BA	2926657	Ribeirão do Largo	8.675	296.559,96	24.713,33
BA	2926707	Rio de Contas	12.948	323.700,00	26.975,00
BA	2926806	Rio do Antônio	14.917	372.924,96	31.077,08
BA	2926905	Rio do Pires	11.933	298.325,04	24.860,42
BA	2927002	Rio Real	37.464	936.600,00	78.050,00
BA	2927101	Rodelas	7.912	197.799,96	16.483,33
BA	2927200	Ruy Barbosa	29.950	748.749,96	62.395,83
BA	2927309	Salinas da Margarida	13.693	342.324,96	28.527,08
BA	2927408	Salvador	2.693.606	53.965.008,00	4.497.084,00
BA	2927507	Santa Bárbara	19.180	479.499,96	39.958,33
BA	2927606	Santa Brígida	14.876	371.900,04	30.991,67
BA	2927705	Santa Cruz Cabrália	26.447	661.175,04	55.097,92
BA	2927804	Santa Cruz da Vitória	6.630	165.750,00	13.812,50
BA	2927903	Santa Inês	10.337	258.425,04	21.535,42
BA	2928059	Santa Luzia	13.182	329.550,00	27.462,50
BA	2928109	Santa Maria da Vitória	40.236	1.005.900,00	83.825,00
BA	2928406	Santa Rita de Cássia	26.425	660.624,96	55.052,08
BA	2928505	Santa Teresinha	9.722	243.050,04	20.254,17
BA	2928000	Santaluz	34.060	851.499,96	70.958,33
BA	2928208	Santana	24.871	621.774,96	51.814,58
BA	2928307	Santanópolis	8.806	220.149,96	18.345,83
BA	2928604	Santo Amaro	57.891	1.331.493,00	110.957,75
BA	2928703	Santo Antônio de Jesus	92.049	2.117.127,00	176.427,25
BA	2928802	Santo Estêvão	48.397	1.209.924,96	100.827,08
BA	2928901	São Desidério	28.301	707.525,04	58.960,42
BA	2928950	São Domingos	9.247	231.174,96	19.264,58
BA	2929107	São Felipe	20.317	507.924,96	42.327,08
BA	2929008	São Félix	14.129	353.225,04	29.435,42
BA	2929057	São Félix do Coribe	13.147	328.674,96	27.389,58
BA	2929206	São Francisco do Conde	33.713	674.259,96	56.188,33
BA	2929255	São Gabriel	18.429	460.725,00	38.393,75
BA	2929305	São Gonçalo dos Campos	33.766	844.149,96	70.345,83
BA	2929354	São José da Vitória	5.662	141.549,96	11.795,83
BA	2929370	São José do Jacuípe	10.238	255.950,04	21.329,17
BA	2929404	São Miguel das Matas	10.445	261.125,04	21.760,42
BA	2929503	São Sebastião do Passé	42.322	1.058.049,96	88.170,83
BA	2929602	Sapeaçu	16.603	415.074,96	34.589,58
BA	2929701	Sátiro Dias	19.010	475.250,04	39.604,17
BA	2929750	Saubara	11.279	281.975,04	23.497,92
BA	2929800	Saúde	11.884	297.099,96	24.758,33
BA	2929909	Seabra	41.984	1.049.600,04	87.466,67
BA	2930006	Sebastião Laranjeiras	10.469	261.725,04	21.810,42
BA	2930105	Senhor do Bonfim	74.937	1.723.551,00	143.629,25
BA	2930204	Sento Sé	37.806	945.150,00	78.762,50
BA	2930154	Serra do Ramalho	31.581	789.525,00	65.793,75
BA	2930303	Serra Dourada	18.036	450.900,00	37.575,00
BA	2930402	Serra Preta	15.194	379.850,04	31.654,17
BA	2930501	Serrinha	77.309	1.778.106,96	148.175,58
BA	2930600	Serrolândia	12.405	310.125,00	25.843,75
BA	2930709	Simões Filho	119.760	2.514.960,00	209.580,00
BA	2930758	Sítio do Mato	12.107	302.675,04	25.222,92
BA	2930766	Sítio do Quinto	12.256	333.216,00	27.768,00
BA	2930774	Sobradinho	22.056	551.400,00	45.950,00
BA	2930808	Souto Soares	15.986	399.650,04	33.304,17
BA	2930907	Tabocas do Brejo Velho	11.432	285.800,04	23.816,67
BA	2931004	Tanhaçu	20.007	500.175,00	41.681,25
BA	2931053	Tanque Novo	16.228	405.699,96	33.808,33
BA	2931103	Tanquinho	8.022	200.550,00	16.712,50
BA	2931202	Taperoá	18.965	474.125,04	39.510,42
BA	2931301	Tapiramutá	16.475	411.875,04	34.322,92
BA	2931350	Teixeira de Freitas	140.710	2.954.910,00	246.242,50
BA	2931400	Teodoro Sampaio	7.820	238.356,00	19.863,00
BA	2931509	Teofilândia	21.533	538.325,04	44.860,42
BA	2931608	Teolândia	14.941	373.524,96	31.127,08
BA	2931707	Terra Nova	12.798	319.950,00	26.662,50
BA	2931806	Tremedal	16.796	419.900,04	34.991,67
BA	2931905	Tucano	52.579	1.209.317,04	100.776,42
BA	2932002	Uauá	24.152	603.800,04	50.316,67
BA	2932101	Ubaíra	19.728	493.200,00	41.100,00
BA	2932200	Ubaitaba	20.449	511.224,96	42.602,08
BA	2932309	Ubatã	25.295	632.375,04	52.697,92
BA	2932408	Uibaí	13.634	340.850,04	28.404,17
BA	2932457	Umburanas	17.220	430.500,00	35.875,00
BA	2932507	Una	23.542	592.815,96	49.401,33
BA	2932606	Urandi	16.480	411.999,96	34.333,33
BA	2932705	Uruçuca	19.738	493.449,96	41.120,83
BA	2932804	Utinga	18.272	456.800,04	38.066,67
BA	2932903	Valença	89.510	2.058.729,96	171.560,83
BA	2933000	Valente	24.958	623.949,96	51.995,83
BA	2933059	Várzea da Roça	13.811	345.275,04	28.772,92
BA	2933109	Várzea do Poço	8.711	217.775,04	18.147,92
BA	2933158	Várzea Nova	12.991	324.774,96	27.064,58
BA	2933174	Varzedo	9.047	226.175,04	18.847,92
BA	2933208	Vera Cruz	38.168	954.200,04	79.516,67
BA	2933257	Vereda	6.740	168.500,04	14.041,67
BA	2933307	Vitória da Conquista	310.129	6.512.709,00	542.725,75
BA	2933406	Wagner	8.984	224.600,04	18.716,67
BA	2933455	Wanderley	12.420	310.500,00	25.875,00
BA	2933505	Wenceslau Guimarães	22.047	551.175,00	45.931,25
BA	2933604	Xique-Xique	45.599	1.139.975,04	94.997,92
CE	2300101	Abaiara	10.659	266.475,00	22.206,25
CE	2300150	Acarape	15.509	387.725,04	32.310,42
CE	2300200	Acaraú	58.210	1.338.830,04	111.569,17
CE	2300309	Acopiara	51.469	1.183.787,04	98.648,92
CE	2300408	Aiuaba	16.338	408.450,00	34.037,50
CE	2300507	Alcântaras	10.865	271.625,04	22.635,42
CE	2300606	Altaneira	6.946	173.649,96	14.470,83
CE	2300705	Alto Santo	16.434	410.850,00	34.237,50
CE	2300754	Amontada	39.762	994.050,00	82.837,50
CE	2300804	Antonina do Norte	7.021	175.524,96	14.627,08
CE	2300903	Apuiarés	14.032	350.799,96	29.233,33
CE	2301000	Aquiraz	73.562	1.691.925,96	140.993,83
CE	2301109	Aracati	69.771	1.604.733,00	133.727,75
CE	2301208	Aracoiaba	25.493	637.325,04	53.110,42
CE	2301257	Ararendá	10.529	263.225,04	21.935,42
CE	2301307	Araripe	20.768	519.200,04	43.266,67
CE	2301406	Aratuba	11.466	286.650,00	23.887,50
CE	2301505	Arneiroz	7.659	191.475,00	15.956,25
CE	2301604	Assaré	22.541	563.525,04	46.960,42
CE	2301703	Aurora	24.517	612.924,96	51.077,08
CE	2301802	Baixio	6.050	151.250,04	12.604,17
CE	2301851	Banabuiú	17.403	435.075,00	36.256,25
CE	2301901	Barbalha	55.960	1.287.080,04	107.256,67
CE	2301950	Barreira	19.769	494.225,04	41.185,42
CE	2302008	Barro	21.630	540.750,00	45.062,50
CE	2302057	Barroquinha	14.519	362.975,04	30.247,92
CE	2302107	Baturité	33.597	839.925,00	69.993,75
CE	2302206	Beberibe	49.846	1.246.149,96	103.845,83
CE	2302305	Bela Cruz	31.072	776.799,96	64.733,33
CE	2302404	Boa Viagem	52.667	1.211.340,96	100.945,08
CE	2302503	Brejo Santo	45.708	1.142.700,00	95.225,00
CE	2302602	Camocim	60.520	1.391.960,04	115.996,67
CE	2302701	Campos Sales	26.579	664.475,04	55.372,92
CE	2302800	Canindé	74.847	1.721.481,00	143.456,75
CE	2302909	Capistrano	17.134	428.349,96	35.695,83
CE	2303006	Caridade	20.359	508.974,96	42.414,58
CE	2303105	Cariré	18.369	459.225,00	38.268,75
CE	2303204	Caririaçu	26.433	660.825,00	55.068,75
CE	2303303	Cariús	18.577	464.424,96	38.702,08
CE	2303402	Carnaubal	16.863	421.575,00	35.131,25
CE	2303501	Cascavel	66.834	1.537.182,00	128.098,50
CE	2303600	Catarina	18.991	474.774,96	39.564,58
CE	2303659	Catunda	10.004	250.100,04	20.841,67
CE	2303709	Caucaia	330.855	6.947.955,00	578.996,25
CE	2303808	Cedro	24.576	614.400,00	51.200,00
CE	2303907	Chaval	12.650	316.250,04	26.354,17
CE	2303931	Choró	12.919	322.974,96	26.914,58
CE	2303956	Chorozinho	18.931	473.274,96	39.439,58
CE	2304004	Coreaú	22.106	552.650,04	46.054,17
CE	2304103	Crateús	72.959	1.678.056,96	139.838,08
CE	2304202	Crato	122.717	2.577.057,00	214.754,75
CE	2304236	Croatá	17.173	429.324,96	35.777,08
CE	2304251	Cruz	22.687	567.174,96	47.264,58
CE	2304269	Deputado Irapuan Pinheiro	9.150	228.750,00	19.062,50
CE	2304277	Ererê	6.882	172.050,00	14.337,50
CE	2304285	Eusébio	47.030	1.081.689,96	90.140,83

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CE	2304301	Farias Brito	18.932	473.300,04	39.441,67
CE	2304350	Forquilha	22.116	552.900,00	46.075,00
CE	2304400	Fortaleza	2.476.589	49.531.779,96	4.127.648,33
CE	2304459	Fortim	15.029	375.725,04	31.310,42
CE	2304509	Frecheirinha	13.080	327.000,00	27.250,00
CE	2304608	General Sampaio	6.322	158.049,96	13.170,83
CE	2304657	Graça	15.068	376.700,04	31.391,67
CE	2304707	Granja	52.223	1.201.128,96	100.094,08
CE	2304806	Granjeiro	4.590	114.750,00	9.562,50
CE	2304905	Groaíras	10.339	258.474,96	21.539,58
CE	2304954	Guaiúba	24.414	610.350,00	50.862,50
CE	2305001	Guaraciaba do Norte	37.986	949.650,00	79.137,50
CE	2305100	Guaramiranga	4.059	101.475,00	8.456,25
CE	2305209	Hidrolândia	19.439	485.975,04	40.497,92
CE	2305233	Horizonte	56.830	1.307.090,04	108.924,17
CE	2305266	Ibaretama	12.950	323.750,04	26.979,17
CE	2305308	Ibiapina	23.935	598.374,96	49.864,58
CE	2305332	Ibicuitinga	11.481	287.025,00	23.918,75
CE	2305357	Icapuí	18.572	464.300,04	38.691,67
CE	2305407	Icó	65.682	1.510.686,00	125.890,50
CE	2305506	Iguatu	97.331	2.238.612,96	186.551,08
CE	2305605	Independência	25.597	639.924,96	53.327,08
CE	2305654	Ipaporanga	11.351	283.775,04	23.647,92
CE	2305704	Ipaumirim	12.046	301.149,96	25.095,83
CE	2305803	Ipu	40.440	1.011.000,00	84.250,00
CE	2305902	Ipueiras	37.809	945.225,00	78.768,75
CE	2306009	Iracema	13.766	344.150,04	28.679,17
CE	2306108	Irauçuba	22.537	563.424,96	46.952,08
CE	2306207	Itaiçaba	7.373	184.325,04	15.360,42
CE	2306256	Itaitinga	36.324	908.100,00	75.675,00
CE	2306306	Itapagé	48.908	1.222.700,04	101.891,67
CE	2306405	Itapipoca	117.720	2.472.120,00	206.010,00
CE	2306504	Itapiúna	18.821	470.525,04	39.210,42
CE	2306553	Itarema	38.018	950.450,04	79.204,17
CE	2306603	Itatira	19.152	478.800,00	39.900,00
CE	2306702	Jaguaretama	17.851	446.274,96	37.189,58
CE	2306801	Jaguaribara	10.528	263.199,96	21.933,33
CE	2306900	Jaguaribe	34.362	859.050,00	71.587,50
CE	2307007	Jaguaruana	32.428	810.699,96	67.558,33
CE	2307106	Jardim	26.710	667.749,96	55.645,83
CE	2307205	Jati	7.691	192.275,04	16.022,92
CE	2307254	Jijoca de Jericoacoara	17.380	434.499,96	36.208,33
CE	2307304	Juazeiro do Norte	252.841	5.309.661,00	442.471,75
CE	2307403	Jucás	23.898	597.450,00	49.787,50
CE	2307502	Lavras da Mangabeira	31.082	777.050,04	64.754,17
CE	2307601	Limoeiro do Norte	56.774	1.305.801,96	108.816,83
CE	2307635	Madalena	18.336	458.400,00	38.200,00
CE	2307650	Maracanaú	211.267	4.436.607,00	369.717,25
CE	2307700	Maranguape	115.465	2.424.765,00	202.063,75
CE	2307809	Marco	25.032	625.800,00	52.150,00
CE	2307908	Martinópole	10.338	258.450,00	21.537,50
CE	2308005	Massapê	35.623	890.574,96	74.214,58
CE	2308104	Mauriti	44.543	1.113.575,04	92.797,92
CE	2308203	Meruoca	13.874	346.850,04	28.904,17
CE	2308302	Milagres	28.259	706.475,04	58.872,92
CE	2308351	Milhã	13.074	326.850,00	27.237,50
CE	2308377	Miraíma	12.907	322.674,96	26.889,58
CE	2308401	Missão Velha	34.404	860.100,00	71.675,00
CE	2308500	Mombaça	42.793	1.069.824,96	89.152,08
CE	2308609	Monsenhor Tabosa	16.733	418.325,04	34.860,42
CE	2308708	Morada Nova	61.886	1.423.377,96	118.614,83
CE	2308807	Moraújo	8.149	203.724,96	16.977,08
CE	2308906	Morrinhos	20.913	522.825,00	43.568,75
CE	2309003	Mucambo	14.125	353.124,96	29.427,08
CE	2309102	Mulungu	11.684	292.100,04	24.341,67
CE	2309201	Nova Olinda	14.424	360.600,00	30.050,00
CE	2309300	Nova Russas	31.090	777.249,96	64.770,83
CE	2309409	Novo Oriente	27.556	688.899,96	57.408,33
CE	2309458	Ocara	24.193	604.824,96	50.402,08
CE	2309508	Orós	21.341	533.525,04	44.460,42
CE	2309607	Pacajus	63.202	1.453.646,04	121.137,17
CE	2309706	Pacatuba	73.881	1.699.263,00	141.605,25
CE	2309805	Pacoti	11.646	291.150,00	24.262,50
CE	2309904	Pacujá	6.012	150.300,00	12.525,00
CE	2310001	Palhano	8.920	222.999,96	18.583,33
CE	2310100	Palmácia	12.170	304.250,04	25.354,17
CE	2310209	Paracuru	31.951	798.774,96	66.564,58
CE	2310258	Paraipaba	30.393	759.825,00	63.318,75
CE	2310308	Parambu	31.233	780.825,00	65.068,75
CE	2310407	Paramoti	11.334	283.350,00	23.612,50
CE	2310506	Pedra Branca	41.979	1.049.475,00	87.456,25
CE	2310605	Penaforte	8.319	207.975,00	17.331,25
CE	2310704	Pentecoste	35.615	890.375,04	74.197,92
CE	2310803	Pereiro	15.798	394.950,00	32.912,50
CE	2310852	Pindoretama	18.970	474.249,96	39.520,83
CE	2310902	Piquet Carneiro	15.647	391.175,04	32.597,92
CE	2310951	Pires Ferreira	10.292	257.300,04	21.441,67
CE	2311009	Poranga	12.022	300.549,96	25.045,83
CE	2311108	Porteiras	15.016	375.399,96	31.283,33
CE	2311207	Potengi	10.364	259.100,04	21.591,67
CE	2311231	Potiretama	6.154	153.849,96	12.820,83
CE	2311264	Quiterianópolis	20.042	501.050,04	41.754,17
CE	2311306	Quixadá	81.445	1.873.235,04	156.102,92
CE	2311355	Quixelô	14.955	373.875,00	31.156,25
CE	2311405	Quixeramobim	72.866	1.675.917,96	139.659,83
CE	2311504	Quixeré	19.608	490.200,00	40.850,00
CE	2311603	Redenção	26.540	663.500,04	55.291,67
CE	2311702	Reriutaba	19.315	482.874,96	40.239,58
CE	2311801	Russas	70.794	1.628.262,00	135.688,50
CE	2311900	Saboeiro	15.716	392.900,04	32.741,67
CE	2311959	Salitre	15.571	389.274,96	32.439,58
CE	2312205	Santa Quitéria	42.793	1.069.824,96	89.152,08
CE	2312007	Santana do Acaraú	30.234	755.850,00	62.987,50
CE	2312106	Santana do Cariri	17.195	429.875,04	35.822,92
CE	2312304	São Benedito	44.507	1.112.675,04	92.722,92
CE	2312403	São Gonçalo do Amarante	44.526	1.113.150,00	92.762,50
CE	2312502	São João do Jaguaribe	7.843	221.400,00	18.450,00
CE	2312601	São Luís do Curu	12.397	309.924,96	25.827,08
CE	2312700	Senador Pompeu	26.425	660.624,96	55.052,08
CE	2312809	Senador Sá	6.948	173.700,00	14.475,00
CE	2312908	Sobral	190.724	4.005.204,00	333.767,00
CE	2313005	Solonópole	17.718	442.950,00	36.912,50
CE	2313104	Tabuleiro do Norte	29.366	734.150,04	61.179,17
CE	2313203	Tamboril	25.424	635.600,04	52.966,67
CE	2313252	Tarrafas	8.887	222.174,96	18.514,58
CE	2313302	Tauá	56.017	1.288.391,04	107.365,92
CE	2313351	Tejuçuoca	17.081	427.025,04	35.585,42
CE	2313401	Tianguá	69.723	1.603.629,00	133.635,75
CE	2313500	Trairi	51.952	1.194.896,04	99.574,67
CE	2313559	Tururu	14.632	365.799,96	30.483,33
CE	2313609	Ubajara	32.148	803.700,00	66.975,00
CE	2313708	Umari	7.554	188.850,00	15.737,50
CE	2313757	Umirim	18.914	472.850,04	39.404,17
CE	2313807	Uruburetama	20.031	500.775,00	41.731,25
CE	2313906	Uruoca	12.991	324.774,96	27.064,58
CE	2313955	Varjota	17.670	441.750,00	36.812,50
CE	2314003	Várzea Alegre	38.698	967.449,96	80.620,83
CE	2314102	Viçosa do Ceará	55.687	1.280.801,04	106.733,42
DF	5300108	Brasília	2.609.998	52.199.960,04	4.349.996,67
ES	3200102	Afonso Cláudio	31.004	775.100,04	64.591,67
ES	3200169	Água Doce do Norte	11.696	292.400,04	24.366,67
ES	3200136	Águia Branca	9.513	237.825,00	19.818,75
ES	3200201	Alegre	30.696	767.400,00	63.950,00
ES	3200300	Alfredo Chaves	13.982	349.550,04	29.129,17
ES	3200359	Alto Rio Novo	7.345	183.624,96	15.302,08
ES	3200409	Anchieta	24.265	485.300,04	40.441,67
ES	3200508	Apiacá	7.505	187.625,04	15.635,42
ES	3200607	Aracruz	83.152	1.746.192,00	145.516,00
ES	3200706	Atilio Vivacqua	9.967	229.241,04	19.103,42
ES	3200805	Baixo Guandu	29.178	671.094,00	55.924,50
ES	3200904	Barra de São Francisco	40.884	1.022.100,00	85.175,00
ES	3201001	Boa Esperança	14.239	355.974,96	29.664,58
ES	3201100	Bom Jesus do Norte	9.496	237.399,96	19.783,33
ES	3201159	Brejetuba	11.933	298.325,04	24.860,42
ES	3201209	Cachoeiro de Itapemirim	191.042	4.011.882,00	334.323,50
ES	3201308	Cariacica	350.615	7.362.915,00	613.576,25
ES	3201407	Castelo	34.900	802.700,04	66.891,67
ES	3201506	Colatina	112.432	2.361.072,00	196.756,00
ES	3201605	Conceição da Barra	28.600	714.999,96	59.583,33
ES	3201704	Conceição do Castelo	11.741	270.042,96	22.503,58
ES	3201803	Divino de São Lourenço	4.493	112.325,04	9.360,42
ES	3201902	Domingos Martins	31.946	734.757,96	61.229,83
ES	3202009	Dores do Rio Preto	6.414	160.350,00	13.362,50
ES	3202108	Ecoporanga	23.154	578.850,00	48.237,50
ES	3202207	Fundão	17.334	398.682,00	33.223,50
ES	3202256	Governador Lindenberg	10.990	252.770,04	21.064,17
ES	3202306	Guaçuí	28.033	700.824,96	58.402,08
ES	3202405	Guarapari	106.583	2.238.243,00	186.520,25
ES	3202454	Ibatiba	22.609	565.224,96	47.102,08
ES	3202504	Ibiraçu	11.258	236.418,00	19.701,50
ES	3202553	Ibitirama	8.938	223.449,96	18.620,83
ES	3202603	Iconha	12.603	289.869,00	24.155,75
ES	3202652	Irupi	11.829	295.725,00	24.643,75
ES	3202702	Itaguaçu	14.107	352.674,96	29.389,58
ES	3202801	Itapemirim	31.209	780.225,00	65.018,75
ES	3202900	Itarana	10.840	249.320,04	20.776,67
ES	3203007	Iúna	27.422	685.550,04	57.129,17
ES	3203056	Jaguaré	25.073	626.825,04	52.235,42
ES	3203106	Jerônimo Monteiro	10.932	273.300,00	22.775,00
ES	3203130	João Neiva	15.848	332.808,00	27.734,00
ES	3203163	Laranja da Terra	10.818	270.450,00	22.537,50
ES	3203205	Linhares	143.509	3.013.689,00	251.140,75
ES	3203304	Mantenópolis	13.721	343.025,04	28.585,42
ES	3203320	Marataízes	34.412	860.300,04	71.691,67
ES	3203346	Marechal Floriano	14.422	331.706,04	27.642,17
ES	3203353	Marilândia	11.198	257.553,96	21.462,83
ES	3203403	Mimoso do Sul	25.880	647.000,04	53.916,67
ES	3203502	Montanha	17.894	447.350,04	37.279,17
ES	3203601	Mucurici	5.637	140.925,00	11.743,75
ES	3203700	Muniz Freire	18.298	457.449,96	38.120,83
ES	3203809	Muqui	14.452	361.299,96	30.108,33
ES	3203908	Nova Venécia	46.263	1.064.049,00	88.670,75
ES	3204005	Pancas	21.636	540.900,00	45.075,00
ES	3204054	Pedro Canário	23.935	598.374,96	49.864,58
ES	3204104	Pinheiros	24.093	602.325,00	50.193,75
ES	3204203	Piúma	18.364	459.099,96	38.258,33
ES	3204252	Ponto Belo	7.034	175.850,04	14.654,17
ES	3204302	Presidente Kennedy	10.373	238.578,96	19.881,58
ES	3204351	Rio Bananal	17.623	440.574,96	36.714,58
ES	3204401	Rio Novo do Sul	11.330	260.589,96	21.715,83
ES	3204500	Santa Leopoldina	12.223	305.574,96	25.464,58
ES	3204559	Santa Maria de Jetibá	34.591	795.593,04	66.299,42
ES	3204609	Santa Teresa	21.916	504.068,04	42.005,67
ES	3204658	São Domingos do Norte	8.036	184.827,96	15.402,33
ES	3204708	São Gabriel da Palha	32.264	742.071,96	61.839,33
ES	3204807	São José do Calçado	10.403	260.075,04	21.672,92
ES	3204906	São Mateus	110.454	2.319.534,00	193.294,50
ES	3204955	São Roque do Canaã	11.341	260.843,04	21.736,92
ES	3205002	Serra	416.029	8.736.609,00	728.050,75
ES	3205010	Sooretama	24.271	606.774,96	50.564,58
ES	3205036	Vargem Alta	19.265	443.094,96	36.924,58
ES	3205069	Venda Nova do Imigrante	20.776	477.848,04	39.820,67
ES	3205101	Viana	65.888	1.515.423,96	126.285,33
ES	3205150	Vila Pavão	8.699	217.475,04	18.122,92
ES	3205176	Vila Valério	13.827	345.675,00	28.806,25
ES	3205200	Vila Velha	419.854	8.397.080,04	699.756,67
ES	3205309	Vitória	330.526	6.610.520,04	550.876,67
GO	5200050	Abadia de Goiás	7.023	175.575,00	14.631,25
GO	5200100	Abadiânia	16.088	402.200,04	33.516,67
GO	5200134	Acreúna	20.431	510.774,96	42.564,58
GO	5200159	Adelândia	2.479	61.974,96	5.164,58
GO	5200175	Água Fria de Goiás	5.138	128.450,04	10.704,17
GO	5200209	Água Limpa	1.999	49.974,96	4.164,58
GO	5200258	Águas Lindas de Goiás	163.495	3.433.395,00	286.116,25
GO	5200308	Alexânia	24.104	602.600,04	50.216,67
GO	5200506	Aloândia	2.046	51.150,00	4.262,50

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GO	5200555	Alto Horizonte	4.654	107.042,04	8.920,17
GO	5200605	Alto Paraíso de Goiás	6.939	173.475,00	14.456,25
GO	5200803	Alvorada do Norte	8.125	203.124,96	16.927,08
GO	5200829	Amaralina	3.462	86.550,00	7.212,50
GO	5200852	Americano do Brasil	5.553	127.719,00	10.643,25
GO	5200902	Amorinópolis	3.568	89.199,96	7.433,33
GO	5201108	Anápolis	338.545	7.109.445,00	592.453,75
GO	5201207	Anhanguera	1.030	25.749,96	2.145,83
GO	5201306	Anicuns	20.353	508.824,96	42.402,08
GO	5201405	Aparecida de Goiânia	465.093	9.766.953,00	813.912,75
GO	5201454	Aparecida do Rio Doce	2.429	60.725,04	5.060,42
GO	5201504	Aporé	3.832	95.799,96	7.983,33
GO	5201603	Araçu	3.778	94.449,96	7.870,83
GO	5201702	Aragarças	18.437	460.925,04	38.410,42
GO	5201801	Aragoiânia	8.514	212.850,00	17.737,50
GO	5202155	Araguapaz	7.526	188.150,04	15.679,17
GO	5202353	Arenópolis	3.222	80.550,00	6.712,50
GO	5202502	Aruanã	7.681	192.024,96	16.002,08
GO	5202601	Aurilândia	3.606	90.150,00	7.512,50
GO	5202809	Avelinópolis	2.446	61.149,96	5.095,83
GO	5203104	Baliza	3.825	95.625,00	7.968,75
GO	5203203	Barro Alto	8.906	222.650,04	18.554,17
GO	5203302	Bela Vista de Goiás	24.965	624.125,04	52.010,42
GO	5203401	Bom Jardim de Goiás	8.451	211.275,00	17.606,25
GO	5203500	Bom Jesus de Goiás	21.071	526.775,04	43.897,92
GO	5203559	Bonfinópolis	7.704	192.600,00	16.050,00
GO	5203575	Bonópolis	3.573	89.325,00	7.443,75
GO	5203609	Brazabrantes	3.268	81.699,96	6.808,33
GO	5203807	Britânia	5.527	138.174,96	11.514,58
GO	5203906	Buriti Alegre	9.080	227.000,04	18.916,67
GO	5203939	Buriti de Goiás	2.553	63.825,00	5.318,75
GO	5203962	Buritinópolis	3.317	82.925,04	6.910,42
GO	5204003	Cabeceiras	7.400	185.000,04	15.416,67
GO	5204102	Cachoeira Alta	10.700	267.500,04	22.291,67
GO	5204201	Cachoeira de Goiás	1.411	35.274,96	2.939,58
GO	5204250	Cachoeira Dourada	8.234	205.850,04	17.154,17
GO	5204300	Caçu	13.491	337.275,00	28.106,25
GO	5204409	Caiapônia	16.917	422.925,00	35.243,75
GO	5204508	Caldas Novas	72.071	1.657.632,96	138.136,08
GO	5204557	Caldazinha	3.361	84.024,96	7.002,08
GO	5204607	Campestre de Goiás	3.404	85.100,04	7.091,67
GO	5204656	Campinaçu	3.653	91.325,04	7.610,42
GO	5204706	Campinorte	11.224	280.599,96	23.383,33
GO	5204805	Campo Alegre de Goiás	6.178	154.449,96	12.870,83
GO	5204854	Campo Limpo de Goiás	6.361	159.024,96	13.252,08
GO	5204904	Campos Belos	18.515	462.875,04	38.572,92
GO	5204953	Campos Verdes	4.787	119.675,04	9.972,92
GO	5205000	Carmo do Rio Verde	9.014	225.350,04	18.779,17
GO	5205059	Castelândia	3.620	90.500,04	7.541,67
GO	5205109	Catalão	88.354	1.855.434,00	154.619,50
GO	5205208	Caturaí	4.714	117.849,96	9.820,83
GO	5205307	Cavalcante	9.411	235.275,00	19.606,25
GO	5205406	Ceres	20.825	478.974,96	39.914,58
GO	5205455	Cezarina	7.625	190.625,04	15.885,42
GO	5205471	Chapadão do Céu	7.249	181.224,96	15.102,08
GO	5205497	Cidade Ocidental	57.108	1.313.484,00	109.457,00
GO	5205513	Cocalzinho de Goiás	17.621	440.525,04	36.710,42
GO	5205521	Colinas do Sul	3.510	87.750,00	7.312,50
GO	5205703	Córrego do Ouro	2.606	65.150,04	5.429,17
GO	5205802	Corumbá de Goiás	10.414	260.349,96	21.695,83
GO	5205901	Corumbaíba	8.299	207.474,96	17.289,58
GO	5206206	Cristalina	47.537	1.188.425,04	99.035,42
GO	5206305	Cristianópolis	2.933	73.325,04	6.110,42
GO	5206404	Crixás	15.844	396.099,96	33.008,33
GO	5206503	Cromínia	3.547	88.674,96	7.389,58
GO	5206602	Cumari	2.954	73.850,04	6.154,17
GO	5206701	Damianópolis	3.292	82.299,96	6.858,33
GO	5206800	Damolândia	2.761	69.024,96	5.752,08
GO	5206909	Davinópolis	2.058	51.450,00	4.287,50
GO	5207105	Diorama	2.478	61.950,00	5.162,50
GO	5208301	Divinópolis de Goiás	4.946	123.650,04	10.304,17
GO	5207253	Doverlândia	7.841	196.025,04	16.335,42
GO	5207352	Edealina	3.728	93.200,04	7.766,67
GO	5207402	Edéia	11.347	283.674,96	23.639,58
GO	5207501	Estrela do Norte	3.315	82.875,00	6.906,25
GO	5207535	Faina	6.950	173.750,04	14.479,17
GO	5207600	Fazenda Nova	6.263	156.575,04	13.047,92
GO	5207808	Firminópolis	11.709	292.725,00	24.393,75
GO	5207907	Flores de Goiás	12.416	310.400,04	25.866,67
GO	5208004	Formosa	101.731	2.136.351,00	178.029,25
GO	5208103	Formoso	4.829	120.725,04	10.060,42
GO	5208152	Gameleira de Goiás	3.328	83.199,96	6.933,33
GO	5208400	Goianápolis	10.697	267.425,04	22.285,42
GO	5208509	Goiandira	5.288	132.200,04	11.016,67
GO	5208608	Goianésia	60.347	1.387.980,96	115.665,08
GO	5208707	Goiânia	1.318.149	26.362.980,00	2.196.915,00
GO	5208806	Goianira	34.852	871.299,96	72.608,33
GO	5208905	Goiás	24.544	613.599,96	51.133,33
GO	5209101	Goiatuba	32.597	814.925,04	67.910,42
GO	5209150	Gouvelândia	5.022	125.550,00	10.462,50
GO	5209200	Guapó	13.985	349.625,04	29.135,42
GO	5209291	Guaraíta	2.344	58.599,96	4.883,33
GO	5209408	Guarani de Goiás	4.226	105.650,04	8.804,17
GO	5209457	Guarinos	2.258	56.450,04	4.704,17
GO	5209606	Heitoraí	3.581	89.525,04	7.460,42
GO	5209705	Hidrolândia	17.729	443.225,04	36.935,42
GO	5209804	Hidrolina	3.990	99.750,00	8.312,50
GO	5209903	Iaciara	12.540	313.500,00	26.125,00
GO	5209937	Inaciolândia	5.735	143.375,04	11.947,92
GO	5209952	Indiara	13.831	345.774,96	28.814,58
GO	5210000	Inhumas	48.580	1.214.499,96	101.208,33
GO	5210109	Ipameri	24.897	622.425,00	51.868,75
GO	5210158	Ipiranga de Goiás	2.846	71.150,04	5.929,17
GO	5210208	Iporá	31.273	781.824,96	65.152,08
GO	5210307	Israelândia	2.879	71.975,04	5.997,92
GO	5210406	Itaberaí	35.947	898.674,96	74.889,58
GO	5210562	Itaguari	4.523	113.075,04	9.422,92
GO	5210604	Itaguaru	5.418	135.450,00	11.287,50
GO	5210802	Itajá	5.017	125.424,96	10.452,08
GO	5210901	Itapaci	18.806	470.150,04	39.179,17
GO	5211008	Itapirapuã	7.604	196.815,96	16.401,33
GO	5211206	Itapuranga	26.078	651.950,04	54.329,17
GO	5211305	Itarumã	6.366	159.150,00	13.262,50
GO	5211404	Itauçu	8.598	214.950,00	17.912,50
GO	5211503	Itumbiara	93.763	2.156.549,04	179.712,42
GO	5211602	Ivolândia	2.638	65.949,96	5.495,83
GO	5211701	Jandaia	6.151	153.774,96	12.814,58
GO	5211800	Jaraguá	42.530	1.063.250,04	88.604,17
GO	5211909	Jataí	88.970	2.046.309,96	170.525,83
GO	5212006	Jaupaci	2.989	74.724,96	6.227,08
GO	5212055	Jesúpolis	2.314	57.849,96	4.820,83
GO	5212105	Joviânia	7.135	178.374,96	14.864,58
GO	5212204	Jussara	19.086	477.150,00	39.762,50
GO	5212253	Lagoa Santa	1.280	32.000,04	2.666,67
GO	5212303	Leopoldo de Bulhões	7.891	197.274,96	16.439,58
GO	5212501	Luziânia	177.099	3.783.852,00	315.321,00
GO	5212600	Mairipotaba	2.372	59.300,04	4.941,67
GO	5212709	Mambaí	7.028	175.700,04	14.641,67
GO	5212808	Mara Rosa	10.550	263.750,04	21.979,17
GO	5212907	Marzagão	2.084	52.100,04	4.341,67
GO	5212956	Matrinchã	4.406	110.150,04	9.179,17
GO	5213004	Maurilândia	11.717	292.925,04	24.410,42
GO	5213053	Mimoso de Goiás	2.677	66.924,96	5.577,08
GO	5213087	Minaçu	30.966	774.150,00	64.512,50
GO	5213103	Mineiros	54.003	1.242.069,00	103.505,75
GO	5213400	Moiporá	1.744	43.599,96	3.633,33
GO	5213509	Monte Alegre de Goiás	7.795	194.874,96	16.239,58
GO	5213707	Montes Claros de Goiás	7.987	199.674,96	16.639,58
GO	5213756	Montividiu	10.790	269.750,04	22.479,17
GO	5213772	Montividiu do Norte	4.148	103.700,04	8.641,67
GO	5213806	Morrinhos	41.804	1.045.100,04	87.091,67
GO	5213855	Morro Agudo de Goiás	2.346	58.650,00	4.887,50
GO	5213905	Mossâmedes	4.947	123.675,00	10.306,25
GO	5214002	Mozarlândia	13.575	339.375,00	28.281,25
GO	5214051	Mundo Novo	6.310	183.024,00	15.252,00
GO	5214101	Mutunópolis	3.841	96.024,96	8.002,08
GO	5214408	Nazário	7.970	199.250,04	16.604,17
GO	5214507	Nerópolis	24.643	566.789,04	47.232,42
GO	5214606	Niquelândia	42.652	1.066.299,96	88.858,33
GO	5214705	Nova América	2.265	56.625,00	4.718,75
GO	5214804	Nova Aurora	2.073	51.825,00	4.318,75
GO	5214838	Nova Crixás	11.994	299.850,00	24.987,50
GO	5214861	Nova Glória	8.475	211.875,00	17.656,25
GO	5214879	Nova Iguaçu de Goiás	2.833	70.824,96	5.902,08
GO	5214903	Nova Roma	3.453	86.325,00	7.193,75
GO	5215009	Nova Veneza	8.261	206.525,04	17.210,42
GO	5215207	Novo Brasil	3.469	86.724,96	7.227,08
GO	5215231	Novo Gama	96.603	2.221.869,00	185.155,75
GO	5215256	Novo Planalto	3.997	99.924,96	8.327,08
GO	5215306	Orizona	14.395	359.874,96	29.989,58
GO	5215405	Ouro Verde de Goiás	4.010	100.250,04	8.354,17
GO	5215504	Ouvidor	5.559	138.975,00	11.581,25
GO	5215603	Padre Bernardo	28.144	703.599,96	58.633,33
GO	5215652	Palestina de Goiás	3.376	84.399,96	7.033,33
GO	5215702	Palmeiras de Goiás	23.762	594.050,04	49.504,17
GO	5215801	Palmelo	2.337	58.425,00	4.868,75
GO	5215900	Palminópolis	3.557	88.925,04	7.410,42
GO	5216007	Panamá	2.675	66.875,04	5.572,92
GO	5216304	Paranaiguara	9.170	229.250,04	19.104,17
GO	5216403	Paraúna	10.866	271.650,00	22.637,50
GO	5216452	Perolândia	2.963	74.075,04	6.172,92
GO	5216809	Petrolina de Goiás	10.276	256.899,96	21.408,33
GO	5216908	Pilar de Goiás	2.730	68.250,00	5.687,50
GO	5217104	Piracanjuba	24.062	601.550,04	50.129,17
GO	5217203	Piranhas	11.188	279.699,96	23.308,33
GO	5217302	Pirenópolis	23.142	578.550,00	48.212,50
GO	5217401	Pires do Rio	28.957	666.011,04	55.500,92
GO	5217609	Planaltina	82.258	1.891.934,04	157.661,17
GO	5217708	Pontalina	17.165	429.125,04	35.760,42
GO	5218003	Porangatu	42.568	1.064.199,96	88.683,33
GO	5218052	Porteirão	3.388	84.699,96	7.058,33
GO	5218102	Portelândia	3.850	96.249,96	8.020,83
GO	5218300	Posse	31.833	795.825,00	66.318,75
GO	5218391	Professor Jamil	3.227	80.675,04	6.722,92
GO	5218508	Quirinópolis	43.735	1.093.374,96	91.114,58
GO	5218607	Rialma	10.548	263.700,00	21.975,00
GO	5218706	Rianápolis	4.582	114.549,96	9.545,83
GO	5218789	Rio Quente	3.406	71.526,00	5.960,50
GO	5218805	Rio Verde	181.020	3.801.420,00	316.785,00
GO	5218904	Rubiataba	18.979	474.474,96	39.539,58
GO	5219001	Sanclerlândia	7.552	188.799,96	15.733,33
GO	5219100	Santa Bárbara de Goiás	5.812	145.299,96	12.108,33
GO	5219209	Santa Cruz de Goiás	3.117	77.925,00	6.493,75
GO	5219258	Santa Fé de Goiás	4.815	120.375,00	10.031,25
GO	5219308	Santa Helena de Goiás	36.617	842.190,96	70.182,58
GO	5219357	Santa Isabel	3.694	92.349,96	7.695,83
GO	5219407	Santa Rita do Araguaia	7.066	176.649,96	14.720,83
GO	5219456	Santa Rita do Novo Destino	3.185	79.625,04	6.635,42
GO	5219506	Santa Rosa de Goiás	2.860	71.499,96	5.958,33
GO	5219605	Santa Tereza de Goiás	3.942	98.550,00	8.212,50
GO	5219704	Santa Terezinha de Goiás	10.171	254.274,96	21.189,58
GO	5219712	Santo Antônio da Barra	4.452	111.300,00	9.275,00
GO	5219738	Santo Antônio de Goiás	4.826	110.997,96	9.249,83
GO	5219753	Santo Antônio do Descoberto	64.120	1.474.760,04	122.896,67
GO	5219803	São Domingos	11.398	284.949,96	23.745,83
GO	5219902	São Francisco de Goiás	6.128	153.200,04	12.766,67
GO	5220058	São João da Paraúna	1.664	41.600,04	3.466,67
GO	5220009	São João d'Aliança	10.528	263.199,96	21.933,33
GO	5220108	São Luís de Montes Belos	30.315	697.245,00	58.103,75
GO	5220157	São Luíz do Norte	4.658	116.450,04	9.704,17
GO	5220207	São Miguel do Araguaia	22.244	556.100,04	46.341,67
GO	5220264	São Miguel do Passa Quatro	3.779	94.475,04	7.872,92
GO	5220280	São Patrício	1.994	49.850,04	4.154,17
GO	5220405	São Simão	17.360	364.560,00	30.380,00
GO	5220454	Senador Canedo	86.849	1.997.526,96	166.460,58

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GO	5220504	Serranópolis	7.561	189.024,96	15.752,08
GO	5220603	Silvânia	19.193	479.825,04	39.985,42
GO	5220686	Simolândia	6.537	163.425,00	13.618,75
GO	5220702	Sítio d'Abadia	2.837	70.925,04	5.910,42
GO	5221007	Taquaral de Goiás	3.538	88.449,96	7.370,83
GO	5221080	Teresina de Goiás	3.050	76.250,04	6.354,17
GO	5221197	Terezópolis de Goiás	6.675	166.875,00	13.906,25
GO	5221304	Três Ranchos	2.819	70.475,04	5.872,92
GO	5221403	Trindade	106.256	2.231.376,00	185.948,00
GO	5221452	Trombas	3.454	86.349,96	7.195,83
GO	5221502	Turvânia	4.817	120.425,04	10.035,42
GO	5221551	Turvelândia	4.467	111.675,00	9.306,25
GO	5221577	Uirapuru	2.925	73.125,00	6.093,75
GO	5221601	Uruaçu	37.190	929.750,04	77.479,17
GO	5221700	Uruana	13.818	345.450,00	28.787,50
GO	5221809	Urutaí	3.072	76.800,00	6.400,00
GO	5221858	Valparaíso de Goiás	135.909	2.854.089,00	237.840,75
GO	5221908	Varjão	3.670	91.749,96	7.645,83
GO	5222005	Vianópolis	12.644	316.100,04	26.341,67
GO	5222054	Vicentinópolis	7.476	186.900,00	15.575,00
GO	5222203	Vila Boa	4.847	121.175,04	10.097,92
GO	5222302	Vila Propício	5.196	129.900,00	10.825,00
MA	2100055	Açailândia	105.255	2.210.355,00	184.196,25
MA	2100105	Afonso Cunha	6.000	150.000,00	12.500,00
MA	2100154	Água Doce do Maranhão	11.726	293.150,04	24.429,17
MA	2100204	Alcântara	21.564	539.100,00	44.925,00
MA	2100303	Aldeias Altas	24.346	608.649,96	50.720,83
MA	2100402	Altamira do Maranhão	11.225	280.625,04	23.385,42
MA	2100436	Alto Alegre do Maranhão	24.969	624.225,00	52.018,75
MA	2100477	Alto Alegre do Pindaré	31.125	778.125,00	64.843,75
MA	2100501	Alto Parnaíba	10.812	270.300,00	22.525,00
MA	2100550	Amapá do Maranhão	6.508	162.699,96	13.558,33
MA	2100600	Amarante do Maranhão	38.451	961.275,00	80.106,25
MA	2100709	Anajatuba	25.629	640.725,00	53.393,75
MA	2100808	Anapurus	14.220	355.500,00	29.625,00
MA	2100832	Apicum-Açu	15.256	381.399,96	31.783,33
MA	2100873	Araguanã	11.508	321.378,96	26.781,58
MA	2100907	Araioses	43.089	1.077.225,00	89.768,75
MA	2100956	Arame	31.835	795.875,04	66.322,92
MA	2101004	Arari	28.651	716.274,96	59.689,58
MA	2101103	Axixá	11.505	287.625,00	23.968,75
MA	2101202	Bacabal	100.615	2.112.915,00	176.076,25
MA	2101251	Bacabeira	15.264	381.600,00	31.800,00
MA	2101301	Bacuri	16.687	417.174,96	34.764,58
MA	2101350	Bacurituba	5.341	133.524,96	11.127,08
MA	2101400	Balsas	85.322	1.962.405,96	163.533,83
MA	2101509	Barão de Grajaú	17.681	442.025,04	36.835,42
MA	2101608	Barra do Corda	83.454	1.919.442,00	159.953,50
MA	2101707	Barreirinhas	56.123	1.290.828,96	107.569,08
MA	2101772	Bela Vista do Maranhão	12.194	304.850,04	25.404,17
MA	2101731	Belágua	6.622	165.549,96	13.795,83
MA	2101806	Benedito Leite	5.483	137.075,04	11.422,92
MA	2101905	Bequimão	20.725	518.124,96	43.177,08
MA	2101939	Bernardo do Mearim	6.055	151.374,96	12.614,58
MA	2101970	Boa Vista do Gurupi	8.166	204.150,00	17.012,50
MA	2102002	Bom Jardim	39.401	985.025,04	82.085,42
MA	2102036	Bom Jesus das Selvas	29.374	734.349,96	61.195,83
MA	2102077	Bom Lugar	15.071	376.775,04	31.397,92
MA	2102101	Brejo	33.808	845.199,96	70.433,33
MA	2102150	Brejo de Areia	5.265	131.625,00	10.968,75
MA	2102200	Buriti	27.235	680.874,96	56.739,58
MA	2102309	Buriti Bravo	23.011	575.274,96	47.939,58
MA	2102325	Buriticupu	66.326	1.525.497,96	127.124,83
MA	2102358	Buritirana	14.858	371.450,04	30.954,17
MA	2102374	Cachoeira Grande	8.528	213.200,04	17.766,67
MA	2102408	Cajapió	10.668	266.700,00	22.225,00
MA	2102507	Cajari	18.473	461.825,04	38.485,42
MA	2102556	Campestre do Maranhão	13.511	337.775,04	28.147,92
MA	2102606	Cândido Mendes	19.046	476.150,04	39.679,17
MA	2102705	Cantanhede	20.667	516.675,00	43.056,25
MA	2102754	Capinzal do Norte	10.710	267.750,00	22.312,50
MA	2102804	Carolina	23.957	598.925,04	49.910,42
MA	2102903	Carutapera	22.266	556.650,00	46.387,50
MA	2103000	Caxias	156.327	3.282.867,00	273.572,25
MA	2103109	Cedral	10.336	258.399,96	21.533,33
MA	2103125	Central do Maranhão	8.006	200.150,04	16.679,17
MA	2103158	Centro do Guilherme	11.632	290.799,96	24.233,33
MA	2103174	Centro Novo do Maranhão	19.581	489.525,00	40.793,75
MA	2103208	Chapadinha	74.274	1.708.302,00	142.358,50
MA	2103257	Cidelândia	13.825	345.624,96	28.802,08
MA	2103307	Codó	118.568	2.489.928,00	207.494,00
MA	2103406	Coelho Neto	47.099	1.177.475,04	98.122,92
MA	2103505	Colinas	39.388	984.699,96	82.058,33
MA	2103554	Conceição do Lago-Açu	14.718	367.950,00	30.662,50
MA	2103604	Coroatá	62.190	1.430.370,00	119.197,50
MA	2103703	Cururupu	32.568	814.200,00	67.850,00
MA	2103752	Davinópolis	12.603	315.075,00	26.256,25
MA	2103802	Dom Pedro	22.737	568.425,00	47.368,75
MA	2103901	Duque Bacelar	10.744	268.599,96	22.383,33
MA	2104008	Esperantinópolis	17.917	447.924,96	37.327,08
MA	2104057	Estreito	36.826	920.649,96	76.720,83
MA	2104073	Feira Nova do Maranhão	8.171	204.275,04	17.022,92
MA	2104081	Fernando Falcão	9.415	235.374,96	19.614,58
MA	2104099	Formosa da Serra Negra	17.464	436.599,96	36.383,33
MA	2104107	Fortaleza dos Nogueiras	12.271	306.774,96	25.564,58
MA	2104206	Fortuna	15.137	378.425,04	31.535,42
MA	2104305	Godofredo Viana	10.523	263.075,04	21.922,92
MA	2104404	Gonçalves Dias	17.514	437.850,00	36.487,50
MA	2104503	Governador Archer	10.290	257.250,00	21.437,50
MA	2104552	Governador Edison Lobão	16.280	407.000,04	33.916,67
MA	2104602	Governador Eugênio Barros	16.096	402.399,96	33.533,33
MA	2104628	Governador Luiz Rocha	7.401	185.025,00	15.418,75
MA	2104651	Governador Newton Bello	10.205	274.182,96	22.848,58
MA	2104677	Governador Nunes Freire	25.362	634.050,00	52.837,50
MA	2104701	Graça Aranha	6.145	153.624,96	12.802,08
MA	2104800	Grajaú	63.203	1.453.668,96	121.139,08
MA	2104909	Guimarães	12.039	300.975,00	25.081,25
MA	2105005	Humberto de Campos	26.567	664.175,04	55.347,92
MA	2105104	Icatu	25.426	635.649,96	52.970,83
MA	2105153	Igarapé do Meio	12.806	320.150,04	26.679,17
MA	2105203	Igarapé Grande	11.167	279.174,96	23.264,58
MA	2105302	Imperatriz	248.806	5.224.926,00	435.410,50
MA	2105351	Itaipava do Grajaú	12.337	328.830,96	27.402,58
MA	2105401	Itapecuru Mirim	63.024	1.449.552,00	120.796,00
MA	2105427	Itinga do Maranhão	24.997	624.924,96	52.077,08
MA	2105450	Jatobá	8.793	219.825,00	18.318,75
MA	2105476	Jenipapo dos Vieiras	15.589	389.724,96	32.477,08
MA	2105500	João Lisboa	23.641	591.024,96	49.252,08
MA	2105609	Joselândia	15.626	390.650,04	32.554,17
MA	2105658	Junco do Maranhão	3.904	117.296,04	9.774,67
MA	2105708	Lago da Pedra	46.701	1.167.525,00	97.293,75
MA	2105807	Lago do Junco	10.798	269.949,96	22.495,83
MA	2105948	Lago dos Rodrigues	7.769	194.225,04	16.185,42
MA	2105906	Lago Verde	15.520	387.999,96	32.333,33
MA	2105922	Lagoa do Mato	10.922	273.050,04	22.754,17
MA	2105963	Lagoa Grande do Maranhão	12.879	321.975,00	26.831,25
MA	2105989	Lajeado Novo	7.016	175.400,04	14.616,67
MA	2106003	Lima Campos	11.475	286.875,00	23.906,25
MA	2106102	Loreto	11.495	287.375,04	23.947,92
MA	2106201	Luís Domingues	6.571	164.274,96	13.689,58
MA	2106300	Magalhães de Almeida	17.938	448.449,96	37.370,83
MA	2106326	Maracaçumé	19.566	489.150,00	40.762,50
MA	2106359	Marajá do Sena	7.772	194.300,04	16.191,67
MA	2106375	Maranhãozinho	14.118	352.950,00	29.412,50
MA	2106409	Mata Roma	15.408	385.200,00	32.100,00
MA	2106508	Matinha	22.089	552.225,00	46.018,75
MA	2106607	Matões	31.307	782.675,04	65.222,92
MA	2106631	Matões do Norte	14.283	357.075,00	29.756,25
MA	2106672	Milagres do Maranhão	8.157	203.925,00	16.993,75
MA	2106706	Mirador	20.495	512.375,04	42.697,92
MA	2106755	Miranda do Norte	25.065	626.625,00	52.218,75
MA	2106805	Mirinzal	14.312	357.800,04	29.816,67
MA	2106904	Monção	32.157	803.925,00	66.993,75
MA	2107001	Montes Altos	9.342	233.550,00	19.462,50
MA	2107100	Morros	18.028	450.699,96	37.558,33
MA	2107209	Nina Rodrigues	12.785	319.625,04	26.635,42
MA	2107258	Nova Colinas	4.961	124.025,04	10.335,42
MA	2107308	Nova Iorque	4.594	114.849,96	9.570,83
MA	2107357	Nova Olinda do Maranhão	19.401	485.025,00	40.418,75
MA	2107407	Olho d'Água das Cunhãs	18.711	467.775,00	38.981,25
MA	2107456	Olinda Nova do Maranhão	13.416	335.400,00	27.950,00
MA	2107506	Paço do Lumiar	107.764	2.263.044,00	188.587,00
MA	2107605	Palmeirândia	18.896	472.400,04	39.366,67
MA	2107704	Paraibano	20.276	506.900,04	42.241,67
MA	2107803	Parnarama	34.791	869.775,00	72.481,25
MA	2107902	Passagem Franca	17.773	444.324,96	37.027,08
MA	2108009	Pastos Bons	18.268	456.699,96	38.058,33
MA	2108058	Paulino Neves	14.749	368.724,96	30.727,08
MA	2108108	Paulo Ramos	20.396	509.900,04	42.491,67
MA	2108207	Pedreiras	39.419	985.475,04	82.122,92
MA	2108256	Pedro do Rosário	23.099	577.475,04	48.122,92
MA	2108306	Penalva	34.717	867.924,96	72.327,08
MA	2108405	Peri Mirim	13.844	346.100,04	28.841,67
MA	2108454	Peritoró	21.498	537.450,00	44.787,50
MA	2108504	Pindaré-Mirim	31.384	784.599,96	65.383,33
MA	2108603	Pinheiro	78.876	1.814.148,00	151.179,00
MA	2108702	Pio XII	21.860	546.500,04	45.541,67
MA	2108801	Pirapemas	17.555	438.875,04	36.572,92
MA	2108900	Poção de Pedras	19.592	489.800,04	40.816,67
MA	2109007	Porto Franco	21.890	547.250,04	45.604,17
MA	2109056	Porto Rico do Maranhão	6.004	150.099,96	12.508,33
MA	2109106	Presidente Dutra	45.155	1.128.875,04	94.072,92
MA	2109205	Presidente Juscelino	11.722	293.049,96	24.420,83
MA	2109239	Presidente Médici	6.471	164.934,00	13.744,50
MA	2109270	Presidente Sarney	17.430	435.750,00	36.312,50
MA	2109304	Presidente Vargas	10.843	271.074,96	22.589,58
MA	2109403	Primeira Cruz	14.158	353.949,96	29.495,83
MA	2109452	Raposa	27.037	675.924,96	56.327,08
MA	2109502	Riachão	20.150	503.750,04	41.979,17
MA	2109551	Ribamar Fiquene	7.382	184.550,04	15.379,17
MA	2109601	Rosário	40.030	1.000.749,96	83.395,83
MA	2109700	Sambaíba	5.505	137.625,00	11.468,75
MA	2109759	Santa Filomena do Maranhão	7.155	178.875,00	14.906,25
MA	2109809	Santa Helena	39.744	993.600,00	82.800,00
MA	2109908	Santa Inês	78.020	1.794.459,96	149.538,33
MA	2110005	Santa Luzia	74.501	1.713.522,96	142.793,58
MA	2110039	Santa Luzia do Paruá	22.843	571.074,96	47.589,58
MA	2110104	Santa Quitéria do Maranhão	29.460	736.500,00	61.375,00
MA	2110203	Santa Rita	33.117	827.925,00	68.993,75
MA	2110237	Santana do Maranhão	11.937	298.425,00	24.868,75
MA	2110278	Santo Amaro do Maranhão	14.143	353.574,96	29.464,58
MA	2110302	Santo Antônio dos Lopes	14.291	357.275,04	29.772,92
MA	2110401	São Benedito do Rio Preto	17.904	447.600,00	37.300,00
MA	2110500	São Bento	41.421	1.035.525,00	86.293,75
MA	2110609	São Bernardo	26.765	669.125,04	55.760,42
MA	2110658	São Domingos do Azeitão	7.037	175.925,04	14.660,42
MA	2110708	São Domingos do Maranhão	33.650	841.250,04	70.104,17
MA	2110807	São Félix de Balsas	4.669	116.724,96	9.727,08
MA	2110856	São Francisco do Brejão	10.507	262.674,96	21.889,58
MA	2110906	São Francisco do Maranhão	11.908	297.699,96	24.808,33
MA	2111003	São João Batista	19.997	499.925,04	41.660,42
MA	2111029	São João do Carú	15.649	391.224,96	32.602,08
MA	2111052	São João do Paraíso	10.849	271.224,96	22.602,08
MA	2111078	São João do Soter	17.423	435.575,04	36.297,92
MA	2111102	São João dos Patos	24.927	623.175,00	51.931,25
MA	2111201	São José de Ribamar	165.418	3.473.778,00	289.481,50
MA	2111250	São José dos Basílios	7.501	187.524,96	15.627,08
MA	2111300	São Luís	1.027.430	20.548.599,96	1.712.383,33
MA	2111409	São Luís Gonzaga do Maranhão	19.952	498.800,04	41.566,67
MA	2111508	São Mateus do Maranhão	39.418	985.449,96	82.120,83
MA	2111532	São Pedro da Água Branca	12.113	302.825,04	25.235,42
MA	2111573	São Pedro dos Crentes	4.456	111.399,96	9.283,33
MA	2111607	São Raimundo das Mangabeiras	17.674	441.849,96	36.820,83
MA	2111631	São Raimundo do Doca Bezerra	5.921	148.025,04	12.335,42
MA	2111672	São Roberto	6.077	151.925,04	12.660,42
MA	2111706	São Vicente Ferrer	21.052	526.299,96	43.858,33
MA	2111722	Satubinha	12.301	307.524,96	25.627,08
MA	2111748	Senador Alexandre Costa	10.386	259.650,00	21.637,50
MA	2111763	Senador La Rocque	14.550	413.954,04	34.496,17
MA	2111789	Serrano do Maranhão	11.080	276.999,96	23.083,33
MA	2111805	Sítio Novo	17.147	428.675,04	35.722,92
MA	2111904	Sucupira do Norte	10.450	261.249,96	21.770,83
MA	2111953	Sucupira do Riachão	5.437	135.924,96	11.327,08
MA	2112001	Tasso Fragoso	7.904	197.600,04	16.466,67
MA	2112100	Timbiras	28.120	702.999,96	58.583,33
MA	2112209	Timon	157.438	3.306.198,00	275.516,50

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MA	2112233	Trizidela do Vale	19.149	478.725,00	39.893,75
MA	2112274	Tufilândia	5.624	140.600,04	11.716,67
MA	2112308	Tuntum	39.560	989.000,04	82.416,67
MA	2112407	Turiaçu	34.136	853.400,04	71.116,67
MA	2112456	Turilândia	23.277	581.925,00	48.493,75
MA	2112506	Tutóia	53.724	1.235.652,00	102.971,00
MA	2112605	Urbano Santos	25.108	627.699,96	52.308,33
MA	2112704	Vargem Grande	50.541	1.162.443,00	96.870,25
MA	2112803	Viana	49.883	1.247.075,04	103.922,92
MA	2112852	Vila Nova dos Martírios	11.608	290.199,96	24.183,33
MA	2112902	Vitória do Mearim	31.406	785.150,04	65.429,17
MA	2113009	Vitorino Freire	31.684	792.099,96	66.008,33
MA	2114007	Zé Doca	51.615	1.187.145,00	98.928,75
MG	3100104	Abadia dos Dourados	6.724	168.099,96	14.008,33
MG	3100203	Abaeté	22.716	567.900,00	47.325,00
MG	3100302	Abre Campo	13.309	332.724,96	27.727,08
MG	3100401	Acaiaca	3.923	98.075,04	8.172,92
MG	3100500	Açucena	10.183	254.574,96	21.214,58
MG	3100609	Água Boa	14.996	374.900,04	31.241,67
MG	3100708	Água Comprida	2.020	50.499,96	4.208,33
MG	3100807	Aguanil	4.092	102.300,00	8.525,00
MG	3100906	Águas Formosas	18.528	463.200,00	38.600,00
MG	3101003	Águas Vermelhas	12.787	319.674,96	26.639,58
MG	3101102	Aimorés	24.948	623.700,00	51.975,00
MG	3101201	Aiuruoca	6.139	153.474,96	12.789,58
MG	3101300	Alagoa	2.703	67.575,00	5.631,25
MG	3101409	Albertina	2.919	67.137,00	5.594,75
MG	3101508	Além Paraíba	34.406	791.337,96	65.944,83
MG	3101607	Alfenas	74.298	1.708.854,00	142.404,50
MG	3101631	Alfredo Vasconcelos	6.150	153.750,00	12.812,50
MG	3101706	Almenara	39.036	975.900,00	81.325,00
MG	3101805	Alpercata	7.188	179.700,00	14.975,00
MG	3101904	Alpinópolis	18.600	427.800,00	35.650,00
MG	3102001	Alterosa	13.774	344.349,96	28.695,83
MG	3102050	Alto Caparaó	5.345	133.625,04	11.135,42
MG	3153509	Alto Jequitibá	8.308	207.699,96	17.308,33
MG	3102100	Alto Rio Doce	12.029	300.725,04	25.060,42
MG	3102209	Alvarenga	4.386	109.650,00	9.137,50
MG	3102308	Alvinópolis	15.236	380.900,04	31.741,67
MG	3102407	Alvorada de Minas	3.548	88.700,04	7.391,67
MG	3102506	Amparo do Serra	5.021	125.525,04	10.460,42
MG	3102605	Andradas	37.601	864.822,96	72.068,58
MG	3102803	Andrelândia	12.163	304.074,96	25.339,58
MG	3102852	Angelândia	8.045	201.125,04	16.760,42
MG	3102902	Antônio Carlos	11.133	278.325,00	23.193,75
MG	3103009	Antônio Dias	9.529	238.224,96	19.852,08
MG	3103108	Antônio Prado de Minas	1.662	41.550,00	3.462,50
MG	3103207	Araçaí	2.251	56.274,96	4.689,58
MG	3103306	Aracitaba	2.056	51.399,96	4.283,33
MG	3103405	Araçuaí	36.037	900.924,96	75.077,08
MG	3103504	Araguari	110.402	2.318.442,00	193.203,50
MG	3103603	Arantina	2.817	70.425,00	5.868,75
MG	3103702	Araponga	8.171	204.275,04	17.022,92
MG	3103751	Araporã	6.209	124.179,96	10.348,33
MG	3103801	Arapuá	2.778	69.450,00	5.787,50
MG	3103900	Araújos	8.011	168.231,00	14.019,25
MG	3104007	Araxá	94.799	1.990.779,00	165.898,25
MG	3104106	Arceburgo	9.623	221.328,96	18.444,08
MG	3104205	Arcos	36.898	848.654,04	70.721,17
MG	3104304	Areado	13.847	318.480,96	26.540,08
MG	3104403	Argirita	2.881	72.024,96	6.002,08
MG	3104452	Aricanduva	4.810	120.249,96	10.020,83
MG	3104502	Arinos	17.672	441.800,04	36.816,67
MG	3104601	Astolfo Dutra	13.145	302.334,96	25.194,58
MG	3104700	Ataléia	14.280	357.000,00	29.750,00
MG	3104809	Augusto de Lima	4.945	123.624,96	10.302,08
MG	3104908	Baependi	18.368	459.200,04	38.266,67
MG	3105004	Baldim	7.895	197.375,04	16.447,92
MG	3105103	Bambuí	22.814	570.350,04	47.529,17
MG	3105202	Bandeira	4.962	124.050,00	10.337,50
MG	3105301	Bandeira do Sul	5.372	134.300,04	11.191,67
MG	3105400	Barão de Cocais	28.830	663.090,00	55.257,50
MG	3105509	Barão de Monte Alto	5.681	142.025,04	11.835,42
MG	3105608	Barbacena	127.218	2.671.578,00	222.631,50
MG	3105707	Barra Longa	6.035	150.875,04	12.572,92
MG	3105905	Barroso	19.695	452.985,00	37.748,75
MG	3106002	Bela Vista de Minas	10.017	250.425,00	20.868,75
MG	3106101	Belmiro Braga	3.402	85.050,00	7.087,50
MG	3106200	Belo Horizonte	2.385.640	47.712.800,04	3.976.066,67
MG	3106309	Belo Oriente	23.695	544.985,04	45.415,42
MG	3106408	Belo Vale	7.545	188.625,00	15.718,75
MG	3106507	Berilo	12.248	306.200,04	25.516,67
MG	3106655	Berizal	4.401	110.025,00	9.168,75
MG	3106606	Bertópolis	4.503	112.575,00	9.381,25
MG	3106705	Betim	383.571	7.955.334,00	662.944,50
MG	3106804	Bias Fortes	3.748	93.699,96	7.808,33
MG	3106903	Bicas	13.720	342.999,96	28.583,33
MG	3107000	Biquinhas	2.616	65.400,00	5.450,00
MG	3107109	Boa Esperança	38.627	888.420,96	74.035,08
MG	3107208	Bocaina de Minas	5.009	125.225,04	10.435,42
MG	3107307	Bocaiúva	46.950	1.173.750,00	97.812,50
MG	3107406	Bom Despacho	46.061	1.059.402,96	88.283,58
MG	3107505	Bom Jardim de Minas	6.491	162.275,04	13.522,92
MG	3107604	Bom Jesus da Penha	3.915	97.875,00	8.156,25
MG	3107703	Bom Jesus do Amparo	5.543	138.575,04	11.547,92
MG	3107802	Bom Jesus do Galho	15.302	382.550,04	31.879,17
MG	3107901	Bom Repouso	10.453	261.324,96	21.777,08
MG	3108008	Bom Sucesso	17.257	396.911,04	33.075,92
MG	3108107	Bonfim	6.815	170.375,04	14.197,92
MG	3108206	Bonfinópolis de Minas	5.821	145.524,96	12.127,08
MG	3108255	Bonito de Minas	9.812	245.300,04	20.441,67
MG	3108305	Borda da Mata	17.324	433.100,04	36.091,67
MG	3108404	Botelhos	14.907	342.861,00	28.571,75
MG	3108503	Botumirim	6.472	161.799,96	13.483,33
MG	3108701	Brás Pires	4.601	115.025,04	9.585,42
MG	3108552	Brasilândia de Minas	14.438	360.950,04	30.079,17
MG	3108602	Brasília de Minas	31.286	782.150,04	65.179,17
MG	3108909	Brasópolis	14.623	365.574,96	30.464,58
MG	3108800	Braúnas	5.001	125.025,00	10.418,75
MG	3109006	Brumadinho	34.538	725.298,00	60.441,50
MG	3109105	Bueno Brandão	10.889	272.225,04	22.685,42
MG	3109204	Buenópolis	10.287	257.175,00	21.431,25
MG	3109253	Bugre	3.996	99.900,00	8.325,00
MG	3109303	Buritis	22.917	572.925,00	47.743,75
MG	3109402	Buritizeiro	27.001	675.024,96	56.252,08
MG	3109451	Cabeceira Grande	6.494	162.350,04	13.529,17
MG	3109501	Cabo Verde	13.831	318.113,04	26.509,42
MG	3109600	Cachoeira da Prata	3.645	83.835,00	6.986,25
MG	3109709	Cachoeira de Minas	11.071	254.633,04	21.219,42
MG	3102704	Cachoeira de Pajeú	8.993	224.825,04	18.735,42
MG	3109808	Cachoeira Dourada	2.521	63.024,96	5.252,08
MG	3109907	Caetanópolis	10.345	237.935,04	19.827,92
MG	3110004	Caeté	41.092	1.027.299,96	85.608,33
MG	3110103	Caiana	5.015	125.375,04	10.447,92
MG	3110202	Cajuri	4.037	100.925,04	8.410,42
MG	3110301	Caldas	13.700	315.099,96	26.258,33
MG	3110400	Camacho	3.125	78.125,04	6.510,42
MG	3110509	Camanducaia	21.122	485.805,96	40.483,83
MG	3110608	Cambuí	26.759	615.456,96	51.288,08
MG	3110707	Cambuquira	12.607	289.961,04	24.163,42
MG	3110806	Campanário	3.576	89.400,00	7.450,00
MG	3110905	Campanha	15.536	357.327,96	29.777,33
MG	3111002	Campestre	20.697	476.031,00	39.669,25
MG	3111101	Campina Verde	19.342	483.549,96	40.295,83
MG	3111150	Campo Azul	3.693	92.325,00	7.693,75
MG	3111200	Campo Belo	51.725	1.189.674,96	99.139,58
MG	3111309	Campo do Meio	11.480	287.000,04	23.916,67
MG	3111408	Campo Florido	6.989	174.725,04	14.560,42
MG	3111507	Campos Altos	14.313	357.825,00	29.818,75
MG	3111606	Campos Gerais	27.682	692.049,96	57.670,83
MG	3111903	Cana Verde	5.584	139.599,96	11.633,33
MG	3111705	Canaã	4.616	115.400,04	9.616,67
MG	3111804	Canápolis	11.422	285.549,96	23.795,83
MG	3112000	Candeias	14.606	365.150,04	30.429,17
MG	3112059	Cantagalo	4.223	105.575,04	8.797,92
MG	3112109	Caparaó	5.226	130.650,00	10.887,50
MG	3112208	Capela Nova	4.739	118.475,04	9.872,92
MG	3112307	Capelinha	35.090	877.250,04	73.104,17
MG	3112406	Capetinga	7.064	176.600,04	14.716,67
MG	3112505	Capim Branco	8.957	223.925,04	18.660,42
MG	3112604	Capinópolis	15.359	353.256,96	29.438,08
MG	3112653	Capitão Andrade	4.973	124.325,04	10.360,42
MG	3112703	Capitão Enéas	14.290	357.249,96	29.770,83
MG	3112802	Capitólio	8.218	205.449,96	17.120,83
MG	3112901	Caputira	9.046	226.149,96	18.845,83
MG	3113008	Caraí	22.448	561.200,04	46.766,67
MG	3113107	Caranaíba	3.274	81.849,96	6.820,83
MG	3113206	Carandaí	23.522	541.005,96	45.083,83
MG	3113305	Carangola	32.325	808.125,00	67.343,75
MG	3113404	Caratinga	85.811	1.973.652,96	164.471,08
MG	3113503	Carbonita	9.162	229.050,00	19.087,50
MG	3113602	Careaçu	6.336	158.400,00	13.200,00
MG	3113701	Carlos Chagas	19.922	498.050,04	41.504,17
MG	3113800	Carmésia	2.462	61.550,04	5.129,17
MG	3113909	Carmo da Cachoeira	11.855	296.375,04	24.697,92
MG	3114006	Carmo da Mata	10.968	274.200,00	22.850,00
MG	3114105	Carmo de Minas	13.843	346.074,96	28.839,58
MG	3114204	Carmo do Cajuru	20.232	424.872,00	35.406,00
MG	3114303	Carmo do Paranaíba	29.757	684.411,00	57.034,25
MG	3114402	Carmo do Rio Claro	20.480	512.000,04	42.666,67
MG	3114501	Carmópolis de Minas	17.256	396.888,00	33.074,00
MG	3114550	Carneirinho	9.515	237.875,04	19.822,92
MG	3114600	Carrancas	3.953	98.825,04	8.235,42
MG	3114709	Carvalhópolis	3.361	77.303,04	6.441,92
MG	3114808	Carvalhos	4.543	113.574,96	9.464,58
MG	3114907	Casa Grande	2.243	56.075,04	4.672,92
MG	3115003	Cascalho Rico	2.876	71.900,04	5.991,67
MG	3115102	Cássia	17.423	435.575,04	36.297,92
MG	3115300	Cataguases	70.201	1.614.623,04	134.551,92
MG	3115359	Catas Altas	4.893	112.539,00	9.378,25
MG	3115409	Catas Altas da Noruega	3.476	86.900,04	7.241,67
MG	3115458	Catuji	6.661	166.524,96	13.877,08
MG	3115474	Catuti	5.084	127.100,04	10.591,67
MG	3115508	Caxambu	21.673	498.479,04	41.539,92
MG	3115607	Cedro do Abaeté	1.204	30.099,96	2.508,33
MG	3115706	Central de Minas	6.790	169.749,96	14.145,83
MG	3115805	Centralina	10.269	256.725,00	21.393,75
MG	3115904	Chácara	2.825	70.625,04	5.885,42
MG	3116001	Chalé	5.644	141.099,96	11.758,33
MG	3116100	Chapada do Norte	15.187	379.674,96	31.639,58
MG	3116159	Chapada Gaúcha	11.077	276.924,96	23.077,08
MG	3116209	Chiador	2.772	69.300,00	5.775,00
MG	3116308	Cipotânea	6.563	164.075,04	13.672,92
MG	3116407	Claraval	4.566	114.150,00	9.512,50
MG	3116506	Claro dos Poções	7.743	193.575,00	16.131,25
MG	3116605	Cláudio	26.021	598.482,96	49.873,58
MG	3116704	Coimbra	7.095	177.375,00	14.781,25
MG	3116803	Coluna	8.998	224.949,96	18.745,83
MG	3116902	Comendador Gomes	2.982	74.550,00	6.212,50
MG	3117009	Comercinho	8.152	203.799,96	16.983,33
MG	3117108	Conceição da Aparecida	9.855	226.665,00	18.888,75
MG	3115201	Conceição da Barra de Minas	3.949	98.724,96	8.227,08
MG	3117306	Conceição das Alagoas	23.495	587.375,04	48.947,92
MG	3117207	Conceição das Pedras	2.752	68.799,96	5.733,33
MG	3117405	Conceição de Ipanema	4.463	111.575,04	9.297,92
MG	3117504	Conceição do Mato Dentro	17.853	446.325,00	37.193,75
MG	3117603	Conceição do Pará	5.187	119.301,00	9.941,75
MG	3117702	Conceição do Rio Verde	13.001	325.025,04	27.085,42
MG	3117801	Conceição dos Ouros	10.500	241.500,00	20.125,00
MG	3117836	Cônego Marinho	7.149	178.725,00	14.893,75
MG	3117876	Confins	6.008	120.159,96	10.013,33
MG	3117900	Congonhal	10.602	243.846,00	20.320,50
MG	3118007	Congonhas	49.077	1.030.617,00	85.884,75
MG	3118106	Congonhas do Norte	4.947	123.675,00	10.306,25
MG	3118205	Conquista	6.559	163.974,96	13.664,58

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MG	3118304	Conselheiro Lafaiete	117.562	2.468.802,00	205.733,50
MG	3118403	Conselheiro Pena	22.281	557.025,00	46.418,75
MG	3118502	Consolação	1.730	43.250,04	3.604,17
MG	3118601	Contagem	608.715	12.174.300,00	1.014.525,00
MG	3118700	Coqueiral	9.265	231.624,96	19.302,08
MG	3118809	Coração de Jesus	26.057	651.425,04	54.285,42
MG	3118908	Cordisburgo	8.679	216.975,00	18.081,25
MG	3119005	Cordislândia	3.441	86.025,00	7.168,75
MG	3119104	Corinto	23.866	596.649,96	49.720,83
MG	3119203	Coroaci	10.230	255.750,00	21.312,50
MG	3119302	Coromandel	27.555	688.875,00	57.406,25
MG	3119401	Coronel Fabriciano	104.174	2.187.654,00	182.304,50
MG	3119500	Coronel Murta	9.116	227.900,04	18.991,67
MG	3119609	Coronel Pacheco	2.990	68.769,96	5.730,83
MG	3119708	Coronel Xavier Chaves	3.310	82.749,96	6.895,83
MG	3119807	Córrego Danta	3.370	84.249,96	7.020,83
MG	3119906	Córrego do Bom Jesus	3.723	93.075,00	7.756,25
MG	3119955	Córrego Fundo	5.837	134.250,96	11.187,58
MG	3120003	Córrego Novo	3.088	77.199,96	6.433,33
MG	3120102	Couto de Magalhães de Minas	4.220	105.500,04	8.791,67
MG	3120151	Crisólita	6.105	152.625,00	12.718,75
MG	3120201	Cristais	11.422	285.549,96	23.795,83
MG	3120300	Cristália	5.774	144.350,04	12.029,17
MG	3120409	Cristiano Otoni	5.015	125.375,04	10.447,92
MG	3120508	Cristina	10.201	255.024,96	21.252,08
MG	3120607	Crucilândia	4.779	119.475,00	9.956,25
MG	3120706	Cruzeiro da Fortaleza	3.951	98.775,00	8.231,25
MG	3120805	Cruzília	14.655	366.375,00	30.531,25
MG	3120839	Cuparaque	4.705	117.624,96	9.802,08
MG	3120870	Curral de Dentro	6.986	174.650,04	14.554,17
MG	3120904	Curvelo	74.734	1.718.882,04	143.240,17
MG	3121001	Datas	5.225	130.625,04	10.885,42
MG	3121100	Delfim Moreira	7.967	199.175,04	16.597,92
MG	3121209	Delfinópolis	6.850	171.249,96	14.270,83
MG	3121258	Delta	8.322	191.406,00	15.950,50
MG	3121308	Descoberto	4.787	119.675,04	9.972,92
MG	3121407	Desterro de Entre Rios	7.017	175.425,00	14.618,75
MG	3121506	Desterro do Melo	3.000	75.000,00	6.250,00
MG	3121605	Diamantina	46.005	1.150.125,00	95.843,75
MG	3121704	Diogo de Vasconcelos	3.839	95.975,04	7.997,92
MG	3121803	Dionísio	8.628	215.700,00	17.975,00
MG	3121902	Divinésia	3.302	82.550,04	6.879,17
MG	3122009	Divino	19.188	479.700,00	39.975,00
MG	3122108	Divino das Laranjeiras	4.935	123.375,00	10.281,25
MG	3122207	Divinolândia de Minas	7.070	176.750,04	14.729,17
MG	3122306	Divinópolis	215.247	4.304.940,00	358.745,00
MG	3122355	Divisa Alegre	5.967	149.175,00	12.431,25
MG	3122405	Divisa Nova	5.781	144.525,00	12.043,75
MG	3122454	Divisópolis	9.166	229.149,96	19.095,83
MG	3122470	Dom Bosco	3.796	94.899,96	7.908,33
MG	3122504	Dom Cavati	5.189	129.725,04	10.810,42
MG	3122603	Dom Joaquim	4.523	113.075,04	9.422,92
MG	3122702	Dom Silvério	5.194	129.849,96	10.820,83
MG	3122801	Dom Viçoso	2.991	74.775,00	6.231,25
MG	3122900	Dona Eusébia	6.051	151.275,00	12.606,25
MG	3123007	Dores de Campos	9.372	215.556,00	17.963,00
MG	3123106	Dores de Guanhães	5.211	130.275,00	10.856,25
MG	3123205	Dores do Indaiá	13.732	343.299,96	28.608,33
MG	3123304	Dores do Turvo	4.437	110.925,00	9.243,75
MG	3123403	Doresópolis	1.447	36.174,96	3.014,58
MG	3123502	Douradoquara	1.846	46.149,96	3.845,83
MG	3123528	Durandé	7.456	186.399,96	15.533,33
MG	3123601	Elói Mendes	25.472	534.912,00	44.576,00
MG	3123700	Engenheiro Caldas	10.352	258.800,04	21.566,67
MG	3123809	Engenheiro Navarro	7.125	178.125,00	14.843,75
MG	3123858	Entre Folhas	5.185	129.624,96	10.802,08
MG	3123908	Entre Rios de Minas	14.329	358.224,96	29.852,08
MG	3124005	Ervália	18.018	450.450,00	37.537,50
MG	3124104	Esmeraldas	61.283	1.409.508,96	117.459,08
MG	3124203	Espera Feliz	23.035	575.874,96	47.989,58
MG	3124302	Espinosa	31.124	778.100,04	64.841,67
MG	3124401	Espírito Santo do Dourado	4.450	111.249,96	9.270,83
MG	3124500	Estiva	10.882	250.286,04	20.857,17
MG	3124609	Estrela Dalva	2.455	61.374,96	5.114,58
MG	3124708	Estrela do Indaiá	3.510	87.750,00	7.312,50
MG	3124807	Estrela do Sul	7.490	187.250,04	15.604,17
MG	3124906	Eugenópolis	10.600	264.999,96	22.083,33
MG	3125002	Ewbank da Câmara	3.765	94.125,00	7.843,75
MG	3125101	Extrema	29.319	586.380,00	48.865,00
MG	3125200	Fama	2.350	54.050,04	4.504,17
MG	3125309	Faria Lemos	3.359	83.975,04	6.997,92
MG	3125408	Felício dos Santos	5.097	127.425,00	10.618,75
MG	3125606	Felisburgo	6.926	173.150,04	14.429,17
MG	3125705	Felixlândia	14.224	355.599,96	29.633,33
MG	3125804	Fernandes Tourinho	3.066	76.650,00	6.387,50
MG	3125903	Ferros	10.723	268.074,96	22.339,58
MG	3125952	Fervedouro	10.402	260.049,96	21.670,83
MG	3126000	Florestal	6.674	153.501,96	12.791,83
MG	3126109	Formiga	65.299	1.501.877,04	125.156,42
MG	3126208	Formoso	8.305	207.624,96	17.302,08
MG	3126307	Fortaleza de Minas	4.125	94.875,00	7.906,25
MG	3126406	Fortuna de Minas	2.726	68.150,04	5.679,17
MG	3126505	Francisco Badaró	10.244	256.100,04	21.341,67
MG	3126604	Francisco Dumont	4.892	122.300,04	10.191,67
MG	3126703	Francisco Sá	25.016	625.400,04	52.116,67
MG	3126752	Franciscópolis	5.752	143.799,96	11.983,33
MG	3126802	Frei Gaspar	5.872	146.799,96	12.233,33
MG	3126901	Frei Inocêncio	8.978	224.450,04	18.704,17
MG	3126950	Frei Lagonegro	3.340	83.499,96	6.958,33
MG	3127008	Fronteira	14.427	302.967,00	25.247,25
MG	3127057	Fronteira dos Vales	4.671	116.775,00	9.731,25
MG	3127073	Fruta de Leite	5.876	146.900,04	12.241,67
MG	3127107	Frutal	53.998	1.241.954,04	103.496,17
MG	3127206	Funilândia	3.900	97.500,00	8.125,00
MG	3127305	Galiléia	6.929	173.225,04	14.435,42
MG	3127339	Gameleiras	5.130	128.250,00	10.687,50
MG	3127354	Glaucilândia	2.977	74.424,96	6.202,08
MG	3127370	Goiabeira	3.079	76.974,96	6.414,58
MG	3127388	Goianá	3.685	92.124,96	7.677,08
MG	3127404	Gonçalves	4.228	105.699,96	8.808,33
MG	3127503	Gonzaga	5.937	148.425,00	12.368,75
MG	3127602	Gouveia	11.681	292.025,04	24.335,42
MG	3127701	Governador Valadares	264.960	5.564.160,00	463.680,00
MG	3127800	Grão Mogol	15.086	377.150,04	31.429,17
MG	3127909	Grupiara	1.373	34.325,04	2.860,42
MG	3128006	Guanhães	31.526	725.097,96	60.424,83
MG	3128105	Guapé	13.892	347.300,04	28.941,67
MG	3128204	Guaraciaba	10.221	255.525,00	21.293,75
MG	3128253	Guaraciama	4.738	118.449,96	9.870,83
MG	3128303	Guaranésia	18.721	430.583,04	35.881,92
MG	3128402	Guarani	8.691	199.893,00	16.657,75
MG	3128501	Guarará	3.911	97.775,04	8.147,92
MG	3128600	Guarda-Mor	6.559	163.974,96	13.664,58
MG	3128709	Guaxupé	49.614	1.141.122,00	95.093,50
MG	3128808	Guidoval	7.185	165.255,00	13.771,25
MG	3128907	Guimarânia	7.333	183.324,96	15.277,08
MG	3129004	Guiricema	8.665	216.624,96	18.052,08
MG	3129103	Gurinhatã	6.080	152.000,04	12.666,67
MG	3129202	Heliodora	6.157	153.924,96	12.827,08
MG	3129301	Iapu	10.361	259.025,04	21.585,42
MG	3129400	Ibertioga	5.029	125.724,96	10.477,08
MG	3129509	Ibiá	23.385	584.625,00	48.718,75
MG	3129608	Ibiaí	7.885	197.124,96	16.427,08
MG	3129657	Ibiracatu	6.126	153.150,00	12.762,50
MG	3129707	Ibiraci	12.326	283.497,96	23.624,83
MG	3129806	Ibirité	160.943	3.379.803,00	281.650,25
MG	3129905	Ibitiúra de Minas	3.389	77.946,96	6.495,58
MG	3130002	Ibituruna	2.875	71.874,96	5.989,58
MG	3130051	Icaraí de Minas	10.856	271.400,04	22.616,67
MG	3130101	Igarapé	35.620	819.260,04	68.271,67
MG	3130200	Igaratinga	9.411	216.453,00	18.037,75
MG	3130309	Iguatama	8.011	200.274,96	16.689,58
MG	3130408	Ijaci	5.921	136.182,96	11.348,58
MG	3130507	Ilicínea	11.562	289.050,00	24.087,50
MG	3130556	Imbé de Minas	6.464	161.600,04	13.466,67
MG	3130606	Inconfidentes	6.941	173.525,04	14.460,42
MG	3130655	Indaiabira	7.323	183.075,00	15.256,25
MG	3130705	Indianópolis	6.252	156.300,00	13.025,00
MG	3130804	Ingaí	2.640	66.000,00	5.500,00
MG	3130903	Inhapim	24.248	606.200,04	50.516,67
MG	3131000	Inhaúma	5.804	145.100,04	12.091,67
MG	3131109	Inimutaba	6.771	169.275,00	14.106,25
MG	3131158	Ipaba	16.876	421.899,96	35.158,33
MG	3131208	Ipanema	18.315	457.875,00	38.156,25
MG	3131307	Ipatinga	241.539	5.072.319,00	422.693,25
MG	3131406	Ipiaçu	4.114	102.849,96	8.570,83
MG	3131505	Ipuiúna	9.565	239.124,96	19.927,08
MG	3131604	Iraí de Minas	6.511	162.774,96	13.564,58
MG	3131703	Itabira	110.663	2.323.923,00	193.660,25
MG	3131802	Itabirinha	10.760	269.000,04	22.416,67
MG	3131901	Itabirito	46.029	966.609,00	80.550,75
MG	3132008	Itacambira	5.022	125.550,00	10.462,50
MG	3132107	Itacarambi	17.741	443.525,04	36.960,42
MG	3132206	Itaguara	12.455	286.464,96	23.872,08
MG	3132305	Itaipé	11.879	296.975,04	24.747,92
MG	3132404	Itajubá	91.159	1.914.339,00	159.528,25
MG	3132503	Itamarandiba	32.388	809.700,00	67.475,00
MG	3132602	Itamarati de Minas	4.102	94.346,04	7.862,17
MG	3132701	Itambacuri	22.820	570.500,04	47.541,67
MG	3132800	Itambé do Mato Dentro	2.261	56.525,04	4.710,42
MG	3132909	Itamogi	10.321	237.383,04	19.781,92
MG	3133006	Itamonte	14.142	325.266,00	27.105,50
MG	3133105	Itanhandu	14.272	299.712,00	24.976,00
MG	3133204	Itanhomi	11.878	296.949,96	24.745,83
MG	3133303	Itaobim	20.981	524.525,04	43.710,42
MG	3133402	Itapagipe	13.797	344.925,00	28.743,75
MG	3133501	Itapecerica	21.388	491.924,04	40.993,67
MG	3133600	Itapeva	8.765	201.594,96	16.799,58
MG	3133709	Itatiaiuçu	10.037	230.850,96	19.237,58
MG	3133758	Itaú de Minas	15.042	345.966,00	28.830,50
MG	3133808	Itaúna	86.124	1.808.604,00	150.717,00
MG	3133907	Itaverava	5.754	143.850,00	11.987,50
MG	3134004	Itinga	14.447	361.175,04	30.097,92
MG	3134103	Itueta	5.845	146.124,96	12.177,08
MG	3134202	Ituiutaba	97.792	2.053.632,00	171.136,00
MG	3134301	Itumirim	6.120	153.000,00	12.750,00
MG	3134400	Iturama	34.890	802.470,00	66.872,50
MG	3134509	Itutinga	3.896	97.400,04	8.116,67
MG	3134608	Jaboticatubas	17.411	435.275,04	36.272,92
MG	3134707	Jacinto	12.138	303.450,00	25.287,50
MG	3134806	Jacuí	7.511	187.775,04	15.647,92
MG	3134905	Jacutinga	23.062	530.426,04	44.202,17
MG	3135001	Jaguaraçu	3.001	75.024,96	6.252,08
MG	3135050	Jaíba	34.071	851.775,00	70.981,25
MG	3135076	Jampruca	5.094	127.350,00	10.612,50
MG	3135100	Janaúba	67.199	1.545.576,96	128.798,08
MG	3135209	Januária	65.606	1.508.937,96	125.744,83
MG	3135308	Japaraíba	3.975	91.425,00	7.618,75
MG	3135357	Japonvar	8.315	207.875,04	17.322,92
MG	3135407	Jeceaba	5.341	133.524,96	11.127,08
MG	3135456	Jenipapo de Minas	7.165	179.124,96	14.927,08
MG	3135506	Jequeri	12.786	319.650,00	26.637,50
MG	3135605	Jequitaí	7.948	198.699,96	16.558,33
MG	3135704	Jequitibá	5.155	128.874,96	10.739,58
MG	3135803	Jequitinhonha	24.226	605.649,96	50.470,83
MG	3135902	Jesuânia	4.764	119.100,00	9.925,00
MG	3136009	Joaíma	14.971	374.274,96	31.189,58
MG	3136108	Joanésia	5.334	133.350,00	11.112,50
MG	3136207	João Monlevade	74.142	1.556.982,00	129.748,50
MG	3136306	João Pinheiro	45.559	1.138.974,96	94.914,58
MG	3136405	Joaquim Felício	4.339	108.474,96	9.039,58
MG	3136504	Jordânia	10.360	258.999,96	21.583,33
MG	3136520	José Gonçalves de Minas	4.543	113.574,96	9.464,58
MG	3136553	José Raydan	4.432	110.799,96	9.233,33
MG	3136579	Josenópolis	4.591	114.774,96	9.564,58

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MG	3136652	Juatuba	22.649	475.629,00	39.635,75
MG	3136702	Juiz de Fora	520.811	10.416.219,96	868.018,33
MG	3136801	Juramento	4.130	103.250,04	8.604,17
MG	3136900	Juruaia	9.358	233.949,96	19.495,83
MG	3136959	Juvenília	5.703	142.575,00	11.881,25
MG	3137007	Ladainha	17.084	427.100,04	35.591,67
MG	3137106	Lagamar	7.592	189.800,04	15.816,67
MG	3137205	Lagoa da Prata	46.539	1.070.397,00	89.199,75
MG	3137304	Lagoa dos Patos	4.208	105.200,04	8.766,67
MG	3137403	Lagoa Dourada	12.316	307.899,96	25.658,33
MG	3137502	Lagoa Formosa	17.228	430.700,04	35.891,67
MG	3137536	Lagoa Grande	8.710	217.749,96	18.145,83
MG	3137601	Lagoa Santa	53.645	1.233.834,96	102.819,58
MG	3137700	Lajinha	19.616	490.400,04	40.866,67
MG	3137809	Lambari	19.655	452.064,96	37.672,08
MG	3137908	Lamim	3.442	86.049,96	7.170,83
MG	3138005	Laranjal	6.492	162.300,00	13.525,00
MG	3138104	Lassance	6.479	161.975,04	13.497,92
MG	3138203	Lavras	93.231	1.957.851,00	163.154,25
MG	3138302	Leandro Ferreira	3.204	80.100,00	6.675,00
MG	3138351	Leme do Prado	4.810	120.249,96	10.020,83
MG	3138401	Leopoldina	51.210	1.177.830,00	98.152,50
MG	3138500	Liberdade	5.312	132.800,04	11.066,67
MG	3138609	Lima Duarte	16.183	404.574,96	33.714,58
MG	3138625	Limeira do Oeste	6.946	173.649,96	14.470,83
MG	3138658	Lontra	8.453	211.325,04	17.610,42
MG	3138674	Luisburgo	6.230	155.750,04	12.979,17
MG	3138682	Luislândia	6.422	160.550,04	13.379,17
MG	3138708	Luminárias	5.418	135.450,00	11.287,50
MG	3138807	Luz	17.537	438.425,04	36.535,42
MG	3138906	Machacalis	6.981	174.525,00	14.543,75
MG	3139003	Machado	38.981	896.562,96	74.713,58
MG	3139102	Madre de Deus de Minas	4.918	122.949,96	10.245,83
MG	3139201	Malacacheta	18.740	468.500,04	39.041,67
MG	3139250	Mamonas	6.336	158.400,00	13.200,00
MG	3139300	Manga	19.649	491.225,04	40.935,42
MG	3139409	Manhuaçu	80.530	1.852.190,04	154.349,17
MG	3139508	Manhumirim	21.487	494.201,04	41.183,42
MG	3139607	Mantena	27.130	678.249,96	56.520,83
MG	3139805	Mar de Espanha	11.840	296.000,04	24.666,67
MG	3139706	Maravilhas	7.235	180.875,04	15.072,92
MG	3139904	Maria da Fé	14.186	354.650,04	29.554,17
MG	3140001	Mariana	54.796	1.150.716,00	95.893,00
MG	3140100	Marilac	4.204	105.099,96	8.758,33
MG	3140159	Mário Campos	13.396	334.899,96	27.908,33
MG	3140209	Maripá de Minas	2.803	70.074,96	5.839,58
MG	3140308	Marliéria	4.010	100.250,04	8.354,17
MG	3140407	Marmelópolis	2.944	73.599,96	6.133,33
MG	3140506	Martinho Campos	12.672	316.800,00	26.400,00
MG	3140530	Martins Soares	7.288	182.199,96	15.183,33
MG	3140555	Mata Verde	7.935	198.375,00	16.531,25
MG	3140605	Materlândia	4.576	114.399,96	9.533,33
MG	3140704	Mateus Leme	28.141	647.243,04	53.936,92
MG	3171501	Mathias Lobato	3.350	83.750,04	6.979,17
MG	3140803	Matias Barbosa	13.521	310.983,00	25.915,25
MG	3140852	Matias Cardoso	10.085	252.125,04	21.010,42
MG	3140902	Matipó	17.743	443.574,96	36.964,58
MG	3141009	Mato Verde	12.646	316.149,96	26.345,83
MG	3141108	Matozinhos	34.295	788.784,96	65.732,08
MG	3141207	Matutina	3.756	93.900,00	7.825,00
MG	3141306	Medeiros	3.476	86.900,04	7.241,67
MG	3141405	Medina	20.979	524.475,00	43.706,25
MG	3141504	Mendes Pimentel	6.335	158.375,04	13.197,92
MG	3141603	Mercês	10.392	259.800,00	21.650,00
MG	3141702	Mesquita	6.016	150.399,96	12.533,33
MG	3141801	Minas Novas	30.824	770.600,04	64.216,67
MG	3141900	Minduri	3.841	96.024,96	8.002,08
MG	3142007	Mirabela	13.080	327.000,00	27.250,00
MG	3142106	Miradouro	10.288	257.199,96	21.433,33
MG	3142205	Miraí	13.911	347.775,00	28.981,25
MG	3142254	Miravânia	4.577	114.425,04	9.535,42
MG	3142304	Moeda	4.706	117.650,04	9.804,17
MG	3142403	Moema	7.068	176.700,00	14.725,00
MG	3142502	Monjolos	2.344	58.599,96	4.883,33
MG	3142601	Monsenhor Paulo	8.203	188.669,04	15.722,42
MG	3142700	Montalvânia	15.745	393.624,96	32.802,08
MG	3142809	Monte Alegre de Minas	19.743	493.575,00	41.131,25
MG	3142908	Monte Azul	21.853	546.324,96	45.527,08
MG	3143005	Monte Belo	13.055	300.264,96	25.022,08
MG	3143104	Monte Carmelo	45.916	1.056.068,04	88.005,67
MG	3143153	Monte Formoso	4.675	116.874,96	9.739,58
MG	3143203	Monte Santo de Minas	21.236	488.427,96	40.702,33
MG	3143401	Monte Sião	21.434	492.981,96	41.081,83
MG	3143302	Montes Claros	366.135	7.688.835,00	640.736,25
MG	3143450	Montezuma	7.533	188.325,00	15.693,75
MG	3143500	Morada Nova de Minas	8.305	207.624,96	17.302,08
MG	3143609	Morro da Garça	2.637	65.925,00	5.493,75
MG	3143708	Morro do Pilar	3.374	84.350,04	7.029,17
MG	3143807	Munhoz	6.227	155.675,04	12.972,92
MG	3143906	Muriaé	101.431	2.130.051,00	177.504,25
MG	3144003	Mutum	26.659	666.474,96	55.539,58
MG	3144102	Muzambinho	20.418	469.614,00	39.134,50
MG	3144201	Nacip Raydan	3.157	78.924,96	6.577,08
MG	3144300	Nanuque	40.774	1.019.349,96	84.945,83
MG	3144359	Naque	6.398	159.950,04	13.329,17
MG	3144375	Natalândia	3.280	81.999,96	6.833,33
MG	3144409	Natércia	4.660	107.180,04	8.931,67
MG	3144508	Nazareno	8.009	200.225,04	16.685,42
MG	3144607	Nepomuceno	25.803	645.075,00	53.756,25
MG	3144656	Ninheira	9.851	246.275,04	20.522,92
MG	3144672	Nova Belém	3.674	91.850,04	7.654,17
MG	3144706	Nova Era	17.511	402.753,00	33.562,75
MG	3144805	Nova Lima	82.273	1.645.460,04	137.121,67
MG	3144904	Nova Módica	3.767	94.175,04	7.847,92
MG	3145000	Nova Ponte	13.067	300.540,96	25.045,08
MG	3145059	Nova Porteirinha	7.399	184.974,96	15.414,58
MG	3145109	Nova Resende	15.489	356.247,00	29.687,25
MG	3145208	Nova Serrana	76.482	1.759.086,00	146.590,50
MG	3136603	Nova União	5.565	139.125,00	11.593,75
MG	3145307	Novo Cruzeiro	30.746	768.650,04	64.054,17
MG	3145356	Novo Oriente de Minas	10.368	259.200,00	21.600,00
MG	3145372	Novorizonte	4.991	124.775,04	10.397,92
MG	3145406	Olaria	1.951	48.774,96	4.064,58
MG	3145455	Olhos-d'Água	5.343	133.575,00	11.131,25
MG	3145505	Olímpio Noronha	2.555	63.875,04	5.322,92
MG	3145604	Oliveira	39.637	911.651,04	75.970,92
MG	3145703	Oliveira Fortes	2.122	53.049,96	4.420,83
MG	3145802	Onça de Pitangui	3.061	76.524,96	6.377,08
MG	3145851	Oratórios	4.504	112.599,96	9.383,33
MG	3145877	Orizânia	7.348	183.699,96	15.308,33
MG	3145901	Ouro Branco	35.643	712.860,00	59.405,00
MG	3146008	Ouro Fino	31.734	729.882,00	60.823,50
MG	3146107	Ouro Preto	70.589	1.482.369,00	123.530,75
MG	3146206	Ouro Verde de Minas	6.001	150.024,96	12.502,08
MG	3146255	Padre Carvalho	5.881	147.024,96	12.252,08
MG	3146305	Padre Paraíso	18.955	473.874,96	39.489,58
MG	3146552	Pai Pedro	5.942	148.550,04	12.379,17
MG	3146404	Paineiras	4.611	115.275,00	9.606,25
MG	3146503	Pains	8.031	200.775,00	16.731,25
MG	3146602	Paiva	1.554	38.850,00	3.237,50
MG	3146701	Palma	6.544	163.599,96	13.633,33
MG	3146750	Palmópolis	6.781	169.524,96	14.127,08
MG	3146909	Papagaios	14.306	357.650,04	29.804,17
MG	3147105	Pará de Minas	85.076	1.786.596,00	148.883,00
MG	3147006	Paracatu	85.448	1.965.303,96	163.775,33
MG	3147204	Paraguaçu	20.346	467.958,00	38.996,50
MG	3147303	Paraisópolis	19.524	410.004,00	34.167,00
MG	3147402	Paraopeba	22.731	522.813,00	43.567,75
MG	3147600	Passa Quatro	15.638	359.673,96	29.972,83
MG	3147709	Passa Tempo	8.176	204.399,96	17.033,33
MG	3147501	Passabém	1.753	43.824,96	3.652,08
MG	3147808	Passa-Vinte	2.073	51.825,00	4.318,75
MG	3147907	Passos	106.987	2.246.727,00	187.227,25
MG	3147956	Patis	5.611	140.274,96	11.689,58
MG	3148004	Patos de Minas	139.849	2.936.829,00	244.735,75
MG	3148103	Patrocínio	83.188	1.913.324,04	159.443,67
MG	3148202	Patrocínio do Muriaé	5.320	132.999,96	11.083,33
MG	3148301	Paula Cândido	9.289	232.224,96	19.352,08
MG	3148400	Paulistas	4.904	122.600,04	10.216,67
MG	3148509	Pavão	8.565	214.125,00	17.843,75
MG	3148608	Peçanha	17.266	431.649,96	35.970,83
MG	3148707	Pedra Azul	23.857	596.424,96	49.702,08
MG	3148756	Pedra Bonita	6.707	167.675,04	13.972,92
MG	3148806	Pedra do Anta	3.323	83.075,04	6.922,92
MG	3148905	Pedra do Indaiá	3.880	96.999,96	8.083,33
MG	3149002	Pedra Dourada	2.220	55.500,00	4.625,00
MG	3149101	Pedralva	11.426	285.650,04	23.804,17
MG	3149150	Pedras de Maria da Cruz	10.426	260.649,96	21.720,83
MG	3149200	Pedrinópolis	3.500	87.500,04	7.291,67
MG	3149309	Pedro Leopoldo	59.213	1.243.473,00	103.622,75
MG	3149408	Pedro Teixeira	1.785	44.625,00	3.718,75
MG	3149507	Pequeri	3.177	73.071,00	6.089,25
MG	3149606	Pequi	4.104	102.600,00	8.550,00
MG	3149705	Perdigão	9.159	210.657,00	17.554,75
MG	3149804	Perdizes	14.561	364.025,04	30.335,42
MG	3149903	Perdões	20.191	464.393,04	38.699,42
MG	3149952	Periquito	7.005	175.125,00	14.593,75
MG	3150000	Pescador	4.135	103.374,96	8.614,58
MG	3150109	Piau	2.829	70.725,00	5.893,75
MG	3150158	Piedade de Caratinga	7.246	181.149,96	15.095,83
MG	3150208	Piedade de Ponte Nova	4.065	101.625,00	8.468,75
MG	3150307	Piedade do Rio Grande	4.682	117.050,04	9.754,17
MG	3150406	Piedade dos Gerais	4.669	116.724,96	9.727,08
MG	3150505	Pimenta	8.268	206.700,00	17.225,00
MG	3150539	Pingo-d'Água	4.467	111.675,00	9.306,25
MG	3150570	Pintópolis	7.232	180.800,04	15.066,67
MG	3150604	Piracema	6.399	159.975,00	13.331,25
MG	3150703	Pirajuba	4.803	110.469,00	9.205,75
MG	3150802	Piranga	17.250	431.250,00	35.937,50
MG	3150901	Piranguçu	5.236	130.899,96	10.908,33
MG	3151008	Piranguinho	8.064	201.600,00	16.800,00
MG	3151107	Pirapetinga	10.390	238.970,04	19.914,17
MG	3151206	Pirapora	53.604	1.232.892,00	102.741,00
MG	3151305	Piraúba	10.841	271.025,04	22.585,42
MG	3151404	Pitangui	25.545	587.535,00	48.961,25
MG	3151503	Piumhi	32.121	738.783,00	61.565,25
MG	3151602	Planura	10.545	242.535,00	20.211,25
MG	3151701	Poço Fundo	16.022	368.505,96	30.708,83
MG	3151800	Poços de Caldas	153.726	3.074.520,00	256.210,00
MG	3151909	Pocrane	8.920	222.999,96	18.583,33
MG	3152006	Pompéu	29.337	733.425,00	61.118,75
MG	3152105	Ponte Nova	57.551	1.323.672,96	110.306,08
MG	3152131	Ponto Chique	3.991	99.774,96	8.314,58
MG	3152170	Ponto dos Volantes	11.408	285.200,04	23.766,67
MG	3152204	Porteirinha	37.607	940.175,04	78.347,92
MG	3152303	Porto Firme	10.490	262.250,04	21.854,17
MG	3152402	Poté	15.736	393.399,96	32.783,33
MG	3152501	Pouso Alegre	132.445	2.781.345,00	231.778,75
MG	3152600	Pouso Alto	6.178	142.094,04	11.841,17
MG	3152709	Prados	8.444	211.100,04	17.591,67
MG	3152808	Prata	25.973	649.325,04	54.110,42
MG	3152907	Pratápolis	8.776	201.848,04	16.820,67
MG	3153004	Pratinha	3.295	82.374,96	6.864,58
MG	3153103	Presidente Bernardes	5.514	137.850,00	11.487,50
MG	3153202	Presidente Juscelino	3.877	96.924,96	8.077,08
MG	3153301	Presidente Kubitschek	2.960	74.000,04	6.166,67
MG	3153400	Presidente Olegário	18.639	465.975,00	38.831,25
MG	3153608	Prudente de Morais	9.676	222.548,04	18.545,67
MG	3153707	Quartel Geral	3.325	83.124,96	6.927,08
MG	3153806	Queluzito	1.867	46.674,96	3.889,58
MG	3153905	Raposos	15.423	385.575,00	32.131,25
MG	3154002	Raul Soares	23.783	594.575,04	49.547,92
MG	3154101	Recreio	10.308	257.700,00	21.475,00
MG	3154150	Reduto	6.619	165.474,96	13.789,58
MG	3154200	Resende Costa	10.958	273.950,04	22.829,17
MG	3154309	Resplendor	17.098	427.449,96	35.620,83

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MG	3154408	Ressaquinha	4.723	118.074,96	9.839,58
MG	3154457	Riachinho	8.010	200.250,00	16.687,50
MG	3154507	Riacho dos Machados	9.361	234.024,96	19.502,08
MG	3154606	Ribeirão das Neves	299.729	6.294.309,00	524.525,75
MG	3154705	Ribeirão Vermelho	3.842	88.365,96	7.363,83
MG	3154804	Rio Acima	9.200	211.599,96	17.633,33
MG	3154903	Rio Casca	14.120	353.000,04	29.416,67
MG	3155108	Rio do Prado	5.204	130.100,04	10.841,67
MG	3155009	Rio Doce	2.477	61.925,04	5.160,42
MG	3155207	Rio Espera	6.004	150.099,96	12.508,33
MG	3155306	Rio Manso	5.325	133.125,00	11.093,75
MG	3155405	Rio Novo	8.725	218.124,96	18.177,08
MG	3155504	Rio Paranaíba	11.913	297.825,00	24.818,75
MG	3155603	Rio Pardo de Minas	29.242	731.049,96	60.920,83
MG	3155702	Rio Piracicaba	14.150	325.449,96	27.120,83
MG	3155801	Rio Pomba	17.168	394.863,96	32.905,33
MG	3155900	Rio Preto	5.304	132.600,00	11.050,00
MG	3156007	Rio Vermelho	13.549	338.724,96	28.227,08
MG	3156106	Ritápolis	4.887	122.175,00	10.181,25
MG	3156205	Rochedo de Minas	2.133	53.325,00	4.443,75
MG	3156304	Rodeiro	6.982	139.640,04	11.636,67
MG	3156403	Romaria	3.586	89.649,96	7.470,83
MG	3156452	Rosário da Limeira	4.277	106.925,04	8.910,42
MG	3156502	Rubelita	7.586	189.650,04	15.804,17
MG	3156601	Rubim	9.939	248.475,00	20.706,25
MG	3156700	Sabará	127.097	2.669.037,00	222.419,75
MG	3156809	Sabinópolis	15.661	391.524,96	32.627,08
MG	3156908	Sacramento	24.093	602.325,00	50.193,75
MG	3157005	Salinas	39.367	984.174,96	82.014,58
MG	3157104	Salto da Divisa	6.866	171.650,04	14.304,17
MG	3157203	Santa Bárbara	28.160	647.679,96	53.973,33
MG	3157252	Santa Bárbara do Leste	7.719	192.975,00	16.081,25
MG	3157278	Santa Bárbara do Monte Verde	2.821	70.524,96	5.877,08
MG	3157302	Santa Bárbara do Tugúrio	4.551	113.775,00	9.481,25
MG	3157336	Santa Cruz de Minas	7.929	198.225,00	16.518,75
MG	3157377	Santa Cruz de Salinas	4.366	109.149,96	9.095,83
MG	3157401	Santa Cruz do Escalvado	4.963	124.074,96	10.339,58
MG	3157500	Santa Efigênia de Minas	4.576	114.399,96	9.533,33
MG	3157609	Santa Fé de Minas	3.951	98.775,00	8.231,25
MG	3157658	Santa Helena de Minas	6.079	151.974,96	12.664,58
MG	3157708	Santa Juliana	11.588	266.523,96	22.210,33
MG	3157807	Santa Luzia	204.327	4.290.867,00	357.572,25
MG	3157906	Santa Margarida	15.111	377.775,00	31.481,25
MG	3158003	Santa Maria de Itabira	10.568	264.200,04	22.016,67
MG	3158102	Santa Maria do Salto	5.273	131.825,04	10.985,42
MG	3158201	Santa Maria do Suaçuí	14.399	359.975,04	29.997,92
MG	3159209	Santa Rita de Caldas	9.008	225.200,04	18.766,67
MG	3159407	Santa Rita de Ibitipoca	3.563	89.075,04	7.422,92
MG	3159308	Santa Rita de Jacutinga	4.976	124.400,04	10.366,67
MG	3159357	Santa Rita de Minas	6.605	165.125,04	13.760,42
MG	3159506	Santa Rita do Itueto	5.670	141.750,00	11.812,50
MG	3159605	Santa Rita do Sapucaí	38.253	803.313,00	66.942,75
MG	3159704	Santa Rosa da Serra	3.233	80.825,04	6.735,42
MG	3159803	Santa Vitória	18.275	456.875,04	38.072,92
MG	3158300	Santana da Vargem	7.209	180.225,00	15.018,75
MG	3158409	Santana de Cataguases	3.643	91.074,96	7.589,58
MG	3158508	Santana de Pirapama	7.963	199.074,96	16.589,58
MG	3158607	Santana do Deserto	3.867	96.675,00	8.056,25
MG	3158706	Santana do Garambéu	2.254	56.349,96	4.695,83
MG	3158805	Santana do Jacaré	4.623	115.575,00	9.631,25
MG	3158904	Santana do Manhuaçu	8.581	214.524,96	17.877,08
MG	3158953	Santana do Paraíso	27.965	699.125,04	58.260,42
MG	3159001	Santana do Riacho	4.045	101.124,96	8.427,08
MG	3159100	Santana dos Montes	3.813	95.325,00	7.943,75
MG	3159902	Santo Antônio do Amparo	17.440	435.999,96	36.333,33
MG	3160009	Santo Antônio do Aventureiro	3.540	88.500,00	7.375,00
MG	3160108	Santo Antônio do Grama	4.063	101.574,96	8.464,58
MG	3160207	Santo Antônio do Itambé	4.101	102.525,00	8.543,75
MG	3160306	Santo Antônio do Jacinto	11.747	293.675,04	24.472,92
MG	3160405	Santo Antônio do Monte	26.168	601.863,96	50.155,33
MG	3160454	Santo Antônio do Retiro	6.979	174.474,96	14.539,58
MG	3160504	Santo Antônio do Rio Abaixo	1.774	44.349,96	3.695,83
MG	3160603	Santo Hipólito	3.219	80.475,00	6.706,25
MG	3160702	Santos Dumont	46.246	1.063.658,04	88.638,17
MG	3160801	São Bento Abade	4.642	116.049,96	9.670,83
MG	3160900	São Brás do Suaçuí	3.531	81.213,00	6.767,75
MG	3160959	São Domingos das Dores	5.425	135.624,96	11.302,08
MG	3161007	São Domingos do Prata	17.336	433.400,04	36.116,67
MG	3161056	São Félix de Minas	3.377	84.425,04	7.035,42
MG	3161106	São Francisco	54.007	1.242.161,04	103.513,42
MG	3161205	São Francisco de Paula	6.480	162.000,00	13.500,00
MG	3161304	São Francisco de Sales	5.815	145.374,96	12.114,58
MG	3161403	São Francisco do Glória	5.139	128.475,00	10.706,25
MG	3161502	São Geraldo	10.459	261.474,96	21.789,58
MG	3161601	São Geraldo da Piedade	4.341	108.525,00	9.043,75
MG	3161650	São Geraldo do Baixio	3.534	88.350,00	7.362,50
MG	3161700	São Gonçalo do Abaeté	6.328	158.199,96	13.183,33
MG	3161809	São Gonçalo do Pará	10.585	243.455,04	20.287,92
MG	3161908	São Gonçalo do Rio Abaixo	9.878	227.193,96	18.932,83
MG	3125507	São Gonçalo do Rio Preto	3.064	76.599,96	6.383,33
MG	3162005	São Gonçalo do Sapucaí	24.029	552.666,96	46.055,58
MG	3162104	São Gotardo	32.141	803.525,04	66.960,42
MG	3162203	São João Batista do Glória	6.935	173.375,04	14.447,92
MG	3162252	São João da Lagoa	4.676	116.900,04	9.741,67
MG	3162302	São João da Mata	2.730	68.250,00	5.687,50
MG	3162401	São João da Ponte	25.307	632.675,04	52.722,92
MG	3162450	São João das Missões	11.829	295.725,00	24.643,75
MG	3162500	São João del Rei	84.919	1.953.137,04	162.761,42
MG	3162559	São João do Manhuaçu	10.363	259.074,96	21.589,58
MG	3162575	São João do Manteninha	5.249	131.225,04	10.935,42
MG	3162609	São João do Oriente	7.827	195.675,00	16.306,25
MG	3162658	São João do Pacuí	4.091	102.275,04	8.522,92
MG	3162708	São João do Paraíso	22.420	560.499,96	46.708,33
MG	3162807	São João Evangelista	15.556	388.899,96	32.408,33
MG	3162906	São João Nepomuceno	25.155	628.875,00	52.406,25
MG	3162922	São Joaquim de Bicas	26.104	600.392,04	50.032,67
MG	3162948	São José da Barra	6.834	157.182,00	13.098,50
MG	3162955	São José da Lapa	20.168	463.863,96	38.655,33
MG	3163003	São José da Safira	4.089	102.225,00	8.518,75
MG	3163102	São José da Varginha	4.273	106.824,96	8.902,08
MG	3163201	São José do Alegre	4.011	100.275,00	8.356,25
MG	3163300	São José do Divino	3.832	95.799,96	7.983,33
MG	3163409	São José do Goiabal	5.608	140.199,96	11.683,33
MG	3163508	São José do Jacuri	6.535	163.374,96	13.614,58
MG	3163607	São José do Mantimento	2.609	65.225,04	5.435,42
MG	3163706	São Lourenço	42.021	882.441,00	73.536,75
MG	3163805	São Miguel do Anta	6.770	169.250,04	14.104,17
MG	3163904	São Pedro da União	4.996	124.899,96	10.408,33
MG	3164100	São Pedro do Suaçuí	5.531	138.275,04	11.522,92
MG	3164001	São Pedro dos Ferros	8.289	207.225,00	17.268,75
MG	3164209	São Romão	10.468	261.699,96	21.808,33
MG	3164308	São Roque de Minas	6.714	167.850,00	13.987,50
MG	3164407	São Sebastião da Bela Vista	4.997	114.930,96	9.577,58
MG	3164431	São Sebastião da Vargem Alegre	2.816	70.400,04	5.866,67
MG	3164472	São Sebastião do Anta	5.813	145.325,04	12.110,42
MG	3164506	São Sebastião do Maranhão	10.574	264.350,04	22.029,17
MG	3164605	São Sebastião do Oeste	5.894	135.561,96	11.296,83
MG	3164704	São Sebastião do Paraíso	65.491	1.375.311,00	114.609,25
MG	3164803	São Sebastião do Rio Preto	1.601	40.025,04	3.335,42
MG	3164902	São Sebastião do Rio Verde	2.121	53.025,00	4.418,75
MG	3165206	São Thomé das Letras	6.690	167.250,00	13.937,50
MG	3165008	São Tiago	10.586	264.650,04	22.054,17
MG	3165107	São Tomás de Aquino	7.077	176.925,00	14.743,75
MG	3165305	São Vicente de Minas	7.073	176.825,04	14.735,42
MG	3165404	Sapucaí-Mirim	6.302	157.550,04	13.129,17
MG	3165503	Sardoá	5.657	141.425,04	11.785,42
MG	3165537	Sarzedo	26.470	555.870,00	46.322,50
MG	3165560	Sem-Peixe	2.823	70.575,00	5.881,25
MG	3165578	Senador Amaral	5.226	130.650,00	10.887,50
MG	3165602	Senador Cortes	1.988	49.700,04	4.141,67
MG	3165701	Senador Firmino	7.279	181.974,96	15.164,58
MG	3165800	Senador José Bento	1.830	45.750,00	3.812,50
MG	3165909	Senador Modestino Gonçalves	4.527	113.175,00	9.431,25
MG	3166006	Senhora de Oliveira	5.687	142.175,04	11.847,92
MG	3166105	Senhora do Porto	3.496	87.399,96	7.283,33
MG	3166204	Senhora dos Remédios	10.210	255.249,96	21.270,83
MG	3166303	Sericita	7.139	178.475,04	14.872,92
MG	3166402	Seritinga	1.793	44.825,04	3.735,42
MG	3166501	Serra Azul de Minas	4.222	105.549,96	8.795,83
MG	3166600	Serra da Saudade	811	20.274,96	1.689,58
MG	3166808	Serra do Salitre	10.638	265.950,00	22.162,50
MG	3166709	Serra dos Aimorés	8.430	210.750,00	17.562,50
MG	3166907	Serrania	7.545	173.535,00	14.461,25
MG	3166956	Serranópolis de Minas	4.455	111.375,00	9.281,25
MG	3167004	Serranos	1.990	49.749,96	4.145,83
MG	3167103	Serro	20.822	520.550,04	43.379,17
MG	3167202	Sete Lagoas	216.400	4.544.400,00	378.700,00
MG	3165552	Setubinha	11.008	275.199,96	22.933,33
MG	3167301	Silveirânia	2.197	54.924,96	4.577,08
MG	3167400	Silvianópolis	6.041	138.942,96	11.578,58
MG	3167509	Simão Pereira	2.542	63.549,96	5.295,83
MG	3167608	Simonésia	18.408	460.200,00	38.350,00
MG	3167707	Sobrália	5.796	144.900,00	12.075,00
MG	3167806	Soledade de Minas	5.716	142.899,96	11.908,33
MG	3167905	Tabuleiro	4.042	101.049,96	8.420,83
MG	3168002	Taiobeiras	31.192	779.799,96	64.983,33
MG	3168051	Taparuba	3.131	78.275,04	6.522,92
MG	3168101	Tapira	4.173	104.325,00	8.693,75
MG	3168200	Tapiraí	1.871	46.775,04	3.897,92
MG	3168309	Taquaraçu de Minas	3.818	95.450,04	7.954,17
MG	3168408	Tarumirim	14.279	356.975,04	29.747,92
MG	3168507	Teixeiras	11.371	284.274,96	23.689,58
MG	3168606	Teófilo Otoni	135.154	2.838.234,00	236.519,50
MG	3168705	Timóteo	81.993	1.721.853,00	143.487,75
MG	3168804	Tiradentes	7.054	162.242,04	13.520,17
MG	3168903	Tiros	6.855	171.375,00	14.281,25
MG	3169000	Tocantins	15.886	365.378,04	30.448,17
MG	3169059	Tocos do Moji	3.960	99.000,00	8.250,00
MG	3169109	Toledo	5.806	145.149,96	12.095,83
MG	3169208	Tombos	9.375	234.375,00	19.531,25
MG	3169307	Três Corações	73.339	1.686.797,04	140.566,42
MG	3169356	Três Marias	28.683	717.075,00	59.756,25
MG	3169406	Três Pontas	54.078	1.243.794,00	103.649,50
MG	3169505	Tumiritinga	6.329	158.225,04	13.185,42
MG	3169604	Tupaciguara	24.271	606.774,96	50.564,58
MG	3169703	Turmalina	18.222	455.550,00	37.962,50
MG	3169802	Turvolândia	4.690	117.249,96	9.770,83
MG	3169901	Ubá	102.782	2.055.639,96	171.303,33
MG	3170008	Ubaí	11.751	293.775,00	24.481,25
MG	3170057	Ubaporanga	12.068	301.700,04	25.141,67
MG	3170107	Uberaba	299.361	6.286.581,00	523.881,75
MG	3170206	Uberlândia	611.904	12.238.080,00	1.019.840,00
MG	3170305	Umburatiba	2.693	67.325,04	5.610,42
MG	3170404	Unaí	78.144	1.797.312,00	149.776,00
MG	3170438	União de Minas	4.402	110.049,96	9.170,83
MG	3170479	Uruana de Minas	3.233	80.825,04	6.735,42
MG	3170503	Urucânia	10.285	257.124,96	21.427,08
MG	3170529	Urucuia	13.911	347.775,00	28.981,25
MG	3170578	Vargem Alegre	6.455	161.375,04	13.447,92
MG	3170602	Vargem Bonita	2.160	54.000,00	4.500,00
MG	3170651	Vargem Grande do Rio Pardo	4.755	118.875,00	9.906,25
MG	3170701	Varginha	124.162	2.483.240,04	206.936,67
MG	3170750	Varjão de Minas	6.158	153.950,04	12.829,17
MG	3170800	Várzea da Palma	36.129	903.225,00	75.268,75
MG	3170909	Varzelândia	19.112	477.800,04	39.816,67
MG	3171006	Vazante	19.785	494.625,00	41.218,75
MG	3171030	Verdelândia	8.436	210.900,00	17.575,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MG	3171071	Veredinha	5.559	138.975,00	11.581,25
MG	3171105	Veríssimo	3.530	88.250,04	7.354,17
MG	3171154	Vermelho Novo	4.698	117.450,00	9.787,50
MG	3171204	Vespasiano	106.685	2.240.385,00	186.698,75
MG	3171303	Viçosa	72.786	1.674.078,00	139.506,50
MG	3171402	Vieiras	3.715	92.874,96	7.739,58
MG	3171600	Virgem da Lapa	13.615	340.374,96	28.364,58
MG	3171709	Virgínia	8.618	215.450,04	17.954,17
MG	3171808	Virginópolis	10.553	263.825,04	21.985,42
MG	3171907	Virgolândia	5.624	140.600,04	11.716,67
MG	3172004	Visconde do Rio Branco	38.353	882.119,04	73.509,92
MG	3172103	Volta Grande	5.082	127.050,00	10.587,50
MG	3172202	Wenceslau Braz	2.550	63.750,00	5.312,50
MS	5000203	Água Clara	14.686	367.149,96	30.595,83
MS	5000252	Alcinópolis	4.638	115.950,00	9.662,50
MS	5000609	Amambaí	35.133	878.325,00	73.193,75
MS	5000708	Anastácio	23.940	598.500,00	49.875,00
MS	5000807	Anaurilândia	8.535	213.375,00	17.781,25
MS	5000856	Angélica	9.326	233.150,04	19.429,17
MS	5000906	Antônio João	8.270	206.750,04	17.229,17
MS	5001003	Aparecida do Taboado	22.621	565.524,96	47.127,08
MS	5001102	Aquidauana	45.781	1.144.524,96	95.377,08
MS	5001243	Aral Moreira	10.420	260.499,96	21.708,33
MS	5001508	Bandeirantes	6.624	165.600,00	13.800,00
MS	5001904	Bataguassu	20.119	502.974,96	41.914,58
MS	5002001	Batayporã	10.960	273.999,96	22.833,33
MS	5002100	Bela Vista	23.290	582.249,96	48.520,83
MS	5002159	Bodoquena	7.956	198.900,00	16.575,00
MS	5002209	Bonito	19.789	494.724,96	41.227,08
MS	5002308	Brasilândia	11.817	295.425,00	24.618,75
MS	5002407	Caarapó	26.156	653.900,04	54.491,67
MS	5002605	Camapuã	13.617	340.425,00	28.368,75
MS	5002704	Campo Grande	796.252	15.925.040,04	1.327.086,67
MS	5002803	Caracol	5.460	136.500,00	11.375,00
MS	5002902	Cassilândia	21.034	525.849,96	43.820,83
MS	5002951	Chapadão do Sul	20.262	506.550,00	42.212,50
MS	5003108	Corguinho	4.960	123.999,96	10.333,33
MS	5003157	Coronel Sapucaia	14.161	354.024,96	29.502,08
MS	5003207	Corumbá	104.318	2.190.678,00	182.556,50
MS	5003256	Costa Rica	20.027	500.675,04	41.722,92
MS	5003306	Coxim	32.259	806.475,00	67.206,25
MS	5003454	Deodápolis	12.200	305.000,04	25.416,67
MS	5003488	Dois Irmãos do Buriti	10.442	261.050,04	21.754,17
MS	5003504	Douradina	5.413	135.324,96	11.277,08
MS	5003702	Dourados	198.422	4.166.862,00	347.238,50
MS	5003751	Eldorado	11.743	293.574,96	24.464,58
MS	5003801	Fátima do Sul	19.030	437.690,04	36.474,17
MS	5003900	Figueirão	2.937	73.425,00	6.118,75
MS	5004007	Glória de Dourados	9.919	247.974,96	20.664,58
MS	5004106	Guia Lopes da Laguna	10.309	257.724,96	21.477,08
MS	5004304	Iguatemi	14.972	374.300,04	31.191,67
MS	5004403	Inocência	7.654	191.349,96	15.945,83
MS	5004502	Itaporã	21.159	528.975,00	44.081,25
MS	5004601	Itaquiraí	18.833	470.825,04	39.235,42
MS	5004700	Ivinhema	22.395	559.875,00	46.656,25
MS	5004809	Japorã	7.854	196.350,00	16.362,50
MS	5004908	Jaraguari	6.415	160.374,96	13.364,58
MS	5005004	Jardim	24.485	612.125,04	51.010,42
MS	5005103	Jateí	4.008	100.200,00	8.350,00
MS	5005152	Juti	5.971	149.274,96	12.439,58
MS	5005202	Ladário	19.948	498.699,96	41.558,33
MS	5005251	Laguna Carapã	6.565	164.124,96	13.677,08
MS	5005400	Maracaju	38.264	956.600,04	79.716,67
MS	5005608	Miranda	25.794	644.850,00	53.737,50
MS	5005681	Mundo Novo	17.149	428.724,96	35.727,08
MS	5005707	Naviraí	47.174	1.179.350,04	98.279,17
MS	5005806	Nioaque	14.338	358.449,96	29.870,83
MS	5006002	Nova Alvorada do Sul	16.930	423.249,96	35.270,83
MS	5006200	Nova Andradina	46.369	1.159.224,96	96.602,08
MS	5006259	Novo Horizonte do Sul	4.827	120.675,00	10.056,25
MS	5006309	Paranaíba	40.330	1.008.249,96	84.020,83
MS	5006358	Paranhos	12.514	312.849,96	26.070,83
MS	5006408	Pedro Gomes	7.924	198.099,96	16.508,33
MS	5006606	Ponta Porã	79.174	1.821.002,04	151.750,17
MS	5006903	Porto Murtinho	15.530	388.250,04	32.354,17
MS	5007109	Ribas do Rio Pardo	21.271	531.774,96	44.314,58
MS	5007208	Rio Brilhante	31.279	781.974,96	65.164,58
MS	5007307	Rio Negro	5.006	125.150,04	10.429,17
MS	5007406	Rio Verde de Mato Grosso	18.948	473.700,00	39.475,00
MS	5007505	Rochedo	4.972	124.299,96	10.358,33
MS	5007554	Santa Rita do Pardo	7.307	182.675,04	15.222,92
MS	5007695	São Gabriel do Oeste	22.617	565.425,00	47.118,75
MS	5007802	Selvíria	6.303	157.575,00	13.131,25
MS	5007703	Sete Quedas	10.769	269.225,04	22.435,42
MS	5007901	Sidrolândia	43.564	1.089.099,96	90.758,33
MS	5007935	Sonora	15.240	381.000,00	31.750,00
MS	5007950	Tacuru	10.330	258.249,96	21.520,83
MS	5007976	Taquarussu	3.520	87.999,96	7.333,33
MS	5008008	Terenos	17.567	439.175,04	36.597,92
MS	5008305	Três Lagoas	103.536	2.174.256,00	181.188,00
MS	5008404	Vicentina	5.911	147.774,96	12.314,58
MT	5100102	Acorizal	5.493	137.325,00	11.443,75
MT	5100201	Água Boa	21.325	533.124,96	44.427,08
MT	5100250	Alta Floresta	49.332	1.233.300,00	102.775,00
MT	5100300	Alto Araguaia	15.969	399.225,00	33.268,75
MT	5100359	Alto Boa Vista	5.403	135.075,00	11.256,25
MT	5100409	Alto Garças	10.505	262.625,04	21.885,42
MT	5100508	Alto Paraguai	10.180	254.499,96	21.208,33
MT	5100607	Alto Taquari	8.349	192.027,00	16.002,25
MT	5100805	Apiacás	8.713	217.824,96	18.152,08
MT	5101001	Araguaiana	3.180	79.500,00	6.625,00
MT	5101209	Araguainha	1.077	26.925,00	2.243,75
MT	5101258	Araputanga	15.470	386.750,04	32.229,17
MT	5101308	Arenápolis	10.218	255.450,00	21.287,50
MT	5101407	Aripuanã	19.006	475.149,96	39.595,83
MT	5101605	Barão de Melgaço	7.585	189.624,96	15.802,08
MT	5101704	Barra do Bugres	32.134	803.349,96	66.945,83
MT	5101803	Barra do Garças	56.903	1.308.768,96	109.064,08
MT	5101852	Bom Jesus do Araguaia	5.437	135.924,96	11.327,08
MT	5101902	Brasnorte	15.783	394.575,00	32.881,25
MT	5102504	Cáceres	88.428	2.033.844,00	169.487,00
MT	5102603	Campinápolis	14.450	361.250,04	30.104,17
MT	5102637	Campo Novo do Parecis	28.340	708.500,04	59.041,67
MT	5102678	Campo Verde	32.692	817.299,96	68.108,33
MT	5102686	Campos de Júlio	5.327	133.175,04	11.097,92
MT	5102694	Canabrava do Norte	4.771	132.992,04	11.082,67
MT	5102702	Canarana	19.011	475.275,00	39.606,25
MT	5102793	Carlinda	10.890	272.250,00	22.687,50
MT	5102850	Castanheira	8.265	206.625,00	17.218,75
MT	5103007	Chapada dos Guimarães	17.980	449.499,96	37.458,33
MT	5103056	Cláudia	11.122	278.049,96	23.170,83
MT	5103106	Cocalinho	5.500	137.499,96	11.458,33
MT	5103205	Colíder	30.975	774.375,00	64.531,25
MT	5103254	Colniza	27.616	690.399,96	57.533,33
MT	5103304	Comodoro	18.419	460.475,04	38.372,92
MT	5103353	Confresa	25.684	642.099,96	53.508,33
MT	5103361	Conquista D'Oeste	3.447	86.175,00	7.181,25
MT	5103379	Cotriguaçu	15.455	386.375,04	32.197,92
MT	5103403	Cuiabá	556.299	11.125.980,00	927.165,00
MT	5103437	Curvelândia	4.893	122.325,00	10.193,75
MT	5103452	Denise	8.605	215.124,96	17.927,08
MT	5103502	Diamantino	20.475	511.875,00	42.656,25
MT	5103601	Dom Aquino	8.153	203.825,04	16.985,42
MT	5103700	Feliz Natal	11.253	281.325,00	23.443,75
MT	5103809	Figueirópolis D'Oeste	3.757	93.924,96	7.827,08
MT	5103858	Gaúcha do Norte	6.423	160.575,00	13.381,25
MT	5103908	General Carneiro	5.080	126.999,96	10.583,33
MT	5103957	Glória D'Oeste	3.118	77.949,96	6.495,83
MT	5104104	Guarantã do Norte	32.525	813.125,04	67.760,42
MT	5104203	Guiratinga	14.038	350.949,96	29.245,83
MT	5104500	Indiavaí	2.424	60.600,00	5.050,00
MT	5104526	Ipiranga do Norte	5.382	134.550,00	11.212,50
MT	5104542	Itanhangá	5.420	135.500,04	11.291,67
MT	5104559	Itaúba	4.483	112.074,96	9.339,58
MT	5104609	Itiquira	11.653	291.324,96	24.277,08
MT	5104807	Jaciara	25.790	644.750,04	53.729,17
MT	5104906	Jangada	7.740	193.500,00	16.125,00
MT	5105002	Jauru	10.255	256.374,96	21.364,58
MT	5105101	Juara	32.948	823.700,04	68.641,67
MT	5105150	Juína	39.351	983.775,00	81.981,25
MT	5105176	Juruena	11.671	291.774,96	24.314,58
MT	5105200	Juscimeira	11.382	284.550,00	23.712,50
MT	5105234	Lambari D'Oeste	5.492	137.300,04	11.441,67
MT	5105259	Lucas do Rio Verde	47.571	1.094.133,00	91.177,75
MT	5105309	Luciára	2.204	55.100,04	4.591,67
MT	5105580	Marcelândia	11.819	318.000,00	26.500,00
MT	5105606	Matupá	14.396	359.900,04	29.991,67
MT	5105622	Mirassol d'Oeste	25.495	586.385,04	48.865,42
MT	5105903	Nobres	15.003	375.075,00	31.256,25
MT	5106000	Nortelândia	6.374	159.350,04	13.279,17
MT	5106109	Nossa Senhora do Livramento	11.579	289.475,04	24.122,92
MT	5106158	Nova Bandeirantes	12.004	300.099,96	25.008,33
MT	5106208	Nova Brasilândia	4.495	112.374,96	9.364,58
MT	5106216	Nova Canaã do Norte	12.174	304.350,00	25.362,50
MT	5108808	Nova Guarita	4.877	121.925,04	10.160,42
MT	5106182	Nova Lacerda	5.544	138.600,00	11.550,00
MT	5108857	Nova Marilândia	2.980	74.499,96	6.208,33
MT	5108907	Nova Maringá	6.793	169.824,96	14.152,08
MT	5108956	Nova Monte Verde	8.191	204.774,96	17.064,58
MT	5106224	Nova Mutum	33.034	825.849,96	68.820,83
MT	5106174	Nova Nazaré	3.110	77.750,04	6.479,17
MT	5106232	Nova Olímpia	17.771	408.732,96	34.061,08
MT	5106190	Nova Santa Helena	3.487	87.174,96	7.264,58
MT	5106240	Nova Ubiratã	9.492	237.300,00	19.775,00
MT	5106257	Nova Xavantina	19.783	494.574,96	41.214,58
MT	5106273	Novo Horizonte do Norte	3.768	94.200,00	7.850,00
MT	5106265	Novo Mundo	7.512	204.447,96	17.037,33
MT	5106315	Novo Santo Antônio	2.068	51.699,96	4.308,33
MT	5106281	Novo São Joaquim	5.924	153.440,04	12.786,67
MT	5106299	Paranaíta	10.718	267.950,04	22.329,17
MT	5106307	Paranatinga	19.594	489.849,96	40.820,83
MT	5106372	Pedra Preta	15.920	398.000,04	33.166,67
MT	5106422	Peixoto de Azevedo	31.170	779.250,00	64.937,50
MT	5106455	Planalto da Serra	2.715	67.875,00	5.656,25
MT	5106505	Poconé	31.857	796.425,00	66.368,75
MT	5106653	Pontal do Araguaia	5.523	138.075,00	11.506,25
MT	5106703	Ponte Branca	1.744	43.599,96	3.633,33
MT	5106752	Pontes e Lacerda	41.741	1.043.525,04	86.960,42
MT	5106778	Porto Alegre do Norte	10.912	272.799,96	22.733,33
MT	5106802	Porto dos Gaúchos	5.433	135.825,00	11.318,75
MT	5106828	Porto Esperidião	11.111	277.775,04	23.147,92
MT	5106851	Porto Estrela	3.568	89.199,96	7.433,33
MT	5107008	Poxoréo	17.413	435.324,96	36.277,08
MT	5107040	Primavera do Leste	53.004	1.219.092,00	101.591,00
MT	5107065	Querência	13.476	336.900,00	28.075,00
MT	5107156	Reserva do Cabaçal	2.584	64.599,96	5.383,33
MT	5107180	Ribeirão Cascalheira	9.002	225.050,04	18.754,17
MT	5107198	Ribeirãozinho	2.216	55.400,04	4.616,67
MT	5107206	Rio Branco	5.069	126.725,04	10.560,42
MT	5107578	Rondolândia	3.638	90.950,04	7.579,17
MT	5107602	Rondonópolis	198.950	4.177.950,00	348.162,50
MT	5107701	Rosário Oeste	17.601	440.025,00	36.668,75
MT	5107750	Salto do Céu	3.842	96.050,04	8.004,17
MT	5107248	Santa Carmem	4.123	103.074,96	8.589,58
MT	5107743	Santa Cruz do Xingu	1.967	49.175,04	4.097,92
MT	5107768	Santa Rita do Trivelato	2.585	64.625,04	5.385,42
MT	5107776	Santa Terezinha	7.484	187.100,04	15.591,67
MT	5107263	Santo Afonso	3.001	75.024,96	6.252,08
MT	5107792	Santo Antônio do Leste	3.898	97.449,96	8.120,83
MT	5107800	Santo Antônio do Leverger	18.696	467.400,00	38.950,00
MT	5107859	São Félix do Araguaia	10.716	267.900,00	22.325,00
MT	5107297	São José do Povo	3.634	90.849,96	7.570,83
MT	5107305	São José do Rio Claro	17.461	436.524,96	36.377,08
MT	5107354	São José do Xingu	5.266	131.649,96	10.970,83
MT	5107107	São José dos Quatro Marcos	18.945	473.625,00	39.468,75

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MT	5107404	São Pedro da Cipa	4.209	105.225,00	8.768,75
MT	5107875	Sapezal	18.880	434.240,04	36.186,67
MT	5107883	Serra Nova Dourada	1.393	64.928,04	5.410,67
MT	5107909	Sinop	116.014	2.436.294,00	203.024,50
MT	5107925	Sorriso	68.894	1.584.561,96	132.046,83
MT	5107941	Tabaporã	9.863	317.664,00	26.472,00
MT	5107958	Tangará da Serra	85.319	1.962.336,96	163.528,08
MT	5108006	Tapurah	10.723	268.074,96	22.339,58
MT	5108055	Terra Nova do Norte	11.107	309.420,00	25.785,00
MT	5108105	Tesouro	3.436	85.899,96	7.158,33
MT	5108204	Torixoréu	4.013	100.325,04	8.360,42
MT	5108303	União do Sul	3.727	93.344,04	7.778,67
MT	5108352	Vale de São Domingos	3.052	76.299,96	6.358,33
MT	5108402	Várzea Grande	255.449	5.364.429,00	447.035,75
MT	5108501	Vera	10.326	258.150,00	21.512,50
MT	5105507	Vila Bela da Santíssima Trindade	14.634	365.850,00	30.487,50
MT	5108600	Vila Rica	21.828	545.700,00	45.475,00
PA	1500107	Abaetetuba	142.785	2.998.485,00	249.873,75
PA	1500131	Abel Figueiredo	6.844	175.806,00	14.650,50
PA	1500206	Acará	53.680	1.234.640,04	102.886,67
PA	1500305	Afuá	35.467	886.674,96	73.889,58
PA	1500347	Água Azul do Norte	25.286	632.150,04	52.679,17
PA	1500404	Alenquer	53.004	1.219.092,00	101.591,00
PA	1500503	Almeirim	33.588	839.700,00	69.975,00
PA	1500602	Altamira	100.736	2.115.456,00	176.288,00
PA	1500701	Anajás	25.254	631.350,00	52.612,50
PA	1500800	Ananindeua	477.999	10.037.979,00	836.498,25
PA	1500859	Anapu	21.398	534.950,04	44.579,17
PA	1500909	Augusto Corrêa	41.072	1.026.800,04	85.566,67
PA	1500958	Aurora do Pará	27.070	676.749,96	56.395,83
PA	1501006	Aveiro	15.875	568.256,04	47.354,67
PA	1501105	Bagre	24.644	616.100,04	51.341,67
PA	1501204	Baião	38.092	952.299,96	79.358,33
PA	1501253	Bannach	3.405	85.125,00	7.093,75
PA	1501303	Barcarena	102.668	2.156.028,00	179.669,00
PA	1501402	Belém	1.402.056	28.041.120,00	2.336.760,00
PA	1501451	Belterra	16.451	411.275,04	34.272,92
PA	1501501	Benevides	52.888	1.216.424,04	101.368,67
PA	1501576	Bom Jesus do Tocantins	15.467	386.675,04	32.222,92
PA	1501600	Bonito	13.923	348.075,00	29.006,25
PA	1501709	Bragança	114.720	2.409.120,00	200.760,00
PA	1501725	Brasil Novo	15.575	441.972,00	36.831,00
PA	1501758	Brejo Grande do Araguaia	7.306	189.135,96	15.761,33
PA	1501782	Breu Branco	54.032	1.242.735,96	103.561,33
PA	1501808	Breves	93.835	2.158.205,04	179.850,42
PA	1501907	Bujaru	26.053	651.324,96	54.277,08
PA	1502004	Cachoeira do Arari	20.801	520.025,04	43.335,42
PA	1501956	Cachoeira do Piriá	27.332	683.300,04	56.941,67
PA	1502103	Cametá	122.683	2.576.343,00	214.695,25
PA	1502152	Canaã dos Carajás	27.929	698.225,04	58.185,42
PA	1502202	Capanema	64.140	1.475.220,00	122.935,00
PA	1502301	Capitão Poço	52.057	1.197.311,04	99.775,92
PA	1502400	Castanhal	176.116	3.698.436,00	308.203,00
PA	1502509	Chaves	21.286	532.149,96	44.345,83
PA	1502608	Colares	11.439	285.975,00	23.831,25
PA	1502707	Conceição do Araguaia	45.724	1.143.099,96	95.258,33
PA	1502756	Concórdia do Pará	28.774	719.349,96	59.945,83
PA	1502764	Cumaru do Norte	10.811	270.275,04	22.522,92
PA	1502772	Curionópolis	18.197	454.925,04	37.910,42
PA	1502806	Curralinho	29.204	730.100,04	60.841,67
PA	1502855	Curuá	12.487	312.174,96	26.014,58
PA	1502905	Curuçá	34.919	872.975,04	72.747,92
PA	1502939	Dom Eliseu	52.224	1.201.152,00	100.096,00
PA	1502954	Eldorado dos Carajás	31.954	810.783,96	67.565,33
PA	1503002	Faro	8.035	352.530,00	29.377,50
PA	1503044	Floresta do Araguaia	18.036	450.900,00	37.575,00
PA	1503077	Garrafão do Norte	25.097	627.425,04	52.285,42
PA	1503093	Goianésia do Pará	31.031	775.775,04	64.647,92
PA	1503101	Gurupá	29.520	738.000,00	61.500,00
PA	1503200	Igarapé-Açu	36.155	903.875,04	75.322,92
PA	1503309	Igarapé-Miri	58.498	1.345.454,04	112.121,17
PA	1503408	Inhangapi	10.218	255.450,00	21.287,50
PA	1503457	Ipixuna do Pará	53.318	1.226.313,96	102.192,83
PA	1503507	Irituia	31.429	785.724,96	65.477,08
PA	1503606	Itaituba	97.704	2.301.264,00	191.772,00
PA	1503705	Itupiranga	51.341	1.216.095,96	101.341,33
PA	1503754	Jacareacanga	14.223	764.766,00	63.730,50
PA	1503804	Jacundá	52.191	1.200.393,00	100.032,75
PA	1503903	Juruti	48.306	1.207.650,00	100.637,50
PA	1504000	Limoeiro do Ajuru	25.440	636.000,00	53.000,00
PA	1504059	Mãe do Rio	28.100	702.500,04	58.541,67
PA	1504109	Magalhães Barata	8.148	203.700,00	16.975,00
PA	1504208	Marabá	238.708	5.012.868,00	417.739,00
PA	1504307	Maracanã	28.438	710.949,96	59.245,83
PA	1504406	Marapanim	26.750	668.750,04	55.729,17
PA	1504422	Marituba	110.842	2.327.682,00	193.973,50
PA	1504455	Medicilândia	27.785	694.625,04	57.885,42
PA	1504505	Melgaço	25.096	627.399,96	52.283,33
PA	1504604	Mocajuba	27.207	680.175,00	56.681,25
PA	1504703	Moju	71.329	1.640.567,04	136.713,92
PA	1504802	Monte Alegre	55.636	1.279.628,04	106.635,67
PA	1504901	Muaná	34.875	871.875,00	72.656,25
PA	1504950	Nova Esperança do Piriá	20.256	506.400,00	42.200,00
PA	1504976	Nova Ipixuna	14.859	371.475,00	30.956,25
PA	1505007	Nova Timboteua	13.844	346.100,04	28.841,67
PA	1505031	Novo Progresso	25.138	694.479,96	57.873,33
PA	1505064	Novo Repartimento	63.604	1.462.892,04	121.907,67
PA	1505106	Óbidos	49.552	1.238.799,96	103.233,33
PA	1505205	Oeiras do Pará	29.005	725.124,96	60.427,08
PA	1505304	Oriximiná	63.905	1.469.814,96	122.484,58
PA	1505403	Ourém	16.458	411.450,00	34.287,50
PA	1505437	Ourilândia do Norte	27.965	699.125,04	58.260,42
PA	1505486	Pacajá	40.831	1.020.774,96	85.064,58
PA	1505494	Palestina do Pará	7.470	202.287,96	16.857,33
PA	1505502	Paragominas	99.460	2.287.580,04	190.631,67
PA	1505536	Parauapebas	160.229	3.364.809,00	280.400,75
PA	1505551	Pau D'Arco	5.950	150.831,96	12.569,33
PA	1505601	Peixe-Boi	7.862	196.550,04	16.379,17
PA	1505635	Piçarra	12.699	317.475,00	26.456,25
PA	1505650	Placas	24.744	618.600,00	51.550,00
PA	1505700	Ponta de Pedras	26.560	663.999,96	55.333,33
PA	1505809	Portel	53.257	1.224.911,04	102.075,92
PA	1505908	Porto de Moz	34.756	868.899,96	72.408,33
PA	1506005	Prainha	29.337	733.425,00	61.118,75
PA	1506104	Primavera	10.311	257.775,00	21.481,25
PA	1506112	Quatipuru	12.527	313.175,04	26.097,92
PA	1506138	Redenção	76.501	1.759.523,04	146.626,92
PA	1506161	Rio Maria	17.713	442.824,96	36.902,08
PA	1506187	Rondon do Pará	47.509	1.187.724,96	98.977,08
PA	1506195	Rurópolis	41.272	1.031.799,96	85.983,33
PA	1506203	Salinópolis	37.726	943.149,96	78.595,83
PA	1506302	Salvaterra	20.572	514.299,96	42.858,33
PA	1506351	Santa Bárbara do Pará	17.584	439.599,96	36.633,33
PA	1506401	Santa Cruz do Arari	8.378	209.450,04	17.454,17
PA	1506500	Santa Isabel do Pará	60.713	1.396.398,96	116.366,58
PA	1506559	Santa Luzia do Pará	19.426	485.649,96	40.470,83
PA	1506583	Santa Maria das Barreiras	17.686	442.149,96	36.845,83
PA	1506609	Santa Maria do Pará	23.194	579.849,96	48.320,83
PA	1506708	Santana do Araguaia	58.067	1.335.540,96	111.295,08
PA	1506807	Santarém	297.040	6.237.840,00	519.820,00
PA	1506906	Santarém Novo	6.196	154.899,96	12.908,33
PA	1507003	Santo Antônio do Tauá	27.199	679.974,96	56.664,58
PA	1507102	São Caetano de Odivelas	16.991	424.775,04	35.397,92
PA	1507151	São Domingos do Araguaia	23.370	584.250,00	48.687,50
PA	1507201	São Domingos do Capim	30.034	750.849,96	62.570,83
PA	1507300	São Félix do Xingu	95.694	2.200.962,00	183.413,50
PA	1507409	São Francisco do Pará	15.123	378.075,00	31.506,25
PA	1507458	São Geraldo do Araguaia	25.429	635.724,96	52.977,08
PA	1507466	São João da Ponta	5.360	134.000,04	11.166,67
PA	1507474	São João de Pirabas	20.890	522.249,96	43.520,83
PA	1507508	São João do Araguaia	13.225	330.624,96	27.552,08
PA	1507607	São Miguel do Guamá	52.350	1.204.050,00	100.337,50
PA	1507706	São Sebastião da Boa Vista	23.307	582.675,00	48.556,25
PA	1507755	Sapucaia	5.144	128.600,04	10.716,67
PA	1507805	Senador José Porfírio	12.840	321.000,00	26.750,00
PA	1507904	Soure	23.235	580.875,00	48.406,25
PA	1507953	Tailândia	82.434	1.895.982,00	157.998,50
PA	1507961	Terra Alta	10.416	260.400,00	21.700,00
PA	1507979	Terra Santa	17.130	428.250,00	35.687,50
PA	1508001	Tomé-Açu	57.228	1.316.244,00	109.687,00
PA	1508035	Tracuateua	27.817	695.424,96	57.952,08
PA	1508050	Trairão	17.093	427.325,04	35.610,42
PA	1508084	Tucumã	34.334	858.350,04	71.529,17
PA	1508100	Tucuruí	98.919	2.275.137,00	189.594,75
PA	1508126	Ulianópolis	45.190	1.129.749,96	94.145,83
PA	1508159	Uruará	44.758	1.118.949,96	93.245,83
PA	1508209	Vigia	48.482	1.212.050,04	101.004,17
PA	1508308	Viseu	57.148	1.314.404,04	109.533,67
PA	1508357	Vitória do Xingu	13.607	340.175,04	28.347,92
PA	1508407	Xinguara	40.984	1.024.599,96	85.383,33
PB	2500106	Água Branca	9.532	238.299,96	19.858,33
PB	2500205	Aguiar	5.522	138.050,04	11.504,17
PB	2500304	Alagoa Grande	28.427	710.675,04	59.222,92
PB	2500403	Alagoa Nova	19.766	494.150,04	41.179,17
PB	2500502	Alagoinha	13.660	341.499,96	28.458,33
PB	2500536	Alcantil	5.261	131.525,04	10.960,42
PB	2500577	Algodão de Jandaíra	2.379	59.475,00	4.956,25
PB	2500601	Alhandra	18.168	454.200,00	37.850,00
PB	2500734	Amparo	2.104	52.599,96	4.383,33
PB	2500775	Aparecida	7.756	193.899,96	16.158,33
PB	2500809	Araçagi	17.158	428.949,96	35.745,83
PB	2500908	Arara	12.738	318.450,00	26.537,50
PB	2501005	Araruna	19.054	476.349,96	39.695,83
PB	2501104	Areia	23.653	591.324,96	49.277,08
PB	2501153	Areia de Baraúnas	1.914	47.850,00	3.987,50
PB	2501203	Areial	6.504	162.600,00	13.550,00
PB	2501302	Aroeiras	19.049	476.225,04	39.685,42
PB	2501351	Assunção	3.566	89.150,04	7.429,17
PB	2501401	Baía da Traição	8.130	203.250,00	16.937,50
PB	2501500	Bananeiras	21.801	545.025,00	45.418,75
PB	2501534	Baraúna	4.301	107.525,04	8.960,42
PB	2501609	Barra de Santa Rosa	14.287	357.174,96	29.764,58
PB	2501575	Barra de Santana	8.198	204.950,04	17.079,17
PB	2501708	Barra de São Miguel	5.646	141.150,00	11.762,50
PB	2501807	Bayeux	100.137	2.102.877,00	175.239,75
PB	2501906	Belém	17.131	428.274,96	35.689,58
PB	2502003	Belém do Brejo do Cruz	7.154	178.850,04	14.904,17
PB	2502052	Bernardino Batista	3.115	77.874,96	6.489,58
PB	2502102	Boa Ventura	5.687	142.175,04	11.847,92
PB	2502151	Boa Vista	6.323	158.075,04	13.172,92
PB	2502201	Bom Jesus	2.416	60.399,96	5.033,33
PB	2502300	Bom Sucesso	5.016	125.400,00	10.450,00
PB	2502409	Bonito de Santa Fé	10.925	273.125,04	22.760,42
PB	2502508	Boqueirão	16.967	424.175,04	35.347,92
PB	2502706	Borborema	5.141	128.525,04	10.710,42
PB	2502805	Brejo do Cruz	13.220	330.500,04	27.541,67
PB	2502904	Brejo dos Santos	6.218	155.450,04	12.954,17
PB	2503001	Caaporã	20.510	512.750,04	42.729,17
PB	2503100	Cabaceiras	5.093	127.325,04	10.610,42
PB	2503209	Cabedelo	59.104	1.359.392,04	113.282,67
PB	2503308	Cachoeira dos Índios	9.617	240.425,04	20.035,42
PB	2503407	Cacimba de Areia	3.574	89.349,96	7.445,83
PB	2503506	Cacimba de Dentro	16.743	418.575,00	34.881,25
PB	2503555	Cacimbas	6.847	171.174,96	14.264,58
PB	2503605	Caiçara	7.212	180.300,00	15.025,00
PB	2503704	Cajazeiras	58.794	1.352.262,00	112.688,50
PB	2503753	Cajazeirinhas	3.048	76.200,00	6.350,00
PB	2503803	Caldas Brandão	5.674	141.849,96	11.820,83
PB	2503902	Camalaú	5.771	144.275,04	12.022,92
PB	2504009	Campina Grande	387.644	8.140.524,00	678.377,00
PB	2516409	Campo de Santana	10.330	258.249,96	21.520,83
PB	2504033	Capim	5.711	142.775,04	11.897,92
PB	2504074	Caraúbas	3.925	98.124,96	8.177,08
PB	2504108	Carrapateira	2.410	60.249,96	5.020,83
PB	2504157	Casserengue	7.096	177.399,96	14.783,33

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PB	2504207	Catingueira	4.817	120.425,04	10.035,42
PB	2504306	Catolé do Rocha	28.922	723.050,04	60.254,17
PB	2504355	Caturité	4.571	114.275,04	9.522,92
PB	2504405	Conceição	18.397	459.924,96	38.327,08
PB	2504504	Condado	6.591	164.775,00	13.731,25
PB	2504603	Conde	21.783	544.575,00	45.381,25
PB	2504702	Congo	4.690	117.249,96	9.770,83
PB	2504801	Coremas	15.151	378.774,96	31.564,58
PB	2504850	Coxixola	1.787	44.675,04	3.722,92
PB	2504900	Cruz do Espírito Santo	16.158	403.950,00	33.662,50
PB	2505006	Cubati	6.903	172.575,00	14.381,25
PB	2505105	Cuité	19.981	499.524,96	41.627,08
PB	2505238	Cuité de Mamanguape	6.208	155.199,96	12.933,33
PB	2505204	Cuitegi	6.861	171.525,00	14.293,75
PB	2505279	Curral de Cima	5.201	130.025,04	10.835,42
PB	2505303	Curral Velho	2.501	62.525,04	5.210,42
PB	2505352	Damião	4.946	123.650,04	10.304,17
PB	2505402	Desterro	8.014	200.349,96	16.695,83
PB	2505600	Diamante	6.593	164.825,04	13.735,42
PB	2505709	Dona Inês	10.477	261.924,96	21.827,08
PB	2505808	Duas Estradas	3.625	90.624,96	7.552,08
PB	2505907	Emas	3.337	83.424,96	6.952,08
PB	2506004	Esperança	31.320	783.000,00	65.250,00
PB	2506103	Fagundes	11.368	284.199,96	23.683,33
PB	2506202	Frei Martinho	2.934	73.350,00	6.112,50
PB	2506251	Gado Bravo	8.365	209.124,96	17.427,08
PB	2506301	Guarabira	55.657	1.280.111,04	106.675,92
PB	2506400	Gurinhém	13.875	346.875,00	28.906,25
PB	2506509	Gurjão	3.188	79.700,04	6.641,67
PB	2506608	Ibiara	6.004	150.099,96	12.508,33
PB	2502607	Igaracy	6.145	153.624,96	12.802,08
PB	2506707	Imaculada	11.388	284.700,00	23.725,00
PB	2506806	Ingá	18.235	455.874,96	37.989,58
PB	2506905	Itabaiana	24.426	610.650,00	50.887,50
PB	2507002	Itaporanga	23.351	583.775,04	48.647,92
PB	2507101	Itapororoca	17.179	429.474,96	35.789,58
PB	2507200	Itatuba	10.265	256.625,04	21.385,42
PB	2507309	Jacaraú	13.967	349.175,04	29.097,92
PB	2507408	Jericó	7.548	188.700,00	15.725,00
PB	2507507	João Pessoa	733.155	14.663.100,00	1.221.925,00
PB	2507606	Juarez Távora	7.506	187.650,00	15.637,50
PB	2507705	Juazeirinho	16.923	423.075,00	35.256,25
PB	2507804	Junco do Seridó	6.695	167.375,04	13.947,92
PB	2507903	Juripiranga	10.283	257.075,04	21.422,92
PB	2508000	Juru	9.810	245.250,00	20.437,50
PB	2508109	Lagoa	4.669	116.724,96	9.727,08
PB	2508208	Lagoa de Dentro	7.392	184.800,00	15.400,00
PB	2508307	Lagoa Seca	26.035	650.874,96	54.239,58
PB	2508406	Lastro	2.820	70.500,00	5.875,00
PB	2508505	Livramento	7.177	179.424,96	14.952,08
PB	2508554	Logradouro	3.985	99.624,96	8.302,08
PB	2508604	Lucena	11.882	297.050,04	24.754,17
PB	2508703	Mãe d'Água	4.009	100.224,96	8.352,08
PB	2508802	Malta	5.607	140.175,00	11.681,25
PB	2508901	Mamanguape	42.602	1.065.050,04	88.754,17
PB	2509008	Manaíra	10.781	269.525,04	22.460,42
PB	2509057	Marcação	7.717	192.924,96	16.077,08
PB	2509107	Mari	21.216	530.400,00	44.200,00
PB	2509156	Marizópolis	6.216	155.400,00	12.950,00
PB	2509206	Massaranduba	12.995	324.875,04	27.072,92
PB	2509305	Mataraca	7.526	188.150,04	15.679,17
PB	2509339	Matinhas	4.340	108.500,04	9.041,67
PB	2509370	Mato Grosso	2.724	68.100,00	5.675,00
PB	2509396	Maturéia	6.009	150.225,00	12.518,75
PB	2509404	Mogeiro	12.468	311.700,00	25.975,00
PB	2509503	Montadas	5.069	126.725,04	10.560,42
PB	2509602	Monte Horebe	4.539	113.475,00	9.456,25
PB	2509701	Monteiro	31.095	777.375,00	64.781,25
PB	2509800	Mulungu	9.506	237.650,04	19.804,17
PB	2509909	Natuba	10.567	264.174,96	22.014,58
PB	2510006	Nazarezinho	7.266	181.650,00	15.137,50
PB	2510105	Nova Floresta	10.524	263.100,00	21.925,00
PB	2510204	Nova Olinda	6.041	151.025,04	12.585,42
PB	2510303	Nova Palmeira	4.422	110.550,00	9.212,50
PB	2510402	Olho d'Água	6.862	171.549,96	14.295,83
PB	2510501	Olivedos	3.661	91.524,96	7.627,08
PB	2510600	Ouro Velho	2.937	73.425,00	6.118,75
PB	2510659	Parari	1.243	31.074,96	2.589,58
PB	2510709	Passagem	2.253	56.325,00	4.693,75
PB	2510808	Patos	101.359	2.128.539,00	177.378,25
PB	2510907	Paulista	11.829	295.725,00	24.643,75
PB	2511004	Pedra Branca	3.724	93.099,96	7.758,33
PB	2511103	Pedra Lavrada	7.541	188.525,04	15.710,42
PB	2511202	Pedras de Fogo	27.389	684.725,04	57.060,42
PB	2512721	Pedro Régis	5.795	144.875,04	12.072,92
PB	2511301	Piancó	15.511	387.774,96	32.314,58
PB	2511400	Picuí	18.248	456.200,04	38.016,67
PB	2511509	Pilar	11.262	281.550,00	23.462,50
PB	2511608	Pilões	6.915	211.224,00	17.602,00
PB	2511707	Pilõezinhos	5.134	128.349,96	10.695,83
PB	2511806	Pirpirituba	10.336	258.399,96	21.533,33
PB	2511905	Pitimbu	17.262	431.550,00	35.962,50
PB	2512002	Pocinhos	17.198	429.950,04	35.829,17
PB	2512036	Poço Dantas	3.746	93.650,04	7.804,17
PB	2512077	Poço de José de Moura	4.013	100.325,04	8.360,42
PB	2512101	Pombal	32.122	803.049,96	66.920,83
PB	2512200	Prata	3.887	97.175,04	8.097,92
PB	2512309	Princesa Isabel	21.518	537.950,04	44.829,17
PB	2512408	Puxinanã	12.996	324.900,00	27.075,00
PB	2512507	Queimadas	41.298	1.032.450,00	86.037,50
PB	2512606	Quixabá	1.730	43.250,04	3.604,17
PB	2512705	Remígio	17.786	444.650,04	37.054,17
PB	2512747	Riachão	3.303	82.575,00	6.881,25
PB	2512754	Riachão do Bacamarte	4.289	107.225,04	8.935,42
PB	2512762	Riachão do Poço	4.201	105.024,96	8.752,08
PB	2512788	Riacho de Santo Antônio	1.752	43.800,00	3.650,00
PB	2512804	Riacho dos Cavalos	8.334	208.350,00	17.362,50
PB	2512903	Rio Tinto	23.028	575.700,00	47.975,00
PB	2513000	Salgadinho	3.561	89.025,00	7.418,75
PB	2513109	Salgado de São Félix	11.971	299.274,96	24.939,58
PB	2513158	Santa Cecília	6.643	166.074,96	13.839,58
PB	2513208	Santa Cruz	6.471	161.775,00	13.481,25
PB	2513307	Santa Helena	5.352	133.800,00	11.150,00
PB	2513356	Santa Inês	3.539	88.475,04	7.372,92
PB	2513406	Santa Luzia	14.774	369.350,04	30.779,17
PB	2513703	Santa Rita	121.166	2.544.486,00	212.040,50
PB	2513802	Santa Teresinha	4.570	114.249,96	9.520,83
PB	2513505	Santana de Mangueira	5.298	132.450,00	11.037,50
PB	2513604	Santana dos Garrotes	7.219	180.474,96	15.039,58
PB	2513653	Santarém	2.619	65.475,00	5.456,25
PB	2513851	Santo André	2.626	65.649,96	5.470,83
PB	2513927	São Bentinho	4.181	104.525,04	8.710,42
PB	2513901	São Bento	31.237	780.924,96	65.077,08
PB	2513968	São Domingos de Pombal	2.883	72.075,00	6.006,25
PB	2513943	São Domingos do Cariri	2.438	60.950,04	5.079,17
PB	2513984	São Francisco	3.357	83.925,00	6.993,75
PB	2514008	São João do Cariri	4.329	108.225,00	9.018,75
PB	2500700	São João do Rio do Peixe	18.199	454.974,96	37.914,58
PB	2514107	São João do Tigre	4.390	109.749,96	9.145,83
PB	2514206	São José da Lagoa Tapada	7.562	189.050,04	15.754,17
PB	2514305	São José de Caiana	6.031	150.774,96	12.564,58
PB	2514404	São José de Espinharas	4.734	118.350,00	9.862,50
PB	2514503	São José de Piranhas	19.190	479.750,04	39.979,17
PB	2514552	São José de Princesa	4.162	104.049,96	8.670,83
PB	2514602	São José do Bonfim	3.269	81.725,04	6.810,42
PB	2514651	São José do Brejo do Cruz	1.696	42.399,96	3.533,33
PB	2514701	São José do Sabugi	4.019	100.475,04	8.372,92
PB	2514800	São José dos Cordeiros	3.974	99.350,04	8.279,17
PB	2514453	São José dos Ramos	5.555	138.875,04	11.572,92
PB	2514909	São Mamede	7.728	193.200,00	16.100,00
PB	2515005	São Miguel de Taipu	6.743	168.575,04	14.047,92
PB	2515104	São Sebastião de Lagoa de Roça	11.119	277.974,96	23.164,58
PB	2515203	São Sebastião do Umbuzeiro	3.262	81.549,96	6.795,83
PB	2515302	Sapé	50.358	1.158.234,00	96.519,50
PB	2515401	Seridó	10.317	257.925,00	21.493,75
PB	2515500	Serra Branca	13.038	325.950,00	27.162,50
PB	2515609	Serra da Raiz	3.187	79.674,96	6.639,58
PB	2515708	Serra Grande	2.985	74.625,00	6.218,75
PB	2515807	Serra Redonda	7.031	175.775,04	14.647,92
PB	2515906	Serraria	6.206	155.150,04	12.929,17
PB	2515930	Sertãozinho	4.468	111.699,96	9.308,33
PB	2515971	Sobrado	7.411	185.274,96	15.439,58
PB	2516003	Solânea	26.505	662.625,00	55.218,75
PB	2516102	Soledade	13.868	346.700,04	28.891,67
PB	2516151	Sossêgo	3.213	80.325,00	6.693,75
PB	2516201	Sousa	66.136	1.521.128,04	126.760,67
PB	2516300	Sumé	16.139	403.475,04	33.622,92
PB	2516508	Taperoá	15.016	375.399,96	31.283,33
PB	2516607	Tavares	14.143	353.574,96	29.464,58
PB	2516706	Teixeira	14.255	356.375,04	29.697,92
PB	2516755	Tenório	2.840	71.000,04	5.916,67
PB	2516805	Triunfo	9.233	230.825,04	19.235,42
PB	2516904	Uiraúna	14.654	366.350,04	30.529,17
PB	2517001	Umbuzeiro	9.307	232.674,96	19.389,58
PB	2517100	Várzea	2.539	63.474,96	5.289,58
PB	2517209	Vieirópolis	5.074	126.849,96	10.570,83
PB	2505501	Vista Serrana	3.543	88.575,00	7.381,25
PB	2517407	Zabelê	2.093	52.325,04	4.360,42
PE	2600054	Abreu e Lima	94.843	2.181.389,04	181.782,42
PE	2600104	Afogados da Ingazeira	35.255	881.375,04	73.447,92
PE	2600203	Afrânio	17.784	444.600,00	37.050,00
PE	2600302	Agrestina	22.882	572.049,96	47.670,83
PE	2600401	Água Preta	33.446	836.150,04	69.679,17
PE	2600500	Águas Belas	40.511	1.012.775,04	84.397,92
PE	2600609	Alagoinha	13.853	346.325,04	28.860,42
PE	2600708	Aliança	37.433	935.825,04	77.985,42
PE	2600807	Altinho	22.371	559.275,00	46.606,25
PE	2600906	Amaraji	21.988	549.699,96	45.808,33
PE	2601003	Angelim	10.288	257.199,96	21.433,33
PE	2601052	Araçoiaba	18.390	459.750,00	38.312,50
PE	2601102	Araripina	77.794	1.789.262,04	149.105,17
PE	2601201	Arcoverde	69.346	1.594.958,04	132.913,17
PE	2601300	Barra de Guabiraba	12.918	322.950,00	26.912,50
PE	2601409	Barreiros	40.855	1.021.374,96	85.114,58
PE	2601508	Belém de Maria	11.409	285.225,00	23.768,75
PE	2601607	Belém de São Francisco	20.257	506.424,96	42.202,08
PE	2601706	Belo Jardim	72.719	1.672.536,96	139.378,08
PE	2601805	Betânia	12.057	301.425,00	25.118,75
PE	2601904	Bezerros	58.768	1.351.664,04	112.638,67
PE	2602001	Bodocó	35.422	885.549,96	73.795,83
PE	2602100	Bom Conselho	45.747	1.143.675,00	95.306,25
PE	2602209	Bom Jardim	37.889	947.225,04	78.935,42
PE	2602308	Bonito	37.552	938.799,96	78.233,33
PE	2602407	Brejão	8.839	220.974,96	18.414,58
PE	2602506	Brejinho	7.310	182.750,04	15.229,17
PE	2602605	Brejo da Madre de Deus	45.723	1.143.075,00	95.256,25
PE	2602704	Buenos Aires	12.578	314.450,04	26.204,17
PE	2602803	Buíque	52.715	1.212.444,96	101.037,08
PE	2602902	Cabo de Santo Agostinho	187.159	3.930.339,00	327.528,25
PE	2603009	Cabrobó	31.191	779.775,00	64.981,25
PE	2603108	Cachoeirinha	18.956	473.900,04	39.491,67
PE	2603207	Caetés	26.765	669.125,04	55.760,42
PE	2603306	Calçado	11.088	277.200,00	23.100,00
PE	2603405	Calumbi	5.646	143.586,00	11.965,50
PE	2603454	Camaragibe	145.676	3.059.196,00	254.933,00
PE	2603504	Camocim de São Félix	17.257	431.424,96	35.952,08
PE	2603603	Camutanga	8.180	204.500,04	17.041,67
PE	2603702	Canhotinho	24.491	612.275,04	51.022,92
PE	2603801	Capoeiras	19.596	489.900,00	40.825,00
PE	2603900	Carnaíba	18.642	466.050,00	38.837,50
PE	2603926	Carnaubeira da Penha	11.888	297.200,04	24.766,67
PE	2604007	Carpina	75.706	1.741.238,04	145.103,17
PE	2604106	Caruaru	319.580	6.711.180,00	559.265,00
PE	2604155	Casinhas	13.799	344.975,04	28.747,92
PE	2604205	Catende	38.324	958.100,04	79.841,67
PE	2604304	Cedro	10.873	271.824,96	22.652,08
PE	2604403	Chã de Alegria	12.504	312.600,00	26.050,00
PE	2604502	Chã Grande	20.270	506.750,04	42.229,17
PE	2604601	Condado	24.473	611.825,04	50.985,42
PE	2604700	Correntes	17.491	437.274,96	36.439,58

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PE	2604809	Cortês	12.435	310.875,00	25.906,25
PE	2604908	Cumaru	17.329	551.984,04	45.998,67
PE	2605004	Cupira	23.468	586.700,04	48.891,67
PE	2605103	Custódia	34.154	853.850,04	71.154,17
PE	2605152	Dormentes	17.110	427.749,96	35.645,83
PE	2605202	Escada	63.963	1.471.149,00	122.595,75
PE	2605301	Exu	31.576	789.399,96	65.783,33
PE	2605400	Feira Nova	20.703	517.575,00	43.131,25
PE	2605459	Fernando de Noronha	2.675	56.175,00	4.681,25
PE	2605509	Ferreiros	11.484	287.100,00	23.925,00
PE	2605608	Flores	22.166	554.150,04	46.179,17
PE	2605707	Floresta	29.635	740.874,96	61.739,58
PE	2605806	Frei Miguelinho	14.394	359.850,00	29.987,50
PE	2605905	Gameleira	28.213	705.324,96	58.777,08
PE	2606002	Garanhuns	130.303	2.736.363,00	228.030,25
PE	2606101	Glória do Goitá	29.132	728.300,04	60.691,67
PE	2606200	Goiana	75.987	1.747.701,00	145.641,75
PE	2606309	Granito	6.913	172.824,96	14.402,08
PE	2606408	Gravatá	77.164	1.774.772,04	147.897,67
PE	2606507	Iati	18.412	460.299,96	38.358,33
PE	2606606	Ibimirim	27.155	678.875,04	56.572,92
PE	2606705	Ibirajuba	7.542	188.550,00	15.712,50
PE	2606804	Igarassu	103.537	2.174.277,00	181.189,75
PE	2606903	Iguaraci	11.802	295.050,00	24.587,50
PE	2607604	Ilha de Itamaracá	22.347	558.675,00	46.556,25
PE	2607000	Inajá	19.527	488.175,00	40.681,25
PE	2607109	Ingazeira	4.491	112.275,00	9.356,25
PE	2607208	Ipojuca	82.277	1.727.817,00	143.984,75
PE	2607307	Ipubi	28.510	712.749,96	59.395,83
PE	2607406	Itacuruba	4.423	110.574,96	9.214,58
PE	2607505	Itaíba	26.215	655.374,96	54.614,58
PE	2607653	Itambé	35.430	885.750,00	73.812,50
PE	2607703	Itapetim	13.814	345.350,04	28.779,17
PE	2607752	Itapissuma	24.050	601.250,04	50.104,17
PE	2607802	Itaquitinga	15.749	393.725,04	32.810,42
PE	2607901	Jaboatão dos Guararapes	649.788	12.995.760,00	1.082.980,00
PE	2607950	Jaqueira	11.490	295.956,00	24.663,00
PE	2608008	Jataúba	15.909	397.725,00	33.143,75
PE	2608057	Jatobá	14.026	350.649,96	29.220,83
PE	2608107	João Alfredo	31.029	775.725,00	64.643,75
PE	2608206	Joaquim Nabuco	15.762	394.050,00	32.837,50
PE	2608255	Jucati	10.674	266.850,00	22.237,50
PE	2608305	Jupi	13.804	345.099,96	28.758,33
PE	2608404	Jurema	14.603	365.075,04	30.422,92
PE	2608453	Lagoa do Carro	16.211	405.275,04	33.772,92
PE	2608503	Lagoa do Itaenga	20.697	517.425,00	43.118,75
PE	2608602	Lagoa do Ouro	12.221	305.525,04	25.460,42
PE	2608701	Lagoa dos Gatos	15.649	391.224,96	32.602,08
PE	2608750	Lagoa Grande	23.039	575.975,04	47.997,92
PE	2608800	Lajedo	36.968	924.200,04	77.016,67
PE	2608909	Limoeiro	55.391	1.273.992,96	106.166,08
PE	2609006	Macaparana	24.035	600.875,04	50.072,92
PE	2609105	Machados	13.857	346.425,00	28.868,75
PE	2609154	Manari	18.472	461.799,96	38.483,33
PE	2609204	Maraial	12.093	326.384,04	27.198,67
PE	2609303	Mirandiba	14.400	360.000,00	30.000,00
PE	2614303	Moreilândia	11.134	278.349,96	23.195,83
PE	2609402	Moreno	57.271	1.317.233,04	109.769,42
PE	2609501	Nazaré da Mata	30.915	772.875,00	64.406,25
PE	2609600	Olinda	378.538	7.949.298,00	662.441,50
PE	2609709	Orobó	22.938	573.450,00	47.787,50
PE	2609808	Orocó	13.361	334.025,04	27.835,42
PE	2609907	Ouricuri	64.944	1.493.712,00	124.476,00
PE	2610004	Palmares	59.813	1.375.698,96	114.641,58
PE	2610103	Palmeirina	8.086	202.149,96	16.845,83
PE	2610202	Panelas	25.628	640.700,04	53.391,67
PE	2610301	Paranatama	11.052	276.300,00	23.025,00
PE	2610400	Parnamirim	20.327	508.175,04	42.347,92
PE	2610509	Passira	28.590	714.750,00	59.562,50
PE	2610608	Paudalho	51.835	1.192.205,04	99.350,42
PE	2610707	Paulista	303.401	6.371.421,00	530.951,75
PE	2610806	Pedra	20.998	524.949,96	43.745,83
PE	2610905	Pesqueira	63.320	1.456.359,96	121.363,33
PE	2611002	Petrolândia	32.889	822.225,00	68.518,75
PE	2611101	Petrolina	299.752	6.294.792,00	524.566,00
PE	2611200	Poção	11.247	281.175,00	23.431,25
PE	2611309	Pombos	24.100	602.499,96	50.208,33
PE	2611408	Primavera	13.560	339.000,00	28.250,00
PE	2611507	Quipapá	24.343	608.574,96	50.714,58
PE	2611533	Quixaba	6.731	168.275,04	14.022,92
PE	2611606	Recife	1.546.516	30.930.320,04	2.577.526,67
PE	2611705	Riacho das Almas	19.277	481.925,04	40.160,42
PE	2611804	Ribeirão	44.728	1.118.199,96	93.183,33
PE	2611903	Rio Formoso	22.258	556.449,96	46.370,83
PE	2612000	Sairé	11.056	276.399,96	23.033,33
PE	2612109	Salgadinho	9.479	236.975,04	19.747,92
PE	2612208	Salgueiro	56.992	1.310.816,04	109.234,67
PE	2612307	Saloá	15.333	383.325,00	31.943,75
PE	2612406	Sanharó	22.434	560.850,00	46.737,50
PE	2612455	Santa Cruz	13.773	344.325,00	28.693,75
PE	2612471	Santa Cruz da Baixa Verde	11.836	295.899,96	24.658,33
PE	2612505	Santa Cruz do Capibaribe	89.773	2.064.779,04	172.064,92
PE	2612554	Santa Filomena	13.468	336.699,96	28.058,33
PE	2612604	Santa Maria da Boa Vista	39.629	990.725,04	82.560,42
PE	2612703	Santa Maria do Cambucá	13.120	327.999,96	27.333,33
PE	2612802	Santa Terezinha	11.048	276.200,04	23.016,67
PE	2612901	São Benedito do Sul	14.137	353.424,96	29.452,08
PE	2613008	São Bento do Una	53.847	1.238.481,00	103.206,75
PE	2613107	São Caitano	35.416	885.399,96	73.783,33
PE	2613206	São João	21.433	535.824,96	44.652,08
PE	2613305	São Joaquim do Monte	20.538	513.450,00	42.787,50
PE	2613404	São José da Coroa Grande	18.504	462.600,00	38.550,00
PE	2613503	São José do Belmonte	32.692	817.299,96	68.108,33
PE	2613602	São José do Egito	32.011	800.274,96	66.689,58
PE	2613701	São Lourenço da Mata	103.854	2.180.934,00	181.744,50
PE	2613800	São Vicente Ferrer	17.077	426.924,96	35.577,08
PE	2613909	Serra Talhada	79.871	1.837.032,96	153.086,08
PE	2614006	Serrita	18.369	459.225,00	38.268,75
PE	2614105	Sertânia	33.951	848.775,00	70.731,25
PE	2614204	Sirinhaém	40.853	1.021.325,04	85.110,42
PE	2614402	Solidão	5.761	144.024,96	12.002,08
PE	2614501	Surubim	59.144	1.360.311,96	113.359,33
PE	2614600	Tabira	26.609	665.225,04	55.435,42
PE	2614709	Tacaimbó	12.710	317.750,04	26.479,17
PE	2614808	Tacaratu	22.450	561.249,96	46.770,83
PE	2614857	Tamandaré	20.979	524.475,00	43.706,25
PE	2615003	Taquaritinga do Norte	25.298	632.450,04	52.704,17
PE	2615102	Terezinha	6.771	169.275,00	14.106,25
PE	2615201	Terra Nova	9.409	235.224,96	19.602,08
PE	2615300	Timbaúba	53.589	1.232.547,00	102.712,25
PE	2615409	Toritama	36.610	915.249,96	76.270,83
PE	2615508	Tracunhaém	13.106	327.650,04	27.304,17
PE	2615607	Trindade	26.438	660.950,04	55.079,17
PE	2615706	Triunfo	14.997	374.925,00	31.243,75
PE	2615805	Tupanatinga	24.704	617.600,04	51.466,67
PE	2615904	Tuparetama	7.938	198.450,00	16.537,50
PE	2616001	Venturosa	16.251	406.275,00	33.856,25
PE	2616100	Verdejante	9.165	229.125,00	19.093,75
PE	2616183	Vertente do Lério	7.823	195.575,04	16.297,92
PE	2616209	Vertentes	18.473	461.825,04	38.485,42
PE	2616308	Vicência	30.879	771.975,00	64.331,25
PE	2616407	Vitória de Santo Antão	130.924	2.749.404,00	229.117,00
PE	2616506	Xexéu	14.132	353.300,04	29.441,67
PI	2200053	Acauã	6.795	169.875,00	14.156,25
PI	2200103	Agricolândia	5.080	126.999,96	10.583,33
PI	2200202	Água Branca	16.600	414.999,96	34.583,33
PI	2200251	Alagoinha do Piauí	7.378	184.449,96	15.370,83
PI	2200277	Alegrete do Piauí	5.163	129.075,00	10.756,25
PI	2200301	Alto Longá	13.735	343.374,96	28.614,58
PI	2200400	Altos	39.031	975.774,96	81.314,58
PI	2200459	Alvorada do Gurguéia	5.115	127.875,00	10.656,25
PI	2200509	Amarante	17.155	428.874,96	35.739,58
PI	2200608	Angical do Piauí	6.664	166.599,96	13.883,33
PI	2200707	Anísio de Abreu	9.244	231.099,96	19.258,33
PI	2200806	Antônio Almeida	3.054	76.350,00	6.362,50
PI	2200905	Aroazes	5.761	144.024,96	12.002,08
PI	2200954	Aroeiras do Itaim	2.441	61.025,04	5.085,42
PI	2201002	Arraial	4.672	116.799,96	9.733,33
PI	2201051	Assunção do Piauí	7.547	188.675,04	15.722,92
PI	2201101	Avelino Lopes	11.164	279.099,96	23.258,33
PI	2201150	Baixa Grande do Ribeiro	10.727	268.175,04	22.347,92
PI	2201176	Barra D'Alcântara	3.855	96.375,00	8.031,25
PI	2201200	Barras	45.154	1.128.849,96	94.070,83
PI	2201309	Barreiras do Piauí	3.245	81.125,04	6.760,42
PI	2201408	Barro Duro	6.594	164.850,00	13.737,50
PI	2201507	Batalha	25.901	647.525,04	53.960,42
PI	2201556	Bela Vista do Piauí	3.817	95.424,96	7.952,08
PI	2201572	Belém do Piauí	3.337	83.424,96	6.952,08
PI	2201606	Beneditinos	9.927	248.175,00	20.681,25
PI	2201705	Bertolínia	5.335	149.112,00	12.426,00
PI	2201739	Betânia do Piauí	6.029	158.624,04	13.218,67
PI	2201770	Boa Hora	6.383	159.575,04	13.297,92
PI	2201804	Bocaina	4.382	109.550,04	9.129,17
PI	2201903	Bom Jesus	23.144	578.600,04	48.216,67
PI	2201919	Bom Princípio do Piauí	5.357	133.925,04	11.160,42
PI	2201929	Bonfim do Piauí	5.433	135.825,00	11.318,75
PI	2201945	Boqueirão do Piauí	6.242	169.182,00	14.098,50
PI	2201960	Brasileira	8.013	200.325,00	16.693,75
PI	2201988	Brejo do Piauí	3.786	94.650,00	7.887,50
PI	2202000	Buriti dos Lopes	19.144	478.599,96	39.883,33
PI	2202026	Buriti dos Montes	8.027	200.675,04	16.722,92
PI	2202059	Cabeceiras do Piauí	10.038	250.950,00	20.912,50
PI	2202075	Cajazeiras do Piauí	3.379	84.474,96	7.039,58
PI	2202083	Cajueiro da Praia	7.243	181.074,96	15.089,58
PI	2202091	Caldeirão Grande do Piauí	5.686	142.149,96	11.845,83
PI	2202109	Campinas do Piauí	5.429	135.725,04	11.310,42
PI	2202117	Campo Alegre do Fidalgo	4.755	118.875,00	9.906,25
PI	2202133	Campo Grande do Piauí	5.649	141.225,00	11.768,75
PI	2202174	Campo Largo do Piauí	6.885	172.125,00	14.343,75
PI	2202208	Campo Maior	45.338	1.133.450,04	94.454,17
PI	2202251	Canavieira	3.907	97.674,96	8.139,58
PI	2202307	Canto do Buriti	20.201	505.025,04	42.085,42
PI	2202406	Capitão de Campos	11.024	275.600,04	22.966,67
PI	2202455	Capitão Gervásio Oliveira	3.913	97.824,96	8.152,08
PI	2202505	Caracol	10.332	258.300,00	21.525,00
PI	2202539	Caraúbas do Piauí	5.580	139.500,00	11.625,00
PI	2202554	Caridade do Piauí	4.871	121.775,04	10.147,92
PI	2202604	Castelo do Piauí	18.336	458.400,00	38.200,00
PI	2202653	Caxingó	5.108	127.700,04	10.641,67
PI	2202703	Cocal	26.923	673.074,96	56.089,58
PI	2202711	Cocal de Telha	4.547	113.675,04	9.472,92
PI	2202729	Cocal dos Alves	5.605	140.124,96	11.677,08
PI	2202737	Coivaras	3.842	96.050,04	8.004,17
PI	2202752	Colônia do Gurguéia	6.115	152.874,96	12.739,58
PI	2202778	Colônia do Piauí	7.447	186.174,96	15.514,58
PI	2202802	Conceição do Canindé	4.486	112.149,96	9.345,83
PI	2202851	Coronel José Dias	4.551	113.775,00	9.481,25
PI	2202901	Corrente	25.575	639.375,00	53.281,25
PI	2203008	Cristalândia do Piauí	7.904	197.600,04	16.466,67
PI	2203107	Cristino Castro	10.036	250.899,96	20.908,33
PI	2203206	Curimatá	10.857	271.425,00	22.618,75
PI	2203230	Currais	4.741	118.524,96	9.877,08
PI	2203271	Curral Novo do Piauí	4.931	123.275,04	10.272,92
PI	2203255	Curralinhos	4.225	105.624,96	8.802,08
PI	2203305	Demerval Lobão	13.339	333.474,96	27.789,58
PI	2203354	Dirceu Arcoverde	6.722	168.050,04	14.004,17
PI	2203404	Dom Expedito Lopes	6.617	165.425,04	13.785,42
PI	2203453	Dom Inocêncio	9.271	231.774,96	19.314,58
PI	2203420	Domingos Mourão	4.263	106.575,00	8.881,25
PI	2203503	Elesbão Veloso	14.452	361.299,96	30.108,33
PI	2203602	Eliseu Martins	4.702	139.014,00	11.584,50
PI	2203701	Esperantina	38.049	951.225,00	79.268,75
PI	2203750	Fartura do Piauí	5.104	127.599,96	10.633,33
PI	2203800	Flores do Piauí	4.366	109.149,96	9.095,83
PI	2203859	Floresta do Piauí	2.488	62.199,96	5.183,33
PI	2203909	Floriano	57.928	1.332.344,04	111.028,67

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PI	2204006	Francinópolis	5.234	130.850,04	10.904,17
PI	2204105	Francisco Ayres	4.419	110.475,00	9.206,25
PI	2204154	Francisco Macedo	2.921	73.025,04	6.085,42
PI	2204204	Francisco Santos	8.727	218.175,00	18.181,25
PI	2204303	Fronteiras	11.202	280.050,00	23.337,50
PI	2204352	Geminiano	5.194	129.849,96	10.820,83
PI	2204402	Gilbués	10.416	260.400,00	21.700,00
PI	2204501	Guadalupe	10.268	256.700,04	21.391,67
PI	2204550	Guaribas	4.417	110.424,96	9.202,08
PI	2204600	Hugo Napoleão	3.777	94.425,00	7.868,75
PI	2204659	Ilha Grande	8.993	224.825,04	18.735,42
PI	2204709	Inhuma	14.878	371.949,96	30.995,83
PI	2204808	Ipiranga do Piauí	9.397	234.924,96	19.577,08
PI	2204907	Isaías Coelho	8.265	206.625,00	17.218,75
PI	2205003	Itainópolis	11.165	279.125,04	23.260,42
PI	2205102	Itaueira	10.704	267.600,00	22.300,00
PI	2205151	Jacobina do Piauí	5.696	142.400,04	11.866,67
PI	2205201	Jaicós	18.202	455.049,96	37.920,83
PI	2205250	Jardim do Mulato	4.334	108.350,04	9.029,17
PI	2205276	Jatobá do Piauí	4.683	117.075,00	9.756,25
PI	2205300	Jerumenha	4.381	109.524,96	9.127,08
PI	2205359	João Costa	2.956	73.899,96	6.158,33
PI	2205409	Joaquim Pires	13.874	346.850,04	28.904,17
PI	2205458	Joca Marques	5.158	128.949,96	10.745,83
PI	2205508	José de Freitas	37.410	935.250,00	77.937,50
PI	2205516	Juazeiro do Piauí	4.775	119.375,04	9.947,92
PI	2205524	Júlio Borges	5.407	135.174,96	11.264,58
PI	2205532	Jurema	4.554	113.850,00	9.487,50
PI	2205557	Lagoa Alegre	8.097	202.425,00	16.868,75
PI	2205573	Lagoa de São Francisco	6.471	161.775,00	13.481,25
PI	2205565	Lagoa do Barro do Piauí	4.529	113.225,04	9.435,42
PI	2205581	Lagoa do Piauí	3.892	97.299,96	8.108,33
PI	2205599	Lagoa do Sítio	4.905	122.625,00	10.218,75
PI	2205540	Lagoinha do Piauí	2.689	67.224,96	5.602,08
PI	2205607	Landri Sales	5.255	131.375,04	10.947,92
PI	2205706	Luís Correia	28.725	718.125,00	59.843,75
PI	2205805	Luzilândia	24.774	619.350,00	51.612,50
PI	2205854	Madeiro	7.897	197.424,96	16.452,08
PI	2205904	Manoel Emídio	5.218	130.449,96	10.870,83
PI	2205953	Marcolândia	7.938	198.450,00	16.537,50
PI	2206001	Marcos Parente	4.455	111.375,00	9.281,25
PI	2206050	Massapê do Piauí	6.240	156.000,00	13.000,00
PI	2206100	Matias Olímpio	10.531	263.274,96	21.939,58
PI	2206209	Miguel Alves	32.477	811.925,04	67.660,42
PI	2206308	Miguel Leão	1.245	31.125,00	2.593,75
PI	2206357	Milton Brandão	6.759	168.975,00	14.081,25
PI	2206407	Monsenhor Gil	10.335	258.375,00	21.531,25
PI	2206506	Monsenhor Hipólito	7.440	186.000,00	15.500,00
PI	2206605	Monte Alegre do Piauí	10.354	258.849,96	21.570,83
PI	2206654	Morro Cabeça no Tempo	4.061	101.525,04	8.460,42
PI	2206670	Morro do Chapéu do Piauí	6.537	163.425,00	13.618,75
PI	2206696	Murici dos Portelas	8.591	214.775,04	17.897,92
PI	2206704	Nazaré do Piauí	7.284	182.100,00	15.175,00
PI	2206720	Nazária	8.149	203.724,96	16.977,08
PI	2206753	Nossa Senhora de Nazaré	4.610	115.250,04	9.604,17
PI	2206803	Nossa Senhora dos Remédios	8.283	207.075,00	17.256,25
PI	2207959	Nova Santa Rita	4.211	105.275,04	8.772,92
PI	2206902	Novo Oriente do Piauí	6.478	161.949,96	13.495,83
PI	2206951	Novo Santo Antônio	3.295	82.374,96	6.864,58
PI	2207009	Oeiras	35.788	894.699,96	74.558,33
PI	2207108	Olho D'Água do Piauí	2.653	66.324,96	5.527,08
PI	2207207	Padre Marcos	6.673	166.824,96	13.902,08
PI	2207306	Paes Landim	4.054	101.349,96	8.445,83
PI	2207355	Pajeú do Piauí	3.399	84.975,00	7.081,25
PI	2207405	Palmeira do Piauí	4.978	124.449,96	10.370,83
PI	2207504	Palmeirais	13.868	346.700,04	28.891,67
PI	2207553	Paquetá	3.908	97.700,04	8.141,67
PI	2207603	Parnaguá	10.348	258.699,96	21.558,33
PI	2207702	Parnaíba	146.736	3.081.456,00	256.788,00
PI	2207751	Passagem Franca do Piauí	4.573	114.324,96	9.527,08
PI	2207777	Patos do Piauí	6.142	153.549,96	12.795,83
PI	2207793	Pau D'Arco do Piauí	3.809	95.225,04	7.935,42
PI	2207801	Paulistana	19.867	496.674,96	41.389,58
PI	2207850	Pavussu	3.646	91.149,96	7.595,83
PI	2207900	Pedro II	37.596	939.900,00	78.325,00
PI	2207934	Pedro Laurentino	2.427	60.675,00	5.056,25
PI	2208007	Picos	74.967	1.724.241,00	143.686,75
PI	2208106	Pimenteiras	11.766	294.150,00	24.512,50
PI	2208205	Pio IX	17.761	444.024,96	37.002,08
PI	2208304	Piracuruca	27.766	694.149,96	57.845,83
PI	2208403	Piripiri	61.963	1.425.149,04	118.762,42
PI	2208502	Porto	11.999	299.975,04	24.997,92
PI	2208551	Porto Alegre do Piauí	2.583	64.575,00	5.381,25
PI	2208601	Prata do Piauí	3.083	77.075,04	6.422,92
PI	2208650	Queimada Nova	8.617	215.424,96	17.952,08
PI	2208700	Redenção do Gurguéia	8.448	211.200,00	17.600,00
PI	2208809	Regeneração	17.563	439.074,96	36.589,58
PI	2208858	Riacho Frio	4.235	105.875,04	8.822,92
PI	2208874	Ribeira do Piauí	4.293	107.325,00	8.943,75
PI	2208908	Ribeiro Gonçalves	6.932	173.300,04	14.441,67
PI	2209005	Rio Grande do Piauí	6.278	170.100,00	14.175,00
PI	2209104	Santa Cruz do Piauí	6.047	151.175,04	12.597,92
PI	2209153	Santa Cruz dos Milagres	3.830	95.750,04	7.979,17
PI	2209203	Santa Filomena	6.101	152.525,04	12.710,42
PI	2209302	Santa Luz	5.570	139.250,04	11.604,17
PI	2209377	Santa Rosa do Piauí	5.147	128.675,04	10.722,92
PI	2209351	Santana do Piauí	4.468	113.091,00	9.424,25
PI	2209401	Santo Antônio de Lisboa	6.073	151.824,96	12.652,08
PI	2209450	Santo Antônio dos Milagres	2.074	51.849,96	4.320,83
PI	2209500	Santo Inácio do Piauí	3.664	91.599,96	7.633,33
PI	2209559	São Braz do Piauí	4.323	108.075,00	9.006,25
PI	2209609	São Félix do Piauí	3.044	76.100,04	6.341,67
PI	2209658	São Francisco de Assis do Piauí	5.628	140.700,00	11.725,00
PI	2209708	São Francisco do Piauí	6.294	157.350,00	13.112,50
PI	2209757	São Gonçalo do Gurguéia	2.864	71.600,04	5.966,67
PI	2209807	São Gonçalo do Piauí	4.793	119.825,04	9.985,42
PI	2209856	São João da Canabrava	4.461	111.525,00	9.293,75
PI	2209872	São João da Fronteira	5.664	141.600,00	11.800,00
PI	2209906	São João da Serra	6.118	152.949,96	12.745,83
PI	2209955	São João da Varjota	4.673	116.825,04	9.735,42
PI	2209971	São João do Arraial	7.459	186.474,96	15.539,58
PI	2210003	São João do Piauí	19.703	492.575,04	41.047,92
PI	2210052	São José do Divino	5.169	129.225,00	10.768,75
PI	2210102	São José do Peixe	3.691	130.656,24	10.888,02
PI	2210201	São José do Piauí	6.583	164.574,96	13.714,58
PI	2210300	São Julião	5.697	142.425,00	11.868,75
PI	2210359	São Lourenço do Piauí	4.439	110.975,04	9.247,92
PI	2210375	São Luis do Piauí	2.567	64.175,04	5.347,92
PI	2210383	São Miguel da Baixa Grande	2.117	52.925,04	4.410,42
PI	2210391	São Miguel do Fidalgo	2.975	74.375,04	6.197,92
PI	2210409	São Miguel do Tapuio	18.083	452.075,04	37.672,92
PI	2210508	São Pedro do Piauí	13.726	343.149,96	28.595,83
PI	2210607	São Raimundo Nonato	32.745	818.625,00	68.218,75
PI	2210623	Sebastião Barros	3.517	87.924,96	7.327,08
PI	2210631	Sebastião Leal	4.138	103.449,96	8.620,83
PI	2210656	Sigefredo Pacheco	9.663	241.575,00	20.131,25
PI	2210706	Simões	14.225	355.625,04	29.635,42
PI	2210805	Simplício Mendes	12.166	304.149,96	25.345,83
PI	2210904	Socorro do Piauí	4.509	112.725,00	9.393,75
PI	2210938	Sussuapara	6.321	158.025,00	13.168,75
PI	2210953	Tamboril do Piauí	2.780	69.500,04	5.791,67
PI	2210979	Tanque do Piauí	2.642	66.050,04	5.504,17
PI	2211001	Teresina	822.364	16.447.280,04	1.370.606,67
PI	2211100	União	42.873	1.071.825,00	89.318,75
PI	2211209	Uruçuí	20.390	509.750,04	42.479,17
PI	2211308	Valença do Piauí	20.360	509.000,04	42.416,67
PI	2211357	Várzea Branca	4.894	122.349,96	10.195,83
PI	2211407	Várzea Grande	4.326	108.150,00	9.012,50
PI	2211506	Vera Mendes	2.993	74.825,04	6.235,42
PI	2211605	Vila Nova do Piauí	3.033	75.825,00	6.318,75
PI	2211704	Wall Ferraz	4.302	107.550,00	8.962,50
PR	4100103	Abatiá	7.727	193.175,04	16.097,92
PR	4100202	Adrianópolis	6.328	158.199,96	13.183,33
PR	4100301	Agudos do Sul	8.351	208.775,04	17.397,92
PR	4100400	Almirante Tamandaré	104.350	2.191.350,00	182.612,50
PR	4100459	Altamira do Paraná	4.100	117.564,24	9.797,02
PR	4128625	Alto Paraíso	3.162	79.050,00	6.587,50
PR	4100608	Alto Paraná	13.736	343.400,04	28.616,67
PR	4100707	Alto Piquiri	10.135	253.374,96	21.114,58
PR	4100509	Altônia	20.615	515.375,04	42.947,92
PR	4100806	Alvorada do Sul	10.363	238.349,04	19.862,42
PR	4100905	Amaporã	5.504	137.600,04	11.466,67
PR	4101002	Ampére	17.438	401.073,96	33.422,83
PR	4101051	Anahy	2.864	65.871,96	5.489,33
PR	4101101	Andirá	20.530	472.190,04	39.349,17
PR	4101150	Ângulo	2.861	65.802,96	5.483,58
PR	4101200	Antonina	18.870	471.750,00	39.312,50
PR	4101309	Antônio Olinto	7.347	183.675,00	15.306,25
PR	4101408	Apucarana	121.924	2.560.404,00	213.367,00
PR	4101507	Arapongas	105.588	2.217.348,00	184.779,00
PR	4101606	Arapoti	26.007	650.175,00	54.181,25
PR	4101655	Arapuã	3.515	87.875,04	7.322,92
PR	4101705	Araruna	13.445	309.234,96	25.769,58
PR	4101804	Araucária	121.032	2.420.640,00	201.720,00
PR	4101853	Ariranha do Ivaí	2.420	60.500,04	5.041,67
PR	4101903	Assaí	16.225	373.175,04	31.097,92
PR	4102000	Assis Chateaubriand	33.003	759.069,00	63.255,75
PR	4102109	Astorga	24.780	520.380,00	43.365,00
PR	4102208	Atalaia	3.906	89.838,00	7.486,50
PR	4102307	Balsa Nova	11.422	262.706,04	21.892,17
PR	4102406	Bandeirantes	32.066	737.517,96	61.459,83
PR	4102505	Barbosa Ferraz	12.545	313.625,04	26.135,42
PR	4102703	Barra do Jacaré	2.728	68.199,96	5.683,33
PR	4102604	Barracão	9.766	244.149,96	20.345,83
PR	4102752	Bela Vista da Caroba	3.903	97.575,00	8.131,25
PR	4102802	Bela Vista do Paraíso	15.083	346.908,96	28.909,08
PR	4102901	Bituruna	15.892	397.299,96	33.108,33
PR	4103008	Boa Esperança	4.523	113.075,04	9.422,92
PR	4103024	Boa Esperança do Iguaçu	2.738	68.450,04	5.704,17
PR	4103040	Boa Ventura de São Roque	6.537	163.425,00	13.618,75
PR	4103057	Boa Vista da Aparecida	7.872	196.800,00	16.400,00
PR	4103107	Bocaiúva do Sul	11.136	278.400,00	23.200,00
PR	4103156	Bom Jesus do Sul	3.769	94.224,96	7.852,08
PR	4103206	Bom Sucesso	6.591	164.775,00	13.731,25
PR	4103222	Bom Sucesso do Sul	3.286	82.149,96	6.845,83
PR	4103305	Borrazópolis	7.758	193.950,00	16.162,50
PR	4103354	Braganey	5.700	142.500,00	11.875,00
PR	4103370	Brasilândia do Sul	3.157	78.924,96	6.577,08
PR	4103404	Cafeara	2.712	67.800,00	5.650,00
PR	4103453	Cafelândia	14.933	343.458,96	28.621,58
PR	4103479	Cafezal do Sul	4.263	106.575,00	8.881,25
PR	4103503	Califórnia	8.100	202.500,00	16.875,00
PR	4103602	Cambará	23.974	551.402,04	45.950,17
PR	4103701	Cambé	97.390	2.239.970,04	186.664,17
PR	4103800	Cambira	7.279	167.417,04	13.951,42
PR	4103909	Campina da Lagoa	15.270	381.750,00	31.812,50
PR	4103958	Campina do Simão	4.054	101.349,96	8.445,83
PR	4104006	Campina Grande do Sul	39.092	899.115,96	74.926,33
PR	4104055	Campo Bonito	4.352	108.800,04	9.066,67
PR	4104105	Campo do Tenente	7.186	179.649,96	14.970,83
PR	4104204	Campo Largo	113.882	2.391.522,00	199.293,50
PR	4104253	Campo Magro	25.184	629.600,04	52.466,67
PR	4104303	Campo Mourão	87.710	2.017.329,96	168.110,83
PR	4104402	Cândido de Abreu	16.491	412.275,00	34.356,25
PR	4104428	Candói	15.045	376.125,00	31.343,75
PR	4104451	Cantagalo	12.963	324.075,00	27.006,25
PR	4104501	Capanema	18.549	426.627,00	35.552,25
PR	4104600	Capitão Leônidas Marques	15.016	345.368,04	28.780,67
PR	4104659	Carambeí	19.494	409.374,00	34.114,50
PR	4104709	Carlópolis	13.737	343.425,00	28.618,75
PR	4104808	Cascavel	289.340	6.076.140,00	506.345,00
PR	4104907	Castro	67.353	1.549.119,00	129.093,25
PR	4105003	Catanduvas	10.186	254.649,96	21.220,83
PR	4105102	Centenário do Sul	11.142	278.550,00	23.212,50
PR	4105201	Cerro Azul	16.983	424.575,00	35.381,25

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PR	4105300	Céu Azul	11.078	276.950,04	23.079,17
PR	4105409	Chopinzinho	19.613	490.325,04	40.860,42
PR	4105508	Cianorte	70.922	1.631.205,96	135.933,83
PR	4105607	Cidade Gaúcha	11.180	234.780,00	19.565,00
PR	4105706	Clevelândia	17.156	394.587,96	32.882,33
PR	4105805	Colombo	215.242	4.520.082,00	376.673,50
PR	4105904	Colorado	22.452	516.396,00	43.033,00
PR	4106001	Congonhinhas	8.312	207.800,04	17.316,67
PR	4106100	Conselheiro Mairinck	3.650	91.250,04	7.604,17
PR	4106209	Contenda	16.095	370.185,00	30.848,75
PR	4106308	Corbélia	16.352	376.095,96	31.341,33
PR	4106407	Cornélio Procópio	46.934	1.079.481,96	89.956,83
PR	4106456	Coronel Domingos Soares	7.256	181.400,04	15.116,67
PR	4106506	Coronel Vivida	21.630	497.490,00	41.457,50
PR	4106555	Corumbataí do Sul	3.930	98.250,00	8.187,50
PR	4106803	Cruz Machado	18.069	451.725,00	37.643,75
PR	4106571	Cruzeiro do Iguaçu	4.270	106.749,96	8.895,83
PR	4106605	Cruzeiro do Oeste	20.431	469.913,04	39.159,42
PR	4106704	Cruzeiro do Sul	4.548	104.604,00	8.717,00
PR	4106852	Cruzmaltina	3.140	78.500,04	6.541,67
PR	4106902	Curitiba	1.764.541	35.290.820,04	2.940.901,67
PR	4107009	Curiúva	14.002	350.049,96	29.170,83
PR	4107108	Diamante do Norte	5.472	136.800,00	11.400,00
PR	4107124	Diamante do Sul	3.499	87.474,96	7.289,58
PR	4107157	Diamante D'Oeste	5.039	125.975,04	10.497,92
PR	4107207	Dois Vizinhos	36.501	839.523,00	69.960,25
PR	4107256	Douradina	7.544	150.879,96	12.573,33
PR	4107306	Doutor Camargo	5.832	134.136,00	11.178,00
PR	4128633	Doutor Ulysses	5.706	142.650,00	11.887,50
PR	4107405	Enéas Marques	6.082	139.886,04	11.657,17
PR	4107504	Engenheiro Beltrão	13.893	319.539,00	26.628,25
PR	4107538	Entre Rios do Oeste	3.972	91.356,00	7.613,00
PR	4107520	Esperança Nova	1.945	48.624,96	4.052,08
PR	4107546	Espigão Alto do Iguaçu	4.623	115.575,00	9.631,25
PR	4107553	Farol	3.435	85.875,00	7.156,25
PR	4107603	Faxinal	16.369	409.224,96	34.102,08
PR	4107652	Fazenda Rio Grande	83.118	1.911.714,00	159.309,50
PR	4107702	Fênix	4.792	119.799,96	9.983,33
PR	4107736	Fernandes Pinheiro	5.899	147.474,96	12.289,58
PR	4107751	Figueira	8.236	205.899,96	17.158,33
PR	4107850	Flor da Serra do Sul	4.711	117.774,96	9.814,58
PR	4107801	Floraí	5.032	115.736,04	9.644,67
PR	4107900	Floresta	5.994	125.874,00	10.489,50
PR	4108007	Florestópolis	11.148	278.700,00	23.225,00
PR	4108106	Flórida	2.552	58.695,96	4.891,33
PR	4108205	Formosa do Oeste	7.448	171.303,96	14.275,33
PR	4108304	Foz do Iguaçu	255.900	5.852.466,00	487.705,50
PR	4108452	Foz do Jordão	5.347	133.674,96	11.139,58
PR	4108320	Francisco Alves	6.377	159.425,04	13.285,42
PR	4108403	Francisco Beltrão	79.850	1.836.549,96	153.045,83
PR	4108502	General Carneiro	13.652	341.300,04	28.441,67
PR	4108551	Godoy Moreira	3.299	82.475,04	6.872,92
PR	4108601	Goioerê	28.962	666.126,00	55.510,50
PR	4108650	Goioxim	7.459	186.474,96	15.539,58
PR	4108700	Grandes Rios	6.530	163.250,04	13.604,17
PR	4108809	Guaíra	30.861	709.803,00	59.150,25
PR	4108908	Guairaçá	6.220	155.499,96	12.958,33
PR	4108957	Guamiranga	7.959	198.975,00	16.581,25
PR	4109005	Guapirama	3.878	96.950,04	8.079,17
PR	4109104	Guaporema	2.225	55.625,04	4.635,42
PR	4109203	Guaraci	5.159	128.975,04	10.747,92
PR	4109302	Guaraniaçu	14.381	359.525,04	29.960,42
PR	4109401	Guarapuava	168.349	3.535.329,00	294.610,75
PR	4109500	Guaraqueçaba	7.839	195.975,00	16.331,25
PR	4109609	Guaratuba	32.467	746.741,04	62.228,42
PR	4109658	Honório Serpa	5.883	147.075,00	12.256,25
PR	4109708	Ibaiti	28.928	723.200,04	60.266,67
PR	4109757	Ibema	6.081	152.025,00	12.668,75
PR	4109807	Ibiporã	48.662	1.119.225,96	93.268,83
PR	4109906	Icaraíma	8.747	218.675,04	18.222,92
PR	4110003	Iguaraçu	4.012	92.276,04	7.689,67
PR	4110052	Iguatu	2.233	55.824,96	4.652,08
PR	4110078	Imbaú	11.413	285.324,96	23.777,08
PR	4110102	Imbituva	28.759	718.974,96	59.914,58
PR	4110201	Inácio Martins	10.942	273.549,96	22.795,83
PR	4110300	Inajá	2.994	74.850,00	6.237,50
PR	4110409	Indianópolis	4.306	99.038,04	8.253,17
PR	4110508	Ipiranga	14.215	355.374,96	29.614,58
PR	4110607	Iporã	14.869	341.987,04	28.498,92
PR	4110656	Iracema do Oeste	2.550	63.750,00	5.312,50
PR	4110706	Irati	56.503	1.299.569,04	108.297,42
PR	4110805	Iretama	10.568	264.200,04	22.016,67
PR	4110904	Itaguajé	4.553	113.825,04	9.485,42
PR	4110953	Itaipulândia	9.195	211.485,00	17.623,75
PR	4111001	Itambaracá	6.734	168.350,04	14.029,17
PR	4111100	Itambé	5.981	137.562,96	11.463,58
PR	4111209	Itapejara d'Oeste	10.637	265.925,04	22.160,42
PR	4111258	Itaperuçu	24.236	605.900,04	50.491,67
PR	4111308	Itaúna do Sul	3.517	87.924,96	7.327,08
PR	4111407	Ivaí	12.886	322.149,96	26.845,83
PR	4111506	Ivaiporã	31.782	730.986,00	60.915,50
PR	4111555	Ivaté	7.560	173.880,00	14.490,00
PR	4111605	Ivatuba	3.027	69.621,00	5.801,75
PR	4111704	Jaboti	4.926	123.150,00	10.262,50
PR	4111803	Jacarezinho	39.083	898.908,96	74.909,08
PR	4111902	Jaguapitã	12.325	283.475,04	23.622,92
PR	4112009	Jaguariaíva	32.747	753.180,96	62.765,08
PR	4112108	Jandaia do Sul	20.315	467.244,96	38.937,08
PR	4112207	Janiópolis	6.413	160.325,04	13.360,42
PR	4112306	Japira	4.904	112.791,96	9.399,33
PR	4112405	Japurá	8.610	198.030,00	16.502,50
PR	4112504	Jardim Alegre	12.221	305.525,04	25.460,42
PR	4112603	Jardim Olinda	1.401	35.025,00	2.918,75
PR	4112702	Jataizinho	11.918	297.950,04	24.829,17
PR	4112751	Jesuítas	8.938	205.574,04	17.131,17
PR	4112801	Joaquim Távora	10.819	248.837,04	20.736,42
PR	4112900	Jundiaí do Sul	3.416	85.400,04	7.116,67
PR	4112959	Juranda	7.604	174.891,96	14.574,33
PR	4113007	Jussara	6.634	152.582,04	12.715,17
PR	4113106	Kaloré	4.465	111.624,96	9.302,08
PR	4113205	Lapa	45.137	1.128.425,04	94.035,42
PR	4113254	Laranjal	6.308	157.700,04	13.141,67
PR	4113304	Laranjeiras do Sul	30.835	709.205,04	59.100,42
PR	4113403	Leópolis	4.123	103.074,96	8.589,58
PR	4113429	Lidianópolis	3.911	97.775,04	8.147,92
PR	4113452	Lindoeste	5.295	132.375,00	11.031,25
PR	4113502	Loanda	21.328	490.544,04	40.878,67
PR	4113601	Lobato	4.427	101.820,96	8.485,08
PR	4113700	Londrina	511.279	10.225.580,04	852.131,67
PR	4113734	Luiziana	7.298	182.450,04	15.204,17
PR	4113759	Lunardelli	5.122	128.049,96	10.670,83
PR	4113809	Lupionópolis	4.613	106.098,96	8.841,58
PR	4113908	Mallet	13.002	325.050,00	27.087,50
PR	4114005	Mamborê	13.870	346.749,96	28.895,83
PR	4114104	Mandaguaçu	20.008	460.184,04	38.348,67
PR	4114203	Mandaguari	32.755	753.365,04	62.780,42
PR	4114302	Mandirituba	22.580	564.500,04	47.041,67
PR	4114351	Manfrinópolis	3.076	76.899,96	6.408,33
PR	4114401	Mangueirinha	16.994	424.850,04	35.404,17
PR	4114500	Manoel Ribas	13.177	329.424,96	27.452,08
PR	4114609	Marechal Cândido Rondon	47.266	992.586,00	82.715,50
PR	4114708	Maria Helena	5.924	148.100,04	12.341,67
PR	4114807	Marialva	32.209	740.807,04	61.733,92
PR	4114906	Marilândia do Sul	8.848	203.504,04	16.958,67
PR	4115002	Marilena	6.866	171.650,04	14.304,17
PR	4115101	Mariluz	10.219	255.474,96	21.289,58
PR	4115200	Maringá	362.329	7.246.580,04	603.881,67
PR	4115309	Mariópolis	6.288	144.624,00	12.052,00
PR	4115358	Maripá	5.669	130.386,96	10.865,58
PR	4115408	Marmeleiro	13.919	347.975,04	28.997,92
PR	4115457	Marquinho	4.929	123.225,00	10.268,75
PR	4115507	Marumbi	4.603	115.074,96	9.589,58
PR	4115606	Matelândia	16.212	372.876,00	31.073,00
PR	4115705	Matinhos	29.831	686.112,96	57.176,08
PR	4115739	Mato Rico	3.766	94.149,96	7.845,83
PR	4115754	Mauá da Serra	8.715	200.445,00	16.703,75
PR	4115804	Medianeira	42.124	884.604,00	73.717,00
PR	4115853	Mercedes	5.080	106.680,00	8.890,00
PR	4115903	Mirador	2.314	57.849,96	4.820,83
PR	4116000	Miraselva	1.855	46.374,96	3.864,58
PR	4116059	Missal	10.478	240.993,96	20.082,83
PR	4116109	Moreira Sales	12.546	313.650,00	26.137,50
PR	4116208	Morretes	15.753	393.825,00	32.818,75
PR	4116307	Munhoz de Melo	3.693	84.939,00	7.078,25
PR	4116406	Nossa Senhora das Graças	3.929	98.225,04	8.185,42
PR	4116505	Nova Aliança do Ivaí	1.439	35.975,04	2.997,92
PR	4116604	Nova América da Colina	3.470	86.750,04	7.229,17
PR	4116703	Nova Aurora	11.730	269.790,00	22.482,50
PR	4116802	Nova Cantu	7.234	180.849,96	15.070,83
PR	4116901	Nova Esperança	26.684	613.731,96	51.144,33
PR	4116950	Nova Esperança do Sudoeste	5.086	127.149,96	10.595,83
PR	4117008	Nova Fátima	8.135	203.375,04	16.947,92
PR	4117057	Nova Laranjeiras	11.206	280.149,96	23.345,83
PR	4117107	Nova Londrina	13.060	300.380,04	25.031,67
PR	4117206	Nova Olímpia	5.521	138.024,96	11.502,08
PR	4117255	Nova Prata do Iguaçu	10.376	259.400,04	21.616,67
PR	4117214	Nova Santa Bárbara	3.931	98.274,96	8.189,58
PR	4117222	Nova Santa Rosa	7.665	176.295,00	14.691,25
PR	4117271	Nova Tebas	7.239	180.975,00	15.081,25
PR	4117297	Novo Itacolomi	2.825	70.625,04	5.885,42
PR	4117305	Ortigueira	23.240	581.000,04	48.416,67
PR	4117404	Ourizona	3.379	77.717,04	6.476,42
PR	4117453	Ouro Verde do Oeste	5.709	131.307,00	10.942,25
PR	4117503	Paiçandu	36.333	908.325,00	75.693,75
PR	4117602	Palmas	43.508	1.087.700,04	90.641,67
PR	4117701	Palmeira	32.232	805.800,00	67.150,00
PR	4117800	Palmital	14.699	367.475,04	30.622,92
PR	4117909	Palotina	28.907	607.047,00	50.587,25
PR	4118006	Paraíso do Norte	11.929	274.367,04	22.863,92
PR	4118105	Paranacity	10.338	237.774,00	19.814,50
PR	4118204	Paranaguá	141.477	2.971.017,00	247.584,75
PR	4118303	Paranapoema	2.822	70.550,04	5.879,17
PR	4118402	Paranavaí	82.039	1.886.897,04	157.241,42
PR	4118451	Pato Bragado	4.882	112.286,04	9.357,17
PR	4118501	Pato Branco	73.148	1.536.108,00	128.009,00
PR	4118600	Paula Freitas	5.463	136.575,00	11.381,25
PR	4118709	Paulo Frontin	6.940	173.499,96	14.458,33
PR	4118808	Peabiru	13.635	313.605,00	26.133,75
PR	4118857	Perobal	5.681	142.025,04	11.835,42
PR	4118907	Pérola	10.280	236.439,96	19.703,33
PR	4119004	Pérola d'Oeste	6.716	167.900,04	13.991,67
PR	4119103	Piên	11.347	260.981,04	21.748,42
PR	4119152	Pinhais	118.334	2.485.014,00	207.084,50
PR	4119251	Pinhal de São Bento	2.630	65.750,04	5.479,17
PR	4119202	Pinhalão	6.215	155.375,04	12.947,92
PR	4119301	Pinhão	30.347	758.675,04	63.222,92
PR	4119400	Piraí do Sul	23.561	589.025,04	49.085,42
PR	4119509	Piraquara	94.518	2.173.914,00	181.159,50
PR	4119608	Pitanga	32.391	809.775,00	67.481,25
PR	4119657	Pitangueiras	2.845	65.435,04	5.452,92
PR	4119707	Planaltina do Paraná	4.103	102.575,04	8.547,92
PR	4119806	Planalto	13.619	340.475,04	28.372,92
PR	4119905	Ponta Grossa	314.518	6.604.878,00	550.406,50
PR	4119954	Pontal do Paraná	21.427	492.821,04	41.068,42
PR	4120002	Porecatu	14.060	323.379,96	26.948,33
PR	4120101	Porto Amazonas	4.536	113.400,00	9.450,00
PR	4120150	Porto Barreiro	3.622	90.549,96	7.545,83
PR	4120200	Porto Rico	2.529	63.225,00	5.268,75
PR	4120309	Porto Vitória	4.018	100.449,96	8.370,83
PR	4120333	Prado Ferreira	3.456	79.488,00	6.624,00
PR	4120358	Pranchita	5.580	139.500,00	11.625,00
PR	4120408	Presidente Castelo Branco	4.821	120.525,00	10.043,75
PR	4120507	Primeiro de Maio	10.840	249.320,04	20.776,67
PR	4120606	Prudentópolis	48.933	1.223.325,00	101.943,75
PR	4120655	Quarto Centenário	4.820	120.500,04	10.041,67

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PR	4120705	Quatiguá	7.069	176.724,96	14.727,08
PR	4120804	Quatro Barras	20.135	422.835,00	35.236,25
PR	4120853	Quatro Pontes	3.816	80.136,00	6.678,00
PR	4120903	Quedas do Iguaçu	30.854	771.350,04	64.279,17
PR	4121000	Querência do Norte	11.752	293.799,96	24.483,33
PR	4121109	Quinta do Sol	5.037	125.925,00	10.493,75
PR	4121208	Quitandinha	17.229	430.725,00	35.893,75
PR	4121257	Ramilândia	4.155	103.875,00	8.656,25
PR	4121307	Rancho Alegre	3.937	98.424,96	8.202,08
PR	4121356	Rancho Alegre D'Oeste	2.827	70.674,96	5.889,58
PR	4121406	Realeza	16.363	376.349,04	31.362,42
PR	4121505	Rebouças	14.216	355.400,04	29.616,67
PR	4121604	Renascença	6.801	170.025,00	14.168,75
PR	4121703	Reserva	25.264	631.599,96	52.633,33
PR	4121752	Reserva do Iguaçu	7.356	183.900,00	15.325,00
PR	4121802	Ribeirão Claro	10.661	266.525,04	22.210,42
PR	4121901	Ribeirão do Pinhal	13.462	336.549,96	28.045,83
PR	4122008	Rio Azul	14.176	354.399,96	29.533,33
PR	4122107	Rio Bom	3.318	82.950,00	6.912,50
PR	4122156	Rio Bonito do Iguaçu	13.652	347.376,00	28.948,00
PR	4122172	Rio Branco do Ivaí	3.909	97.725,00	8.143,75
PR	4122206	Rio Branco do Sul	30.751	768.774,96	64.064,58
PR	4122305	Rio Negro	31.471	723.833,04	60.319,42
PR	4122404	Rolândia	58.511	1.345.752,96	112.146,08
PR	4122503	Roncador	11.377	284.424,96	23.702,08
PR	4122602	Rondon	9.025	207.575,04	17.297,92
PR	4122651	Rosário do Ivaí	5.512	137.799,96	11.483,33
PR	4122701	Sabáudia	6.149	141.426,96	11.785,58
PR	4122800	Salgado Filho	4.327	108.174,96	9.014,58
PR	4122909	Salto do Itararé	5.150	128.750,04	10.729,17
PR	4123006	Salto do Lontra	13.761	344.025,00	28.668,75
PR	4123105	Santa Amélia	3.757	93.924,96	7.827,08
PR	4123204	Santa Cecília do Pavão	3.614	90.350,04	7.529,17
PR	4123303	Santa Cruz de Monte Castelo	8.055	201.375,00	16.781,25
PR	4123402	Santa Fé	10.552	242.696,04	20.224,67
PR	4123501	Santa Helena	23.638	543.674,04	45.306,17
PR	4123600	Santa Inês	1.797	44.925,00	3.743,75
PR	4123709	Santa Isabel do Ivaí	8.730	200.790,00	16.732,50
PR	4123808	Santa Izabel do Oeste	13.242	278.082,00	23.173,50
PR	4123824	Santa Lúcia	3.910	97.749,96	8.145,83
PR	4123857	Santa Maria do Oeste	11.336	283.400,04	23.616,67
PR	4123907	Santa Mariana	12.356	284.187,96	23.682,33
PR	4123956	Santa Mônica	3.601	90.024,96	7.502,08
PR	4124020	Santa Tereza do Oeste	10.300	236.900,04	19.741,67
PR	4124053	Santa Terezinha de Itaipu	21.031	483.713,04	40.309,42
PR	4124004	Santana do Itararé	5.220	130.500,00	10.875,00
PR	4124103	Santo Antônio da Platina	42.920	987.159,96	82.263,33
PR	4124202	Santo Antônio do Caiuá	2.716	67.899,96	5.658,33
PR	4124301	Santo Antônio do Paraíso	2.379	59.475,00	4.956,25
PR	4124400	Santo Antônio do Sudoeste	18.972	474.300,00	39.525,00
PR	4124509	Santo Inácio	5.276	131.900,04	10.991,67
PR	4124608	São Carlos do Ivaí	6.389	146.946,96	12.245,58
PR	4124707	São Jerônimo da Serra	11.306	282.650,04	23.554,17
PR	4124806	São João	10.553	242.718,96	20.226,58
PR	4124905	São João do Caiuá	5.898	147.450,00	12.287,50
PR	4125001	São João do Ivaí	11.397	262.131,00	21.844,25
PR	4125100	São João do Triunfo	13.803	345.075,00	28.756,25
PR	4125308	São Jorge do Ivaí	5.512	126.776,04	10.564,67
PR	4125357	São Jorge do Patrocínio	5.998	149.949,96	12.495,83
PR	4125209	São Jorge d'Oeste	9.068	226.700,04	18.891,67
PR	4125407	São José da Boa Vista	6.476	161.900,04	13.491,67
PR	4125456	São José das Palmeiras	3.810	95.250,00	7.937,50
PR	4125506	São José dos Pinhais	268.808	5.376.159,96	448.013,33
PR	4125555	São Manoel do Paraná	2.100	48.300,00	4.025,00
PR	4125605	São Mateus do Sul	41.617	957.191,04	79.765,92
PR	4125704	São Miguel do Iguaçu	25.872	595.056,00	49.588,00
PR	4125753	São Pedro do Iguaçu	6.431	160.775,04	13.397,92
PR	4125803	São Pedro do Ivaí	10.221	235.083,00	19.590,25
PR	4125902	São Pedro do Paraná	2.473	61.824,96	5.152,08
PR	4126009	São Sebastião da Amoreira	8.632	215.799,96	17.983,33
PR	4126108	São Tomé	5.373	112.833,00	9.402,75
PR	4126207	Sapopema	6.726	168.150,00	14.012,50
PR	4126256	Sarandi	83.724	1.925.652,00	160.471,00
PR	4126272	Saudade do Iguaçu	5.061	126.525,00	10.543,75
PR	4126306	Sengés	18.463	461.574,96	38.464,58
PR	4126355	Serranópolis do Iguaçu	4.555	113.874,96	9.489,58
PR	4126405	Sertaneja	5.763	144.075,00	12.006,25
PR	4126504	Sertanópolis	15.676	360.548,04	30.045,67
PR	4126603	Siqueira Campos	18.643	466.074,96	38.839,58
PR	4126652	Sulina	3.354	83.850,00	6.987,50
PR	4126678	Tamarana	12.458	286.533,96	23.877,83
PR	4126702	Tamboara	4.696	108.008,04	9.000,67
PR	4126801	Tapejara	14.712	308.952,00	25.746,00
PR	4126900	Tapira	5.802	145.050,00	12.087,50
PR	4127007	Teixeira Soares	10.444	261.099,96	21.758,33
PR	4127106	Telêmaco Borba	70.535	1.622.304,96	135.192,08
PR	4127205	Terra Boa	15.864	364.872,00	30.406,00
PR	4127304	Terra Rica	15.331	352.613,04	29.384,42
PR	4127403	Terra Roxa	16.795	386.285,04	32.190,42
PR	4127502	Tibagi	19.414	485.349,96	40.445,83
PR	4127601	Tijucas do Sul	14.712	367.800,00	30.650,00
PR	4127700	Toledo	120.934	2.539.614,00	211.634,50
PR	4127809	Tomazina	8.704	217.599,96	18.133,33
PR	4127858	Três Barras do Paraná	11.825	295.625,04	24.635,42
PR	4127882	Tunas do Paraná	6.460	161.499,96	13.458,33
PR	4127908	Tuneiras do Oeste	8.671	216.774,96	18.064,58
PR	4127957	Tupãssi	7.996	183.908,04	15.325,67
PR	4127965	Turvo	13.717	342.924,96	28.577,08
PR	4128005	Ubiratã	21.479	494.016,96	41.168,08
PR	4128104	Umuarama	101.443	2.130.303,00	177.525,25
PR	4128203	União da Vitória	53.059	1.220.357,04	101.696,42
PR	4128302	Uniflor	2.474	56.901,96	4.741,83
PR	4128401	Uraí	11.441	263.142,96	21.928,58
PR	4128534	Ventania	10.106	252.650,04	21.054,17
PR	4128559	Vera Cruz do Oeste	8.921	205.182,96	17.098,58
PR	4128609	Verê	7.814	195.350,04	16.279,17
PR	4128658	Virmond	3.951	98.775,00	8.231,25
PR	4128708	Vitorino	6.531	163.275,00	13.606,25
PR	4128500	Wenceslau Braz	19.278	481.950,00	40.162,50
PR	4128807	Xambrê	5.975	149.375,04	12.447,92
RJ	3300100	Angra dos Reis	173.370	3.640.770,00	303.397,50
RJ	3300159	Aperibé	10.382	259.550,04	21.629,17
RJ	3300209	Araruama	114.250	2.399.250,00	199.937,50
RJ	3300225	Areal	11.540	265.419,96	22.118,33
RJ	3300233	Armação dos Búzios	28.279	767.754,00	63.979,50
RJ	3300258	Arraial do Cabo	28.010	644.229,96	53.685,83
RJ	3300308	Barra do Piraí	95.260	2.190.980,04	182.581,67
RJ	3300407	Barra Mansa	178.355	3.745.455,00	312.121,25
RJ	3300456	Belford Roxo	472.008	9.912.168,00	826.014,00
RJ	3300506	Bom Jardim	25.539	587.397,00	48.949,75
RJ	3300605	Bom Jesus do Itabapoana	35.546	817.557,96	68.129,83
RJ	3300704	Cabo Frio	190.787	4.006.527,00	333.877,25
RJ	3300803	Cachoeiras de Macacu	54.713	1.258.398,96	104.866,58
RJ	3300902	Cambuci	14.840	341.319,96	28.443,33
RJ	3301009	Campos dos Goytacazes	468.087	9.829.827,00	819.152,25
RJ	3301108	Cantagalo	19.830	456.090,00	38.007,50
RJ	3300936	Carapebus	13.697	287.637,00	23.969,75
RJ	3301157	Cardoso Moreira	12.601	315.024,96	26.252,08
RJ	3301207	Carmo	17.599	404.777,04	33.731,42
RJ	3301306	Casimiro de Abreu	36.360	836.280,00	69.690,00
RJ	3300951	Comendador Levy Gasparian	8.200	188.600,04	15.716,67
RJ	3301405	Conceição de Macabu	21.416	535.400,04	44.616,67
RJ	3301504	Cordeiro	20.571	473.133,00	39.427,75
RJ	3301603	Duas Barras	10.976	252.447,96	21.037,33
RJ	3301702	Duque de Caxias	861.158	17.223.159,96	1.435.263,33
RJ	3301801	Engenheiro Paulo de Frontin	13.324	306.452,04	25.537,67
RJ	3301850	Guapimirim	52.522	1.208.006,04	100.667,17
RJ	3301876	Iguaba Grande	23.475	539.925,00	44.993,75
RJ	3301900	Itaboraí	220.352	4.627.392,00	385.616,00
RJ	3302007	Itaguaí	111.171	2.334.591,00	194.549,25
RJ	3302056	Italva	14.174	354.350,04	29.529,17
RJ	3302106	Itaocara	22.892	526.515,96	43.876,33
RJ	3302205	Itaperuna	96.542	2.220.465,96	185.038,83
RJ	3302254	Itatiaia	29.094	669.162,00	55.763,50
RJ	3302270	Japeri	96.430	2.217.890,04	184.824,17
RJ	3302304	Laje do Muriaé	7.455	186.375,00	15.531,25
RJ	3302403	Macaé	212.433	4.248.660,00	354.055,00
RJ	3302452	Macuco	5.299	121.877,04	10.156,42
RJ	3302502	Magé	228.972	4.808.412,00	400.701,00
RJ	3302601	Mangaratiba	37.343	858.888,96	71.574,08
RJ	3302700	Maricá	131.355	2.758.455,00	229.871,25
RJ	3302809	Mendes	17.981	413.562,96	34.463,58
RJ	3302858	Mesquita	168.966	3.548.286,00	295.690,50
RJ	3302908	Miguel Pereira	24.699	568.077,00	47.339,75
RJ	3303005	Miracema	26.827	670.674,96	55.889,58
RJ	3303104	Natividade	15.079	346.817,04	28.901,42
RJ	3303203	Nilópolis	157.710	3.154.200,00	262.850,00
RJ	3303302	Niterói	489.720	9.794.400,00	816.200,00
RJ	3303401	Nova Friburgo	182.748	3.837.708,00	319.809,00
RJ	3303500	Nova Iguaçu	799.047	15.980.940,00	1.331.745,00
RJ	3303609	Paracambi	47.635	1.095.605,04	91.300,42
RJ	3303708	Paraíba do Sul	41.367	951.441,00	79.286,75
RJ	3303807	Parati	38.147	877.380,96	73.115,08
RJ	3303856	Paty do Alferes	26.469	661.725,00	55.143,75
RJ	3303906	Petrópolis	296.565	6.227.865,00	518.988,75
RJ	3303955	Pinheiral	22.968	528.264,00	44.022,00
RJ	3304003	Piraí	26.637	612.651,00	51.054,25
RJ	3304102	Porciúncula	17.899	411.677,04	34.306,42
RJ	3304110	Porto Real	16.938	338.760,00	28.230,00
RJ	3304128	Quatis	12.952	297.896,04	24.824,67
RJ	3304144	Queimados	139.188	2.922.948,00	243.579,00
RJ	3304151	Quissamã	20.747	414.939,96	34.578,33
RJ	3304201	Resende	120.938	2.539.698,00	211.641,50
RJ	3304300	Rio Bonito	56.001	1.288.023,00	107.335,25
RJ	3304409	Rio Claro	17.517	437.925,00	36.493,75
RJ	3304508	Rio das Flores	8.633	215.825,04	17.985,42
RJ	3304524	Rio das Ostras	110.992	2.219.840,04	184.986,67
RJ	3304557	Rio de Janeiro	6.355.949	127.118.979,96	10.593.248,33
RJ	3304607	Santa Maria Madalena	10.310	257.750,04	21.479,17
RJ	3304706	Santo Antônio de Pádua	40.735	936.905,04	78.075,42
RJ	3304805	São Fidélis	37.601	864.822,96	72.068,58
RJ	3304755	São Francisco de Itabapoana	41.371	1.034.274,96	86.189,58
RJ	3304904	São Gonçalo	1.008.065	20.161.299,96	1.680.108,33
RJ	3305000	São João da Barra	33.136	695.856,00	57.988,00
RJ	3305109	São João de Meriti	459.379	9.187.580,04	765.631,67
RJ	3305133	São José de Ubá	7.049	176.225,04	14.685,42
RJ	3305158	São José do Vale do Rio Preto	20.398	469.154,04	39.096,17
RJ	3305208	São Pedro da Aldeia	89.739	2.063.997,00	171.999,75
RJ	3305307	São Sebastião do Alto	8.933	223.325,04	18.610,42
RJ	3305406	Sapucaia	17.554	403.742,04	33.645,17
RJ	3305505	Saquarema	75.906	1.745.838,00	145.486,50
RJ	3305554	Seropédica	79.179	1.821.117,00	151.759,75
RJ	3305604	Silva Jardim	21.356	533.900,04	44.491,67
RJ	3305703	Sumidouro	14.956	373.899,96	31.158,33
RJ	3305752	Tanguá	31.091	777.275,04	64.772,92
RJ	3305802	Teresópolis	165.716	3.480.036,00	290.003,00
RJ	3305901	Trajano de Morais	10.309	257.724,96	21.477,08
RJ	3306008	Três Rios	77.851	1.790.573,04	149.214,42
RJ	3306107	Valença	72.268	1.662.164,04	138.513,67
RJ	3306156	Varre-Sai	9.600	240.000,00	20.000,00
RJ	3306206	Vassouras	34.638	796.674,00	66.389,50
RJ	3306305	Volta Redonda	259.012	5.180.240,04	431.686,67
RN	2400109	Acari	11.024	275.600,04	22.966,67
RN	2400208	Açu	53.636	1.233.627,96	102.802,33
RN	2400307	Afonso Bezerra	10.843	271.074,96	22.589,58
RN	2400406	Água Nova	3.004	75.099,96	6.258,33
RN	2400505	Alexandria	13.487	337.175,04	28.097,92
RN	2400604	Almino Afonso	4.847	121.175,04	10.097,92
RN	2400703	Alto do Rodrigues	12.521	287.982,96	23.998,58
RN	2400802	Angicos	11.544	288.600,00	24.050,00
RN	2400901	Antônio Martins	6.919	172.974,96	14.414,58
RN	2401008	Apodi	34.809	870.225,00	72.518,75
RN	2401107	Areia Branca	25.529	638.225,04	53.185,42
RN	2401206	Arês	13.047	326.175,00	27.181,25

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RN	2401305	Augusto Severo	9.310	232.749,96	19.395,83
RN	2401404	Baía Formosa	8.631	215.775,00	17.981,25
RN	2401453	Baraúna	24.586	614.649,96	51.220,83
RN	2401503	Barcelona	3.947	98.675,04	8.222,92
RN	2401602	Bento Fernandes	5.145	128.625,00	10.718,75
RN	2401651	Bodó	2.399	59.975,04	4.997,92
RN	2401701	Bom Jesus	9.504	237.600,00	19.800,00
RN	2401800	Brejinho	11.675	291.875,04	24.322,92
RN	2401859	Caiçara do Norte	6.030	150.750,00	12.562,50
RN	2401909	Caiçara do Rio do Vento	3.342	83.550,00	6.962,50
RN	2402006	Caicó	63.148	1.452.404,04	121.033,67
RN	2402105	Campo Redondo	10.348	258.699,96	21.558,33
RN	2402204	Canguaretama	31.216	780.399,96	65.033,33
RN	2402303	Caraúbas	19.635	490.875,00	40.906,25
RN	2402402	Carnaúba dos Dantas	7.495	187.374,96	15.614,58
RN	2402501	Carnaubais	9.883	247.074,96	20.589,58
RN	2402600	Ceará-Mirim	68.580	1.577.340,00	131.445,00
RN	2402709	Cerro Corá	10.922	273.050,04	22.754,17
RN	2402808	Coronel Ezequiel	5.405	135.125,04	11.260,42
RN	2402907	Coronel João Pessoa	4.778	119.450,04	9.954,17
RN	2403004	Cruzeta	7.954	198.849,96	16.570,83
RN	2403103	Currais Novos	42.795	1.069.875,00	89.156,25
RN	2403202	Doutor Severiano	6.488	162.200,04	13.516,67
RN	2403301	Encanto	5.265	131.625,00	10.968,75
RN	2403400	Equador	5.835	145.875,00	12.156,25
RN	2403509	Espírito Santo	10.457	261.425,04	21.785,42
RN	2403608	Extremoz	24.953	623.825,04	51.985,42
RN	2403707	Felipe Guerra	5.750	143.750,04	11.979,17
RN	2403756	Fernando Pedroza	2.870	104.292,00	8.691,00
RN	2403806	Florânia	8.958	223.950,00	18.662,50
RN	2403905	Francisco Dantas	2.863	71.574,96	5.964,58
RN	2404002	Frutuoso Gomes	4.207	105.174,96	8.764,58
RN	2404101	Galinhos	2.223	55.575,00	4.631,25
RN	2404200	Goianinha	22.851	571.275,00	47.606,25
RN	2404309	Governador Dix-Sept Rosado	12.421	310.524,96	25.877,08
RN	2404408	Grossos	9.481	237.024,96	19.752,08
RN	2404507	Guamaré	12.731	292.812,96	24.401,08
RN	2404606	Ielmo Marinho	12.319	307.974,96	25.664,58
RN	2404705	Ipanguaçu	14.005	350.124,96	29.177,08
RN	2404804	Ipueira	2.091	52.275,00	4.356,25
RN	2404853	Itajá	6.985	174.624,96	14.552,08
RN	2404903	Itaú	5.587	139.674,96	11.639,58
RN	2405009	Jaçanã	8.040	201.000,00	16.750,00
RN	2405108	Jandaíra	6.820	170.499,96	14.208,33
RN	2405207	Janduís	5.326	133.149,96	11.095,83
RN	2405306	Januário Cicco	9.113	227.825,04	18.985,42
RN	2405405	Japi	5.461	136.524,96	11.377,08
RN	2405504	Jardim de Angicos	2.603	65.075,04	5.422,92
RN	2405603	Jardim de Piranhas	13.623	340.575,00	28.381,25
RN	2405702	Jardim do Seridó	12.119	302.975,04	25.247,92
RN	2405801	João Câmara	32.456	811.400,04	67.616,67
RN	2405900	João Dias	2.602	65.049,96	5.420,83
RN	2406007	José da Penha	5.865	146.625,00	12.218,75
RN	2406106	Jucurutu	17.721	443.025,00	36.918,75
RN	2406155	Jundiá	3.609	90.225,00	7.518,75
RN	2406205	Lagoa d'Anta	6.273	156.825,00	13.068,75
RN	2406304	Lagoa de Pedras	7.035	175.875,00	14.656,25
RN	2406403	Lagoa de Velhos	2.670	66.750,00	5.562,50
RN	2406502	Lagoa Nova	14.131	353.274,96	29.439,58
RN	2406601	Lagoa Salgada	7.623	190.575,00	15.881,25
RN	2406700	Lajes	10.457	261.425,04	21.785,42
RN	2406809	Lajes Pintadas	4.619	115.475,04	9.622,92
RN	2406908	Lucrécia	3.665	91.625,04	7.635,42
RN	2407005	Luís Gomes	9.646	241.149,96	20.095,83
RN	2407104	Macaíba	70.587	1.623.501,00	135.291,75
RN	2407203	Macau	29.204	730.100,04	60.841,67
RN	2407252	Major Sales	3.582	89.550,00	7.462,50
RN	2407302	Marcelino Vieira	8.257	206.424,96	17.202,08
RN	2407401	Martins	8.256	206.400,00	17.200,00
RN	2407500	Maxaranguape	10.629	265.725,00	22.143,75
RN	2407609	Messias Targino	4.225	105.624,96	8.802,08
RN	2407708	Montanhas	11.372	284.300,04	23.691,67
RN	2407807	Monte Alegre	20.825	520.625,04	43.385,42
RN	2407906	Monte das Gameleiras	2.240	56.000,04	4.666,67
RN	2408003	Mossoró	263.344	5.530.224,00	460.852,00
RN	2408102	Natal	810.780	16.215.600,00	1.351.300,00
RN	2408201	Nísia Floresta	24.149	603.725,04	50.310,42
RN	2408300	Nova Cruz	35.618	890.450,04	74.204,17
RN	2408409	Olho-d'Água do Borges	4.283	107.075,04	8.922,92
RN	2408508	Ouro Branco	4.702	117.549,96	9.795,83
RN	2408607	Paraná	3.977	99.425,04	8.285,42
RN	2408706	Paraú	3.842	96.050,04	8.004,17
RN	2408805	Parazinho	4.885	122.124,96	10.177,08
RN	2408904	Parelhas	20.434	510.849,96	42.570,83
RN	2403251	Parnamirim	208.426	4.376.946,00	364.745,50
RN	2409100	Passa e Fica	11.313	282.825,00	23.568,75
RN	2409209	Passagem	2.910	72.750,00	6.062,50
RN	2409308	Patu	12.025	300.624,96	25.052,08
RN	2409407	Pau dos Ferros	27.975	699.375,00	58.281,25
RN	2409506	Pedra Grande	3.483	87.075,00	7.256,25
RN	2409605	Pedra Preta	2.571	64.275,00	5.356,25
RN	2409704	Pedro Avelino	7.107	177.675,00	14.806,25
RN	2409803	Pedro Velho	14.160	354.000,00	29.500,00
RN	2409902	Pendências	13.588	339.699,96	28.308,33
RN	2410009	Pilões	3.488	87.200,04	7.266,67
RN	2410108	Poço Branco	14.079	351.975,00	29.331,25
RN	2410207	Portalegre	7.365	184.125,00	15.343,75
RN	2410256	Porto do Mangue	5.306	132.650,04	11.054,17
RN	2410306	Presidente Juscelino	8.904	222.600,00	18.550,00
RN	2410405	Pureza	8.537	289.470,00	24.122,50
RN	2410504	Rafael Fernandes	4.727	118.175,04	9.847,92
RN	2410603	Rafael Godeiro	3.072	76.800,00	6.400,00
RN	2410702	Riacho da Cruz	3.204	80.100,00	6.675,00
RN	2410801	Riacho de Santana	4.153	103.824,96	8.652,08
RN	2410900	Riachuelo	7.168	179.199,96	14.933,33
RN	2408953	Rio do Fogo	10.124	253.100,04	21.091,67
RN	2411007	Rodolfo Fernandes	4.415	110.375,04	9.197,92
RN	2411106	Ruy Barbosa	3.589	89.724,96	7.477,08
RN	2411205	Santa Cruz	36.143	903.575,04	75.297,92
RN	2409332	Santa Maria	4.838	120.950,04	10.079,17
RN	2411403	Santana do Matos	13.642	341.049,96	28.420,83
RN	2411429	Santana do Seridó	2.538	63.450,00	5.287,50
RN	2411502	Santo Antônio	22.378	559.449,96	46.620,83
RN	2411601	São Bento do Norte	2.945	73.625,04	6.135,42
RN	2411700	São Bento do Trairí	3.956	98.900,04	8.241,67
RN	2411809	São Fernando	3.414	85.350,00	7.112,50
RN	2411908	São Francisco do Oeste	3.905	97.625,04	8.135,42
RN	2412005	São Gonçalo do Amarante	89.045	2.048.034,96	170.669,58
RN	2412104	São João do Sabugi	5.940	148.500,00	12.375,00
RN	2412203	São José de Mipibu	40.150	1.003.749,96	83.645,83
RN	2412302	São José do Campestre	12.385	309.624,96	25.802,08
RN	2412401	São José do Seridó	4.266	106.650,00	8.887,50
RN	2412500	São Miguel	22.314	557.850,00	46.487,50
RN	2412559	São Miguel do Gostoso	8.754	304.320,00	25.360,00
RN	2412609	São Paulo do Potengi	15.999	399.975,00	33.331,25
RN	2412708	São Pedro	6.194	154.850,04	12.904,17
RN	2412807	São Rafael	8.105	202.625,04	16.885,42
RN	2412906	São Tomé	10.830	270.750,00	22.562,50
RN	2413003	São Vicente	6.059	151.475,04	12.622,92
RN	2413102	Senador Elói de Souza	5.684	142.100,04	11.841,67
RN	2413201	Senador Georgino Avelino	3.972	99.300,00	8.275,00
RN	2413300	Serra de São Bento	5.734	143.349,96	11.945,83
RN	2413359	Serra do Mel	10.445	261.125,04	21.760,42
RN	2413409	Serra Negra do Norte	7.788	271.704,00	22.642,00
RN	2413508	Serrinha	6.530	163.250,04	13.604,17
RN	2413557	Serrinha dos Pintos	4.559	113.975,04	9.497,92
RN	2413607	Severiano Melo	5.801	171.423,96	14.285,33
RN	2413706	Sítio Novo	5.064	126.600,00	10.550,00
RN	2413805	Taboleiro Grande	2.340	58.500,00	4.875,00
RN	2413904	Taipu	11.860	296.499,96	24.708,33
RN	2414001	Tangará	14.333	358.325,04	29.860,42
RN	2414100	Tenente Ananias	9.961	249.024,96	20.752,08
RN	2414159	Tenente Laurentino Cruz	5.483	137.075,04	11.422,92
RN	2411056	Tibau	3.725	93.125,04	7.760,42
RN	2414209	Tibau do Sul	11.665	291.624,96	24.302,08
RN	2414308	Timbaúba dos Batistas	2.304	57.600,00	4.800,00
RN	2414407	Touros	31.336	783.399,96	65.283,33
RN	2414456	Triunfo Potiguar	3.347	83.675,04	6.972,92
RN	2414506	Umarizal	10.626	265.650,00	22.137,50
RN	2414605	Upanema	13.146	328.650,00	27.387,50
RN	2414704	Várzea	5.254	131.349,96	10.945,83
RN	2414753	Venha-Ver	3.852	96.300,00	8.025,00
RN	2414803	Vera Cruz	10.888	272.199,96	22.683,33
RN	2414902	Viçosa	1.626	40.650,00	3.387,50
RN	2415008	Vila Flor	2.899	72.474,96	6.039,58
RO	1100015	Alta Floresta D'Oeste	24.228	605.700,00	50.475,00
RO	1100379	Alto Alegre dos Parecis	12.825	320.625,00	26.718,75
RO	1100403	Alto Paraíso	17.444	436.100,04	36.341,67
RO	1100346	Alvorada D'Oeste	16.625	415.625,04	34.635,42
RO	1100023	Ariquemes	91.570	2.106.110,04	175.509,17
RO	1100452	Buritis	32.899	822.474,96	68.539,58
RO	1100031	Cabixi	6.221	155.525,04	12.960,42
RO	1100601	Cacaulândia	5.764	144.099,96	12.008,33
RO	1100049	Cacoal	78.959	1.816.056,96	151.338,08
RO	1100700	Campo Novo de Rondônia	12.758	324.656,04	27.054,67
RO	1100809	Candeias do Jamari	20.292	507.300,00	42.275,00
RO	1100908	Castanheiras	3.527	88.175,04	7.347,92
RO	1100056	Cerejeiras	16.939	423.474,96	35.289,58
RO	1100924	Chupinguaia	8.515	212.874,96	17.739,58
RO	1100064	Colorado do Oeste	18.338	458.450,04	38.204,17
RO	1100072	Corumbiara	8.655	216.375,00	18.031,25
RO	1100080	Costa Marques	14.023	350.574,96	29.214,58
RO	1100940	Cujubim	16.570	414.249,96	34.520,83
RO	1100098	Espigão D'Oeste	28.963	724.074,96	60.339,58
RO	1101005	Governador Jorge Teixeira	10.272	306.783,96	25.565,33
RO	1100106	Guajará-Mirim	41.934	1.048.350,00	87.362,50
RO	1101104	Itapuã do Oeste	8.700	217.500,00	18.125,00
RO	1100114	Jaru	51.883	1.193.309,04	99.442,42
RO	1100122	Ji-Paraná	117.363	2.464.623,00	205.385,25
RO	1100130	Machadinho D'Oeste	31.780	794.499,96	66.208,33
RO	1101203	Ministro Andreazza	10.277	256.925,04	21.410,42
RO	1101302	Mirante da Serra	11.781	294.525,00	24.543,75
RO	1101401	Monte Negro	14.204	355.100,04	29.591,67
RO	1100148	Nova Brasilândia D'Oeste	19.883	497.075,04	41.422,92
RO	1100338	Nova Mamoré	23.143	578.574,96	48.214,58
RO	1101435	Nova União	7.437	185.925,00	15.493,75
RO	1100502	Novo Horizonte do Oeste	10.084	252.099,96	21.008,33
RO	1100155	Ouro Preto do Oeste	37.702	942.549,96	78.545,83
RO	1101450	Parecis	4.902	122.550,00	10.212,50
RO	1100189	Pimenta Bueno	33.981	849.525,00	70.793,75
RO	1101468	Pimenteiras do Oeste	2.299	57.474,96	4.789,58
RO	1100205	Porto Velho	435.732	9.150.372,00	762.531,00
RO	1100254	Presidente Médici	22.009	550.224,96	45.852,08
RO	1101476	Primavera de Rondônia	3.464	86.600,04	7.216,67
RO	1100262	Rio Crespo	3.346	83.649,96	6.970,83
RO	1100288	Rolim de Moura	50.899	1.170.677,04	97.556,42
RO	1100296	Santa Luzia D'Oeste	8.678	261.072,00	21.756,00
RO	1101484	São Felipe D'Oeste	5.939	148.475,04	12.372,92
RO	1101492	São Francisco do Guaporé	16.341	408.525,00	34.043,75
RO	1100320	São Miguel do Guaporé	21.879	546.975,00	45.581,25
RO	1101500	Seringueiras	11.624	290.600,04	24.216,67
RO	1101559	Teixeirópolis	4.832	120.800,04	10.066,67
RO	1101609	Theobroma	10.612	265.299,96	22.108,33
RO	1101708	Urupá	12.828	320.700,00	26.725,00
RO	1101757	Vale do Anari	9.511	237.774,96	19.814,58
RO	1101807	Vale do Paraíso	8.084	202.100,04	16.841,67
RO	1100304	Vilhena	77.937	1.792.551,00	149.379,25
RR	1400050	Alto Alegre	16.337	408.425,04	34.035,42
RR	1400027	Amajari	9.637	240.924,96	20.077,08
RR	1400100	Boa Vista	290.741	6.105.561,00	508.796,75
RR	1400159	Bonfim	11.068	276.699,96	23.058,33
RR	1400175	Cantá	14.312	357.800,04	29.816,67
RR	1400209	Caracaraí	18.714	467.850,00	38.987,50
RR	1400233	Caroebe	8.300	207.500,04	17.291,67
RR	1400282	Iracema	8.997	224.925,00	18.743,75

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RR	1400308	Mucajaí	15.065	376.625,04	31.385,42
RR	1400407	Normandia	9.156	228.900,00	19.075,00
RR	1400456	Pacaraima	10.698	267.450,00	22.287,50
RR	1400472	Rorainópolis	24.808	620.199,96	51.683,33
RR	1400506	São João da Baliza	6.898	172.449,96	14.370,83
RR	1400605	São Luiz	6.861	171.525,00	14.293,75
RR	1400704	Uiramutã	8.573	214.325,04	17.860,42
RS	4300034	Aceguá	4.430	110.750,04	9.229,17
RS	4300059	Água Santa	3.717	85.491,00	7.124,25
RS	4300109	Agudo	16.666	383.318,04	31.943,17
RS	4300208	Ajuricaba	7.221	166.083,00	13.840,25
RS	4300307	Alecrim	6.935	173.375,04	14.447,92
RS	4300406	Alegrete	77.140	1.774.220,04	147.851,67
RS	4300455	Alegria	4.220	105.500,04	8.791,67
RS	4300471	Almirante Tamandaré do Sul	2.054	51.350,04	4.279,17
RS	4300505	Alpestre	7.856	180.687,96	15.057,33
RS	4300554	Alto Alegre	1.826	45.650,04	3.804,17
RS	4300570	Alto Feliz	2.924	67.251,96	5.604,33
RS	4300604	Alvorada	196.572	4.128.012,00	344.001,00
RS	4300638	Amaral Ferrador	6.401	160.025,04	13.335,42
RS	4300646	Ametista do Sul	7.317	182.925,00	15.243,75
RS	4300661	André da Rocha	1.224	30.600,00	2.550,00
RS	4300703	Anta Gorda	6.054	139.242,00	11.603,50
RS	4300802	Antônio Prado	12.827	256.932,00	21.411,00
RS	4300851	Arambaré	3.676	91.899,96	7.658,33
RS	4300877	Araricá	4.928	123.200,04	10.266,67
RS	4300901	Aratiba	6.523	150.029,04	12.502,42
RS	4301008	Arroio do Meio	18.924	397.404,00	33.117,00
RS	4301073	Arroio do Padre	2.743	68.574,96	5.714,58
RS	4301057	Arroio do Sal	7.930	182.390,04	15.199,17
RS	4301206	Arroio do Tigre	12.742	293.066,04	24.422,17
RS	4301107	Arroio dos Ratos	13.627	313.421,04	26.118,42
RS	4301305	Arroio Grande	18.418	460.449,96	38.370,83
RS	4301404	Arvorezinha	10.223	235.128,96	19.594,08
RS	4301503	Augusto Pestana	7.042	161.966,04	13.497,17
RS	4301552	Áurea	3.648	83.904,00	6.992,00
RS	4301602	Bagé	116.944	2.455.824,00	204.652,00
RS	4301636	Balneário Pinhal	11.118	277.950,00	23.162,50
RS	4301651	Barão	5.768	132.663,96	11.055,33
RS	4301701	Barão de Cotegipe	6.525	150.075,00	12.506,25
RS	4301750	Barão do Triunfo	7.046	176.150,04	14.679,17
RS	4301859	Barra do Guarita	3.097	77.424,96	6.452,08
RS	4301875	Barra do Quaraí	4.022	100.550,04	8.379,17
RS	4301909	Barra do Ribeiro	12.628	315.699,96	26.308,33
RS	4301925	Barra do Rio Azul	1.972	49.299,96	4.108,33
RS	4301958	Barra Funda	2.378	54.693,96	4.557,83
RS	4301800	Barracão	5.339	133.475,04	11.122,92
RS	4302006	Barros Cassal	11.117	277.925,04	23.160,42
RS	4302055	Benjamin Constant do Sul	2.275	56.874,96	4.739,58
RS	4302105	Bento Gonçalves	108.481	2.169.620,04	180.801,67
RS	4302154	Boa Vista das Missões	2.109	52.725,00	4.393,75
RS	4302204	Boa Vista do Buricá	6.574	151.202,04	12.600,17
RS	4302220	Boa Vista do Cadeado	2.439	60.975,00	5.081,25
RS	4302238	Boa Vista do Incra	2.436	60.900,00	5.075,00
RS	4302253	Boa Vista do Sul	2.772	63.756,00	5.313,00
RS	4302303	Bom Jesus	11.482	287.049,96	23.920,83
RS	4302352	Bom Princípio	11.966	275.217,96	22.934,83
RS	4302378	Bom Progresso	2.290	57.249,96	4.770,83
RS	4302402	Bom Retiro do Sul	11.525	265.074,96	22.089,58
RS	4302451	Boqueirão do Leão	7.662	176.226,00	14.685,50
RS	4302501	Bossoroca	6.817	170.424,96	14.202,08
RS	4302584	Bozano	2.189	54.725,04	4.560,42
RS	4302600	Braga	3.664	91.599,96	7.633,33
RS	4302659	Brochier	4.701	108.123,00	9.010,25
RS	4302709	Butiá	20.413	469.499,04	39.124,92
RS	4302808	Caçapava do Sul	33.617	840.425,04	70.035,42
RS	4302907	Cacequi	13.551	338.775,00	28.231,25
RS	4303004	Cachoeira do Sul	83.517	1.920.891,00	160.074,25
RS	4303103	Cachoeirinha	119.101	2.501.121,00	208.426,75
RS	4303202	Cacique Doble	4.876	121.899,96	10.158,33
RS	4303301	Caibaté	4.934	123.350,04	10.279,17
RS	4303400	Caiçara	5.032	125.799,96	10.483,33
RS	4303509	Camaquã	62.947	1.447.781,04	120.648,42
RS	4303558	Camargo	2.600	59.799,96	4.983,33
RS	4303608	Cambará do Sul	6.520	162.999,96	13.583,33
RS	4303673	Campestre da Serra	3.253	81.324,96	6.777,08
RS	4303707	Campina das Missões	6.049	139.127,04	11.593,92
RS	4303806	Campinas do Sul	5.491	137.274,96	11.439,58
RS	4303905	Campo Bom	60.539	1.271.319,00	105.943,25
RS	4304002	Campo Novo	5.363	134.075,04	11.172,92
RS	4304101	Campos Borges	3.472	86.799,96	7.233,33
RS	4304200	Candelária	30.216	694.968,00	57.914,00
RS	4304309	Cândido Godói	6.493	149.339,04	12.444,92
RS	4304358	Candiota	8.826	220.650,00	18.387,50
RS	4304408	Canela	39.660	912.180,00	76.015,00
RS	4304507	Canguçu	53.399	1.228.176,96	102.348,08
RS	4304606	Canoas	325.189	6.503.780,04	541.981,67
RS	4304614	Canudos do Vale	1.796	44.900,04	3.741,67
RS	4304622	Capão Bonito do Sul	1.742	43.550,04	3.629,17
RS	4304630	Capão da Canoa	42.926	987.297,96	82.274,83
RS	4304655	Capão do Cipó	3.147	78.675,00	6.556,25
RS	4304663	Capão do Leão	24.343	608.574,96	50.714,58
RS	4304689	Capela de Santana	11.734	293.349,96	24.445,83
RS	4304697	Capitão	2.642	60.765,96	5.063,83
RS	4304671	Capivari do Sul	3.951	98.775,00	8.231,25
RS	4304713	Caraá	7.382	184.550,04	15.379,17
RS	4304705	Carazinho	59.445	1.367.235,00	113.936,25
RS	4304804	Carlos Barbosa	25.551	511.020,00	42.585,00
RS	4304853	Carlos Gomes	1.584	36.432,00	3.036,00
RS	4304903	Casca	8.668	199.364,04	16.613,67
RS	4304952	Caseiros	3.019	75.474,96	6.289,58
RS	4305009	Catuípe	9.256	231.399,96	19.283,33
RS	4305108	Caxias do Sul	441.332	8.826.639,96	735.553,33
RS	4305116	Centenário	2.953	73.824,96	6.152,08
RS	4305124	Cerrito	6.362	159.050,04	13.254,17
RS	4305132	Cerro Branco	4.467	102.741,00	8.561,75
RS	4305157	Cerro Grande	2.403	60.075,00	5.006,25
RS	4305173	Cerro Grande do Sul	10.422	260.550,00	21.712,50
RS	4305207	Cerro Largo	13.337	306.750,96	25.562,58
RS	4305306	Chapada	9.349	233.724,96	19.477,08
RS	4305355	Charqueadas	35.732	821.835,96	68.486,33
RS	4305371	Charrua	3.448	86.199,96	7.183,33
RS	4305405	Chiapetta	4.011	100.275,00	8.356,25
RS	4305439	Chuí	5.975	137.424,96	11.452,08
RS	4305447	Chuvisca	4.978	124.449,96	10.370,83
RS	4305454	Cidreira	12.959	298.056,96	24.838,08
RS	4305504	Ciríaco	4.897	122.424,96	10.202,08
RS	4305587	Colinas	2.417	50.757,00	4.229,75
RS	4305603	Colorado	3.510	87.750,00	7.312,50
RS	4305702	Condor	6.557	163.925,04	13.660,42
RS	4305801	Constantina	9.747	224.181,00	18.681,75
RS	4305835	Coqueiro Baixo	1.523	38.075,04	3.172,92
RS	4305850	Coqueiros do Sul	2.439	60.975,00	5.081,25
RS	4305871	Coronel Barros	2.460	61.500,00	5.125,00
RS	4305900	Coronel Bicaco	7.696	192.399,96	16.033,33
RS	4305934	Coronel Pilar	1.713	39.399,00	3.283,25
RS	4305959	Cotiporã	3.904	89.792,04	7.482,67
RS	4305975	Coxilha	2.815	70.374,96	5.864,58
RS	4306007	Crissiumal	14.000	350.000,04	29.166,67
RS	4306056	Cristal	7.330	183.249,96	15.270,83
RS	4306072	Cristal do Sul	2.823	70.575,00	5.881,25
RS	4306106	Cruz Alta	62.474	1.436.901,96	119.741,83
RS	4306130	Cruzaltense	2.110	52.749,96	4.395,83
RS	4306205	Cruzeiro do Sul	12.371	284.532,96	23.711,08
RS	4306304	David Canabarro	4.679	107.616,96	8.968,08
RS	4306320	Derrubadas	3.150	78.750,00	6.562,50
RS	4306353	Dezesseis de Novembro	2.822	70.550,04	5.879,17
RS	4306379	Dilermando de Aguiar	3.054	76.350,00	6.362,50
RS	4306403	Dois Irmãos	27.967	587.307,00	48.942,25
RS	4306429	Dois Irmãos das Missões	2.142	53.550,00	4.462,50
RS	4306452	Dois Lajeados	3.283	75.509,04	6.292,42
RS	4306502	Dom Feliciano	14.443	361.074,96	30.089,58
RS	4306601	Dom Pedrito	38.782	969.549,96	80.795,83
RS	4306551	Dom Pedro de Alcântara	2.544	63.600,00	5.300,00
RS	4306700	Dona Francisca	3.363	84.075,00	7.006,25
RS	4306734	Doutor Maurício Cardoso	5.236	120.428,04	10.035,67
RS	4306759	Doutor Ricardo	2.023	46.529,04	3.877,42
RS	4306767	Eldorado do Sul	34.887	802.401,00	66.866,75
RS	4306809	Encantado	20.663	433.923,00	36.160,25
RS	4306908	Encruzilhada do Sul	24.604	615.099,96	51.258,33
RS	4306924	Engenho Velho	1.481	37.025,04	3.085,42
RS	4306957	Entre Rios do Sul	3.049	76.224,96	6.352,08
RS	4306932	Entre-Ijuís	8.880	222.000,00	18.500,00
RS	4306973	Erebango	2.966	74.150,04	6.179,17
RS	4307005	Erechim	96.757	2.031.897,00	169.324,75
RS	4307054	Ernestina	3.089	77.225,04	6.435,42
RS	4307203	Erval Grande	5.126	128.150,04	10.679,17
RS	4307302	Erval Seco	7.779	194.475,00	16.206,25
RS	4307401	Esmeralda	3.172	79.299,96	6.608,33
RS	4307450	Esperança do Sul	3.235	80.874,96	6.739,58
RS	4307500	Espumoso	15.241	350.543,04	29.211,92
RS	4307559	Estação	5.995	137.885,04	11.490,42
RS	4307609	Estância Velha	43.146	906.066,00	75.505,50
RS	4307708	Esteio	80.810	1.616.199,96	134.683,33
RS	4307807	Estrela	30.867	648.207,00	54.017,25
RS	4307815	Estrela Velha	3.624	90.600,00	7.550,00
RS	4307831	Eugênio de Castro	2.759	68.975,04	5.747,92
RS	4307864	Fagundes Varela	2.588	59.523,96	4.960,33
RS	4307906	Farroupilha	64.275	1.285.500,00	107.125,00
RS	4308003	Faxinal do Soturno	6.660	153.180,00	12.765,00
RS	4308052	Faxinalzinho	2.540	63.500,04	5.291,67
RS	4308078	Fazenda Vilanova	3.764	86.571,96	7.214,33
RS	4308102	Feliz	12.440	261.240,00	21.770,00
RS	4308201	Flores da Cunha	27.391	547.820,04	45.651,67
RS	4308250	Floriano Peixoto	1.992	49.800,00	4.150,00
RS	4308300	Fontoura Xavier	10.662	266.550,00	22.212,50
RS	4308409	Formigueiro	6.970	174.249,96	14.520,83
RS	4308433	Forquetinha	2.469	56.787,00	4.732,25
RS	4308458	Fortaleza dos Valos	4.544	113.600,04	9.466,67
RS	4308508	Frederico Westphalen	29.003	667.068,96	55.589,08
RS	4308607	Garibaldi	31.014	620.280,00	51.690,00
RS	4308656	Garruchos	3.201	80.025,00	6.668,75
RS	4308706	Gaurama	5.822	133.905,96	11.158,83
RS	4308805	General Câmara	8.425	210.624,96	17.552,08
RS	4308854	Gentil	1.670	41.750,04	3.479,17
RS	4308904	Getúlio Vargas	16.127	370.920,96	30.910,08
RS	4309001	Giruá	16.947	423.675,00	35.306,25
RS	4309050	Glorinha	6.984	160.632,00	13.386,00
RS	4309100	Gramado	32.556	683.676,00	56.973,00
RS	4309126	Gramado dos Loureiros	2.248	56.199,96	4.683,33
RS	4309159	Gramado Xavier	3.994	99.849,96	8.320,83
RS	4309209	Gravataí	257.428	5.405.988,00	450.499,00
RS	4309258	Guabiju	1.587	39.675,00	3.306,25
RS	4309308	Guaíba	95.273	2.000.733,00	166.727,75
RS	4309407	Guaporé	23.026	483.546,00	40.295,50
RS	4309506	Guarani das Missões	8.048	201.200,04	16.766,67
RS	4309555	Harmonia	4.300	98.900,04	8.241,67
RS	4307104	Herval	6.746	168.650,04	14.054,17
RS	4309571	Herveiras	2.954	67.941,96	5.661,83
RS	4309605	Horizontina	18.398	386.358,00	32.196,50
RS	4309654	Hulha Negra	6.096	152.400,00	12.700,00
RS	4309704	Humaitá	4.896	112.608,00	9.384,00
RS	4309753	Ibarama	4.374	109.350,00	9.112,50
RS	4309803	Ibiaçá	4.701	117.525,00	9.793,75
RS	4309902	Ibiraiaras	7.172	164.955,96	13.746,33
RS	4309951	Ibirapuitã	4.049	101.225,04	8.435,42
RS	4310009	Ibirubá	19.364	445.371,96	37.114,33
RS	4310108	Igrejinha	32.036	736.827,96	61.402,33
RS	4310207	Ijuí	79.160	1.820.679,96	151.723,33
RS	4310306	Ilópolis	4.091	94.092,96	7.841,08
RS	4310330	Imbé	18.087	416.001,00	34.666,75
RS	4310363	Imigrante	3.026	63.546,00	5.295,50
RS	4310405	Independência	6.566	164.150,04	13.679,17
RS	4310413	Inhacorá	2.259	56.475,00	4.706,25
RS	4310439	Ipê	6.059	139.356,96	11.613,08
RS	4310462	Ipiranga do Sul	1.936	48.399,96	4.033,33
RS	4310504	Iraí	7.989	199.725,00	16.643,75
RS	4310538	Itaara	5.044	126.099,96	10.508,33
RS	4310553	Itacurubi	3.437	85.925,04	7.160,42
RS	4310579	Itapuca	2.318	57.950,04	4.829,17
RS	4310603	Itaqui	38.036	950.900,04	79.241,67

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	4310652	Itati	2.565	64.125,00	5.343,75
RS	4310702	Itatiba do Sul	4.089	102.225,00	8.518,75
RS	4310751	Ivorá	2.130	53.250,00	4.437,50
RS	4310801	Ivoti	20.224	424.704,00	35.392,00
RS	4310850	Jaboticaba	4.065	101.625,00	8.468,75
RS	4310876	Jacuizinho	2.519	62.975,04	5.247,92
RS	4310900	Jacutinga	3.620	83.259,96	6.938,33
RS	4311007	Jaguarão	27.766	694.149,96	57.845,83
RS	4311106	Jaguari	11.396	284.900,04	23.741,67
RS	4311122	Jaquirana	4.129	103.224,96	8.602,08
RS	4311130	Jari	3.562	89.049,96	7.420,83
RS	4311155	Jóia	8.335	208.374,96	17.364,58
RS	4311205	Júlio de Castilhos	19.515	487.875,00	40.656,25
RS	4311239	Lagoa Bonita do Sul	2.678	66.950,04	5.579,17
RS	4311270	Lagoa dos Três Cantos	1.596	39.900,00	3.325,00
RS	4311304	Lagoa Vermelha	27.495	632.385,00	52.698,75
RS	4311254	Lagoão	6.240	156.000,00	13.000,00
RS	4311403	Lajeado	72.338	1.519.098,00	126.591,50
RS	4311429	Lajeado do Bugre	2.489	62.225,04	5.185,42
RS	4311502	Lavras do Sul	7.646	191.150,04	15.929,17
RS	4311601	Liberato Salzano	5.720	143.000,04	11.916,67
RS	4311627	Lindolfo Collor	5.290	121.670,04	10.139,17
RS	4311643	Linha Nova	1.629	37.467,00	3.122,25
RS	4311718	Maçambara	4.716	117.900,00	9.825,00
RS	4311700	Machadinho	5.494	137.349,96	11.445,83
RS	4311734	Mampituba	2.996	74.900,04	6.241,67
RS	4311759	Manoel Viana	7.078	176.949,96	14.745,83
RS	4311775	Maquiné	6.875	171.875,04	14.322,92
RS	4311791	Maratá	2.537	58.350,96	4.862,58
RS	4311809	Marau	36.979	739.580,04	61.631,67
RS	4311908	Marcelino Ramos	5.060	116.379,96	9.698,33
RS	4311981	Mariana Pimentel	3.771	94.275,00	7.856,25
RS	4312005	Mariano Moro	2.190	50.370,00	4.197,50
RS	4312054	Marques de Souza	4.055	93.264,96	7.772,08
RS	4312104	Mata	5.076	126.900,00	10.575,00
RS	4312138	Mato Castelhano	2.472	61.800,00	5.150,00
RS	4312153	Mato Leitão	3.916	90.068,04	7.505,67
RS	4312179	Mato Queimado	1.782	44.550,00	3.712,50
RS	4312203	Maximiliano de Almeida	4.855	121.374,96	10.114,58
RS	4312252	Minas do Leão	7.655	191.375,04	15.947,92
RS	4312302	Miraguaí	4.842	121.050,00	10.087,50
RS	4312351	Montauri	1.532	35.235,96	2.936,33
RS	4312377	Monte Alegre dos Campos	3.107	77.675,04	6.472,92
RS	4312385	Monte Belo do Sul	2.653	55.713,00	4.642,75
RS	4312401	Montenegro	59.812	1.196.240,04	99.686,67
RS	4312427	Mormaço	2.774	69.350,04	5.779,17
RS	4312443	Morrinhos do Sul	3.156	78.900,00	6.575,00
RS	4312450	Morro Redondo	6.245	156.125,04	13.010,42
RS	4312476	Morro Reuter	5.730	131.790,00	10.982,50
RS	4312500	Mostardas	12.160	303.999,96	25.333,33
RS	4312609	Muçum	4.796	110.307,96	9.192,33
RS	4312617	Muitos Capões	2.998	74.949,96	6.245,83
RS	4312625	Muliterno	1.817	45.425,04	3.785,42
RS	4312658	Não-Me-Toque	16.053	369.219,00	30.768,25
RS	4312674	Nicolau Vergueiro	1.715	42.875,04	3.572,92
RS	4312708	Nonoai	12.017	300.425,04	25.035,42
RS	4312757	Nova Alvorada	3.215	73.944,96	6.162,08
RS	4312807	Nova Araçá	4.060	85.260,00	7.105,00
RS	4312906	Nova Bassano	8.918	187.278,00	15.606,50
RS	4312955	Nova Boa Vista	1.940	44.619,96	3.718,33
RS	4313003	Nova Bréscia	3.191	73.392,96	6.116,08
RS	4313011	Nova Candelária	2.741	63.042,96	5.253,58
RS	4313037	Nova Esperança do Sul	4.722	118.050,00	9.837,50
RS	4313060	Nova Hartz	18.598	427.754,04	35.646,17
RS	4313086	Nova Pádua	2.455	49.100,04	4.091,67
RS	4313102	Nova Palma	6.345	145.935,00	12.161,25
RS	4313201	Nova Petrópolis	19.211	403.431,00	33.619,25
RS	4313300	Nova Prata	23.175	486.675,00	40.556,25
RS	4313334	Nova Ramada	2.416	60.399,96	5.033,33
RS	4313359	Nova Roma do Sul	3.367	70.707,00	5.892,25
RS	4313375	Nova Santa Rita	23.251	534.773,04	44.564,42
RS	4313490	Novo Barreiro	3.987	99.675,00	8.306,25
RS	4313391	Novo Cabrais	3.878	96.950,04	8.079,17
RS	4313409	Novo Hamburgo	239.151	5.022.171,00	418.514,25
RS	4313425	Novo Machado	3.865	96.624,96	8.052,08
RS	4313441	Novo Tiradentes	2.267	56.675,04	4.722,92
RS	4313466	Novo Xingu	1.751	43.775,04	3.647,92
RS	4313508	Osório	41.273	949.278,96	79.106,58
RS	4313607	Paim Filho	4.198	104.949,96	8.745,83
RS	4313656	Palmares do Sul	10.978	274.449,96	22.870,83
RS	4313706	Palmeira das Missões	34.170	854.250,00	71.187,50
RS	4313805	Palmitinho	6.919	172.974,96	14.414,58
RS	4313904	Panambi	38.477	884.970,96	73.747,58
RS	4313953	Pantano Grande	9.812	245.300,04	20.441,67
RS	4314001	Paraí	6.873	158.079,00	13.173,25
RS	4314027	Paraíso do Sul	7.346	183.650,04	15.304,17
RS	4314035	Pareci Novo	3.532	81.236,04	6.769,67
RS	4314050	Parobé	52.019	1.196.436,96	99.703,08
RS	4314068	Passa Sete	5.183	129.575,04	10.797,92
RS	4314076	Passo do Sobrado	6.046	139.058,04	11.588,17
RS	4314100	Passo Fundo	186.083	3.907.743,00	325.645,25
RS	4314134	Paulo Bento	2.201	55.025,04	4.585,42
RS	4314159	Paverama	8.068	185.564,04	15.463,67
RS	4314175	Pedras Altas	2.188	54.699,96	4.558,33
RS	4314209	Pedro Osório	7.789	194.724,96	16.227,08
RS	4314308	Pejuçara	3.957	98.925,00	8.243,75
RS	4314407	Pelotas	328.865	6.906.165,00	575.513,75
RS	4314423	Picada Café	5.222	120.105,96	10.008,83
RS	4314456	Pinhal	2.514	62.850,00	5.237,50
RS	4314464	Pinhal da Serra	2.110	52.749,96	4.395,83
RS	4314472	Pinhal Grande	4.452	111.300,00	9.275,00
RS	4314498	Pinheirinho do Vale	4.522	113.049,96	9.420,83
RS	4314506	Pinheiro Machado	12.710	317.750,04	26.479,17
RS	4314555	Pirapó	2.712	67.800,00	5.650,00
RS	4314605	Piratini	19.874	496.850,04	41.404,17
RS	4314704	Planalto	10.465	261.624,96	21.802,08
RS	4314753	Poço das Antas	2.020	46.460,04	3.871,67
RS	4314779	Pontão	3.854	96.350,04	8.029,17
RS	4314787	Ponte Preta	1.729	43.224,96	3.602,08
RS	4314803	Portão	31.401	659.421,00	54.951,75
RS	4314902	Porto Alegre	1.413.094	28.261.880,04	2.355.156,67
RS	4315008	Porto Lucena	5.338	133.449,96	11.120,83
RS	4315057	Porto Mauá	2.523	63.075,00	5.256,25
RS	4315073	Porto Vera Cruz	1.806	45.150,00	3.762,50
RS	4315107	Porto Xavier	10.510	262.749,96	21.895,83
RS	4315131	Pouso Novo	1.851	46.275,00	3.856,25
RS	4315149	Presidente Lucena	2.516	57.867,96	4.822,33
RS	4315156	Progresso	6.158	153.950,04	12.829,17
RS	4315172	Protásio Alves	1.992	49.800,00	4.150,00
RS	4315206	Putinga	4.114	102.849,96	8.570,83
RS	4315305	Quaraí	22.946	573.650,04	47.804,17
RS	4315313	Quatro Irmãos	1.777	44.424,96	3.702,08
RS	4315321	Quevedos	2.712	67.800,00	5.650,00
RS	4315354	Quinze de Novembro	3.659	84.156,96	7.013,08
RS	4315404	Redentora	10.328	258.200,04	21.516,67
RS	4315453	Relvado	2.145	49.335,00	4.111,25
RS	4315503	Restinga Seca	15.869	396.725,04	33.060,42
RS	4315552	Rio dos Índios	3.533	88.325,04	7.360,42
RS	4315602	Rio Grande	198.049	4.159.029,00	346.585,75
RS	4315701	Rio Pardo	37.577	939.425,04	78.285,42
RS	4315750	Riozinho	4.350	108.750,00	9.062,50
RS	4315800	Roca Sales	10.362	217.602,00	18.133,50
RS	4315909	Rodeio Bonito	5.743	143.574,96	11.964,58
RS	4315958	Rolador	2.522	63.050,04	5.254,17
RS	4316006	Rolante	19.611	451.053,00	37.587,75
RS	4316105	Ronda Alta	10.235	255.875,04	21.322,92
RS	4316204	Rondinha	5.473	125.879,04	10.489,92
RS	4316303	Roque Gonzales	7.158	178.950,00	14.912,50
RS	4316402	Rosário do Sul	39.604	990.099,96	82.508,33
RS	4316428	Sagrada Família	2.591	64.775,04	5.397,92
RS	4316436	Saldanha Marinho	2.844	71.100,00	5.925,00
RS	4316451	Salto do Jacuí	11.907	297.675,00	24.806,25
RS	4316477	Salvador das Missões	2.670	61.410,00	5.117,50
RS	4316501	Salvador do Sul	6.827	143.367,00	11.947,25
RS	4316600	Sananduva	15.422	354.705,96	29.558,83
RS	4316709	Santa Bárbara do Sul	8.738	218.450,04	18.204,17
RS	4316733	Santa Cecília do Sul	1.651	41.274,96	3.439,58
RS	4316758	Santa Clara do Sul	5.766	132.618,00	11.051,50
RS	4316808	Santa Cruz do Sul	119.199	2.503.179,00	208.598,25
RS	4316972	Santa Margarida do Sul	2.366	59.150,04	4.929,17
RS	4316907	Santa Maria	262.369	5.509.749,00	459.145,75
RS	4316956	Santa Maria do Herval	6.066	139.518,00	11.626,50
RS	4317202	Santa Rosa	68.862	1.583.826,00	131.985,50
RS	4317251	Santa Tereza	1.729	36.309,00	3.025,75
RS	4317301	Santa Vitória do Palmar	30.813	770.325,00	64.193,75
RS	4317004	Santana da Boa Vista	8.213	205.325,04	17.110,42
RS	4317103	Santana do Livramento	81.821	1.881.882,96	156.823,58
RS	4317400	Santiago	49.005	1.225.125,00	102.093,75
RS	4317509	Santo Ângelo	76.239	1.753.497,00	146.124,75
RS	4317608	Santo Antônio da Patrulha	39.889	917.447,04	76.453,92
RS	4317707	Santo Antônio das Missões	11.097	277.425,00	23.118,75
RS	4317558	Santo Antônio do Palma	2.134	49.082,04	4.090,17
RS	4317756	Santo Antônio do Planalto	1.986	49.650,00	4.137,50
RS	4317806	Santo Augusto	13.933	348.324,96	29.027,08
RS	4317905	Santo Cristo	14.339	329.796,96	27.483,08
RS	4317954	Santo Expedito do Sul	2.444	61.100,04	5.091,67
RS	4318002	São Borja	61.426	1.412.798,04	117.733,17
RS	4318051	São Domingos do Sul	2.934	67.482,00	5.623,50
RS	4318101	São Francisco de Assis	19.135	478.374,96	39.864,58
RS	4318200	São Francisco de Paula	20.600	515.000,04	42.916,67
RS	4318309	São Gabriel	60.452	1.390.395,96	115.866,33
RS	4318408	São Jerônimo	22.277	512.370,96	42.697,58
RS	4318424	São João da Urtiga	4.711	108.353,04	9.029,42
RS	4318432	São João do Polêsine	2.580	59.340,00	4.945,00
RS	4318440	São Jorge	2.767	63.641,04	5.303,42
RS	4318457	São José das Missões	2.699	67.475,04	5.622,92
RS	4318465	São José do Herval	2.179	54.474,96	4.539,58
RS	4318481	São José do Hortêncio	4.149	95.427,00	7.952,25
RS	4318499	São José do Inhacorá	2.185	50.255,04	4.187,92
RS	4318507	São José do Norte	25.635	640.875,00	53.406,25
RS	4318606	São José do Ouro	6.893	172.325,04	14.360,42
RS	4318614	São José do Sul	2.108	48.483,96	4.040,33
RS	4318622	São José dos Ausentes	3.305	82.625,04	6.885,42
RS	4318705	São Leopoldo	215.664	4.528.944,00	377.412,00
RS	4318804	São Lourenço do Sul	43.067	990.540,96	82.545,08
RS	4318903	São Luiz Gonzaga	34.393	859.824,96	71.652,08
RS	4319000	São Marcos	20.191	403.820,04	33.651,67
RS	4319109	São Martinho	5.731	131.813,04	10.984,42
RS	4319125	São Martinho da Serra	3.198	79.950,00	6.662,50
RS	4319158	São Miguel das Missões	7.429	185.724,96	15.477,08
RS	4319208	São Nicolau	5.675	141.875,04	11.822,92
RS	4319307	São Paulo das Missões	6.301	157.524,96	13.127,08
RS	4319356	São Pedro da Serra	3.352	77.096,04	6.424,67
RS	4319364	São Pedro das Missões	1.894	47.349,96	3.945,83
RS	4319372	São Pedro do Butiá	2.874	66.102,00	5.508,50
RS	4319406	São Pedro do Sul	16.321	408.024,96	34.002,08
RS	4319505	São Sebastião do Caí	22.104	508.392,00	42.366,00
RS	4319604	São Sepé	23.735	593.375,04	49.447,92
RS	4319703	São Valentim	3.596	89.900,04	7.491,67
RS	4319711	São Valentim do Sul	2.171	49.932,96	4.161,08
RS	4319737	São Valério do Sul	2.649	66.225,00	5.518,75
RS	4319752	São Vendelino	1.965	45.195,00	3.766,25
RS	4319802	São Vicente do Sul	8.448	211.200,00	17.600,00
RS	4319901	Sapiranga	75.430	1.734.890,04	144.574,17
RS	4320008	Sapucaia do Sul	131.587	2.763.327,00	230.277,25
RS	4320107	Sarandi	21.525	495.075,00	41.256,25
RS	4320206	Seberi	10.863	271.575,00	22.631,25
RS	4320230	Sede Nova	2.996	74.900,04	6.241,67
RS	4320263	Segredo	7.069	176.724,96	14.727,08
RS	4320305	Selbach	4.935	113.505,00	9.458,75
RS	4320321	Senador Salgado Filho	2.806	70.149,96	5.845,83
RS	4320354	Sentinela do Sul	5.222	130.550,04	10.879,17
RS	4320404	Serafina Corrêa	14.511	304.731,00	25.394,25
RS	4320453	Sério	2.249	51.726,96	4.310,58
RS	4320503	Sertão	6.205	155.124,96	12.927,08
RS	4320552	Sertão Santana	5.895	147.375,00	12.281,25

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RS	4320578	Sete de Setembro	2.107	52.674,96	4.389,58
RS	4320602	Severiano de Almeida	3.819	87.837,00	7.319,75
RS	4320651	Silveira Martins	2.425	55.775,04	4.647,92
RS	4320677	Sinimbu	10.058	231.333,96	19.277,83
RS	4320701	Sobradinho	14.317	300.657,00	25.054,75
RS	4320800	Soledade	30.069	691.587,00	57.632,25
RS	4320859	Tabaí	4.175	104.375,04	8.697,92
RS	4320909	Tapejara	19.640	451.719,96	37.643,33
RS	4321006	Tapera	10.440	240.120,00	20.010,00
RS	4321105	Tapes	16.655	416.375,04	34.697,92
RS	4321204	Taquara	54.783	1.260.009,00	105.000,75
RS	4321303	Taquari	26.108	600.483,96	50.040,33
RS	4321329	Taquaruçu do Sul	2.970	68.310,00	5.692,50
RS	4321352	Tavares	5.352	133.800,00	11.150,00
RS	4321402	Tenente Portela	13.672	341.799,96	28.483,33
RS	4321436	Terra de Areia	9.976	249.399,96	20.783,33
RS	4321451	Teutônia	27.743	582.603,00	48.550,25
RS	4321469	Tio Hugo	2.746	63.158,04	5.263,17
RS	4321477	Tiradentes do Sul	6.382	159.549,96	13.295,83
RS	4321493	Toropi	2.934	73.350,00	6.112,50
RS	4321501	Torres	34.946	803.757,96	66.979,83
RS	4321600	Tramandaí	42.395	975.084,96	81.257,08
RS	4321626	Travesseiro	2.312	53.175,96	4.431,33
RS	4321634	Três Arroios	2.833	65.159,04	5.429,92
RS	4321667	Três Cachoeiras	10.271	256.775,04	21.397,92
RS	4321709	Três Coroas	24.188	556.323,96	46.360,33
RS	4321808	Três de Maio	23.695	544.985,04	45.415,42
RS	4321832	Três Forquilhas	2.890	72.249,96	6.020,83
RS	4321857	Três Palmeiras	4.363	109.074,96	9.089,58
RS	4321907	Três Passos	23.912	549.975,96	45.831,33
RS	4321956	Trindade do Sul	5.777	144.425,04	12.035,42
RS	4322004	Triunfo	26.072	521.439,96	43.453,33
RS	4322103	Tucunduva	5.867	134.940,96	11.245,08
RS	4322152	Tunas	4.402	110.049,96	9.170,83
RS	4322186	Tupanci do Sul	1.562	39.050,04	3.254,17
RS	4322202	Tupanciretã	22.384	559.599,96	46.633,33
RS	4322251	Tupandi	3.999	83.979,00	6.998,25
RS	4322301	Tuparendi	8.482	195.086,04	16.257,17
RS	4322327	Turuçu	3.508	87.699,96	7.308,33
RS	4322343	Ubiretama	2.267	56.675,04	4.722,92
RS	4322350	União da Serra	1.455	36.375,00	3.031,25
RS	4322376	Unistalda	2.436	60.900,00	5.075,00
RS	4322400	Uruguaiana	125.320	2.631.720,00	219.310,00
RS	4322509	Vacaria	61.650	1.417.950,00	118.162,50
RS	4322533	Vale do Sol	11.117	255.690,96	21.307,58
RS	4322541	Vale Real	5.178	108.738,00	9.061,50
RS	4322525	Vale Verde	3.269	81.725,04	6.810,42
RS	4322558	Vanini	1.992	45.816,00	3.818,00
RS	4322608	Venâncio Aires	66.308	1.525.083,96	127.090,33
RS	4322707	Vera Cruz	24.189	556.347,00	46.362,25
RS	4322806	Veranópolis	23.067	484.407,00	40.367,25
RS	4322855	Vespasiano Correa	1.956	44.988,00	3.749,00
RS	4322905	Viadutos	5.252	131.300,04	10.941,67
RS	4323002	Viamão	240.302	5.046.342,00	420.528,50
RS	4323101	Vicente Dutra	5.221	130.524,96	10.877,08
RS	4323200	Victor Graeff	3.017	75.425,04	6.285,42
RS	4323309	Vila Flores	3.217	67.557,00	5.629,75
RS	4323358	Vila Lângaro	2.143	53.574,96	4.464,58
RS	4323408	Vila Maria	4.225	97.175,04	8.097,92
RS	4323457	Vila Nova do Sul	4.218	105.450,00	8.787,50
RS	4323507	Vista Alegre	2.820	70.500,00	5.875,00
RS	4323606	Vista Alegre do Prata	1.566	39.150,00	3.262,50
RS	4323705	Vista Gaúcha	2.762	69.050,04	5.754,17
RS	4323754	Vitória das Missões	3.448	86.199,96	7.183,33
RS	4323770	Westfalia	2.807	64.560,96	5.380,08
RS	4323804	Xangri-lá	12.760	293.480,04	24.456,67
SC	4200051	Abdon Batista	2.644	66.099,96	5.508,33
SC	4200101	Abelardo Luz	17.151	428.775,00	35.731,25
SC	4200200	Agrolândia	9.440	217.119,96	18.093,33
SC	4200309	Agronômica	4.954	113.942,04	9.495,17
SC	4200408	Água Doce	6.971	174.275,04	14.522,92
SC	4200507	Águas de Chapecó	6.136	141.128,04	11.760,67
SC	4200556	Águas Frias	2.417	55.590,96	4.632,58
SC	4200606	Águas Mornas	5.618	140.450,04	11.704,17
SC	4200705	Alfredo Wagner	9.453	236.325,00	19.693,75
SC	4200754	Alto Bela Vista	1.998	45.954,00	3.829,50
SC	4200804	Anchieta	6.323	145.428,96	12.119,08
SC	4200903	Angelina	5.210	130.250,04	10.854,17
SC	4201000	Anita Garibaldi	8.497	212.424,96	17.702,08
SC	4201109	Anitápolis	3.213	80.325,00	6.693,75
SC	4201208	Antônio Carlos	7.537	150.740,04	12.561,67
SC	4201257	Apiúna	9.683	222.708,96	18.559,08
SC	4201273	Arabutã	4.196	96.507,96	8.042,33
SC	4201307	Araquari	25.860	594.780,00	49.565,00
SC	4201406	Araranguá	61.817	1.421.790,96	118.482,58
SC	4201505	Armazém	7.821	179.883,00	14.990,25
SC	4201604	Arroio Trinta	3.503	80.568,96	6.714,08
SC	4201653	Arvoredo	2.257	51.911,04	4.325,92
SC	4201703	Ascurra	7.449	171.327,00	14.277,25
SC	4201802	Atalanta	3.291	75.693,00	6.307,75
SC	4201901	Aurora	5.555	127.764,96	10.647,08
SC	4201950	Balneário Arroio do Silva	9.858	246.450,00	20.537,50
SC	4202057	Balneário Barra do Sul	8.614	198.122,04	16.510,17
SC	4202008	Balneário Camboriú	110.748	2.325.708,00	193.809,00
SC	4202073	Balneário Gaivota	8.448	211.200,00	17.600,00
SC	4202081	Bandeirante	2.886	72.150,00	6.012,50
SC	4202099	Barra Bonita	1.860	46.500,00	3.875,00
SC	4202107	Barra Velha	22.913	526.998,96	43.916,58
SC	4202131	Bela Vista do Toldo	6.026	150.650,04	12.554,17
SC	4202156	Belmonte	2.639	55.419,00	4.618,25
SC	4202206	Benedito Novo	10.434	219.114,00	18.259,50
SC	4202305	Biguaçu	58.984	1.356.632,04	113.052,67
SC	4202404	Blumenau	312.635	6.252.699,96	521.058,33
SC	4202438	Bocaina do Sul	3.303	82.575,00	6.881,25
SC	4202503	Bom Jardim da Serra	4.420	110.499,96	9.208,33
SC	4202537	Bom Jesus	2.563	64.074,96	5.339,58
SC	4202578	Bom Jesus do Oeste	2.131	49.013,04	4.084,42
SC	4202602	Bom Retiro	9.017	225.425,04	18.785,42
SC	4202453	Bombinhas	14.722	338.606,04	28.217,17
SC	4202701	Botuverá	4.527	113.175,00	9.431,25
SC	4202800	Braço do Norte	29.351	675.072,96	56.256,08
SC	4202859	Braço do Trombudo	3.478	79.994,04	6.666,17
SC	4202875	Brunópolis	2.814	70.350,00	5.862,50
SC	4202909	Brusque	107.764	2.263.044,00	188.587,00
SC	4203006	Caçador	71.334	1.640.682,00	136.723,50
SC	4203105	Caibi	6.209	142.806,96	11.900,58
SC	4203154	Calmon	3.381	84.525,00	7.043,75
SC	4203204	Camboriú	63.967	1.471.241,04	122.603,42
SC	4203303	Campo Alegre	11.757	270.411,00	22.534,25
SC	4203402	Campo Belo do Sul	7.440	186.000,00	15.500,00
SC	4203501	Campo Erê	9.295	232.374,96	19.364,58
SC	4203600	Campos Novos	33.073	760.679,04	63.389,92
SC	4203709	Canelinha	10.726	246.698,04	20.558,17
SC	4203808	Canoinhas	52.853	1.215.618,96	101.301,58
SC	4203253	Capão Alto	2.733	68.325,00	5.693,75
SC	4203907	Capinzal	20.919	418.380,00	34.865,00
SC	4203956	Capivari de Baixo	21.913	503.999,04	41.999,92
SC	4204004	Catanduvas	9.653	222.018,96	18.501,58
SC	4204103	Caxambu do Sul	4.346	99.957,96	8.329,83
SC	4204152	Celso Ramos	2.766	69.150,00	5.762,50
SC	4204178	Cerro Negro	3.542	88.550,04	7.379,17
SC	4204194	Chapadão do Lageado	2.778	69.450,00	5.787,50
SC	4204202	Chapecó	186.337	3.913.077,00	326.089,75
SC	4204251	Cocal do Sul	15.269	320.649,00	26.720,75
SC	4204301	Concórdia	69.048	1.450.008,00	120.834,00
SC	4204350	Cordilheira Alta	3.819	87.837,00	7.319,75
SC	4204400	Coronel Freitas	10.189	234.347,04	19.528,92
SC	4204459	Coronel Martins	2.464	61.599,96	5.133,33
SC	4204558	Correia Pinto	14.613	336.099,00	28.008,25
SC	4204509	Corupá	14.006	322.137,96	26.844,83
SC	4204608	Criciúma	193.989	4.073.769,00	339.480,75
SC	4204707	Cunha Porã	10.643	244.788,96	20.399,08
SC	4204756	Cunhataí	1.887	43.401,00	3.616,75
SC	4204806	Curitibanos	37.878	871.194,00	72.599,50
SC	4204905	Descanso	8.597	197.730,96	16.477,58
SC	4205001	Dionísio Cerqueira	14.855	341.664,96	28.472,08
SC	4205100	Dona Emma	3.753	86.319,00	7.193,25
SC	4205159	Doutor Pedrinho	3.645	91.125,00	7.593,75
SC	4205175	Entre Rios	3.031	75.774,96	6.314,58
SC	4205191	Ermo	2.050	47.150,04	3.929,17
SC	4205209	Erval Velho	4.359	100.257,00	8.354,75
SC	4205308	Faxinal dos Guedes	10.653	245.019,00	20.418,25
SC	4205357	Flor do Sertão	1.587	39.675,00	3.306,25
SC	4205407	Florianópolis	427.298	8.545.959,96	712.163,33
SC	4205431	Formosa do Sul	2.592	51.840,00	4.320,00
SC	4205456	Forquilhinha	22.871	526.032,96	43.836,08
SC	4205506	Fraiburgo	34.677	797.571,00	66.464,25
SC	4205555	Frei Rogério	2.436	60.900,00	5.075,00
SC	4205605	Galvão	3.414	78.522,00	6.543,50
SC	4205704	Garopaba	18.520	425.960,04	35.496,67
SC	4205803	Garuva	15.021	345.483,00	28.790,25
SC	4205902	Gaspar	58.869	1.236.249,00	103.020,75
SC	4206009	Governador Celso Ramos	13.107	301.461,00	25.121,75
SC	4206108	Grão Pará	6.246	143.658,00	11.971,50
SC	4206207	Gravatal	10.698	246.054,00	20.504,50
SC	4206306	Guabiruba	18.849	433.527,00	36.127,25
SC	4206405	Guaraciaba	10.457	240.510,96	20.042,58
SC	4206504	Guaramirim	35.918	754.278,00	62.856,50
SC	4206603	Guarujá do Sul	4.925	113.274,96	9.439,58
SC	4206652	Guatambú	4.678	107.594,04	8.966,17
SC	4206702	Herval d'Oeste	21.331	447.951,00	37.329,25
SC	4206751	Ibiam	1.945	48.624,96	4.052,08
SC	4206801	Ibicaré	3.357	77.211,00	6.434,25
SC	4206900	Ibirama	17.448	401.304,00	33.442,00
SC	4207007	Içara	59.616	1.371.168,00	114.264,00
SC	4207106	Ilhota	12.492	287.316,00	23.943,00
SC	4207205	Imaruí	11.540	288.500,04	24.041,67
SC	4207304	Imbituba	40.514	931.821,96	77.651,83
SC	4207403	Imbuia	5.743	132.089,04	11.007,42
SC	4207502	Indaial	55.980	1.175.580,00	97.965,00
SC	4207577	Iomerê	2.754	63.342,00	5.278,50
SC	4207601	Ipira	4.725	108.675,00	9.056,25
SC	4207650	Iporã do Oeste	8.450	194.349,96	16.195,83
SC	4207684	Ipuaçu	6.850	171.249,96	14.270,83
SC	4207700	Ipumirim	7.245	166.635,00	13.886,25
SC	4207759	Iraceminha	4.227	97.221,00	8.101,75
SC	4207809	Irani	9.595	220.685,04	18.390,42
SC	4207858	Irati	2.081	52.025,04	4.335,42
SC	4207908	Irineópolis	10.503	262.575,00	21.881,25
SC	4208005	Itá	6.401	134.421,00	11.201,75
SC	4208104	Itaiópolis	20.395	509.874,96	42.489,58
SC	4208203	Itajaí	186.127	3.722.540,04	310.211,67
SC	4208302	Itapema	47.327	1.088.520,96	90.710,08
SC	4208401	Itapiranga	15.518	325.878,00	27.156,50
SC	4208450	Itapoá	15.218	350.013,96	29.167,83
SC	4208500	Ituporanga	22.462	516.626,04	43.052,17
SC	4208609	Jaborá	4.030	92.690,04	7.724,17
SC	4208708	Jacinto Machado	10.585	243.455,04	20.287,92
SC	4208807	Jaguaruna	17.496	402.408,00	33.534,00
SC	4208906	Jaraguá do Sul	145.782	2.915.640,00	242.970,00
SC	4208955	Jardinópolis	1.749	40.227,00	3.352,25
SC	4209003	Joaçaba	27.247	572.187,00	47.682,25
SC	4209102	Joinville	520.905	10.418.100,00	868.175,00
SC	4209151	José Boiteux	4.731	118.275,00	9.856,25
SC	4209177	Jupiá	2.143	53.574,96	4.464,58
SC	4209201	Lacerdópolis	2.201	50.622,96	4.218,58
SC	4209300	Lages	156.665	3.289.965,00	274.163,75
SC	4209409	Laguna	51.869	1.192.986,96	99.415,58
SC	4209458	Lajeado Grande	1.484	34.131,96	2.844,33
SC	4209508	Laurentino	6.077	139.770,96	11.647,58
SC	4209607	Lauro Muller	14.426	331.797,96	27.649,83
SC	4209706	Lebon Régis	11.850	296.250,00	24.687,50
SC	4209805	Leoberto Leal	3.337	83.424,96	6.952,08
SC	4209854	Lindóia do Sul	4.632	106.536,00	8.878,00
SC	4209904	Lontras	10.387	238.901,04	19.908,42
SC	4210001	Luiz Alves	10.628	244.443,96	20.370,33

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SC	4210035	Luzerna	5.603	128.868,96	10.739,08
SC	4210050	Macieira	1.821	45.525,00	3.793,75
SC	4210100	Mafra	53.141	1.222.242,96	101.853,58
SC	4210209	Major Gercino	3.290	82.250,04	6.854,17
SC	4210308	Major Vieira	7.523	188.075,04	15.672,92
SC	4210407	Maracajá	6.471	148.833,00	12.402,75
SC	4210506	Maravilha	22.376	514.647,96	42.887,33
SC	4210555	Marema	2.169	49.887,00	4.157,25
SC	4210605	Massaranduba	14.837	341.250,96	28.437,58
SC	4210704	Matos Costa	2.811	70.275,00	5.856,25
SC	4210803	Meleiro	6.994	160.862,04	13.405,17
SC	4210852	Mirim Doce	2.495	62.375,04	5.197,92
SC	4210902	Modelo	4.054	93.242,04	7.770,17
SC	4211009	Mondaí	10.347	237.981,00	19.831,75
SC	4211058	Monte Carlo	9.347	233.675,04	19.472,92
SC	4211108	Monte Castelo	8.346	208.650,00	17.387,50
SC	4211207	Morro da Fumaça	16.247	373.680,96	31.140,08
SC	4211256	Morro Grande	2.888	72.200,04	6.016,67
SC	4211306	Navegantes	62.187	1.430.301,00	119.191,75
SC	4211405	Nova Erechim	4.332	99.636,00	8.303,00
SC	4211454	Nova Itaberaba	4.268	98.163,96	8.180,33
SC	4211504	Nova Trento	12.370	284.510,04	23.709,17
SC	4211603	Nova Veneza	13.448	309.303,96	25.775,33
SC	4211652	Novo Horizonte	2.724	68.100,00	5.675,00
SC	4211702	Orleans	21.498	494.454,00	41.204,50
SC	4211751	Otacílio Costa	16.517	379.890,96	31.657,58
SC	4211801	Ouro	7.360	154.560,00	12.880,00
SC	4211850	Ouro Verde	2.265	56.625,00	4.718,75
SC	4211876	Paial	1.741	43.524,96	3.627,08
SC	4211892	Painel	2.352	58.800,00	4.900,00
SC	4211900	Palhoça	139.990	2.939.790,00	244.982,50
SC	4212007	Palma Sola	7.732	193.299,96	16.108,33
SC	4212056	Palmeira	2.392	59.799,96	4.983,33
SC	4212106	Palmitos	16.019	368.436,96	30.703,08
SC	4212205	Papanduva	18.013	414.299,04	34.524,92
SC	4212239	Paraíso	4.026	100.650,00	8.387,50
SC	4212254	Passo de Torres	6.798	156.354,00	13.029,50
SC	4212270	Passos Maia	4.400	110.000,04	9.166,67
SC	4212304	Paulo Lopes	6.751	168.774,96	14.064,58
SC	4212403	Pedras Grandes	4.093	94.139,04	7.844,92
SC	4212502	Penha	25.714	591.422,04	49.285,17
SC	4212601	Peritiba	2.970	68.310,00	5.692,50
SC	4212700	Petrolândia	6.110	140.529,96	11.710,83
SC	4212809	Piçarras	17.552	403.695,96	33.641,33
SC	4212908	Pinhalzinho	16.638	382.674,00	31.889,50
SC	4213005	Pinheiro Preto	3.180	73.140,00	6.095,00
SC	4213104	Piratuba	4.708	108.284,04	9.023,67
SC	4213153	Planalto Alegre	2.670	61.410,00	5.117,50
SC	4213203	Pomerode	28.192	563.840,04	46.986,67
SC	4213302	Ponte Alta	4.873	121.824,96	10.152,08
SC	4213351	Ponte Alta do Norte	3.310	82.749,96	6.895,83
SC	4213401	Ponte Serrada	11.068	254.564,04	21.213,67
SC	4213500	Porto Belo	16.496	379.407,96	31.617,33
SC	4213609	Porto União	33.619	773.237,04	64.436,42
SC	4213708	Pouso Redondo	15.011	345.252,96	28.771,08
SC	4213807	Praia Grande	7.266	167.118,00	13.926,50
SC	4213906	Presidente Castelo Branco	1.711	39.353,04	3.279,42
SC	4214003	Presidente Getúlio	15.084	346.932,00	28.911,00
SC	4214102	Presidente Nereu	2.283	57.075,00	4.756,25
SC	4214151	Princesa	2.770	63.710,04	5.309,17
SC	4214201	Quilombo	10.211	234.852,96	19.571,08
SC	4214300	Rancho Queimado	2.757	68.925,00	5.743,75
SC	4214409	Rio das Antas	6.145	141.335,04	11.777,92
SC	4214508	Rio do Campo	6.167	154.175,04	12.847,92
SC	4214607	Rio do Oeste	7.118	163.713,96	13.642,83
SC	4214805	Rio do Sul	61.931	1.300.551,00	108.379,25
SC	4214706	Rio dos Cedros	10.388	238.923,96	19.910,33
SC	4214904	Rio Fortuna	4.456	111.399,96	9.283,33
SC	4215000	Rio Negrinho	40.011	920.253,00	76.687,75
SC	4215059	Rio Rufino	2.438	60.950,04	5.079,17
SC	4215075	Riqueza	4.813	110.699,04	9.224,92
SC	4215109	Rodeio	10.964	230.244,00	19.187,00
SC	4215208	Romelândia	5.479	136.974,96	11.414,58
SC	4215307	Salete	7.386	169.878,00	14.156,50
SC	4215356	Saltinho	3.943	98.574,96	8.214,58
SC	4215406	Salto Veloso	4.332	86.640,00	7.220,00
SC	4215455	Sangão	10.575	243.225,00	20.268,75
SC	4215505	Santa Cecília	15.831	395.775,00	32.981,25
SC	4215554	Santa Helena	2.367	54.441,00	4.536,75
SC	4215604	Santa Rosa de Lima	2.070	51.750,00	4.312,50
SC	4215653	Santa Rosa do Sul	8.073	201.825,00	16.818,75
SC	4215679	Santa Terezinha	8.762	219.050,04	18.254,17
SC	4215687	Santa Terezinha do Progresso	2.857	71.424,96	5.952,08
SC	4215695	Santiago do Sul	1.448	36.200,04	3.016,67
SC	4215703	Santo Amaro da Imperatriz	20.082	461.886,00	38.490,50
SC	4215802	São Bento do Sul	75.520	1.585.920,00	132.160,00
SC	4215752	São Bernardino	2.642	66.050,04	5.504,17
SC	4215901	São Bonifácio	2.992	74.799,96	6.233,33
SC	4216008	São Carlos	10.363	207.260,04	17.271,67
SC	4216057	São Cristovão do Sul	5.051	126.275,04	10.522,92
SC	4216107	São Domingos	9.488	218.223,96	18.185,33
SC	4216206	São Francisco do Sul	43.305	866.100,00	72.175,00
SC	4216305	São João Batista	27.135	624.105,00	52.008,75
SC	4216354	São João do Itaperiú	3.457	79.511,04	6.625,92
SC	4216255	São João do Oeste	6.055	139.265,04	11.605,42
SC	4216404	São João do Sul	7.019	175.475,04	14.622,92
SC	4216503	São Joaquim	24.964	624.099,96	52.008,33
SC	4216602	São José	212.587	4.464.327,00	372.027,25
SC	4216701	São José do Cedro	13.685	314.754,96	26.229,58
SC	4216800	São José do Cerrito	9.188	229.700,04	19.141,67
SC	4216909	São Lourenço do Oeste	21.964	505.172,04	42.097,67
SC	4217006	São Ludgero	11.178	257.094,00	21.424,50
SC	4217105	São Martinho	3.205	80.124,96	6.677,08
SC	4217154	São Miguel da Boa Vista	1.896	43.608,00	3.634,00
SC	4217204	São Miguel do Oeste	36.612	842.076,00	70.173,00
SC	4217253	São Pedro de Alcântara	4.790	110.169,96	9.180,83
SC	4217303	Saudades	9.070	208.610,04	17.384,17
SC	4217402	Schroeder	15.790	331.590,00	27.632,50
SC	4217501	Seara	16.971	356.391,00	29.699,25
SC	4217550	Serra Alta	3.282	75.486,00	6.290,50
SC	4217600	Siderópolis	13.069	300.587,04	25.048,92
SC	4217709	Sombrio	26.894	618.561,96	51.546,83
SC	4217758	Sul Brasil	2.740	68.499,96	5.708,33
SC	4217808	Taió	17.337	398.751,00	33.229,25
SC	4217907	Tangará	8.668	199.364,04	16.613,67
SC	4217956	Tigrinhos	1.748	43.700,04	3.641,67
SC	4218004	Tijucas	31.533	662.193,00	55.182,75
SC	4218103	Timbé do Sul	5.307	132.675,00	11.056,25
SC	4218202	Timbó	37.344	784.224,00	65.352,00
SC	4218251	Timbó Grande	7.219	180.474,96	15.039,58
SC	4218301	Três Barras	18.207	418.761,00	34.896,75
SC	4218350	Treviso	3.557	81.810,96	6.817,58
SC	4218400	Treze de Maio	6.889	158.447,04	13.203,92
SC	4218509	Treze Tílias	6.457	135.597,00	11.299,75
SC	4218608	Trombudo Central	6.612	152.076,00	12.673,00
SC	4218707	Tubarão	97.833	2.054.493,00	171.207,75
SC	4218756	Tunápolis	4.622	106.305,96	8.858,83
SC	4218806	Turvo	11.929	274.367,04	22.863,92
SC	4218855	União do Oeste	2.874	66.102,00	5.508,50
SC	4218905	Urubici	10.734	268.350,00	22.362,50
SC	4218954	Urupema	2.479	61.974,96	5.164,58
SC	4219002	Urussanga	20.291	466.692,96	38.891,08
SC	4219101	Vargeão	3.533	81.258,96	6.771,58
SC	4219150	Vargem	2.776	69.399,96	5.783,33
SC	4219176	Vargem Bonita	4.765	100.065,00	8.338,75
SC	4219200	Vidal Ramos	6.287	157.175,04	13.097,92
SC	4219309	Videira	47.618	952.359,96	79.363,33
SC	4219358	Vitor Meireles	5.184	129.600,00	10.800,00
SC	4219408	Witmarsum	3.627	83.421,00	6.951,75
SC	4219507	Xanxerê	44.643	1.026.789,00	85.565,75
SC	4219606	Xavantina	4.122	94.806,00	7.900,50
SC	4219705	Xaxim	25.933	596.459,04	49.704,92
SC	4219853	Zortéa	3.019	63.399,00	5.283,25
SE	2800100	Amparo de São Francisco	2.283	58.824,00	4.902,00
SE	2800209	Aquidabã	20.188	504.699,96	42.058,33
SE	2800308	Aracaju	579.563	11.591.259,96	965.938,33
SE	2800407	Arauá	10.772	269.300,04	22.441,67
SE	2800506	Areia Branca	17.014	425.349,96	35.445,83
SE	2800605	Barra dos Coqueiros	25.527	638.175,00	53.181,25
SE	2800670	Boquim	25.632	640.800,00	53.400,00
SE	2800704	Brejo Grande	7.792	213.948,00	17.829,00
SE	2801009	Campo do Brito	16.870	421.749,96	35.145,83
SE	2801108	Canhoba	3.956	98.900,04	8.241,67
SE	2801207	Canindé de São Francisco	25.219	630.474,96	52.539,58
SE	2801306	Capela	31.087	777.174,96	64.764,58
SE	2801405	Carira	20.179	504.474,96	42.039,58
SE	2801504	Carmópolis	13.822	317.906,04	26.492,17
SE	2801603	Cedro de São João	5.653	167.796,00	13.983,00
SE	2801702	Cristinápolis	16.692	417.300,00	34.775,00
SE	2801900	Cumbe	3.826	95.649,96	7.970,83
SE	2802007	Divina Pastora	4.408	110.199,96	9.183,33
SE	2802106	Estância	64.825	1.490.975,04	124.247,92
SE	2802205	Feira Nova	5.344	133.599,96	11.133,33
SE	2802304	Frei Paulo	14.020	350.499,96	29.208,33
SE	2802403	Gararu	11.409	285.225,00	23.768,75
SE	2802502	General Maynard	2.970	74.250,00	6.187,50
SE	2802601	Gracho Cardoso	5.655	141.375,00	11.781,25
SE	2802700	Ilha das Flores	8.354	208.850,04	17.404,17
SE	2802809	Indiaroba	16.037	400.925,04	33.410,42
SE	2802908	Itabaiana	87.747	2.018.181,00	168.181,75
SE	2803005	Itabaianinha	39.176	979.400,04	81.616,67
SE	2803104	Itabi	4.957	137.286,00	11.440,50
SE	2803203	Itaporanga d'Ajuda	30.798	769.950,00	64.162,50
SE	2803302	Japaratuba	17.042	426.050,04	35.504,17
SE	2803401	Japoatã	12.932	323.300,04	26.941,67
SE	2803500	Lagarto	95.746	2.202.158,04	183.513,17
SE	2803609	Laranjeiras	27.177	679.425,00	56.618,75
SE	2803708	Macambira	6.447	161.175,00	13.431,25
SE	2803807	Malhada dos Bois	3.476	86.940,00	7.245,00
SE	2803906	Malhador	12.086	302.150,04	25.179,17
SE	2804003	Maruim	16.412	410.300,04	34.191,67
SE	2804102	Moita Bonita	11.020	275.499,96	22.958,33
SE	2804201	Monte Alegre de Sergipe	13.784	344.600,04	28.716,67
SE	2804300	Muribeca	7.363	220.788,00	18.399,00
SE	2804409	Neópolis	18.500	462.500,04	38.541,67
SE	2804458	Nossa Senhora Aparecida	8.526	213.150,00	17.762,50
SE	2804508	Nossa Senhora da Glória	32.926	823.149,96	68.595,83
SE	2804607	Nossa Senhora das Dores	24.764	619.100,04	51.591,67
SE	2804706	Nossa Senhora de Lourdes	6.255	156.375,00	13.031,25
SE	2804805	Nossa Senhora do Socorro	163.047	3.423.987,00	285.332,25
SE	2804904	Pacatuba	13.260	331.500,00	27.625,00
SE	2805000	Pedra Mole	3.001	75.024,96	6.252,08
SE	2805109	Pedrinhas	8.903	222.575,04	18.547,92
SE	2805208	Pinhão	6.029	150.725,04	12.560,42
SE	2805307	Pirambu	8.455	211.374,96	17.614,58
SE	2805406	Poço Redondo	31.253	781.325,04	65.110,42
SE	2805505	Poço Verde	22.138	553.449,96	46.120,83
SE	2805604	Porto da Folha	27.260	681.500,04	56.791,67
SE	2805703	Propriá	28.533	713.325,00	59.443,75
SE	2805802	Riachão do Dantas	19.401	485.025,00	40.418,75
SE	2805901	Riachuelo	9.434	235.850,04	19.654,17
SE	2806008	Ribeirópolis	17.307	432.675,00	36.056,25
SE	2806107	Rosário do Catete	9.384	215.832,00	17.986,00
SE	2806206	Salgado	19.403	485.075,04	40.422,92
SE	2806305	Santa Luzia do Itanhy	13.064	326.600,04	27.216,67
SE	2806503	Santa Rosa de Lima	3.761	94.025,04	7.835,42
SE	2806404	Santana do São Francisco	7.108	177.699,96	14.808,33
SE	2806602	Santo Amaro das Brotas	11.467	286.674,96	23.889,58
SE	2806701	São Cristóvão	79.956	1.838.988,00	153.249,00
SE	2806800	São Domingos	10.349	258.725,04	21.560,42
SE	2806909	São Francisco	3.460	86.499,96	7.208,33
SE	2807006	São Miguel do Aleixo	3.718	92.949,96	7.745,83
SE	2807105	Simão Dias	38.847	971.175,00	80.931,25
SE	2807204	Siriri	8.088	202.200,00	16.850,00
SE	2807303	Telha	2.982	74.550,00	6.212,50

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SE	2807402	Tobias Barreto	48.414	1.210.350,00	100.862,50
SE	2807501	Tomar do Geru	12.857	321.425,04	26.785,42
SE	2807600	Umbaúba	22.709	567.725,04	47.310,42
SP	3500105	Adamantina	33.821	710.241,00	59.186,75
SP	3500204	Adolfo	3.548	88.700,04	7.391,67
SP	3500303	Aguaí	32.452	746.396,04	62.199,67
SP	3500402	Águas da Prata	7.619	175.236,96	14.603,08
SP	3500501	Águas de Lindóia	17.354	399.141,96	33.261,83
SP	3500550	Águas de Santa Bárbara	5.630	140.750,04	11.729,17
SP	3500600	Águas de São Pedro	2.771	55.419,96	4.618,33
SP	3500709	Agudos	34.681	797.663,04	66.471,92
SP	3500758	Alambari	4.979	114.516,96	9.543,08
SP	3500808	Alfredo Marcondes	3.906	89.838,00	7.486,50
SP	3500907	Altair	3.837	95.925,00	7.993,75
SP	3501004	Altinópolis	15.617	359.190,96	29.932,58
SP	3501103	Alto Alegre	4.090	102.249,96	8.520,83
SP	3501152	Alumínio	16.961	339.219,96	28.268,33
SP	3501202	Álvares Florence	3.865	96.624,96	8.052,08
SP	3501301	Álvares Machado	23.579	542.316,96	45.193,08
SP	3501400	Álvaro de Carvalho	4.692	117.300,00	9.775,00
SP	3501509	Alvinlândia	3.013	69.299,04	5.774,92
SP	3501608	Americana	212.791	4.255.820,04	354.651,67
SP	3501707	Américo Brasiliense	34.954	734.034,00	61.169,50
SP	3501806	Américo de Campos	5.715	131.445,00	10.953,75
SP	3501905	Amparo	66.246	1.324.920,00	110.410,00
SP	3502002	Analândia	4.348	108.699,96	9.058,33
SP	3502101	Andradina	55.348	1.273.004,04	106.083,67
SP	3502200	Angatuba	22.434	515.982,00	42.998,50
SP	3502309	Anhembi	5.739	143.475,00	11.956,25
SP	3502408	Anhumas	3.764	94.100,04	7.841,67
SP	3502507	Aparecida	35.015	805.344,96	67.112,08
SP	3502606	Aparecida d'Oeste	4.413	110.325,00	9.193,75
SP	3502705	Apiaí	25.040	626.000,04	52.166,67
SP	3502754	Araçariguama	17.535	350.700,00	29.225,00
SP	3502804	Araçatuba	182.526	3.833.046,00	319.420,50
SP	3502903	Araçoiaba da Serra	27.874	641.102,04	53.425,17
SP	3503000	Aramina	5.182	119.186,04	9.932,17
SP	3503109	Arandu	6.128	153.200,04	12.766,67
SP	3503158	Arapeí	2.484	62.100,00	5.175,00
SP	3503208	Araraquara	210.673	4.213.460,04	351.121,67
SP	3503307	Araras	119.968	2.399.360,04	199.946,67
SP	3503356	Arco-Íris	1.907	47.675,04	3.972,92
SP	3503406	Arealva	7.887	197.175,00	16.431,25
SP	3503505	Areias	3.704	92.600,04	7.716,67
SP	3503604	Areiópolis	10.601	243.822,96	20.318,58
SP	3503703	Ariranha	8.630	181.230,00	15.102,50
SP	3503802	Artur Nogueira	45.026	1.035.597,96	86.299,83
SP	3503901	Arujá	76.112	1.598.352,00	133.196,00
SP	3503950	Aspásia	1.806	41.538,00	3.461,50
SP	3504008	Assis	95.750	2.202.249,96	183.520,83
SP	3504107	Atibaia	127.778	2.555.559,96	212.963,33
SP	3504206	Auriflama	14.255	299.355,00	24.946,25
SP	3504305	Avaí	4.987	124.674,96	10.389,58
SP	3504404	Avanhandava	11.501	264.522,96	22.043,58
SP	3504503	Avaré	83.430	1.918.890,00	159.907,50
SP	3504602	Bady Bassitt	14.838	311.598,00	25.966,50
SP	3504701	Balbinos	3.886	97.149,96	8.095,83
SP	3504800	Bálsamo	8.223	172.683,00	14.390,25
SP	3504909	Bananal	10.263	256.575,00	21.381,25
SP	3505005	Barão de Antonina	3.141	78.525,00	6.543,75
SP	3505104	Barbosa	6.652	166.299,96	13.858,33
SP	3505203	Bariri	31.852	732.596,04	61.049,67
SP	3505302	Barra Bonita	35.228	810.243,96	67.520,33
SP	3505351	Barra do Chapéu	5.275	131.874,96	10.989,58
SP	3505401	Barra do Turvo	7.700	192.500,04	16.041,67
SP	3505500	Barretos	112.730	2.367.330,00	197.277,50
SP	3505609	Barrinha	28.826	605.346,00	50.445,50
SP	3505708	Barueri	243.242	4.864.839,96	405.403,33
SP	3505807	Bastos	20.435	470.004,96	39.167,08
SP	3505906	Batatais	56.888	1.194.648,00	99.554,00
SP	3506003	Bauru	346.077	7.267.617,00	605.634,75
SP	3506102	Bebedouro	75.052	1.501.040,04	125.086,67
SP	3506201	Bento de Abreu	2.696	67.400,04	5.616,67
SP	3506300	Bernardino de Campos	10.780	247.940,04	20.661,67
SP	3506359	Bertioga	48.997	1.126.931,04	93.910,92
SP	3506409	Bilac	7.122	163.806,00	13.650,50
SP	3506508	Birigui	109.836	2.306.556,00	192.213,00
SP	3506607	Biritiba-Mirim	28.877	664.170,96	55.347,58
SP	3506706	Boa Esperança do Sul	13.728	315.744,00	26.312,00
SP	3506805	Bocaina	10.968	230.328,00	19.194,00
SP	3506904	Bofete	9.792	244.800,00	20.400,00
SP	3507001	Boituva	49.385	1.037.085,00	86.423,75
SP	3507100	Bom Jesus dos Perdões	20.199	464.577,00	38.714,75
SP	3507159	Bom Sucesso de Itararé	3.598	89.949,96	7.495,83
SP	3507209	Borá	806	20.150,04	1.679,17
SP	3507308	Boracéia	4.309	99.107,04	8.258,92
SP	3507407	Borborema	14.632	336.536,04	28.044,67
SP	3507456	Borebi	2.321	58.025,04	4.835,42
SP	3507506	Botucatu	128.789	2.704.569,00	225.380,75
SP	3507605	Bragança Paulista	148.411	3.116.631,00	259.719,25
SP	3507704	Braúna	5.070	126.750,00	10.562,50
SP	3507753	Brejo Alegre	2.594	64.850,04	5.404,17
SP	3507803	Brodowski	21.412	492.476,04	41.039,67
SP	3507902	Brotas	21.787	501.101,04	41.758,42
SP	3508009	Buri	18.635	465.875,04	38.822,92
SP	3508108	Buritama	15.539	357.396,96	29.783,08
SP	3508207	Buritizal	4.083	93.909,00	7.825,75
SP	3508306	Cabrália Paulista	4.343	108.575,04	9.047,92
SP	3508405	Cabreúva	42.257	887.397,00	73.949,75
SP	3508504	Caçapava	85.414	1.793.694,00	149.474,50
SP	3508603	Cachoeira Paulista	30.313	697.199,04	58.099,92
SP	3508702	Caconde	18.551	426.672,96	35.556,08
SP	3508801	Cafelândia	16.670	383.409,96	31.950,83
SP	3508900	Caiabu	4.072	101.799,96	8.483,33
SP	3509007	Caieiras	87.704	1.841.784,00	153.482,00
SP	3509106	Caiuá	5.105	127.625,04	10.635,42
SP	3509205	Cajamar	65.139	1.302.780,00	108.565,00
SP	3509254	Cajati	28.307	651.060,96	54.255,08
SP	3509304	Cajobi	9.814	225.722,04	18.810,17
SP	3509403	Cajuru	23.571	542.133,00	45.177,75
SP	3509452	Campina do Monte Alegre	5.595	128.685,00	10.723,75
SP	3509502	Campinas	1.090.386	21.807.720,00	1.817.310,00
SP	3509601	Campo Limpo Paulista	74.869	1.572.249,00	131.020,75
SP	3509700	Campos do Jordão	48.061	1.105.403,04	92.116,92
SP	3509809	Campos Novos Paulista	4.567	114.174,96	9.514,58
SP	3509908	Cananéia	12.221	305.525,04	25.460,42
SP	3509957	Canas	4.445	111.125,04	9.260,42
SP	3510005	Cândido Mota	29.931	688.413,00	57.367,75
SP	3510104	Cândido Rodrigues	2.673	56.133,00	4.677,75
SP	3510153	Canitar	4.438	110.949,96	9.245,83
SP	3510203	Capão Bonito	46.136	1.153.400,04	96.116,67
SP	3510302	Capela do Alto	17.785	409.055,04	34.087,92
SP	3510401	Capivari	49.122	1.031.562,00	85.963,50
SP	3510500	Caraguatatuba	102.523	2.152.983,00	179.415,25
SP	3510609	Carapicuíba	371.502	7.430.040,00	619.170,00
SP	3510708	Cardoso	11.821	295.524,96	24.627,08
SP	3510807	Casa Branca	28.423	653.729,04	54.477,42
SP	3510906	Cássia dos Coqueiros	2.616	65.400,00	5.450,00
SP	3511003	Castilho	18.238	419.474,04	34.956,17
SP	3511102	Catanduva	113.356	2.380.476,00	198.373,00
SP	3511201	Catiguá	7.171	143.420,04	11.951,67
SP	3511300	Cedral	8.070	169.470,00	14.122,50
SP	3511409	Cerqueira César	17.716	407.468,04	33.955,67
SP	3511508	Cerquilho	40.393	807.860,04	67.321,67
SP	3511607	Cesário Lange	15.744	362.112,00	30.176,00
SP	3511706	Charqueada	15.243	320.103,00	26.675,25
SP	3557204	Chavantes	12.108	278.484,00	23.207,00
SP	3511904	Clementina	7.193	165.438,96	13.786,58
SP	3512001	Colina	17.426	400.797,96	33.399,83
SP	3512100	Colômbia	5.998	149.949,96	12.495,83
SP	3512209	Conchal	25.425	584.775,00	48.731,25
SP	3512308	Conchas	16.395	377.085,00	31.423,75
SP	3512407	Cordeirópolis	21.348	426.960,00	35.580,00
SP	3512506	Coroados	5.302	121.946,04	10.162,17
SP	3512605	Coronel Macedo	4.956	123.900,00	10.325,00
SP	3512704	Corumbataí	3.881	89.262,96	7.438,58
SP	3512803	Cosmópolis	59.938	1.198.760,04	99.896,67
SP	3512902	Cosmorama	7.202	165.645,96	13.803,83
SP	3513009	Cotia	205.154	4.103.079,96	341.923,33
SP	3513108	Cravinhos	31.943	670.803,00	55.900,25
SP	3513207	Cristais Paulista	7.666	176.318,04	14.693,17
SP	3513306	Cruzália	2.249	56.225,04	4.685,42
SP	3513405	Cruzeiro	77.312	1.546.239,96	128.853,33
SP	3513504	Cubatão	119.520	2.390.400,00	199.200,00
SP	3513603	Cunha	21.773	544.325,04	45.360,42
SP	3513702	Descalvado	31.220	655.620,00	54.635,00
SP	3513801	Diadema	388.576	7.771.520,04	647.626,67
SP	3513850	Dirce Reis	1.695	42.375,00	3.531,25
SP	3513900	Divinolândia	11.146	256.358,04	21.363,17
SP	3514007	Dobrada	8.011	184.253,04	15.354,42
SP	3514106	Dois Córregos	24.933	573.459,00	47.788,25
SP	3514205	Dolcinópolis	2.092	48.116,04	4.009,67
SP	3514304	Dourado	8.610	198.030,00	16.502,50
SP	3514403	Dracena	43.470	999.810,00	83.317,50
SP	3514502	Duartina	12.234	281.382,00	23.448,50
SP	3514601	Dumont	8.284	173.964,00	14.497,00
SP	3514700	Echaporã	6.279	156.975,00	13.081,25
SP	3514809	Eldorado	14.680	366.999,96	30.583,33
SP	3514908	Elias Fausto	15.920	334.320,00	27.860,00
SP	3514924	Elisiário	3.162	66.402,00	5.533,50
SP	3514957	Embaúba	2.419	55.637,04	4.636,42
SP	3515004	Embu	242.730	5.097.330,00	424.777,50
SP	3515103	Embu-Guaçu	63.219	1.454.037,00	121.169,75
SP	3515129	Emilianópolis	3.030	75.750,00	6.312,50
SP	3515152	Engenheiro Coelho	16.158	371.634,00	30.969,50
SP	3515186	Espírito Santo do Pinhal	42.017	882.357,00	73.529,75
SP	3515194	Espírito Santo do Turvo	4.288	107.199,96	8.933,33
SP	3557303	Estiva Gerbi	10.136	212.856,00	17.738,00
SP	3515301	Estrela do Norte	2.661	61.203,00	5.100,25
SP	3515202	Estrela d'Oeste	8.205	172.305,00	14.358,75
SP	3515350	Euclides da Cunha Paulista	9.537	238.425,00	19.868,75
SP	3515400	Fartura	15.344	352.911,96	29.409,33
SP	3515608	Fernando Prestes	5.542	116.382,00	9.698,50
SP	3515509	Fernandópolis	64.931	1.363.551,00	113.629,25
SP	3515657	Fernão	1.574	39.350,04	3.279,17
SP	3515707	Ferraz de Vasconcelos	170.297	3.576.237,00	298.019,75
SP	3515806	Flora Rica	1.720	42.999,96	3.583,33
SP	3515905	Floreal	2.987	68.700,96	5.725,08
SP	3516002	Flórida Paulista	12.982	298.586,04	24.882,17
SP	3516101	Florínia	2.807	70.175,04	5.847,92
SP	3516200	Franca	321.012	6.741.252,00	561.771,00
SP	3516309	Francisco Morato	156.064	3.277.344,00	273.112,00
SP	3516408	Franco da Rocha	133.407	2.801.547,00	233.462,25
SP	3516507	Gabriel Monteiro	2.707	62.261,04	5.188,42
SP	3516606	Gália	6.947	173.675,04	14.472,92
SP	3516705	Garça	43.112	991.575,96	82.631,33
SP	3516804	Gastão Vidigal	4.240	97.520,04	8.126,67
SP	3516853	Gavião Peixoto	4.442	102.165,96	8.513,83
SP	3516903	General Salgado	10.658	245.133,96	20.427,83
SP	3517000	Getulina	10.796	248.307,96	20.692,33
SP	3517109	Glicério	4.576	114.399,96	9.533,33
SP	3517208	Guaiçara	10.782	226.422,00	18.868,50
SP	3517307	Guaimbê	5.442	136.050,00	11.337,50
SP	3517406	Guaíra	37.619	865.236,96	72.103,08
SP	3517505	Guapiaçu	18.160	381.360,00	31.780,00
SP	3517604	Guapiara	17.866	446.649,96	37.220,83
SP	3517703	Guará	19.931	398.619,96	33.218,33
SP	3517802	Guaraçaí	8.400	210.000,00	17.500,00
SP	3517901	Guaraci	10.063	251.574,96	20.964,58
SP	3518008	Guarani d'Oeste	1.968	49.200,00	4.100,00
SP	3518107	Guarantã	6.411	160.275,00	13.356,25
SP	3518206	Guararapes	30.732	706.836,00	58.903,00
SP	3518305	Guararema	26.147	601.380,96	50.115,08
SP	3518404	Guaratinguetá	112.675	2.366.175,00	197.181,25
SP	3518503	Guareí	14.901	372.525,00	31.043,75
SP	3518602	Guariba	35.824	752.304,00	62.692,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	3518701	Guarujá	292.744	6.147.624,00	512.302,00
SP	3518800	Guarulhos	1.233.436	24.668.720,04	2.055.726,67
SP	3518859	Guatapará	7.012	161.276,04	13.439,67
SP	3518909	Guzolândia	4.790	110.169,96	9.180,83
SP	3519006	Herculândia	8.751	201.273,00	16.772,75
SP	3519055	Holambra	11.613	232.260,00	19.355,00
SP	3519071	Hortolândia	195.776	3.915.519,96	326.293,33
SP	3519105	Iacanga	10.146	233.358,00	19.446,50
SP	3519204	Iacri	6.392	159.800,04	13.316,67
SP	3519253	Iaras	6.631	165.774,96	13.814,58
SP	3519303	Ibaté	31.062	714.426,00	59.535,50
SP	3519402	Ibirá	11.008	253.184,04	21.098,67
SP	3519501	Ibirarema	6.804	156.492,00	13.041,00
SP	3519600	Ibitinga	53.660	1.234.179,96	102.848,33
SP	3519709	Ibiúna	71.742	1.650.066,00	137.505,50
SP	3519808	Icém	7.515	172.845,00	14.403,75
SP	3519907	Iepê	7.657	191.424,96	15.952,08
SP	3520004	Igaraçu do Tietê	23.420	585.500,04	48.791,67
SP	3520103	Igarapava	28.108	590.268,00	49.189,00
SP	3520202	Igaratá	8.873	204.078,96	17.006,58
SP	3520301	Iguape	28.950	723.750,00	60.312,50
SP	3520426	Ilha Comprida	9.204	211.692,00	17.641,00
SP	3520442	Ilha Solteira	25.146	528.066,00	44.005,50
SP	3520400	Ilhabela	28.761	661.503,00	55.125,25
SP	3520509	Indaiatuba	205.808	4.116.159,96	343.013,33
SP	3520608	Indiana	4.817	120.425,04	10.035,42
SP	3520707	Indiaporã	3.892	97.299,96	8.108,33
SP	3520806	Inúbia Paulista	3.654	84.042,00	7.003,50
SP	3520905	Ipaussu	13.749	316.227,00	26.352,25
SP	3521002	Iperó	29.062	668.426,04	55.702,17
SP	3521101	Ipeúna	6.145	129.045,00	10.753,75
SP	3521150	Ipiguá	4.539	104.397,00	8.699,75
SP	3521200	Iporanga	4.279	106.974,96	8.914,58
SP	3521309	Ipuã	14.323	300.783,00	25.065,25
SP	3521408	Iracemápolis	20.373	407.460,00	33.955,00
SP	3521507	Irapuã	7.323	168.429,00	14.035,75
SP	3521606	Irapuru	7.815	195.375,00	16.281,25
SP	3521705	Itaberá	17.778	444.450,00	37.037,50
SP	3521804	Itaí	24.236	605.900,04	50.491,67
SP	3521903	Itajobi	14.582	335.385,96	27.948,83
SP	3522000	Itaju	3.293	82.325,04	6.860,42
SP	3522109	Itanhaém	88.214	2.028.921,96	169.076,83
SP	3522158	Itaóca	3.229	80.724,96	6.727,08
SP	3522208	Itapecerica da Serra	154.374	3.241.854,00	270.154,50
SP	3522307	Itapetininga	145.822	3.062.262,00	255.188,50
SP	3522406	Itapeva	88.129	2.026.967,04	168.913,92
SP	3522505	Itapevi	203.712	4.277.952,00	356.496,00
SP	3522604	Itapira	68.934	1.447.614,00	120.634,50
SP	3522653	Itapirapuã Paulista	3.904	97.599,96	8.133,33
SP	3522703	Itápolis	40.228	925.244,04	77.103,67
SP	3522802	Itaporanga	14.564	364.100,04	30.341,67
SP	3522901	Itapuí	12.312	283.176,00	23.598,00
SP	3523008	Itapura	4.397	109.925,04	9.160,42
SP	3523107	Itaquaquecetuba	325.518	6.835.878,00	569.656,50
SP	3523206	Itararé	48.040	1.200.999,96	100.083,33
SP	3523305	Itariri	15.614	390.350,04	32.529,17
SP	3523404	Itatiba	103.028	2.060.559,96	171.713,33
SP	3523503	Itatinga	18.253	419.819,04	34.984,92
SP	3523602	Itirapina	15.731	361.812,96	30.151,08
SP	3523701	Itirapuã	5.953	136.919,04	11.409,92
SP	3523800	Itobi	7.553	173.718,96	14.476,58
SP	3523909	Itu	155.589	3.111.780,00	259.315,00
SP	3524006	Itupeva	46.294	925.880,04	77.156,67
SP	3524105	Ituverava	38.882	816.522,00	68.043,50
SP	3524204	Jaborandi	6.605	151.914,96	12.659,58
SP	3524303	Jaboticabal	71.989	1.511.769,00	125.980,75
SP	3524402	Jacareí	212.744	4.254.879,96	354.573,33
SP	3524501	Jaci	5.776	121.296,00	10.108,00
SP	3524600	Jacupiranga	17.221	396.083,04	33.006,92
SP	3524709	Jaguariúna	45.441	908.820,00	75.735,00
SP	3524808	Jales	47.076	1.082.748,00	90.229,00
SP	3524907	Jambeiro	5.454	109.080,00	9.090,00
SP	3525003	Jandira	109.614	2.192.280,00	182.690,00
SP	3525102	Jardinópolis	38.194	802.074,00	66.839,50
SP	3525201	Jarinu	24.370	560.510,04	46.709,17
SP	3525300	Jaú	132.494	2.782.374,00	231.864,50
SP	3525409	Jeriquara	3.151	72.473,04	6.039,42
SP	3525508	Joanópolis	11.873	273.078,96	22.756,58
SP	3525607	João Ramalho	4.174	104.349,96	8.695,83
SP	3525706	José Bonifácio	33.074	694.554,00	57.879,50
SP	3525805	Júlio Mesquita	4.451	111.275,04	9.272,92
SP	3525854	Jumirim	2.845	59.745,00	4.978,75
SP	3525904	Jundiaí	373.713	7.474.260,00	622.855,00
SP	3526001	Junqueirópolis	18.859	433.757,04	36.146,42
SP	3526100	Juquiá	19.149	478.725,00	39.893,75
SP	3526209	Juquitiba	28.912	722.799,96	60.233,33
SP	3526308	Lagoinha	4.833	120.825,00	10.068,75
SP	3526407	Laranjal Paulista	25.490	509.799,96	42.483,33
SP	3526506	Lavínia	9.060	226.500,00	18.875,00
SP	3526605	Lavrinhas	6.635	165.875,04	13.822,92
SP	3526704	Leme	92.601	1.944.621,00	162.051,75
SP	3526803	Lençóis Paulista	61.919	1.300.299,00	108.358,25
SP	3526902	Limeira	278.093	5.561.859,96	463.488,33
SP	3527009	Lindóia	6.814	156.722,04	13.060,17
SP	3527108	Lins	71.853	1.437.060,00	119.755,00
SP	3527207	Lorena	82.887	1.740.627,00	145.052,25
SP	3527256	Lourdes	2.138	49.173,96	4.097,83
SP	3527306	Louveira	38.140	762.800,04	63.566,67
SP	3527405	Lucélia	20.003	460.068,96	38.339,08
SP	3527504	Lucianópolis	2.257	56.424,96	4.702,08
SP	3527603	Luís Antônio	11.603	266.868,96	22.239,08
SP	3527702	Luiziânia	5.089	117.047,04	9.753,92
SP	3527801	Lupércio	4.363	100.349,04	8.362,42
SP	3527900	Lutécia	2.700	67.500,00	5.625,00
SP	3528007	Macatuba	16.298	342.258,00	28.521,50
SP	3528106	Macaubal	7.685	176.754,96	14.729,58
SP	3528205	Macedônia	3.657	91.425,00	7.618,75
SP	3528304	Magda	3.184	79.599,96	6.633,33
SP	3528403	Mairinque	43.473	912.933,00	76.077,75
SP	3528502	Mairiporã	82.556	1.898.787,96	158.232,33
SP	3528601	Manduri	9.048	208.104,00	17.342,00
SP	3528700	Marabá Paulista	4.898	122.450,04	10.204,17
SP	3528809	Maracaí	13.358	307.233,96	25.602,83
SP	3528858	Marapoama	2.664	61.272,00	5.106,00
SP	3528908	Mariápolis	3.921	98.025,00	8.168,75
SP	3529005	Marília	218.229	4.582.809,00	381.900,75
SP	3529104	Marinópolis	2.107	48.461,04	4.038,42
SP	3529203	Martinópolis	24.363	609.075,00	50.756,25
SP	3529302	Matão	77.173	1.543.460,04	128.621,67
SP	3529401	Mauá	421.184	8.423.679,96	701.973,33
SP	3529500	Mendonça	4.708	108.284,04	9.023,67
SP	3529609	Meridiano	3.842	88.365,96	7.363,83
SP	3529658	Mesópolis	1.883	47.075,04	3.922,92
SP	3529708	Miguelópolis	20.561	472.902,96	39.408,58
SP	3529807	Mineiros do Tietê	12.087	302.175,00	25.181,25
SP	3530003	Mira Estrela	2.838	70.950,00	5.912,50
SP	3529906	Miracatu	20.455	511.374,96	42.614,58
SP	3530102	Mirandópolis	27.602	634.845,96	52.903,83
SP	3530201	Mirante do Paranapanema	17.124	428.100,00	35.675,00
SP	3530300	Mirassol	54.212	1.138.452,00	94.871,00
SP	3530409	Mirassolândia	4.338	108.450,00	9.037,50
SP	3530508	Mococa	66.345	1.393.245,00	116.103,75
SP	3530607	Mogi das Cruzes	392.196	8.236.116,00	686.343,00
SP	3530706	Mogi Guaçu	138.245	2.764.899,96	230.408,33
SP	3530805	Moji Mirim	86.892	1.824.732,00	152.061,00
SP	3530904	Mombuca	3.279	75.417,00	6.284,75
SP	3531001	Monções	2.138	49.173,96	4.097,83
SP	3531100	Mongaguá	47.153	1.084.518,96	90.376,58
SP	3531209	Monte Alegre do Sul	7.216	165.968,04	13.830,67
SP	3531308	Monte Alto	46.875	937.500,00	78.125,00
SP	3531407	Monte Aprazível	22.002	462.042,00	38.503,50
SP	3531506	Monte Azul Paulista	18.884	396.564,00	33.047,00
SP	3531605	Monte Castelo	4.062	101.550,00	8.462,50
SP	3531803	Monte Mor	49.841	1.046.661,00	87.221,75
SP	3531704	Monteiro Lobato	4.159	103.974,96	8.664,58
SP	3531902	Morro Agudo	29.400	617.400,00	51.450,00
SP	3532009	Morungaba	11.912	250.152,00	20.846,00
SP	3532058	Motuca	4.323	90.783,00	7.565,25
SP	3532108	Murutinga do Sul	4.203	105.075,00	8.756,25
SP	3532157	Nantes	2.741	68.525,04	5.710,42
SP	3532207	Narandiba	4.330	108.249,96	9.020,83
SP	3532306	Natividade da Serra	6.657	166.425,00	13.868,75
SP	3532405	Nazaré Paulista	16.568	381.063,96	31.755,33
SP	3532504	Neves Paulista	8.762	184.002,00	15.333,50
SP	3532603	Nhandeara	10.766	226.086,00	18.840,50
SP	3532702	Nipoã	4.352	100.095,96	8.341,33
SP	3532801	Nova Aliança	5.978	137.493,96	11.457,83
SP	3532827	Nova Campina	8.609	215.225,04	17.935,42
SP	3532843	Nova Canaã Paulista	2.086	52.149,96	4.345,83
SP	3532868	Nova Castilho	1.136	28.400,04	2.366,67
SP	3532900	Nova Europa	9.453	189.060,00	15.755,00
SP	3533007	Nova Granada	19.346	444.957,96	37.079,83
SP	3533106	Nova Guataporanga	2.184	54.600,00	4.550,00
SP	3533205	Nova Independência	3.146	72.357,96	6.029,83
SP	3533304	Nova Luzitânia	3.495	80.385,00	6.698,75
SP	3533403	Nova Odessa	51.946	1.038.920,04	86.576,67
SP	3533254	Novais	4.697	108.030,96	9.002,58
SP	3533502	Novo Horizonte	36.913	775.173,00	64.597,75
SP	3533601	Nuporanga	6.856	143.976,00	11.998,00
SP	3533700	Ocauçu	4.163	104.075,04	8.672,92
SP	3533809	Óleo	2.649	66.225,00	5.518,75
SP	3533908	Olímpia	50.332	1.056.972,00	88.081,00
SP	3534005	Onda Verde	3.921	90.183,00	7.515,25
SP	3534104	Oriente	6.120	140.760,00	11.730,00
SP	3534203	Orindiúva	5.792	115.839,96	9.653,33
SP	3534302	Orlândia	40.071	801.420,00	66.785,00
SP	3534401	Osasco	667.826	13.356.519,96	1.113.043,33
SP	3534500	Oscar Bressane	2.536	63.399,96	5.283,33
SP	3534609	Osvaldo Cruz	31.015	713.345,04	59.445,42
SP	3534708	Ourinhos	103.739	2.178.519,00	181.543,25
SP	3534807	Ouro Verde	7.851	196.275,00	16.356,25
SP	3534757	Ouroeste	8.568	179.928,00	14.994,00
SP	3534906	Pacaembu	13.281	332.025,00	27.668,75
SP	3535002	Palestina	11.201	257.622,96	21.468,58
SP	3535101	Palmares Paulista	11.126	278.150,04	23.179,17
SP	3535200	Palmeira d'Oeste	9.528	219.144,00	18.262,00
SP	3535309	Palmital	21.224	488.151,96	40.679,33
SP	3535408	Panorama	14.655	337.065,00	28.088,75
SP	3535507	Paraguaçu Paulista	42.483	977.109,00	81.425,75
SP	3535606	Paraibuna	17.418	400.614,00	33.384,50
SP	3535705	Paraíso	5.934	124.614,00	10.384,50
SP	3535804	Paranapanema	17.985	449.625,00	37.468,75
SP	3535903	Paranapuã	3.830	88.089,96	7.340,83
SP	3536000	Parapuã	10.825	248.975,04	20.747,92
SP	3536109	Pardinho	5.648	129.903,96	10.825,33
SP	3536208	Pariquera-Açu	18.508	425.684,04	35.473,67
SP	3536257	Parisi	2.039	46.896,96	3.908,08
SP	3536307	Patrocínio Paulista	13.122	301.806,00	25.150,50
SP	3536406	Paulicéia	6.419	160.475,04	13.372,92
SP	3536505	Paulínia	84.512	1.690.239,96	140.853,33
SP	3536570	Paulistânia	1.779	44.475,00	3.706,25
SP	3536604	Paulo de Faria	8.598	214.950,00	17.912,50
SP	3536703	Pederneiras	41.872	879.312,00	73.276,00
SP	3536802	Pedra Bela	5.794	144.849,96	12.070,83
SP	3536901	Pedranópolis	2.545	63.624,96	5.302,08
SP	3537008	Pedregulho	15.755	362.364,96	30.197,08
SP	3537107	Pedreira	42.045	882.945,00	73.578,75
SP	3537156	Pedrinhas Paulista	2.947	67.781,04	5.648,42
SP	3537206	Pedro de Toledo	10.283	257.075,04	21.422,92
SP	3537305	Penápolis	58.808	1.352.583,96	112.715,33
SP	3537404	Pereira Barreto	24.957	574.011,00	47.834,25
SP	3537503	Pereiras	7.549	173.627,04	14.468,92
SP	3537602	Peruíbe	60.412	1.389.476,04	115.789,67
SP	3537701	Piacatu	5.338	133.449,96	11.120,83
SP	3537800	Piedade	52.298	1.202.853,96	100.237,83
SP	3537909	Pilar do Sul	26.595	611.685,00	50.973,75

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SP	3538006	Pindamonhangaba	148.605	3.120.705,00	260.058,75
SP	3538105	Pindorama	15.188	318.948,00	26.579,00
SP	3538204	Pinhalzinho	13.268	305.163,96	25.430,33
SP	3538303	Piquerobi	3.542	88.550,04	7.379,17
SP	3538501	Piquete	14.024	350.600,04	29.216,67
SP	3538600	Piracaia	25.252	580.796,04	48.399,67
SP	3538709	Piracicaba	367.290	7.345.800,00	612.150,00
SP	3538808	Piraju	28.520	655.959,96	54.663,33
SP	3538907	Pirajuí	22.905	526.815,00	43.901,25
SP	3539004	Pirangi	10.668	245.364,00	20.447,00
SP	3539103	Pirapora do Bom Jesus	15.990	335.790,00	27.982,50
SP	3539202	Pirapozinho	24.893	572.538,96	47.711,58
SP	3539301	Pirassununga	70.482	1.480.122,00	123.343,50
SP	3539400	Piratininga	12.187	280.301,04	23.358,42
SP	3539509	Pitangueiras	35.626	748.146,00	62.345,50
SP	3539608	Planalto	4.524	113.100,00	9.425,00
SP	3539707	Platina	3.217	80.424,96	6.702,08
SP	3539806	Poá	106.797	2.135.940,00	177.995,00
SP	3539905	Poloni	5.443	125.189,04	10.432,42
SP	3540002	Pompéia	20.102	402.039,96	33.503,33
SP	3540101	Pongaí	3.465	79.695,00	6.641,25
SP	3540200	Pontal	41.055	862.155,00	71.846,25
SP	3540259	Pontalinda	4.116	102.900,00	8.575,00
SP	3540309	Pontes Gestal	2.517	57.891,00	4.824,25
SP	3540408	Populina	4.206	105.150,00	8.762,50
SP	3540507	Porangaba	8.455	211.374,96	17.614,58
SP	3540606	Porto Feliz	49.153	1.130.519,04	94.209,92
SP	3540705	Porto Ferreira	51.705	1.034.100,00	86.175,00
SP	3540754	Potim	19.842	496.050,00	41.337,50
SP	3540804	Potirendaba	15.587	327.327,00	27.277,25
SP	3540853	Pracinha	2.968	74.199,96	6.183,33
SP	3540903	Pradópolis	17.720	354.399,96	29.533,33
SP	3541000	Praia Grande	267.307	5.613.447,00	467.787,25
SP	3541059	Pratânia	4.649	106.926,96	8.910,58
SP	3541109	Presidente Alves	4.109	102.725,04	8.560,42
SP	3541208	Presidente Bernardes	13.487	337.175,04	28.097,92
SP	3541307	Presidente Epitácio	41.474	953.901,96	79.491,83
SP	3541406	Presidente Prudente	209.025	4.389.525,00	365.793,75
SP	3541505	Presidente Venceslau	37.954	872.942,04	72.745,17
SP	3541604	Promissão	36.025	756.525,00	63.043,75
SP	3541653	Quadra	3.281	82.025,04	6.835,42
SP	3541703	Quatá	12.887	296.400,96	24.700,08
SP	3541802	Queiroz	2.857	71.424,96	5.952,08
SP	3541901	Queluz	11.478	286.950,00	23.912,50
SP	3542008	Quintana	6.048	139.104,00	11.592,00
SP	3542107	Rafard	8.632	181.272,00	15.106,00
SP	3542206	Rancharia	28.807	662.561,04	55.213,42
SP	3542305	Redenção da Serra	3.860	96.500,04	8.041,67
SP	3542404	Regente Feijó	18.609	390.789,00	32.565,75
SP	3542503	Reginópolis	7.522	188.049,96	15.670,83
SP	3542602	Registro	54.301	1.248.923,04	104.076,92
SP	3542701	Restinga	6.664	153.272,04	12.772,67
SP	3542800	Ribeira	3.347	83.675,04	6.972,92
SP	3542909	Ribeirão Bonito	12.204	280.692,00	23.391,00
SP	3543006	Ribeirão Branco	18.042	451.050,00	37.587,50
SP	3543105	Ribeirão Corrente	4.304	98.991,96	8.249,33
SP	3543204	Ribeirão do Sul	4.443	111.075,00	9.256,25
SP	3543238	Ribeirão dos Índios	2.185	54.624,96	4.552,08
SP	3543253	Ribeirão Grande	7.425	185.625,00	15.468,75
SP	3543303	Ribeirão Pires	113.726	2.274.519,96	189.543,33
SP	3543402	Ribeirão Preto	612.340	12.246.800,04	1.020.566,67
SP	3543600	Rifaina	3.445	79.235,04	6.602,92
SP	3543709	Rincão	10.421	239.682,96	19.973,58
SP	3543808	Rinópolis	9.911	227.952,96	18.996,08
SP	3543907	Rio Claro	187.638	3.940.398,00	328.366,50
SP	3544004	Rio das Pedras	29.963	629.223,00	52.435,25
SP	3544103	Rio Grande da Serra	44.503	934.563,00	77.880,25
SP	3544202	Riolândia	10.730	268.250,04	22.354,17
SP	3543501	Riversul	6.085	152.124,96	12.677,08
SP	3544251	Rosana	19.343	444.888,96	37.074,08
SP	3544301	Roseira	9.678	222.594,00	18.549,50
SP	3544400	Rubiácea	2.760	69.000,00	5.750,00
SP	3544509	Rubinéia	2.881	72.024,96	6.002,08
SP	3544608	Sabino	5.238	120.474,00	10.039,50
SP	3544707	Sagres	2.392	59.799,96	4.983,33
SP	3544806	Sales	5.520	138.000,00	11.500,00
SP	3544905	Sales Oliveira	10.664	213.279,96	17.773,33
SP	3545001	Salesópolis	15.734	361.881,96	30.156,83
SP	3545100	Salmourão	4.851	121.275,00	10.106,25
SP	3545159	Saltinho	7.156	150.276,00	12.523,00
SP	3545209	Salto	106.465	2.235.765,00	186.313,75
SP	3545308	Salto de Pirapora	40.521	931.983,00	77.665,25
SP	3545407	Salto Grande	8.814	202.722,00	16.893,50
SP	3545506	Sandovalina	3.746	86.157,96	7.179,83
SP	3545605	Santa Adélia	14.401	302.421,00	25.201,75
SP	3545704	Santa Albertina	5.734	131.882,04	10.990,17
SP	3545803	Santa Bárbara d'Oeste	180.772	3.796.212,00	316.351,00
SP	3546009	Santa Branca	13.821	317.883,00	26.490,25
SP	3546108	Santa Clara d'Oeste	2.082	52.050,00	4.337,50
SP	3546207	Santa Cruz da Conceição	4.039	92.897,04	7.741,42
SP	3546256	Santa Cruz da Esperança	1.966	49.149,96	4.095,83
SP	3546306	Santa Cruz das Palmeiras	30.268	696.164,04	58.013,67
SP	3546405	Santa Cruz do Rio Pardo	44.152	1.015.496,04	84.624,67
SP	3546504	Santa Ernestina	5.555	127.764,96	10.647,08
SP	3546603	Santa Fé do Sul	29.449	677.327,04	56.443,92
SP	3546702	Santa Gertrudes	22.074	463.554,00	38.629,50
SP	3546801	Santa Isabel	50.969	1.172.286,96	97.690,58
SP	3546900	Santa Lúcia	8.279	173.859,00	14.488,25
SP	3547007	Santa Maria da Serra	5.470	125.810,04	10.484,17
SP	3547106	Santa Mercedes	2.834	70.850,04	5.904,17
SP	3547502	Santa Rita do Passa Quatro	26.505	556.605,00	46.383,75
SP	3547403	Santa Rita d'Oeste	2.532	63.300,00	5.275,00
SP	3547601	Santa Rosa de Viterbo	24.049	553.127,04	46.093,92
SP	3547650	Santa Salete	1.453	36.324,96	3.027,08
SP	3547205	Santana da Ponte Pensa	1.622	40.550,04	3.379,17
SP	3547304	Santana de Parnaíba	111.422	2.228.439,96	185.703,33
SP	3547700	Santo Anastácio	20.454	470.442,00	39.203,50
SP	3547809	Santo André	678.486	13.569.720,00	1.130.810,00
SP	3547908	Santo Antônio da Alegria	6.346	158.649,96	13.220,83
SP	3548005	Santo Antônio de Posse	20.844	479.412,00	39.951,00
SP	3548054	Santo Antônio do Aracanguá	7.680	192.000,00	16.000,00
SP	3548104	Santo Antônio do Jardim	5.927	136.320,96	11.360,08
SP	3548203	Santo Antônio do Pinhal	6.499	162.474,96	13.539,58
SP	3548302	Santo Expedito	2.825	64.974,96	5.414,58
SP	3548401	Santópolis do Aguapeí	4.313	107.825,04	8.985,42
SP	3548500	Santos	419.509	8.390.180,04	699.181,67
SP	3548609	São Bento do Sapucaí	10.477	261.924,96	21.827,08
SP	3548708	São Bernardo do Campo	770.253	15.405.060,00	1.283.755,00
SP	3548807	São Caetano do Sul	149.962	2.999.240,04	249.936,67
SP	3548906	São Carlos	224.173	4.707.633,00	392.302,75
SP	3549003	São Francisco	2.788	64.124,04	5.343,67
SP	3549102	São João da Boa Vista	84.119	1.766.499,00	147.208,25
SP	3549201	São João das Duas Pontes	2.559	63.975,00	5.331,25
SP	3549250	São João de Iracema	1.789	44.724,96	3.727,08
SP	3549300	São João do Pau d'Alho	2.098	52.449,96	4.370,83
SP	3549409	São Joaquim da Barra	46.891	937.820,04	78.151,67
SP	3549508	São José da Bela Vista	8.432	193.935,96	16.161,33
SP	3549607	São José do Barreiro	4.072	101.799,96	8.483,33
SP	3549706	São José do Rio Pardo	52.040	1.092.840,00	91.070,00
SP	3549805	São José do Rio Preto	412.076	8.241.519,96	686.793,33
SP	3549904	São José dos Campos	636.876	12.737.520,00	1.061.460,00
SP	3549953	São Lourenço da Serra	14.110	329.742,00	27.478,50
SP	3550001	São Luís do Paraitinga	10.395	259.875,00	21.656,25
SP	3550100	São Manuel	38.480	808.080,00	67.340,00
SP	3550209	São Miguel Arcanjo	31.501	724.523,04	60.376,92
SP	3550308	São Paulo	11.316.119	226.322.379,96	18.860.198,33
SP	3550407	São Pedro	31.951	734.873,04	61.239,42
SP	3550506	São Pedro do Turvo	7.222	180.549,96	15.045,83
SP	3550605	São Roque	79.757	1.674.897,00	139.574,75
SP	3550704	São Sebastião	75.163	1.578.423,00	131.535,25
SP	3550803	São Sebastião da Grama	12.072	277.656,00	23.138,00
SP	3550902	São Simão	14.398	331.154,04	27.596,17
SP	3551009	São Vicente	334.663	7.027.923,00	585.660,25
SP	3551108	Sarapuí	9.121	209.783,04	17.481,92
SP	3551207	Sarutaiá	3.614	90.350,04	7.529,17
SP	3551306	Sebastianópolis do Sul	3.069	64.449,00	5.370,75
SP	3551405	Serra Azul	11.549	288.725,04	24.060,42
SP	3551603	Serra Negra	26.582	611.385,96	50.948,83
SP	3551504	Serrana	39.360	826.560,00	68.880,00
SP	3551702	Sertãozinho	111.257	2.225.139,96	185.428,33
SP	3551801	Sete Barras	12.951	323.775,00	26.981,25
SP	3551900	Severínia	15.647	359.880,96	29.990,08
SP	3552007	Silveiras	5.824	145.599,96	12.133,33
SP	3552106	Socorro	36.992	850.815,96	70.901,33
SP	3552205	Sorocaba	593.776	11.875.520,04	989.626,67
SP	3552304	Sud Mennucci	7.441	186.024,96	15.502,08
SP	3552403	Sumaré	242.960	4.859.199,96	404.933,33
SP	3552551	Suzanápolis	3.429	85.725,00	7.143,75
SP	3552502	Suzano	265.074	5.566.554,00	463.879,50
SP	3552601	Tabapuã	11.430	262.890,00	21.907,50
SP	3552700	Tabatinga	14.817	340.791,00	28.399,25
SP	3552809	Taboão da Serra	248.127	4.962.540,00	413.545,00
SP	3552908	Taciba	5.752	143.799,96	11.983,33
SP	3553005	Taguaí	11.086	254.978,04	21.248,17
SP	3553104	Taiaçu	5.916	136.068,00	11.339,00
SP	3553203	Taiúva	5.443	114.303,00	9.525,25
SP	3553302	Tambaú	22.418	515.613,96	42.967,83
SP	3553401	Tanabi	24.168	555.864,00	46.322,00
SP	3553500	Tapiraí	7.970	199.250,04	16.604,17
SP	3553609	Tapiratiba	12.722	292.605,96	24.383,83
SP	3553658	Taquaral	2.727	62.721,00	5.226,75
SP	3553708	Taquaritinga	54.136	1.245.128,04	103.760,67
SP	3553807	Taquarituba	22.315	557.874,96	46.489,58
SP	3553856	Taquarivaí	5.204	130.100,04	10.841,67
SP	3553906	Tarabai	6.671	166.775,04	13.897,92
SP	3553955	Tarumã	13.050	300.150,00	25.012,50
SP	3554003	Tatuí	108.393	2.276.253,00	189.687,75
SP	3554102	Taubaté	281.336	5.626.719,96	468.893,33
SP	3554201	Tejupá	4.769	119.225,04	9.935,42
SP	3554300	Teodoro Sampaio	21.493	537.324,96	44.777,08
SP	3554409	Terra Roxa	8.563	196.949,04	16.412,42
SP	3554508	Tietê	37.229	781.809,00	65.150,75
SP	3554607	Timburi	2.640	66.000,00	5.500,00
SP	3554656	Torre de Pedra	2.263	56.682,00	4.723,50
SP	3554706	Torrinha	9.368	215.463,96	17.955,33
SP	3554755	Trabiju	1.557	32.697,00	2.724,75
SP	3554805	Tremembé	41.457	953.511,00	79.459,25
SP	3554904	Três Fronteiras	5.448	125.304,00	10.442,00
SP	3554953	Tuiuti	6.005	138.114,96	11.509,58
SP	3555000	Tupã	63.487	1.460.201,04	121.683,42
SP	3555109	Tupi Paulista	14.345	329.934,96	27.494,58
SP	3555208	Turiúba	1.933	44.459,04	3.704,92
SP	3555307	Turmalina	1.949	48.725,04	4.060,42
SP	3555356	Ubarana	5.372	123.555,96	10.296,33
SP	3555406	Ubatuba	79.718	1.833.513,96	152.792,83
SP	3555505	Ubirajara	4.448	111.200,04	9.266,67
SP	3555604	Uchoa	9.505	218.615,04	18.217,92
SP	3555703	União Paulista	1.618	37.214,04	3.101,17
SP	3555802	Urânia	8.837	203.250,96	16.937,58
SP	3555901	Uru	1.240	30.999,96	2.583,33
SP	3556008	Urupês	12.782	293.985,96	24.498,83
SP	3556107	Valentim Gentil	11.223	258.129,00	21.510,75
SP	3556206	Valinhos	108.622	2.172.440,04	181.036,67
SP	3556305	Valparaíso	22.884	526.332,00	43.861,00
SP	3556354	Vargem	8.942	205.665,96	17.138,83
SP	3556404	Vargem Grande do Sul	39.494	908.361,96	75.696,83
SP	3556453	Vargem Grande Paulista	43.789	919.569,00	76.630,75
SP	3556503	Várzea Paulista	108.186	2.163.720,00	180.310,00
SP	3556602	Vera Cruz	10.745	247.134,96	20.594,58
SP	3556701	Vinhedo	64.870	1.297.400,04	108.116,67
SP	3556800	Viradouro	17.400	365.400,00	30.450,00
SP	3556909	Vista Alegre do Alto	7.050	162.150,00	13.512,50
SP	3556958	Vitória Brasil	1.742	40.065,96	3.338,83
SP	3557006	Votorantim	109.798	2.305.758,00	192.146,50
SP	3557105	Votuporanga	85.387	1.793.127,00	149.427,25
SP	3557154	Zacarias	2.365	59.124,96	4.927,08

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TO	1700251	Abreulândia	2.407	60.174,96	5.014,58
TO	1700301	Aguiarnópolis	5.317	132.924,96	11.077,08
TO	1700350	Aliança do Tocantins	5.633	140.825,04	11.735,42
TO	1700400	Almas	7.518	187.950,00	15.662,50
TO	1700707	Alvorada	8.364	209.100,00	17.425,00
TO	1701002	Ananás	9.816	245.400,00	20.450,00
TO	1701051	Angico	3.197	79.925,04	6.660,42
TO	1701101	Aparecida do Rio Negro	4.267	106.674,96	8.889,58
TO	1701309	Aragominas	5.860	170.528,04	14.210,67
TO	1701903	Araguacema	6.387	177.711,96	14.809,33
TO	1702000	Araguaçu	8.744	218.600,04	18.216,67
TO	1702109	Araguaína	153.351	3.220.371,00	268.364,25
TO	1702158	Araguanã	5.095	127.374,96	10.614,58
TO	1702208	Araguatins	31.738	793.449,96	66.120,83
TO	1702307	Arapoema	6.721	194.922,00	16.243,50
TO	1702406	Arraias	10.619	265.475,04	22.122,92
TO	1702554	Augustinópolis	16.180	404.499,96	33.708,33
TO	1702703	Aurora do Tocantins	3.473	86.825,04	7.235,42
TO	1702901	Axixá do Tocantins	9.310	232.749,96	19.395,83
TO	1703008	Babaçulândia	10.432	260.799,96	21.733,33
TO	1703057	Bandeirantes do Tocantins	3.162	79.050,00	6.587,50
TO	1703073	Barra do Ouro	4.165	104.124,96	8.677,08
TO	1703107	Barrolândia	5.370	134.250,00	11.187,50
TO	1703206	Bernardo Sayão	4.449	125.280,00	10.440,00
TO	1703305	Bom Jesus do Tocantins	3.879	96.975,00	8.081,25
TO	1703602	Brasilândia do Tocantins	2.075	51.875,04	4.322,92
TO	1703701	Brejinho de Nazaré	5.209	130.224,96	10.852,08
TO	1703800	Buriti do Tocantins	9.916	247.899,96	20.658,33
TO	1703826	Cachoeirinha	2.158	53.949,96	4.495,83
TO	1703842	Campos Lindos	8.331	208.275,00	17.356,25
TO	1703867	Cariri do Tocantins	3.815	95.375,04	7.947,92
TO	1703883	Carmolândia	2.340	58.500,00	4.875,00
TO	1703891	Carrasco Bonito	3.725	93.125,04	7.760,42
TO	1703909	Caseara	4.674	116.850,00	9.737,50
TO	1704105	Centenário	2.597	64.925,04	5.410,42
TO	1705102	Chapada da Natividade	3.278	81.950,04	6.829,17
TO	1704600	Chapada de Areia	1.340	33.500,04	2.791,67
TO	1705508	Colinas do Tocantins	31.263	781.575,00	65.131,25
TO	1716703	Colméia	8.555	235.344,00	19.612,00
TO	1705557	Combinado	4.681	117.024,96	9.752,08
TO	1705607	Conceição do Tocantins	4.168	104.199,96	8.683,33
TO	1706001	Couto de Magalhães	5.061	126.525,00	10.543,75
TO	1706100	Cristalândia	7.228	180.699,96	15.058,33
TO	1706258	Crixás do Tocantins	1.578	39.450,00	3.287,50
TO	1706506	Darcinópolis	5.350	133.749,96	11.145,83
TO	1707009	Dianópolis	19.395	484.875,00	40.406,25
TO	1707108	Divinópolis do Tocantins	6.409	160.224,96	13.352,08
TO	1707207	Dois Irmãos do Tocantins	7.153	178.824,96	14.902,08
TO	1707306	Dueré	4.595	114.875,04	9.572,92
TO	1707405	Esperantina	9.619	240.474,96	20.039,58
TO	1707553	Fátima	3.802	95.049,96	7.920,83
TO	1707652	Figueirópolis	5.323	133.074,96	11.089,58
TO	1707702	Filadélfia	8.528	213.200,04	17.766,67
TO	1708205	Formoso do Araguaia	18.398	459.950,04	38.329,17
TO	1708254	Fortaleza do Tabocão	2.433	60.825,00	5.068,75
TO	1708304	Goianorte	4.965	124.125,00	10.343,75
TO	1709005	Goiatins	12.143	303.575,04	25.297,92
TO	1709302	Guaraí	23.445	586.125,00	48.843,75
TO	1709500	Gurupi	77.655	1.786.065,00	148.838,75
TO	1709807	Ipueiras	1.676	41.900,04	3.491,67
TO	1710508	Itacajá	7.127	178.175,04	14.847,92
TO	1710706	Itaguatins	6.002	163.712,04	13.642,67
TO	1710904	Itapiratins	3.552	88.800,00	7.400,00
TO	1711100	Itaporã do Tocantins	2.440	60.999,96	5.083,33
TO	1711506	Jaú do Tocantins	3.537	88.425,00	7.368,75
TO	1711803	Juarina	2.224	55.599,96	4.633,33
TO	1711902	Lagoa da Confusão	10.521	263.025,00	21.918,75
TO	1711951	Lagoa do Tocantins	3.602	90.050,04	7.504,17
TO	1712009	Lajeado	2.806	70.149,96	5.845,83
TO	1712157	Lavandeira	1.636	40.899,96	3.408,33
TO	1712405	Lizarda	3.721	93.024,96	7.752,08
TO	1712454	Luzinópolis	2.669	66.725,04	5.560,42
TO	1712504	Marianópolis do Tocantins	4.431	110.775,00	9.231,25
TO	1712702	Mateiros	2.268	56.700,00	4.725,00
TO	1712801	Maurilândia do Tocantins	3.178	79.449,96	6.620,83
TO	1713205	Miracema do Tocantins	20.396	509.900,04	42.491,67
TO	1713304	Miranorte	12.687	317.175,00	26.431,25
TO	1713601	Monte do Carmo	6.833	170.825,04	14.235,42
TO	1713700	Monte Santo do Tocantins	2.102	52.550,04	4.379,17
TO	1713957	Muricilândia	3.189	79.725,00	6.643,75
TO	1714203	Natividade	9.011	225.275,04	18.772,92
TO	1714302	Nazaré	4.328	144.608,04	12.050,67
TO	1714880	Nova Olinda	10.786	269.649,96	22.470,83
TO	1715002	Nova Rosalândia	3.815	95.375,04	7.947,92
TO	1715101	Novo Acordo	3.817	95.424,96	7.952,08
TO	1715150	Novo Alegre	2.287	57.174,96	4.764,58
TO	1715259	Novo Jardim	2.481	62.025,00	5.168,75
TO	1715507	Oliveira de Fátima	1.044	26.100,00	2.175,00
TO	1721000	Palmas	235.316	4.941.636,00	411.803,00
TO	1715705	Palmeirante	5.058	126.450,00	10.537,50
TO	1713809	Palmeiras do Tocantins	5.826	145.650,00	12.137,50
TO	1715754	Palmeirópolis	7.360	183.999,96	15.333,33
TO	1716109	Paraíso do Tocantins	45.054	1.126.350,00	93.862,50
TO	1716208	Paranã	10.333	258.324,96	21.527,08
TO	1716307	Pau D'Arco	4.608	115.200,00	9.600,00
TO	1716505	Pedro Afonso	11.732	293.300,04	24.441,67
TO	1716604	Peixe	10.509	262.725,00	21.893,75
TO	1716653	Pequizeiro	5.090	127.250,04	10.604,17
TO	1717008	Pindorama do Tocantins	4.493	112.325,04	9.360,42
TO	1717206	Piraquê	2.927	73.175,04	6.097,92
TO	1717503	Pium	6.783	169.575,00	14.131,25
TO	1717800	Ponte Alta do Bom Jesus	4.542	113.550,00	9.462,50
TO	1717909	Ponte Alta do Tocantins	7.258	181.449,96	15.120,83
TO	1718006	Porto Alegre do Tocantins	2.827	70.674,96	5.889,58
TO	1718204	Porto Nacional	49.465	1.236.624,96	103.052,08
TO	1718303	Praia Norte	7.727	193.175,04	16.097,92
TO	1718402	Presidente Kennedy	3.676	118.512,00	9.876,00
TO	1718451	Pugmil	2.399	59.975,04	4.997,92
TO	1718501	Recursolândia	3.817	95.424,96	7.952,08
TO	1718550	Riachinho	4.231	105.774,96	8.814,58
TO	1718659	Rio da Conceição	1.755	43.875,00	3.656,25
TO	1718709	Rio dos Bois	2.594	64.850,04	5.404,17
TO	1718758	Rio Sono	6.267	156.675,00	13.056,25
TO	1718808	Sampaio	3.946	98.649,96	8.220,83
TO	1718840	Sandolândia	3.326	83.150,04	6.929,17
TO	1718865	Santa Fé do Araguaia	6.683	167.075,04	13.922,92
TO	1718881	Santa Maria do Tocantins	2.946	73.650,00	6.137,50
TO	1718899	Santa Rita do Tocantins	2.150	53.750,04	4.479,17
TO	1718907	Santa Rosa do Tocantins	4.588	114.699,96	9.558,33
TO	1719004	Santa Tereza do Tocantins	2.555	63.875,04	5.322,92
TO	1720002	Santa Terezinha do Tocantins	2.476	63.552,00	5.296,00
TO	1720101	São Bento do Tocantins	4.675	116.874,96	9.739,58
TO	1720150	São Félix do Tocantins	1.450	36.249,96	3.020,83
TO	1720200	São Miguel do Tocantins	10.635	265.875,00	22.156,25
TO	1720259	São Salvador do Tocantins	2.924	73.100,04	6.091,67
TO	1720309	São Sebastião do Tocantins	4.331	139.263,96	11.605,33
TO	1720499	São Valério da Natividade	4.332	108.300,00	9.025,00
TO	1720655	Silvanópolis	5.095	127.374,96	10.614,58
TO	1720804	Sítio Novo do Tocantins	9.122	228.050,04	19.004,17
TO	1720853	Sucupira	1.763	44.075,04	3.672,92
TO	1720903	Taguatinga	15.196	349.508,04	29.125,67
TO	1720937	Taipas do Tocantins	1.963	49.074,96	4.089,58
TO	1720978	Talismã	2.582	64.550,04	5.379,17
TO	1721109	Tocantínia	6.809	170.225,04	14.185,42
TO	1721208	Tocantinópolis	22.607	565.175,04	47.097,92
TO	1721257	Tupirama	1.605	40.125,00	3.343,75
TO	1721307	Tupiratins	2.154	53.850,00	4.487,50
TO	1722081	Wanderlândia	11.036	275.900,04	22.991,67
TO	1722107	Xambioá	11.471	286.775,04	23.897,92
TOTAL			5.565	192.379.287	4.224.975.996,96	352.081.333,08

PORTARIA Nº 954, DE 15 DE MAIO DE 2012

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerais e ao Município de Itacarambi (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.656/GM/MS, de 17 de outubro de 2007, que regulamenta o Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE -PI);

Considerando a necessidade de ampliar a estrutura de atendimento diferenciado aos povos indígenas; e

Considerando o Memorando nº 142-12 GAB/SESAI/MS, de 14 de março de 2012, da Secretaria Especial de Saúde Indígena, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Municipal Gerson Dias, ao recebimento do Incentivo para Atenção Especializada aos Povos Indígenas (IAE-PI), conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0031 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

UF	Município	CNES	Estabelecimento	Valor (R$)
MG	Itacarambi	211945	Hospital Municipal Gerson Dias	R$ 720.000,00

PORTARIA Nº 955, DE 15 DE MAIO DE 2012

Habilita o Município de Conceição (PB) a receber Unidade de Suporte Avançado, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Piancó (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.569/GM/MS, de 29 de outubro de 2008, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), do Município de Piancó (PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Conceição (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Piancó (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos reais), conforme detalhado no Anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Conceição (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência Janeiro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USA	Placa	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Conceição (PB)	01	NQG6038	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 956, DE 15 DE MAIO DE 2012

Habilita o Município de Caaporã (PB) a receber Unidades de Suporte Básico e Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU 192, da Central Regional de João Pessoa (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.139/GM/MS, de 17 de dezembro de 2009, que habilita Municípios e redefine o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de João Pessoa (PB); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Caaporã (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de João Pessoa (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Município no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme detalhado no Anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor descrito, para o Fundo Municipal de Saúde de Caaporã (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência fevereiro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Município para repasse	USB	USA	Placa	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Caaporã (PB)	-	01	NQJ 8915	R$ 27.500,00	R$ 330.000,00
	01	-	NQJ 8985	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:	01	01	-	R$ 40.000,00	R$ 480.00,00

PORTARIA Nº 957, DE 15 DE MAIO DE 2012

Habilita os Municípios de Colônia Leopoldina (AL), Maragogi (AL), Marechal Deodoro (AL), Murici (AL), Rio Largo (AL), São Luiz do Quintunde (AL), Teotônio Vilela (AL) e Barra de Santo Antônio (AL), a receberem Unidades de Suporte Básico, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central Regional de Maceió (AL) e autoriza a transferência de custeio aos Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.403/GM/MS, de 7 de julho de 2004, que estabelece recursos do Estado de Alagoas, habilitado em Gestão Plena do Sistema Estadual, para o custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192); e

Considerando a Portaria nº 2.026/GM/MS, de 24 de agosto de 2011, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios de Colônia Leopoldina (AL), Maragogi (AL), Marechal Deodoro (AL), Murici (AL), Rio Largo (AL), São Luiz do Quintunde (AL), Teotônio Vilela (AL) e Barra de Santo Antônio (AL) a receberem 8 (oito) Unidades de Suporte Básico, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Maceió (AL).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de custeio mensal aos Municípios, conforme detalhado no anexo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor descrito, para os Fundos Municipais de Saúde de Colônia Leopoldina (AL), Maragogi (AL), Marechal Deodoro (AL), Murici (AL), Rio Largo (AL), São Luiz do Quintunde (AL), Teotônio Vilela (AL) e Barra de Santo Antônio (AL).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

Municípios para repasse	USB	PLACA	Valor do Repasse Mensal	Valor do Repasse Anual
Colônia Leopoldina	01	NLV2033	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
Maragogi	01	NLV0953	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
Marechal Deodoro	01	NLV0043	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
Murici	01	NLV2223	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
Rio Largo	01	NLV0963	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
São Luiz do Quintunde	01	NLV0053	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
Teotônio Vilela	01	NLV0013	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
Barra de Santo Antônio	01	NLV1573	R$ 12.500,00	R$ 150.000,00
TOTAL:				R$ 1.200.000,00

PORTARIA Nº 970, DE 15 DE MAIO DE 2012

Dispõe sobre a divulgação das agendas institucionais de autoridades no âmbito do Ministério da Saúde e entidades a ele vinculadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios com o fim de garantir o acesso as informações previstos no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a divulgação das agendas institucionais de autoridades no âmbito do Ministério da Saúde e entidades a ele vinculadas.

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 1º, consideram-se autoridades:

I - Ministro de Estado da Saúde;

II - Secretário-Executivo do Ministério da Saúde;

III - Secretários ou autoridades equivalentes ocupantes de cargo do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nível 6 (seis); e

IV - Presidentes e Diretores das entidades vinculadas ao Ministério da Saúde.

Art. 3º A agenda institucional das autoridades de que trata esta Portaria será divulgada pelo Ministério da Saúde e entidades a ele vinculadas nos respectivos sítios eletrônicos referentes à Lei de Acesso à Informação, contendo as seguintes informações:

I - agenda de reuniões com pessoas físicas e jurídicas com as quais se relacione funcionalmente, com registro sumário das matérias tratadas;

II - audiências concedidas, com informações sobre seus objetivos, participantes e resultados; e

III - eventos institucionais de que a autoridade participe.

Parágrafo único. As agendas institucionais deverão ser atualizadas diariamente pelas autoridades de que trata esta Portaria.

Art. 4º A execução das medidas previstas nesta Portaria deverá ser efetivada até o dia 31 de maio de 2012.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 20 DE MARÇO DE 2012 (*)

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 324ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 08 de março de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot ANS nº: 33902.004756/2007-06

Operadora: PREV SYSTEM LTDA

Registro ANS: 401609

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIOPE, pelo conhecimento e pelo provimento parcial do recurso, por conseguinte, retificar a decisão de primeira instância exarada pela autoridade competente, uma vez que o débito referente ao trimestre 03/2003 encontra-se quitado; com a conseqüente procedência da notificação fiscal de lançamento de débito em virtude das pendências relativas ao recolhimento de Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 61, de 28-3-2012, Seção 1, página 102, com incorreção no original.

DECISÕES DE 10 DE MAIO DE 2012

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.082203/2011-62

Operadora: ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR SÃO LUCAS S/A

Registro na ANS nº:323811

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.282559/2010-13

Operadora: ASSOCIAÇÃO FUNDO DE PROTEÇÃO À SAÚDE

Registro na ANS nº: 416584

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS nº 4106101445622 (competência 10/2006) e 4106102741191 (competência 10/2006).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.349926/2010-76

Operadora: FEDERAÇÃO DAS UNIMEDS DOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS

Registro na ANS nº: 386596

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.375846/2011-57

Operadora: INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE S/A

Registro na ANS nº: 359017

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso das AIHS listadas no despacho nº 230/2012/DIGES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS e pela ratificação da revisão ex officio realizada pelo Diretor da DIDES para retornar a cobrança para o valor original para a seguinte AIH nº 3508100393655 (competência 02/2008).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.100752/2010-45

Operadora: IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE AMERICANA

Registro na ANS nº: 413313

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.360800/2010-52

Operadora: LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE LTDA

Registro na ANS nº: 360961

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.082890/2011-16

Operadora: PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA

Registro na ANS nº: 379697

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.082923/2011-28

Operadora: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - HOSPITAL SÃO VICENTE

Registro na ANS nº: 353264

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento da AIH nº 3507116700967 (competência 10/2007).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.083041/2011-80

Operadora: SMV SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Registro na ANS nº: 349194

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.083230/2011-52

Operadora: UNIMED AGRESTE MERIDIONAL COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 312649

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.361067/2010-93

Operadora: UNIMED ANÁPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 312347

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.312177/2010-21

Operadora: UNIMED MOSSORÓ COOPERATIVA DE TRABALHOS MÉDICOS

Registro na ANS nº: 389421

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.095450/2004-08

Operadora: UNIMED NOVA IGUAÇU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 344397

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS nº 2740007061 (competência 01/2004) e 2741781009 (competência 03/2004).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.083465/2011-44

Operadora: UNIMED REGIONAL DA BAIXA MOGIANA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Registro na ANS nº: 311847

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 331ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de abril de 2012, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.083534/2011-10

Operadora: UNIVERSAL SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

Registro na ANS nº: 348520

Decisão: Aprovado à unanimidade o voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO NA BAHIA

DECISÃO DE 13 DE ABRIL DE 2012

A Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS BAHIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.006080/2010-87	Marcio José Gonçalves	----------	073.737.696-16	Estão sujeitos à penalidade de cancelamento da autorização de funcionamento e alienação da carteira as operadoras que realizarem operações financeiras descritas no art. 21 da Lei 9656/98 (Art.21, I da Lei 9.656).	advertência
25772.007053/2009-98	CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA	416339.	07.966.459/0001-93	Deix. de gar. as coberts. obrigats. previstas no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656).	52800 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

NÚCLEO EM PERNAMBUCO

DECISÕES DE 11 DE MAIO DE 2012

O Chefe Substituto - NUCLEO DA ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.001942/2011-37	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	327263.	40.869.042/0001-88	Deix. de gar. as coberts. obrigats. prevs. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII. (Art.12, I da Lei 9.656).	Improcedência - Anulação do AI nº 35399 com encaminhamento p/ arquivamento por inexistência de infração.

RICARDO NUNES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.006518/2011-89	EXCELSIOR MED S/A	411051.	03.517.055/0001-61	Deix. de gar. as coberts. obrigats. prevs. no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação p/ os planos privados de assist. à saúde, incluindo a inscr. de filhos naturais e adotivos prev. nos seus incs. III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656).	57600 (CINQUENTA E SETE MIL, SEISCENTOS REAIS)

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

NÚCLEO EM RIBEIRÃO PRETO

DECISÃO DE 9 DE MAIO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS Ribeirão Preto/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 48, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.052444/2010-11	UNIMED DO ESTADO DE SP - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOP. MÉDICAS	319996.	43.643.139/0001-66	Deix. de cumprir a obrig. de cob. de atend. aos casos de urg. e emerg., conforme dispõe o art. 35 e incs. da Lei 9656/98. (Art.35-C da Lei 9.656).	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
25789.040251/2009-84	FUNDAÇÃO WALDEMAR BARNSLEY PESSOA	319147.	56.893.209/0001-86	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656).	70.416,00 (SETENTA MIL, QUATROCENTOS E DEZESSEIS REAIS)

DECISÃO DE 14 DE MAIO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS Ribeirão Preto/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 48, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.037743/2010-26	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deix. de gar. cob. ao proced. rinosseptoplastia solicitado em 11/09/09 para a benef. (...), proced. este solicitado em razão de acidente pessoal. (Art. 35-C da Lei nº 9.656/98).	110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS)
25789.068038/2010-71	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	Anulação do AI 46468 e arquivamento do processo após a publicação da decisão.

LUIZ PAULO FAGGIONI

DECISÃO DE 15 DE MAIO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS Ribeirão Preto/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 48, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.065736/2009-81	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Exigir ou aplicar reajs. ao consumidor, acima do contratado ou do percentual autorizado pela ANS. (Art.15 da Lei 9.656).	90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS)

LUIZ PAULO FAGGIONI

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 11 DE MAIO DE 2012

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.181288/2009-46	SERMED SERVIÇOS HOSPITALARES S/C LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	365939.	62.048.558/0001-02	Deixar de gar. a cons. amb. nas esp. Card., Urolo. e Proct. ao benef. F.G. Art.12, inc. I, alin.a, Lei 9.656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25789.039933/2011-69	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	1)Exig. val. de mensal. com cond. evol. p/ mud. de fai. et RN 63/03. 2)Deix. d enc. comun. var. contr. pec. na mensal. dos benef. RN171/08. 3)Apl. % reaj. dif. entre os benef. vinc. ao mes. pla. RN195/09. 4)Desacordo c/ as faixas et. e os % contr. prev. na cláus. contr. 15.10.7. Art.15, Lei 9656/98.	80.140,00 (OITENTA MIL, CENTO E QUARENTA REAIS)
25780.003215/2011-34	SAUDE ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTDA.	300926.	60.538.436/0001-60	Deixar de garantir cob. obrig. a benef. Z.G.V. Art.12, inc.I, alín.a.e.b, Lei 9656/98 - RN 124/2006.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25789.099802/2011-31	SBC SAÚDE LTDA.	412058.	03.977.587/0001-81	Deix. d enc. comun. var. contr. pec. na mensal. dos benef. fir. p/ ASS.DE.ASS.M.A.S SBC - CNPJ. Artigo 20 da Lei nº 9.656/98. RN171/08.	Advertência
25789.097309/2011-86	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Exig. val. de mensal. com cond. evol. p/ mud. de fai. et. Art.4º, inc. XXIV, XXXV e XXXVII Lei 9.961/00 c/c artigo 4º da RN 112/05.	35.105,00 (TRINTA E CINCO MIL, CENTO E CINCO REAIS)
25789.041766/2011-16	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	1)Deix. d enc. comun. var. contr. pec. na mensal. dos benef. RN171/08. 2)Enc. inf. sobr. var. na contr. pec. apl. na mensal. dos benef. RN171/08. 3)Apl. % reaj. dif. entre os benef. vinc. ao mes. pla. RN 195/09. 4)Exig. val. de mensal. com cond. evol. p/ mud. de fai. et. RN124/08.	1) e 2) Advertência3) e 4) multa 80.105,00 (oitenta mil, cento e cinco reais)
25789.029611/2010-21	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deixar de gar. cob. de desp. de aliment. do acomp. do benef. menor de 18 anos, recém-nascido C.E.T.S.S., de int. em UTI H.S.J.. Art.12, inc.II, alín.f, Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.039935/2011-58	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	1)Proc. a alt. contr. p/ mud. d faixa et. disc. do q det. a regul. legal esp.RN63/03.2)Enc. inf. sobr. var. na contr. pec. apl. na mensal. dos benef. RN171/08. 3)Deix. d enc. comun. var. contr. pec. na mensal. dos benef. RN171/08. 4)Apl. % reaj. dif. entre os benef. vinc. ao mes. pla. RN 195/09. 5)Exig. val. d mensal. com cond. evol. p/ mud. d fai. et. RN124/06.	2) e 3) Advertência1) 4) 5) Multa 80.210,00 (oitenta mil, duzentos e dez reais)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25789.068788/2011-23	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	1)Deix. d enc. comun. var. contr. pec. na mensal. dos benef. RN171/08. 2)Enc. inf. sobr. var. na contr. pec. apl. na mensal. dos benef. RN171/08. 3)Apl. % reaj. dif. entre os benef. vinc. ao mes. pla. RN195/09. 4)Exig. val. de mensal. c/ cond. evol. p/ mud. de fai. et. Art.25, Lei 9656/98.	1) e 2) Advertência3) e 4) Multa 80.105,00 (OITENTA MIL, CENTO E CINCO REAIS)
25789.068351/2011-90	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Aplicar. vari. da contrap. pec. val. de mensal. do benef. NBO, com cond. evol. p/ mud. de fai. et. RN124/06.	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
25789.034475/2011-71	UNIMED CAMPINAS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	335690.	46.124.624/0001-11	Aut. cob. assist. p/ o proc. "Hérnia d Disco - Trat. Cirúrg.", ao benef. RCS, após antecip. d tut. def. em 3/11/10, deix. d gar. cob. obrig. e o cumpr. útil da obrig. Art.12, inc.II, alín.a., Lei 9656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.054641/2011-56	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	1)Ñ encam. comun. dos reajs., na mensal. dos benef. do contr. colet. RN 171/08. 2)Apl. % reaj. dif. entre os benef. vinc. ao mes. pla. RN 195/09. 3)Exig. val. de mensal. com cond. evol. p/ mud. de fai. et. RN124/08.	1) Advertência2) e 3) multa 125.350,00 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e cinqüenta reais)
25789.008847/2011-12	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA S/C LTDA	394734.	67.839.969/0001-21	Deixar de gar. à benef. S.M.S.de.S.. Proced. de Catet. em período ant. a sua realiz. pelo S.U.S. Art.2, inc.II, alín.a, Lei 9.656/98.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.098049/2011-66	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deix. d enc. comun. var. contr. pec. na mensal. dos benef. RN171/08.	Advertência
25789.098012/2011-38	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	301337.	43.202.472/0001-30	Deixar de enc. comunic. da var. na contr. pec. ocorridas em 07/10 e 07/11 nas mensal. dos benef. do contr. colet. firm. p/ E.B.E.C.EXP.LTDA. Art.20, Lei9.656/98.	Advertência
25789.094423/2011-54	SAÚDE MEDICOL S/A.	309231.	02.926.892/0001-81	Deix. d enc. comun. var. contr. pec. na mensal. dos benef. RN171/08.	Advertência
25789.039939/2011-36	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	1)Exig. val. de mensal. com cond. evol. p/ mud. de fai. et. RN124/06. 2)Deix. d enc. comun. var. contr. pec. na mensal. dos benef. RN171/08. 3)Apl. % reaj. dif. entre os benef. vinc. ao mes. pla. RN195/09. 4)Desacordo c/ as faixas et. e os % contr. prev. na cláus. contr. 15.10.7 - RN124/06.	1) 3) 4) Multa 80.140,00 (OITENTA MIL, CENTO E QUARENTA REAIS) 2) Advertência.
25789.057483/2011-96	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL.	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. cob. obrig. p/ o proced. Recon. da Mama com Prótese e/ou Expansor em Casos de Lesões Trau. e Tum. à benef. S.F.V.G.. RN48/2003 alt. p/ RN226/10.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
25789.040962/2011-73	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	379697.	02.929.110/0001-68	Deixar de gar. obrig. prev. na cláus. 5, do cont. ñ regul. firm. c/ o benef. M.J.S., e ñ disp. após notif. através da NIP em 02/05/11, a real. dos proc. Prost. e Cist.. Art.25, Lei 9.656/98	12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
25789.057527/2011-88	SANTA MARINA SAÚDE S/C LTDA	413798.	04.324.878/0001-33	Deixar de gar. cob. obrig. p/ cons. nas esp. Ort., End. e Gine. à benef. S.M.S.. Art.12, inc.I alín.a, Lei 9.656/98.	16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº 2.014 de 08/05/2012, publicada no DOU n° 92 de 14/05/2012, Seção 1, pág. 197 e em suplemento pág. 1,
Onde se lê:
NÚMERO DO PEDIDO PI9911685-1
DEPOSITANTE NOVARTIS AG
PROCURADOR DANNEMANN, SIENSEM, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
Leia-se
NÚMERO DO PEDIDO PI9811685-1
DEPOSITANTE NOVARTIS AG
PROCURADOR DANNEMANN, SIENSEM, BIGLER & IPANEMA MOREIRA

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 433, DE 15 DE MAIO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
Considerando a necessidade de ampliar o acesso nos serviços de Atenção à Saúde na Média e Alta Complexidade; e
Considerando a necessidade de parametrização das habilitações relativas aos atendimentos de Média e Alta Complexidade, resolve:
Art. 1º Suspender os parâmetros populacionais para habilitação, em Média ou Alta Complexidade, das áreas de Cardiologia (Portaria SAS/MS 210 de 15/06/2004), Oftalmologia (Portaria SAS/MS 288 de 19/05/2008), Nefrologia (Portaria SAS/MS 432 de 06/06/2006) e Neurocirurgia (Portaria SAS/MS 756 de 27/12/2005).
Art. 2º Determinar que para habilitação em Média ou Alta Complexidade nas áreas citadas no Art. 1º serão mantidos os critérios técnicos definidos nas portarias das respectivas áreas, bem como avaliação técnica da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade e o contexto das Redes de Atenção à Saúde.
Parágrafo único. Nas regiões de saúde que já possuem estabelecimentos habilitados nas áreas citadas no Art. 1º, serão utilizados como critérios para habilitação de novos serviços a avaliação da capacidade instalada e a série histórica de produção desses estabelecimentos no SIA-SUS/SIH-SUS.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PORTARIA Nº 12, DE 15 DE MAIO DE 2012

A SECRETÁRIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o arts. 37 e 50 do Anexo ao Decreto nº 7.530, de 21 de julho de 2011,
Considerando a Portaria GM/MS nº. 2.728, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, no Sistema Único de Saúde;
Considerando a Portaria GM/MS nº 2.978, de 15 de dezembro de 2011 que amplia para 210 (duzentos e dez) a quantidade de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) passíveis de implantação no território nacional;
Considerando o disposto na Portaria GM/MS nº. 598, de 23 de março de 2006, que define que os processos administrativos relativos à gestão do SUS sejam definidos e pactuados no âmbito das Comissões Intergestores Bipartite;
Considerando a Portaria GM/MS nº. 204, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;
Considerando o disposto na Portaria GM/MS nº. 1.956, de 14 de agosto de 2007, que determina que a gestão e a coordenação das ações relativas à Saúde do Trabalhador, no âmbito do Ministério da Saúde, sejam exercidas pela Secretaria de Vigilância em Saúde, resolve:
Art. 1º: Habilitar o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Rio Verde, no município de Rio Verde, Estado de Goiás, na forma do Anexo a esta Portaria, para realizar os procedimentos previstos na Portaria GM/MS nº. 2.728, de 11 de novembro de 2009.
Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2012

JARBAS BARBBOSA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

Nº	UF	Gestão	Município	Tipo	Repasse Mensal (R$1,00)	Repasse Anual (R$1,00)	Incentivo (Parcela Única) (R$1,00)	Total
203	GO	Municipal	Rio Verde	R	30.000,00	360.000,00	50.000,00	410.000,00
Total						**360.000,00**	**50.000,00**	**410.000,00**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 491, de 1º de junho de 2011, publicada no DOU de 2 de junho de 2011, Seção 1, página 147, onde se lê: "com sede na Rua dos Guajajáras, 1707, Barro Preto, Belo Horizonte - MG" Leia-se: "com sede na Rua dos Timbiras, 1754, 8º andar, sala 2, Lourdes, Belo Horizonte - MG".

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 249, DE 30 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º , inciso II, do Decreto n° 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativo nº 53000.020968/2003, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º , da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 01 de novembro de 2003, a concessão outorgada, à RÁDIO TABAJARA DE LONDRINA LTDA., pela Portaria MJNI nº 242-B, de 10 de maio de 1962, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 1962, e renovada pelo Decreto nº 88.870, de 17 de outubro de 1983, publicado no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 253, DE 15 DE MAIO DE 2012

Institui, no âmbito do Ministério das Comunicações, o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC/MC, de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto no inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério das Comunicações, o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC/MC, órgão diretamente subordinado ao Gabinete do Ministro.

Parágrafo único. O SIC será supervisionado pela Ouvidora desta Pasta.

Art. 2º Ao SIC/MC, que é a unidade responsável por realizar a gestão e processamento dos pedidos de informação, compete:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - receber e registrar requerimentos de acesso à informação, de desclassificação e reavaliação de classificação, reclamações e recursos em sistema eletrônico específico;

III - sempre que estiver disponível, fornecer imediatamente a informação requerida;

IV - encaminhar os requerimentos, reclamações e recursos ao órgão ou autoridade competente;

V - informar sobre a tramitação de documentos e sobre o prazo para atendimento dos requerimentos; e

VI - submeter, trimestralmente, a partir da publicação desta Portaria, à autoridade de monitoramento de que trata a Portaria nº 102, de 28 de fevereiro de 2012, relatório sobre os pedidos de acesso a informações.

Parágrafo único. O relatório de que trata o inciso VI deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - estatísticas sobre os pedidos recebidos, deferidos e indeferidos, e prazos de atendimento discriminados por unidade;

II - indicação de casos de descumprimento da Lei nº 12.527, de 2011, especialmente omissões e atrasos reiterados na resposta aos pedidos de acesso a informações pelo Ministério das Comunicações;

III - justificativas para eventuais atrasos ou omissões praticados pelas respectivas unidades no atendimento dos pedidos; e

IV - pedidos frequentemente formulados, a fim de que sejam publicados, juntamente com as respectivas respostas.

Art. 3º O pedido de acesso à informação pode ser apresentado:

I - no próprio SIC/MC;

II - nos protocolos das Delegacias Regionais;

III - pela internet, através do endereço eletrônico http://www.acessoainformacao.gov.br; ou

IV - por correspondência dirigida ao SIC/MC.

§ 1º O SIC/MC atenderá ao público de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 18h, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco "R", Sala "T-25", Térreo - Edifício Sede - CEP 70044-900 - Brasília-DF.

§ 2º O pedido de acesso à informação apresentado na forma do inciso IV do caput deverá ser dirigido ao endereço de que trata o § 1º.

§ 3º Considera-se protocolado o pedido de acesso à informação encaminhado na forma dos incisos II, III e IV do caput na data do efetivo recebimento pelo SIC/MC, contando-se o prazo para resposta a partir do primeiro dia útil subsequente.

§ 4º O cidadão que apresentar pedido de acesso à informação na forma dos incisos II, III e IV do caput será informado do início do prazo para resposta por mensagem eletrônica ou por correspondência.

Art. 4º Se a informação não estiver disponível na página do Ministério das Comunicações, o SIC/MC deverá encaminhar o pedido de informação à área competente para elaboração da resposta.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 6 de dezembro de 2011

Nº 10.352 - Processo nº 53516.000786/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. - GVT, CNPJ/MF nº 03.420926/0001-24, Autorizatária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na Região II do Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 2 de abril de 1998, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Públicos, por intermédio de Despacho nº 46/2007/PBOA, de 15 de fevereiro de 2007, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objetivo a verificação do descumprimento ao disposto nos arts. 12, incisos IV, V e XIV; 17, caput e parágrafo único; 48, § 6º ; 65, caput e parágrafo único; 67, § 4º ; 68; 69, § 2º ; 70, parágrafo único; 75; e 78, do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, aprovado pela Resolução nº 85, de 30 de dezembro de 1998, decidiu, em sua Reunião nº 623, realizada em 13 de outubro de 2011: a) não conhecer do Recurso em face do Despacho nº 46/2007/PBOA/SPB, de 15 de fevereiro de 2007, em virtude do não atendimento ao pressuposto processual da tempestividade; e, b) conhecer do Recurso em face do Despacho nº 809/2008/PBOA/SPB, de 14 de março de 2008, para, no mérito, tornar o exame prejudicado em virtude da anulação efetuada por meio do Despacho nº 5856/2009/PBOAC/PBOA/SPB, de 25 de agosto de 2009, pelas razões e fundamentos constantes da análise nº 611/2011-GCJV, de 20 de outubro de 2011.

Em 9 de dezembro de 2011

Nº 10.450 - Processo nº 53581.000497/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando os Recursos Administrativos com Pedidos de Efeito Suspensivo interpostos pela BRASIL TELECOM S/A - Filial Rondônia, CNPJ/MF nº 76.535.764/0323-47, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) no setor 27 do Plano Geral de Outorgas (PGO), em face dos Despachos nº 7003/2010/UNACO/UNAC/SUN, de 12 de agosto de 2010 e nº 046/2007/UNACO/UNAC/SUN, de 13 de março de 2007, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objetivo a averiguação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral das Metas de Universalização - PGMU, aprovado pelo Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998, decidiu, em sua 631ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2011, não conhecer dos Recursos interpostos e retificar o valor da multa mencionada nos itens 3 e 4 do Despacho nº 7003/2010/UNACO/UNAC/SUN, de 12 de agosto de 2010, para R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Em 21 de dezembro de 2011

Nº 10.890 - Processo nº 53508.008791/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado, na Região I, do Plano Geral de Outorgas, contra o Despacho nº 1.164/2007/PBCP/SPB, de 28 de setembro de 2007, proferido pela Superintendência de Serviços Públicos, decidiu, em sua Reunião nº 631, de 1º de dezembro 2011, não conhecer do Recurso ante a ausência de pressuposto processual para sua admissibilidade, qual seja, a tempestividade, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 667/2011-GCER, de 25 de novembro de 2011.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 2.700, DE 14 DE MAIO DE 2012

Autorizar CAVALCA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 79.201.539/0003-20 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Poxoréo/MT, no período de 17/05/2012 a 30/06/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 2.701, DE 14 DE MAIO DE 2012

Autorizar ELETRO MECÂNICA BOETTGER COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 75.403.501/0001-18 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Ribeirão Preto/SP, no período de 18/05/2012 a 20/05/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 2.724, DE 15 DE MAIO DE 2012

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 15/05/2012 a 16/05/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 2.684, DE 11 DE MAIO DE 2012

Processo nº 53770.000312/1993 - Declara extinta, por cassação, a partir de 05/05/2011, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. (atual denominação social de SHELL BRASIL S/A), CNPJ 33.453.598/0001-23, por meio do Ato nº 16.529, de 03/05/2001, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U de 04/05/2001, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofreqüência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º , do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofreqüências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 2.685, DE 11 DE MAIO DE 2012

Processo nº 53520.000044/2000 - Declara extinta, por cassação, a partir de 26/05/2010, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida ao HOSPITAL SANTA CATARINA, CNPJ 01.880.344/0001-03, por meio do Ato nº 8.751, de 22/05/2000, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 25/05/2000, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da radiofrequência associada, com fulcro do art. 18, §5º , do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 2.707, DE 15 DE MAIO DE 2012

Processo nº 53504.001921/1999 - Declara extinta, por cassação, a partir de 09/03/2010, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA. - CNPJ 60.831.658/0021-10, por meio do Ato nº 6.668, de 01/03/2000, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U de 08/03/2000, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º , do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 2.708, DE 15 DE MAIO DE 2012

53500.004988/2001 - Declara extinta, por cassação, a partir de 28/09/2011, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a MACHADINHO ENERGETICA S/A, CNPJ 03.076.274/0001-52, por meio do Ato nº 18.975, de 24/09/2001, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 27/09/2001, posteriormente transferida a TRACTEBEL ENERGIA S.A., CNPJ 02.474.103/0004-61, por meio do Ato nº 43.604, de 02/04/2004, D.O.U. de 07/04/2004, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º , do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 2.709, DE 15 DE MAIO DE 2012

53516.000352/2000 - Declara extinta, por cassação, a partir de 19/05/2010, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a TRACTEBEL ENERGIA S.A. (atual denominação da CENTRAIS GERADORAS DO SUL DO BRASIL S.A. GERASUL), CNPJ 02.474.103/0001-19, por meio do Ato nº 8.604, de 15/05/2000, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18/05/2000, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º , do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 2.710, DE 15 DE MAIO DE 2012

53500.004994/2001 - Declara extinta, por cassação, a partir de 28/09/2011, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a TRACTEBEL ENERGIA S.A. (atual denominação da CENTRAIS GERADORAS DO SUL DO BRASIL S.A. GERASUL), CNPJ 02.474.103/0006-23, por meio do Ato nº 18.977, de 24/09/2001, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 27/09/2001, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º , do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 2.711, DE 15 DE MAIO DE 2012

Processo nº 53500.004850/2001 - Declara extinta, por cassação, a partir de 08/12/2011, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a QUIMICA AMPARO LTDA - CNPJ 43.461.789/0001-90, por meio do Ato nº 20.981, de 23/11/2001, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U de 07/12/2001, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º , do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 2.712, DE 15 DE MAIO DE 2012

Processo nº 53830.011172/1993 - Declara extinta, por cassação, a partir de 19/05/2004, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a EATON LTDA, CNPJ 54.625.819/0028-93, por meio do Ato nº 23.398, de 28/02/2002, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 07/03/2002, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da radiofrequência associada, com fulcro do art. 18, §5º , do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 2.713, DE 15 DE MAIO DE 2012

Processo nº 53504.001228/2000 - Declara extinta, por cassação, a partir de 07/07/2010, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a OPERADORA SÃO PAULO RENAISSANCE LTDA - CNPJ 01.097.044/0001-44, por meio do Ato nº 9.951, de 03/07/2000, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U de 06/07/2000, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º , do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 2.714, DE 15 DE MAIO DE 2012

Processo nº 29100.044815/1977 - Declara extinta, por cassação, a partir de 26/10/2010, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiochamada - SLPR, expedida a NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A., CNPJ 56.994.502/0001-30, por meio do Ato nº 12.389, de 23/10/2000, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U de 25/10/2000, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s), com fulcro do art. 18, §5º , do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001, do art. 139, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 2.683, DE 11 DE MAIO DE 2012

Autoriza a ASSOCIAÇÃO BARCO ESCOLA DA NATUREZA, a fazer uso temporário de Recursos de Numeração da série 0500 para recebimento de chamadas telefônicas e respectivo registro da intenção de doação.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

RETIFICAÇÕES

No Ato nº 2556 da Superintendência de Serviços Públicos, publicado no Diário Oficial da União, de 15 de maio de 2012, Seção 1, Página 32, retifica-se conforme abaixo:

I - Onde se lê:

"ATO Nº 2556, DE MAIO DE 2012"

leia-se:

"ATO Nº 2556, DE 4 DE MAIO DE 2012"

No Ato nº 2557, de 4 de maio de 2012, da Superintendência de Serviços Públicos, publicado no Diário Oficial da União, de 15 de maio de 2012, Seção 1, Página 32, retifica-se conforme abaixo:

I - Onde se lê:

"Processo nº 53500.008031/2012 - Homologa o Plano Alternativo de Serviço nº 245 - Modalidade LDN da Concessionária Telefônica Brasil."

leia-se:

"Processo nº 53500.008031/2012 - Homologa o Plano Alternativo de Serviço nº 257 - Modalidade LDN da Concessionária Telefônica Brasil."

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 410, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.005302/2011-00, resolve:

Art. 1º Consignar à empresa AMAZÔNIA CABO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Humaitá, Estado de Amazonas, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 413, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.005314/2011-26, resolve:

Art. 1º Consignar à empresa AMAZÔNIA CABO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado de Amazonas, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 414, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.005300/2011-11, resolve:

Art. 1º Consignar à empresa AMAZÔNIA CABO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Codajás, Estado de Amazonas, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 417, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.020839/2011-91, resolve:

Art. 1º Consignar à empresa TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 420, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.005298/2011-71, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Consignar à AMAZÔNIA CABO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Carauari, Estado do Amazonas, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 423, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.020836/2011-58, resolve:

Art. 1º Consignar à TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Blumenau (Bairro Garcia), Estado de Santa Catarina, o canal 34 (trinta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 590 a 596 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 424, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.020844/2011-02, resolve:

Art. 1º Consignar à TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Blumenau (Morro do Cachorro), Estado do Santa Catarina, o canal 35 (trinta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 596 a 602 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 428, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.020833/2011-14, resolve:

Art. 1º Consignar à TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

PORTARIA Nº 437, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.020926/2011-49, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TV UMBÚ LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Frederico Westphalen, Estado de Rio Grande do Sul, o canal 34 (trinta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 590 a 596 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 438, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.013338/2009-34, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO TUIUTI S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Pelotas, Estado de Rio Grande do Sul, o canal 34 (trinta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 590 a 596 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 449, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.021310/2011-95, resolve:

Art. 1º Consignar à CIA CATARINENSE DE RÁDIO E TELEVISÃO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, o canal 42 (quarenta e dois), correspondente à faixa de frequência de 638 a 644 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 450, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.021323/2011-64, resolve:

Art. 1º Consignar à CIA CATARINENSE DE RÁDIO E TELEVISÃO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, o canal 33 (trinta e três), correspondente à faixa de frequência de 584 a 590 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 453, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.006093/2011-11, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Tabatinga, Estado do Amazonas, o canal 15 (quinze), correspondente à faixa de frequência de 476 a 482 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 465, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.007785/2011-79, resolve:

Art. 1º Consignar à AMAZÔNIA CABO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Vilhena, Estado de Rondônia, o canal 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 466, DE 13 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.007787/2011-68, resolve:

Art. 1º Consignar à AMAZÔNIA CABO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 504, DE 23 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.021223/2011-38, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, o canal 49 (quarenta e nove), correspondente à faixa de frequência de 680 a 686 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 511, DE 23 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.059532/2011-81, resolve:

Art. 1º Consignar à SAT SISTEMA A TRIBUNA DE COMUNICAÇÃO SANTOS LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Registro, Estado de São Paulo, o canal 19 (dezenove), correspondente à faixa de frequência de 500 a 506 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 516, DE 23 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.021213/2011-01, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Maringá, Estado do Paraná, o canal 51 (cinqüenta e um), correspondente à faixa de frequência de 692 a 698 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 517, DE 23 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.021200/2011-23, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Nova Andradina, Estado do Mato Grosso do Sul, o canal 41 (quarenta e um), correspondente à faixa de frequência de 632 a 638 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 518, DE 23 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.021207/2011-45, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Ponta Porã, Estado do Mato Grosso do Sul, o canal 41 (quarenta e um), correspondente à faixa de frequência de 632 a 638 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 519, DE 23 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.021175/2011-88, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Londrina, Estado do Paraná, o canal 51 (cinquenta e um), correspondente à faixa de frequência de 692 a 698 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 525, DE 23 DE ABRIL DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.064229/2010-19, resolve:

Art. 1º Consignar à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Prata, Estado de Minas Gerais, o canal 14 (catorze), correspondente à faixa de frequência de 470 a 476 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 583, DE 2 DE MAIO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 187, inciso XLII, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, alterado pelas Portarias nº s 591, de 18 de setembro de 2006; 711, de 12 de novembro de 2008; 401, de 4 de maio de 2010; 11, de 26 de janeiro de 2011; 19, de 15 de fevereiro de 2011; 69, de 17 de março de 2011; e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no processo nº 53000.060785/2011-05, resolve:

Art. 1º Consignar à TV RECORD DE FRANCA S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Araraquara, Estado de São Paulo, o canal 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 megahertz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 680, DE 14 DE MAIO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.037340/2009, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório da RÁDIO CAPELISTA LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Pinhais, Estado de Paraná, utilizando o canal 285 (duzentos e oitenta e cinco), classe B1.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 681, DE 14 DE MAIO DE 2012

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.037342/2009, resolve:

Autorizar a RÁDIO CAPELISTA LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no município de Pinhais, Estado de Paraná, canal 285 (duzentos e oitenta e cinco), classe B1, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município, e aprovar seus locais de instalação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 18, de 2 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 23 subseqüente, Seção 1, página 22, onde se lê "executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada", "lê-se: "executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média."

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

RETIFICAÇÃO

Art. 1º Na Portaria DEOC nº 110, de 11 de abril de 2012, publicada no D.O.U. de 27 de abril de 2012, Seção 1, pág. 45, referente a TELEVISÃO ICARAÍ LTDA, onde se lê: no município de Paranavaí, Estado de Santa Catarina, Leia-se: no município de Paranavaí, Estado do Paraná.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Relações Exteriores

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

PORTARIA Nº 106, DE 15 DE MAIO DE 2012

A COORDENADORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, no exercício das atribuições determinadas pela Portaria nº 145, de 28 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 2 de janeiro de 2007, com base na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, combinada com o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar público, na forma do Anexo I, o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional relativo ao período de 07 de maio de 2011 a 06 de maio de 2012 no âmbito da Fundação Alexandre de Gusmão, de acordo com as metas estabelecidas na Portaria nº 40, de 02 de maio de 2011, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral do Poder Executivo - GDPGPE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIA MARTINS ALVES

ANEXO I

Indicador	Unidade	Produto Especificação	Percentual
Realização de debates: Cursos, Seminários, Conferências e Palestras.	22	Debates Realizados	100%
Edição de publicações	28	Obras Editadas	100%

Fonte: Informações com base no Plano de Trabalho do 3º Ciclo da Avaliação de Desempenho.

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 24 de abril de 2012 (*)

Nº 1.352 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001433/2004-10, resolve conhecer e dar parcial provimento ao pedido apresentado pela Pedra Furada Energia S.A., para afastar a aplicação dos incisos III e IV do art. 3º da Resolução Normativa nº 165, de 2005, até 21 de abril de 2012, devendo até essa data ser considerado, para fins de repasse tarifário, o menor valor entre o do contrato de substituição de lastro e o do CCEAR, desde que o contrato celebrado para substituição do lastro atenda às exigências das normas que tratam do registro, homologação e aprovação de contrato de compra de energia.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

(*) Republicado por ter saído, no DOU nº 93, de 15-5-2012, Seção 1, pág 33, com incorreção no original.

DIRETORIA

DESPACHO DO DIRETOR
Em 15 de maio de 2012

Nº 1.640 - O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 43, §º 3º, da Norma de Organização ANEEL - 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e o que consta do Processo nº 48500.004022/2007-19, resolve: declarar extinto, por perda de objeto, o processo de consulta sobre a desnecessidade de anuência prévia da ANEEL para a diluição da concentração de ações da Equatorial Energia S.A, controladora direta da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, considerando que o assunto objeto de esclarecimento foi disciplinado pela Resolução Normativa nº 484, de 17 de abril de 2012, estabelecendo-se que se trata de caso de controle a posteriori.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO
Em 15 de maio de 2012

Nº 1.646 - O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 1.877, de 9 de agosto de 2011, considerando o que consta do Processo nº 48500.002978/2008-67 e com base no Parecer nº 0627/2011/PGE-ANEEL/PGF/AGU, tendo em conta que a ANEEL atua dentro de seu poder-dever, exercendo atividade tipicamente administrativa e de interesse público ao exigir a execução da garantia oferecida, e que não há amparo no edital para a sua flexibilização, resolve negar provimento ao pedido de acordo apresentado pela Adecoagro Vale do Ivinhema Ltda., o qual requer a redução ou parcelamento do valor correspondente à execução de garantia referente à apólice de seguro aportada para fins de participação na Chamada Pública nº 001/2008.

MÁRZIO RICARDO GONÇALVES DE MOURA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de maio de 2012

Nº 1.637 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN nº 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.002126/2012-56, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL Fazenda Nova do Nordeste e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 21.000 kW de potência instalada, visando à produção independente de energia, localizada no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.995.858/0001-45, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo, sendo de sua responsabilidade eventuais ajustes e/ou compensações decorrentes da possível interferência (de que trata o item 2.6 do ANEXO I da REN 391/2009) em outros empreendimentos já outorgados, ou que tenham registros para fins de habilitação técnica e cadastramento junto à EPE durante o curso do Leilão de Energia em que estejam participando.

Nº 1.638 - Processo nº 48500.005195/1998-57. Interessado: Capuava Energy Ltda. Decisão: Enquadrar a UTE Capuava, autorizada por meio da Resolução nº 322/1999, c/c o Despacho nº 119/2003, na modalidade de cogeração qualificada, nos termos da Resolução Normativa nº 235/2006.

Nº 1.639 - Processo nº 48100.000383/1996-58. Interessado: Braskem S.A. Decisão: Enquadrar a UTE Camaçari, autorizada por meio da Portaria nº 321/1996, c/c a Resolução Autorizativa nº 2.877/2011, na modalidade de cogeração qualificada, nos termos da Resolução Normativa nº 235/2006.

A íntegra destes Despachos consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 1.647 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições regimentais, nos termos do Edital do Leilão nº 02/2008, e considerando e o que consta dos Processos nº 48500.007396/2007-96 e nº 48500.001428/2008-21, resolve: i) conhecer a Defesa Prévia apresentada pela empresa Cauipe Geradora de Energia S.A., e, no mérito, negar-lhe provimento; (ii) determinar que a Allianz Seguros S/A promova a execução da garantia, objeto da apólice de Seguro-Garantia nº 05177200800620745000028500000000.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de maio de 2012

Nº 1.644 - Processo: 48500.002293/2012-05. Interessada: Interligação Elétrica Garanhuns S.A. Decisão: I - Autorizar a empresa Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (Iegaranhuns), a realizar estudos geológicos e topográficos, necessários à elaboração do projeto básico. A íntegra deste Despacho está disponível no endereço SGAN, Quadra 603, Módulo I, Brasília/DF, bem como no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de maio de 2012

Nº 1.648 - Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação comercial a partir de 16 de maio de 2012 Processo nº 48500.002278/2001-43 Interessado: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Usina: UTE Luis Carlos Prestes Unidade Geradora: UG6 de 63.750 kW (TB-132002) Localização: Município de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de maio de 2012

Nº 1.641 - Documento nº 48513.013166/2012-00. Interessada: Usina Paulista Queluz de Energia S.A. Decisão: anuir com a doação do Imóvel Rural, de propriedade da Interessada, para a Prefeitura Municipal de Queluz, que será destinado à construção de unidades habitacionais, para compensações ambientais a favor do referido Município.

Nº 1.642- Processo nº 48500.004217/2011-45. Interessadas: Ge Olho d'Água S.A., GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A. e GE São Bento do Norte S.A. Decisão: considerar atendida pela Interessadas a exigência de envio dos documentos comprobatórios de implementação da transferência de controle societário objeto da Resolução Autorizativa nº 3.183, de 1º de novembro de 2011.

Nº 1.643 - Processo nº 48500.003848/2011-47. Interessada: ECE Participações S.A. Decisão: considerar atendida pela Interessada a exigência de envio dos documentos comprobatórios de implementação da transferência de controle societário objeto da Resolução Autorizativa nº 3.080, de 30 de agosto de 2011.

A íntegra destes Despachos encontra-se nos autos e está disponível no sítio www.aneel.gov.br/biblioteca.

EDUARDO JÚLIO DE FREITAS DONALD
Substituto

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 1.546, de 7/5/2012, publicado no DOU de 8/5/2012, seção 1, p. 44, v. 14, n. 88, onde se lê: ... aos Municípios listados no Documento nº 48513.013340/2012-00,..., leia-se: ... aos Municípios: Maria Helena, Carlópolis, Centenário do Sul, Cruzmaltina, Godoy Moreira, Grandes Rios, Jandaia do Sul, Nossa Senhora das Graças, Primeiro de Maio, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí e Tamarana...

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de maio de 2012

Nº 1.649. Processo: 48500.002440/2012-39. Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Canumã e seu afluente o Rio Acari, localizados na sub-bacia 15, bacia hidrográfica do Rio Amazonas, no Estado do Amazonas, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 20/4/2012 pela empresa Eletrossol - Centrais Elétricas Cassol Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 02.301.444/0001-92, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 18/3/2013.

Nº 1.650. Processo: 48500.002280/2012-28. Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Pitangui, afluente pela margem direita do Rio Tibagi, localizado na sub-bacia 64, bacia hidrográfica do Rio Paraná, no Estado do Paraná, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 9/4/2012 pela empresa Batavo Cooperativa Agroindustrial, inscrita no CNPJ sob o nº 76.107.770/0001-08, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 12/5/2014.

Nº 1.651. Processo: 48500.005298/2010-10. Decisão: i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Cristalino, localizado na sub-bacia 17, nos Estados do Pará e Mato Grosso, concedido à empresa Prospecto Participações e Negócios Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 11.150.024/0001-43, devido à manifestação de desistência por parte do interessado. ii) Revogar o Despacho nº 3.227, de 26 de outubro de 2010.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nª 1.652. Processo: 48500.001304/2011-41. Decisão: i) Transferir para a condição de inativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Preto, localizado na sub-bacia 58, no Estado de Minas Gerais, concedido à empresa Poente Empreendimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.479.979/0001-05, devido à manifestação de desistência por parte do interessado. ii) Revogar o Despacho nº 1.710, de 20 de abril de 2011.

Nª 1.653. Processo: 48500.007628/2009-78. Decisão: i) Revogar o Despacho nº 628, de 15 de março de 2010 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Cristalino, localizado na sub-bacia 17, nos Estados do Pará e de Mato Grosso, concedido à empresa HP Energética S.A., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 10, da Resolução ANEEL nº 393/98.

Nª 1.654. Processo: 48500.007172/2010-80. Decisão: i) Revogar o Despacho nº 872, de 25 de fevereiro de 2011 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Formoso, afluente do Rio Corrente, localizado na sub-bacia 60, no Estado de Goiás, concedido à empresa RC Administração e Participações S.A., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 10, da Resolução ANEEL nº 393/98.

Nª 1.655. Processo: 48500.004521/2010-10. Decisão: i) Revogar o Despacho nº 322, de 3 de fevereiro de 2011 e transferir para a condição de inativo o registro para a realização dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Lajeado dos Portões, localizado na sub-bacia 70, no Estado de Santa Catarina, concedido à empresa Mafrás Energia e Reflorestamento Ltda., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 10, da Resolução ANEEL nº 393/98.

Nª 1.656. Processos nºs 48500.000217/2008-71 e 48500.003643/2009-47, resolve: i - Selecionar, para fins de análise e aprovação, pela aplicação dos critérios estabelecidos pela Resolução nº 398/2001, de 21 de setembro de 2001, os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Palma, afluente pela margem direita do Rio Paranã, no trecho a montante do remanso do reservatório da UHE Pau D'Arco até sua nascente, e seu afluente Rio Mosquito, localizado na sub-bacia 21, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, no Estado de Tocantins, apresentados pela empresa JA Incorporadora Ltda.

Nª 1.657. Processo nº 48500.000584/2012-51. Decisão: i) Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Duque de Caxias, com potência estimada de 6,07 MW, às coordenadas 28°49'42" de Latitude Sul e 51°29'39" de Longitude Oeste, situada no rio da Prata, sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 17/1/2012 pela empresa Minozzo Serviços e Comércio de Materiais para Comunicação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 87.870.838/0001-14, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. ii) Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL em 11/7/2013, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008, sendo proibido a antecipação dessa data caso haja outro interessado com registro ativo.

Nª 1.658. Processo nº 48500.004295/2011-40. Decisão: i) Revogar o Despacho nº 3.862, de 27 de setembro de 2011 que efetivou como ativo o registro para desenvolver o Projeto Básico da PCH Cachoeira Tapada, situada no rio Itanhém, no Estado da Bahia, tendo em vista a manifestação da empresa Renova PCH Ltda. da desistência em continuar elaborando o aludido projeto.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de maio de 2012

Nº 1.659 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 330, de 26 de agosto de 2008, e na Resolução Autorizativa nº 2.229, de 15 de dezembro de 2009, e de acordo com o que consta no processo nº 48500.007535/2008-62, resolve autorizar o pagamento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da 12ª parcela do montante relativo ao ressarcimento financeiro à Companhia Energética de São Paulo - CESP do custo correspondente à execução de reforço na UHE Ilha Solteira no valor de R$ 1.060.080,00 (um milhão, sessenta mil e oitenta reais).

Nº 1.660 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais e de acordo com o que consta no processo nº 48500.000270/2010-96, resolve: (i) aprovar a aplicação dos Custos Variáveis Unitários - CVUs das usinas a seguir relacionadas no processo de contabilização do mês de abril de 2012 na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para pagamento dos custos incorridos com a geração das usinas a serem ressarcidos via Encargo de Serviço de Sistema - ESS: UTE Termo Norte II, CVU de R$ 641,45/MW.h, e UTE Rio Acre, CVU de R$ 728,14/MW.h; (ii) revisar o Despacho nº 1.258, de 17 de abril de 2012, alterando e aprovando em caráter definitivo o CVU da UTE Termo Norte II, em R$ 630,55/MW.h.; e (iii) determinar à CCEE que proceda à recontabilização do mês de março de 2012, de forma a considerar o novo montante de ESS em virtude da alteração a que se refere o item (ii).

RUI GUILHERME ALTIERI SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

RETIFICAÇÃO

No DESPACHO DO SUPERINTENDENTE - Em 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 15/5/2012, Seção 1, pág. 34, 2ª Coluna, inclua-se, por ter sido omitido: Nº 1.630.

(p/Coejo)

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

AUTORIZAÇÃO Nº 225, DE 15 DE MAIO DE 2012

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004, com base na Portaria ANP nº 114, de 05 de julho de 2000, nas normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48610.004545/2012-85, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Fica a empresa Fugro Geosolutions (Brasil) Serviços de Levantamentos Ltda., com sede na Praça Floriano, nº 19, 15° Andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, autorizada a realizar reprocessamento de dados sísmicos 3D, PSTM e PSDM, com fins comerciais, da bacia de Campos (Projeto Campos 3D Fase 2 PSDM). O polígono do projeto é limitado pelas seguintes coordenadas geográficas:

Vertice	Latitude	Longitude
1	-22:46:07.025	-40:23:49.102
2	-22:52:37.736	-40:12:22.491
3	-22:54:55.253	-40:11:49.807
4	-23:01:05.199	-40:15:55.383
5	-23:20:07.671	-40:41:07.054
6	-23:20:41.647	-40:44:17.963
7	-23:13:12.355	-40:57:31.884
8	-22:52:49.846	-40:44:09.044
9	-22:59:26.314	-40:32:19.741

Datum: SAD 69

Art. 2º Em decorrência da Autorização definida no Art 1º fica a Fugro Geosolutions (Brasil) Serviços de Levantamentos Ltda compromissada a enviar a ANP:

I - Notificação de Início de Reprocessamento de Dados;

II - Relatório Mensal de Reprocessamento, até o dia 10 do mês subseqüente ao mês de referência;

III - Notificação de Final de Reprocessamento de Dados

IV - Notificação de Venda de Dados Não-Exclusivos, no prazo máximo de 10 dias contados a partir da data de conclusão da operação de venda;

V - Relatório Final de Reprocessamento e quaisquer outros documentos referentes aos dados reprocessados, no prazo máximo de até 30 dias contados da data da conclusão do reprocessamento ou interpretação.

Parágrafo Único: Os modelos dos documentos descritos em I, II ,III e IV estão disponibilizados no endereço http://www.anp.gov.br/petro/dados_nao_exclusivos_form.asp, da internet. Depois de preenchidos, os documentos deverão ser entregues impressos e assinados no protocolo da ANP e os respectivos arquivos encaminhados via correio eletrônico para dados_técnicos@anp.gov.br.

Art. 3º De acordo com os padrões técnicos da ANP, fica determinado que todos os documentos entregues pela Fugro Geosolutions (Brasil) Serviços de Levantamentos Ltda deverão ser identificados com o código «ETS-0015» e os dados resultantes do reprocessamento deverão estar nos seguintes formatos:

I - Dados Sísmicos e auxiliares, segundo as especificações contidas no padrão ANP1B:

a)Arquivo em formato SEGY com a versão final das velocidades médias quadráticas, "root mean square" (RMS), antes de aplicada a migração;

b)Versão final dos dados migrados, tal com destinada à interpretação correspondentes ao cubo 3D completo e com as opções "near e far traces".

II - Relatório Final de Reprocessamento e quaisquer outros documentos referentes aos dados não-exclusivos reprocessados, no prazo máximo de até 30 dias contados da data da conclusão das atividades de reprocessamento e/ou interpretação dos dados.

III - Todas as informações apresentadas em meio digital deverão ser compatíveis com o padrão "Microsoft".

IV - Em caso de inclusão de imagens, fornecê-las em meio digital formato « pdf ».

Art. 4º Fica a Fugro Geosolutions (Brasil) Serviços de Levantamentos Ltda obrigada a observar na internet, endereço www.anp.gov.br/petro/petroleo.asp, os formatos de formulários e os padrões vigentes em que os dados e informações deverão ser entregues à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, de acordo com o Artigo 8º da Portaria ANP nº 114, de 5 de julho de 2000, e nos termos dos Art. 2º e 3º desta autorização.

Art. 5º- Esta autorização limita-se, exclusivamente, à realização de reprocessamento de dados sísmicos 3D, PSTM, na área determinada no Art. 1º.

Art. 6º - A presente autorização é válida pelo período de 18 meses.

Art. 7º - A empresa fica obrigada a entregar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP uma cópia do produto gerado pelo referido reprocessamento, bem como todos os dados e informações por ele gerado da sua vigência ao término do estudo da autorização, no prazo determinado no art. 8º, inciso III da Portaria ANP nº 114, de 5 de julho de 2000.

Art. 8º A presente autorização entra em vigor a partir da data de sua publicação.

SERGIO HENRIQUE SOUSA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 226, DE 15 DE MAIO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE REFINO E PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 139, de 1º de julho de 2010, tendo em vista o que consta do Processo ANP n° 48610.000009/2011-20, nos termos do art. 53, da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 17, de 10 de junho de 2010, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada, no Polo de Processamento de Gás Natural de Caraguatatuba (Unidade de Tratamento de Gás Monteiro Lobato - UTGCA), da Petróleo Brasileiro S.A. -PETROBRAS S.A., CNPJ n° 33.000.167/0121-18, situada na Rodovia Caraguatatuba-São Sebastião, s/n°, km 5, Pontal de Santa Marina, Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, com capacidade de processamento de gás natural de 18.000.000 m³/d, a operação das seguintes unidades e suas respectivas capacidades:

Identificação	Capacidade
Unidade de Acerto de Ponto de Orvalho - UAPO I	7.500.000 m³/d
Unidade de Acerto de Ponto de Orvalho - UAPO II	7.500.000 m³/d
Unidade de Ajuste de Ponto de Orvalho (*Dew Point Plant*) - UAPO/DPP	3.000.000 m³/d
Unidade de Processamento de Condensado de Gás Natural - UPCGN	3.200 m³/d

Art. 2º Fica também autorizada a operação de sistemas auxiliares, interligações com terminais, portos, clientes e empresas distribuidoras, bem como da tancagem existente de petróleo, intermediários e derivados, descrita abaixo:

Identificação	Capacidade Nominal (m³)	Capacidade Operacional (m³)
Petróleo	0	0
Intermediários e Derivados	12.370	8.600
Total	12.370	8.600

Art. 3º Ficam revogadas as seguintes autorizações: Autorização ANP nº 483, de 28/12/2007, publicada no DOU em 31/12/2007 e Autorização ANP nº 276, de 28/05/2009, publicada no DOU em 29/05/2009.

Art. 4º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício das atividades de construção, modificação, ampliação de capacidade e operação de polos de processamento de gás natural, previstas e comprovadas para a presente Autorização.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

WALDYR MARTINS BARROSO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 15 de maio de 2012

Nº 655 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RS0114004	ABASTECEDORA ROLANTENSE LTDA.	14.998.679/0001-64	ROLANTE	RS	48610.005564/2012-29
PR/SC0114062	AUTO POSTO CALIFORNIA LTDA.	15.153.867/0001-54	TIMBO	SC	48610.005846/2012-26
PR/SP0113962	AUTO POSTO CENTRAL DE CATANDUVA LTDA.	15.323.059/0001-98	CATANDUVA	SP	48610.005492/2012-10
PR/PI0112362	AUTO POSTO D Z 7 LTDA.	14.623.585/0001-00	SAO RAIMUNDO NONATO	PI	48610.004370/2012-14
PR/SP0114042	CENTRO AUTOMOTIVO LAGO DE MICHIGAN LTDA	15.251.727/0001-19	SAO PAULO	SP	48610.005847/2012-71
PR/RS0113764	COMERCIAL BUFFON COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES LTDA.	93.489.243/0056-90	CANOAS	RS	48610.005586/2012-99
PR/PB0104765	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS CAJA LTDA	08.847.410/0003-46	GURINHEM	PB	48610.014687/2011-70
PR/RS0108684	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS ROTASUL LTDA	14.898.379/0001-03	VILA NOVA DO SUL	RS	48610.002275/2012-78
PR/SC0107364	DB3 COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	14.700.571/0001-43	ITUPORANGA	SC	48610.001073/2012-17
PR/CE0114082	FLAVIO SOUSA FARIAS ME	14.484.550/0001-38	TAMBORIL	CE	48610.005518/2012-20
PR/AL0111203	FREIRE COMBUSTÍVEIS LTDA.	15.007.757/0001-84	ARAPIRACA	AL	48610.003885/2012-99
PR/RS0113842	GAMA ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA	14.635.893/0001-56	ESTEIO	RS	48610.005543/2012-11
PR/MG0114003	PLANALTO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	09.263.899/0001-00	ARAGUARI	MG	48610.005578/2012-42
PR/PR0105702	POSTO AIRES TAVARES LTDA.	10.463.588/0001-73	RIO BRANCO DO SUL	PR	48610.014993/2011-14
PR/TO0104282	POSTO CENTRAL LTDA	13.207.867/0001-64	FORMOSO DO ARAGUAIA	TO	48610.014428/2011-49
PR/SP0114102	POSTO DE SERVIÇOS ELYON LTDA	15.227.024/0001-55	SAO PAULO	SP	48610.005851/2012-39
PR/BA0109662	POSTO KALILÂNDIA LTDA.	15.151.046/0023-94	LAURO DE FREITAS	BA	48610.003388/2012-91
PR/PI0114002	POSTO MAIS IDEAL LTDA.	10.755.885/0001-92	TERESINA	PI	48610.005542/2012-69
PR/MG0113824	POSTO TUNEL LAVRAS LTDA	15.362.541/0001-37	LAVRAS	MG	48610.005580/2012-11
PR/MT0109427	RONDON COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	14.762.357/0001-11	POCONE	MT	48610.002874/2012-91
PR/BA0112782	SANTA CLARA ABASTECIMENTO LTDA	01.771.887/0002-65	MUCURI	BA	48610.004696/2012-33

Nº 656 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/PR0112942	ALIANÇA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	09.131.055/0001-05	CURITIBA	PR	48610.004698/2012-22
PR/AL0113422	ASHP COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS LTDA.	14.959.471/0001-36	SAO JOSE DA TAPERA	AL	48610.005445/2012-76
PR/BA0113342	AUTO POSTO APACHE LTDA.	09.153.856/0001-71	POCOES	BA	48610.005496/2012-06
PR/SP0107285	AUTO POSTO D6 LTDA.	14.620.521/0001-56	GUARULHOS	SP	48610.001052/2012-93
PR/SP0113702	AUTO POSTO NOVO AGUIAR DE HAIA LTDA.	13.462.086/0001-16	SAO PAULO	SP	48610.005528/2012-65
PR/MT0109782	AUTO POSTO TREVISAN LTDA.	01.334.614/0001-72	CUIABA	MT	48610.003534/2012-88
PR/MG0110442	OLIVEIRA E NOGUEIRA DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. EPP	15.057.619/0001-00	MONTES CLAROS	MG	48610.003615/2012-88
PR/PI0106992	PINHEIRÃO COMBUSTÍVEIS LTDA.	07.850.106/0002-04	PARNAIBA	PI	48610.000697/2012-17
PR/SP0113322	POSTO DE SERVIÇO MALTA 04 LTDA	15.355.714/0001-90	SAO PAULO	SP	48610.005527/2012-11
PR/BA0106265	POSTO G.A LTDA	12.405.008/0001-17	LAPAO	BA	48610.016570/2011-21
PR/MG0113423	POSTO MARTINS MOREIRA CABRAL LTDA.	12.518.567/0001-33	ALTEROSA	MG	48610.005464/2012-01
PR/PR0113324	POSTO OCTANE LTDA.	15.010.139/0001-93	CURITIBA	PR	48610.005517/2012-85
PR/MG0113528	POSTO PADRE CARVALHO LTDA.	15.304.417/0001-15	PADRE CARVALHO	MG	48610.005435/2012-31
PR/RN0108562	POSTO PINHEIRO BORGES LTDA.	08.277.717/0010-88	PARNAMIRIM	RN	48610.001893/2012-09
PR/SC0113675	REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA	05.610.041/0006-28	JOACABA	SC	48610.005451/2012-23
PR/PE0113323	SOARES DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	15.288.355/0001-03	CARUARU	PE	48610.005448/2012-18

Nº 657 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, nas disposições contidas nas Portarias ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999 e Resolução ANP n.º 42, de 19 de agosto de 2011, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, torna sem efeito a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA / REGISTRO	CARTÓRIO N.º	MOTIVO	PROCESSO
Fortaleza	CE	RAÍZEN Combustíveis S.A. - TA06 33.453.598/0030-98	IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A. - TA03 33.337.122/0001-27	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 19/04/2012	48610.005341/2012-61
Araucária	PR	POTENCIAL Petróleo Ltda. - 0203 80.795.727/0002-22	PETROMOTOR Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3019 02.543.048/0002-52	Reg. 0029969	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 13/12/2011	48610.002906/2012-59
Araucária	PR	POTENCIAL Petróleo Ltda. - 0203 80.795.727/0002-22	FLÓRIDA Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0161 03.652.783/0004-29	Reg. 0029970	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 13/12/2011	48610.002175/2012-41
Paulínia	SP	RM Petróleo Ltda. - 3169 04.414.127/0001-08	FEDERAL Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3012 02.909.530/0001-82	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 26/02/2004	48610.002911/2012-61
Paulínia	SP	RM Petróleo Ltda. - 3169 04.414.127/0001-08	VALESUL Petróleo Ltda. - 1684 04.829.133/0001-26	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 24/06/2010	48610.002910/2012-27
Paulínia	SP	RM Petróleo Ltda. - 3169 04.414.127/0001-08	GASFORTE Combustíveis e Derivados Ltda. - 0195 34.399.899/0001-89	Reg. 1.669.925	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 27/02/2012	48610.003875/2012-53
Senador Canedo	GO	PETROSUL Distribuidora, Transportadora e Comércio de Combustíveis Ltda. - 0197 00.175.884/0010-06	EURO Petróleo do Brasil Ltda. - 3181 05.484.144/0004-27	Reg. 1.134.992	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 22/03/2012	48610.015556/2010-29
Senador Canedo	GO	PETROSUL Distribuidora, Transportadora e Comércio de Combustíveis Ltda. - 0197 00.175.884/0010-06	SIMARELLI Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. - 0325 00.942.246/0004-25	Reg. 10.496	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 28/02/2012	48610.005019/2012-32
Senador Canedo	GO	PETROSUL Distribuidora, Transportadora e Comércio de Combustíveis Ltda. - 0197 00.175.884/0010-06	PETROGOIÁS Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3197 05.470.445/0001-59	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 23/03/2012	48610.015568/2011-34
Guarulhos	SP	CARBOPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3161 04.201.170/0001-95	GOL Combustíveis Ltda. - 3309 06.983.874/0001-92	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 01/08/2011	48610.007679/2011-77
Guarulhos	SP	CARBOPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3161 04.201.170/0001-95	QUALITY Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3259 07.222.017/0001-32	Reg. 85292	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 16/08/2011	48610.016049/2009-79
Guarulhos	SP	CARBOPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3161 04.201.170/0001-95	GASFORTE Combustíveis e Derivados Ltda. - 0195 34.399.899/0001-89	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 01/06/2011	48610.006992/2010-15
Guarulhos	SP	CARBOPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3161 04.201.170/0001-95	FLÓRIDA Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0161 03.652.783/0001-86	Reg. 85289	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 16/08/2011	48610.000002/2006-21
Guarulhos	SP	CARBOPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3161 04.201.170/0001-95	PETROMAIS Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3195 05.594.763/0003-93	Reg. 85290	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 16/08/2011	48610.002416/2012-52
Guarulhos	SP	CARBOPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3161 04.201.170/0001-95	FERA Lubrificantes Ltda. - 3227 69.209.575/0003-87	Reg. 890705	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 23/02/2012	48610.015297/2011-17

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 15 de maio de 2012

Nº 654 - O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, em cumprimento ao art. 5º da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.005397/2012-16, considerando:

- as informações e o projeto apresentados pela empresa Petrobras Transportes S.A - TRANSPETRO à ANP, referentes à construção de um tanque para armazenamento de Diesel S-10 no Terminal de Niterói, localizado no Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul;

- a solicitação feita pela empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO à ANP, por intermédio da correspondência N° TRANS/DTO/CL/COM-3.145/12, de 02 de maio de 2012, para a obtenção de Autorização para a construção de um tanque para armazenamento de Diesel S-10 no Terminal de Niterói, localizado no Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, resolve:

1. Publicar o Sumário do memorial descritivo do projeto pretendido, integralmente baseado nas informações e no projeto apresentado pela empresa Petrobras Transportes S/A - TRANSPETRO à ANP, que faz parte do anexo do presente despacho;

2. Indicar a "Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural" da ANP, com endereçamento à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.090-004, ou através do endereço eletrônico scm@anp.gov.br, para o encaminhamento, até 30 dias a partir da publicação, dos comentários e sugestões já referidos no "caput" do presente despacho;

3. Informar que a documentação apresentada pela empresa Petrobras Transportes S/A -TRANSPETRO, continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia concedida pela ANP.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

ANEXO

1-SUMÁRIO DO PROJETO

Consta do Processo Administrativo n° 48610.005397/2012-16 da Petrobras Transportes S/A - TRANSPETRO a solicitação de Autorização para a construção de um tanque para armazenamento de Diesel S-10 no Terminal de Niterói, localizado no Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul acompanhada dos documentos necessários para o atendimento da Portaria ANP n° 170, de 26.11.1998.

2- DESCRIÇÃO DO SISTEMA

As novas instalações a serem implementadas consistem de um novo tanque de aproximadamente 5.000 m³ de capacidade nominal para operação do Diesel Baixo Teor de Enxofre (Diesel S-10) o tanque TQ-1107.

2.1 - DESCRIÇÃO DO TANQUE

O novo tanque terá diâmetro 22,913m, altura 14,734m e capacidade nominal de 6.075 m³ e capacidade máxima operacional de 5.000 m³, devendo ser construído de forma a atender às normas API-650 e Petrobras- N-270. O novo tanque terá teto fixo cônico suportado, com selo flutuante interno em alumínio, fundo com caimento para o centro, dois bocais (recebimento e expedição) e sistema agitador mecânico no costado, pintura externa e interna, sistema de medição automática de nível tipo Enraf, sensor fixo de nível alto-alto e 2 (duas) câmaras de espuma.

O sistema de medição automática de nível e temperatura permitirá o acompanhamento permanente do nível do tanque através do sistema supervisório e possuirá alarme de nível alto além de um sensor fixo para alarme de muito alto.

2.2 -BACIA DE CONTENÇÃO

Será construído um dique de concreto para separar o Tanque TQ-1107 (novo) dos tanques TQ-1105 e TQ-1106, que operam com óleo combustível. Desta forma, o novo tanque será construído na mesma bacia dos tanques TQ-401, TQ-402, TQ-403 e TQ-404. A área da bacia do TQ-1107 entre os diques intermediários será concretada. O tanque TQ-401 encontra-se fora de operação e o tanque TQ-404 será desmontado após a entrada em operação do novo tanque.

2.3 -SISTEMA DE DRENAGEM E EFLUENTES

Será construída uma caixa de concreto para a drenagem pluvial da bacia de contenção, que será interligada à rede de drenagem do Terminal. A drenagem oleosa será segregada e destinada a um "sump" de concreto com capacidade aproximada de 6 m³. O produto contido nesta caixa será retirado por meio de caminhão vácuo e transportado à REFAP.

2.4 -LINHAS DE INTERLIGAÇÃO

As linhas de interligação do novo tanque serão construídas em duas etapas. Na primeira etapa, o diesel S10 será recebido no TENIT por meio de barcaças provenientes do terminal de Rio Grande e será transportado à REFAP. Para isto será instalada uma linha no píer do TENIT que será, então, interligada à entrada do novo tanque. Para transferir o diesel S10 do novo tanque à REFAP será instalada uma linha interligando a saída do novo tanque até o ORNIT através de um sistema de bombeio no sentido TENIT / REFAP.

Na segunda etapa, o diesel S10 proveniente da REFAP será transportado ao TENIT por meio do Oleoduto ORNIT e de lá ao Terminal de Rio Grande por meio de barcaças. Para isso, a saída do oleoduto será interligada à entrada do novo tanque e sua saída será interligada ao píer através de um novo sistema de bombeio para o carregamento das barcaças. Além das interligações supramencionadas, serão instaladas outras linhas para a transferência interna e demais flexibilidades operacionais. Todas as linhas existentes serão reaproveitadas na medida do possível, procedendo-se novas instalações apenas quando necessário para atender a novos alinhamentos ou necessidades de processo.

2.5 - SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO

O terminal está atualmente equipado com duas bombas de combate a incêndio (B-1107 e 1113) e uma bomba jóquei B-1117, que captam água no Rio Gravataí. A rede de água de combate a incêndio está equipada com hidrantes, canhões fixos e canhões portáteis.

O sistema de combate a incêndio está sendo reestruturado para atendimento aos requisitos das normas mais recentes, abrangendo:

•Um tanque de armazenamento da água de combate a incêndio com capacidade de 1.500 m³;

•Uma nova CBCI com duas bombas de combate a incêndio e a bomba jockey para a pressurização da rede;

•Rede de água com topologia tipo anel ao redor dos diques com diâmetro de 6".

O projeto do sistema de combate a incêndio do TQ-1107 prevê o seu resfriamento por meio de canhões portáteis auto-oscilatórios à semelhança dos demais tanques do terminal. Além disso, o tanque será dotado de 2 (duas) câmaras de espuma.

3-MEIO AMBIENTE

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Luis Henrique Roessler, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, concedeu ao empreendimento, em 28/12/2011, a Licença de Instalação LI N° 1554/2011-DL, com validade até 31/03/2013.

4- NORMAS

Deverão ser obedecidas as normas brasileiras, normas regulamentadoras e normas Internacionais que ditam as exigências de engenharia para projetos e construção de tubulações e instalações operacionais, além das Normas Petrobrás que usualmente excedem as especificações Internacionais. As principais normas observadas são:

-NBR 17505;
-Normas de Projeto API-650 11ª ed. Add. 2;
-Norma Petrobras N-270 Rev. E;
-Norma Petrobras N-1203.

5-CRONOGRAMA

Item	Atividade	Previsão Início	Previsão Fim
1	Projeto	Julho /2011	Setembro /2011
2	Aquisição de Materiais	Setembro /2011	Julho /2012
3	Licenciamento e Autorizações	Novembro/2011	Junho/2012
4	Contratação dos serviços	Janeiro/2012	Julho /2012
5	Construção e montagem	Julho/2012	Agosto/2012

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 55/2012 - SEDE - DF

Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
816.933/1973-CBEMI CONSTRUTORA BRASILEIRA E MINERADORA LTDA- Portaria de lavra nº 175/2008- Cessionário:BRASIL MINERAÇÃO E TRANSPORTES S/A- CNPJ 14.877.413/0001-63

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 114/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
870.426/2011-JOSÉ ANTONIO GOMES DOS SANTOS-OF. N°188/2012
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
871.008/1988-RIO DO COBRE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°192/2012
871.482/2003-MINÉRIOS METALÚRGICOS DO NORDESTE S A-OF. N°180/2012
871.583/2010-HEMYLY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°189/2012
870.120/2011-HEMYLY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°189/2012
870.804/2011-HEMYLY MINERAÇÃO LTDA-OF. N°189/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
871.088/2002-INTERGRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA-OF. N°179/2012
872.031/2004-ZANOTTI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°178/2012
870.350/2009-FERTIMAR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°197/2012
870.351/2009-FERTIMAR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°193/2012
870.352/2009-FERTIMAR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°194/2012
870.353/2009-FERTIMAR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°195/2012
870.354/2009-FERTIMAR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°196/2012
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
873.035/2006-CSB - CERÂMICA SIMONASSI BAHIA LTDA.-OF. N°176/2012
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
870.902/2010-COOPERATIVA REGIONAL DE MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO-OF. N°118/2012

RELAÇÃO Nº 117/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
873.725/2007-AMBIENTAR MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°221.44.012/2012
874.085/2007-SERRA DO SONO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°221.44.024/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
871.526/1997-SCOPEL IND E COM DE MAT DE CONST LTDA-OF. N°221.44.014/2012
870.433/2005-CURAÇÁ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.009/2012
870.521/2005-CURAÇÁ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.009/2012
870.521/2005-CURAÇÁ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.009/2012
873.225/2005-MINERAÇÃO SABADINI IND E COM IMP E EXP LTDA-OF. N°221.44.003/2012
873.225/2005-MINERAÇÃO SABADINI IND E COM IMP E EXP LTDA-OF. N°221.44.003/2012
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
871.526/1997-SCOPEL IND E COM DE MAT DE CONST LTDA-OF. N°221.44.024/2012
871.199/2000-BR MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°221.44.036/2012
871.347/2002-CALBAHIA CALCARIO DA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°59/2012
870.433/2005-CURAÇÁ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.019/2012
870.521/2005-CURAÇÁ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°221.44.019/2012
873.225/2005-MINERAÇÃO SABADINI IND E COM IMP E EXP LTDA-OF. N°221.44.011/2012
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
001.589/1937-CORIOLANO DOS SANTOS FILHO - FIRMA INDIVIDUAL-OF. N°61/2012
003.409/1957-ÁGUA MINERAL DIAS D'ÁVILA S/A-OF. N°221.44.007/2012
006.053/1963-MINERAL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°221.44.010/2011
006.055/1963-MINERAL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°221.44.010/2011
007.528/1965-CIEMIL-COMÉRCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°221.44.002/2012
803.631/1970-CIEMIL-COMÉRCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°221.44.002/2012
807.589/1971-MINERAL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°221.44.010/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA IMPRENSA NACIONAL

808.555/1971-MINERAL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°221.44.010/2011
818.893/1971-CIEMIL-COMÉRCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°221.44.002/2012
818.893/1971-CIEMIL-COMÉRCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°221.44.002/2012
818.893/1971-CIEMIL-COMÉRCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°221.44.002/2012
818.893/1971-CIEMIL-COMÉRCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°221.44.002/2012
818.893/1971-CIEMIL-COMÉRCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°221.44.002/2012
870.434/1984-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-OF. N°221.44.016/2012
870.435/1984-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-OF. N°221.44.016/2012
870.435/1984-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-OF. N°221.44.016/2012
870.442/1994-AGHIDROS COMÉRCIO DE AGUA MINERAL LTDA-OF. N°221.44.022/2012
871.613/1996-MINERAÇÃO CANAÃ LTDA-OF. N°221.44.008/2012
871.286/1997-MINERCON MINERAÇÃO E CONSTRUÇÕES S.A.-OF. N°221.44.019/2012
870.931/2007-TRANSBIRIBEIRA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA. ME-OF. N°221.44.005/2012
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
001.589/1937-CORIOLANO DOS SANTOS FILHO - FIRMA INDIVIDUAL-OF. N°61/2012
000.737/1940-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-OF. N°221.44.012/2012
003.409/1957-ÁGUA MINERAL DIAS D'ÁVILA S/A-OF. N°221.44.017/2012
006.053/1963-MINERAL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°221.44.020/2011
006.055/1963-MINERAL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°221.44.020/2011
000.619/1964-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-OF. N°221.44.012/2012
007.528/1965-CIEMIL-COMÉRCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°221.44.010/2012
803.631/1970-CIEMIL-COMÉRCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°221.44.010/2012
803.902/1970-INDUSTRIA DE AZULEJOS DA BAHIA S/A-OF. N°60/2012
804.010/1970-INDUSTRIA DE AZULEJOS DA BAHIA S/A-OF. N°60/2012
804.013/1970-INDUSTRIA DE AZULEJOS DA BAHIA S/A-OF. N°60/2012
804.926/1970-INDUSTRIA DE AZULEJOS DA BAHIA S/A-OF. N°60/2012
807.589/1971-MINERAL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°221.44.020/2011
808.555/1971-MINERAL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°221.44.020/2011
818.893/1971-CIEMIL-COMÉRCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.-OF. N°221.44.010/2012
812.998/1973-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-OF. N°221.44.012/2012
870.575/1979-PEDREIRA DOIS IRMÃOS LTDA-OF. N°221.44.025/2012
870.434/1984-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-OF. N°221.44.027/2012
870.435/1984-GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S.A.-OF. N°221.44.027/2012
870.482/1992-MINERAÇÃO DE CAULIM MONTE PASCOAL S.A.-OF. N°221.44.005/2012
870.442/1994-AGHIDROS COMÉRCIO DE AGUA MINERAL LTDA-OF. N°221.44.035/2012
871.613/1996-MINERAÇÃO CANAÃ LTDA-OF. N°221.44.018/2012
871.286/1997-MINERCON MINERAÇÃO E CONSTRUÇÕES S.A.-OF. N°221.44.031/2012
871.203/2002-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRITA SERRA BRANCA LTDA-OF. N°221.44.038/2012
870.931/2007-TRANSBIRIBEIRA MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA. ME-OF. N°221.44.014/2012
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
871.622/2008-MINERCON MINERAÇÃO E CONSTRUÇÕES S.A.-OF. N°221.44.031/2012

RELAÇÃO Nº 160/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
870.540/2010-MINERAÇÃO JACUÍPE SA
872.978/2010-EDILSON RIBEIRO DA CRUZ
870.380/2011-WORLD MINERAL RESOURCES PARTICIPAÇÕES S.A
870.413/2011-WORLD MINERAL RESOURCES PARTICIPAÇÕES S.A
870.432/2011-WORLD MINERAL RESOURCES PARTICIPAÇÕES S.A
871.851/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
872.062/2011-ABDO & DINIZ CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
873.243/2011-DACAL MINERAÇÃO LTDA.
873.244/2011-DACAL MINERAÇÃO LTDA.
873.245/2011-DACAL MINERAÇÃO LTDA.
874.015/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
874.119/2011-AGRÍCOLA ESTIRPE LTDA.
874.321/2011-RAPHAEL NASCIMENTO TURRA
874.325/2011-JOÃO MIRANDA FERREIRA ROCHA
874.452/2011-GILBERTO DE CAMPOS
874.712/2011-MORRO DO FERRO PARTICIPAÇÕES LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
870.874/1986-CORCOVADO GRANITOS LTDA -Alvará N°1993/1999
870.988/2007-JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA -Alvará N°8261/2007
872.292/2009-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A -Alvará N°13161/2009
871.418/2010-JOÃO XAVIER PEREIRA MACEDO -Alvará N°15391/2010
872.045/2011-ABDO & DINIZ CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA -Alvará N°13574/2011
872.046/2011-ABDO & DINIZ CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA -Alvará N°13575/2011
872.092/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA. -Alvará N°14583/2011
872.098/2011-MINERAÇÃO ASSUNÇÃO LTDA. -Alvará N°14586/2011
872.539/2011-ABDO & DINIZ CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA -Alvará N°13598/2011
872.540/2011-ABDO & DINIZ CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA -Alvará N°13599/2011
872.835/2011-LIGAS DE ALUMÍNIO S/A -Alvará N°19030/2011
873.118/2011-MARCELO ALMEIDA NUNES -Alvará N°15839/2011
873.795/2011-MINERAÇÃO MONTE SANTO -Alvará N°18845/2011
Fase de Disponibilidade
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
870.513/2008-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA.

RELAÇÃO Nº 186/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
870.190/2012-GEOATIVA CONSULTORIA GEOLÓGICA E AMBIENTAL LTDA
870.712/2012-CAMALEÃO MINERAÇÃO LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
870.021/2012-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE
870.022/2012-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE
870.023/2012-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE
870.079/2012-RICARDO MARCELO TICHAUER
870.585/2012-ARISTIDES ALTOÉ MOREIRA
870.587/2012-CABRAL MINERAÇÃO LTDA.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
871.319/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA
871.900/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.
871.901/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.
871.902/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.
872.775/2011-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
872.803/2011-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.
873.056/2011-ESMERALDAS SERVIÇOS GEOLÓGICOS LTDA
873.394/2011-BRASIL RECURSOS NATURAIS INTERNACIONAL LTDA.
873.651/2011-VANDERLEI JUNIOR BICA
873.955/2011-ANTÔNIO MARTINS DE ANDRADE FILHO
873.960/2011-JOÃO CLAUDIO DE LIMA

DANILO MÁRIO BEHRENS CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 170/2012

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
860.577/1986-SOMA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA.- AI Nº 1.255/09 - (não tomar as providências indicadas pela fiscalização dos órgãos federais - art. 54, inc. XIII)
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
860.911/2007-THIAGO BORGES CAIXETA-AI N°909/12
862.314/2007-VOLMIR BAMPI-AI N°910/12
862.315/2007-VOLMIR BAMPI-AI N°911/12
860.027/2008-JOSÉ CARLOS NUNES DA MATA-AI N°912/12
860.087/2009-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA-AI N°914/12
860.390/2009-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA-AI N°915/12
860.570/2009-WAGNER DE BARROS-AI N°916/12
861.431/2009-DOMINGOS VIEIRA NETO-AI N°917/12
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
860.803/2008-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA- AI N°913/12 - (inc. V, art.22 - não apresentar RFP)
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
860.765/1987-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -AI N°2.411/11- (não comunicação de inicio de Pesquisa - art.31, inc. I)

RELAÇÃO Nº 204/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito multa aplicada(106)
860.834/2007-D10 MINERAÇÃO LTDA- DOU de 26/01/2011
860.043/2011-VOTORANTIM METAIS S.A- DOU de 17/11/2011
860.045/2011-VOTORANTIM METAIS S.A- DOU de 17/11/2011
860.115/2011-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- DOU de 17/11/2011
860.445/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A- DOU de 17/11/2011
860.446/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A- DOU de 17/11/2011
860.457/2011-VOTORANTIM CIMENTOS S A- DOU de 17/11/2011
Torna sem efeito Auto de Infração(109)
861.540/2007-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- AI N°15/2011
861.595/2008-REGINALDO MARTINS COSTA- AI N°297/2012
861.242/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- AI N°2042/2011
861.243/2010-VOTORANTIM METAIS S.A- AI N°2043/2011
861.710/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- AI N°2080/2011
861.727/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- AI N°2082/2011
861.728/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- AI N°2084/2011
861.732/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- AI N°2087/2011
861.741/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- AI N°2096/2011
861.742/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A- AI N°2097/2011
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)
861.575/2005-ULTRAFERTIL S A- AI N°1633/2010
861.579/2005-ULTRAFERTIL S A- AI N°1634/2010
861.580/2005-ULTRAFERTIL S A- AI N°1635/2010
861.686/2005-ULTRAFERTIL S A- AI N°1546/2010
861.687/2005-ULTRAFERTIL S A- AI N°1822/2010
861.835/2005-ULTRAFERTIL S A- AI N°1640/2010
861.836/2005-ULTRAFERTIL S A- AI N°1825/2010
862.142/2005-VALE S A- AI N°771/2011
862.143/2005-VALE S A- AI N°772/2011
860.128/2006-VALE S A- AI N°773/2011
860.327/2006-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°86/2011
860.328/2006-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°85/2011
860.329/2006-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°84/2011
860.330/2006-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°83/2011
860.331/2006-WILSON MACHADO CORREIA- AI N°82/2011
Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)
861.685/2005-ULTRAFERTIL S A- AI N°1559/2010
862.141/2005-VALE S A- AI N°770/2011
862.147/2005-VALE S A- AI N°774/2011

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 73/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa desistência da prorrogação do prazo do alvará de Pesquisa(114)
867.238/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
867.239/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
867.241/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

867.255/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
867.262/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
867.263/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
867.265/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
867.267/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(225)
866.231/2006-HK MINERAÇÕES LTDA -AI N°1.182/11
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
867.297/2007-DRAGA PORTO SEGURO LTDA ME-OF. N°55/12
867.298/2007-DRAGA PORTO SEGURO LTDA ME-OF. N°55/12
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
866.386/2006-JOEL LOPES-OF. N°56/12
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
866.522/2011-ISMAEL LEDOVINO DE ARRUDA ME-Cessionário:Wenyu Zhou- CPF ou CNPJ 232.282.788-67- Alvará n°16149/2011
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
866.375/2000-EMAL EMPRESA DE MINERAÇÃO ARIPUANÃ LTDA- Área de 79,24 ha para 28,12 ha-Calcário
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
866.902/2009-MINERAÇÃO PARECIS SA -Alvará N°2658/2010
867.305/2010-MINERAÇÃO DÓRICA LTDA. -Alvará N°1155/2011
867.306/2010-MINERAÇÃO DÓRICA LTDA. -Alvará N°1237/2011
867.307/2010-MINERAÇÃO DÓRICA LTDA. -Alvará N°1156/2011
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
866.470/2003-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-AI N°408/12
866.094/2004-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-AI N°409/12
866.095/2004-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA-AI N°410/12
866.520/2004-COUGAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-AI N°427/12
866.521/2004-COUGAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-AI N°428/12
866.523/2004-COUGAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-AI N°425/12
866.524/2004-COUGAR BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-AI N°424/12
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
866.265/2003-BRASIL CENTRAL ENGENHARIA LTDA - AI N°1.180/11
867.057/2007-VL PARTICIPAÇÕES S.A. - AI N°1.121/11
867.104/2007-AFONSO DOS SANTOS - AI N°1.123/11
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
866.538/2011-ADMIR DE BARROS VIEGAS
867.111/2011-ELVIO LUIZ SCHELLE
867.121/2011-MARCOS ROBERTO DA SILVA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.649/2011-SERRA DA BORDA MINERAÇÃO E METALURGIA S.A-OF. N°57/12
866.653/2011-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A-OF. N°58/12
866.120/2012-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA-OF. N°59/12
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
867.036/2007-PAULO SÉRGIO DOS SANTOS ME
867.402/2007-EMAL EMPRESA DE MINERAÇÃO ARIPUANÃ LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
867.320/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
866.063/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
867.387/2008-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
866.724/2011-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO-OF. N°39/12
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
(513)
866.340/2009-COOPERATIVA BRASILEIRA DE DIAMANTES LTDA - PLG N°52/2012 de 03/05/2012 - Prazo 05 anos
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
866.424/1993-JOSÉ FRANCISCO DE CAMPOS-OF. N°37/12
866.757/2004-GIULIANO ULBERG DANTAS-OF. N°38/12
867.142/2005-VAGNER MARTINS-OF. N°35/12
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
866.024/2011-ISMAEL LEDOVINO DE ARRUDA ME-Cessionário:Wenyu Zhou- CNPJ 232.282.788-67- PLG n°04/2012
866.025/2011-ISMAEL LEDOVINO DE ARRUDA ME-Cessionário:Wenyu Zhou- CNPJ 232.282.788-67- PLG n°05/2012
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
866.834/2005-MINERAÇÃO SHALON LTDA-OF. N°08/12 Difis
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
866.012/2011-J TESTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°42/12
866.435/2011-ALFONSO ROBERTO DALMAGRO-OF. N°41/12
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
866.740/2011-JOAO SELITO FACCIO
Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
866.401/2009-DANIEL DE FREITAS -AI N°827/11

JOCY GONÇALO DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 325/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.462/1998-BART GEMAS LTDA - ME-BELA VISTA DE MINAS/MG - Guia n° 72/2012-800 Toneladas/ano-Feldspato-Validade:27/01/2016
830.811/2000-CAETANO MARTINS DA COSTA-ITABIRA/MG, SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG - Guia n° 84/2012 e 85/2012-40.000 Toneladas/ano e 8.500 Toneladas/ano-Areia/Cascalho- Validade:18/11/2015
832.807/2002-JOAQUIM MENEZES RIBEIRO DA SILVA EPP-INDIANÓPOLIS/MG, NOVA PONTE/MG, UBERLÂNDIA/MG - Guia n° 80/2012-50.000 Toneladas/ano-Areia- Validade:03/02/2016
832.826/2006-LUCIMARA BARBOSA GRESPAN-CAMANDUCAIA/MG, EXTREMA/MG, ITAPEVA/MG - Guia n° 78/2012-33.600 Toneladas/ano-Areia- Validade:27/02/2016
834.221/2008-JULIO CESAR DE OLIVEIRA-ITAJUBÁ/MG, PIRANGUINHO/MG - Guia n° 97/2012-48.000 Toneladas/ano-Areia- Validade:13/03/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.801/2000-JOAQUIM MENEZES RIBEIRO DA SILVA EPP-INDIANÓPOLIS/MG, NOVA PONTE/MG, UBERLÂNDIA/MG - Guia n° 75/2012-50.000 Toneladas/ano-Areia- Validade:03/02/2016
832.806/2002-JOAQUIM MENEZES RIBEIRO DA SILVA EPP-INDIANÓPOLIS/MG, NOVA PONTE/MG, UBERLÂNDIA/MG - Guia n° 76/2012-50.000 Toneladas/ano-Areia- Validade:03/02/2016

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 82/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
848.491/2010-SALESIO JOSÉ LOCH- DOU de 28/01/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
848.095/2008-MARIA DO CÉU DANTAS-AI N°237/2010
848.376/2008-FRANCISCO BONIFACIO DA SILVA-AI N°268/2010
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)
848.265/2005-NAG SERVICE & MINERAÇÃO LTDA- AI N°320/2010
848.266/2005-NAG SERVICE & MINERAÇÃO LTDA- AI N°321/2010

RELAÇÃO Nº 83/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
848.183/2012-EVEREST MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.464/2008-MINERAÇÃO TOMAZ SALUSTINO S A-OF. N°601/2012
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
848.253/2008-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6.964/2008
848.254/2008-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6.965/2008
848.255/2008-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DO BRASIL LTDA-ALVARÁ N°6.966/2008
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.033/2010-EDILSON AZEVEDO GAMBARRA DA NOBREGA-AI N°174/2012
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
848.669/2007-PAULO HARRIMAN FERREIRA TARGINO - AI N°95/2012
848.506/2008-IRIS FERREIRA DA SILVA - AI N°97/2012
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere pedido de reconsideração(367)
848.468/2010-ANTONIO ALI GANEM ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
848.249/2009-JOSE EUDES DE MORAES-Registro de Licença n°10/2012 de 09/05/2012-Vencimento em 25/08/2013
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
848.082/2000-CERÂMICA ASSU LTDA ME-OF. N°221.44.031/2012
848.020/2005-A. O. COSTA ME-OF. N°221.44.041/2012
848.508/2007-JOSE EUDES DE MORAES-OF. N°221.44.023/2012
848.089/2008-SEBASTIÃO ELÓI DANTAS ME-OF. N°221.44.029/2012
848.605/2008-A. B. CERÂMICA LTDA-OF. N°221.44.025/2012
848.026/2009-ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MALHADA DA AREIA-OF. N°221.44.047/2012
848.029/2009-D. A. DE MEDEIROS FABRICAÇÃO - ME-OF. N°221.44.036/2012
848.030/2009-JOÃO WALACE DA SILVA ME-OF. N°221.44.059/2012
848.037/2009-CERÂMICA SÃO FRANCISCO LTDA ME-OF. N°221.44.040/2012
848.040/2009-M. M. DOS SANTOS CERÂMICA VIERENSE-OF. N°221.44.024/2012
848.043/2009-GENIVAL DANTAS BATISTA ME-OF. N°221.44.037/2012
848.113/2009-J. A. DANTAS CERÂMICA-OF. N°221.44.039/2012
848.283/2009-CERÂMICA RAMADA LTDA ME-OF. N°221.44.033/2012
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
848.020/2005-A. O. COSTA ME-OF. N°221.44.045/2012
848.089/2008-SEBASTIÃO ELÓI DANTAS ME-OF. N°221.44.033/2012
848.605/2008-A. B. CERÂMICA LTDA-OF. N°221.44.030/2012
848.026/2009-ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MALHADA DA AREIA-OF. N°221.44.034/2012
848.029/2009-D. A. DE MEDEIROS FABRICAÇÃO - ME-OF. N°221.44.039/2012
848.030/2009-JOÃO WALACE DA SILVA ME-OF. N°221.44.043/2012
848.037/2009-CERÂMICA SÃO FRANCISCO LTDA ME-OF. N°221.44.044/2012
848.040/2009-M. M. DOS SANTOS CERÂMICA VIERENSE-OF. N°221.44.029/2012
848.043/2009-GENIVAL DANTAS BATISTA ME-OF. N°221.44.040/2012
848.113/2009-J. A. DANTAS CERÂMICA-OF. N°221.44.042/2012
848.283/2009-CERÂMICA RAMADA LTDA ME-OF. N°221.44.037/2012
Fase de Disponibilidade
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
848.188/2005- HABILITADOS os proponentes: Votorantim Cimentos N/NE S/A. e Mineração Ouro Branco Ltda. e INABILITADOS os proponentes:
848.264/2005- HABILITADOS os proponentes: TERRATIVA MINERAIS S/A e INABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO CURRAIS NOVOS LTDA
848.006/2007- HABILITADOS os proponentes: LIMESTONE MÁRMORES DO BRASIL LTDA e INABILITADOS os proponentes: VPX MINERAÇÃO INDUSTRIAL LTDA
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
848.000/2004-SILVIO URSULINO RIBEIRO e ZURENILDO ROSENO DA SILVA - EDITAL N° 21/2010 - Publicado DOU de 26/07/2010

ROGER GARIBALDI MIRANDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 80/2012

Fase de Licenciamento
Torno sem efeito a renovação do Registro de Licença(768)
815.250/2001-EBELE TRANSPORTES LTDA ME- Publicado DOU de 30/05/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito o arquivamento do processo(1832)
815.270/2007-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA- DOU de 14/12/2011

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 39/2012

Fase de Licenciamento
Fica NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativo aos débitos de CFEM, no prazo de 10 (dez)(179)
820.236/2002-JOSÉ FERNANDES PEREIRA HERCULÂNDIA - ME- NOT Nº760/2012-R$ 715,50
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
816.347/1970-EMPRESA DE MINERAÇÃO MOBISA LTDA-AI N°672/2004
820.706/2009-ALINE BERNADINO DA CRUZ-AI N°33/2012
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
820.429/2006-FLÁVIO MARASSI DONATELLI-AI N°10/2012
820.308/2008-GERVAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-AI N°389/2010

RICARDO DE OLIVEIRA MORAES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 29, DE 15 DE MAIO DE 2012

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º, e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta no Processo nº 48000.000115/2012-72, e considerando que:

o Despacho ANEEL nº 404, de 22 de fevereiro de 2010, aprovou o Projeto Básico da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Santa Carolina; e

a metodologia para o cálculo e revisão dos montantes de garantia física de energia de usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, para fins de participação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE foi estabelecida pela Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Definir em 5,13 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Santa Carolina, de propriedade da empresa Carolina Geração de Energia Ltda., localizada no Rio Turvo, Municípios de André Rocha e Muitos Capões, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. O montante de garantia física de energia da PCH Santa Carolina é determinado na Barra de Saída do Gerador. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno da Usina e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Santa Carolina poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

Ministério do Desenvolvimento Agrário

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 89, DE 9 DE MAIO DE 2012

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no inciso II, do § 2º, do art. 52, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria MDA nº 107, de 13 de novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2003, resolve:

Art. 1º Promover a modificação de modalidade de aplicação de dotação orçamentária consignada na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e autorizar que a Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do MDA adote no âmbito de sua respectiva competência, os procedimentos necessários à efetivação, na forma do Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. As justificativas exigidas para atender à necessidade de execução orçamentária constam do Processo nº 55000.001416/2012-89.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLAUDIO MONTEIRO MORGADO

ANEXO

49.000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO R$ 1,00

FUNCIONAL / PROGRAMÁTICA	AÇÃO / LOCALIZAÇÃO	ESF	FTE	IDOC	GND	MOD	VALOR REDUÇÃO	VALOR ACRÉSCIMO
21.127.2029.12NR.0015	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais Para Municípios Com Até 50.000 Habitantes - No Estado do Pará	F	0100	9999	4	40	350.000	
		F	0100	9999	4	30		350.000
TOTAL							3 50.000	350.000

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

PORTARIA Nº 9, DE 11 DE MAIO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 119, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/nº 69, de 19 de outubro de 2.006;

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado SÍTIO MORENO, com área de 970,4265 ha, localizado no Município de Potiretama, no Estado do Ceará, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, pelo decreto datado de 17.08.2010, cuja imissão de posse se deu em 29.02.2012; e

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR(02) nº 54130.000554/2012-01 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel denominado SÍTIO MORENO, com área de 970,4265 ha (novecentos e setenta hectares, quarenta e dois ares e sessenta e cinco centiares), localizado no Município de Potiretama, no Estado do Ceará, que prevê a criação de 25 (vinte e cinco) Unidades Agrícolas Familiares.

Art. 2º - Criar o Projeto de Assentamento MORENO, Código SIPRA CE0403000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT e a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD do INCRA.

RAIMUNDO CRUZ PINTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 17, DE 7 DE MAIO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela portaria/MDA/Nº20, de 8 de abril de 2009,

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado SÂO TIAGO GLEBA 02 com área de 1.181,8614 ha (hum mil cento e oitenta e um hectares, oitenta e seis ares, catorze centiares) localizado no município de São Benedito do Rio Preto no Estado do Maranhão, declarada de interesse social para fins de reforma agrária pelo Decreto de 6 de julho de 2006 e cuja imissão de posse se deu em 2 de março de 2011 e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procedera a análise no Processo INCRA/SR (12)MA/N° 54230.002047/2012-75 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de destinação para assentamento de agricultores do imóvel rural denominado SÂO TIAGO GLEBA 02 com área de 1.181,8614 ha(hum mil cento e oitenta e um hectares, oitenta e seis ares, catorze centiares), localizado no Município de São Benedito do Rio Preto no Estado do Maranhão, que prevê a criação de 32(trinta e duas) unidades agrícolas familiares.

Art. 2º Criar o Projeto de Assentamento PA LAGOA DA LUCIA código SIPRA MA1074000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT e a Diretoria de Projetos de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD do INCRA.

JOSÉ INÁCIO SODRÉ RODRIGUES

PORTARIA Nº 18, DE 7 DE MAIO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela portaria/MDA/Nº20, de 8 de abril de 2009,

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado FAZENDA SANTIAGO-GLEBA 01 com área de 3.192,9178 ha (três mil, cento e noventa e dois hectares, noventa e um ares, setenta e oito centiares) localizado no município de São Benedito do Rio Preto no Estado do Maranhão, declarada de interesse social para fins de reforma agrária pelo Decreto de 29 de setembro de 2008 e cuja imissão de posse se deu em 6 de outubro de 2010 e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procedera a análise no Processo INCRA/SR (12)MA/N° 54230.002049/2012-64 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de destinação para assentamento de agricultores do imóvel rural denominado FAZENDA SANTIAGO-GLEBA 01 com área de 3.192,9178 ha(três mil, cento e noventa e dois hectares, noventa e um ares, setenta e oito centiares), localizado no Município de São Benedito do Rio Preto no Estado do Maranhão, que prevê a criação de 69(sessenta e nove) unidades agrícolas familiares.

Art. 2º Criar o Projeto de Assentamento PA MARIA RODRIGUES código SIPRA MA1075000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT e a Diretoria de Projetos de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD do INCRA.

JOSÉ INÁCIO SODRÉ RODRIGUES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 19, DE 7 DE MAIO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela portaria/MDA/Nº20, de 8 de abril de 2009,

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado GLEBA 03 SANTA MARIA com área de 4.587,5251 ha (quatro mil, quinhentos e oitenta e sete hectares, cinqüenta e dois ares, cinqüenta e um centiares) localizado no município de São Benedito do Rio Preto no Estado do Maranhão, declarada de interesse social para fins de reforma agrária pelo Decreto de 29 de setembro de 2008 e cuja imissão de posse se deu em 2 de março de 2011 e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procedera a análise no Processo INCRA/SR (12)MA/N° 54230.002048/2012-10 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de destinação para assentamento de agricultores do imóvel rural denominado GLEBA 03 SANTA MARIA com área de 4.587,5251 ha(quatro mil, quinhentos e oitenta e sete hectares, cinqüenta e dois ares, cinqüenta e um centiares), localizado no Município de São Benedito do Rio Preto no Estado do Maranhão, que prevê a criação de 99(noventa e nove) unidades agrícolas familiares.

Art. 2º Criar o Projeto de Assentamento PA ANTONIO MARQUES DE JESUS código SIPRA MA1076000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT e a Diretoria de Projetos de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD do INCRA.

JOSÉ INÁCIO SODRÉ RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-13/Nº 10, de 19 de março de 2012, publicada no Diário Oficial nº 63, Seção 2, página 59 do dia 30 de março de 2012, onde se lê: "com fundamento no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, de 05 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial de 06 de julho de 2005", leia-se: "com fundamento no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 19 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial de 31 de dezembro de 2003, incisos I, II, III e IV, combinado com o Art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 106, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 132, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de do dia 09 dos mesmos mês e ano e, Portaria/INCRA/P/Nº 330, de 07 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial do dia 08 dos mesmos mês e ano:

CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo INCRA/SR-06/MG nº 54170.002219/2003-71, que trata de Contrato de Assentamento da parcela nº 31 do Projeto de Assentamento CACHOEIRA GRANDE, localizado no município de BRASILÂNDIA DE MINAS, estado de Minas Gerais, resolve:

I - RESCINDIR o Contrato de Assentamento nº MG022600000027, de 28 de março de 2003, relativo ao beneficiário Silvison Pereira Lima - Carteira de Identidade nº M-2.938.024 - SSP/MG e CPF nº 558.582.286-15.

II - DETERMINAR à Divisão de Desenvolvimento do INCRA/MG, a adoção de providências visando detstinar o lote a novo candidato selecionado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária.

CARLOS ALBERTO MENEZES DE CALAZANS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

PORTARIA Nº 7, DE 3 DE MAIO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 132, inciso VIII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA Nº. 20, de 08 de abril de 200, publicada no Diário Oficial da União de 09/04/2009; e

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel rural denominado Fazenda Atalho e Curimatás, com área de 288, 9493 ha (Duzentos e oitenta e oito hectares, noventa e quatro ares e noventa e três centiares) situada no município de Pacatuba, no Estado de Sergipe, desapropriada para fins de Reforma Agrária através do Decreto de 08 de Dezembro de 2008, e cuja autorização para imissão de posse se deu em 11 de Abril de 2011;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo INCRA/SR-23/Nº 54370.000903/2006-13, e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

I - Aprovar a proposta de destinação para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado Fazenda Atalho e Curimatás, com área de 288, 9493 ha (Duzentos e oitenta e oito hectares, noventa e quatro ares e noventa e três centiares) situada no município de Pacatuba, no Estado de Sergipe, e que prevê a criação de 13 (treze) unidades agrícolas familiares;

II - Criar o Projeto de Assentamento PADRE NESTOR, Código no SIPRA SE0218000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.

LEONARDO GÓES SILVA
Substituto

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 81, DE 15 DE MAIO DE 2012

Concede prazo adicional ao processo de prestação de contas do exercício de 2011, por meio do Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeira.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição, o art. 27, II, "i" da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o inciso IX do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.493, de 2 de junho de 2011,

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, do CNAS; e

CONSIDERANDO a Portaria nº 625, de 10 de agosto de 2010, que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do co-financiamento federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios e sua prestação de contas, por meio de sistema eletrônico no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Excepcionalmente, em relação aos processos de prestação de contas do exercício de 2011, os termos finais de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 6º da Portaria nº 625, de 10 de agosto de 2010, serão os dias 31 de julho de 2012 e 31 de agosto de 2012, respectivamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 247, DE 15 DE MAIO DE 2012

Consulta Pública: Revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cadeia de Custódia para Produtos de Base Florestal.

Origem: Inmetro / MDIC.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sítio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e da revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cadeia de Custódia para Produtos de Base Florestal.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de sessenta (60) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões a respeito dos textos supramencionados deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria da Qualidade - Dqual

Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou

- E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo estipulado no artigo 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 248, DE 15 DE MAIO DE 2012

Consulta Pública: Revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Eficiência Energética de Edificações

Origem: Inmetro / MDIC.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sitio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e da revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Eficiência Energética de Edificações.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões a respeito dos textos supramencionados deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria da Qualidade - Dqual

Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 2º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou

- E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo estipulado no artigo 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 212, DE 14 DE MAIO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução N.º 390, de 31 de agosto de 2001, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 2º, Parágrafo Primeiro e os termos do Parecer Técnico de Análise N.º 12/2012- SPR/CGPRI/COAPI, resolve:

Art. 1° APROVAR o projeto técnico-econômico simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa WAGNER ALBUQUERQUE PINTO. - EPP, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Análise N.º 12/2012 - SPR/CGPRI/COAPI, para a prestação de SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ, FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES e SERVIÇO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL, habilitando-a a pleitear área no Distrito Industrial Marechal Castello Branco;

Art. 2º - DETERMINAR, sob pena de suspensão ou cancelamento do projeto, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - a manutenção do cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

III - o cumprimento das Normas Técnicas do Distrito Industrial Marechal Castello Branco.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 213, DE 14 DE MAIO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução N.º 202, de 17 de maio de 2006, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 12, Inciso VI e os termos do Parecer Técnico de Projeto N.º 086/2012 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa DIGIBRAS INDÚSTRIA DO BRASIL S/A. - FILIAL, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 086/2012 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de DISPOSITIVO DE CRISTAL LÍQUIDO PARA PRODUTOS DE NCM 8528 (TELEVISORES E MONITORES DE VÍDEO) E NCM 8471, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante do Art. 1° desta Resolução, quando destinado a produtos da posição NCM 8471, será obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art.7º do Decreto-Lei n.º 288/67, nos termos do Art.1º e § 1º do Art. 2º da Lei n.º 8.387/91.

Art. 3º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante do Art. 1° desta Resolução, quando destinado a produtos da posição NCM 8528, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei n.º 288/67, com redação dada pela Lei n.º 8.387/91.

Art. 4º ESTABELECER para o produto constante do Art. 1° desta Portaria os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
DISPOSITIVO DE CRISTAL LÍQUIDO PARA PRODUTOS DE NCM 8528 (TELEVISORES E MONITORES DE VÍDEO) E NCM 8471	43,388,752	65,083,128	86,777,504

Art. 5º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1° desta Resolução, do Processo Produtivo Básico estabelecido na Portaria Interministerial nº 190 - MDIC/MCT, de 19 de julho de 2011;

II o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV o cumprimento das exigências contidas na Resolução n.º 202, de 17 de maio de 2006, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA

RESOLUÇÕES DE 9 DE MAIO DE 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA, na sua 256ª Reunião Ordinária, realizada em 09 de maio de 2012, em Manaus/AM, aprovou as seguintes Resoluções:

Nº 40/12 - Art. 1º HOMOLOGAR, com base no Art. 10 da Resolução nº 301, de 16 de dezembro de 2010, os resultados relativos ao cumprimento dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento no 1° semestre do ano de 2011, decorrente da dispensa da etapa de industrialização do Processo Produtivo Básico - PPB, para a linha de produção CINESCÓPIO PARA RECEPTORES DE TELEVISÃO EM CORES COM OU SEM BOBINA DE DEFLEXÃO E DISPOSITIVO DE CONVERGÊNCIA ACOPLADOS (Código Suframa n.º 1617), conforme previsto nos arts. 2° e 3° da Portaria Interministerial MDIC/MCT n° 255, de 30 de dezembro de 2010, da empresa LP DISPLAYS AMAZÔNIA LTDA deferido pelo Superintendente da SUFRAMA, em conformidade com o Parecer Técnico nº 003/2012-SAP/CGTEC/COART;

Nº 41/12 - Art. 1º HOMOLOGAR, com base no Art. 10º, da Resolução nº 301, de 16 de dezembro de 2010, e no Parecer Técnico nº 06/2012-SAP/CGTEC/COART, os resultados do cumprimento dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, ano-base 2011, apresentados pela empresa STECK DA AMAZÔNIA IND. ELETRÔNICA LTDA., referente às linhas de produção de DISPOSITIVO DE CONEXÃO PARA CIRCUITOS DE BAIXA TENSÃO (Código Suframa n.º 1850) e BARRAMENTO ELÉTRICO DE COBRE PARA TENSÃO DE ATÉ 1.000 VOLTS E CORRENTE MÁXIMA DE ATÉ 160 AMPERES (Código Suframa n.º 1851), decorrente da dispensa de etapas de industrialização do Processo Produtivo Básico - PPB, de que trata o art. 3º da Portaria Interministerial nº 161 - MDIC/MCT (dispositivo), de 22 de julho de 2008, e art.4º da Portaria Interministerial nº. 108 - MDIC/MCT (barramento), de 11 de maio de 2010;

Nº 42/12 - Art. 1º HOMOLOGAR o Cumprimento do Compromisso de Exportação referente ao exercício de 2011, da empresa NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA., com CNPJ n.º 02.140.198/0001-34 e Inscrição Suframa Nº 20.0576.01-1, conforme disposto no art. 4º da Resolução nº 300, de 16 de dezembro de 2010;

Nº 43/12 - Art. 1° AUTORIZAR a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA outorgar a Escritura de Compra e Venda do lote n° 1.12/1, localizado na Rua Aruanã, s/nº - Distrito Industrial Marechal Castello Branco, medindo 9.031,010 m² em nome da REFREX AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES DE REFRIGERAÇÃO LTDA., observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 44/12 - Art. 1º HOMOLOGAR o Cumprimento do Compromisso de Exportação, referente ao exercício de 2011, da empresa FUJIFILM DA AMAZÔNIA LTDA., (anteriormente denominada FUJI PHOTO FILM DA AMAZÔNIA LTDA.), conforme disposto no art. 4º da Resolução n.º 300, de 16 de dezembro de 2010;

Nº 45/12 - Art. 1º HOMOLOGAR o Cumprimento do Compromisso de Exportação referente ao exercício de 2011, da empresa PEPSICOLA INDUSTRIAL DA AMAZÔNIA LTDA., com CNPJ nº 02.726.752/0001-60 e Inscrição Suframa n.º 200812017, conforme disposto no art. 4º da Resolução Nº 300, de 16 de dezembro de 2010;

Nº 46/12 - Art. 1º HOMOLOGAR o Cumprimento do Compromisso de Exportação referente ao exercício de 2011, da empresa KODAK DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., com CNPJ N.º 22.999.247/0001-04 e Inscrição Suframa nº 20.0365.01-0, conforme disposto no art. 4º, da Resolução N.º 300, de 16 de dezembro de 2010;

Nº 47/12 - Art. 1º ALTERAR a nomenclatura do produto PARTES E PEÇAS SOLDADAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, aprovado pela Resolução nº 342, de 31 de outubro de 2010, em nome da empresa CR ZONGSHEN COMPONENTES DA AMAZÔNIA LTDA., para CHASSI DE AÇO PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS e demais condições que estabelece;

Nº 48/12 - Art. 1° AUTORIZAR a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA outorgar a Escritura de Compra e Venda do lote n° 3.94-5C, localizado na Av. Cupiúba, 594-Distrito Industrial Marechal Castello Branco, medindo 81.292,31 m² em nome da VOITH HYDRO DA AMAZÔNIA LTDA., observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 49/12 - Art. 1º CANCELAR os incentivos fiscais atribuídos ao projeto técnico-econômico Industrial de IMPLANTAÇÃO, aprovado por meio da Resolução n.º 039, de 24 de fevereiro de 2011, para a produção de TINTA À BASE DE POLÍMEROS SINTÉTICOS - Código Suframa n.º 1517, em nome da empresa BRAZILIAN LOG OPERAÇÕES EM LOGÍSTICAS LTDA., com CNPJ n.º 08.968.866/0001-00 e Inscrição Suframa n.º 20.1240.01-7;

Nº 50/12 - Art. 1o CANCELAR os incentivos fiscais atribuídos ao projeto técnico-econômico Industrial de IMPLANTAÇÃO, aprovado por meio da Portaria nº 580, de 27 de novembro de 2008, para a produção de CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA) - Código Suframa n.º 0674, em nome da empresa LUFLEX PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., que, pelo processo de incorporação foi transferido para sua sucessora a LOCOMOTIVA DA AMAZÔNIA IND. E COM. DE TÊXTEIS INDUSTRIAIS LTDA., com CNPJ nº 04.185.278/0001-31 e Inscrição Suframa 20.0004.01-8;

Nº 51/12 - Art. 1° AUTORIZAR a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA outorgar a Escritura de Compra e Venda do lote n° 2.62/1, localizado na Avenida Ministro Mário Andreazza, nº 4.506 - Distrito Industrial Marechal Castello Branco, medindo 31.495,20 m² em nome da AMAZON MOTION DO BRASIL LTDA., observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 52/12 - Art. 1° AUTORIZAR a outorga da Escritura de Compra e Venda do lote n° 3.100-A-1, com área de 25.138,03m², localizado na Av. dos Oitis, nº 195 - Distrito Industrial Marechal Castello Branco, em nome da WAPMETAL COMPONENTES METÁLICOS E AUTOMAÇÃO LTADA., observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 53/12 - Art. 1º AUTORIZAR a transferência do empreendimento de interesse de AGROPECUÁRIA OMENA LTDA, em um lote de terras de 1.000 hectares localizado na estrada vicinal ZF - 1, Distrito Agropecuário da SUFRAMA, para E. DE L. E LIMA & CIA LTDA. (ESBAM - Escola Superior Batista do Amazonas); Art. 2º APROVAR o Projeto Agropecuário Pleno de Implantação de interesse de E. DE L. E LIMA & CIA LTDA (ESBAM - Escola Superior Batista do Amazonas) para o lote de terras com uma área de 1.000 hectares e demais condições que estabelece;

Nº 54/12 - Art. 1º APROVAR o Projeto Agropecuário Simplificado de Atualização do empreendimento agropecuário de interesse de MANOEL ANTÔNIO LIBÓRIO DOS SANTOS, em uma área de 78,8032 hectares, a qual se encontra explorada com 1,0 hectare de fruticultura diversificada, 1,0 hectare de banana, 1,0 hectare de coco, 1,0 hectare de limão e 1,0 hectare de laranja, além de criações e da infraestrutura em meio às atividades agrícolas, e ainda prevendo a implantação de mais 5,7 hectares de laranja, conforme Processo N.º 52710.001037/2003-11 e demais condições que estabelece;

Nº 55/12 - Art. 1º APROVAR o Projeto Agropecuário Simplificado de Atualização do empreendimento agropecuário de interesse de JOÃO GOMES DA SILVA, em uma área de 99,1584 hectares, a qual se encontra explorada com 1,0 hectare de fruticultura diversificada, 1,0 hectare de banana, 1,0 hectare de coco, 2,0 hectares de limão e 0,5 hectare de mandioca, além de criações e da infraestrutura em meio às atividades agrícolas e futura implantação de 10,5 hectares de laranja, conforme Processo N.º 52710.001036/2003-50 e demais condições que estabelece;

Nº 56/12 - Art. 1º AUTORIZAR a SUFRAMA a lavrar a Escritura de Compra e Venda para alienação de uma área de 2,6005 hectares, localizada na Área de Expansão do Distrito Industrial da SUFRAMA, em nome de RITA ALVES RODRIGUES e demais condições que estabelece;

Nº 57/12- Art. 1º RETIFICAR a área de 2,73 hectares aprovada através da Resolução Nº 268/2007, para 2,5044 hectares; Art. 2º APROVAR o projeto de Atualização do empreendimento agropecuário de interesse de RISOMAR TRINDADE DA SILVA, em uma área de 2,5044 hectares, a qual se encontra explorada com 1,5 hectare de espécies arbóreas e 0,5 hectare de olericultura, além das infraestruturas em meio as atividades agrícolas, conforme Processo N.º 52710.001058/2002-38 e demais condições que estabelece;

Nº 58/12 - Art. 1º APROVAR o projeto de atualização do empreendimento agropecuário de interesse de MARIA ENILDE LUNIER DE ARAUJO, em uma área de 3,6744 hectares, a qual se encontra explorada com 3,0 ha de culturas diversas, além das infraestruturas no meio das atividades agrícolas, conforme Processo Nº 61003033/2000 e demais condições que estabelece;

Nº 59/12 - Art. 1º AUTORIZAR a transferência do empreendimento de interesse de RAIMUNDO GOMES DOS SANTOS, em uma área de 2,1218 hectares, localizado na Área de Expansão do Distrito Industrial da SUFRAMA, na Rua Parkia, margem esquerda para JOÃO COSTA DE SOUZA; Art. 2º APROVAR o projeto de Atualização do empreendimento agropecuário de interesse de JOÃO COSTA DE SOUZA, em uma área de 2,1218 hectares, a qual se encontra explorada com 1 ha de culturas diversas e infraestrutura, conforme Processo Nº 6100.3204/2000 e demais condições que estabelece;

Nº 60/12 - Art. 1º APROVAR o projeto do empreendimento agropecuário de interesse de PAULO THOMAZ MORAES CORREA, em uma área de 7,703 hectares, a qual se encontra explorada com 1,0 hectare de fruticultura diversificada, recria de animais de pequeno porte e recria de suínos, além de área preparada para plantio e da infraestrutura em meio às atividades agrícolas, conforme Processo N.º 52710.000221/2001-36 e demais condições que estabelece;

Nº 61/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa LABELPRESS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 050/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de IMPRESSO PUBLICITÁRIO E CATÁLOGO COMERCIAL, RÓTULO DE PAPEL OU CARTÃO e FITA PARA IMPRESSÃO DE POLIESTER, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 62/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa AMAZONPOSTES INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 36/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CRUZETA DE POLIÉSTER REFORÇADA COM FIBRA DE VIDRO e POSTE DE POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 63/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa A. ALVES DE SOUSA na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 52/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de BICICLETA ELÉTRICA (CICLO-ELÉTRICO), TRICICLO MOTORIZADO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS OU MERCADORIAS e MOTOCICLETA ACIMA DE 100 cm³ ATÉ 450 cm³, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 64/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa COMPONEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 83/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de TELEVISOR EM CORES, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 65/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa BENFICA INDÚSTRIA DE PERIFÉRICOS PARA INFORMÁTICA E IMPRESSÃO LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 45/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CONJUNTO TONALIZADOR, para o gozo dos incentivos previstos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 66/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa SAWEM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 016/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de PARTES E PEÇAS USINADAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 67/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa DENSETEC DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SISTEMAS E CHICOTES ELÉTRICOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 34/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de IMPRESSORA TÉRMICA e LEITOR MANUAL HÍBRIDO DE CÓDIGO DE BARRAS E TARJA MAGNÉTICA, para o gozo dos incentivos previstos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 68/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO/DIVERSIFICAÇÃO da empresa SABORES VEGETAIS DO BRASIL LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 72/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de EXTRATO AROMÁTICO DE VEGETAIS NATURAIS PARA BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS e CONCENTRADO, BASE E EDULCORANTE PARA BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 69/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa TOMATEC FÁBRICA DE PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA. na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 51/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de MÓVEIS DE MADEIRA para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 4º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 70/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa MANULI DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 042/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA), para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 71/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa RHEMA FILMS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PELÍCULAS SOLARES LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 88/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de PELÍCULA AUTO-ADESIVA DE PLÁSTICO PARA CONTROLE DE RAIOS SOLARES, EM ROLO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 72/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FLEX IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MOTORES LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 047/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CONVERSOR DE CORRENTE CA/CC-ADAPTADOR DE TENSÃO PARA BENS DE ÁUDIO E VÍDEO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 9º do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 73/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO/AMPLIAÇÃO da empresa DIXTAL BIOMÉDICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 89/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de APARELHO DE TERAPIA RESPIRATÓRIA - MÁQUINA DE ANESTESIA, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 74/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa PHILIPS DO BRASIL LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 073/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de APARELHO DE DEPILAR ELÉTRICO, para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 75/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FLEX IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MOTORES LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 069/2012- SPR/CGPRI/COAPI, para produção de AUTORRÁDIO COM DVD-PLAYER E GPS INTEGRADOS, para o gozo dos incentivos previstos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 76/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa CARBOQUÍMICA DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 80/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de ESTRUTURA FLUTUANTE - BALSA PARA TRANSPORTE e ESTRUTURA FLUTUANTE, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 77/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa DAFRA DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA. na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 84/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de BICICLETA ELÉTRICA (CICLO-ELÉTRICO) e MOTOCICLETA ACIMA DE 450 CM3, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 78/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa H-BUSTER DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 068/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de AUTORRÁDIO COM TV E DVD-PLAYER INTEGRADOS, para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 79/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FLEX IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MOTORES LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 071/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de AUTORRÁDIO COM DVD-PLAYER, para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 7º e 9º do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 80/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de ATUALIZAÇÃO da empresa CONSTRUTORA LAJES LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 61/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de ARTEFATO DE CIMENTO OU DE CONCRETO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 81/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 58/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de BATERIA PARA TELEFONE CELULAR, para o gozo dos incentivos previstos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 82/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa 3M MANAUS INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 53/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de FITA ADESIVA, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 83/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FLEX IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MOTORES LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 062/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CONVERSOR DE CORRENTE CONTÍNUA (CA/CC) - ADAPTADOR DE TENSÃO, para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 7º e 9º do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 84/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa MASA DA AMAZÔNIA LTDA. (FILIAL), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 81/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de TELEJOGO, para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 7º e 9º do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 85/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa SALCOMP INDUSTRIAL ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 74/2012- SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CONVERSOR CA/CC PARA "TABLET PC" (NÃO BASEADO EM TÉCNICA DIGITAL), para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 86/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa TRONY IND. E COM. DE PRODUTOS ELETRÔNICOS DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 57/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CÂMERA DE TELEVISÃO PARA USO EM CIRCUITO FECHADO DE TV, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 87/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FLEX IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MOTORES LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 70/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de AUTORRÁDIO COM TV E DVD-PLAYER INTEGRADOS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 88/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa BRAMONT MONTADORA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE VEÍCULOS S/A, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 85/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de VEÍCULO UTILITÁRIO - "JIPE" e VEÍCULO AUTOMOTOR PARA TRANSPORTE DE MERCADORIAS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 4º,7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 89/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa DIGIBRÁS INDÚSTRIA DO BRASIL S/A., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 77/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de LOUSA DIGITAL INTERATIVA COM TECNOLOGIA DE POSICIONAMENTO DE COORDENADAS POR UTRASSOM/INFRAVERMELHO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 90/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresaJABIL DO BRASIL INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 75/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de MODULADOR/DEMODULADOR PARA COMUNICAÇÃO DE DADOS VIA REDE TELEFÔNICA, para o gozo dos incentivos previstos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 91/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa AJEMANAUS INDÚSTRIA DE CONCENTRADOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 039/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CONCENTRADO PARA BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS e BASE PARA BEBIDAS NÃO ALCÓOLICAS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 92/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa CMC AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓCULOS E RELÓGIOS LTDA. na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 49/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de ARMAÇÃO PARA ÓCULOS, RELÓGIO DE PULSO e ÓCULOS DE SOL, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 93/12 - Art. 1° APROVAR o projeto técnico-econômico de IMPLANTAÇÃO da empresa TAI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 60/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para prestação de serviço de CONSTRUÇÃO e REFORMA PREDIAL, habilitando-a a pleitear área no Distrito Industrial Marechal Castello Branco e demais condições que estabelece;

Nº 94/12 Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa I-TI-TECHNOLOGY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 64/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL e UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO DE PEQUENO PORTE MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE - (UCP), para o gozo dos incentivos previstos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 95/12 - Art. 1° APROVAR o projeto técnico-econômico de IMPLANTAÇÃO da empresa EXACT COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 09/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LIGADOS A REDES ELÉTRICAS DE BAIXA E ALTA TENSÃO, para o Distrito Industrial, habilitando-a a pleitear área no Distrito Industrial Marechal Castello Branco e demais condições que estabelece;

Nº 96/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa GELNET TECNOLOGIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 87/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL, SEM TECLADO FÍSICO, COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE ("TOUCH SCREEN") - "TABLET PC", para o gozo dos incentivos previstos nos Artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 97/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa ERIN ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 66/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de ESTRUTURA FLUTUANTE - BALSA PARA TRANSPORTE, BARCOS PARA EMPURRAR OUTRAS EMBARCAÇÕES e ESTRUTURA FLUTUANTE, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

Nº 98/12 - Art. 1° AUTORIZAR a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA outorgar a Escritura de Compra e Venda do lote n° 5-2, localizado na Avenida dos Oitis, s/n - Expansão do Distrito Industrial Marechal Castello Branco, medindo 5.000,00 m², em nome da TORNEARIA E FERRAMENTARIA GUIDE LTDA., observadas as disposições legais pertinentes;

Nº 99/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa BOREDA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA. na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 78/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS) para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

N.º 100/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO da empresa ADITEX INDÚSTRIA E COMERCIO DE ADITIVOS QUÍMICOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 91/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de ADITIVO PARA ARGAMASSA, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

N.º 101/12- Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa SFPK POLÍMEROS PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA LTDA. na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 56/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS) para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 4º, 7º e 9º do Decreto-Lei n.° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

N.º 102/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa SENSE INDÚSTRIA DE BICICLETAS DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 048/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de BICICLETA ELÉTRICA (CICLO-ELÉTRICO), para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece;

N.º 103/12 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa TAE YANG DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INJEÇÃO PLÁSTICA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 54/2012-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º,4º e 9º do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA
Superintendente

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 337, DE 15 DE MAIO DE 2012

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias em 03/04/2012 e 08/05/2012 e nas reuniões extraordinárias realizadas em 17/11/2011 e 20/12/2011.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 172 de 28 de setembro de 2009 e pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos nas reuniões ordinárias em 03/04/2012 e 08/05/2012 e nas reuniões extraordinárias realizadas em 17/11/2011 e 20/12/2011.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002720/2011-53
Proponente: Prefeitura Municipal de Guararema
Título: Reforma e Revitalização do Estádio Municipal Sebastião Alvino de Souza
Registro: 01SP081452011
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 46.523.262/0001-31
Cidade: Guararema - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.049.245,11
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2098 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 14657-9
Período de Captação: da data de publicação até 04/11/2012.
2 - Processo: 58701.000078/2012-59
Proponente: Associação Miratus de Badminton
Título: Badminton Brasil Alto Rendimento
Registro: 02RJ006452007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 06.696.592/0001-04
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 1.000.153,55
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3522 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 31644-X
Período de Captação: da data de publicação até 30/05/2012.
3 - Processo: 58701.002950/2011-12
Proponente: Federação de Triathlon do estado do Rio de Janeiro
Título: Campeonato de Aquathlon 2012
Registro: 02RJ003852007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 29.169.273/0001-46
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 159.493,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0598 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 32909-6
Período de Captação: da data de publicação até 15/11/2012.

ANEXO II

1 - Processo: 58000.002557/2009-10
Proponente: Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Título: Atividades Esportivas de Participação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Valor aprovado para captação: R$ 727.677,51
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0322 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50491-2
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2012.
2 - Processo: 58701.001740/2009-92
Proponente: Associação Esportiva e Recreativa Olaria
Título: Projeto Olaria Formação de Atletas
Valor aprovado para captação: R$ 501.796,73
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0586 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 31235-5
Período de Captação: da data de publicação até 30/04/2013
3 - Processo: 58701.004606/2010-87
Proponente: Associação Saque de Ouro
Título: Taça São Paulo de Vôlei de Praia
Valor aprovado para captação: R$ 543.063,53
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4334 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8474-3
Período de Captação: da data de publicação até 31/03/2013.
4 - Processo: 58701.004757/2010-35
Proponente: Instituto Rumo Náutico
Título: Estrela do Mar 2011
Valor aprovado para captação: R$ 120.355,59
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2907 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 46349-3
Período de Captação: da data de publicação até 31/12/2012.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 8, DE 15 DE MAIO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS, no uso das suas atribuições definidas inciso I do art. 17 do anexo III à Portaria/MP nº 162, de 06 de abril de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o indicador de desempenho institucional para o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, pelo qual é fixado em 36 dias o prazo máximo para, em média, o DEST expedir respostas aos pleitos encaminhados para a análise e decisão do Departamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO FRANCISCO BARELLA

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 24, DE 14 DE MAIO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA, no uso da competência que lhe confere o art. 3º, inciso I, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU de 30 de junho de 2010, seção 2, página 75, e, tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 553, do Código Civil Brasileiro, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº: 04941.012257/2011-04, resolve:

Art. - 1º Aceitar a Doação de um terreno com 36.010,00m² de área - situado na Rua Alice Amaral, antiga Fazenda Carnaíbas de Dentro, no município de Guanambi, estado da Bahia - que tem como doadores Sr. Benjamim Vieira Costa e mulher, Anna Amélia Ribeiro Vieira, e Otelino Ferreira Costa e sua mulher, Maria Rita de Castro Costa, com as características constantes na escritura pública, passada em Notas do Tabelionato de Guanambi-Ba, no livro 14, folhas 18/19, em 11 de novembro de 1936, e registrada no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Guanambi, em 04 de setembro de 1989, sob matrícula nº 13.393, no livro 2/BQ.

Art. - 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ANTONIO ROCHA DIAS

SUPERINTENDÊNCIA
NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 20, DE 10 DE MAIO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SPU/RN, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso I do art. 3º da Portaria SPU 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme o disposto no inciso I, do art. 1º e no inciso II do art. 32, do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, e com a redação que lhe foi conferida na alínea "a", do Inciso I, do art. 2°, da Portaria n. ° 144, de 9 de julho de 2001, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e os elementos que integram o Processo nº 1079.010.141.63, resolve:

Art. 1º - Não aceitar a Doação, que o Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte está autorizado a fazer à União, com base na Lei /municipal nº 2.624, de 24 de abril de 1979, do terreno situado na Rua Capitão Abdon Nunes, s/n, Petrópolis, prolongamento da Rua Prefeita Eliane Barros, de propriedade da Prefeitura Municipal de Natal, cujo terreno mede 2.600,00m².

Art. 2º - O artigo anterior refere-se ao terreno nele descrito, o qual seria destinado para construção de residências militares pelo Comando da Marinha, 3º Distrito Naval de Natal, haja vista o desinteresse manifestado por esse último, às fls.36, do processo citado na presente portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Trabalho e Emprego

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 73, DE 8 DE MAIO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Portaria n.º 02 de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho - MTE, de conformidade com a documentação juntada no processo n.º 46219.004719/2012-15, constante às fls. 01 às fls. 71, HOMOLOGA O QUADRO DE CARREIRA DOCENTE da REDE GONZAGA DE ENSINO SUPERIOR (REGES), pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 08.667.147/0003-03 - mantenedora da Faculdade Reges de Osvaldo Cruz - com sede na Rua Chile, 501 - CEP: 17700-000 - Bairro Jardim das Bandeiras - Osvaldo Cruz - SP.

JOSÉ ROBERTO DE MELO.

PORTARIA Nº 75, DE 10 DE MAIO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Portaria n.º 02 de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho - MTE, de conformidade com a documentação juntada no processo n.º 46401.000302/2011-27, constante às fls. 01; fls. 22 às fls. 40; fls. 67 às fls. 69; fls. 95; fls. 96; e fls. 127 às fls. 152, HOMOLOGA O QUADRO DE CARREIRA DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO da FUNDAÇÃO PADRE ALBINO - CNPJ Nº 47.074.851/0001-42, Mantenedora das Faculdades Integradas Padre Albino - com sede na Rua dos Estudantes, 225 - CEP: 15809-144 - Catanduva - SP.

JOSÉ ROBERTO DE MELO.

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 107, DE 15 DE MAIO DE 2012

Institui, nos termos da Lei nº 12.527/2011, a estrutura de governança do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, da Constituição Federal; inciso I, do art. 9º, e o caput do artigo 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1° - Instituir, no âmbito do Ministério dos Transportes, a seguinte estrutura de governança do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, composta pelas seguintes funções:

I - Comitê Gestor do Serviço de Informações ao Cidadão;

II - Gerência do Serviço de Informações ao Cidadão;

III - Atendimento do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Art. 2º - O Comitê Gestor do SIC será composto pela Autoridade Responsável, prevista pelo Artigo 40 da Lei nº 12.527/2011, que o presidirá, pelo titular da Gerência do SIC e por representantes das seguintes unidades organizacionais:

I - Assessoria de Comunicações - ASCOM/GM;

II - Consultoria Jurídica - CONJUR;

III - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT;

IV - Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES;

V - Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT;

VI - Secretaria-Executiva;

VII - Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD/SE;

VIII - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO/SE.

§ 1º. O Ministro de Estado dos Transportes designará o suplente do Presidente do Comitê Gestor, indicado pelo titular.

§ 2º. Os representantes das áreas descritas nos incisos de I a VIII e seus suplentes serão indicados pelos titulares das respectivas unidades organizacionais ao Presidente do Comitê Gestor do SIC, que submeterá os nomes ao Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, para designação.

§ 3º. Os servidores e respectivos suplentes a que se refere o caput deste artigo devem ter compreensão da organização e do processo de trabalho na sua unidade organizacional, capacidade de articulação, poder de decisão e conhecimento da Lei de Acesso à Informação - LAI.

Art. 3º - Compete ao Comitê Gestor do SIC:

I - compatibilizar o funcionamento do SIC à legislação em vigor;

II - equalizar e harmonizar entendimentos sobre o SIC;

III - elaborar normas e definir regras de gestão e execução do SIC;

IV - definir e revisar indicadores de desempenho do SIC;

V - articular-se com os órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, objetivando o intercâmbio de seus respectivos Serviços de Informações ao Cidadão.

§ 1º. O Comitê elaborará o seu Regimento Interno, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da primeira reunião ordinária;

§ 2º. Os atos complementares necessários ao cumprimento desta Portaria serão baixados pelo Presidente do Comitê.

Art. 4º - O titular e o suplente da Gerência do SIC serão servidores indicados pelo Presidente do Comitê Gestor do SIC e designados pelo Secretário Executivo.

Art. 5º - Compete à Gerência do SIC:

I - Avaliar o desempenho do SIC;

II - Monitorar e controlar os prazos de atendimento das demandas do SIC, gerando alertas quando necessário;

III - Propor indicadores de desempenho;

IV - Gerar relatórios sobre os indicadores, identificando dificuldades no desempenho do SIC, submetendo-os à apreciação do Comitê para fins de publicação;

VI - Propor matéria para pauta de reunião do Comitê Gestor do SIC.

VII - Atender as proposições da Autoridade Responsável.

Art. 6º - O Atendimento do SIC deverá ser dotado de estrutura física e de pessoal, com o objetivo de exercer as seguintes atribuições:

I - Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

II - Receber documentos e requerimentos de acesso a informações;

III - Analisar as demandas e encaminhá-las às respectivas unidades competentes;

IV - Monitorar os procedimentos de coleta da informação nas unidades competentes;

V - Informar sobre a tramitação de documentos nas respectivas unidades;

VI - Receber as respostas às perguntas encaminhadas;

VII - Encaminhar as respostas aos requerentes;

VIII - Receber, acompanhar a tramitação e encaminhar resposta aos recursos apresentados; e

IX - Exercer outras atribuições que a Autoridade Responsável designar.

Art 7º - O Atendimento do SIC será realizado por no mínimo três servidores selecionados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/SAAD, para exercerem as atividades definidas no artigo anterior, os quais serão lotados na Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD e atuarão sob a responsabilidade da Gerência do SIC.

Parágrafo único: O Atendimento do SIC será chefiado por um de seus membros, indicado pelo Gerente ao Presidente do Comitê Gestor, que submeterá o nome ao Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, para designação.

Art. 8º - A Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD da Secretaria-Executiva deste Ministério prestará todo o apoio administrativo, logístico e tecnológico para a estrutura de governança do SIC.

Art. 9º - As unidades organizacionais do MT prestarão o apoio necessário à estrutura de governança do SIC.

Art. 10 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PAULO SÉRGIO PASSOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.464, DE 14 DE MAIO DE 2012

Aplica a penalidade de advertência à JORNAVE NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

O DIRETOR-GERAL EM EXERCÍCIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50305.001247/2011-58, considerando o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 311ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de advertência à empresa JORNAVE NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 09.590.020/0001-34, com sede na Passagem José Semião, nº 2.711, Comercial, Vitória do Jarí - AP, considerando os atenuantes apresentados nos autos, na forma do inciso I, do art. 78-A, da Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, por infringir o disposto no inciso V do art. 23, da Resolução nº 843-ANTAQ, de 2007.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 3.809, DE 9 DE MAIO DE 2012

Altera a Resolução n° 2.868, de 4 de setembro de 2008, que estabelece o regime de Autorização Especial para a prestação dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros, com extensão superior a 75 Km, indicados no Anexo I.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 011, de 7 de maio de 2012, no que consta do Processo nº 50500.064642/2008-30; e

CONSIDERANDO a necessidade de correção da relação de linhas para inclusão de serviço ativo na data de publicação da Resolução n° 2.868, de 4 de setembro de 2008, que não constou da relação publicada, bem como inclusão de serviço paralisado à época da publicação, mas ativo no sistema atualmente, RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Anexo I da Resolução n° 2.868, de 4 de setembro de 2008 para excluir os serviços constantes no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Alterar o Anexo I da Resolução n° 2.868, de 4 de setembro de 2008 para incluir os serviços constantes no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
em Exercício

ANEXO I

Empresa	Linha	Prefixo
COMERCIO E TRANSPORTE BOA ESPERANÇA LTDA	BELEM (PA) - BARAO DE GRAJAU (MA)	02114600
EMPRESA SÃO FRANCISCO LTDA	LUIS CORREIA (PI) - TUTOIA (MA)	18121520
VIAÇÃO ITAPEMIRIM S/A	AFONSO CLAUDIO (ES) - SÃO PAULO (SP) V. C. ITAPEMIRIM	17025800
VIAÇÃO VAB LTDA	BARRA MANSA (RJ) - ANDRELANDIA (MG)	07172120
EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA	SÃO PAULO (SP) - TRES LAGOAS (MS)	08044801

ANEXO II

Empresa	Linha	Prefixo
EXPRESSO GUANABARA S/A	BELEM(PA) - BARAO DE GRAJAU (MA)	02114600
EXPRESSO CONTINENTAL LTDA.	LUIS CORREIA (PI) - TUTOIA (MA)	18121520
VIAÇÃO ITAPEMIRIM S/A	ALEGRE (ES) - SÃO PAULO (SP) V. ITAPERUNA (RJ)	17025800

RESOLUÇÃO Nº 3.810, DE 9 DE MAIO DE 2012

Altera a Resolução n° 2.869, de 4 de setembro de 2008, que estabelece o regime de Autorização Especial para a prestação dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros, com extensão igual ou inferior a 75 Km, indicados no Anexo I.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 011, de 7 de maio de 2012, no que consta do Processo nº 50500.064642/2008-30; e

CONSIDERANDO a necessidade de correção da relação de linhas para inclusão de serviço ativo na data de publicação da Resolução n° 2.869, de 4 de setembro de 2008, que não constou da relação publicada, bem como inclusão de serviço paralisado à época da publicação, mas ativo no sistema atualmente e correção de prefixação de serviços em virtude de decisão da Diretoria Colegiada, RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Anexo I da Resolução n° 2.869, de 4 de setembro de 2008 para excluir os serviços constantes no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Alterar o Anexo I da Resolução n° 2.869, de 4 de setembro de 2008 para incluir os serviços constantes no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
em Exercício

ANEXO I

Empresa	Linha	Prefixo
AUTO VIAÇÃO UNIÃO LTDA	UNIÃO DA VITÓRIA (PR) - PORTO UNIÃO (SC) SÃO CRISTÓVÃO/SANTA ROSA	09171470
TAGUATUR - TAGUATINGA TRANSPORTE E TURISMO LTDA.	BRASÍLIA (DF) - AGUAS LINDAS DE GOIAS (GO)	12037170
TAGUATUR - TAGUATINGA TRANSPORTE E TURISMO LTDA.	BRASÍLIA (DF) - CIDADE ECLETICA (GO)	12037171

ANEXO II

Empresa	Linha	Prefixo
TAGUATUR - TAGUATINGA TRANSPORTE E TURISMO LTDA.	BRASÍLIA (DF) - CIDADE ECLETICA (GO)	12037170
TAGUATUR - TAGUATINGA TRANSPORTE E TURISMO LTDA.	BRASÍLIA (DF) - AGUAS LINDAS DE GOIAS (GO)	12037171

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 3.811, DE 9 DE MAIO DE 2012

Altera a Resolução n° 3.751, de 20 de dezembro de 2011, que alterou a Resolução n° 2.868, de 4 de setembro de 2008, que estabelece o regime de Autorização Especial para a prestação dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros, com extensão superior a 75 km, indicados no Anexo I.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 011, de 7 de maio de 2012, no que consta do Processo nº 50500.064642/2008-30; e

CONSIDERANDO a duplicidade ocorrida em virtude da inclusão de serviços já existentes no rol do Anexo I da Resolução n° 2.868, de 4 de setembro de 2008; RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Anexo II da Resolução n° 3.751, de 20 de dezembro de 2011 para excluir os serviços constantes no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
em Exercício

ANEXO I

Empresa	Linha	Prefixo
VIACAO COMETA S/A	SAO PAULO (SP) - JUIZ DE FORA (MG)	08005301
VIACAO COMETA S/A	SAO PAULO (SP) - JUIZ DE FORA (MG)	08005302

RESOLUÇÃO Nº 3.813, DE 9 DE MAIO DE 2012

Aprova a primeira revisão ordinária da Agenda Regulatória referente ao biênio 2011/2012.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 25, inciso VIII da Resolução ANTT nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DJB - 062, de 4 de maio de 2012, e no que consta do Processo nº 50500.080870/2011-52, resolve:

Art. 1º Aprovar a primeira revisão ordinária da Agenda Regulatória no âmbito da ANTT referente ao biênio 2011/2012, nos termos do Anexo a esta Resolução, e determinar que seja disponibilizada para conhecimento dos interessados no sítio eletrônico da ANTT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
em Exercício

ANEXO

AGENDA REGULATÓRIA 2011/2012 Revisada

Eixo Temático 1 - Temas Gerais
Comissões Tripartites
Análise da Oferta de Bens da Concessão em Garantia de Financiamentos
Consolidação dos Direitos e Deveres do Usuário
Apuração de Infrações e Aplicação de Penalidades
Receitas alternativas
Tratamento das manifestações recebidas pela Ouvidoria
Glossário de Termos Técnicos
Procedimento para autorização de emissão de títulos mobiliários sem oferta de garantias

Eixo Temático 2 - Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida
Isenção de Pedágio para Veículos Locados em Uso Oficial
Compatibilidade Ano Civil vs. Ano Concessão
Revisão da Regulamentação de RDT
Definição dos Preceitos de Revisão Ordinária, Extraordinária e Quinquenal
Metodologia de Cálculo do WACC para o seu Uso no Fluxo de Caixa Marginal
Procedimentos para execução de obras e serviços
Penalidades

Eixo Temático 3 - Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
Acessibilidade
Terminal Adicional
Bilhete de Passagem
Emissão de Declaração de Regularidade Fiscal
Esquema Operacional do transporte semiurbano
Multiplicadores Tarifários dos Serviços Diferenciados
Características Veiculares e Definição dos tipo de serviços
Revisão das Penalidades
Revisão da Regulamentação de Fretamento
Proposta de adequação do Decreto nº 2.521/1998 ao ProPass
Passe Livre
Transporte de Animais
Sistema de Monitoramento Automatizado
Inspeção Técnica Veicular
Regras para Utilização de Veículos de Terceiros
Tacógrafo
Indicadores de desempenho dos serviços regulares
Revisão de Regras para Transferência de Outorga e Controle Societário.
Informações apresentadas pelas transportadoras sobre os serviços prestados
Revisão da regulamentação de identificação de passageiros
Regulamentação das medidas administrativas aplicáveis em fiscalização

Eixo Temático 4 - Transporte Ferroviário de Passageiros
Revisão da regulamentação do transporte ferroviário não regular de passageiros
Regulamentação do transporte ferroviário regular de passageiros

Eixo Temático 5 - Transporte Ferroviário de Cargas
Metodologias e Procedimentos de Revisão Tarifária
Caracterização do serviço adequado
Regulamentação do art. 22 da Resolução ANTT n.º 3.695

Eixo Temático 6 - Exploração da Infraestrutura Ferroviária e arrendamento de ativos operacionais
Exploração de Faixa de Domínio
Pedidos de Compensação de Créditos Referentes a Parcelas de Arrendamento.
Segurança na Utilização da Infraestrutura Ferroviária.
Reversibilidade de bens
Revisão da Resolução ANTT n.º 2.695
SICFER
Seguros exigíveis
Novo modelo ferroviário
Devolução de trechos ferroviários

Eixo Temático 7 - Transporte Rodoviário de Cargas
Pagamento eletrônico do Frete
Revisão do Regulamento de Transporte de Produtos Perigosos.
Revisão da Regulamentação do RNTRC
Revisão da Regulamentação do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas
Transporte Rodoviário de Carga Própria

Eixo Temático 8 - Transporte Multimodal
Consolidação das Informações sobre Transporte Multimodal de Cargas.

DELIBERAÇÃO Nº 102, DE 9 DE MAIO DE 2012

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DNM - 010, de 2 de maio de 2012, e no que consta do Processo nº 50505.003694/2012-76, delibera:

Art. 1º Autorizar a Spiridon Promoções e Eventos a realizar a "Corrida da Ponte", na BR-101/RJ, Ponte Presidente Costa e Silva (Rio de Janeiro - Niterói), trecho concedido à Concessionária da Ponte Rio - Niterói S.A., desde que sejam atendidas as condicionantes operacionais previstas no referido processo, que o planejamento do evento seja realizado em conjunto com a Concessionária e que os custos sejam assumidos integralmente pela interessada, sem ônus para a tarifa de pedágio.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
em Exercício

DELIBERAÇÃO Nº 103, DE 9 DE MAIO DE 2012

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto-Vista DAL - 002, de 7 de maio de 2012, e

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; no artigo 14º, § 1º da Resolução nº 2689, de 16 de maio de 2008; e as manifestações da área técnica procedidas nos autos do Processo nº 50505.063064/2010-99, DELIBERA:

Art. 1º Conhecer do recurso interposto pela Concessionária Acciona Rodovia do Aço e, no mérito, dar-lhe provimento, tornando sem efeito o Auto de Infração nº 01162.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
em Exercício

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

DESPACHOS DE 10 DE MAIO DE 2012

Processo CNMP nº 0.00.000.000327/2012-23
Requerente: Vilmar Freire

DESPACHO

[…] Desta forma, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000329/2012-12
Requerente: Keli Bernardes dos Santos

DESPACHO

[…] Desta forma, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Diante do caso relatado, encaminhe-se cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento e adoção de providências cabíveis.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

Processo CNMP nº 0.00.000.000422/2012-27
Requerente: Tadeu Azevedo Pereira de Lyra

DESPACHO

[…] Assim, tendo em vista a manifesta incompetência deste Conselho Nacional, arquive-se o pedido nos termos do art. 39, § 6º, do Regimento Interno.

Publique-se. Comunique-se à parte requerente por correio eletrônico.

CRISTINA SOARES DE OLIVEIRA E ALMEIDA NOBRE
Secretária-Geral
Adjunta

PLENÁRIO

DECISÃO DE 14 DE MAIO DE 2012

PROCESSO N° 0.00.000.000407/2012-89
ASSUNTO: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo (RIEP)
REQUERENTE: Fernando Ludwig Valdez
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

DECISÃO

(...)Em que pese a louvável preocupação do Requerente com o uso do erário em seu município, faltam nos autos fatos concretos que pudessem ensejar a intervenção deste Conselho. Tampouco consta notícia sobre qualquer omissão do Ministério Público do Rio Grande do Sul em apurar as ilegalidades mencionadas.

Pelo exposto, inexiste, a nosso juízo, situação que permita a sindicância de atos administrativos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul por parte deste Conselho. Destarte, determino, monocraticamente, após as providências de estilo, o arquivamento desta RIEP pela Coordenadoria de Processamento de Feitos, nos termos do art. 46, X, "a", c/c art. 39, § 2º do RICNMP.

Publique-se e cumpra-se.

FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA
Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL
DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 43, DE 10 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas prerrogativas constitucionais, legais e regulamentares, e:

1) CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo nº 1.36.000.000258/2007-82, instaurado de ofício com o objetivo de verificar o atendimento ao direito à educação da comunidade indígena Javaé da Aldeia Wahuri, Ilha do Bananal;

2) CONSIDERANDO que, segundo informações prestadas pela Secretaria de Educação do Tocantins - SEDUC/TO, a última professora que lecionou na referida aldeia abandonou o cargo no mês de agosto de 2009, e até o presente momento a escola encontra-se desprovida de docência;

3) CONSIDERANDO que a SEDUC/TO solicitou ao cacique da aldeia a indicação de um outro professor para assumir as aulas, porém até então o direito à educação da Comunidade Indígena Javaé da Aldeia Wahuri está prejudicado;

4) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público da União a defesa dos bens, direitos e interesses coletivos das comunidades indígenas, com supedâneo no Art. 5º, III, "e", da Lei Orgânica do MPU;

5) CONSIDERANDO que uma das funções institucionais do Ministério Público é zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme determina o art. 129, II da CRFB/88;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público, com o com o objetivo de verificar o atendimento ao direito à educação da comunidade indígena Javaé da Aldeia Wahuri, Ilha do Bananal.

VICTOR MANOEL MARIZ
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

PORTARIA Nº 207, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Centenário do Sul/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 208, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Congonhinhas/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 209, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Cornélio Procópio/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 210, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Florestópolis/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 211, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Figueira/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 212, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Guaraci/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 213, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Ibiporã/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 214, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Jaguapitã/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 215, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Jataizinho/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 216, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Leópolis/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 217, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Miraselva/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 218, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Nova América da Colina/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 219, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Nova Fátima/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 220, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República no Município de Londrina/PR, no uso de suas atribuições constitucionais, nos termos dos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e disposições constantes da Resolução CSMPF n.º 87/2006:

Considerando o ofício-circular n.º 42/2011/PFDC/MPF-GPC, por meio do qual foi solicitada a adoção de providências no sentido de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede pública de ensino, nos municípios integrantes desta Subseção Judiciária Federal de Londrina/PR, tendo em vista a reportagem veiculada no Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, que demonstrou a precariedade e inadequação dos produtos e confecção dos alimentos, além de outras irregularidades;

Considerando a decisão exarada em 12 de abril de 2012 nos autos de Inquérito Civil Público n.º 1.25.005.000663/2011-11, a qual determinou a instauração de procedimento apuratório específico para cada Município integrante da Subseção Judiciária Federal de Londrina/Pr para verificar o regular atendimento do Programa de Alimentação Escolar;

Considerando que, nos termos do disposto do art. 227, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando que, nos termos do disposto no art. 4º da Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), parágrafo único, A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;

Considerando que, o art. 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito à alimentação adequada como um direito de todo ser humano.

Considerando que a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/06), em seu art. 2º, dispõe que A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população;

Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem como objetivo o fornecimento de alimento a crianças e adolescentes matriculados na rede pública e filantrópica/comunitária do ensino básico, em caráter complementar, com recursos da União, nos termos da Lei n.º 11.947/2009

Considerando que ao Ministério Público compete tutelar os direitos individuais homogêneos, coletivos, os interesses sociais (art. 127 da Constituição da República Federativa do Brasil), bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a complexidade da matéria em análise, sendo insuficiente o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação de procedimento administrativo, cf. previsto no art. 4º, §1º e §4º da Resolução n.º 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, com o propósito de apurar o regular atendimento ao Programa de Alimentação Escolar na rede de ensino básico pelo Município de Nova Santa Bárbara/Pr.

Como primeiras providências, determino:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão sob o TEMA Merenda - Ensino Fundamental e Médio/Serviços/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO -, consoante artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

2 - a remessa de cópia dessa Portaria à PFDC, por e-mail, comunicando-a da instauração do presente apuratório, a fim de ensejar a sua publicação no Diário Oficial, de acordo com o art. 16, §1º, inciso I da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como a sua inclusão em base de dados da PFDC;

3 - a juntada, em sequência à Portaria, de cópia da Lei n.º 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE n.º 38/2009 e da Resolução CFN n.º 465/2010;

4 - expeça-se ofício à Secretaria Municipal de Educação para solicitar informações sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

JOÃO AKIRA OMOTO

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1, DE 27 DE ABRIL DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0294/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000496/2010-88, instaurado a partir do Ofício nº 167/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 33/06, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel denominado Rancho Alegre, situado no Lote 08 do Loteamento Takamura, bairro Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a ANTÔNIO SOARES DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, filho de Maria Soares da Silva e Fernando Ferreira Silva, nascido aos 13 de janeiro de 1966, natural de Serra Talhada/PE, portador do RG nº 18801518-SSP/SP e do CPF nº 250.685.328-60;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal no município de Presidente Epitácio/SP e a confirmação da identidade do proprietário do imóvel dos fatos;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Antônio Soares da Silva.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR- Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 454/2009.IC 033/2006 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 21.06.2006.Representado: Antonio Soares da Silva.Local: Lote 08 - Loteamento Takamura -Bairro Campinal - Pres. Epitacio/SP.BOPAmb 060137 - AIA 130703A - Data do Fato: 14.04.2006.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

PORTARIA Nº 2, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0354/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000594/2010-15, instaurado a partir do Ofício nº 163/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 25/06, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel situado no Lote 19, Agrovila I, bairro Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a JOÃO FELIZARDO PRIMO, brasileiro, casado, aposentado, filho de Antônio Felizardo Primo e Maria Francisco Felizardo, nascido aos 1º de abril de 1958, natural de Mirante do Paranapanema/SP, portador do RG nº 10.531.218-SSP/SP e do CPF nº 850.465.078-20; e a PAULO FELIZARDO PRIMO, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 14.483.749/SSP/SP e do CPF nº 060.857.188-10.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a confirmação da identidade dos autores dos fatos;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, João Felizardo Primo e Paulo Felizardo Primo.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR- Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 340/2009.IC 025/2006 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 21.06.2006.Representado: Paulo Felizardo Primo.Local: Lote 19 - Assentamento Lagoinha --Bairro Campinal - Pres. Epitacio/SP.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

TITO LÍVIO SEABRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012051600085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0406/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000675/2010-15, instaurado a partir do Ofício nº 426/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 05/08, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Regente Feijó, objetivando a apuração da existência de pastoreio e construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE de Capivara, situada na 5ª Área, no município de Taciba/SP, atribuída a BENJAMIN ALVES PEREIRA, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 26.109.454-3-SSP/SP e do CPF nº 290.626.168-87; e a MARIA HELENA PEREIRA, brasileira, casada, do lar, portadora do RG nº 25.937.704-1/SSP/SP.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica ambiental na propriedade mencionada e a confirmação e qualificação dos autores dos fatos;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Benjamin Alves Pereira e Maria Helena Pereira.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR- Ocupação irregular em área de preservação permanente no sítio Diamantino(Rio Paranapanema). Registro Gaema 493/2009.IC 005/2008 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Regente Feijó instaurado em 29.07.2008.Representado: Benjamin Alves Pereira.Local: Sítio Diamantino - Taciba/SP.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

a notificação de Benjamin Alves Pereira, para que informe se ainda é proprietário ou possuidor do imóvel referido acima, bem como se sua esposa também é proprietária ou possuidora do referido imóvel, encaminhando cópia da documentação comprobatória e a qualificação de ambos.

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 4, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo instaurado a partir de cópias do Termo Circunstanciado nº 0422/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000817/2010-44), instaurado a partir de cópias do Termo Circunstanciado nº 2004.61.12.006817-0, para a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel situado no Lote 13, do Loteamento Okimoto, Av. Pôr do Sol, 1-120, Distrito do Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a MONICA HIROMI OKIMOTO DA SILVA, casada, comerciante, filha de Eite Okimoto e Toriko Takehana Okimoto, nascida aos 06 de agosto de 1965, natural de Presidente Epitácio/SP, portadora do RG nº 13.041.021-4/SSP/SP ;e a JOSÉ CARLOS CARNEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, comerciante, filho de José Carneiro da Silva e Inez Idalina da Silva, nascido aos 09 de setembro de 1966, natural de Guaíra/PR, portador do RG nº 18.051.728-SSP/SP e do CPF nº 088.283.198-44.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Mônica Hiromi Okimoto da Silva e José Carlos Carneiro da Silva.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ªCCR. Procedimento Administrativo instaurado a partir de cópias do Termo Circunstanciado nº 006/2004(Proc. 2004.61.12.006817-0-2ª VF) para acompanhar a regularização da área de preservação permanente degradada às margens do Rio Paraná - construção irregular. Local do Fato: Sitio Okimoto - Bairro Campinal - Pres. Epiatcio/SP.AIA nº 262857D.TEI nº 181755C.Data do fato: 15.04.2004.Autuado: Monica Hiromi Okimoto da Silva.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 5, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0404/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000673/2010-26), instaurado a partir do Ofício nº 402/2010-GAEMA, que encaminhou os autos do Inquérito Civil nº 058/03, da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando apurar a existência de intervenção em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel denominado Estância Espelho D'Água, no lote 39, do Assentamento Fazenda Porto Velho, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a AILSON NERES BARBOSA, separado, filho de Júlio Neres Barbosa e Iracema Tonhi Barbosa, nascido aos 21 de janeiro de 1963, natural de Mirador/PR, portador do RG nº 241898/SSP/MS.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a confirmação do autor dos fatos e/ou identificação do responsável pela área degradada;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Ailson Neres Barbosa.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR -Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 545/2009.IC 058/2003 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 26.04.2004.Representado: Ailson Neres Barbosa.Local: Assentamento fazenda Porto Vellho - Bairro Ponte Nova - Pres. Epitacio/SP.BO-PAmb 030144 - AIA 44039B - Data do Fato: 09.06.2003.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 6, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0118/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000274/2010-65), instaurado a partir do Ofício nº 169/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 1.042/09, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel situado na Rodovia SPV-71, Km 18+500m, Sítio XV de Março, Agrovila I, Lote 54, Jardim Lagoa São Paulo, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a EDNEU RODRIGUES DE CAMARGO, brasileiro, casado, filho de José Rodrigues de Camargo e Iraci Ferraz de Camargo, nascido aos 02 de outubro de 1962, natural de Mirante do Paranapanema/SP, portador do RG nº 15.194.524-SSP/SP e do CPF nº 040.551.318-60.CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a confirmação da identidade dos autores dos fatos;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Edneu Rodrigues de Camargo.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 1042/2009.IC 1042/2009 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 29.10.2009. Representado: Edneu Rodrigues de Camargo. Local: Rodovia SPV-71, Km 18+500m, Sítio XV de Março, Agrovila I, Lote 54, Jardim Lagoa São Paulo, no município de Presidente Epitácio/SP.BOPMFM 009652 - AIA 036812A - Data do Fato: 28.09.1999.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 7, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0347/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000587/2010-13), instaurado a partir do Ofício nº 163/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 005/2009, que tramitava perante a Promotoria de Justiça de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel situado no Lote 19, Sítio XV de Março, Agrovila I, Distrito de Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a ROSILENE FERREIRA DA SILVA, brasileira, solteira, Monitora Educacional, filha de Ivanildo Felix da Silva e Francisca Aparecida, nascida aos 27 de março de 1980, natural de Anaurilandia/MS, portadora do RG nº 353505845-SSP/SP e do CPF nº 324.319.318-46.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Rosilene Ferreira da Silva.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 346/2009.IC 005/2009 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 01.12.2008.Representado: não tem.Local:Lote 19- Sitio XV de Marco -Agrovila I - Pres. Epitacio/SP(Rodovia SPV-71 sentido Campinal - KM 18).BOPAmb 030069 de 07.03.2003.Averiguada: Rosilene Ferreira da Silva.

DETERMINA:

1. a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

2. a juntada dos Termos de Declarações de Carlos Leite Alves e Rosilene Ferreira da Silva, nos autos do IPL nº 8-0405/2010.

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 8, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0235/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000437/2010-18), instaurado a partir do Ofício nº 190/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 001/2008, que tramitava perante a Promotoria de Justiça de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de interferências em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel localizado no Lote 03, Sítio São Pedro, Assentamento da CESP, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a LUIZ MANETTI, brasileiro, portador do RG nº 15.193.661-4-SSP/SP e do CPF nº 033.868.778-50.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Luiz Maneti e CESP.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 275/2009.IC 001/2008 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 07.01.2008.Representado: Luiz Maneti.Local: Area desmembrada da Fazenda Lagoinha - Pres. Epitacio/SP.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 9, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 051/2011 (Protocolo nº 1.34.009.000572/2011-36), instaurado a partir do Ofício nº 1458/11-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 331/2010, objetivando a apuração da existência de interferências em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE de Rosana, situada no imóvel denominado Fazenda Yara, situada no bairro Santa Rita, no município de Euclides da Cunha Paulista/SP, atribuída a CLEIDIR MACEDO, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 3.811.743-9-SSP/SP e do CPF nº 035.743.508-72 e SHEILA APARECIDA JORGE MACEDO, brasileira, casada, professora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a averiguação de responsabilidade da Companhia Energética de São Paulo e a qualificação completa dos autores dos fatos;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Cleidir Macedo, Sheila Aparecida Jorge Macedo e CESP.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do reservatório da UHE Rosana no rio Paranapanema. Ofício Gaema 1458/2011. IC 331/2010 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Teodoro Sampaio instaurado em 27.08.2010.Representados: Cleidir Macedo e Sheila Aparecida Jorge Macedo. Local: Fazenda Yara - Euclides da Cunha Paulista/SP. Data da Vistoria: 20.07.2011.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 10, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0433/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000884/2010-69), instaurado a partir do Ofício nº 749/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 380/09, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE de Rosana, situada no imóvel denominado Prainha de Euclides, no município de Euclides da Cunha Paulista/SP, atribuída a NELSON NICÁCIO DE LIMA.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a confirmação e a qualificação dos autores dos fatos;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Nelson Nicácio de Lima.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do reservatório da UHE Rosana no rio Paranapanema.Registro Gaema 380/2009.PI 030/2003 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Teodoro Sampaio instaurado em 31.07.2003.Representado: Nelson Nicacio de Lima.Local: Prainha de Euclides - Euclides da Cunha Paulista/SP.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 11, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0407/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000676/2010-60), instaurado a partir do Ofício nº 472/10-GAEMA, que encaminhou as Peças de Informação nº 068/03, objetivando a apuração da existência de construções irregulares em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motte, situada no imóvel denominado Sítio Estância Pontal, antiga Praia do Rubinho, localizada na Estrada SPV 35, Km 08, Estância Pontal, bairro Santo Anastácio, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a RUBENS CESTARI CAMPOS, brasileiro, pecuarista, filho de Benedito Antônio Cestari Campos e Ada Russo Campos, nascido aos 03/07/1964, natural de Presidente Venceslau/SP, portador do RG nº 27737425 e do CPF nº 062.124.238-14.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a identificação de todos os autores dos fatos;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Rubens Cestari Campos.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR -Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 269/2009.PI 068/2003 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 22.09.2003.Representado: Rubens Cestari Campos.Local: Sítio Estancia Pontal - Bairro Santo Anastácio - Pres. Epitacio/SP.BOPAmb 030078 - AIA 44023A - Data do Fato: 15.03.2003.BOPFM 050073 de 19.04.2005.-Apenso Rep. 121/2005(BOPAmb 058017 de 03.11.2005)

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 12, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 006/2012 (Protocolo nº 1.34.009.000128/2012-00), instaurado a partir d e cópias do Inquérito Policial nº 0001388-66.2007.403.6112, que tramitava perante a 2ª Vara Federal de Presidente Prudente, objetivando a apuração da existência de construções irregulares em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel denominado Pousada de Jorge Antunes, bairro do Porto, no município de Paulicéia/SP, atribuída a JORGE ANTUNES, brasileiro, casado, filho de José Antunes e Maria Gifano Antunes, nascido aos 08 de dezembro de 1942, natural de Rancharia/SP, portador do RG nº 7.426.742/SSP/SP e do CPF nº 025.160.808-59.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a identificação de todos os autores dos fatos;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Jorge Antunes.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - FLORA - 4ªCCR Resolução CONAMA nº 302/2002 - Procedimento Administrativo instaurado de ofício pela Portaria nº 001, de 13/02/2012, a partir de cópias do Inquérito Policial nº 8-0050/2007 , Processo nº 0001388-66.2007.403.6112 - 2ª VF de Presidente Prudente, para acompanhar o procedimento de regularização da área de preservação permanente degradada. Local do Fato: Lago da UHE - Sérgio Motta, no Município de Paulicéia/SP.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 13, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 048/2011 (Protocolo nº 1.34.009.000553/2011-18), instaurado a partir de cópias do Termo Circunstanciado nº 2007.61.12.001420-4, que tramitava perante a 3ª Vara Federal de Presidente Prudente, objetivando a apuração da existência de construções irregulares em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel denominado Rancho 2000, bairro do Porto, no município de Paulicéia/SP, atribuída a CARLOS ALBERTO CROCIOLLI, brasileiro, casado, agrônomo, filho de Nelson Crociolli e deolinda Novaes Crociolli, nascido aos 19 de abril de 1963, natural de Dracena/SP, portador do RG nº 12.912.037-7/SSP/SP e do CPF nº 040.673.358-90; a MARIA HELIETE BELOTTO CROCIOLLI, brasileira, casada, do lar, portadora do RG nº 18.736.763-2/SSP/SP e do CPF nº 058.791.058-57; a CLÁUDIO EDUARDO CROCIOLLI, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 16.451.765-SSP/SP e do CPF nº 058.790.448-82; a REGINA MÁRCIA FERREIRA CROCIOLLI, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 15.462.441/SSP/SP e do CPF nº 080.388.088-00; a GISELE ROSA CROCIOLLI MARLOW, brasileira, casada, arquiteta, portadora do RG nº 26.437.175-6/SSP/SP e do CPF nº 080.445.808-16; e a GUSTAVO MARLOW, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 19.532.430/SSP/SP e do CPF nº 108.096.228-45.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a qualificação de todos os autores dos fatos;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Carlos Alberto Crociolli, Maria Heliete Belotto Crociolli, Cláudio Eduardo Crociolli, Regina Márcia Ferreira Crociolli, Gisele Rosa Criciolli Marlow e Gustavo Marlow.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - FLORA - 4ªCCR ¿ Resolução CONAMA nº 302/2002 - Procedimento Administrativo instaurado de ofício pela Portaria nº 017, de 17/09/2011, a partir de cópias do Inquérito Policial nº 8-044/2007 , Processo nº 2007.61.12.001420-4 - 3ª VF de Presidente Prudente e Peça Informativa nº 457/2006, para acompanhar o procedimento de regularização da área de preservação permanente degradada. Local do Fato: Lago da UHE de Porto Primavera, Bairro do Porto, Município de Paulicéia/SP.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 14, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 050/2011 (Protocolo nº 1.34.009.000557/2011-98), instaurado a partir de cópias do Termo Circunstanciado nº 2007.61.12.001361-3, que tramitava perante a 3ª Vara Federal de Presidente Prudente, objetivando a apuração da existência de construções irregulares em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel denominado Rancho Luciana, bairro Quinta das Iaras, no município de Panorama/SP, atribuída a GENTIL AIRES, brasileiro, casado, aposentado, nascido aos 17 de dezembro de 1942, natural de Tupi Paulista/SP, filho de Luciano Aires e Rosa Aires, portador do RG nº 3925940 e do CPF nº 349.342.278-49; e a ALICE TERUEL AIRES, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.983.820 e do CPF nº 403.750.648-34.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a qualificação dos autores dos fatos;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Gentil Aires e Alice Teruel Aires.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - FLORA - 4ªCCR ¿ Resolução CONAMA nº 302/2002 - Procedimento Administrativo instaurado de ofício pela Portaria nº 018, de 10/10/2011, a partir de cópias do Inquérito Policial nº 8-0052/2007, Processo nº 2007.61.12.001361-3- 3ª VF de Presidente Prudente e Peça Informativa nº 474/2006, para acompanhar o procedimento de regularização da área de preservação permanente degradada. Local: Lago da UHE de Porto Primavera, Bairro Quinta da Laras, Município de Panorama.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 15, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 056/2008 (Protocolo nº 1.34.009.000542/2008-24), instaurado a partir do Ofício nº 1.308/08-PJMAPP, que encaminhou a Peça de Informação nº 58/03, que tramitava perante a Promotoria de Justiça de Teodoro Sampaio, objetivando a apuração da existência de intervenções em área de preservação permanente, situada no imóvel denominado Fazenda Margareth, no município de Teodoro Sampaio/SP, atribuída a MARGARETH DUARTE CARMO e AVELINO DUARTE CARMO.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais o aguardo do término das ações de desapropriação promovidas pelo Itesp e pelo INCRA, que envolvem a área investigada;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Margareth Duarte Carmo, Avelino Duarte Carmo, Itesp e INCRA.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - FLORA - 4ªCCR - Procedimento instaurado a partir do do recebimento de oficio do Ministério Público do Estado de São Paulo, na qual encaminha Peças de Informação nº 058/2003, do auto de infração ambiental nº 144985 e BO/PAmb nº 0303317, visando acompanhar o procedimento de regularização da área de preservação permanente degradada na Fazenda Margareth. local onde se verificou a supressão de 67 hectares de vegetação do tipo floresta estacional semidecídua em estágio inicial de regeneração. Local do Fato: Fazenda Margareth, Teodoro Sampaio/SP.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 16, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 004/2012 (Protocolo nº 1.34.009.000129/2012-46), instaurado a partir de cópias do Termo Circunstanciado nº 0001745-07.2011.4.03.6112, que tramitou perante a 1ª Vara Federal de Presidente Prudente, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do lago da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel localizado no Lote 21-B e C, Loteamento Estância Pontal, bairro Santo Anastácio, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a REINALDO BONI, brasileiro, casado, funcionário público estadual, nascido aos 14 de janeiro de 1943, natural de Urupês/SP, filho de Maria Doia Boni e Roberto Boni, portador do RG nº 3757265/SSP/SP e do CPF nº 205.076.588-68; e a APARECIDA CIRELLI BONI, brasileira, casada, do lar, nascida aos 08 de agosto de 1947, natural de Urupês/SP, filha de César Crivelli e Olga Crivelaro, portadora do RG nº 11.709.708/SSP/SP e do CPF nº 246576328-84.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Reinado Boni e Aparecida Cirelli Boni.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - FLORA - 4ªCCR ¿ Resolução CONAMA nº 302/2002 - Procedimento Administrativo instaurado de ofício pela Portaria nº 002, de 13/02/2012, a partir de cópias do Processo nº0001745-07.2011.403.6112 - 1ª VF de Presidente Prudente, para acompanhar o procedimento de regularização da área de preservação permanente degradada. Local do Fato: Lago da UHE Sérgio Motta, no imóvel situado no Lote 21 B e C, no Loteamento Estância Pontal, no município de Presidente Epitácio.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 19, DE 4 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 098/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000238/2010-00), instaurado a partir do Ofício nº 164/10-GAEMA, que encaminhou as Peças de Informação nº 013/2006, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel situado no Lote 37, Loteamento Okimoto II, bairro Campinal, no Município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a MITSUO EBIZAWA, brasileiro, casado, pescador, portador do RG nº 9.639.244/SSP/SP e do CPF nº 779.846.338-00.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Mitsuo Ebizawa.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 188/2009. PI 013/2006 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio instaurado em 22.05.2006. Representado: Mitsuo Ebizawa. Local: Lote 37 - Loteamento Okimoto II - bairro Campinal - Presidente Epitácio/SP. BOPAmb 060118 de 09.04.2006.

DETERMINA:

1. a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 20, DE 4 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0341/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000581/2010-46), instaurado a partir do Ofício nº 163/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 414/09, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no Sítio XV de Março, Rodovia SPV-71, Km 18, Agrovila I, Distrito do Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a CARLOS MAURÍCIO AMÉLIO, brasileiro, separado, comerciante, natural de Santo Anastácio/SP, nascido aos 14 de novembro de 1955, filho de Maurício Amélio e Domitila Sanches Amélio, portador do RG nº 7.961.678/SSP/SP.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a confirmação do responsável pelos danos ambientais;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Carlos Maurício Amélio.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 414/2009.IC 414/2009 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 20.10.2009.Representado: Carlos Mauricio Amelio.Local: Sitio XV de Marco -Agrovila I - Pres. Epitacio/SP(Rodovia SPV-71 sentido Campinal - KM 18).

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 21, DE 4 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0153/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000319/2010-00), instaurado a partir do Ofício nº 157/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 28/04, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de interferências em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no Lote 13-A, do Loteamento Estância Pontal, bairro Santo Anastácio, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a ANTONIO GUEDES, brasileiro, casado, comerciante, natural de Santo Anastácio/SP, nascido aos 27 de março de 1955, filho de Sebastião Guedes e Rosa Neves Guedes, portador do RG nº 8083096/SSP/SP e do CPF nº 778.979.518-04.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a confirmação dos responsáveis pelos danos ambientais;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Antônio Guedes.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 088/2009.IC 028/2004 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 14.10.2004.Representado: Antonio Guedes.Local: Lote 13-A - Loteamento Estancia Pontal -Bairro Santo Anastacio - Pres. Epitacio/SP.BO/PFM 048022 - AIA 145513A - Data do Fato: 23.07.2004.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 22, DE 4 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 095/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000235/2010-68), instaurado a partir do Ofício nº 164/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 21/06, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de interferências em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no Lote 17-A, do Loteamento Estância Pontal, bairro Santo Anastácio, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a MARCO ANTONIO DA SILVA CARDOSO, brasileiro, casado, caixa-frentista, natural de Santo Anastácio/SP, nascido aos 16 de agosto de 1966, filho de Hilton Landulano Cardoso e Maria Marta da Silva Cardoso, portador do RG nº 16851485/SSP/SP e do CPF nº 069.804.238-78.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a confirmação dos responsáveis pelos danos ambientais;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Marco Antônio da Silva Cardoso.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 272/2009.IC 021/2006 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 08.06.2006.Representado: Marco Antonio da Silva Cardoso.Local: Lote17-A do Loteamento Estancia Pontal -Bairro Santo Anastacio - Pres. Epitacio/SP.BOPAmb 048011 - AIA 130018A - Data do Fato: 14.05.2004.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 23, DE 4 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 154/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000320/2010-26), instaurado a partir do Ofício nº 169/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 085/2002, que tramitava perante a Promotoria de Justiça de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, denominada Pousada do Sol, situada na SPV-71 km 17, distrito do Campinal, no Município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a JOSÉ SHIGUERO SHINOTSUKA, brasileiro, casado, comerciante, filho de Teinosuke Shinotsuka e Hathua Shinotsuka, nascido em 31.05.1953, portador do RG nº 6.048.049/SSP/SP e do CPF nº 694.993.908-63 e AUGUSTO ALVES GOMES, brasileiro, casado, lavrador, portador do RG nº 8.761.338/SSP/SO e do CPF nº 325.148.758-20.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, José Shiguero Shinotsuka e Augusto Alves Gomes.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 813/09. IC 085/2002 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio instaurado em 15.12.2008. Representados: José Shiguero Shinotsuka e Augusto Alves Gomes. Local: Pousada do Sol, situada na SPV-71 km 17, distrito do Campinal - Presidente Epitácio/SP. BO/PFM 020293 - AIA 43324B - Data do Fato: 19.08.2002. Autuado: José Shiguero Shinotsuka. Obs.: Apenso PI 055/2002 - (BO/PFM 020237 - AIA 07954B - Data do fato: 18.07.2002. Autuado: José Shiguero Shinotsuka.

DETERMINA:

1. a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 24, DE 4 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0334/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000574/2010-44), instaurado a partir do Ofício nº 163/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 17/07, que tramitava perante a Promotoria de Justiça de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construções irregulares em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada na propriedade denominada Pousada do Sol, situada no Sítio XV de Março, Agrovila I, bairro Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a VALDECI NUNES GOMES, brasileiro, casado, natural de Pereira Barreto/SP, nascido aos 23 de agosto de 1955, filho de Jordão Nunes Gomes e Antônia Pimenta Oliveira, portador do RG nº 8452347/SSP/SP e do CPF nº 023.556.838-40.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Valdeci Nunes Gomes.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 485/2009.IC 017/2007 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 05.07.2007.Representado: Valdeci Nunes Gomes.Local: Sitio XV de Marco -Pousada do Sol - Agrovila I - Pres. Epitacio/SP.BOPAmb 060326 - AIA 195301A - Data do Fato: 25.08.2006.

DETERMINA:

1. a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

2. a juntada de cópia do Inquérito Policial nº 8-0453/2011 (3405.2011.000391-8).

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 25, DE 4 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0382/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000650/2010-11), instaurado a partir do Ofício nº 265/10-GAEMA, que encaminhou a Representação nº 060/2002, que tramitava perante a Promotoria de Justiça de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construções irregulares em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada na propriedade denominada Condomínio Panorama, localizada na Rodovia SPV-71, Km 17, bairro Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a HEITOR FALCÃO MARDINE, brasileiro, separado, funcionário público estadual, natural de Ponta Porã, nascido aos 13 de setembro de 1955, filho de Benjamin Mardine e Ideas Falcão Mardine, portador do RG nº 117.292/MT e do CPF nº 079.113.941-72.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a confirmação dos responsáveis pelos danos ambientais;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Heitor Falcão Mardine.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR- Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 268/2009.Rep. 060/2002 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 25.09.2002.Representado: Heitor Falcao Mardine e Augusto Alves Gomes.Local: Condominio Panorama -Rodovia SPV 71 - Km 17-Bairro Agrovila I - Pres. Epitacio/SP.BOPAmb 020283 - AIA 43322B - Data do Fato: 11.08.2002.Apenso Rep. 008/2004: BOPamb 030444 de 28.12.2003. Obs: Proc. Criml. 250/2005 - Comarca de Pres. Epitacio/SP contra Heitor Falcao Mardine.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 26, DE 4 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0234/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000436/2010-65), instaurado a partir do Ofício PRR/3ª Região nº 1002/2010, que encaminhou cópias dos autos nº 416.01.2008.004084-8/000000-000, em trâmite perante o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Panorama, objetivando a apuração da existência de interferências em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada na propriedade denominada Fazenda Campo Belo, localizada no município de Panorama/SP, atribuída a LUCIANO TASSI BARROCA, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 28.864.657/SSP/SP e do CPF nº 276.638.228-38.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de fiscalização na área, pela Polícia Ambiental, a fim de verificar a recuperação da área;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Luciano Tassi Barroca e Companhia Energética de São Paulo-CESP.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR. Peça Informativa instaurada a partir recebimento de ofício da PRR/3ª Região, para apurar eventuais danos ambientais decorrentes de ocupação irregular de 0,11 hectares dos 55,15 hectares da Fazenda Campo Belo (APP), adquirida por meio de Escritura de Desapropriação pela CESP, para a formação da Borda do Reservatório da UHE Sérgio Motta. Danos: Construção de passarela sem autorização, de piso de madeira, vigamento de madeira aparelhado, poste com luminária, pátio de manobras, piso de terra localizados na faixa de seguraça; conforme Relatório de Inspeção Ambiental e Patrimonial - RIAP/OOI nº 7508/2007. Proc. 416.01.2008.004084-8/000000-000 da Comarca de Panorama (Ação de Reintegração proposta pela CESP).

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 16, DE 12 DE ABRIL DE 2012

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Procedimento Administrativo nº 1.14.002.000086/2011-71

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República;

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 225 da Constituição Federal, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo e direito de todos, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público, com a colaboração da coletividade, o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 225, § 2º, da Constituição Federal, aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, confirme dispõe o artigo 225, § 3º, da Magna Carta;

CONSIDERANDO que a pesquisa e lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, nos termos do artigo 176, § 1º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a defesa do meio ambiente é função institucional do Ministério Público, conforme artigo 5º, inciso III, alínea "d" da Lei Complementar nº 75/93;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO o que consta do procedimento administrativo em epigrafe, instaurado visando apurar a exploração irregular de areia, em áreas situadas no Município de Campo Formoso/BA, atribuída, em tese, à Cooperativa de Extração e Serviços de Comercialização de Insumos Minerais (COOPESCIM) ;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução CSMPF nº 87, de 03 de agosto de 2006, alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Comunique-se à 4º CCR informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria por meio eletrônico, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006;

2. Reitere-se o ofício não respondido, dirigido ao DNPM;

3. Oficie-se ao INEMA, solicitando informações sobre o cumprimento da Notificação nº2011-017831/TEC/NOT-4604 por parte da Cooperativa de Extração e Serviços de Comercialização de Insumos Minerais (COOPESCIM), inscrita no CNPJ 13.261.400/0001-00, visando à execução do Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD no local da lavra de areia, devendo, ainda, esclarecer se o proprietário do imóvel é o Sr. Edmundo Gomes da Silva, conforme consta do RFA-1366/2011-11031 ou o S. Edson Correia da Silva, consoante noticiado no documento de fls. 24/28, cuja cópia deve acompanhar o ofício;

4. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 27, DE 4 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0116/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000272/2010-76), instaurado a partir do Ofício nº 164/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 36/08, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de interferências em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel denominado Fazenda Santo Antônio, localizado na Rodovia SPV-35, Km 14, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA PEREIRA DAS NEVES, brasileira, solteira, psicóloga, filha de Joaquim dos Reis Neves e Maria Zulmira Oliveira da F. Pereira, nascida aos 25 de junho de 1955, natural de Portugal, portadora do RG nº 6.970.968 e do CPF nº 075.518.038-07; e a MARIA ALEXANDRINA PEREIRA E NEVES, brasileira, solteira, psicóloga, filha de Joaquim dos Reis Neves e Maria Zulmira Oliveira da F. Pereira, nascida aos 29 de outubro de 1958, natural de Portugal, portadora do RG nº 6.970.969 e do CPF nº 058.875.718-70.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Maria de Fátima Oliveira Pereira das Neves e Maria Alexandrina Pereira e Neves.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 280/2009.IC 036/2008 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 22.07.2008.Representado: Maria Alexandrina Pereira das Neves e Maria de Fatima Oliveira das Neves.Local: Fazenda Santo Antonio - Pres. Epitacio/SP.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 28, DE 4 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0164/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000330/2010-61), instaurado a partir do Ofício nº 157/10-GAEMA, que encaminhou as Peças de Informação nº 027/2006, que tramitava perante a Promotoria de Justiça de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construções irregulares em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel denominado Rancho da D. Maria, localizado no Lote 35, do Projeto Lagoa São Paulo, Agrovila I, bairro Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a MARIA MARQUES DA SILVA, brasileira, casada, aposentada, filha de Antônio Joaquim Marques e Marcelina Rosa Azevedo, nascida aos 09 de abril de 1933, natural de Paremirim/BA, portadora do RG nº 10111606/SSP/SP e do CPF nº 041.346.168-83;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a confirmação e identificação de todos os responsáveis pelos danos ambientais;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Maria Marques da Silva.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR- Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 083/2009.IC 027/2006 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 21.06.2004.Representado: Maria Marques da Silva.Local: Rancho da D. Maria- Lote 35(Lagoa Sao Paulo) - Loteamento Joao Baiano - Agrovila I - Pres. Epitacio/SP.BOPAmb 070140 - AIA 152977A - Data do Fato: 14.05.2007.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 29, DE 4 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0159/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000325/2010-59), instaurado a partir do Ofício nº 157/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 020/04, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construções irregulares em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel localizado no Lote 26-A, do Loteamento Okimoto I, bairro Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a SÉRGIO JUNICHI OKIMOTO, brasileiro, casado, filho de Koichi Okimoto e Yoco Okimoto, nascido aos 02 de janeiro de 1964, natural de Presidente Venceslau/SP, portador do RG nº 15.553.463/SSP/SP e do CPF nº 062.122.278-02; e a MARIA APARECIDA TAVARES OKIMOTO, brasileira, casada, filha de Florisval Tavares Faria e Maria Tenório Cavalcante, nascida aos 04 de julho de 1967, natural de Presidente Epitácio/SP, portadora do RG nº 20.378.333-5/SSP/SP e do CPF nº 099.998.478-03;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Sérgio Junichi Okimoto e Maria Aparecida Tavares Okimoto.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR- Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 087/2009.IC 020/2004 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 14.06.2004.Representado: Sergio Junichi Okimoto.Local: Lote 26A - Loteamento Okimoto II -Bairro Campinal - Pres. Epitacio/SP.Termo Embargo/Interdicao 181448C - AIA 262827D - Data do Fato: 20.04.2004.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 30, DE 7 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0161/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000327/2010-48), instaurado a partir do Ofício nº 157/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 017/04, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construções irregulares em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel localizado no Lote 28-A, do Loteamento Okimoto II, bairro Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a JOSÉ AMAURI LENZONI, brasileiro, casado, agricultor, nascido aos 15 de outubro de 1957, natural de Santo Anastácio/SP, filho de Odair Lenzoni e Maria Izaltina B. Lenzoni, portador do RG nº 9.347.745/SSP/SP e do CPF nº 780.505.378-20; e MARIA LÚCIA CARVALHO LENZONI, brasileira, casada, nascida aos 06 de dezembro de 1960, natural de Santo Anastácio/SP, filha de Hernani de Vita Carvalho e Cleuza de Campos Carvalho, portadora do RG nº 7.595.986 e do CPF nº 245.626.648-00; MAURÍCIO APARECIDO CANCIAN, brasileiro, casado, lavrador, nascido aos 07 de agosto de 1953, natural de Ribeirão dos Índios/SP, filho de Herminio Cancian e Izaura Furini Cancian, portador do RG 8.525.772/SSP/SP e do CPF nº 004.935.948-76; e ARLETE MARIA DE DEUS CANCIAN, brasileira, casada, do lar, nascida aos 04 de abril de 1960, natural de Lagarto/SE, filha de João de Deus e Ana Maria de Almeida, portadora do RG 23.393.272-0/SSP/SP e do CPF nº 245.587.988-73; SÉRGIO BREDA VOLPE, brasileiro, casado, serralheiro, nascido aos 19 de agosto de 1969, natural de Ribeirão dos Índios/SP, filho de Gilberto Volpe e Carmem Breda Volpe, portador do RG nº 22.358.187 e do CPF nº 097.434.348-01; e SILVANA PEIXOTO VOLPE, brasileira, casada; HERNIVAL ANTÔNIO BREDA, brasileiro, casado, funileiro industrial, nascido aos13 de setembro de 1956, natural de Ribeirão dos Índios/SP, filho de Américo Breda e Júlia Souza Breda, portador do RG 9.140.674-2/SSP/SP e do CPF nº 812.294.538-49; e EDENIR ALEGRE BREDA. brasileira, casada, revisora, nascida aos 19 de maio 1959, natural de Ibiporã/PR, filha de Avelino Alegre e Mercedes Sartori Alegre, portadora do RG nº 13.400.383; ANTONIO CANDIDO DE ARAÚJO, brasileiro, comerciante, casado, portador do RG nº 7.219.711/SSP/SP e do CPF nº 781.077.338-00; e MARIA DE FÁTIMA NEVES ARAÚJO; ANISIA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, filha de José G. De Oliveira e Elidia de Oliveira, portadora do RG nº 5.130.752/SSP/SP e do CPF nº 262.029.648-04; SAMUEL ALVES FERREIRA, brasileiro, casado, lavrador, nascido aos 23 de junho de 1968, natural de Paranacity/PR, filho de Joaquim Alves Ferreira e Delourdes Carolina Consoli Ferreira, portador do RG nº 20.650.746 e do CPF nº 069.781.838-14; e LUCI HELENA SANCHES FERREIRA, brasileira, casada, professora, nascida aos 31 de agosto de 1969, natural de Ribeirão dos Índios/SP, filha de Marcel Sanches Olheira e Rosa Squiavolin Sanches, portador do RG nº 20.378.397-9/SSP/SP e do CPF nº 141.938.248-96; LUCIMEIRE VOLPE PINHEIRO;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a identificação dos responsáveis pelos danos ambientais;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, José Amauri Lenzoni, Maria Lúcia carvalho Lenzoni, Maurício Aparecido Cancian, Arlete Maria de Deus Cancian, Sérgio Breda Volpe, Silvana Peixoto Volpe, Hernival Antônio Breda, Edenir Alegre Breda, Antônio Cândido de Araújo, Maria de Fátima Neves Araújo, Anisia de Oliveira, Samuel Alves Ferreira, Luci Helena Sanches Ferreira e Lucimeire Volpe Pinheiro;

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR- Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 085/2009.IC 017/2004 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 14.06.2004.Representado: Anisia de Oliveira.Local: Lote 28A - Loteamento Okimoto II -Bairro Campinal - Pres. Epitacio/SP.Termo Embargo/Interdicao 181446C - AIA 262825D - Data do Fato: 20.05.2004.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 31, DE 7 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0353/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000593/2010-71), instaurado a partir do Ofício nº 155/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 020/07, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construções irregulares em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel localizado no Lote 05, da Rua Lagoa São Paulo, Loteamento João Baiano, Sítio XV de Março, bairro Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a ROMUALDO APARECIDO GRIGOLETTO VIOTO, brasileiro, casado, aposentado, nascido aos 26 de abril de 1957, natural de Lupionópolis/PR, filho de Olívio Vioto e Odila Grigoletto Viotto, portador do RG nº 95372210/SSP/SP e do CPF nº 925.845.198-87; e MARISA APARECIDA VIOTO, brasileira, casada, nascida aos 12 de julho de 1958, natural de Mauá/SP, filha de Severino Olímpio Bezerra e Benedita Maria Tondatti Bezerra, portadora do RG nº 23.989.197-1 e do CPF nº 306.687.598-95;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Romualdo Aparecido Grigoletto Vioto e Marisa Aparecida Vioto;

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR- Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 070/2009.IC 020/2007 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 05.07.2007.Representado: Romualdo Aparecido Grigoletto Vioto.Local: Lote 05 - Rua Lagoa São Paulo-Loteamento João Baiano - Sitio 15 de Marco - Bairro Campinal - Pres. Epitacio/SP.BOPAmb 060455 - AIA 156523A - Data do Fato: 10.12.2006.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 32, DE 7 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Preparatório nº 392/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000660/2010-57), instaurado a partir do Ofício nº 155/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 16/06, que tramitava perante a Promotoria de Justiça de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel situado no Lote 35B, Loteamento Okimoto, bairro Campinal, no Município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a SALVADOR ISAEL DE SOUZA, brasileiro, casado, aposentado, nascido em 29.12.1962, filho de Jovino José de Souza e de Maria Josefa Barbosa, portador do RG nº 19.249.345/SSP/SP e do CPF nº 084.168.678-52.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Salvador Isael de Souza.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 076/2009. IC 16/06 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio instaurado em 18.07.2007. Representado: Salvador Isael de Souza. Local: Lote 35B - Loteamento Okimoto - bairro Campinal - Presidente Epitácio/SP. BOPAmb 060102 - AIA 131000A - Data do fato: 05.04.2006.

DETERMINA:

1. a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 33, DE 7 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Preparatório nº 238/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000440/2010-23), instaurado a partir do Ofício nº 190/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 012/08, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, denominado Rancho Lago Dourado, situado no Lote 01, Agrovila I, Rua Lagoa São Paulo, no Município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a VALDIR FERNANDES, brasileiro, casado, portador do RG nº 13.441.667-3/SSP/SP e do CPF nº 354.983.159-53.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Valdir Fernandes.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 278/09. IC 012/08 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio instaurado em 05.08.2008. Representado:Valdir Fernandes. Local: Rancho Lago Dourado - Lote 01 - Agrovila I - Rua Lagoa São Paulo - Presidente Epitácio/SP. BOPAmb 070363 - AIA 205743A - Data do fato: 03.12.2007.

DETERMINA:

1. a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 35, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0121/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000277/2010-07), instaurado a partir do Ofício nº 169/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 1.037/09, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no imóvel denominado Sítio XV de Março, localizada no km 18 da rodovia SPV-71, Agrovila I, bairro Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a AURELINDO DE JESUS ALVES, brasileiro, casado, eletricista de autos, filho de Agenor Alves e Adelina de Jesus Alves, nascido aos 02 de setembro de 1951, natural de Álvares Machado/SP, portador do RG nº 7.629.330-SSP/SP e do CPF nº 780.628.298-04.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a confirmação da identidade dos autores dos fatos;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Aurelindo de Jesus Alves.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR- Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 1037/2009. IC 1037/2009 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio instaurado em 29.10.2009. Representado: Aurelindo de Jesus Alves. Local: Sítio XV de Março - Agrovila I - Presidente Epitácio/SP (Rodovia SPV-71 sentido Campinal - Km18). BOPMFM 009669 - AIA 036818A - Data do Fato: 11.10.1999.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 37, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Preparatório nº 221/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000408/2010-48), instaurado a partir do Ofício nº 154/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 028/07, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no Lote 05, Loteamento São Sebastião, no Município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a JOÃO GONÇALVES FILHO, brasileiro, casado, aposentado, filho de João Gonçalves e Anita Baclani, nascido em 04/07/1940, portador do RG nº 3.803.624/SSP/SP e do CPF nº 197.885.178-20 e VERA LÚCIA PINHEIRO GONÇALVES, filha de Maria Nair Pinheiro, nascida em 14/05/1948, portadora do RG nº 9.014.956/SSP/SP e do CPF nº 097.487.458-21;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, João Gonçalves Filho e Vera Lúcia Pinheiro Gonçalves.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 046/09. IC 028/07 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio instaurado em 05.07.2007. Representados: João Gonçalves Filho e Vera Lúcia Pinheiro Gonçalves. Local: Lote 05 - Loteamento São Sebastião - Presidente Epitácio/SP. BOPAmb 070103 - AIA 152969A - Data do fato: 31.03.2007.

DETERMINA:

1. a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 39, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Preparatório nº 279/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000481/2010-10), instaurado a partir do Ofício nº 167/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 016/04, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, situada no Lote 32, Loteamento Okimoto II, bairro Campinal, no Município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a ALCEU CRISTOFOLI, brasileiro, separado, aposentado, filho de Antonio Cristofóli e Ilma Cherubim Cristofóli, nascido em 14/09/1956, portador do RG nº 12.596.637/SSP/SP e do CPF nº 004.983.398-74;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Alceu Cristofoli.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 432/09. IC 16/04 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio instaurado em 14/06/2004. Representado: Alceu Cristofoli. Local: Lote 32 - Loteamento Okimoto II - bairro Campinal - Presidente Epitácio/SP. AIA 262826D - TEI 181447C - Data do fato: 20/04/2004.

DETERMINA:

1. a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 41, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0455/2010 (Protocolo nº 1.34.009.001096/2010-90), instaurado a partir de cópia do Inquérito Policial nº 2007.61.12.001417-4, que tramitava perante a 3ª Vara Federal de Presidente Prudente, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no imóvel denominado Rancho Amigos de Tupã, localizado noa Rua Astrapéia, s/nº, bairro do Porto, no município de Paulicéia/SP, atribuída a MÁRIO SÉRGIO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, filho de Ilírio Pereira da Silva e Diva Aparecida Colmati Pereira, nascido aos 06 de dezembro de 1957, natural de Tupã/SP, portador do RG nº 9.441.146/SSP/SP e do CPF nº 961.260.008-20; ALDEMIR MORALES GALHARINI, brasileiro, casado, aposentado, filho de Joaquim Morales e de Antônia Galharini Morales, nascido aos 08/01/1951, natural de Lucianópolis/SP, portador do RG nº 5724318/SSP/SP e do CPF nº 464.956.738-68; MÁRIO IEIRI, brasileiro, viúvo, aposentado, filho de Paulo Ieiri e de Aparecida Frias Ieiri, nascido aos 12 de agosto de 1945, natural de Tupã/SP, portador do RG nº 4.137.360/SSP/SP; EDER GÉRCIO AGUDO, brasileiro, casado, comerciante, filho de Baudin Agudo Coelho e Cecília Rocca S. Agudo, nascido aos 14 de setembro de 1961, natural de Tupã/SP, portador do RG 11741396/SSP/SP e do CPF nº 015.257.498-03; RENATO MOREIRA ZONER, brasileiro, casado, servidor público federal, filho de Domingos Zoner e Maria T. Da Silva Moreira Zoner, nascido aos 08 de outubro de 1957, natural de Tupã/SP, portador do RG nº 9.640.951/SSP/SP; ÁLVARO PEREIRA BIGNARDE, brasileiro, casado, comerciante, filho de Aldemiro Bignarde e Ana Pereira de Lima Bignarde, nascido aos 16 de julho de 1957, natural de Pompeia/SP, portador do RG 9441377/SSP/SP e do CPF nº 792.372.908-53; LUIZ CARLOS DA SILVA, brasileiro, casado, comerciante, filho de Sebastião Cândido da Silva e Guiomar Vitória T. Da Silva, nascido aos 15 de junho de 1955, natural de Ribeirão dos Índios/SP, portador do RG nº 8.849.988/SSP/SP; IWAO YAMANAKA, brasileiro, casado, aposentado, filho de Sutekichi Yamanaka e Tsuma Yamanaka, nascido aos 15 de dezembro de 1940, natural de Marília/SP, portador do RG nº 3575584/SSP/SP e do CPF nº 530.003.668-49; AILTON ROMERO ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, comerciante, filho de Wilson Alves Oliveira e Dulce Romero de Oliveira, nascido aos 30 de setembro de 1949, natural de Tupã/SP, portador do RG nº 4524171/SSP/SP; OLIVER SIMIONI, brasileiro, casado, aposentado, filho de Carlos Simioni e Maria Infante, nascido aos 26 de outubro de 1937, natural de São João da Boa Vista/SP, portador do documento de identidade nº 28096289/OAB/SP e do CPF nº 040.021.568-34; VALDECIR DA SILVA FERNANDES, brasileiro, casado, comerciante, filho de Guilherme da Silva Fernandes e Alice Cavallini da Silva Fernandes, nascido aos 29 de maio de 1953, natural de Santa Adélia/SP, portador do RG 10.224.407-8/SSP/SP; JOÃO BATISTA ESTEVES VALLIN, brasileiro, solteiro, aposentado, filho de João Siriaco Vallin e Ana Esteves Vallin, nascido aos 13 de junho de 1952, natural de São João da Boa Vista/SP, portador do RG nº 5547779/SSP/SP e do CPF nº 580.844.608-20; VALDIR AUGUSTO, brasileiro, casado, representante comercial, filho de Adriano Augusto e Maria Nunes, nascido aos 09 de setembro de 1950, natural de Bento de Abreu/SP, potador do RG 6.124.302/SSP/SP e do CPF nº 250.304.268-68;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a confirmação da identidade de todos os responsáveis;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Mário Sérgio Pereira da Silva, Aldemir Morales Galharini, Mário Ieiri, Eder Gércio Agudo, Renato Moreira Zoner, Álvaro Pereira Bignarde, Luiz Carlos da Silva, Iwao Yamanaka, Ailton Romero Alves de Oliveira, Oliver Simioni, Valdecir da Silva Fernandes, João Batista Esteves Vallin e Valdir Augusto.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - FLORA - 4ªCCR - Resolução CONAMA nº 302/2002 - Procedimento Administrativo instaurado de ofício pela Portaria nº 033, de 13/12/2010 a partir de cópias do Inquérito Policial nº 8-0046/2007, Processo nº 2007.61.12.001417-4 - 3ª VF de Presidente Prudente e Peça Informativa nº 466/2006, para acompanhar o procedimento de regularização da área de preservação permanente degradada. Local do Fato: Lago da UHE de Porto Primavera, rancho Amigos de Tupã, município de Paulicéia.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 42, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0447/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000974/2010-50), instaurado a partir de cópia do Termo Circunstanciado nº 2007.61.12.000237-8, que tramitava perante a 3ª Vara Federal de Presidente Prudente, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no imóvel denominado Pousada do Sol, localizado no bairro do Porto, no município de Paulicéia/SP, atribuída a ALESSANDRO OUTI, brasileiro, casado, empresário, filho de Carlos Hiroci Outi e Alba Rocha Outi, nascido aos 24 de dezembro de 1972, natural de São Paulo/SP, portador do RG nº 24304762/SSP/SP e do CPF nº 158.750.648-38; KATIA ELAINE DE MARCOS, brasileira, solteira, médica, filha de Hélio de Marcos e Maria Lucidora Delovo de Marcos, nascida aos 03 de janeiro de 1979, natural de Junqueirópolis/SP, portadora do RG nº 30.643.276-4/SSP/SP e do CPF nº 281.060.488-61; e CARLOS HIROCI OUTI, brasileiro, divorciado, médico, filho de Massaro Outi e Hatsumi Outi, nascido aos 02 de março de 1951, natural de Dracena/SP, portador do RG nº 4.943.156/SSP/SP e do CPF nº 825.474.918-34;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a vistoria técnica a ser realizada pela Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais de Presidente Prudente;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Alessandro Outi, Kátia Elaine de Marcos e Carlos Hiroci Outi.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - FLORA - 4ª CCR - Resolução CONAMA nº 302/2002 - Procedimento Administrativo instaurado de ofício pela Portaria nº 029, de 26/10/2010, a partir de cópias do Inquérito Policial nº 8-0641/2006, Processo nº 2007.61.12.000237-8 - 3ª Vara Federal de Presidente Prudente, para acompanhar o procedimento de regularização da área de preservação permanente degradada. Local do fato: Pousada do Sol, Lago da UHE de Porto Primavera, no Município de Paulicéia/SP.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 43, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0390/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000658/2010-88), instaurado a partir do Ofício nº 155/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 012/06, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no imóvel situado no Lote 17, do Loteamento Okimoto, bairro Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a WILSON GRIÃO, brasileiro, casado, funcionário público estadual, portador do CPF nº 970.795.378-00;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Wilson Grião.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR -Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 074/2009.IC 012/2006 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 22.05.2006.Representado: Decio Viaccava e Agostinho Gouveia.Local: Lote 17 - Loteamento Okimoto -Bairro Campinal - Pres. Epitacio/SP.(BOPAmb 060116 - AIA 44060A e BOPAmb 060178 - AIA 130860A).

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 44, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0350/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000590/2010-37), instaurado a partir do Ofício nº 163/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 059/2002, que tramitava perante a Promotoria de Justiça de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de intervenção em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no imóvel denominado Condomínio Panorama, situado na Rosovia SPV 71, Km 17, no bairro Campinal, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a OSVALDO JOSÉ DA SILVA, brasileiro, casado, aposentado, filho de José Miro da Silva e Maria Dores da Silva, nascido aos 23 de maio de 1945, natural de Pompéia/SP, portador do RG nº 4849509/SSP/SP e do CPF nº 316.908.158-68;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e confirmação da identidade de todos os responsáveis;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Osvaldo José da Silva.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 345/2009.IC 059/2002 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 09.02.2009.Representado: Osvaldo Jose da Silva e Augusto Alves Gomes.Local: Margem do Lago da UHE Sergio Motta - Lagoa Sao Paulo - Pres. Epitacio/SP..BOPAmb 020284 - AIA 43323B - Data do Fato: 11.08.2002.Autuado: Osvaldo Jose da Silva.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

TITO LÍVIO SEABRA

PORTARIA Nº 45, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0197/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000384/2010-27), instaurado a partir do Ofício nº 154/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 043/2007, que tramitava perante a Promotoria de Justiça de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no imóvel denominado Pousada Paraíso da Pesca, situado na Rua Lagoa São Paulo, s/nº, Loteamento João Baiano, Sítio XV de Março, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a RODRIGO DE OLIVEIRA RIGHETO, brasileiro, casado, professor, filho de Mário Paschoal Righeto e Raquel Galvão de Oliveira, nascido aos 17 de março de 1978, natural de Piracicaba/SP, portador do RG nº 29395070/SSP/SP e do CPF nº 213.833.368-06; MARCOS LUIZ RIGHETO, brasileiro, casado, encarregado, filho de Mário Righeto e Margarida Trevisan Righeto, nascido aos 04 de agosto de 1953, natural de Piracicaba/SP, portador do RG nº 6.490.584-6/SSP/SP e do CPF nº 720.126.098-72; e FRANKLIN ANTÔNIO FERREIRA, brasileiro, separado, pescador, filho de Nelson ª Ferreira e Augusta Antônia Ferreira, nascido aos 24 de abril de 1945, natural de São Paulo/SP, portador do RG nº 3.376.169/SSP/SP e do CPF nº 556.884.708-87;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e confirmação da identidade de todos os responsáveis;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Rodrigo de Oliveira Righeto, Marcos Luiz Righeto e Franklin Antônio Ferreira.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 054/2009.IC 043/2007 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 20.07.2007.Representado: Mario Pascoal Righeto.Local: Pousada Paraíso da Pesca - Sitio XV de Marco -Loteamento João Baiano - Pres. Epitacio/SP.BOPAmb 060411 - AIA 195312A - Data do Fato: 07.11.2006.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 46, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0313/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000553/2010-29), instaurado a partir do Ofício nº 154/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 066/07, que tramitava perante a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no imóvel situado na Rua Lagoa São Paulo, Lotes 01 e 02, do Loteamento Valdecir, Agrovila I, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a MARCOS AURÉLIO FRANCO, brasileiro, casado, engenheiro civil, filho de Zoilo Franco e Hercia Peperaio Franco, nascido aos 16 de março de 1958, natural de Presidente Bernardes/SP, portador do RG nº 9.347.825/SSP/SP e do CPF nº 005.004.358-71;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP e a apuração de todos os responsáveis;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Marcos Aurélio Franco.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR- Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 061/2009.IC 066/2007 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 19.11.2007.Representado: Zoilo Franco.Local: Lotes 01 e 02- Loteamento Valdecir -Bairro Agrovila I - Pres. Epitacio/SP.BOPAmb 070175 - AIA 152927A - Data do Fato: 09.06.2007.

DETERMINA:

a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 47, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, aquelas situadas ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

CONSIDERANDO que as Resoluções CONAMA definem como área de preservação permanente a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 0287/2010 (Protocolo nº 1.34.009.000489/2010-86), instaurado a partir do Ofício nº 167/10-GAEMA, que encaminhou o Inquérito Civil nº 032/07, que tramitava perante a Promotoria de Justiça de Presidente Epitácio, objetivando a apuração da existência de construção irregular em área de preservação permanente, às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no imóvel situado no Lote 07, da Quadra 03, Rua 01, nº 1-07, bairro do Pontal do Anastácio, no município de Presidente Epitácio/SP, atribuída a DIMAS VOLTARELLI FREITAS, brasileiro, casado, aposentado, filho de Vicente Paulo de Freitas e Joana Voltarelli, nascido aos 04 de agosto de 1939, natural de Presidente Prudente/SP, portador do RG nº 6.149.138/SSP/SP e do CPF nº 315.872.328-04; e GLÓRIA DE MELLO FREITAS, brasileira, casada, do lar, portadora do RG 517918/SSP/SP e do CPF nº 017.536.888-09;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, dentre as quais a realização de perícia técnica a ser realizada pela Polícia Federal nas propriedades situadas às margens do reservatório da UHE Sérgio Motta, no município de Presidente Epitácio/SP;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com a finalidade de investigar os fatos acima mencionados e apurar as responsabilidades dos envolvidos, com vistas à tomada das medidas adequadas, e eventual ajuizamento de ação civil pública, determinando a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a cópia de remessa para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP, de 17 de setembro de 2007).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Dimas Voltarelli Freitas e Glória de Mello Freitas.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR -Ocupação irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Paraná. Registro Gaema 452/2009.IC 032/2007 da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Pres. Epitacio instaurado em 20.07.2007.Representado: Dimas Voltareli Freitas.Local: Lote 09 - Loteamento Estancia Pontal -Bairro Santo Anastacio - Pres. Epitacio/SP.BOPAmb 070069 - AIA 189394A - Data do Fato: 11.03.2007.

DETERMINA:

1. a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

2. a juntada do Termo de Declarações de Dimas Voltarelli Freitas nos autos do Inquérito Policial nº 8-0407/2010.

LUÍS ROBERTO GOMES

PORTARIA Nº 121, DE 9 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar eventuais danos ao meio ambiente, em especial ao Rio Paraguai, em razão da implantação do sistema de saneamento básico e abastecimento de água do conjunto habitacional denominado "residencial Vila Real", localizado no Bairro Vila Real, Resolve converter a Peça de Informação (nº 1.20.001.000061/2012-61) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 4a CCR para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, § 2º, I, da Resolução nº 23/07/CNMP, com a afixação de cópia da Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias.

SAMIRA ENGEL DOMINGUES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 123, DE 10 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII e 7º, I, da Lei Complementar Federal n.º 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei n.º 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar a ocorrência de danos ambientais e adotar as medidas para sua reparação, em razão da manutenção do empreendimento Hotel 3 Rios Pantanal em área de preservação permanente, RESOLVE converter a Peça de Informação (nº 1.20.001.000115/2010-26) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 4a CCR para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, § 2º, I, da Resolução nº 23/07/CNMP, com a afixação de cópia da Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias.

SAMIRA ENGEL DOMINGUES
Procuradora da República

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 5, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo(a) procurador(a) da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.30.012.000623/2001-48 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

Descrição Resumida do(s) Fato(s) investigado(s): apurar supostas irregularidades nas condições de sanamento básico - Comunidades Indígenas - Angra dos Reis e Paraty

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Angra dos Reis, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, § 2º, I e II da Resolução CNMP nº 23/2007.

RICARDO MARTINS BAPTISTA

PORTARIA Nº 9, DE 3 DE ABRIL DE 2012

Interessados:Manuelita Macurape

A Excelentíssima Senhora Lucyana Marina Pepe Affonso de Luca, Procuradora da República no Estado de Rondônia, Representante Estadual da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que cuida de índios e minorias, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 129, III, da Constituição da República; artigo 5o, III, "e", da Lei Complementar no 75/1993; artigo 25, IV, "a", da Lei no 8.625/93; e pelo artigo 8o, §1o, da Lei no 7.347/85

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo, para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública (art. 129, III, da Carta Magna e artigo 5o, III, "e", da Lei Complementar no 75/1993);

CONSIDERANDO que dentre as funções acima mencionadas, compreende-se a defesa dos bens e interesses coletivos das comunidades indígenas (art. 5º, inc. III, "e" da LC 75/93);

CONSIDERANDO o teor da declaração apresentada a esta Procuradoria pela indígena Manuelita Macurape, em que relata a dificuldade em obter os benefícios da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a referida indígena declara que residia na Terra Indígena Ricardo Franco e, quando o esposo faleceu, mudou-se para Guajará-Mirim/RO, onde passou a trabalhar na zona rural, que atualmente está impossibilitada de trabalhar devido a sua idade avançada (sessenta anos de idade), e que já tentou ajuda na FUNAI mas não conseguiu qualquer avanço;

CONSIDERANDO que o artigo 6o da Constituição Federal estabelece que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, sendo estes garantidos a todos os cidadãos brasileiros;

CONSIDERANDO o disposto no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, de que toda pessoa tem direito à seguridade social, aos serviços sociais indispensáveis e à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle;

CONSIDERANDO o disposto no art. 24 da Convenção 169 da OIT, internalizada no ordenamento jurídico pátrio por meio do Decreto 5.051/04, que estende aos indígenas os direitos à seguridade social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social tem por finalidade assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente (art. 1o da Lei 8.213/91);

CONSIDERANDO que o segurado especial fará jus a aposentadoria por idade, ainda que a atividade rural tenha sido exercido de forma descontínua (art. 39 da Lei 8.213/91);

CONSIDERANDO que é segurado especial o indígena, nos termos da Instrução Normativa INSS/PRES nº 45, de 6 de agosto de 2010;

CONSIDERANDO que todos são iguais perante a lei sem qualquer distinção conforme preconiza o artigo 5º da Constituição Federal;

Resolve

INSTAURAR Inquérito Civil Público objetivando apurar irregularidades no processo de aquisição de beneficio da Previdência social da indígena Manuelita Macurape.

NOMEAR os servidores lotados junto a este ofício para atuar como Secretários no presente.

DETERMINAR como diligências preliminares as seguintes:

1. Registre-se e autue-se os documentos como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados ou apensados, naturalmente;

2. Oficie-se a FUNAI em Guajará-Mirim, com cópia integral do presente ICP, solicitando que providencie os documentos necessários e certifique os períodos de exercício de atividade da indígena MANUELITA MACURAPE na condição de segurada especial, bem como que a auxilie a efetuar o pedido de aposentadoria perante o INSS. Encaminhar cópia da decisão da referida autarquia previdenciária a este Ministério Público Federal. Fixe-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento, para a resposta quanto às providências que serão adotadas pela FUNAI quanto ao solicitado (§ 5º, art. 8º, LC 75/93).

Após a vinda das informações, venha o procedimento concluso para deliberação.

Cientifique-se a 6a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de sua Coordenadora, encaminhando-lhe cópia do presente e solicitando sua devida publicação na Imprensa Oficial.

LUCYANA MARINA PEPE AFFONSO DE LUCA

PORTARIA Nº 12, DE 10 DE MAIO DE 2012

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, com base no que preceitua o art. 129, II e V, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alínea "c", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público proteger os interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas;

CONSIDERANDO o encaminhamento a esta unidade ministerial do Procedimento Administrativo nº 1.33.001.000135/2001-58, instaurado no âmbito da Procuradoria da República no município de Blumenau/SC, visando a acompanhar a regularidade na prestação de programas sociais de transferência de renda do Governo Federal envolvendo a comunidade indígena da Terra Indígena Ibirama;

CONSIDERANDO a alteração nos artigos 4º e 5º, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006, promovida pela Resolução CSMPF nº 106/2010;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

RESOLVE converter o presente procedimento administrativo nº 1.33.001.000135/2001-58 em inquérito civil PÚBLICO, determinando:

1. Providencie-se os registros de praxe no Sistema ÚNICO;

2. Comunique-se à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal acerca da conversão do presente expediente em Inquérito Civil Público;

3. Oficie-se ao Posto da FUNAI em José Boiteux/SC, solicitando informações acerca das famílias indígenas cadastradas no Programa Bolsa Família, inclusive listando os nomes dos beneficiários. Prazo: 15 (quinze) dias;

4. Com a resposta ou transcorrido o prazo fixado, voltem conclusos.

FLÁVIO PAVLOV

PORTARIA Nº 14, DE 20 DE ABRIL DE 2012

Conversão de Procedimento Administrativo

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL fundamentado no art. 129, III, da Constituição da República c/c ao art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/1985 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, resolve converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.003.000114/2011-29 - instaurado para apurar notícias de precariedade dos serviços de saúde prestados pela FUNASA na comunidade Pankaiwka, haja vista a ausência de profissionais de saúde, de medicamento e de posto médico para atender à população local, assim como a deficiência do serviço de transporte de doentes e falta de água potável, - em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, haja vista que o sobredito procedimento foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (Art. 2º, § 6º, da Resolução nº 23/2001 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia devem ser complementadas.

Assim, determina:

a) Registro e autuação da presente Portaria juntamente com o procedimento administrativo nº 1.26.003.000114/2011-29, pelo Setor Jurídico, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, registrando-se como seu objeto: "apurar notícias de precariedade dos serviços de saúde prestados pela FUNASA na comunidade Pankaiwka, haja vista a ausência de profissionais de saúde, de medicamento e de posto médico para atender à população local, assim como a deficiência do serviço de transporte de doentes e falta de água potável" .

b) Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal , nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, § 1º, I, Resolução nº 87 CSMPF;

c) Afixação da presente portaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República Polo Serra Talhada - Salgueiro (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP).

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 16, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo(a) procurador(a) da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.30.014.000203/2003-11 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

Descrição Resumida do(s) Fato(s) investigado(s): Possível especulação imobiliária em área ocupada por comunidade caiçara - Praia do Sono, Reserva da Juatinga, Paraty-RJ.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Angra dos Reis, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, § 2º, I e II da Resolução CNMP nº 23/2007.

RICARDO MARTINS BAPTISTA

PORTARIA Nº 16, DE 2 DE MAIO DE 2012

Conversão de Procedimento Administrativo

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL fundamentado no art. 129, III, da Constituição da República c/c ao art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/1985 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, resolve converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.003.000112/2011-30 - instaurado para apurar notícias de que a comunidade indígena Atikum, situada em Carnaubeira da Penha/PE, estaria reivindicando a construção de um novo posto de saúde pela FUNASA , - em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, haja vista que o sobredito procedimento foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (Art. 2º, § 6º, da Resolução nº 23/2001 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia devem ser complementadas.

Assim, determina:

a) Registro e autuação da presente Portaria juntamente com o procedimento administrativo nº 1.26.003.000112/2011-30, pelo Setor Jurídico, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, registrando-se como seu objeto: "apurar notícias de que a comunidade indígena Atikum, situada em Carnaubeira da Penha/PE, estaria reivindicando a construção de um novo posto de saúde pela FUNASA" .

b) Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal , nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, § 1º, I, Resolução nº 87 CSMPF;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

c) Afixação da presente portaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República Polo Serra Talhada - Salgueiro (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP).

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 18, DE 9 DE MAIO DE 2012

Ângelo Giardini de Oliveira, Procurador da República em exercício na Procuradoria da República em Divinópolis/MG, com fundamento nas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129 da Constituição Federal de 1988 e pelo artigo 5º e seguintes da Lei Complementar nº 75/93,

CONSIDERANDO que, nos Autos da Reintegração de Posse nº 2007.38.11.004880-9, a União se comprometeu a regularizar a doação definitiva das terras da Fazenda Modelo Diniz à FUNAI para que seja reconhecida como Reserva Indígena;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal acompanhará a transferências dessas terras;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas (art. 129, inciso V, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, II da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

DETERMINA:

1) a conversão do Procedimento Administrativo Cível nº 1.22.012.000177/2011-15 em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, e do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, mediante correspondência eletrônica, para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, certificando-se nos autos;

3) a nomeação do servidor Lindomar Salvino Rodrigues, técnico administrativo, para funcionar como Secretário, nos termos do art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007 e art. 5º, V, da Resolução CSMPF nº 87/2006, que será substituído, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício na Secretaria Jurídica desta PRM;

4) o cumprimento do despacho proferido nesta data.

Em observância ao disposto no art. 9º da Resolução CNMP nº 23/2007 e no art. 15 da Resolução CSMPF nº 87/2006, o Secretário deverá acompanhar o prazo inicial de 1 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, cuja data de encerramento deverá ser anotada na capa dos autos, mediante certidão, após o seu transcurso.

Cumpra-se.

ÂNGELO GIARDINI DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 21, DE 26 DE ABRIL DE 2012

Expediente PR-AM-7886/2012.Assunto: Estruturação da FUNAI. Síntese: "Apurar denúncia de ausência de estrutura mínima necessária da Coordenação Técnica Local da FUNAI de Nhamundá/Mapuera, e desassistência dos indígenas residentes na respectiva área de competência". Procurador: 5º Ofício Cível - PR/AM. Data prevista para finalização: /04/ 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público Federal para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos, na defesa judicial e extrajudicial das populações indígenas, bem como a competência da Justiça Federal para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, nos termos do art. 5º, III, alínea "e", art. 6º, VII,"c", XI da Lei Complementar n. 75/93 e dos arts. 127, 129, V, e 109, XI, da CF/88;

CONSIDERANDO as atribuições do 5º Ofício Cível sobre os procedimentos relativos aos direitos das populações indígenas, das minorias e demais matérias afetas à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 13, I, da Resolução n. 001/2006, alterada pela Resolução n. 001/2010, ambas da Procuradoria da República no Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor das denúncias constantes no Expediente Administrativo PR-AM-7886/2012, de ausência de estrutura mínima da Coordenação Técnica Local da FUNAI de Nhamundá, bem como de desassistência dos indígenas residentes na respectiva área de competência;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "Apurar denúncia de ausência de estrutura mínima necessária da Coordenação Técnica Local da FUNAI de Nhamundá/Mapuera, e desassistência dos indígenas residentes na respectiva área de competência".

Como providências iniciais, DETERMINA-SE:

I - O envio do(s) expediente(s) correlato(s) à COJUR para autuação e registro no âmbito da PR/AM.

II - A comunicação da instauração à 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência, por meio de e-mail, 6ccr-admin@pgr.gov.br, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital.

III - O envio de cópia desta portaria à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

IV - A expedição de ofício à Coordenação Regional da FUNAI de Manaus, a fim de que preste esclarecimentos acerca dos fatos narrados no Expediente Administrativo PR-AM-7886/2012, informando o cronograma e o planejamento estratégico para estruturar a Coordenação Técnica Local de Nhamundá.

V - A designação do Servidor WILSON COLARES DA COSTA JUNIOR para secretariar os trabalhos.

VI - A fixação do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 31, DE 5 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, c e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000293/2011-14, instaurado a partir de ofício do Instituto Menire pelo qual é relatada a insatisfação dos indígenas Kayapos em relação ao não cumprimento de acordos por parte do DNIT e da FUNAI;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000293/2011-14, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Tendo em vista que tramita na Seção Judiciária do Pará, na 9ª Vara Ambiental, o processo número 0024855-66.2010.4.01.3900, que deverá retornar a esta Subseção Judiciária de Altamira por força da nova Portaria do TRF1 que determina que feitos envolvendo questões indígenas devem tramitar no foro do local do dano, aguardar a decisão sobre a petição já encaminhada pela PRPA solicitando o retorno dos autos do processo judicial a esta Subseção Judiciária da Justiça Federal em Altamira;

4 - Tão logo aportem em Altamira, solicitar os autos do processo em carga para análise;

5 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 34, DE 10 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, lotada na Procuradoria da República no Município de Sinop/MT, no exercício das atribuições institucionais conferidas pelos artigos 129 da Constituição da República e 5ª da Lei Complementar 75/93, e:

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, ademais, que a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

CONSIDERANDO a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

CONSIDERANDO, por derradeiro, a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal (Vencido o prazo mencionado no § 1º, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil);

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.000.001797/2011-85 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar conflito em terras indígenas, que seriam tradicionalmente ocupadas pela tribo Kayapó, na região do município de Peixoto de Azevedo/MT, bem como DETERMINAR:

I - a autuação, o registro e a publicação, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:VI - a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.) e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (A publicidade consistirá: I - na publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração do Inquérito Civil, do extrato do compromisso de ajustamento de conduta e no portal do Ministério Público Federal, aqueles atos bem como as promoções de arquivamento e outros atos que o presidente de Inquérito entender cabível);

II - a comunicação à Egrégia 6ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal (Da instauração do inquérito civil far-se-á comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, no prazo de 10 dias, sem prejuízo da publicidade prevista no art. 16, desta Resolução e, observando-se, sempre, as situações de sigilo);

III - elaboração de habeas corpus.

ANALÍCIA ORTEGA HARTZ

PORTARIA Nº 36, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo(a) procurador(a) da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.30.014.000041/2010-32 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

Descrição Resumida do(s) Fato(s) investigado(s): acompanhar a regularização fundiária da comunidade caiçara da Praia de Martins de Sá - Projeto Costa dos Golfinhos - Paraty/RJ.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Angra dos Reis, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, § 2º, I e II da Resolução CNMP nº 23/2007.

RICARDO MARTINS BAPTISTA

PORTARIA Nº 37, DE 24 DE ABRIL DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando os fatos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000185/2011-33, instaurado para acompanhar a regularização do porte de arma de fogo por parte dos indígenas caçadores localizados nos municípios de atribuição desta PRM;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000185/2011-33, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Expeça-se ofício à FUNAI de Altamira, questionando quanto à evolução do que informado no ofício de fls. 137-138 (juntar cópia);

3 - Expeça-se ofício ao Departamento da Polícia Federal, em Brasília, para que, oriente, em razão de suas atribuições no âmbito do SINARM, que providências a FUNAI - ou outro órgão - deve adotar para iniciar processo de regularização de porte de arma de índios caçadores das aldeias que não possuam nem registro, nem porte de armas;

4 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 48, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo(a) procurador(a) da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.30.014.000051/2010-78 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

Descrição Resumida do(s) Fato(s) investigado(s): acompanhar o processo de demarcação das terras indígenas de Rio Pequeno a ser efetivado pela FUNAI - Paraty/RJ

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Angra dos Reis, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, § 2º, I e II da Resolução CNMP nº 23/2007.

RICARDO MARTINS BAPTISTA

PORTARIA Nº 129, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, com fundamento no artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e no artigo 5º, inciso III, alínea "e" e artigo 6º, inciso VII, alínea "c", ambos da Lei Complementar nº 75/93,

Considerando que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que são funções institucionais do Ministério Público Federal, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo, para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública (art. 129, III, da Carta Magna e artigo 5º, III, alínea "e", da Lei Complementar no 75/1993);

Considerando que compete ao Ministério Público Federal defender os direitos e interesses das populações indígenas (art. 129, inciso V, da Lei Fundamental e art. 37, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93);

Considerando o Termo de Declarações do indígena Amarildo Martins em que relata dificuldades para ser regularmente contratado por não possuir documento Registro Civil e registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

Considerando o dever da Funai de, quando necessário, acompanhar indígenas para realização de Registro Civil.

Considerando a existência de diligências pendentes, bem como o esgotamento do prazo de tramitação do procedimento administrativo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, conforme dispõe o inciso I do art. 2º da Resolução nº 87/2010 do CSMPF, com o objetivo de acompanhar a expedição de documentação de registro civil em favor do indígena Amarildo Martins.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no art. 16, § 1º, I, da Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

MARCIA BRANDÃO ZOLLINGER

PORTARIA Nº 131, DE 3 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República que subscreve, com fundamento no artigo 129, incisos II e III da Constituição da República e no artigo 5º, inciso III, alínea "e" e artigo 6º, inciso VII, alínea "c", ambos da Lei Complementar nº75/93;

Considerando que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que são funções institucionais do Ministério Público Federal, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988 (art. 129, III, da Constituição da República);

Considerando que também é função institucional do Ministério Público Federal a proteção ao patrimônio cultural brasileiro e aos direitos e interesses coletivos (art. 5°, III, "c" e "e" da Lei Complementar 75/93);

Considerando que compete ao Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil Público e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio sócio-cultural brasileiro, do meio-ambiente e dos direitos individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos às minorias étnicas;

Considerando que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos, conforme o disposto no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

Considerando a necessidade de acompanhar as providências a cargo do INCRA para promover o reconhecimento e titulação da área correspondente ao quilombo Itambé;

Resolve converter o presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com objetivo de acompanhar o processo de regularização fundiária do Quilombo Itambé, localizado no município de Chapada dos Guimarães/MT, adotando-se a seguinte ementa (resumo):

"Quilombo. Acompanhamento do processo de reconhecimento e titulação do território quilombola conhecido como ITAMBÉ, localizado no município de Chapada dos Guimarães/MT."

Por oportuno, com arrimo no artigo 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, determino a expedição de ofício ao INCRA, solicitando informações com relação ao atual estágio do processo administrativo nº 54240.005178/2005-66 tendo em vista que a instauração deste ocorreu há vários anos, bem como as providências já adotadas e as que serão realizadas.

Comunique-se à Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

MARCIA BRANDÃO ZOLLINGER

PORTARIA Nº 161, DE 14 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento no artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e no artigo 5º, inciso III, alínea "e" e artigo 6º, inciso VII, alínea "c", ambos da Lei Complementar nº 75/93,

Considerando que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que são funções institucionais do Ministério Público Federal, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo, para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública (art. 129, III, da Carta Magna e artigo 5º, III, alínea "e", da Lei Complementar no 75/1993);

Considerando que compete ao Ministério Público Federal defender os direitos e interesses das populações indígenas (art. 129, inciso V, da Lei Fundamental e art. 37, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93);

Considerando que, dentre as funções acima mencionadas, compreende-se a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas (art. 129, inciso V, da Constituição da República);

Considerando a notícia de que a ausência de demarcação do território ocupado pelos índios Arara do Rio Guariba tem gerado insegurança e prejuízo aos índios daquela etnia, especialmente com a invasão da área e a extração irregular de madeira;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, conforme dispõe o inciso I do art. 2º da Resolução nº 87/2010 do CSMPF, com o objetivo de acompanhar o procedimento de demarcação das terras ocupadas pelos índios Arara do Rio Guariba, adotando-se a seguinte ementa (resumo):

Indígena e minorias. Pleito de demarcação das terras ocupadas pelos índios da etnia Arara do Rio Guariba. Indícios da ocorrência de desmatamento e extração ilegal de madeira na área. Necessidade de acompanhamento do procedimento de demarcação para assegurar a proteção dos direitos indígenas e do seu território.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no art. 16, § 1º, I, da Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

MARCIA BRANDÃO ZOLLINGER

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 6, DE 24 DE ABRIL DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei n° 7.347/85; a Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que foi autuado nesta Procuradoria da República em Arapiraca, em 23 de março de 2011, o Procedimento Nº 1.11.001.000036/2011-13, com o fito de apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa, atribuídas, em tese, ao ex-prefeito do município, Sr. Fernando Jose de Araújo Lou, especificamente no que tange a execução do convênio nº 800107/2006, celebrado com o Ministério da Educação;

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares; RESOLVE, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução n° 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como do art. 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, CONVERTER este feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando o registro e publicação da presente portaria, bem como a adoção das seguintes diligências:

a) comunique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a Conversão do presente Inquérito Civil Público, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como seja enviada cópia desta Portaria para ao setor competente da Procuradoria Geral da República para fins de veiculação na Imprensa Oficial;

b) junte-se aos autos cópia do processo de prestação de contas nº 23400.001211/2005-75, enviada pelo Ministério da Educação;

c) oficie-se ao FNDE, para que informe se já foi encerrada a análise do referido processo de prestação de contas, especialmente a análise financeira, solicitando os resultados obtidos;

Após cumpridas as determinações, voltem os autos conclusos para deliberação.

JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 11, DE 19 DE MARÇO DE 2012

Determina a conversão, em Inquérito Civil Público, de feito administrativo no âmbito da PR-BA. Feito Adm. nO 1.14.000.000141/2011-42

O MINISTERIO PUBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, da Constituição da República c/c art. 60, VII e XIV, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções nº 87/06-CSMPF e nº23/07-CNMP, resolve CONVERTER o presente procedimento administrativo, que objetiva apurar irregularidades relacionadas à seleção externa para vagas do mestrado profissionalizante 2011, realizado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia - UFBA, em INQUERITO CIVIL PUBLICO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA A VENDA PELA IMPRENSA NACIONAL

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, inclusive para fins de publicação em Diário Oficial.

Visando continuar a instrução do presente, determina-se a seguinte providência:

1. Reitere-se o Ofício nº 258/2011 (fls 126) para que efetivamente seja comprovado mediante documentação a ser encaminhada à Procuradoria da República, o preenchimento dos requisitos constantes do edital de seleção para provimento de vagas no curso "Mestrado ACADÊMICO", pertencente ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo da UFBA, ocorrido no início de 2011, pelos candidatos aprovados no aludido certame, notadamente em relação à apresentação do diploma de graduação em Arquitetura, urbanismo e área correlatas, à época da inscrição no processo de seleção, além de demonstração quanto ao critério de correlação da graduação do candidato ao curso oferecido.

VANESSA GOMES PREVITERA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 16, DE 15 DE MAIO DE 2012

Instauração de Inquérito Civil

O PROCURADOR DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO, ainda, o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem "funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO o teor das Procedimento Administrativo nº 1.14.008.000098/2011-45, que apura notícia de irregularidades praticadas pelo ex-prefeito do município de Seabra/BA na execução de recursos do PNAE, no exercício de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar apurações pormenorizadas acerca dos fatos acima mencionados;

RESOLVE, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, converter o Procedimento Administrativo nº 1.14.008.000098/2011-45 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, colimando investigar adequadamente os fatos acima descritos, bem como subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais, determinando desde já:

a) autue-se e registre-se o presente expediente como Inquérito Civil, cadastrando-o com os seguintes dados:

ASSUNTO: "Apura notícia de irregularidades praticadas pelo ex-prefeito do município de Seabra/BA (gestão 2005 a 2008) na execução de recursos do PNAE, no exercício de 2006."

TEMÁTICA: Patrimônio Público - Improbidade Administrativa

CÂMARA : 5ª Câmara de Coordenação e Revisão

b) Cientifique-se à egrégia 5ª CCR, na pessoa do seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente, para que seja dada a devida publicidade;

c) Após os devidos registros nos sistemas informatizados desta Procuradoria, retornem-me os autos conclusos.

Nomeio o Técnico Administrativo Guilherme Del Sousa, matrícula nº 21.727-1, lotado nesta Procuradoria, para exercer função de Secretário no presente Inquérito Civil Público.

OVIDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO

PORTARIA Nº 21, DE 14 DE MAIO DE 2012

(CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO). Peças Informativas nº 1.14.001.000125/2011-40. Assunto: Apura descaso da FUNAI na manutenção da Coordenação Técnica Local de Ilhéus - ausência de recursos financeiros para continuidade de regular prestação de serviço pela FUNAI em Ilhéus/BA. Município de Ilhéus/BA. Ano de 2011.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000125/2011-40, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 23, DE 14 DE MAIO DE 2012

(CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO). Peças Informativas nº 1.14.001.000142/2011-87. Assunto: Apura venda de bebida alcoólica dentro da Terra Indígena Caramuru Paraguaçu. Pataxó Hã Hã Hãe. FUNAI. Setembro de 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000142/2011-87, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 24, DE 14 DE MAIO DE 2012

(CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO). Peças Informativas nº 1.14.001.000144/2011-76. Assunto: Apura falta de água na localidade de Santa Maria. Pataxó Hã Hã Hãe. Setembro/2011. Representado Dirval Silveira Fernandes.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000144/2011-76, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 22, DE 14 DE MAIO DE 2012

(CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO). Peças Informativas nº 1.14.001.000130/2011-52. Assunto: Apura possível contratação irregular da empresa INSTRUMEDI, Pregão Presencial nº 108/2011, recursos da Secretaria da Saúde. Gestão de JOSÉ NILTON AZEVEDO LEAL (2009/2012). Município de Itabuna/BA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000130/2011-52, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 25, DE 14 DE MAIO DE 2012

(CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO). Peças Informativas nº 1.14.001.000146/2011-65. Assunto: Apura possíveis irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB. Desvio de verbas através da contratação das empresas CONSTRUTORA CARVALHO MOREIRA DE ITABUNA LTDA e MMC MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA, para reforma e construção de escolas, exercício de 2009. Município de Itacaré/BA. Gestão de ANTONIO MÁRIO DAMASCENO (2009/2012).

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000146/2011-65, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 26, DE 14 DE MAIO DE 2012

(CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO). Peças Informativas nº 1.14.001.000152/2011-12. Assunto: Apura possível contratação irregular de professor sem observância de edital de concurso público pelo IF Baiano, Campus Valença. Ano 2011. Município de Valença/BA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000152/2011-12, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 27, DE 14 DE MAIO DE 2012

(CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO). Peças Informativas nº 1.14.001.000154/2011-10. Assunto: Apura suposto superfaturamento no pagamento de bandas contratadas pelo município de Itapé/BA para os festejos juninos. Ano 2011.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000154/2011-10, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 28, DE 14 DE MAIO DE 2012

(CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO). Peças Informativas nº 1.14.001.000155/2011-56. Assunto: Apura possível pagamento irregular (duplicidade de pagamento) feito pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia e pelo Fundo Municipal de Saúde de Itabuna ao Hospital de Olhos Ruy Cunha Ltda. Exercício 2010. Recursos da Secretaria Municipal da Saúde. Gestão de JOSÉ NILTON AZEVEDO LEAL (2009/2012). Município de Itabuna/BA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que as presentes peças de informação foram instauradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia, devem ser complementadas;

Resolve CONVERTER, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP, o presente procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO determinando-se:

Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.14.001.000155/2011-56, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve o cartório desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil público mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 153, DE 30 DE ABRIL DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000982/2011-52 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar denúncia em desfavor do 9º Batalhão de Engenharia da Construção - 9º BEC, em que relata irregularidades em procedimentos licitatórios, pagamento de propinas, envolvendo obras do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento e outras; mantendo-se sua ementa, número de autuação e Ofício para o qual foi distribuído.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

MARCIA BRANDÃO ZOLLINGER

PORTARIA Nº 157, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.000.001422/2011-15 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar eventual prática de irregularidades em relação à construção do estádio Arena Pantanal, em Cuiabá/MT; mantendo-se sua ementa, número de autuação e Ofício para o qual foi distribuído. Fica desde já assinalada a seguinte diligência:

1. Reiterar o ofício acostado à f. 12.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

ANA CAROLINA OLIVEIRA TANNÚS DINIZ

PORTARIA Nº 159, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III, do artigo 129, da Constituição Federal e na alínea "b", do inciso III, do artigo 5º, da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática do Patrimônio Público e Social e Improbidade Administrativa relacionada a questões federais;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.20.000.000012/2012-38 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar suposta prática de improbidade administrativa cometidas por ex-Diretor Geral do CEFET-MT, e pela Cooperativa Educacional dos Servidores da ETFMT Ltda. - Escola Cooperar, exercício 2006; mantendo-se sua ementa, número de autuação e Ofício para o qual foi distribuído.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

ANA CAROLINA OLIVEIRA TANNÚS DINIZ

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 137, DE 3 DE MAIO DE 2012

Conversão de Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público. Procedimento Administrativo: 1.21.001.000012/2008-12. Assunto: Apurar situação de vulnerabilidade dos assentados do Assentamento Teijin, no município de Nova Andradina - MS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 (LACP), conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar a investigação, com vistas à apuração dos fatos em toda a sua extensão e à busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Federal incumbe resguardar; resolve:

Em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 17/09/2007, e subsidiariamente da Resolução nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CONVERTER o Procedimento Administrativo nº 1.21.001.000012/2008-12 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Remeta-se cópia desta Portaria à Quinta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

MARCO ANTONIO DELFINO DE ALMEIDA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 55, DE 10 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1) a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.22.003.000342/2011-48 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para verificar a solicitação da Sra. Eliane Aparecida Rodovoalho de tratamento apropriado para seus irmãos, Jovair Ferreira Rodovalho e Valteir Rodovalho, dependentes químicos;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça.

CLÉBER EUSTÁQUIO NEVES

PORTARIA Nº 63, DE 14 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n. 75 de 20 de maio de 1993, e:

Considerando que o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Resolução n. 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal;

Considerando que os presentes autos não têm natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante Resoluções alhures mencionadas, DETERMINA:

1) a conversão do Procedimento Administrativo nº 1.22.003.000032/2012-12 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar ocorrência de veículo de carga da empresa CONNAN - Cia Nacional de Nutrição Animal - trafegando com excesso de peso em Rodovia Federal, conforme Boletim de Ocorrência nº F418032812201110000;

2) a comunicação imediata à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do disposto no art. 4º, VI, da Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário da Justiça.

CLÉBER EUSTÁQUIO NEVES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 28, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta Procuradoria do Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000045/2011-75, cujo objeto consiste em apurar irregularidades ocorridas no município de Juruti;

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA:

1) a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2) a publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

3) a comunicação da presente conversão à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

4) após as providências acima, retorne-se os autos conclusos para determinação de diligências.

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 137, DE 26 DE ABRIL DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que tramitam nesta Procuradoria Peças de Informação nº 1.23.000.000035/2012-31, instauradas a partir de representação feita pelo SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará - Subsede Aurora do Pará, em desfavor da Prefeitura Municipal de Aurora do Pará, em razão de possíveis irregularidades na aplicação de verbas públicas oriundas do FUNDEB, pois diversas pessoas estariam recebendo pagamentos indevidos;

Considerando que foi juntada aos autos representação da Câmara Municipal de Aurora do Pará relatando os mesmos fatos;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF.

Como providência inicial determino:

a) A notificação das 18 (dezoito) pessoas arroladas na representação do SINTEPP, para que compareçam a esta PR/PA para prestar depoimento.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PORTARIA Nº 146, DE 3 DE ABRIL DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e no art. 4º, parágrafos 1º e 4º da Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal (alterada pela Resolução nº 106, de 06 de abril de 2010, do CSMPF), e

Considerando que tramitam nesta Procuradoria Peças de Informação nº 1.23.000.001228/2011-28, instaurado a partir de documentos encaminhados pela Vice-Procuradora-Geral da República, consistentes em cópia do processo nº 276535/2008 - Tomada de Contas Especial, oriundo da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda do Pará, referente ao Convênio nº 1063/MDSCF/2004;

Considerando que, no curso do procedimento, e a título de medida inaugural da sua instrução expediram-se ofícios destinados à Procuradoria Geral do Estado do Pará, à OSCIP implicada no procedimento, à Secretaria de Estado de Trabalho Emprego e Renda e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se, inicialmente:

- Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil, sem necessidade de nova distribuição, uma vez que ela já ocorreu (art. 7º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF);

Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, para fins de publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF.

Como providências iniciais determino:

a) Análise das respostas apresentadas, após sua apresentação e, em não sendo apresentada resposta dentro do prazo conferido, proceda-se ao reenvio dos ofícios.

DANIEL CÉSAR AZEREDO AVELINO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 145, DE 10 DE MAIO DE 2012

Ref. Procedimento Administrativo n.º 1.24.000.000970/2011-89

O Dr. Yordan Moreira Delgado, Procurador da República, lotado na PR/PB, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93 e nas Resoluções de nº 23/2007-CNMP e n.º 87/2006-CSMPF,

Resolve:

Converter, com fundamento no art. 2º, § 7º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP, e art. 4º da Resolução n.º 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, o procedimento administrativo em epígrafe em Inquérito Civil Público - ICP, com o objetivo de apurar as supostas irregularidades ocorridas na execução do Convênio nº 1845/2002 (SIAFI 473957), que tinha como objeto melhorias sanitárias domiciliares nas Aldeias Nova Brasília, Camurumpim, Caeira, Tramataia, Brejinho, Grupiúna, Estiva Velha e Jacaré de São Domingos, celebrado entre o Município de Marcação/PB e a FUNASA.

Registrada esta, sejam inicialmente tomadas as seguintes providências:

Autue-se e afixe-se esta Portaria no local de costume, conforme art. 4º da Resolução nº 23/2007-CNMP e art. 5º da Resolução n.º 87/2006-CSMPF;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proceda-se à comunicação imediata da instauração do presente ICP à 5ª Câmara de Coordenação de Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, em observância ao mencionado art. 6º da resolução nº 87/2006, enviando cópia desta portaria, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da resolução nº 87/2006;

Cumpram-se as diligências apontadas no respectivo Despacho;

Obedeça-se, para a conclusão deste inquérito civil público, ao prazo de 1 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução nº 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF.

YORDAN MOREIRA DELGADO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 19, DE 10 DE MAIO DE 2012

P.A nº 1.26.003.000080/2011-72. Originador: Prefeitura Municipal de Verdejante. Representado: Francisco Alves Tavares de Sá. EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. 5º CCR.

O Ministério Público Federal, pela procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como no artigo 6º, VII, da Lei Complementar n.° 75, de 20 de maio de 1993, e;

Considerando a representação apresentada pelo Prefeito do Município de Verdejante/PE, Sr. Haroldo Silva Tavares, em desfavor do ex-prefeito Sr. Francisco Alves Tavares de Sá;

Considerando que a Administração Pública é regida, dentre outros, pelos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme preceitua o art. 127 da Constituição da República;

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público, bem como o papel de velar pela eficiência dos serviços e programas governamentais, com ênfase no combate aos atos de improbidade administrativa;

Considerando ser função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do art. 129, inciso III da Constituição Federal;

Considerando o teor da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação conferida pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 6 de abril de 2010;

Considerando que o presente Procedimento Administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de maior aprofundamento das investigações, com vistas à correta adoção de providências judiciais ou extrajudiciais;

Resolve converter o presente Procedimento Administrativo nº 1.26.003.000080/2011-72 em Inquérito Civil, determinando:

1) Registro e autuação da presente portaria juntamente com o Procedimento Administrativo supracitado, assinalando como objeto do Inquérito Civil "apurar supostas irregularidades na execução do Contrato de Repasse n° 185.464-09/2005, celebrado entre o município de Verdejante/PE e o Ministério do Esporte, cujo objeto era a construção de uma quadra poliesportiva coberta".

2) Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, da servidora Marcela Silvino Iglesias Melo, matrícula 21854, ocupante do cargo de Técnica Administrativa, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 1º Ofício da PR Polo Serra Talhada/Salgueiro;

3) Comunicação à 5º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a publicação desta Portaria no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

4) Publique-se este ato no portal eletrônico que a Procuradoria da República no Estado de Pernambuco mantém na rede mundial de computadores.

5) Oficie-se à Superitendência Regional Centro Oeste de Pernambuco-CEF, a fim de que informe se já há informações concretas quanto a Tomada de Contas Especial instaurada por motivo da não execução do objeto referente ao Contrato de Repasse n° 185.464-09/2005, e caso não haja parecer definivo, qual o prazo estimado para obtenção do mesmo.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES

PORTARIA Nº 24, DE 9 DE MAIO DE 2012

Conversão de Procedimento Administrativo

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL fundamentado no art. 129, III, da Constituição da República c/c ao art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei nº 7.347/1985 e de acordo com as Resoluções nº 87/06/CSMPF e nº 23/07/CNMP, resolve converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.001.000187/2009-16 - instaurado para acompanhar informações contidas no Relatório Final das inspeções extraordinárias realizadas pela Corregedoria -Geral de Polícia Federal na Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco e nas delegacias descentralizadas no interior do Estado, em 2008 - em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, haja vista que o sobredito procedimento foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (Art. 2º, § 6º, da Resolução nº 23/2001 CNMP), sem que tenham sido finalizadas as apurações, as quais, todavia devem ser complementadas.

Assim, determina:

a) Registro e autuação da presente Portaria juntamente com o procedimento administrativo nº 1.26.001.000187/2009-16 , pelo Setor Jurídico, nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, registrando-se como seu objeto: "acompanhar informações contidas no Relatório Final das inspeções extraordinárias realizadas pela Corregedoria-Geral de Polícia Federal na Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco e nas delegacias descentralizadas no interior do Estado, em 2008" .

b) Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal , nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, § 1º, I, Resolução nº 87 CSMPF;

c) Afixação da presente portaria, pelo prazo de 10 (dez) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República Polo Serra Talhada - Salgueiro (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP).

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

RAQUEL TEIXEIRA MACIEL RODRIGUES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 121, DE 14 DE MAIO DE 2012

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.002881/2011-01, desencadeado em virtude de representação da lavra da Câmara Municipal de Vereadores de Glória de Goitá/PE, visa a apurar supostas irregularidades ocorridas no referido município, consistentes no desvio de finalidade dos recursos provenientes do PRONAF, uma vez que servidores públicos e pessoas que jamais trabalharam na agricultura familiar têm sido beneficiadas com o Programa, empregando o dinheiro em fim inteiramente diverso do legalmente estabelecido;

Considerando a necessidade de aprofundar as investigações;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.002881/2011-01 em inquérito civil, determinando:

Registro e autuação da presente, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "apurar supostas irregularidades ocorridas no município de Glória de Goitá/PE, consistentes no desvio de finalidade dos recursos provenientes do PRONAF, uma vez que servidores públicos e pessoas que jamais trabalharam na agricultura familiar têm sido beneficiadas com o Programa, empregando o dinheiro em fim inteiramente diverso do legalmente estabelecido";

Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, do servidor Andrew Limongi Sial, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 7º Ofício da Tutela Coletiva;

Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão - 5ª CCR, inclusive por meio eletrônico (para o endereço 5camara@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

Como providências instrutória, DETERMINO seja expedido ofício ao declarante nominado às fls. 13-14, a fim de que encaminhe os documentos prometidos, notadamente o nome de pessoas que teriam sido indevidamente beneficiadas com recursos do PRONAF

No intuito de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a secretaria deste gabinete realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

EDSON VIRGINIO CAVALCANTE JUNIOR

PORTARIA Nº 122, DE 14 DE MAIO DE 2012

CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.000238/2011-24, instaurado em virtude de Termo de Declaração prestado pela Sra. SIRLENE CAXIAS DA COSTA perante a Procuradoria da República Polo em Petrolina/Juazeiro, visa a apurar a suficiência do auxílio prestado pelos intérpretes da Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS às pessoas surdas ou com deficiência auditiva nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM;

Considerando a necessidade de aprofundar as investigações;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.000238/2011-24 em inquérito civil, determinando:

Registro e autuação da presente, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "apurar a suficiência do auxílio prestado pelos intérpretes da Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS às pessoas surdas ou com deficiência auditiva nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM";

Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, do servidor Andrew Limongi Sial, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 7º Ofício da Tutela Coletiva;

Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão - 5ª CCR, inclusive por meio eletrônico (para o endereço 5camara@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

Como providências instrutória, DETERMINO que:

a - seja certificado se houve resposta ao Ofício n. 1992/2012, reiterando-o em caso contrário;

b - seja designada data para oitiva de um dos professores nominados na fl. 56.

No intuito de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a secretaria deste gabinete realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

Cumpra-se.

EDSON VIRGINIO CAVALCANTE JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 66, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.30.014.000038/2007-13 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

Apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais repassados ao Município de Rio Claro - Relatório de Fiscalização da GGU nº 380/2004 - 14ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos.

Possível responsável pelo fato investigado: Prefeitura Municipal de Rio Claro.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Angra dos Reis, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, § 2º, I e II da Resolução CNMP nº 23/2007.

NEIDE M. C. CARDOSO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 68, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.30.012.000206/2001-03 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

Descrição Resumida do(s) Fato(s) investigado(s): Investigar cessões e registros ilegais de terras da União a particulares pela SPU no interior da ESEC Tamoios.

Possível responsável pelo fato investigado: Superintendência do Patrimônio da União.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Angra dos Reis, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, § 2º, I e II da Resolução CNMP nº 23/2007.

NEIDE M. C. CARDOSO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 77, DE 8 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo(a) procurador(a) da República signatário(a), no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte as peças de informação autuadas sob o nº 1.30.014.000148/2009-47 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

Descrição Resumida do(s) Fato(s) investigado(s): apurar supostas irregularidades em construções - terreno de marinha - Angra dos Reis/RJ;

Possível(is) responsável(is) pelo(s) fato(s) investigado(s): HOTEL VILA GALÉ - ECO RESORT DE ANGRA DOS REIS.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República em Angra dos Reis, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, § 2º, I e II da Resolução CNMP nº 23/2007.

NEIDE M. C. CARDOSO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 105, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 2º, § 7º da Resolução CNMP 23/2007;

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, inc. III, da Constituição da República e art. 1º, inc. I, da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado com o propósito de apurar cada uma das promoções comerciais divulgadas na área de atribuição desta Procuradoria da República ue envolvem sorteios deprêmios mediante a compra de cartelas numeradas, o que pode gerar eventualmente desrespeito aos preceitos legais de exploração de loteria;

RESOLVE o Procurador da República que a presente subscreve, oficiante na Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, converter o procedimento ministerial em epígrafe em inquérito civil público, com o propósito de complementar as investigações atinentes ao assunto acima descrito, especificamente em relação às atividades desenvolvidas sob a denominação "Título de Capitalização É Gol".

Para tanto, determino, por ora, sejam realizadas as seguintes diligências:

1) seja arquivada cópia da presente portaria em pasta própria desta Procuradoria da República, realizando-se as anotações pertinentes no cadastro informatizado da Procuradoria da República;

2) seja encaminhado, por meio eletrônico, informação ao Órgão Superior de revisão, sobre a conversão do presente procedimento preparatório em Inquérito Civil Público, com cópia desta portaria, nos termos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a respectiva publicação;

Cumpra-se.

RODRIGO DA COSTA LINES

PORTARIA Nº 106, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 2º, § 7º da Resolução CNMP 23/2007;

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, inc. III, da Constituição da República e art. 1º, inc. I, da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado com o propósito de apurar cada uma das promoções comerciais divulgadas na área de atribuição desta Procuradoria da República que envolvem sorteios de prêmios mediante a compra de cartelas numeradas, o que pode gerar eventualmente desrespeito aos preceitos legais de exploração de loteria;

RESOLVE o Procurador da República que a presente subscreve, oficiante na Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, converter o procedimento ministerial em epígrafe em inquérito civil público, com o propósito de complementar as investigações atinentes ao assunto acima descrito, especificamente em relação às atividades desenvolvidas sob a denominação "Big Sorte Título de Capitalização".

Para tanto, determino, por ora, sejam realizadas as seguintes diligências:

Seja arquivada cópia da presente portaria em pasta própria desta Procuradoria da República, realizando-se as anotações pertinentes no cadastro informatizado da Procuradoria da República;

Seja encaminhada, por meio eletrônico, informação ao órgão superior de revisão, sobre a conversão do presente procedimento preparatório em Inquérito Civil Público, com cópia desta portaria, nos termos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a respectiva publicação;

Cumpra-se.

RODRIGO DA COSTA LINES

PORTARIA Nº 107, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 2º, § 7º da Resolução CNMP 23/2007;

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, inc. III, da Constituição da República e art. 1º, inc. I, da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado com o propósito de apurar notícias vinculadas em jornal sobre possível troca de favores entre o presidente da ONG ACESA, Sr. Luís Cláudio da Silva (presidente da Câmara Municipal de Volta Redonda) e a Caixa Econômica Federal;

RESOLVE o Procurador da República que a presente subscreve, oficiante na Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, converter o procedimento ministerial em epígrafe em inquérito civil público, com o propósito de complementar as investigações atinentes ao assunto acima descrito.

Para tanto, determino, por ora, sejam realizadas as seguintes diligências:

Seja arquivada cópia da presente portaria em pasta própria desta Procuradoria da República, realizando-se as anotações pertinentes no cadastro informatizado da Procuradoria da República;

Seja encaminhada, por meio eletrônico, informação ao órgão superior de revisão, sobre a conversão do presente procedimento preparatório em Inquérito Civil Público, com cópia desta portaria, nos termos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a respectiva publicação;

Cumpra-se.

RODRIGO DA COSTA LINES

PORTARIA Nº 109, DE 2 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 2º, § 7º da Resolução CNMP 23/2007;

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, inc. III, da Constituição da República e art. 1º, inc. I, da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que o presente procedimento administrativo foi instaurado com o propósito de apurar a possível inércia da Concessionária ACCIONA, responsável pela manutenção da Rodovia Lúcio Meira (BR 393), perante a constatação de expressivo volume de acidentes que vem ocorrendo em curva próxima ao posto da Polícia Rodoviária Federal na rodovia;

RESOLVE o Procurador da República que a presente subscreve, oficiante na Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, converter o procedimento ministerial em epígrafe em inquérito civil público, com o propósito de complementar as investigações atinentes ao assunto acima descrito.

Para tanto, determino, por ora, sejam realizadas as seguintes diligências:

Seja arquivada cópia da presente portaria em pasta própria desta Procuradoria da República, realizando-se as anotações pertinentes no cadastro informatizado da Procuradoria da República;

Seja encaminhada, por meio eletrônico, informação ao órgão superior de revisão, sobre a conversão do presente procedimento preparatório em Inquérito Civil Público, com cópia desta portaria, nos termos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a respectiva publicação;

Cumpra-se.

RODRIGO DA COSTA LINES

PORTARIA Nº 620, DE 14 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo órgão de execução infra signatário, titular do ofício de tutela do patrimônio público federal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com base nos artigos 127 e segs. da Carta Magna e na Lei Orgânica do Ministério Público da União - lei complementar n.º 75/93, de 20 de maio de 1993, e ainda:

CONSIDERANDO a notícia de supostas irregularidades praticadas por servidores da Receita Federal, os quais criariam, com intuito de obter vantagens indevidas, dificuldades para retirar indisponibilidades e visar cargas armazenadas no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO as acusações de que referidos agentes públicos federais cobrariam o valor de cem dólares norte-americanos para não submeterem as cargas a qualquer crivo;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO o teor das declarações prestadas perante o Inspetor-Chefe da Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, nas quais são apontados como autores desse procedimento - denominado "LINHA AZUL" - os Auditores-Fiscais LUCIANO ANTONIO LINS DE ANDRADE e RENATO GUIMARÃES BRANDÃO;

CONSIDERANDO a possibilidade de os mencionados agentes da Receita Federal valerem-se de seus cargos em detrimento da dignidade da função pública, causando grave prejuízo ao patrimônio público;

CONSIDERANDO a necessidade de investigar os eventuais atos ilícitos perpetrados, cujas condutas possam causar lesão efetiva aos interesses da União e da própria sociedade;

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Publica, para a proteção do patrimônio público e social, do meio-ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos dos incisos III, art. 129, Constituição da República;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que disciplina e regulamenta a instauração e tramitação do Inquérito Civil combinado com o art. 2.º, § 7.º da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP;

Resolve

CONVERTER o Procedimento Administrativo 1.30.001.005285/2011-31 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar notícia de irregularidades administrativas acima elencadas, com a adoção das seguintes diligências:

1) o registro do procedimento como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO no sistema ÚNICO, de controle desta PRRJ;

2) a comunicação imediata da instauração do ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 5ª CCR, em menos de 10 (dez) dias (art. 6º, da Resolução nº 87/2006), mediante correspondência eletrônica, inclusive para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial e no Portal do Ministério Público Federal, nos termos do

art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06;

3) a requisição, ao Superintendente da Receita Federal, nos termos do art. 8º, II e §3º, da Lei Complementar n.º 75/93, assinando-se prazo de dez dias para atendimento, de informações sobre o andamento do processo administrativo n.º 10768.002957/2011-33, remetendo-se a esta PR-RJ cópias dos atos que porventura já tenham sido praticados.

Após, remetam-se os autos do procedimento administrativo em epígrafe à Divisão da Tutela Coletiva, a fim de que sejam acautelados pelo prazo de vinte dias, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

Cumpra-se.

EDSON ABDON PEIXOTO FILHO
Procurador da República

PORTARIA Nº 622, DE 15 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que subscreve, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, pelas regras contidas no art. 2º da Resolução 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como nos arts. 1º a 4º da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e, ainda,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal, incumbindo aos membros da instituição zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionais assegurados à coletividade, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do artigo 6º, incisos VII, alínea "b" e XIV, alínea "d", da Lei Complementar 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa de interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que tramita no Ofício da Saúde da Tutela Coletiva o procedimento administrativo nº. 1.30.001.004158/2011-15, instaurado com o escopo de apurar a adequação dos serviços de radioterapia do Instituto Nacional do Câncer e do Hospital Federal dos Servidores do Estado às normas contidas nas Resoluções RDC 20 de 2006, RDC 50 de 2002 e RDC 185 de 2001 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA e às Normas Básicas de Radioproteção da Comissão Nacional de Energia Nuclear- CNEN;

CONSIDERANDO a existência de questões a serem dirimidas, com a imprescindibilidade da realização de novas diligências investigatórias ou a conclusão de diligências já determinadas;

Resolve, em observância aos termos do artigo 4º, §§1º e 4º da Resolução nº 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e dos artigos 2º, §§ 4º, 6º e 7º da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, converter em INQUÉRITO CIVIL o procedimento administrativo nº 1.30.001.004158/2011-15, para o prosseguimento das investigações, nos termos definidos no despacho exarado nos respectivos autos.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALINE MANCINO DA LUZ CAIXETA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 32, DE 24 DE ABRIL DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL por seu Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e, especialmente

CONSIDERANDO que, conforme dispõe o artigo 127 da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, e incumbe-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis,

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 129, inciso III da Carta Magna, é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos,

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público Federal instaurar inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos correlatos, nos termos do art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993,

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 6º, XIV, "f" da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público promover ações necessárias em defesa da probidade administrativa;

CONSIDERANDO as peças de informação constantes no Inquérito Civil Público nº 1.29.008.000001/2008-76, nas quais verifica-se suposta omissão dos administradores da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM - quando comunicados da possibilidades de realização de ato criminoso em detrimento da instituição, por pate de seus próprios servidores;

Resolve, nos termos da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público, e da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, instaurar o presente Inquérito Civil Público, tendo como objeto Verificação de suposta omissão dos administradores da UFSM quando comunicados da possibilidade de realização de ato criminoso em detrimento da instituição, por parte de seus próprios servidores.

DETERMINA:

a) Autue-se na categoria de Inquérito Civil Público, mantendo a distribuição do feito vinculada a este ofício, tendo em vista as regras internas de distribuição vigentes.

b) Proceda-se a devida classificação, em meio físico e eletrônico, do presente procedimento, vinculando-o à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, comunicando-se à 5ª CCR. Tema: Improbidade Administrativa.

RAFAEL BRUM MIRON

PORTARIA N° 48, DE 27 DE ABRIL DE 2012

O Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradora da República Anelise Becker, lotada e em exercício na Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República, c/c artigos 5o, incisos I e III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d" e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, e em conformidade com o disposto nas Resoluções CSMPF nos 87/2006, diante do implemento, relativamente ao Procedimento Administrativo autuado nesta PRM sob o nº 1.29.006.000371/2011-29, dos prazos previstos no parágrafo 1o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF nº 106/2010), sem que, até o momento, encontrem-se nele presentes elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas nos incisos, I, III, IV e V do artigo 4o da citada Resolução CSMPF nº 87/2006, RESOLVE, na forma do parágrafo 4o do artigo 4o da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010), CONVERTÊ-LO EM INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto o exercício das funções institucionais do Ministério Público Federal na defesa do patrimônio público e da ordem jurídica no que tange a possíveis irregularidades em contratos celebrados entre o Município de São José do Norte e as empresas Santos e Alarcom Ltda. e Rea Ltda.

Determino, pois, a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Administrativo no 1.29.006.000371/2011-29, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 5ºCCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006.

ANELISE BECKER

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 215, DE 9 DE MAIO DE 2012

Peça de Informação nº 1.33.000.000811/2012-56. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

CONSIDERANDO a existência de Peça de Informação nº 1.33.000.000811/2012-56 versando sobre Possíveis irregularidades na aquisição de lanchas da empresa Intech Boating, situada em São José, pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, bem como seus usos e destinações. no âmbito do Ofício OFICIO da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO desta Peça de Informação em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA AQUISIÇÃO DE LANCHAS. EMPRESA INTECH BOATING. DESTINAÇÕES. INATIVIDADE DAS EMBARCAÇÕES. ;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

ANDRÉ STEFANI BERTUOL

PORTARIA Nº 222, DE 10 DE MAIO DE 2012

Peça de Informação nº 1.33.000.001283/2012-52. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO a existência de Peça de Informação nº 1.33.000.001283/2012-52 versando sobre cobrança de anuidade pelo Conselho Regional de Farmácia em valores superiores àqueles estabelecidos na Lei nº 9.994/82, no âmbito do Ofício do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a

CONVERSÃO desta Peça de Informação em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA CRF/SC. COBRANÇA DE ANUIDADE EM VALORES SUPERIORES AO ESTABELECIDO EM LEI Nº 6.994. MS Nº 5000765-45.2012.404.7200/SC ;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

ANDRÉ STEFANI BERTUOL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 16, DE 11 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República subscritor, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal, e pelo artigo 7°, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93, regulamentado pela Resolução 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e também pela Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda,

CONSIDERANDO que é função institucional do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL a defesa do patrimônio público e social, da ordem jurídica e dos interesses difusos e coletivos, na forma do disposto nos artigos 127 e 129, da Constituição Federal, e artigo 5º, incisos I e III, alínea "b", da Lei Complementar n.º 75/93;

CONSIDERANDO que o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL tem legitimidade, portanto, para promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social e outros interesses difusos, entre eles, o respeito aos princípios constitucionais que regem a administração pública (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e artigo 5º, inciso I, alínea "h", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO os fatos apurados no presente procedimento administrativo de Tutela Coletiva de nº 1.34.010.001237/2010-35, versando sobre irregularidades na execução dos programas afetos ao Ministério da Educação pelo município de Viradouro/

CONSIDERANDO que as irregularidades referem-se ao procedimento licitatório de Tomada de preços nº 029/08, ao convênio SIAFI 542490 firmado com o Ministério da Saúde, e à gestão administrativa do município nas ações que envolvem a saúde da população em geral;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de se apurar a existência concreta destas irregularidades e o seu responsável, bem como a própria conveniência de que a instrução se dê no bojo de inquérito civil;

Resolve:

(I) INSTAURAR, nos termos dos artigos 2º, caput, inciso I, e 4º, caput, inciso II, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e do art. 4º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de se colherem informações perante o MUNICÍPIO DE VIRADOURO;

(II) COMUNICAR a instauração deste inquérito à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (art. 6º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), remetendo-lhe cópia da respectiva Portaria e solicitando a sua publicação na Imprensa Oficial;

Após, abra-se nova conclusão para análise da resposta inicial apresentada pelo referido município.

CARLOS ROBERTO DIOGO GARCIA

PORTARIA Nº 133, DE 10 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo, o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.003876/2011-25, com a seguinte ementa:

"Patrimônio Público. Cópia de processo Administrativo Disciplinar n. 16302.000031/2011-67. Margarete Calsolari Zanirato. Caio Murilo Cruz."

- referido Procedimento ainda está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, §7º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

autue-se esta Portaria e o Procedimento Preparatório 1.34.001.004324/2011-34 como Inquérito Civil (artigo 4º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

registre-se e publique-se, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (artigos 4º e 9º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

comunique-se a instauração à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação no Diário Oficial desta Portaria de instauração (artigo 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público) atentando-se para o disposto no art. 15 do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002 (Art. 15. A publicação dos atos sigilosos, se for o caso, limitar-se-á aos seus respectivos números, datas de expedição e ementas, redigidas de modo a não comprometer o sigilo").

FERNANDA TEIXEIRA SOUZA DOMINGOS

PORTARIA Nº 140, DE 14 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1o da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei nº 7.347/85 e arts. 5o e 17 da Lei nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

CONSIDERANDO que foram autuadas - no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo - as Peças Informativas nº 1.34.001.006159/2011-55, com a seguinte ementa:

"PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL. COPA 2014. Celebração e execução de convênios. Convênio 751854. Ministério do Esporte e Centro de Estudos e Memória da Juventude."

CONSIDERANDO que a informação prestada pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte, dando conta de que o convênio 751854 vigeria até o dia 31 de janeiro p.p.;

CONSIDERANDO que o prazo para apresentação de contas expirou em 31 de março p.p.;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e a Representação nº 1.34.001.006159/2011-55 como Inquérito Civil (art. 4 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01/06 da Divisão de Tutela Coletiva);

3. Controle-se o respectivo prazo, anotando-se na contracapa dos autos a data de instauração e das prorrogações que venham a ser feitas (art. 9 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

5. Aguarde-se, por mais 30 (trinta) dias a resposta ao ofício expedido à fl. 36.

INÊS VIRGÍNIA PRADO SOARES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.367, DE 9 DE MAIO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000249.2012.01.006/0-601, instaurada para apurar exploração do trabalho da criança e do adolescente - trabalhos proibidos ou protegidos - trabalho infantil doméstico;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000249.2012.01.006/0-601 em face de PROJETO SEMEAR, CNPJ, estabelecida na Rua Desembargador José de C. Pache de Farias, nº 197, Matapaca - Pendotiba, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pelo servidor César dos Santos Pacheco, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 1.368, DE 9 DE MAIO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000257.2012.01.006/5-601, instaurada para apurar exploração do trabalho da criança e do adolescente - trabalhos proibidos ou protegidos - trabalho com idade inferior a 16 anos;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000257.2012.01.006/5-601 em face de PENSÃO DA TIA VERA, estabelecida na Rua José Francisco Custódio 100, Jardim Imperial Itaboraí/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pelo servidor César dos Santos Pacheco, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 1.369, DE 9 DE MAIO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000275.2012.01.006/7-601, instaurada para apurar irregularidades atinentes à anotação de CTPS e registro de empregados, duração do trabalho e pagamentos respectivos - Jornada de trabalho extraordinária em desacordo com a lei, extinção do contrato individual de trabalho e pagamentos respectivos - atraso ou não pagamento das verbas rescisórias;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000275.2012.01.006/7-601 em face de MIIDRJ TECNOLOGIA EM INSTALAÇÕES PREDIAIS LTDA, estabelecida na Avenida Presidente Vargas, nº 542, Sala 2107 - parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pelo servidor César dos Santos Pacheco, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 1.370, DE 9 DE MAIO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000276.2012.01.006/3-601, instaurada para apurar irregularidades atinentes a meio ambiente de trabalho - condições de trabalho, órgãos e medidas de proteção - condições sanitárias e de conforto no local de trabalho - PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000276.2012.01.006/3-601 em face de AUTO POSTO MASTER DO FONSECA LTDA, CNPJ nº 07.531.770/0001-00, estabelecida na Alameda São Boaventura, nº 1.031, Fonseca, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pelo servidor César dos Santos Pacheco, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 13.71, DE 9 DE MAIO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000294.2012.01.006/5-601, instaurada para apurar irregularidades atinentes a meio ambiente de trabalho - condições de trabalho, órgãos e medidas de proteção - EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva - PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PPRA - Programa de Proteção e Riscos Ambientais e Plano de Proteção Radiológica;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000294.2012.01.006/5-601 em face de CLÍNICA ORTOPÉDICA RADIOL FISIOTERAPIA MARICÁ LTDA ME (CLÍNICA DE ACIDENTADOS MARICÁ), CNPJ nº 01.016.040/0001-94, estabelecida na Estrada do Boqueirão, nº 948, Saco das Flores, Maricá/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pelo servidor César dos Santos Pacheco, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 1.405, DE 14 DE MAIO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000326.2012.01.006/5-601, instaurada para apurar assédio moral e ausência de fiscalização da atividade de estagiário;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000326.2012.01.006/5-601 em face de IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ nº 28.542.017/0001-90, com sede na Rua Professor Carrilho, nº 81, Centro, Niterói/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pelo servidor César dos Santos Pacheco, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 228, DE 14 DE MAIO DE 2012

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório nº 000032.2012.20.000/0, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva, Edificações, Instalações Elétricas, Máquinas e Equipamentos, Sinalização de Segurança, Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais, Desvirtuamento da Intermediação de mão de obra ou da Terceirização de serviços, Assédio Moral e Alimentação do Trabalhador), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de CONSORCIO QGDC - QUEIROZ GALVÃO SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA LTDA. e Delta Construções S/A (CNPJ no. 11.749.619/0001-10). Afixe-se a presente Portaria no local de costume. Publique-se.

ALBÉRICO LUIS BATISTA NEVES

PORTARIA Nº 229, DE 15 DE MAIO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho ao final assinado, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85,

Considerando o teor dos autos do Procedimento 000402.2012.20.000/4, cuja representação inicial foi apresentada anonimamente, bem como da apreciação prévia proferida nos mesmos às fls.06/07;

Considerando que a representação versa sobre a possível violação de direitos e interesses metaindividuais, sob os seguintes temas:

TEMAS: 09. TEMAS GERAIS / 09.02. ALTERAÇÃO CONTRATUAL OU DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO / 09.02.01. Desvio de Função / 09. TEMAS GERAIS / 09.06. DURAÇÃO DO TRABALHO E PAGAMENTOS RESPECTIVOS / 09.06.02. Jornada de Trabalho / 09.06.02.01. Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei resolve:

Instaurar Inquérito Civil em face da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE NÍVEL SUPERIOR DE ARACAJU(UNICRED)(CNPJ 02.923.389/0001-72), para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade.

Designar o servidor Weldon de Brito Fonseca, Técnico Administrativo, Matrícula 6005288-0, para exercer o encargo de Secretário do Inquérito.

MANOEL ADROALDO BISPO

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES DO PGJM

PROTOCOLO N. 654/2012/DDJ/PGJM
REPRESENTAÇÃO (PI) N. 14-80.2012.2201
PJM MANAUS/AM

… Pelo exposto, determino:

- o arquivamento dos autos em relação ao Vice-Almirante; e

- a remessa deste feito à Procuradoria da Justiça Militar em Manaus/AM, para a análise e a adoção das medidas eventualmente cabíveis.

Publique-se o dispositivo.

...

Brasília-DF, 4 de maio de 2012.
MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral da Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 134, DE 27 DE MARÇO DE 2012

Regulamenta a distribuição dos feitos entre as Promotorias de Justiça que atuam perante a 2ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Samambaia e altera o Capítulo IV do Anexo VIII da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 166, inciso I, alíneas c e d, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o Processo nº 08190.171880/11-55 e de acordo com a deliberação na 192ª Sessão Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º - Alterar a redação do Capítulo IV do Anexo VIII da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, da seguinte forma:

ANEXO VIII - CIRCUNSCRIÇÃO: SAMAMBAIA

CAPÍTULO IV

DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEL, FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	ATRIBUIÇÕES/ DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS	AUDIÊNCIAS	CONTROLE EXTERNO/ FISCALIZAÇÃO/ INSPEÇÃO
1ª PJ CÍVEL, FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES	- Varas Cíveis, de Família, Órfãos e Sucessões; - Processos de habilitação de casamento.	1ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões na 1ª semana de cada mês; 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões na 3ª semana de cada mês; 1ª Vara Cível na 4ª semana de cada mês; 2ª Vara Cível na 2ª semana de cada mês;	
2ª pj cível, família, órfãos e sucessões	- Varas Cíveis, de Família, Órfãos e Sucessões; - Processos de habilitação de casamento	1ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões na 2ª semana de cada mês; 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões na 4ª; semana de cada mês; 1ª Vara Cível na 3ª semana de cada mês; 2ª Vara Cível na 1ª semana de cada mês	- Intervir nos feitos do Cartório do 7º Ofício de Notas de Samambaia/DF, ressalvadas as atribuições das Promotorias de Justiça de Registros Públicos do Distrito Federal e da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; - Fiscalizar os locais onde se encontram interditados sujeitos das ações relativas à tutela, curatela, alvará e prestações de contas
3ª PJ CÍVEL, FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES	- Varas Cíveis, de Família, Órfãos e Sucessões; - Processos de habilitação de casamento	1ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões na 4ª semana de cada mês; 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões na 1ª semana de cada mês; 1ª Vara Cível na 2ª semana de cada mês; 2ª Vara Cível na 3ª semana de cada mês;	
4ª PJ CÍVEL, FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES	- Varas Cíveis, de Família, Órfãos e Sucessões; - Processos de habilitação de casamento.	1ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões na 3ª semana de cada mês; 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões na 2ª semana de cada mês; 1ª Vara Cível na 1ª semana de cada mês; 2ª Vara Cível na 4ª semana de cada mês;	

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO
Presidente do Conselho

ROGERIO SCHIETTI
Conselheiro-Relator

MARTA MARIA DE REZENDE
Conselheira-Secretária

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 116, DE 11 DE MAIO DE 2012

Dispõe sobre a composição, o funcionamento e as atribuições dos Comitês Gestores do Código de Conduta dos órgãos da Justiça Federal, instituídos pela Resolução n. 147, de 15 de abril de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 20 da Resolução n. 147, de 15 de abril de 2011, aprovada no Processo Administrativo n. 20101611758, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados, na forma desta portaria, a composição, o funcionamento e as atribuições dos Comitês Gestores do Código de Conduta dos órgãos da Justiça Federal.

CAPÍTULO I

DA COMPÊTÊNCIA

Art. 2º Compete aos Comitês Gestores do Código de Conduta dos órgãos da Justiça Federal:

I - assegurar a observância do Código de Conduta, objeto da Resolução n. 147/2011, pelos servidores e gestores por ele abrangidos;

II - submeter ao Conselho da Justiça Federal sugestões de aprimoramento do Código de Conduta e demais atos administrativos de caráter interpretativo de suas normas;

III - apurar, de ofício ou em razão de denúncia, condutas que possam configurar violação do Código de Conduta e, se for o caso, adotar as providências nele previstas;

IV - dirimir dúvidas a respeito da aplicação do Código de Conduta e deliberar sobre os casos omissos;

V - dar ampla divulgação ao Código de Conduta.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Comitê Gestor do Código de Conduta será composto por quatro servidores de cargo efetivo e igual número de suplentes designados pelo dirigente máximo em cada órgão, com mandato de três anos, podendo ser reconduzidos até duas vezes.

Parágrafo único. Os trabalhos desenvolvidos pelos membros do Comitê Gestor, considerados prestação de relevante serviço público, não dão ensejo a nenhum adicional ou gratificação.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º Os membros do Comitê Gestor do Código de Conduta elegerão seu presidente, que terá mandato de um ano, permitida a recondução por igual período.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 5º As deliberações do Comitê Gestor serão tomadas por voto da maioria de seus membros, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

§ 1º Exigir-se-á o quorum de quatro membros para a realização das reuniões.

§ 2º O presidente convocará os suplentes sempre que previamente conhecida a ausência de titulares e necessária a medida para completar o quorum de instalação da sessão.

Art. 6º O Comitê Gestor do Código de Conduta designará, dentre seus membros, um secretário-executivo, que lhe prestará apoio técnico e administrativo.

Parágrafo único. Nas reuniões ordinárias do Comitê Gestor, o secretário-executivo prestará informações sobre o estágio de execução das atividades do Comitê.

Art. 7º As reuniões do Comitê Gestor do Código de Conduta ocorrerão, em caráter ordinário, trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, por iniciativa de qualquer de seus membros.

Parágrafo único. A pauta das reuniões do Comitê Gestor do Código de Conduta será composta a partir de sugestões de qualquer de seus membros ou por iniciativa do secretário-executivo, admitindo-se no início de cada reunião a inclusão de novos assuntos na pauta.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 8º Ao presidente do Comitê Gestor do Código de Conduta compete:

I - convocar e presidir as reuniões;

II - orientar os trabalhos do Comitê, ordenar os debates e iniciar e concluir as deliberações;

III - tomar os votos e proclamar os resultados;

IV - proferir voto de qualidade;

V - autorizar a presença nas reuniões de pessoas que, por si ou por entidades que representem, possam contribuir para os trabalhos do Comitê;

VI - orientar e supervisionar os trabalhos da Secretaria-Executiva;

VII - determinar ao secretário-executivo, após aprovação do Comitê, a instauração de processos de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código de Conduta;

VIII - determinar o registro de seus atos enquanto membro do Comitê, inclusive reuniões com servidores e gestores submetidos ao Código de Conduta;

IX - decidir os casos de urgência, ad referendum do Comitê.

Art. 9º Aos membros do Comitê Gestor do Código de Conduta compete:

I - examinar as matérias que lhes forem submetidas, emitindo pareceres;

II - pedir vista de matéria em deliberação pelo Comitê;

III - solicitar informações a respeito de matérias sob exame do Comitê;

IV - representar o Comitê em atos públicos, por delegação de seu presidente;

V - instruir as matérias submetidas à deliberação.

Art. 10. Ao secretário-executivo compete:

I - organizar a agenda das reuniões e assegurar o apoio logístico;

II - secretariar as reuniões;

III - proceder ao registro das reuniões e à elaboração de suas atas;

IV - dar apoio ao Comitê e a seus integrantes no cumprimento das atividades que lhes sejam próprias;

V - solicitar aos servidores e aos gestores submetidos ao Código de Conduta informações e subsídios para instruir assunto sob apreciação do Comitê.

CAPÍTULO V

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 11. As deliberações do Comitê Gestor relativas ao Código de Conduta compreenderão:

I - homologação das informações prestadas em cumprimento às obrigações nele previstas;

II - adoção de orientações complementares:

a) mediante resposta a consultas formuladas por servidores e gestores a ele submetidas;

b) de ofício, em caráter geral ou particular, mediante comunicação aos servidores e aos gestores abrangidos, por meio de decisão ou, ainda, pela divulgação periódica de relação de perguntas e respostas aprovada pelo Comitê;

III - elaboração de sugestões, a serem apresentadas ao Conselho da Justiça Federal, de atos normativos complementares ao Código de Conduta, além de propostas para sua eventual alteração;

IV - instauração de procedimento para apurar ato que possa configurar descumprimento do Código de Conduta;

V - adoção de uma das seguintes providências em caso de infração:

a) censura ética, que terá fundamentação no respectivo parecer, assinado pelos integrantes do Comitê com ciência do faltoso;

b) encaminhamento de sugestão de dispensa de função comissionada ou de exoneração de cargo em comissão à autoridade competente, quando se tratar de infração grave ou de reincidência;

c) encaminhamento dos documentos pertinentes à autoridade competente para a abertura de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, conforme o caso.

CAPÍTULO VI

DAS NORMAS DE PROCEDIMENTO

Art. 12. O procedimento de apuração de infração do Código de Conduta será instaurado pelo Comitê de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, desde que haja indícios suficientes, observado o seguinte:

I - o Comitê oficiará ao servidor ou ao gestor para manifestar-se, por escrito, no prazo de cinco dias;

II - o eventual denunciante, o próprio servidor ou o gestor, bem assim o Comitê, de ofício, poderão produzir prova documental;

III - o Comitê poderá promover as diligências que considerar necessárias, assim como solicitar parecer de especialista quando julgar imprescindível;

IV - concluídas as diligências mencionadas no inciso anterior, o Comitê oficiará ao servidor ou ao gestor para nova manifestação, no prazo de três dias;

V - se o Comitê concluir pela procedência da denúncia, adotará uma das providências previstas no art. 11, inciso V, com comunicação ao denunciado e a seu superior hierárquico.

Parágrafo único. Não serão recebidas denúncias anônimas.

CAPÍTULO VII

DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS DO COMITÊ

Art. 13. Eventuais conflitos de interesse, efetivos ou potenciais, que possam surgir em função do exercício das atividades profissionais de membro do Comitê deverão ser informados aos demais membros.

Art. 14. O membro do Comitê que esteja respondendo a uma apuração de infração do Código de Conduta ficará impedido de participar do procedimento, devendo ser substituído caso se comprove o fato.

Art. 15. O membro do Comitê que, em razão de sua atividade profissional, tiver relacionamento direto ou indireto com matéria que envolva servidor ou gestor submetido ao Código de Conduta deverá abster-se de participar de deliberação que, de qualquer modo, o afete.

Art. 16. As matérias examinadas nas reuniões do Comitê serão consideradas de caráter sigiloso até sua deliberação final, quando o Comitê deverá decidir a forma de encaminhamento.

Art. 17. Os membros do Comitê não poderão manifestar-se publicamente sobre situação específica que possa vir a ser objeto de deliberação formal do Colegiado.

Art. 18. Os membros do Comitê deverão justificar eventual impossibilidade de comparecer às reuniões.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. O presidente do Comitê, em suas ausências, será substituído pelo membro mais antigo deste ou por aquele que tenha maior tempo de serviço público no órgão.

Art. 20. Cabe ao Comitê dirimir qualquer dúvida relacionada ao Código de Conduta e a esta portaria, bem como propor as modificações que julgar necessárias.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê.

Art. 21. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro ARI PARGENDLER

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO DE 15 DE ABRIL DE 2012

Processo Ético Cofen nº 35/2011

Fica anulada a publicação do Acórdão nº 17, de 13 de abril de 2012, divulgado no DOU de 26 de abril de 2012, Seção 1, página nº 224.

MARCIA CRISTINA KREMPEL
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Resolução Cofen nº 425, de 26 de abril de 2012, publicado no DOU de 04/05/2012 - Seção 1, página 155,
Onde se lê:

Emprego em Comissão	Quantidade	Remuneração
Assessor Técnico	3	R$ 11.108,40

Leia-se:

Emprego em Comissão	Quantidade	Remuneração
Assessor Técnico	4	R$ 11.108,40

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
2ª CÂMARA
1ª TURMA

DESPACHOS

RECURSO 2007.08.05515-05/SCA-PTU-ED. (SGD: 49.0000.2012.004363-5/SCA-PTU). Embgte.: L.V.G.J. (Adv.: Lauro Vieira Gomes Júnior OAB/SP 117069). Embgdo.: Acórdão de fls. 612/614 da PTU/SCA. Recte.: V.G.J. (Adv.: Lauro Vieira Gomes Júnior OAB/SP 117069). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinícius Cordeiro (RJ). DESPACHO: "(...). Portanto, recebo os embargos de declaração como recurso voluntário ao Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB e determino a remessa dos autos ao órgão competente para apreciação do recurso interposto. Brasília, 7 de maio de 2012. Marcus Vinícius Cordeiro, Relator." RECURSO 2010.08.00949-05/SCA-PTU-ED. Embgte.: C.R.M. (Adv.: Carlos Roberto Micelli OAB/SP 39102). Embgdo.: Acórdão de fls. 538/541 da PTU/SCA. Recte.: C.R.M. (Adv.: Carlos Roberto Micelli OAB/SP 39102). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). DESPACHO: "(...). Portanto, recebo os embargos de declaração como recurso voluntário ao Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB e determino a remessa dos autos ao órgão competente para apreciação do recurso interposto. Brasília, 7 de maio de 2012. Jardson Saraiva Cruz, Relator." RECURSO 49.0000.2011.000492-4/SCA-PTU-ED. Embgte.: A.S.A.O. (Adv.: Antônio Sérgio Almeida de Oliveira OAB/MG 35858). Embgdo.: Despacho de fls. 430/432 do Pres. da PTU/SCA. Recte.: A.S.A.O. (Adv.: Antônio Sérgio Almeida de Oliveira OAB/MG 35858). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Espólio de A.A.T.D. Repte. Legal: V.P.D. (Adv.: Carla Pinheiro Polese OAB/MG 68780). Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinicius Cordeiro (RJ). DESPACHO: "(...). Portanto, recebo os embargos de declaração como recurso voluntário e determino a notificação das partes interessadas, com posterior inclusão em pauta para julgamento. Brasília, 17 de abril de 2012. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator." RECURSO 49.0000.2011.005585-8/SCA-PTU. Rectes.: A.M. e C.A.A. (Advs.: Tatiana Freire de Andrade OAB/SP 158339 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinicius Cordeiro (RJ). DESPACHO: "(...). Nos termos do art. 140 do RGEAOAB, submeto o presente despacho ao Presidente da Primeira Turma da Segunda Câmara. Brasília, 17 de abril de 2012. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que ausentes os pressupostos legais para sua interposição, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente." RECURSO 49.0000.2012.002606-4/SCA-PTU. Recte.: M.Z.S.T. (Adv.: Maria Zoe Soares Teixeira OAB/MG 44044). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinicius Cordeiro (RJ). DESPACHO: "Vistos e analisados. Em que pesem os aspectos sociais envolvidos no caso, relativamente aos quais não podemos ficar indiferentes, é certo que o apelo não preenche os requisitos de admissibilidade, conforme definidos pelo art. 75 do EAOAB. Destarte, indefiro liminarmente o apelo, na forma do art. 140 do Regulamento Geral da OAB. Brasília, 08 de maio de 2012. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que ausentes os pressupostos legais para sua interposição, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 08 de maio de 2012. Marcelo Henrique Brabo Magalhães, Presidente em exercício."

Brasília, 14 de maio de 2012.
GILBERTO PISELO DO NASCIMENTO
Presidente

AUTOS COM VISTA AOS RECORRIDOS/INTERESSADOS

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentar contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos. RECURSO 0442/2006/SCA-PTU. (SGD: 49.0000.2012.004362-7/SCA-PTU). Recte.: E.M.D. (Adv.: Evandro de M. Duarte OAB/SP 70657). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Tiago Salustiano de Menezes. RECURSO 2007.08.05515-05/SCA-PTU. (SGD: 49.0000.2012.004363-5/SCA-PTU). Recte.: L.V.G.J. (Adv.: Lauro Vieira Gomes Júnior OAB/SP 117069). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO 2010.08.00949-05/SCA-PTU. (SGD: 49.0000.2012.004298-0/SCA-PTU). Recte.: C.R.M. (Adv.: Carlos Roberto Micelli OAB/SP 39102). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Ministério Público Federal. RECURSO 2010.08.05877-05/SCA-PTU. (SGD: 49.0000.2012.004364-3/SCA-PTU). Recte.: L.C.S. (Adv.: José Ratto Filho OAB/SP 38627). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO 2010.08.09001-05/SCA-PTU. (SGD: 49.0000.2012.004365-0/SCA-PTU). Recte.: J.K. (Advs.: André Gustavo Sales Damiani OAB/SP 154782 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e C.A.C.G. (Adv.: Gisele Zaarour OAB/SP 98608). RECURSO 2010.08.09003-05/SCA-PTU. (SGD: 49.0000.2012.004375-5/SCA-PTU). Recte.: E.C.C.Z. (Adv.: Emilio Carlos Canelada Zampieri OAB/SP 132784). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e N.F. (Advs.: Jorge Argachoff Filho OAB/SP 97574 e Outro). RECURSO 2011.08.01548-05/SCA-PTU. (SGD: 49.0000.2012.004366-8/SCA-PTU). Recte.: A.O.C. (Adv.: Ariosvaldo de Oliveira Chaves OAB/GO 21329). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e Geraldo Milton Soares. RECURSO 49.0000.2011.001138-0/SCA-PTU. Recte.: M.S. (Advs.: Massao Simonaka OAB/SP 18940 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e E.R.M. (Adv.: Eneida Rute Manfredini OAB/SP 128909). RECURSO 49.0000.2011.002504-2/SCA-PTU. Recte.: W.J.S. (Adv.: Wilson J. Sarto OAB/SP 32120). Recdos.: Despacho de fls. 584/586 do Pres. PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.T.M. (Adv.: Danila Fabiana Cardoso OAB/SP 236768). RECURSO 49.0000.2011.003410-8/SCA-PTU. Recte.: M.A.C. (Adv.: Marcio Antonio Cosenza OAB/SP 65190). Recdos.: Conselho Sec-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cional da OAB/São Paulo e H.M.S.J.S/A. Repte. Legal: A.R.A. (Adv.: Antonio Eduardo Rodrigues OAB/SP 203613). RECURSO 49.0000.2012.000092-1/SCA-PTU. Recte.: A.S.F. (Advs.: Antonieta Seixas Francia OAB/MG 24628 e Outra). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e J.J.F. (Adv.: Octávio Delgado OAB/MG 21323).

Brasília, 14 de maio de 2012.
GILBERTO PISELO DO NASCIMENTO
Presidente

ACÓRDÃOS

RECURSO 0780/2006/SCA-PTU-ED. (SGD: 49.0000.2012.004198-3/SCA-PTU). Embgte.: M.L.D. (Adv.: Maurício Leite Dias OAB/SP 62289). Embgdo.: Acórdão de fls. 617/619 da PTU/SCA. Recte.: M.L.D. (Adv.: Maurício Leite Dias OAB/SP 62289). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, J.D.J. e J.D.M.C.M. (Adv.: Renato de Lima Júnior OAB/SP 116835). Relator Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 036/2012/SCA-PTU. Manifestação simples - recebida como Embargos de Declaração - Tempestividade - arguição de prescrição trienal - matéria de ordem pública - não ocorrência - recurso conhecido e negado provimento. 1) Simples manifestação em processo ético disciplinar protocolada tempestivamente arguindo matéria de ordem pública - prescrição - pode ser conhecido como Embargos de Declaração. 2) A prescrição trienal somente se verifica se o processo ficar paralisado por mais de três anos, sem receber nenhum impulso válido para o seu desenvolvimento. 3) Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator. RECURSO 2007.08.02489-05/SCA-PTU. (SGD: 49.0000.2012.004229-0/SCA-PTU). Recte.: E.S.T.B. (Advs.: Eugênio Saverio Trazzi Bellini OAB/SP 63250 e Outra). Recdos.: Despacho de fls. 283/284 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.B.O. Repte. Legal: V.O. (Adv.: Raul Bereta OAB/SP 54699). Relator: Conselheiro Federal Genival Veloso de França Filho (PB). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 037/2012/SCA-PTU. Recurso em face de decisão monocrática que indeferiu liminarmente recurso ao Conselho Federal, por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento. A simples reiteração dos argumentos anteriormente refutados não se mostra apta à reforma da decisão recorrida. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator "ad hoc". RECURSO 2009.08.09167-05/SCA-PTU. Origem: REC-0199/2005/SCA-PTU. (SGD: 49.0000.2012.004270-1/SCA-PTU). Recte.: A.L.M.S. (Advs.: Ana Carolina Moreira Santos OAB/SP 231536 e Outros). Recdos: Despacho de fls. 906/909 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e P.C.R.S.A.P.L.da. Repte. Legal: B.L.G. (Advs.: Angelo Moretto Neto OAB/SP 69868 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Luiz Saraiva Correia (AC). EMENTA 038/2012/SCA-PTU. Decisão que transitou em julgado. Despacho que determina seu cumprimento. Recurso incabível. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Luiz Saraiva Correia, Relator. RECURSO 2010.08.05735-05/SCA-PTU-ED. (SGD: 49.0000.2012.004286-6/SCA-PTU). Embgte.: E.M.J. (Advs.: Edú Monteiro Júnior OAB/SP 98688 e Outros). Embgdo.: Acórdão de fls. 437/438 da PTU/SCA. Recte.: E.M.J. (Advs.: Edú Monteiro Júnior OAB/SP 98688 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e P.M.S.J. (Advs.: José Benedito da Silva OAB/SP 134871 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). Relatora "ad hoc": Conselheira Federal Dinara de Arruda Oliveira (MT). EMENTA 039/2012/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. Pretensão ao reexame da matéria versada no recurso liminarmente indeferido. Impossibilidade. Embargos não conhecidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Dinara de Arruda Oliveira, Relatora "ad hoc". RECURSO 2011.08.03034-05/SCA-PTU. (SGD: 49.0000.2012.004239-8/SCA-PTU). Recte.: L.F.C.M. (Adv.: Luiz Antonio de Oliveira Mello OAB/SP 145142). Recdos.: Despacho de fls. 276/278 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo, A.W. e I.W. (Advs.: Paulo Ricardo Divitiis OAB/SP 84813 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Luiz Saraiva Correia (AC). EMENTA 040/2012/SCA-PTU. A decisão guerreada deve ser mantida. Recurso não suscetível de conhecimento. Ausência de demonstração de contrariedade à Lei 8906/94, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina ou os Provimentos, nem apontada divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente do órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional. Recurso conhecido, porém negado provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Luiz Saraiva Correia, Relator. RECURSO 2011.08.03039-05/SCA-PTU. (SGD: 49.0000.2012.004245-0/SCA-PTU). Recte.: L.B.M. (Adv.: Willian Zukeran Alexandre OAB/SP 235281). Recdos.: Despacho de fls. 163/165 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e S.R.M.C. (Advs.: Gérson Oliveira Justino OAB/SP 147937 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Genival Veloso de França Filho (PB). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima (PB). EMENTA 041/2012/SCA-PTU. Recurso em face de decisão monocrática que indeferiu liminarmente recurso ao Conselho Federal, por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento. A simples reiteração dos argumentos anteriormente refutados não se mostra apta à reforma da decisão recorrida, ainda mais quando adota fundamento autônomo como razão de decidir não atacado pela recorrente. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Carlos Fábio Ismael dos Santos Lima, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2011.001173-6/SCA-PTU. Recte.: A.M.N. (Advs.: Clito Fornaciari Júnior OAB/SP 40564 e Outros). Recdos.: Despacho de fls. 407/409 do Pres. da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.M.G. (Advs.: Ubaldo Juveniz dos Santos Jr. OAB/SP 160493 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 042/2012/SCA-PTU. Recurso em face de decisão monocrática que indeferiu liminarmente recurso ao Conselho Federal, por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento. A simples reiteração dos argumentos anteriormente refutados não se mostra apta à reforma da decisão recorrida. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Jardson Saraiva Cruz, Relator. RECURSO 49.0000.2011.001869-7/SCA-PTU. Recte.: L.N.C.G. (Adv.: Gesmar Calixto Gonçalves OAB/GO 3880-A). Recdos.: Despacho de fls. 125/127 do Pres. da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Luiz Saraiva Correia (AC). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). EMENTA 043/2012/SCA-PTU. Recurso Especial - Nulidade absoluta da intimação inicial - Reconhecimento - Nulidade do Feito - Prescrição intercorrente quinquenal - Ocorrência - Conhecimento de ofício - Possibilidade - Matéria de ordem pública - Extinção da pretensão punitiva - Arquivamento da representação - Recurso conhecido e provido. 1. A intimação do representado em processos éticos disciplinares tem que se dar na pessoa do representado, sendo absolutamente nula a intimação feita através de pessoa estranha ao representado. 2. Prescrição intercorrente é matéria de ordem pública devendo ser conhecida de ofício. 3. Transcorrendo mais de cinco anos entre a data da instauração do processo ético-disciplinar e a data do primeiro julgamento válido pela OAB caracteriza a prescrição intercorrente. 4. Ocorrendo a prescrição intercorrente extingue-se a pretensão punitiva. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. José Sebastião Espíndola, Relator para o acórdão. RECURSO 49.0000.2011.002513-1/SCA-PTU. Recte.: T.A. (Advs.: Terezinha Abs OAB/SP 18759 e Celeste Stella Bueno de Araujo OAB/SP 126704). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, A.R.S.A. e S.C.H.S.A. (Advs.: Antonio Roberto de Souza Aranha OAB/SP 153758 e Sebastião C. H. de Souza Aranha OAB/SP 110971). Relator: Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib (MT). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 044/2012/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Conduta incompatível. Expressões constantes em petição judicial. Art. 34, inciso XXV, do Estatuto. Desclassificação. Violação a preceito ético. Parcial provimento. As expressões utilizadas pela recorrente em petição de agravo de instrumento, muito embora configurem violação a preceito ético, não caracterizam conduta incompatível, pela natureza grave dessa infração. Desclassificação para a violação a preceito ético previsto no art. 44 do CEOAB, convertendo a suspensão em censura, e esta em advertência, em ofício reservado, sem registro nos assentamentos da recorrente, eis que presente circunstancia atenuante. Recurso parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 06 de março de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator para o acórdão. RECURSO 49.0000.2011.003692-0/SCA-PTU. Recte.: J.T. (Adv.: Ivan de Souza Teixeira OAB/BA 14906). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Bahia e Luiz Carlos de Oliveira. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinicius Cordeiro (RJ). EMENTA 045/2012/SCA-PTU. Julgamento do qual participa Conselheiro impedido. Nulidade. No mérito, recurso interposto contra decisão unânime de Seccional. Não conhecimento. Necessidade de demonstração dos requisitos do art. 75 do Estatuto da OAB. A ausência dos pressupostos autoriza aplicação do art. 140 do Regulamento Geral. Recurso conhecido quanto à preliminar, ao qual se nega provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 06 de março de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. RECURSO 49.0000.2011.004191-7/SCA-PTU. Recte.: M.P.M. (Adv.: Marcelo Paiva de Medeiros OAB/SP 232423). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 046/2012/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Decisões anteriores consonantes e unânimes. Não demonstrada na petição recursal presença dos requisitos do art. 75 da Lei nº 8906/94. Não conhecimento da manifestação recursal intentada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator. RECURSO 49.0000.2011.004195-8/SCA-PTU. Recte.: C.E.S.K. (Advs.: Luiz Eduardo da Silva OAB/SP 149096 e OAB/PR 28143-A e Leila Lúcia Teixeira da Silva OAB/SP 148118 e OAB/PR 28144-A). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinicius Cordeiro (RJ). EMENTA 047/2012/SCA-PTU. Recurso interposto contra decisão unânime de Seccional. Não conhecimento. Necessidade de demonstração dos requisitos do art. 75 do Estatuto da OAB. A ausência dos pressupostos autoriza aplicação do art. 140 do Regulamento Geral. Advogado comprovadamente envolvido em esquema fraudulento de licitação, condenado em processo criminal. Mácula para a boa imagem da advocacia. Aplicação da suspensão preventiva na forma dos arts. 70, § 3º, do EAOAB, c/c art. 48 do CED. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcus Vinicius Cordeiro, Relator. RECURSO 49.0000.2011.005218-0/SCA-PTU-ED. Embgte.: E.F.F.M. (Adv.: Vicente Magela de Faria OAB/MG 57442). Embgdo.: Acórdão de fls. 210/217 da PTU/SCA. Recte.: E.F.F.M. (Adv.: Vicente Magela de Faria OAB/MG 57442). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Maria Sueli dos Santos. Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 048/2012/SCA-PTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. Pretensão ao reexame da matéria versada no recurso improvido. Nítido caráter infringente. Impossibilidade. Embargos de Declaração rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Jardson Saraiva Cruz, Relator. RECURSO 49.0000.2011.005931-8/SCA-PTU. Recte.: A.N.L. (Adv.: Adelson Nascimento de Lucena OAB/PE 6806). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco e Kurt Christoph Heidelberg. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 049/2012/SCA-PTU. Recurso - Decisão unânime - Código de Ética - Violação - Condenação a pena de censura - Atenuantes - Inexistência - Condenação mantida. 1. A atuação do profissional do direito consiste em atividade meio e não atividade fim. Todavia, deve o profissional agir com responsabilidade e demonstrar razoabilidade na tese de sua defesa, de modo a justificar os honorários pactuados. 2. Comprovado por decisão judicial que o advogado causara dano ao constituinte, ao ajuizar ação temerária, cujos riscos deste eram desconhecidos, viola os deveres inerentes à deontologia da profissão, incorrendo em falta ética. Condenação razoável, decisão mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2012.000989-1/SCA-PTU. Recte.: J.D.P.S. (Adv.: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e N.A.G. (Advs.: Raimundo Eustáquio de Souza Costa OAB/MG 54519 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Marcelo Henrique Brabo Magalhães (AL). EMENTA 050/2012/SCA-PTU. Recurso. Conhecimento. Existência de nulidade. Audiência de instrução e julgamento designada. Pedido de adiamento de audiência apresentado antes do seu início. Juntada de atestado médico. Presunção, em tese, de legalidade e veracidade. Indeferimento. Cerceamento do direito de defesa. Malferimento do art. 69 do EOAB, § 1º do art. 265 do CPP, art. 453, II e § 1º do CPC e art. 5º, LIV E LV da Constituição Federal. Pelo provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcelo Henrique Brabo Magalhães, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001549-6/SCA-PTU. Recte.: D.S.B. (Adv.: Eny Laureano da Silva Araújo OAB/MG 94651). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Espírito Santo. Interessado: Venicio Barreto. Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 051/2012/SCA-PTU. Pedido de reconsideração da decisão - Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime do Conselho Seccional. Contrariedade a Lei não demonstrada. Reapreciação de fatos e provas. Impossibilidade. Precedentes do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CFOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Jardson Saraiva Cruz, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001553-6/SCA-PTU. Recte.: M.F.M.F. (Def. Dat.: João Alves de Melo Júnior OAB/PE 24277 e OAB/AL 9372-A). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 052/2012/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Decisões anteriores consonantes e unânimes. Não demonstrada na petição recursal presença dos requisitos do art. 75 da Lei nº 8906/94. Não conhecimento da manifestação recursal intentada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001743-1/SCA-PTU. Recte.: Y.S.L.G. (Adv.: Yoná Silva Landim Guerra OAB/GO 18308). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e Nelson Martins Lopes. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Henrique Brabo Magalhães (AL). EMENTA 053/2012/SCA-PTU. Recurso. Não conhecimento. Decisão que não é definitiva, mas apenas processual. Exigência do art. 75 do EOAB que as decisões que sejam submetidas ao CFOAB, em grau de recurso, sejam definitivas. Seccional que deliberou pelo prosseguimento do feito, reconhecendo a existência de indícios de provas de que houve infração disciplinar. Inexistência de prejuízos para a recorrente, vez que não se trata de condenação, sendo, inclusive, prudente que sejam apurados os fatos, com o asseguramento de todos os meios de provas possíveis. Decisão unânime da Seccional. Impossibilidade de que o recurso seja conhecido. Previsão constante do art. 75 do EOAB. Análise das demais matérias prejudicadas. Pelo não conhecimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcelo Henrique Brabo Magalhães, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001826-6/SCA-PTU. Recte.: V.N.A.F. (Adv.: Luiz Augusto Coutinho OAB/BA 14129). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Bahia e Claudio Gonçalves Kern. Relator: Conselheiro Federal Marcus Vinicius Cordeiro (RJ). EMENTA 054/2012/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Preliminares de prescrição e nulidade por ausência de notificação do recorrente para julgamento do recurso na Seccional. Inexistência. Preliminares rejeitadas. No mérito, infração disciplinar configurada. A quitação integral de valores retidos indevidamente pelo advogado, posterior à decisão condenatória do TED, não tem o condão de descaracterizar a infração disciplinar. Porém, não pode o julgador se mostrar insensível à tentativa do Recorrente em por fim à lide, ainda mais quando junta aos autos recibo de quitação e pedido de arquivamento pelo próprio Representante. Caso em que se admite, excepcionalmente, a desclassificação da infração disciplinar para aquela prevista no art. 34, inciso IX, do Estatuto, aplicando a sanção de censura, convertida em advertência, sem registro nos assentamentos do advogado, eis que ausentes punição anterior e antecedentes, excluindo-se da condenação a multa imposta. Recurso parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcus Vinícius Cordeiro, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001828-2/SCA-PTU. Recte.: L.O.P. (Adv.: Pedro F. Araújo OAB/BA 9006). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Bahia e R.R.S. (Adv.: Antonio Augusto Soares OAB/BA 11658). Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 055/2012/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Locupletamento e ausência de prestação de contas. Pedido de desistência formulado pelo Representante anteriormente à decisão condenatória do TED. Desclassificação para a infração prevista no art. 34, inciso IX, do Estatuto. Cominação da sanção disciplinar de suspensão por 30 (trinta) dias, nos termos do art. 37, inciso II, do Estatuto. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2012.001830-6/SCA-PTU. Recte.: D.A.P.A. (Adv.: Danilo Augusto Paes de Azevêdo OAB/BA 3373). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Bahia e A.C.M. (Adv.: Paulo Sérgio Pessoa de Moura OAB/BA 12328). Interessado: Manoel da Silva Moura. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Henrique Brabo Magalhães (AL). EMENTA 056/2012/SCA-PTU. Prescrição à pretensão punitiva. Art. 43, caput do EOAB. Não ocorrência. O processo foi instaurado antes de consumado o prazo de 05 (cinco) anos do conhecimento oficial do fato. Prescrição intercorrente. Art. 43, § 1º do EOAB. Não existência. Tramitação regular do processo, sem que tenha havido paralisação por mais de 03 (três) anos. Mérito. Decisão unânime. Impossibilidade de revolvimento de fatos e provas. Pelo conhecimento parcial e improvimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer parcialmente do recurso e negar provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Marcelo Henrique Brabo Magalhães, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001897-1/SCA-PTU. Recte.: J.M. (Adv.: José Machado OAB/SC 6533). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e Maria Feltez Petry. Relator: Conselheiro Federal Gilberto Piselo do Nascimento (RO). EMENTA 057/2012/SCA-PTU. Recurso -- Erro material - Republicação de Acórdão - Prescrição - Pretensão Punitiva - Caracterizada - Decretação de ofício. O reconhecimento de ofício da existência de erro no acórdão recorrido, com a decretação de sua nulidade, implica restabelecimento do status quo ante, no tocante à fluência do prazo de prescrição da pretensão punitiva, contado desde o anterior marco interruptivo (notificação válida). A republicação do acórdão, depois de saneado o erro apontado, decorridos cinco anos desde a última interrupção, implica no reconhecimento de exaurimento da pretensão punitiva. Matéria de interesse público que deve ser reconhecida e declarada de ofício. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso interposto e, de ofício, declarar a prescrição, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2012.002109-0/SCA-PTU. Recte.: J.A.G. (Adv.: Janete de Araújo Goes OAB/BA 9425). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Bahia e Virgínia Santos de Oliveira. Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 058/2012/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Embargos declaratórios intempestivos. Não ocorrência da interrupção do prazo para interposição de recurso ao Conselho Seccional, e consequente intempestividade deste. Arguição de nulidade da decisão do Conselho Seccional. Inocorrência. Recurso conhecido e, no mérito, improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002221-8/SCA-PTU. Recte.: I.P.M. (Adv.: Itamar de Paula Mafra OAB/MG 75551). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 059/2012/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.0906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Gilberto Piselo do Nascimento, Presidente. Jardson Saraiva Cruz, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002393-6/SCA-PTU. Rectes.: S.A.M. e L.M.B.M. (Advs.: Sinomário Alves Martins OAB/GO 9344 e Lilian Maria Braga Martins OAB/GO 14924). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e S.A.F. (Adv.: Solon Edson de Almeida Neto OAB/GO 8774). Relator: Conselheiro Federal Marcelo Henrique Brabo Magalhães (AL). EMENTA 060/2012/SCA-PTU. Decisão unânime. Impossibilidade de revolvimento de fatos e provas. Óbice do art. 75 do EOAB. Discussão a quem pertence honorários sucumbenciais. Matéria a ser tratada exclusivamente no âmbito do judiciário. Inadequação do processo disciplinar ao fim almejado. Pelo não conhecimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Marcelo Henrique Brabo Magalhães, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 49.0000.2012.002394-4/SCA-PTU. Recte.: J.B.G.M. (Adv.: João Bosco Giffoni Mendes OAB/MG 68949). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Roberto D'Assunção Guimarães. Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 061/2012/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime do Órgão Especial de Conselho Seccional. Intempestividade de recurso anterior. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de maio de 2012. Marcelo Henrique Brabo Magalhães, Presidente em exercício. Jardson Saraiva Cruz, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002417-9/SCA-PTU. Recte.: Altevir Araújo da Costa. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Pará e J.N.L.D. (Advs.: Jader Dias OAB/PA 5273 e OAB/MA 3593-A e Outro). Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 062/2012/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Decisão unânime do Conselho Seccional. Não demonstrada na petição recursal presença dos requisitos do art. 75 da Lei nº 8906/94. Não conhecimento da manifestação recursal intentada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Marcelo Henrique Brabo Magalhães, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 49.0000.2012.002610-4/SCA-PTU. Recte.: M.D.R. (Adv.: Maria das Dores Roldão OAB/MG 60487). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 063/2012/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de maio de 2012. Marcelo Henrique Brabo Magalhães, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 49.0000.2012.002739-7/SCA-PTU. Recte.: Edivaldo Gomes do Couto. Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e A.O. (Advs.: Renato de Magalhães OAB/MG 54819 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Romeu Felipe Bacellar Filho (PR). EMENTA 064/2012/SCA-PTU. Recurso disciplinar. Decisão unânime do Conselho Seccional. Não demonstrada na petição recursal presença dos requisitos do art. 75 da Lei nº 8906/94. Não conhecimento da manifestação recursal intentada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Marcelo Henrique Brabo Magalhães, Presidente em exercício. Romeu Felipe Bacellar Filho, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002861-8/SCA-PTU. Recte.: F.R.C. (Adv.: Fernando Rafael Corrêa OAB/SC 25585). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e J.R.N. (Adv.: José Renato Nunes OAB/SC 10225). Relator: Conselheiro Federal Marcelo Henrique Brabo Magalhães (AL). EMENTA 065/2012/SCA-PTU. Decisão recorrida unânime. Óbice do art. 75 do EOAB. Alegação de inépcia da representação. Não verificação. Alegação de ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Inexistência. Falta de lanheza e urbanidade. Verificação. Arts. 44 e 45 do CED. Possibilidade de que haja crítica, por vezes ácida, desde que não seja a mesma manifestamente desrespeitosa e ofenda a honra e imagem de outrem. Pior, ainda, quando desta se extrai a imputação a terceiro de fatos definidos como crime. Expressa vedação constante do inciso XV do art. 34 do EOAB. Impossibilidade de revolver fatos e provas. Pelo não conhecimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Marcelo Henrique Brabo Magalhães, Presidente em exercício e Relator. RECURSO 49.0000.2012.002956-6/SCA-PTU. Recte.: V.S. (Adv.: Vanderlei Silveira OAB/MG 64210). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Jardson Saraiva Cruz (CE). EMENTA 066/2012/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de maio de 2012. Marcelo Henrique Brabo Magalhães, Presidente em exercício. Jardson Saraiva Cruz, Relator. RECURSO 49.0000.2012.003013-0/SCA-PTU. Recte.: R.N.M. (Advs.: Renildo Nunes de Melo OAB/RS 21009 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal José Sebastião Espíndola (MS). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Marcelo Henrique Brabo Magalhães (AL). EMENTA 067/2012/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de maio de 2012. Marcelo Henrique Brabo Magalhães, Presidente em exercício e Relator "ad hoc".

Brasília, 14 de maio de 2012.
GILBERTO PISELO DO NASCIMENTO
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012051600112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2ª TURMA

DESPACHOS

RECURSO 49.0000.2011.001210-8/SCA-STU. Recte.: M.M.P. (Adv.: Marcelo Monteiro Padial OAB/MS 6024). Recdos.: Despacho de fls. 131/133 do Pres. em exercício da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e Albano Margato Loureiro. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). DESPACHO: "(...). Isto posto, nos termos do art. 140, caput, do Regulamento Geral, indico, ao Senhor Presidente da Turma, o indeferimento liminar do recurso secundário, o qual, por ser intempestivo, não comporta apreciação pela Turma, de modo a ensejar a revisão da decisão monocrática proferida em face do recurso principal. À consideração do Senhor Presidente da Turma. Em 03 de abril de 2012. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que intempestivo, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente." RECURSO 49.0000.2012.000801-7/SCA-STU. Recte.: M.P. (Adv.: Marisa Pires OAB/SP 94595). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.R.P.S. (Adv.: Edna A. de Sousa OAB/SP 109563). Relatora: Conselheira Federal Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira (BA). DESPACHO: "(...). Portanto, nego seguimento ao recurso, por ser intempestivo, e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RG/EAOAB. Brasília, 17 de abril de 2012. Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira, Relatora." DESPACHO: "Acolho o despacho da eminente Relatora, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que intempestivo, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente." RECURSO 49.0000.2012.000804-1/SCA-STU. Recte.: G.C.L. (Adv.: Dejair Matos Marialva OAB/SP 76903). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). DESPACHO: "(...). Portanto, nego seguimento ao recurso, por ser intempestivo, e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGEAOAB. Brasília, 17 de abril de 2012. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que ausentes os pressupostos processuais de admissibilidade, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente." RECURSO 49.0000.2012.000810-6/SCA-STU. Recte.: S.C.D. (Adv.: Silvio Couto Dornel OAB/SP 106371). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.A.C. (Adv. Assist.: Armando Sanchez OAB/SP 21825). Relatora: Conselheira Federal Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira (BA). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RG/EAOAB. Brasília, 17 de abril de 2012. Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira, Relatora." DESPACHO: "Acolho o despacho da eminente Relatora, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que ausentes os pressupostos processuais de admissibilidade, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente." RECURSO 49.0000.2012.000813-0/SCA-STU. Recte.: C.A.R. (Adv.: Julianelli Caldeira Esteves OAB/SP 190976). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, R.A.A. e C.C.A.M. (Advs.: Ricardo A. Antoniassi OAB/SP 188390 e Cátia C. Antoniassi de Melo OAB/SP 185178). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RG/EAOAB. Brasília, 17 de abril de 2012. Valmir Macedo de Araújo, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que ausentes os pressupostos processuais de admissibilidade, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente." RECURSO 49.0000.2012.001032-7/SCA-STU. Recte.: V.H. (Adv.: Elias Hubaika Júnior OAB/SP 267419). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e E.B. (Advs.: Clobson Fernandes OAB/SP 210767 e Outros). Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGEAOAB. Brasília, 17 de abril de 2012. José Norberto Lopes Campelo, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que ausentes os pressupostos processuais de admissibilidade, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente." RECURSO 49.0000.2012.001112-9/SCA-STU. Recte.: N.A.M.S. (Advs.: Nelson A. Moreira da Silva OAB/SP 72399 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e A.F.L. (Adv.: Helga da Silva Meira OAB/SP 173152). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RG/EAOAB. Brasília, 17 de abril de 2012. Valmir Macedo de Araújo, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que ausentes os pressupostos processuais de admissibilidade, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente." RECURSO 49.0000.2012.001563-3/SCA-STU. Recte.: A.L. (Adv.: Maurício Pizzatto de Souza Neto OAB/PR 20211). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná, Rosmário Kluber, Maria Evanilda Silvério de Camargo, Maria D. Xarão Kluber e Sandra Maria Xaraur. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RG/EAOAB. Brasília, 17 de abril de 2012. João Bezerra Cavalcante, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que ausentes os pressupostos legais para sua interposição, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente." RECURSO 49.0000.2012.001570-4/SCA-STU. Recte.: C.A.S. (Adv.: Christian Alexandra Santos OAB/MS 10237). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e M.N.R. (Adv.: Maurício Rasslan OAB/MS 6921). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RG/EAOAB. Brasília, 17 de abril de 2012. Valmir Macedo de Araújo, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que ausentes os pressupostos legais para sua interposição, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente." RECURSO 49.0000.2012.001823-3/SCA-STU. Recte.: Carlos Augusto Nunes do Amaral. (Adv.: Marcelo Barbosa Martins OAB/MS 1931). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e A.M.M. (Adv.: Arlindo Murilo Muniz OAB/MS 12145). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RG/EAOAB. Brasília, 17 de abril de 2012. João Bezerra Cavalcante, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que ausentes os pressupostos legais para sua interposição, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente." RECURSO 49.0000.2012.002017-5/SCA-STU. Recte.: I.C.S. (Def. Dat.: Bruno Galeano Mourão OAB/MS 14509). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). DESPACHO: "(...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão ao Presidente da Segunda Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RG/EAOAB. Brasília, 17 de abril de 2012. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que ausentes os pressupostos legais para sua interposição, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente."

Brasília, 14 de maio de 2012.
PAULO ROBERTO DE GOUVÊA MEDINA
Presidente
em exercício

AUTOS COM VISTA AOS RECORRIDOS/INTERESSADOS

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentar contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos. RECURSO 2010.08.02690-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004342-2/SCA-STU). Recte.: U.S.I. (Advs.: Ursulino dos Santos Isidoro OAB/SP 19068 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO 2010.08.04018-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004358-7/SCA-STU). Recte.: D.S.M.N. (Advs.: Edervek Eduardo Delalibera OAB/SP 125035 e Outra). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO 2010.08.04240-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004354-6/SCA-STU). Recte.: C.H.F.S. (Advs.: Carlos Humberto Fernandes Silva OAB/SC 12560 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. RECURSO 2010.08.05878-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004347-1/SCA-STU). Recte.: A.R.C. (Adv.: Aldo R. Canônico OAB/SP 49676). Recdos.: Despacho de fls. 193/194 do Pres. da STU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. RECURSO 2010.08.07242-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004355-2/SCA-STU). Recte.: C.H.F.S. (Advs.: Carlos Humberto Fernandes Silva OAB/SC 12560 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. RECURSO 2010.08.07243-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004359-5/SCA-STU). Recte.: C.H.F.S. (Advs.: Carlos Humberto Fernandes Silva OAB/SC 12560 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. RECURSO 2010.08.07244-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004360-0/SCA-STU). Recte.: C.H.F.S. (Advs.: Carlos Humberto Fernandes Silva OAB/SC 12560 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. RECURSO 2010.08.09018-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004361-9/SCA-STU). Recte.: C.H.F.S. (Advs.: Carlos Humberto Fernandes Silva OAB/SC 12560 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. RECURSO 49.0000.2011.005593-0/SCA-STU. Recte.: P.R.G.S. (Adv.: Pedro Roberto das Graças Santos OAB/SP 169985, OAB/RJ 61418 e OAB/MG 131148). Recdos.: Despacho de fls. 80/82 do Pres. da STU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

Brasília, 14 de maio de 2012.
PAULO ROBERTO DE GOUVÊA MEDINA
Presidente
em exercício

ACÓRDÃOS

RECURSO 2008.08.07992-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004187-8/SCA-STU). Recte.: M.M.P. (Advs.: Marcelo Monteiro Padial OAB/MS 6024 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional do Mato Grosso do Sul e Vera Lúcia Lourenço Paim Codorniz. Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 046/2012/SCA-STU. Decisão unânime. Não conhecimento. Os recursos contra decisão unânime proferida por Conselho Seccional da OAB só se viabiliza uma vez demonstrada contrariedade ao Estatuto, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos da OAB, ou por divergência entre a decisão recorrida e decisões do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional. Inteligência do art. 75 da Lei nº 8.906/94. Inexistência de prescrição. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da 2ª Turma da 2ª Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto do Relator. Brasília, 06 de março de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente da 2ª Turma da Segunda Câmara e Relator. RECURSO 2008.08.08979-05/SCA-STU-ED. (SGD: 49.0000.2012.004196-7/SCA-STU). Embgte.: N.M.M.M. (Adv.: Vanderlena Manoela Busa OAB/SP 103046). Embgdo.: Acórdão de fls. 206/209 da STU/SCA. Recte.: N.M.M.M. (Adv.: Vanderlena Manoela Busa OAB/SP 103046). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.A.C. (Adv. Assist.: André Andreolli OAB/SP 213127). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 047/2012/SCA-STU. Embargos de declaração. Recurso ao Conselho Federal. Prazo recursal. Intempestividade. O prazo para recorrer nos processos administrativos da OAB é de quinze dias, nos termos do artigo 69 do EAOAB. Nos casos de publicação da decisão na imprensa oficial, o dies a quo é o dia útil seguinte ao da publicação. Recurso protocolado após esse prazo não atende ao requisito da tempestividade, razão pela qual não pode ser conhecido. Embargos não conhecidos em razão de sua intempestividade. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. Valmir Macedo de Araújo, Relator. RECURSO 2010.08.04620-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004197-5/SCA-STU). Recte.: D.S.G. (Adv.: Darcy Silveira Gonçalves OAB/RJ 80616). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Miguel Eduardo Britto Aragão (SE). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 048/2012/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Erro material. Correção de ofício. Exclusão - Competência: A competência para apreciar recurso do Tribunal de Ética e Disciplina que entende haver cometimento de infração que leve a exclusão dos quadros de advogado, é do Conselho Pleno da Seccional competente, por força do que dispõe o parágrafo único do art. 38, II da Lei n. 8.906/94, e não de uma de suas Câmaras. Processo anulado a partir da decisão da Câmara, para que seja submetido à apreciação do Conselho Pleno. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Conselheiros integrantes da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em anular a decisão proferida pela Câmara Julgadora do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, nos termos do voto da divergência. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente e Relator para o acórdão. RECURSO 2011.08.03050-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004199-1/SCA-STU). Recte.: D.N.Z.T. (Adv.: Dulcinéia Nascimento Z. Terêncio OAB/SP 199272). Recdos.: Despacho de fls. 118/120 do Pres. da STU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 049/2012/SCA-STU. Recurso em face de decisão monocrática que indeferiu liminarmente recurso ao Conselho Federal, por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento. A simples reiteração dos argumentos anteriormente refutados não se mostra apta à reforma da decisão recorrida. Por outro lado, não atendidos os pressupostos de admissibilidade do recurso liminarmente indeferido, e estando a decisão recorrida devidamente fundamentada e de acordo com os precedentes deste Conselho Federal, a hipótese é de se negar provimento

VEDADA A VENDA POR ASSINANTES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012051600113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ao recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente e Relator. RECURSO 2011.08.04108-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004223-3/SCA-STU). Recte.: V.A.S. (Adv.: Vânia Andrade da Silva OAB/SP 139183). Recdos.: Despacho de fls. 439/441 do Pres. em exercício da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e S.M.P.M. (Advs.: Daniel da Silva Follador OAB/SP 148868 e Outra). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal João Bosco Albuquerque Toledano (AM). EMENTA 050/2012/SCA-STU. Recurso em face de decisão monocrática que indeferiu liminarmente recurso ao Conselho Federal, por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento. A simples reiteração dos argumentos anteriormente refutados não se mostra apta à reforma da decisão recorrida. Por outro lado, não atendidos os pressupostos de admissibilidade do recurso liminarmente indeferido, e estando a decisão recorrida devidamente fundamentada e de acordo com os precedentes deste Conselho Federal, a hipótese é de se negar provimento ao recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de maio de 2012. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Presidente em exercício. João Bosco Albuquerque Toledano, Relator "ad hoc". RECURSO 2011.08.05561-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004202-0/SCA-STU). Recte.: P.R.A.J. (Adv.: Paulo Roberto Almas de Jesus OAB/SP 63545). Recdos.: Despacho de fls. 122/123 do Pres. da STU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 051/2012/SCA-STU. Recurso em face de decisão monocrática que indeferiu liminarmente recurso ao Conselho Federal, por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento. A simples reiteração dos argumentos anteriormente refutados não se mostra apta à reforma da decisão recorrida. Por outro lado, não atendidos os pressupostos de admissibilidade do recurso liminarmente indeferido, e estando a decisão recorrida devidamente fundamentada e de acordo com os precedentes deste Conselho Federal, a hipótese é de se negar provimento ao recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. Valmir Macedo de Araújo, Relator. RECURSO 2011.08.05819-05/SCA-STU. (SGD: 49.0000.2012.004203-9/SCA-STU). Recte.: S.C.D. (Adv.: Silvio Couto Dornel OAB/SP 106371). Recdos.: Despacho de fls. 197/198 do Pres. da STU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e J.A.S. (Adv.: Kristiny Augusto OAB/SP 239617). Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 052/2012/SCA-STU. Recurso em face de decisão monocrática que indeferiu liminarmente recurso ao Conselho Federal, por não atender aos pressupostos de admissibilidade do artigo 75 da Lei nº 8.906/94. Art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral do EAOAB. Reiteração das razões. Improvimento. A simples reiteração dos argumentos anteriormente refutados não se mostra apta à reforma da decisão recorrida. Por outro lado, não atendidos os pressupostos de admissibilidade do recurso liminarmente indeferido, e estando a decisão recorrida devidamente fundamentada e de acordo com os precedentes deste Conselho Federal, conheço do recurso e nego-lhe provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECURSO 49.0000.2011.001139-8/SCA. Recte.: J.M.O. (Advs.: Jaci Manoel de Oliveira OAB/SP 40383 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.P.N. (Adv.: Ricardo Penachin Netto OAB/SP 31405). Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 053/2012/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyffeth, Presidente. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 49.0000.2011.001471-7/SCA-STU. Recte.: S.A.S.R. (Advs.: Michel de Souza Brandão OAB/SP 157001 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 054/2012/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Representação. Legitimidade. O advogado é essencial à função jurisdicional do Estado, prestando serviço público e exercendo função social em seu ministério privado, conferindo-se aos membros do Poder Judiciário e órgãos do Ministério Público a legitimidade para velar pelo exercício probo da advocacia. Alegação de violação ao princípio da presunção de inocência. Inexistência. Tal princípio não pode ser invocado para buscar assegurar impunidade pelas infrações nitidamente caracterizadas nos autos. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente e Relator. RECURSO 49.0000.2011.001781-1/SCA-STU. Recte.: R.C.D.F. (Advs.: Rui Carlos Diolindo de Farias OAB/MT 4962-B e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e F.M.S.B. (Adv. Assist.: Israel Moreira de Almeida OAB/MT 9789). Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA 055/2012/SCA-STU. Recurso. Infração ao art. 34, XXI, do EAOAB. Prescrição quinquenal e intercorrente inexistente. Conversão da penalidade de suspensão em advertência. Impossibilidade legal. I - Recurso contra julgamento proferido pelo Conselho Seccional da OAB-MT que, por maioria de votos negou provimento a recurso interposto contra decisão da Segunda Turma do TED da OAB-MT, mantendo-se a decisão recorrida. II - Ausência de prescrição quinquenal e intercorrente. III - infração disciplinar configurada, consistente na ausência de prestação de contas. IV - Impossibilidade legal da conversão em advertência da penalidade de suspensão aplicada em razão da infração ao art. 34, XXI, do EAOAB. V - A conversão somente é admitida nos casos da aplicação da penalidade de censura. Inteligência do art. 36, parágrafo único do EAOAB. Decisão que se mantém. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. Luiz Cláudio Allemand, Relator. RECURSO 49.0000.2011.003634-6/SCA-STU. Recte.: L.S.D. (Adv.: Christian Pacheco Bertoia OAB/RS 31434). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Rel. Orig.: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). Redistribuído: Conselheiro Federal Paulo Afonso de Souza (GO). EMENTA 056/2012/SCA-STU. Estelionato - Reincidência - Condenação criminal transitada em julgado - Perda da idoneidade moral - Exclusão do quadro de inscritos. Julgamento direto pelo Conselho Seccional - Ausência de nulidade - Competência originária reconhecida. Insanidade mental - Perícia - Cerceamento de defesa - Inocorrência. Prescrição - Inocorrência. 1) Sofre perda da idoneidade moral advogada condenada criminalmente pela prática de estelionato. 2) O processo de exclusão é de competência originária do Conselho Seccional, dispensada a tramitação do feito pelo Tribunal de Ética e Disciplina que, na espécie, não tem jurisdição disciplinar. Nulidade não reconhecida, porquanto observado o devido processo legal e garantida ampla defesa. 3) Cabe à defesa produzir voluntariamente as provas que independem de diligência, como exames médicos. Cerceamento de defesa não configurado. 4) A notificação para defesa prévia interrompe o prazo prescricional. Ausência de paralisação do feito, por mais de três anos, à míngua de despacho ou julgamento. Prescrição inocorrida. 5) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, à unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 06 de março de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. Paulo Afonso de Souza, Relator. RECURSO 49.0000.2011.004192-5/SCA-STU. Recte.: F.C.G. (Adv.: Fábio Costa Gorla OAB/SP 161494). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e S.C.M.C. (Adv.: Marcia Cristina Cesar OAB/SP 148226). Relator: Conselheiro Federal Walter Carlos Seyfferth (SC). EMENTA 057/2012/SCA-STU. Decisão unânime - Não conhecimento. Recursos contra decisão unânime proferida por Conselho Seccional da OAB só se viabilizam uma vez demonstrada contrariedade ao Estatuto, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos da OAB, ou por divergência entre a decisão recorrida e decisões do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional. Inteligência do art. 75 da Lei nº 8.906/94. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da 2ª Turma da 2ª Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto do Relator. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente da 2ª Turma da Segunda Câmara e Relator. RECURSO 49.0000.2011.006639-8/SCA-STU. Recte.: A.F.J. (Adv.: Anemar Ferreira Júnior OAB/RJ 151380). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 058/2012/SCA-STU. Admissibilidade de recurso ao Conselho Federal da OAB. Decisão unânime. Não contrariedade à lei ou à decisão proferida pelo Conselho Federal ou Conselho de outra Seccional. Não conhecimento. 1) De acordo com o art. 75 do EOAB apenas nas hipóteses de contrariedade à lei, decisão do Conselho Federal ou Seccional, caberá recurso das punições disciplinares ao Conselho Federal, impostas por decisão unânime. 2) No presente caso, não se verifica a ocorrência dos motivos excepcionais autorizadores da interposição de recurso contra decisão unânime. 3) É tranquilo e claro que a decisão proferida pelo colegiado não afronta lei, decisão do Conselho Federal ou de outra Seccional. 4) Motivo pelo qual o presente recurso não deverá ser conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO 49.0000.2011.006937-9/SCA-STU. Recte.: E.F.L. (Advs.: Edivaldo Ferreira Lima OAB/SP 128144 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 059/2012/SCA-STU. Admissibilidade de recurso ao Conselho Federal da OAB. Decisão unânime. Não contrariedade a lei ou a decisão proferida pelo Conselho Federal ou Conselho de outra Seccional. Não conhecimento. 1) De acordo com o art. 75 do EOAB apenas nas hipóteses de contrariedade à lei, decisão do Conselho Federal ou Seccional, caberá recurso das punições disciplinares ao Conselho Federal, impostas por decisão unânime. 2) No presente caso, não se verifica a ocorrência dos motivos excepcionais autorizadores da interposição de recurso contra decisão unânime. 3) É tranquilo e claro que a decisão proferida pelo colegiado não afronta lei, decisão do Conselho Federal ou de outra Seccional. 4) Motivo pelo qual o presente recurso não deverá ser conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO 49.0000.2012.000760-6/SCA-STU. Recte.: C.T.Ltda. Repte. Legal: A.C. (Adv.: Denis Norton Raby OAB/PR 14480). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná, E.A.F.S., M.L.L.C.M., D.P.D'A., L.R.W. e T.A.A.W. (Advs.: Evaristo Aragão Santos OAB/PR 24498, Maria Lúcia L. C. de Medeiros OAB/PR 15348, Daniela Peretti D'Ávila OAB/PR 36760, Luiz Rodrigues Wambier OAB/PR 7295, Teresa Arruda Alvim Wambier OAB/PR 22129 e Outro). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). EMENTA 060/2012/SCA-STU. Admissibilidade de recurso ao Conselho Federal da OAB. Decisão unânime da Seccional. Não contrariedade à lei ou à decisão proferida pelo Conselho Federal ou Conselho de outra Seccional. Não conhecimento. 1) De acordo com o art. 75 do EOAB apenas nas hipóteses de contrariedade à lei, decisão do Conselho Federal ou Seccional, caberá recurso das punições disciplinares ao Conselho Federal, impostas por decisão unânime. 2) No presente caso, não se verifica a ocorrência dos motivos excepcionais autorizadores da interposição de recurso contra decisão unânime. 3) É tranquilo e claro que a decisão proferida pelo colegiado não afronta lei, decisão do Conselho Federal ou de outra Seccional. 4) Motivo pelo qual o presente recurso não deverá ser conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001554-4/SCA-STU. Recte.: A.C.S. (Def. Dat.: João Alves de Melo Júnior OAB/PE 24277 e OAB/AL 9372-A). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 061/2012/SCA-STU. A punição imposta por falta de pagamento de anuidades não tem caráter de cobrança. Trata-se de sanção disciplinar pelo não cumprimento de requisito a que se subordina o exercício da profissão, qual seja, o de manter-se o advogado regularmente vinculado à entidade de classe, competente, por delegação do Estado, para o controle da advocacia, o que pressupõe o cumprimento das obrigações legais que essa vinculação implica. Recurso da decisão unânime do qual se conhece, em face das preliminares arguidas, mas a que se nega provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Sala das Sessões, 17 de abril de 2012. Luiz Cláudio Allemand, Presidente em exercício. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001558-5/SCA-STU. Recte.: G.M.A. (Advs.: Rafael Alexandre da Silva Carneiro OAB/RJ 102077 e Outros). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Interessada: L.F.P.P. (Advs.: Narciza Maria Santos Ramos OAB/RJ 79941 e Outro). Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 062/2012/SCA-STU. Ausência de publicação válida do acórdão em nome de todos os advogados habilitados nos autos. Embora não seja obrigatória a publicação em nome de todos os advogados habilitados nos autos, torna-se obrigatório que seja feita em nome daquele que efetivamente atuou no feito. Publicação feita apenas em nome de advogado que, embora substabelecido, não praticou nenhum ato processual. Existência clara de cerceamento de defesa. Recurso a que se dá provimento. Nulidade reconhecida a partir da publicação do acórdão. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001566-6/SCA-STU. Recte.: E.N.K. (Adv.: Emerson Nicolau Kulek OAB/PR 37902). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e A.M.A. (Adv.: Alexandre Arseno OAB/PR 32769). Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal João Bosco Albuquerque Toledano (AM). EMENTA 063/2012/SCA-STU. Código de Ética. Art. 11. Razoabilidade. Inexistência de dolo. Captação de cliente não configurada. Razoabilidade. Inexistência de lesão ao bem protegido. Aplicabilidade das regras. 1) Não havendo intenção de captar cliente de outro advogado não há de se falar em falta ética na apresentação de procuração quando já havia sido constituído advogado anteriormente. 2) Não é razoável esperar que o cliente fique a mercê da boa vontade do advogado inerte, tampouco que outros advogados nada possam fazer para salvaguardar o direito sob ameaça. 3) Entendimento contrário ao invés de privilegiar a norma prevista no art. 11 descaracterizara-a. Regras só podem ser aplicadas de acordo com suas finalidades. 4) Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Paulo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Roberto de Gouvêa Medina, Presidente em exercício. João Bosco Albuquerque Toledano, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2012.001797-7/SCA-STU. Recte.: L.H.M. (Adv.: Adyr Sebastião Ferreira OAB/PR 4854). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 064/2012/SCA-STU. A reabilitação tem como pressuposto a existência de provas efetivas de bom comportamento (EAOAB, art. 41). Tais provas hão de revelar que o inscrito mostra-se regenerado em relação à conduta que o sujeitou à punição disciplinar. Em se tratando de falta disciplinar de que resultou dano a cliente, é indispensável, por isso, que o inscrito demonstre haver reparado esse dano, que o cliente disso o isentou ou que tal reparação se revela, hoje, impossível. Aplicação subsidiária das disposições pertinentes do Código de Processo Penal, que se reportam à disciplina do instituto da reabilitação no plano do Direito Penal, uma vez que é a mesma a natureza do instituto, no âmbito do processo ético-disciplinar. Recurso de que se conhece, mas a que se nega provimento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo em epígrafe, acordam os Membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Sala das Sessões, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001825-8/SCA-STU. Recte.: D.M.F. (Adv.: Domingos Marciano Fretes OAB/MS 4229). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 065/2012/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Suspensão do exercício profissional. Anuidade do ano de 2005. Prescrição. 1) Não configura nulidade processual simples juntada aos autos de informação da Tesouraria sobre a situação financeira do advogado, de modo a embasar a convicção do julgador. 2) Constitui infração ético-disciplinar deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo (art. 34, inciso XXIII, do EAOAB). 3) A prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no § 5º do artigo 206 do Código Civil, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumentos público ou particular. 4) Recurso parcialmente provido para excluir a prorrogação da sanção imposta até a quitação da anuidade do ano de 2005 e reduzir a suspensão para 30 (trinta) dias, eis que fixada acima do mínimo legal sem a devida fundamentação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. Valmir Macedo de Araújo, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002011-8/SCA-STU. Recte.: M.R.B.M. (Def. Dat.: Bruno Galeano Mourão OAB/MS 14509). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Francisco de Assis Guimarães Almeida (RR). EMENTA 066/2012/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Suspensão do exercício profissional. Constitucionalidade. Prorrogação até a quitação do débito. Anuidade do ano de 2004. Prescrição. 1) Não configura violação ao art. 5º, inciso XIII, da CF/88, a aplicação de sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em face de débitos de anuidades perante à OAB. Precedentes. 2) Constitui infração ético-disciplinar deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo (art. 34, inciso XXIII, do EAOAB). 3) A prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no § 5º do artigo 206 do Código Civil, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumentos público ou particular. 4) Recurso conhecido e dado parcial provimento para excluir a prorrogação da sanção imposta até a quitação da anuidade do ano de 2004. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. Francisco de Assis Guimarães Almeida, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002013-4/SCA-STU. Recte.: J.C.F. (Def. Dat.: Diego Paiva Colman OAB/MS 14200). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal João Bezerra Cavalcante (GO). EMENTA 067/2012/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Alegação de inconstitucionalidade da suspensão do exercício profissional por inadimplência de anuidade. Inocorrência. 1) Não viola o art. 5º, inciso XIII, da CF/88, a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em face de débitos de anuidades perante à OAB, tendo em vista que os arts. 34, inciso XXIII e 37, inciso I, da Lei nº 8.906/94 não foram objeto de declaração de inconstitucionalidade. 2) Constitui infração ético-disciplinar deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo (art. 34, inciso XXIII, do EAOAB). 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002015-9/SCA-STU. Recte.: I.M.A.S. (Def. Dat.: Diego Paiva Colman OAB/MS 14200). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 068/2012/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Alegação de inconstitucionalidade da suspensão do exercício profissional por inadimplência de anuidade. Inocorrência. 1) Não viola o art. 5º, inciso XIII, da CF/88, a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em face de débitos de anuidades perante à OAB, tendo em vista que os arts. 34, inciso XXIII e 37, inciso I, da Lei nº 8.906/94 não foram objeto de declaração de inconstitucionalidade. 2) Constitui infração ético-disciplinar deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo (art. 34, inciso XXIII, do EAOAB). 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. João Bezerra Cavalcante, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002022-3/SCA-STU. Recte.: L.J.P. (Def. Dat.: Bruno Galeano Mourão OAB/MS 14509). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 070/2012/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Suspensão do exercício profissional. Constitucionalidade. Prorrogação até a quitação do débito. Anuidade do ano de 2003. Prescrição. 1) Não configura violação ao art. 5º, inciso XIII, da CF/88, a aplicação de sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em face de débitos de anuidades perante à OAB. Precedentes. 2) Constitui infração ético-disciplinar deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo (art. 34, inciso XXIII, do EAOAB). 3) A prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no § 5º do artigo 206 do Código Civil, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumentos público ou particular. 4) Recurso parcialmente provido para excluir a prorrogação da sanção imposta até a quitação da anuidade do ano de 2003. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. Valmir Macedo de Araújo, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002024-0/SCA-STU. Recte.: C.A.S. (Adv.: Christian Alexandra Santos OAB/MS 10237). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal José Norberto Lopes Campelo (PI). EMENTA 071/2012/SCA-STU. Recurso interposto contra decisão unânime do Conselho Seccional, aplicação do art. 75 do EAOAB quando não demonstrada a ocorrência das hipóteses de conhecimento do apelo. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente. José Norberto Lopes Campelo, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002027-2/SCA-STU. Recte.: A.C.C. (Adv.: Ana Cláudia Conceição OAB/MS 6278). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e Maria Ramalho Batista de Aquino. Relator: Conselheiro Federal Luiz Cláudio Allemand (ES). EMENTA 072/2012/SCA-STU. Recurso. Julgamento unânime. Ausência de pressuposto recursal. Inadmissibilidade. I - Recurso interposto contra acórdão do Conselho Seccional da OAB-MS que, à unanimidade de votos negou provimento a recurso, mantendo-se a decisão recorrida (infração ao art. 34, inciso XX, c/c o art. 37, § 2º, do EAOAB), aplicando-se a penalidade de suspensão, pelo prazo de 60 (sessenta) dias. II - Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que o acórdão do Conselho Seccional da OAB-MS, foi à unanimidade de votos (art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta a Lei nº 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como dar seguimento ao recurso. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da 2ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, à unanimidade, em não conhecer do recurso por ausência de pressupostos recursais, nos termos do relatório e voto do Relator. Brasília, 17 de abril de 2012. Walter Carlos Seyfferth, Presidente da 2ª Turma da Segunda Câmara. Luiz Cláudio Allemand, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002522-1/SCA-STU. Recte.: O.K. (Adv.: Ozair Kerr OAB/MS 5443). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul, J.U. e J.Q.F. (Adv.: Mário Eugênio Peron OAB/MS 788). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 073/2012/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de maio de 2012. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Presidente em exercício. Valmir Macedo de Araújo, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002548-1/SCA-STU. Recte.: J.C.G. (Adv.: João Carlos Galli OAB/SP 80853 e OAB/MT 4661-A). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e A.M.T.R. (Adv. Assist.: Daniele Izaura da Silva Cavallari Rezende OAB/MT 6057). Relator: Conselheiro Federal Valmir Macedo de Araújo (SE). EMENTA 074/2012/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de maio de 2012. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Presidente em exercício. Valmir Macedo de Araújo, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002855-1/SCA-STU. Recte.: S.N.R. (Def. Dat.: Odilon de Oliveira Júnior OAB/MS 11514). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Paulo Roberto de Gouvêa Medina (MG). EMENTA 075/2012/SCA-STU. Não padece de inconstitucionalidade a norma insculpida no art. 34, XXIII do EAOAB. Trata-se de figura disciplinar cuja tipicidade se justifica na medida em que, deixando de pagar as anuidades devidas à OAB, o inscrito viola um dos pressupostos do exercício da advocacia, qual seja o de manter-se em situação regular perante a entidade a que incumbe o pode de polícia sobre a profissão. Recurso de que se conhece, em razão da questão constitucional suscitada, mas a que se nega provimento, para manter a suspensão aplicada, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sujeito à prorrogação legal, até o efetivo pagamento das anuidades em débito. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Sala das Sessões, 8 de maio de 2012. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Presidente em exercício e Relator.

Brasília, 14 de maio de 2012.
PAULO ROBERTO DE GOUVÊA MEDINA
Presidente
em exercício

3ª TURMA

DESPACHO

RECURSO 49.0000.2012.001889-0/SCA-TTU. Recte.: I.A.P. (Advs.: Janaina Barbosa de Souza OAB/BA 24631 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Bahia e Oscar Abreu Pacheco. Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). DESPACHO: "(...). Portanto, ausente o pressuposto processual da tempestividade, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar, submetendo a decisão à Presidente desta Terceira Turma da Segunda Câmara, nos termos do art. 140 do RGOAB. Brasília, 17 de abril de 2012. Délio Fortes Lins e Silva, Relator". DESPACHO: "Acolho o despacho do eminente Relator, adotando os seus fundamentos para, como razão de decidir, determinar o indeferimento liminar do recurso, eis que intempestivo, determinando, assim, a devolução do processo ao órgão recorrido para executar a decisão, após o trânsito em julgado. Brasília, 7 de maio de 2012. Márcia Machado Melaré, Presidente".

Brasília, 14 de maio de 2012.
MÁRCIA MACHADO MELARÉ
Presidente

AUTOS COM VISTA AOS RECORRIDOS/INTERESSADOS

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentar contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos. RECURSO 2008.08.03197-05/SCA-TTU-ED. (SGD: 49.0000.2012.004278-5/SCA-TTU). Recte.: D.A.G. (Adv.: Delmiro Aparecido Goveia OAB/SP 91992). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e C.F.L./S.P. Repte. Legal: R.C.Z. (Adv.: Rosana Carneiro Zaiden OAB/SP 172825). RECURSO 49.0000.2012.000093-0/SCA-TTU. Recte.: D.G.A.G. (Adv.: Dircélia Gonçalves de Aguiar Gonçalves OAB/MG 76372). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais.

Brasília, 14 de maio de 2012.
MÁRCIA MACHADO MELARÉ
Presidente

ACÓRDÃOS

RECURSO 0926/2006/SCA-TTU-ED. (SGD: 49.0000.2012.004242-8/SCA-TTU). Embgte.: J.C.M.R.P.M. (Adv.: João Carlos Mendes dos Reis Prata Martins OAB/SP 96540). Embgdo.: Acórdão de fls. 533/537 da TTU/SCA. Recte.: J.C.M.R.P.M. (Adv.: João Carlos Mendes dos Reis Prata Martins OAB/SP 96540). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.E.Ltda. Repte. Legal: M.A.M. (Adv.: Carlos Souza Queiroz Ferraz OAB/SP 22988). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 049/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Embargos de declaração. Efeitos modificativos. Prescrição. Matéria de ordem pública. Reconhecimen-

IMPRENSA NACIONAL - EXEMPLAR DE ASSINANTE DA UNIÃO

to. Decorridos mais de 05 anos entre a notificação válida do representado e a primeira decisão condenatória recorrível de órgão julgador da OAB, há que se reconhecer a prescrição quinquenal. Embargos conhecidos e acolhidos, com efeitos modificativos, para extinguir o processo com julgamento de mérito, declarando a extinção da punibilidade pela prescrição. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e acolher os embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Délio Fortes Lins e Silva, Presidente em exercício. Renato da Costa Figueira, Relator. RECURSO 2010.08.01894-05/SCA-TTU. (SGD: 49.0000.2012.004262-2/SCA-TTU). Rectes.: A.L.A. e F.K.O. (Advs.: Alencar Leite Agner OAB/PR 10419 e Fernando Kaminski de Oliveira OAB/PR 20202). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná, A.L.A. e F.K.O. (Advs.: Alencar Leite Agner OAB/PR 10419 e Fernando Kaminski de Oliveira OAB/PR 20202). Relator: Conselheiro Federal Manoel Bonfim Furtado Correia (TO). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 050/2012/SCA-TTU. Supressão ou diminuição da pena de suspensão somente se justifica quando não individualizadas adequadamente a penalidade nos termos do artigo 37 e seus parágrafos c/c artigo 40 do EAOAB. Impossibilidade de prolongar sua duração até cumprimento da obrigação somente seria possível na hipótese de se enquadrar nos incisos XXI e XXIII do artigo 34 do mesmo codex. Decisão seccional mantida. Recursos conhecidos e improvidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos recursos e negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.03497-05/SCA-TTU-ED. (SGD: 49.0000.2012.004265-5/SCA-TTU). Embgte.: C.H.F.S. (Advs.: Carlos Humberto Fernandes Silva OAB/SC 12560-B e Outro). Embgdo.: Despacho de fls. 229/230 da Pres. da TTU/SCA. Recte.: C.H.F.S. (Advs.: Carlos Humberto Fernandes Silva OAB/SC 12560-B e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Délio Lins e Silva (DF). EMENTA 051/2012/SCA-TTU. Embargos de declaração. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada. Irresignação do embargante. Correto o procedimento adotado, que oportuniza a realização da sustentação oral após o voto do Relator. Decisão proferida pelo STF desobriga do cumprimento do art. 7º do EAOAB apenas os tribunais, não vinculando a OAB, que tem autonomia para regular seus procedimentos internos (art. 94 do Regulamento Geral do EAOAB). Precedentes. Embargos conhecidos e rejeitados. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 2010.08.06082-05/SCA-TTU-ED. (SGD: 49.0000.2012.004268-0/SCA-TTU). Embgte.: E.F.F.M. (Adv.: Vicente Magela de Faria OAB/MG 57442). Embgdo.: Acórdão de fls. 212/217 da TTU/SCA. Recte.: E.F.F.M. (Adv.: Vicente Magela de Faria OAB/MG 57442). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e R.B. (Adv.: Aloísio de Carvalho OAB/MG 31808). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Délio Lins e Silva (DF). EMENTA 052/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Embargos de declaração meramente protelatórios. A decisão embargada encontra-se devidamente fundamentada e em consonância com os precedentes deste Conselho Federal. Irresignação do embargante que não supera os limites de admissibilidade. Embargos não conhecidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 2011.08.01772-05/SCA-TTU. (SGD: 49.0000.2012.004271-0/SCA-TTU). Recte.: R.M.A. (Adv.: Ronaldo Marques de Araújo OAB/SC 5160). Recdos.: Despacho de fls. 413/415 da Pres. da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, F.P.G., G.F.G., M.A.M. e W.B. (Advs.: Fabrício Pinheiro Guimarães OAB/SC 10481 e Rodolfo Gustavo Marques Moreira OAB/SC 20209). Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 053/2012/SCA-TTU. Recurso voluntário contra decisão que denegou recebimento de recurso via despacho monocrático. Inexistência de qualquer dos requisitos ensejadores para análise recursal, nos termos do art. 75 do EAOAB, pois o paradigma utilizado não se vincula ao caso em concreto. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator. RECURSO 49.0000.2011.000197-6/SCA-TTU. Recte.: N.S.L. (Adv.: Noemar Seydel Lyrio OAB/ES 3666). Recdos.: Despacho de fls. 251/253 da Pres. da TTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Espírito Santo. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 054/2012/SCA-TTU. Em razão do disposto no art. 75 do EAOAB, não cabe recurso ao Conselho Federal contra decisões unânimes das seccionais ou que não são fundadas em divergência jurisprudencial no âmbito da OAB ou contrariem a Lei 8.906/94, Regulamento Geral, Código de Ética ou Provimentos. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Leonardo Accioly da Silva, Relator. RECURSO 49.0000.2011.003635-2/SCA-TTU. Recte.: S.D.S. (Adv.: Sergio Dutra de Sá OAB/RJ 14947). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e E.M. (Advs.: Vitor Cesar Lourenço Ferreira OAB/RJ 95807 e Outro). Relator Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 055/2012/SCA-TTU. Processo Ético-Disciplinar. Representação. Ausência de prestação de contas quanto aos serviços profissionais acaso prestados e esclarecida a destinação de valores depositados em nome do advogado. Contas prestadas no curso da representação pelo representado. Primariedade. Representado que reconhece a infração e presta as contas deve ser apenado, todavia, com pena mais branda, considerando a primariedade do agente e, também, o fato de idade a maior de 70 (setenta) anos, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade. Pena de suspensão que se transforma em censura. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 06 de março de 2012. Lúcio Teixeira dos Santos, Presidente em exercício. Renato da Costa Figueira, Relator. RECURSO 49.0000.2011.006772-4/SCA-TTU. Recte.: S.L.Q. (Advs.: Silvio Lopes Quadros OAB/PR 8216 e Outro). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Délio Lins e Silva (DF). EMENTA 056/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Locupletamento. Infração disciplinar caracterizada. Preliminares de cerceamento de defesa, falta de fundamentação da decisão recorrida, "bis in idem" face à ausência de dedução da suspensão imposta com o período de suspensão preventiva e falta de pedido de prestação de contas a justificar sua recura e prescrição. Preliminares rejeitadas, por se tratarem de mera irresignação do Recorrente, sem qualquer fundamentação jurídica a embasar as teses sustentadas. Alegação de inconstitucionalidade do art. 37, inciso I, § 2º, da Lei nº 8.906/94. Impossibilidade de apreciação do pedido pelo Conselho Federal. Competência constitucional atribuída somente aos órgãos do Poder Judiciário. Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2011.006923-0/SCA-TTU. Recte.: S.L.B. (Def. Dat.: Andréa Regina Goes Pereira OAB/MS 14458). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Rodolfo Hans Geller (PA). EMENTA 057/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Alegação de inconstitucionalidade da suspensão do exercício profissional por inadimplência de anuidade. Inocorrência. Anuidade do ano de 2001. Prescrição. 1) Não viola o art. 5º, inciso XIII, da CF/88, a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em face de débitos de anuidades perante à OAB, tendo em vista que os arts. 34, inciso XXIII e 37, inciso I, da Lei nº 8.906/94 não foram objeto de declaração de inconstitucionalidade. 2) A prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no artigo 206, § 5º, do Código Civil, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumentos público ou particular. 3) Constatando que o advogado possui mais de três suspensões com trânsito em julgado, todas por inadimplência de anuidade, o procedimento correto é o cancelamento da inscrição e não abertura de processo de exclusão. 4) Recurso parcialmente provido para excluir da sanção disciplinar imposta a prorrogação até o pagamento da anuidade de 2001 e a determinação de instauração de processo de exclusão. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Rodolfo Hans Geller, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2011.006930-3/SCA-TTU. Recte.: I.C.S. (Def. Dat.: Andréa Regina Goes Pereira OAB/MS 14458). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 058/2012/SCA-TTU. Processo ético-disciplinar. Advogado suspenso do exercício profissional. E que continua exercendo advocacia infringe a Lei (art. 34, I, do EAOAB). E em razão de reincidência é punido com pena de suspensão do exercício profissional (art. 37, II, do mesmo diploma). Não é ilegal tal decisão do Conselho Seccional. Ademais, é da jurisprudência pacificada do CFOAB, que, à instância administrativa não cabe decidir sobre inconstitucionalidade de dispositivos legais. Recurso conhecido, mas desprovido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 06 de março de 2012. Lúcio Teixeira dos Santos, Presidente em exercício. Renato da Costa Figueira, Relator. RECURSO 49.0000.2011.006934-6/SCA-TTU. Recte.: N.C. (Def. Dat.: Andréa Regina Goes Pereira OAB/MS 14458). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Rodolfo Hans Geller (PA). EMENTA 059/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Alegação de inconstitucionalidade da suspensão do exercício profissional por inadimplência de anuidade. Inocorrência. Anuidade do ano de 2005. Prescrição. 1) Não viola o art. 5º, inciso XIII, da CF/88, a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em face de débitos de anuidades perante à OAB, tendo em vista que os arts. 34, inciso XXIII e 37, inciso I, da Lei nº 8.906/94 não foram objeto de declaração de inconstitucionalidade. 2) A prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no artigo 206, § 5º, do Código Civil, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumentos público ou particular. 3) Recurso parcialmente provido para excluir da sanção disciplinar imposta a prorrogação até o pagamento da anuidade de 2005. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Rodolfo Hans Geller, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2011.006938-7/SCA-TTU. Recte.: S.F.C. (Def. Dat.: Andréa Regina Goes Pereira OAB/MS 14458). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Délio Lins e Silva (DF). EMENTA 060/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Alegação de inconstitucionalidade da suspensão do exercício profissional por inadimplência de anuidade. Inocorrência. Anuidade do ano de 2005. Prescrição. 1) Não viola o art. 5º, inciso XIII, da CF/88, a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em face de débitos de anuidades perante à OAB, tendo em vista que os arts. 34, inciso XXIII e 37, inciso I, da Lei nº 8.906/94 não foram objeto de declaração de inconstitucionalidade. 2) A prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no artigo 206, § 5º, do Código Civil, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumentos público ou particular. 3) Recurso parcialmente provido para excluir da sanção disciplinar imposta a prorrogação até o pagamento da anuidade de 2005. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2012.000376-5/SCA-TTU. Recte.: J.A.O.B.J. (Advs.: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais, T.L.S.B.F. e D.C.F. (Advs.: Leonardo Militão Abrantes OAB/MG 77154, Mara Pires Pena OAB/MG 102931 e Outros). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Rodolfo Hans Geller (PA). EMENTA 061/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Prazo recursal. Intempestividade. Dies a quo do prazo para interposição de recurso. O prazo para interposição de recurso nos processos administrativos da OAB é de quinze dias, nos termos do artigo 69 do EAOAB. O termo inicial se dá no primeiro dia útil seguinte ao da data do recebimento da notificação, anotada pela Secretaria do órgão da OAB ou pelo agente dos Correios. Inteligência do art. 139 do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso protocolado após esse prazo não atende ao pressuposto processual da tempestividade. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Rodolfo Hans Geller, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2012.000377-3/SCA-TTU. Rectes.: V.L.R. e A.F.R. (Advs.: Vitor Luiz Ribeiro OAB/MG 55165 e Alexander Fabiano Reis OAB/MG 63402). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e Maria Aparecida Martins. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 062/2012/SCA-TTU. Processo ético-disciplinar. Representação contra advogado. Ausência de prestação de contas. Advogados que não prestam contas a constituintes de quantias recebidas, em nome desses. Infração cometida por violação ao artigo 34, inciso XXI, do EAOAB. Imposição da pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo fixado, prorrogável até que preste efetivamente as contas, por implicar infrações disciplinares permanentes. Recursos não conhecidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer dos recursos, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 06 de março de 2012. Lúcio Teixeira dos Santos, Presidente em exercício. Renato da Costa Figueira, Relator. RECURSO 49.0000.2012.000747-7/SCA-TTU. Recte.: I.S. (Adv.: Ivone Struck OAB/PR 8541). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Rozeni Lampe. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Lúcio Teixeira dos Santos (RN). EMENTA 063/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Locupletamento. Advogado que recebe valores de seu cliente para realizar depósitos judiciais de parcelas de financiamento de veículo e não o faz, sem prestar as devidas contas ou restituir os valores recebidos, incide nas infrações previstas no art. 34, incisos XX e XXI, do Estatuto. Infração disciplinar configurada. Dosimetria. Presença de circunstância atenuante e agravante. Redução da suspensão para o mínimo legal de 30 (trinta) dias e exclusão da multa cominada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Lúcio Teixeira dos Santos, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2012.000991-5/SCA-TTU. Recte.: F.G.L. (Adv.: Francisco Galvão Lessa OAB/MG 40985). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 064/2012/SCA-TTU. Recurso ao Con-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

selho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001067-6/SCA-TTU. Recte.: S.B.S. (Adv.: Mariana Correa da Costa Lacerda de Souza OAB/MT 13031). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 065/2012/SCA-TTU. Recurso. Processo de Exclusão. Competência. Devido processo legal. Nulidade. Tratando-se da terceira sanção disciplinar de suspensão, por débitos de anuidades distintas, deve ser instaurado processo de cancelamento e não de exclusão, nos exatos termos do artigo 22, parágrafo único, do Regulamento Geral. Recurso conhecido e provido para declarar a nulidade do acórdão recorrido e instauração de processo específico de cancelamento de inscrição. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Leonardo Accioly da Silva, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001552-8/SCA-TTU. Recte.: E.B.F. (Adv.: Everaldo Batista Filgueira OAB/MT 864). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 066/2012/SCA-TTU. Processo ético. Recursos ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil têm natureza excepcional. Na espécie se conhece do recurso frente à alegação de questão envolvendo ordem pública. Ademais, é forçoso concluir que o não atendimento de pedidos formulados à míngua de qualquer cimento probatório, não ensejam cerceamento defensivo. A prova produzida não deixa dúvida de que o causídico se utilizou de palavrório ofensivo ao Juiz da Causa. Incorrendo, assim, em infração ética disciplinar. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Délio Fortes Lins e Silva, Presidente em exercício. Renato da Costa Figueira, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001556-9/SCA-TTU. Recte.: L.A.M.P. (Advs.: Lorena Balouta Duarte OAB/RJ 82556 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e V.L.S.S. (Advs.: Sheila Porto de Souza OAB/RJ 86629 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Rodolfo Hans Geller (PA). EMENTA 067/2012/SCA-TTU. Serviços jurídicos comprovadamente contratados mediante procuração. A falta de comprovação do serviço ou de devolução dos documentos com renúncia do mandato constitui infração disciplinar, nos termos do artigo 34, inciso IX, do Estatuto da Advocacia, estando o infrator sujeito a penalidade prevista no artigo 36, parágrafo único, do Estatuto da OAB. Censura que fica convertida em advertência por ofício reservado, sem registro nos assentamentos da recorrente, consoante permissivo legal, em vista das circunstâncias do caso concreto. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Rodolfo Hans Geller, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001565-8/SCA-TTU. Recte.: J.M.C.F. (Adv.: José Moacyr de Carvalho Filho OAB/SP 33878). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Délio Lins e Silva (DF). EMENTA 068/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Infração disciplinar. Alegação de inconstitucionalidade da suspensão do exercício profissional por inadimplência de anuidade. 1) Não viola o art. 5º, inciso XIII, da CF/88, a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em face de débitos de anuidades perante à OAB, tendo em vista que os arts. 34, inciso XXIII e 37, inciso I, da Lei nº 8.906/94 não foram objeto de declaração de inconstitucionalidade. 2) Por outro lado, a prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no artigo 206, § 5º, inciso I, do Código Civil, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumentos público ou particular. 3) Recurso parcialmente provido somente para excluir a prorrogação da sanção até a satisfação da dívida de anuidade do ano de 2005, mantendo, no mais, a sanção disciplinar imposta. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2012.001567-4/SCA-TTU. Recte.: A.S.O. (Def. Dat.: André de Aguiar Justino da Cruz OAB/MS 13774). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Lúcio Teixeira dos Santos (RN). EMENTA 069/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Suspensão do exercício profissional. Prorrogação até a quitação dos débitos. Prescrição. 1) Não se configura a prescrição se não decorrerem mais de cinco anos entre a constatação oficial dos fatos e primeira decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem se o processo não permanece por mais de três anos pendente de despacho ou julgamento. 2) A prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no artigo 206, § 5º, inciso I, do Código Civil, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumentos público ou particular. 3) Recurso parcialmente provido somente para excluir a prorrogação da condenação até a quitação da anuidade do exercício de 2003, mantendo, no mais, a sanção disciplinar imposta. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Lúcio Teixeira dos Santos, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2012.001569-0/SCA-TTU. Recte.: M.I.L. (Def. Dat.: André de Aguiar Justino da Cruz OAB/MS 13774). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Délio Lins e Silva (DF). EMENTA 070/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Suspensão do exercício profissional. Prorrogação até a quitação dos débitos. Prescrição. 1) Não se configura a prescrição se não decorrerem mais de cinco anos entre a constatação oficial dos fatos e primeira decisão condenatória de órgão julgador da OAB, nem se o processo não permanece por mais de três anos pendente de despacho ou julgamento. 2) A prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no artigo 206, § 5º, inciso I, do Código Civil, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumentos público ou particular. 3) Recurso parcialmente provido somente para excluir a prorrogação da sanção até a quitação da anuidade do ano de 2002, mantendo, no mais, a sanção disciplinar imposta. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2012.001742-3/SCA-TTU. Recte.: A.O.C. (Adv.: Gilmar Saraiva dos Santos OAB/GO 21096). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Goiás e G.S. (Advs.: Francisco Assis Moraes OAB/GO 16712 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 071/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Advogado que recebe valores de seu cliente para realizar depósitos judiciais de parcelas de financiamento de veículo e não o faz, sem prestar as devidas contas ou restituir os valores recebidos, incide nas infrações previstas no art. 34, incisos XX e XXI, do Estatuto. Infração disciplinar configurada. Dosimetria. Ausência de fundamentação para exasperação da sanção imposta. Redução da suspensão para 60 (sessenta) dias até a satisfação integral da dívida, inclusive com correção monetária, face à reincidência específica e aos antecedentes do advogado. Recurso parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001773-1/SCA-TTU. Recte.: V.S.B. (Advs.: Andrey Cavalcante OAB/RO 303-B e OAB/AC 3501 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rondônia e M.G.F. (Advs.: Roberto Vieira OAB/RO 742 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 072/2012/SCA-TTU. Nas relações do causídico com o cliente o elemento mais importante é a confiança. O advogado, na medida em que patrocina demandas contrárias ao dirigente de uma empresa para quem presta assessoria jurídica, quebra, intencionalmente, tal vínculo, sendo desimportante a ausência de coincidência entre as partes na ação judicial. Configurada a infração prevista no inc. I do art. 34 do EAOAB e art. 20 do CED. Recurso parcialmente provido, apenas para converter a pena de censura em advertência em ofício reservado, sem registro nos assentamentos do recorrente, em razão da observância da atenuante da primariedade, nos termos do art. 36, parágrafo único do EAOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Leonardo Accioly da Silva, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001798-5/SCA-TTU. Recte.: A.N.L. (Advs.: Maracélia Lima de Oliveira OAB/RO 2549 e Nayara Símeas Pereira Rodrigues Martins OAB/RO 1692). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Rondônia. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 073/2012/SCA-TTU. Processo ético. Recursos ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Advogado. Para exclusão de advogado dos quadros da OAB em representação promovida sob a eiva de cometimento de crime infamante (artigo 34, inciso XXVIII, do EAOAB), exige como pressuposto, tenha a sentença penal condenatória transitado em julgado. À míngua do trânsito em julgado a condenação criminal imposta ao representado, sobretudo quando pendente de recurso manejado à Instância Superior, inexistirá ainda crime, menos ainda crime infamante, pois enquanto não condenado em definitivo milita em seu favor o princípio da presunção de inocência (artigo 5º, inc. LVIII, Carta da República Federativa vigente), o que impede tenha como sofrer os efeitos de uma condenação penal ainda sem trânsito em julgado. Decisão de procedência da representação que se reforma tornando-a sem efeito. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Délio Fortes Lins e Silva, Presidente em exercício. Renato da Costa Figueira, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001827-4/SCA-TTU. Recte.: A.C.C.S. (Adv.: Ana Cristina Cardoso dos Santos OAB/BA 13521). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Bahia e P-C.O.Ltda. Reptes. Legais.: M.D.C.C.M.O., M.W.D.S.B. e R.B.P. (Advs.: Manoel Santos Gonçalves OAB/BA 12455 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 074/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de Abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator. RECURSO 49.0000.2012.001829-0/SCA-TTU. Recte.: E.S.F. (Adv.: Humberto Cruz Vieira OAB/BA 6007). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Bahia e Anadil Caribé Santos. Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 075/2012/SCA-TTU. Suspensão de advogado. Preliminar de nulidade. Acatamento. Nulo é o processo em que não ocorre notificação válida de representado, a fim de que compareça à sessão do TED, para que possa fazer sua defesa oral, conforme determina o art. 73, §1º, do EAOAB. Processo anulado, retornado à Seccional da Bahia para novo julgamento pelo TED. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002012-6/SCA-TTU. Recte.: J.V.M.W. (Def. Dat.: Bruno Galeano Mourão OAB/MS 14509). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 076/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Suspensão do exercício profissional. Prorrogação até a quitação dos débitos. Prescrição. 1) Constitui infração ético-disciplinar deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo (art. 34, inciso XXIII, do EAOAB). 2) A prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no § 5º do artigo 206 do Código Civil de 2002, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumentos público ou particular. 3) Recurso parcialmente provido somente para excluir a prorrogação da condenação até a quitação da anuidade do exercício de 2004, eis que abrangida pela prescrição civil, mantendo, no mais, a sanção disciplinar imposta. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Leonardo Accioly da Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2012.002014-2/SCA-TTU. Recte.: Z.L.P. (Def. Dat.: Diego Paiva Colman OAB/MS 14200). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Délio Lins e Silva (DF). EMENTA 077/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Alegação de inconstitucionalidade da suspensão do exercício profissional por inadimplência de anuidade. Inocorrência. 1) Não viola o art. 5º, inciso XIII, da CF/88, a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em face de débitos de anuidades perante à OAB, tendo em vista que os arts. 34, inciso XXIII e 37, inciso I, da Lei nº 8.906/94 não foram objeto de declaração de inconstitucionalidade. 2) Constitui infração ético-disciplinar deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo, prorrogável até a quitação do débito. 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2012.002016-7/SCA-TTU. Recte.: D.C. (Def. Dat.: Diego Paiva Colman OAB/MS 14200). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 078/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Alegação de inconstitucionalidade da suspensão do exercício profissional por inadimplência de anuidade. Inocorrência. 1) Não viola o art. 5º, inciso XIII, da CF/88, a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em face de débitos de anuidades perante à OAB, tendo em vista que os arts. 34, inciso XXIII e 37, inciso I, da Lei nº 8.906/94 não foram objeto de declaração de inconstitucionalidade. 2) Constitui infração ético-disciplinar deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo, prorrogável até a quitação do débito. 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Leonardo Accioly da Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2012.002018-3/SCA-TTU. Recte.: D.F.X. (Def. Dat.: Bruno Galeano Mourão OAB/MS 14509). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Rodolfo Hans Geller (PA). EMENTA 079/2012/SCA-TTU. Inadimplemento de anuidade devida à OAB comprovado constitui infração disciplinar, nos termos do artigo 34, inciso XXIII, do Estatuto da Advocacia, estando o infrator sujeito a penalidade prevista no artigo 37, parágrafo 2º do Estatuto da OAB. Limita-se a suspensão ao período em que não estejam prescritas as anuidades. Recurso conhecido com efeito limitador, desprovido na sua parte principal para manutenção da punição aplicada ao Recorrente. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Rodolfo Hans Geller, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002020-7/SCA-TTU. Recte.: C.F.M.L. (Def. Dat.: Bruno Galeano Mourão OAB/MS 14509). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 080/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Suspensão do exercício profissional. Constitucionalidade. Prorrogação até a quitação do débito. Anuidade do ano de 2003. Prescrição. 1) Não configura violação ao art. 5º, inciso XIII, da CF/88, a aplicação de sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em face de débitos de anuidades perante à OAB. Precedentes. 2) Constitui infração ético-disciplinar deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo (art. 34, inciso XXIII, do EAOAB). 3) A prescrição para a cobrança das anuidades deve seguir o disposto no § 5º do artigo 206 do Código Civil, que determina o prazo de cinco anos para a cobrança de dívidas fundadas em instrumentos público ou particular. 4) Recurso parcialmente provido para excluir a prorrogação da sanção imposta até a quitação da anuidade do ano de 2003. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Délio Fortes Lins e Silva, Presidente em exercício. Renato da Costa Figueira, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002023-1/SCA-TTU. Recte.: H.J.G.S. (Def. Dat.: Diego Paiva Colman OAB/MS 14200). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Délio Lins e Silva (DF). EMENTA 081/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Inadimplência de anuidade. Infração disciplinar. Alegação de inconstitucionalidade da suspensão do exercício profissional por inadimplência de anuidade. Inocorrência. 1) Não viola o art. 5º, inciso XIII, da CF/88, a sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em face de débitos de anuidades perante à OAB, tendo em vista que os arts. 34, inciso XXIII e 37, inciso I, da Lei nº 8.906/94 não foram objeto de declaração de inconstitucionalidade. 2) Constitui infração ético-disciplinar deixar o advogado de pagar as contribuições devidas à OAB, depois de regularmente notificado a fazê-lo, prorrogável até a quitação do débito. 3) Recurso conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2012.002025-6/SCA-TTU. Recte.: A.C.C. (Adv.: Ana Cláudia Conceição OAB/MS 6278). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e Amilson Andrade Marques. Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 082/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002123-8/SCA-TTU. Recte.: W.M.S. (Def. Dat.: Itamar de Souza Novaes OAB/MS 11173). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Lúcio Teixeira dos Santos (RN). EMENTA 083/2012/SCA-TTU. Processo Disciplinar. Inadimplência de anuidade. Infração disposta no art. 34, inciso XXIII do EOAB configurada. A pena de suspensão, com base no art. 37, inciso I, da Lei 8.906/94 não afronta a Constituição Federal. Certidão nos autos demonstra que o recorrente possui mais de três suspensões com trânsito em julgado, todas por inadimplência de anuidade. Recomenda-se à instauração de processo, visando ao cancelamento da inscrição. Inocorrência de prescrição da pretensão punitiva. Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Lúcio Teixeira dos Santos, Relator. RECURSO 2011.08.03448-05/SCA-TTU-ED. (SGD: 49.0000.2012.003356-7/SCA-TTU). Embgte.: N.A.T. (Adv.: Nickson Alves Torres OAB/MG 53807). Embgdo.: Acórdão de fls. 261/264 da TTU/SCA. Recte.: N.A.T. (Adv.: Nickson Alves Torres OAB/MG 53807). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e A.C.Ltda. Reptes. Legais: E.R.A. e M.R.A. (Advs.: Valéria Veloso Tribusi OAB/MG 48904 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). EMENTA 084/2012/SCA-TTU. Embargos de declaração. Recurso em face de decisão monocrática que indefere liminarmente recurso ao Conselho Federal. Recurso considerado intempestivo. Juntada, somente nos embargos, de comprovante de postagem nos Correios. Atribuição de efeitos modificativos para reconhecer a tempestividade, com inclusão dos autos em pauta para julgamento do recurso, face à ampla defesa e contraditório, além de facultar às partes a possibilidade de sustentação oral. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e acolhê-los, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Fortes Lins e Silva, Relator. RECURSO 2011.08.05534-05/SCA-TTU-ED. (SGD: 49.0000.2012.003359-1/SCA-TTU). Embgte.: L.C.F. (Advs.: Luis C. Fritzen OAB/SC 4443 e Outro). Embgdo.: Acórdão de fls. 904/912 da TTU/SCA. Rectes.: L.C.F. e R.M.A. (Advs.: Luis C. Fritzen OAB/SC 4443 e Ronaldo Marques de Araújo OAB/SC 5160). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e S.C.S.Ltda. Reptes. Legais: G.H. e L.H.B. (Advs.: Robson Carlos Ferreira OAB/SC 6279 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 085/2012/SCA-TTU. Recurso recebido como Embargos de Declaração para corrigir erro material. Alteração de Ementa/Acórdão anteriormente proferidos para: "Processo Ético Disciplinar. Recursos contra decisão unânime. Exigência de demonstração dialética de atendimento dos pressupostos à sua admissibilidade. Recursos ao CFOAB tem natureza extraordinária (art. 75, do EAOAB). 1. Demonstração de ocorrência, em tese, de violação ao EAOAB, ao RI-OAB/SC, ao Código de Ética e Disciplina e a preceito constitucional pelo recorrente R.M.A.. Ausência de elementos de convicção que autorizem a condenação do mesmo. Recurso conhecido e parcialmente provido para julgar improcedente a representação em face deste. 2. Ausência de demonstração dos pressupostos exigidos pelo art. 75, do EAOAB, pelo recorrente L.C.F. Recurso não conhecido em face do mesmo. 3. Adequação, de ofício, da pena do segundo recorrente de 90 (noventa) para 60 (sessenta) dias, perdurando até a efetiva e real prestação de contas". Notificação das partes para manifestação acerca do interesse de ratificar os respectivos recursos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração e acolhê-los para sanar a contradição existente, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Renato da Costa Figueira, Relator. RECURSO 49.0000.2011.005217-1/SCA-TTU. Recte.: T.C.F. (Advs.: Everaldo Luís Restanho OAB/SC 9195 e Outros). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e R.M.P. (Adv.: Renato Medina Pasquali OAB/SC 6596). Relatora: Conselheira Federal Vera de Jesus Pinheiro (AP). EMENTA 086/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão de Conselho Seccional que reforma o arquivamento liminar da representação para determinar a instauração de processo disciplinar. Decisão essa que não tem caráter definitivo de mérito. Contudo, não pode se permitir que seja instaurado processo disciplinar sem a devida fundamentação ou indicação de fatos concretos a ensejar infração disciplinar, especialmente ante à ausência de fundamentação da decisão que determinou o prosseguimento da representação. Recurso provido para reformar a decisão recorrida e determinar o arquivamento definitivo da representação. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Vera de Jesus Pinheiro, Relatora. RECURSO 49.0000.2012.000094-8/SCA-TTU. Recte.: E.S.O. (Advs.: Élio Serapião de Oliveira OAB/MG 33213 e Outra). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Interessado: Alcino Gomes da Silva. Relator: Conselheiro Federal Roberto Lauria (PA). EMENTA 087/2012/SCA-TTU. Princípio da Fungibilidade - Contestação - Recurso ao CF - Inaplicabilidade. O Representado apresentou antecipadamente sua defesa prévia (ou contestação), simplesmente por ter a intenção de colaborar com a instrução processual, motivo pelo qual, vislumbra-se totalmente inapropriada a aplicação do princípio da fungibilidade aos presentes autos, sob pena de supressão de instância. Recurso não conhecido, para determinar a remessa dos autos ao TED/MG para regular prosseguimento do feito na forma determinada pelo Órgão Especial da OAB/MG. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Roberto Lauria, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002154-6/SCA-TTU. Recte.: B.V.B.M. (Adv.: Gentil Silva Junior OAB/RJ 16774). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e A.H.L. (Adv.: Augusto Haddock Lobo OAB/RJ 71279). Relator: Conselheiro Federal Lúcio Teixeira dos Santos (RN). EMENTA 088/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Prescrição. Matéria de ordem pública. Reconhecimento de ofício. Decorrente mais de 05 (cinco) anos entre a notificação inicial válida e primeira decisão condenatória de órgão julgador da OAB, há que se reconhecer a prescrição, de ofício, nos termos do art. 43 do EAOAB. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em declarar a prescrição de ofício, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Lúcio Teixeira dos Santos, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002545-7/SCA-TTU. Recte.: C.M.S. (Adv.: Celso Martin Spohr OAB/MT 2376). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e D.U.L. (Adv. Assist.: Jorge Tadeu Malvenier Neves Garcia OAB/MT 9108). Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 089/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002547-3/SCA-TTU. Recte.: J.M.S.S. (Adv.: Jocelda Maria da Silva Stefanello OAB/MT 3031-B). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso e A.C.M. (Adv. Assist.: Jorge Tadeu Malvenier Neves Garcia OAB/MT 9108). Relator: Conselheiro Federal Leonardo Accioly da Silva (PE). EMENTA 090/2012/SCA-TTU. Incide nas infrações previstas nos incisos XX e XXI do Art. 34 do EOAB o advogado que retém valores do cliente, só efetuando o depósito em sua conta corrente após decisão condenatória em processo disciplinar. Recurso improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Leonardo Accioly da Silva, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002654-4/SCA-TTU. Recte.: A.S.F. (Advs.: Antonieta Seixas Francia OAB/MG 24628 e Outro). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e João Izidoro Macedo. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). EMENTA 091/2012/SCA-TTU. Processo ético. Recursos ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil têm natureza excepcional. Decisão impugnada unânime. Nessa hipótese a admissão recursal exige que a parte recorrente demonstre, dialeticamente, ocorrência de afronta à Lei (EAOAB, seu Regimento Geral, Código de Ética e Disciplina ou à decisão do CFOAB ou de Conselho Seccional). À míngua de tal demonstração não há como o apelo ser sequer conhecido. Ademais, no apelo excepcional é vedado o reexame de provas. Recurso que não se conhece. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Renato da Costa Figueira, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002859-4/SCA-TTU. Recte.: G.C. (Adv.: Gercy Cardoso OAB/SC 206). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina, R.O.R. e P.M.K.V. (Advs.: Rogério Otávio Ramos OAB/SC 1787 e Paulo Murillo Keller do Valle OAB/SC 5440). Relator: Conselheiro Federal Mauro José Ribas (TO). EMENTA 092/2012/SCA-TTU. Representação. Arquivamento liminar. Decisão mantida de forma unânime pela Seccional. Recurso ao Conselho Federal que ataca essa decisão. Não conhecimento. A ausência de contrariedade do acórdão recorrido à Lei nº 8.906/94, ao Regulamento Geral, ao Código de Ética e Disciplina e aos Provimentos, assim como a ausência de demonstração de divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e precedente de órgão julgador do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, faz com que o recurso esbarre no óbice de admissibilidade previsto no artigo 75 do EAOAB. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Délio Lins e Silva, Presidente em exercício. Mauro José Ribas, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002910-1/SCA-TTU. Recte.: V.L.M.S.A. (Adv.: Vera Monteiro OAB/RJ 93916). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e Cristina da Silva Menezes Freitas. Relator: Conselheiro Federal Lúcio Teixeira dos Santos (RN). EMENTA 093/2012/SCA-TTU. Processo Disciplinar. Pena de censura. Advogada que prejudica interesse de cliente ao intentar ação equivocada e deixar escoar todos os prazos para adequar o rito processual da ação, resultando na extinção do processo. Infração disciplinar disposta no art. 34, inciso IX da Lei 8.906/94. Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Lúcio Teixeira dos Santos, Relator. RECURSO 49.0000.2012.002960-6/SCA-TTU. Recte.: A.F.M.A. (Adv.: Antonio Felicíssimo Moreira Assir OAB/MG 16651). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). EMENTA 094/2012/SCA-TTU. Ausência de atendimento dos requisitos de admissibilidade impostos pelo artigo 75, do Estatuto - Recurso de acórdão unânime - Recurso que deixa de apontar ofensa a qualquer dispositivo de Lei, do Regulamento, decisões e/ou Provimentos - Recurso não conhecido - Decisão unânime. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de maio de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Lins e Silva, Relator. RECURSO 2011.08.01520-05/SCA-TTU. (SGD: 49.0000.2012.004390-0/SCA-TTU). Recte.: R.R. (Advs.: Jeremias Rodrigues Chave OAB/MS 12417 e Fabia Zelina Favaro OAB/MS 13054). Recdos.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e M.M.A. (Adv.: Marcos Milkem Abdala OAB/MS 5085). Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). Relator "ad hoc": Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). EMENTA 095/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Nulidade processual. Cerceamento de defesa. Ausência de regular notificação do procurador e do recorrente para a sessão de julgamento do recurso interposto ao Conselho Seccional. Às partes litigantes deve ser assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os termos, pessoalmente ou por intermédio de procurador, sob pena de cerceamento de defesa. Recurso conhecido e provido para anular o julgamento do recurso de fls. 17/19, determinando-se o retorno dos autos à Seccional para novo julgamento. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Fortes Lins e Silva, Relator "ad hoc". RECURSO 49.0000.2011.006919-0/SCA-TTU. Recte.: R.M.M. (Def. Dat.: Andréa Regina Goes Pereira OAB/MS 14458). Recdo.: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA). Relator para acórdão: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF). EMENTA 096/2012/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal - Falta de pagamento de anuidades - Instauração de ofício - Pena de suspensão aplicada - Recurso tempestivo, porém não conhecido, por ausência dos pressupostos exigidos no artigo 75, do Estatuto - Decisão por maioria. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Terceira Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em não conhecer do recurso, nos termos do voto vencedor, que integra o presente. Brasília, 17 de abril de 2012. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Délio Fortes Lins e Silva, Relator para o acórdão.

Brasília, 14 de maio de 2012.
MÁRCIA MACHADO MELARÉ
Presidente



CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.

